



**Amanda Muzzi Gomes**

**Fragilidade monarquista:  
das dissidências políticas de fins do Império  
às reações na primeira década republicana  
(1860-1900)**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Marco Antonio Villela Pamplona

**Volume I**

Rio de Janeiro  
Abril de 2013



**Amanda Muzzi Gomes**

**Fragilidade monarquista:  
das dissidências políticas de fins do Império  
às reações na primeira década republicana  
(1860-1900)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Marco Antonio Villela Pamplona**

Orientador  
Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Marcelo de Souza Magalhães**

Departamento de História – UNIRIO

**Profª Moema de Rezende Vergara**

Coordenação de História da Ciência – MAST

**Prof. Ricardo Henrique Salles**

Departamento de História - UNIRIO

**Profª Márcia de Almeida Gonçalves**

Departamento de História – IFCH/UERJ

**Profª. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais –  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2013

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Amanda Muzzi Gomes**

Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2002 e Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica em 2006. Professora substituta no Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ desde 2011.

#### Ficha Catalográfica

Gomes, Amanda Muzzi

Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860-1900) / Amanda Muzzi Gomes ; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – 2013.

2 v., 373 f.: il. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Liga progressista. 4. Abolição. 5. Federalismo. 6. Questão militar. 7. Republicanismo. 8. Joaquim Nabuco. 9. Visconde de Ouro Preto. 10. Movimento Monarquista. I. Pamplona, Marco Antonio Villela. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para meus filhos, Ágatha e Gabriel,  
que cresceram junto com esta tese.

## Agradecimentos

Agradeço ao CNPq e à PUC-Rio pelas bolsas de estudo que viabilizaram esta tese.

Sou extremamente grata à paciência do meu orientador, Marco Antônio Villela Pamplona, desde que fui sua aluna no mestrado, em 2004. Por quase uma década, contei com seu cuidado nas leituras, atenção nas reuniões e estímulos ao raciocínio, além de sua marcante generosidade intelectual. Em sua orientação, a austeridade é entremeada pela brandura, equilíbrio essencial ao meu desenvolvimento em toda a pós.

Ao longo desses anos fui brindada pela solicitude dos funcionários do Departamento de História da PUC, Creusa, Anair, Cláudio e, nos últimos anos, Moisés. Sou especialmente grata à Edna Timbó, cuja doçura me marcou desde 2003, quando pela primeira vez entrei no departamento para me informar sobre a seleção ao mestrado. Os funcionários do Departamento de História da PUC criam um ambiente acolhedor e prazeroso, inesquecível a todos os seus ex-alunos. Para maior alegria, minha turma de doutorado foi muito solidária. Em todos os cursos em que me inscrevi, contei com a companhia de Renata Moraes. Nossa amizade e trocas de ideias tornaram-se constantes. Francisco Sousa, pesquisador sobre o IHGB, forneceu-me materiais e dicas proveitosas.

Na defesa da dissertação e no exame de qualificação da tese, me beneficiei das sugestões de Marcelo de Souza Magalhães e Márcia de Almeida Gonçalves. Mais uma vez, poderei contar com as ponderações e avaliação de ambos. Marcelo me ajudou antes mesmo que eu iniciasse o doutorado, fazendo a leitura crítica do meu projeto de pesquisa para a seleção. Agradeço também aos professores que prontamente aceitaram participar da Comissão Examinadora: Ricardo Henrique Salles, Moema Vergara, Luís Reznik, Leonardo Pereira e Daniela Calainho. Sou grata à Margarida de Souza Neves, em cujo curso tomei contato com textos que me embasaram no tratamento do memorialismo e da memória. Maria Tereza de Mello me ajudou de várias formas: pela tradução das cartas do conde d'Eu, interlocução e, sobretudo, pela inspiração. Também sofri o influxo de uma pessoa que jamais vi: Maria de Lourdes Mônaco Janotti, cuja obra sobre os monarquistas foi meu ponto de partida.

Como o meu tema me levou a uma variedade, quantitativa e qualitativa, de fontes, agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional, do Museu Imperial, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, claro, aos criadores da Estante Virtual, por meio da qual adquiri quase todas as obras dos monarquistas que analisei.

Ao longo dos cinco anos desta tese recebi o apoio das minhas colegas de trabalho, companheiras de viagens e amigas de todas as horas: Juçara Mello, Livia Conceição e Iamara Viana. Nunca imaginei que o ensino à distância me daria amigas tão presentes. Nossa amizade se fortaleceu com nossas pesquisas. Com Li e Iá, também pesquisadoras sobre o Brasil Império, troquei ideias e sugestões de textos. Ambas ainda puseram a mão na massa: Li verteu o resumo para o francês e Iá revisou vários capítulos, além de me aguentar ao telefone nos horários mais inoportunos.

No momento dos meus últimos parágrafos, registro minha gratidão à Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Foi imensa minha alegria em retornar como professora, ainda que substituta, à instituição onde recebi os primeiros ensinamentos da história acadêmica. Serei sempre grata a Joana Bahia, que inicialmente me guiou pelos meandros acadêmicos, e a Sydenham Lourenço Neto, meu professor em vários cursos, orientador na monitoria e na monografia, responsável pelo meu interesse pela política. Reterei eternamente várias lições de ambos, durante e após as aulas.

Fora do mundo acadêmico, recebi auxílio indireto, mas importante, para pesquisar e redigir a tese. Minha ex-coordenadora Beatriz e minhas ex-diretoras, Rejane e Lilia, me proporcionaram uma incrível verticalização de carga horária, crucial para as etapas de arquivo e redação. Cristiane Albano, minha amiga desde que iniciei o magistério na educação básica, fornecia-me o mais eficaz dos incentivos nos momentos de exaustão.

Em minha família, obtive o suporte essencial para me formar profissional e humanamente. Meus pais, Ademir e Sidineia Muzzi, nesses anos foram avós e pais dos meus filhos, Ágatha e Gabriel. Não tenho palavras para agradecer pela quantidade de férias, feriados e finais de semana – quase todos nos dois últimos anos – em que acolheram meus filhos para que eu pudesse redigir esta tese. Meu

irmão, Adenilson, levando o Gabriel ao parque e demais passeios iniciou-o em algumas brincadeiras.

Meu marido, Carlos Gomes, após tantos anos de dedicação e estímulo, ainda me acompanhou nos arquivos e copiou manuscritos. Por sua inesgotável compreensão, lhe destino o agradecimento final, mas também minhas desculpas: distanciando nossos filhos de mim, eu também os afastei dele que, de quebra, ainda me aturava sozinho. Ágatha e Gabriel cresceram e passaram por fases importantes sem que pudéssemos acompanhá-los com o devido cuidado e curti-los com um mínimo de tranquilidade. Tentando suprir esta lacuna, aos meus filhos dedico o resultado deste esforço.

## Resumo

Gomes, Amanda Muzzi; Pamplona, Marco Antonio Villela. **Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860-1900)**. Rio de Janeiro, 2013. 373 p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese analisa as dissidências políticas nos partidos políticos do Império, o Liberal e o Conservador, cujas fraturas progressivamente levaram a uma situação de fragilidade monarquista. As fraturas se iniciaram em 1860, quando surgiu a idéia de formação da Liga Progressista, por parte da primeira dissidência conservadora desde a institucionalização do regime em 1850; se acentuaram durante a campanha abolicionista, capitaneada no parlamento por Joaquim Nabuco, e atingiram o clímax na última cisão liberal, em meio aos debates referentes à federalização das províncias, em 1889, quando se iniciou o derradeiro ministério da monarquia, o do visconde de Ouro Preto. A instauração da república, fruto de uma conspiração militar-civil, deitou raízes no processo de desgaste do governo imperial. No 15 de Novembro, além da perplexidade, havia desarticulação entre os políticos da monarquia, exacerbada pela radicalização reformista dos anos 1880. A *fragilidade*, que lenta e gradualmente ceifou as possibilidades de acordos no final do Segundo Reinado, foi um dos obstáculos para uma eficaz organização em defesa do regime deposto. O movimento monarquista da década de 1890 foi bastante fragmentado porque, além das repressões e do pouco apoio da família imperial, antigas divergências foram reativadas.

## Palavras-chave

Liga Progressista; Abolição; Federalismo; Questão Militar; Instauração da república; Joaquim Nabuco; Visconde de Ouro Preto; Movimento Monarquista.



## Résumé

Gomes, Amanda Muzzi; Pamplona, Marco Antonio Villela (Leader). **La Fragilité monarchiste: des dissidences politiques de la fin de l'Empire aux réactions à la première décennie républicaine (1860-1900)**. Rio de Janeiro, 2013. 373 p. Thèse de Doctorat – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Cette thèse analyse les dissidences politiques dans les partis politiques impériaux, le Libéral et le Conservateur, dont les fractures ont menées, progressivement, à une situation de fragilité monarchiste. Ces fractures se sont initiées en 1860, quand l'idée de la formation d'une Ligue Progressiste a surgi de la part de la première dissidence conservatrice depuis l'institutionnalisation du régime dans l'année 1850; elles se sont fortifiées durant la campagne abolitionniste, qui était commandée au parlement par Joaquim Nabuco, et elles ont atteint le climax à la dernière rupture liberale, parmi les débats sur la fédéralisation des provinces, dans l'année 1889, quand commença le dernier ministère de la monarchie, celle du viscomte de Ouro Preto. L'instauration de la république, dûe à une conspiration militaire-civil, a marqué le processus de détérioration du gouvernement impérial. Le 15 novembre, au-delà de la perplexité, il y avait la désarticulation entre les politiciens de la monarchie, qui était exacerbée par la radicalisation réformiste des années 1880. La *fragilité*, qui a fauché doucement et graduellement les possibilités des accords à la fin du Deuxième Règne, fut un des obstacles pour une efficace organisation en défense du régime déposé. Le mouvement monarchiste des années 1890 fut assez fragmenté puisque, au-delà des répressions et du faible support de la famille impériale, des vieilles divergences furent réactivées.

## Mots-clé

Ligue Progressiste; Abolition; Fédéralisme; Question Militaire; Instauration de la république; Joaquim Nabuco; Viscomte de Ouro Preto; Mouvement Monarchiste.

# Sumário

|                   |    |
|-------------------|----|
| <b>Introdução</b> | 12 |
|-------------------|----|

## **PARTE I – Dissidências políticas de fins do Império**

|  |    |
|--|----|
| 1 – A primeira fratura: o fim da lógica da conciliação | 18 |
| 2 – A segunda fratura: debates sobre a emancipação     | 45 |
| 3 – A terceira fratura: debates em torno da federação  | 64 |

## **PARTE II – Tempos de radicalização reformista**

|  |     |
|--|-----|
| 1 – Dilemas relacionados à extinção da escravidão                          | 84  |
| 2 – Os liberais entre a federação e a autonomia provincial                 | 131 |
| 3 – Relações dos militares com a política imperial e o golpe militar-civil | 157 |

## **PARTE III – Monarquistas na primeira década republicana**

|   |     |
|---|-----|
| 1 – Reação monarquista em primeiro momento: contenção | 212 |
| 2 – Reação monarquista em segundo momento: auge       | 268 |
| 3 – Reação monarquista em terceiro momento: declínio  | 306 |

|                  |     |
|------------------|-----|
| <b>Conclusão</b> | 341 |
|------------------|-----|

|  |     |
|--|-----|
| <b>Fontes e Referências Bibliográficas</b> | 354 |
|--|-----|

*Quando pensamos o passado como uma paisagem, a história é o modo pelo qual a representamos, e é este ato de representação que nos diferencia do familiar, deixando-nos vivenciar através de outrem o que não podemos experimentar diretamente: uma visão mais ampla.*

John Lewis Gaddis. *Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado.*

## Introdução

Esta tese tem como objeto a atuação de políticos brasileiros durante as três últimas décadas da monarquia e a primeira década republicana. Nosso objetivo principal é a análise da dinâmica do sistema político-parlamentar do Império a partir da prática de seus integrantes nos anos de crise do regime. Também investigamos a atuação de figuras-chave da política institucional diante do golpe de 15 de Novembro, abordando a reação à instauração do regime republicano.

Temos como propósito geral reavaliar esse momento ímpar na história brasileira: o da transição entre as suas duas formas de governo, monarquia e república. Muitos estudos tratam dos republicanos e seus projetos, verificando até que ponto e em que sentido suas propostas foram efetivadas. Todavia, há escassez de estudos sobre os elementos opostos: os fiéis ao regime deposto. Apenas um trabalho de fôlego tomou, até hoje, os monarquistas como objeto específico de estudo: *Os subversivos da república*, tese de livre docência de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, publicada em 1986. No seu denso mapeamento, Janotti aborda a atuação destes agentes apenas sob a república. Em termos historiográficos, esta tese pretende complementar o trabalho pioneiro da autora.

Na análise do sistema político-parlamentar do Império em seus últimos anos, ativemo-nos às alianças, acordos e embates entre seus artífices e percebemos que as dissensões iam muito além da clássica divisão entre conservadores e liberais. Como não havia unidade de princípios, tanto no Partido Conservador como no Liberal, discordâncias circunstanciais, e comuns na dinâmica dos partidos políticos, geravam efeito detonador de cisões, esfacelamentos e recomposições intrapartidárias que causaram fraturas que progressivamente levaram a uma situação que denominamos de fragilidade monarquista. As características gerais da fragilidade monarquista foram: a dificuldade de acordos entre os liberais, inclusive de apoio aos líderes, para a efetivação de suas propostas, geralmente efetuadas em gabinetes conservadores, o que levava ao esvaziamento de sua plataforma; por outro lado, as fissuras entre os conservadores, agravadas pela efetivação das reformas liberais, impediam a

conjugação de forças para a conservação das instituições políticas e do próprio Segundo Reinado.

A tese se divide em 3 partes relacionadas, mas relativamente independentes. Nos capítulos da Parte I são examinadas as fraturas que levaram à fragilidade monarquista. A primeira se deveu aos acalorados ataques ao Poder Moderador e demandas por reformas dos anos 1860. O fim da lógica da conciliação levou a uma coalizão entre conservadores moderados e liberais históricos da qual se originou a Liga, e depois Partido, Progressista. A segunda fratura, em meio ao clima tenso da Guerra do Paraguai, deveu-se aos debates sobre a emancipação, até porque, embora item da agenda liberal, a proposta foi encaminhada pelo Executivo, que conseguiu a aprovação da primeira lei gradualista num gabinete conservador. A terceira ocorreu em torno da descentralização, após as recomposições de 1868/1869, que originaram dois grupos liberais, o novo Partido Liberal e os liberais radicais, tendo surgido de uma cisão deste último o Partido Republicano que, em seu manifesto de 1870, encampou a defesa da federação.

Nos capítulos da Parte II analisamos os desdobramentos das fraturas no final da década de 1870 e ao longo do decênio de 1880, de radicalização reformista. A fragilidade monarquista se acentuou durante a campanha abolicionista, capitaneada no parlamento por Joaquim Nabuco, e culminou na última cisão liberal, em 1889, em meio à discussão sobre a maneira de efetivar a descentralização administrativa. Por isso, nos capítulos desta segunda parte, juntamente com os debates políticos e crises partidárias, analisamos a atuação de Joaquim Nabuco e do visconde de Ouro Preto, agentes que concentravam as características das alas liberais às quais se ligavam. O gabinete Ouro Preto, cuja estreia foi marcada pelo bombardeio de correligionários liberais, ainda teve que lidar com os últimos incidentes da questão militar – originada por queixas da alta oficialidade militar em relação a autoridades civis – então reavivada por jovens oficiais republicanos. Dedicamos um capítulo ao balanço das relações entre força militar e força civil no Império, já que a conspiração para o golpe de 15 de Novembro foi inicialmente arquitetada por setores descontentes do Exército.

Os capítulos da Parte III abordam a posição de políticos da monarquia frente ao golpe e ao longo do primeiro decênio republicano. Para fins de inteligibilidade, dividimos a reação monarquista em três momentos: o primeiro, de contenção, se

estendeu até 1895; o segundo, de auge, durou desde então até fins de 1896 em São Paulo e inícios de 1897 no Rio; por fim, o terceiro, de declínio, se estendeu até 1900.

Apesar do adesismo infrene no imediato pós 15 de Novembro, houve tentativa de resistência da parte de políticos e cortesãos, bem como revoltas e motins de populares e militares de baixa patente em vários pontos do país. Tais reações descoordenadas e espontâneas levaram o Governo Provisório a intensificar a repressão. Ainda assim, a reação se fez interruptamente através da imprensa e continuamente por meio das produções intelectuais, até mesmo para refutar as construções narrativas que visavam justificar o novo regime. Os monarquistas também apoiaram, moralmente, movimentos contrários à república, como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, e alguns até financeiramente quando ocorreu a junção de participantes dessas sublevações.

Exceto no segundo momento de reação, de inédita aglutinação e atividade associativa, os monarquistas atuaram de maneira isolada, o que em parte se deveu ao fato de que os resistentes à república foram minoria entre os homens do regime deposto. A maioria aderiu, usufruindo cargos e posições, ou permaneceu indiferente, sem se envolver em qualquer forma de defesa da monarquia. Abordamos, pois, elementos destituídos do poder em sentido bem peculiar, pois as gestões republicanas, exceto a do marechal Floriano, aceitaram em suas instâncias homens do Império, já que sua experiência política era útil para a implementação da nova máquina administrativa. Este fator acentuou o isolamento dos reacionários, carentes de quadros, que poucos esforços empreenderam na captação de novos adeptos às suas fileiras. Apesar da mudança de inserção política destes agentes – da esfera institucional à extra-oficial e ocasionalmente clandestina – a reação monarquista foi perpetrada por uma reduzida fração da elite política e intelectual do Império. Estes aristocratas pouco se congregavam por causa da reativação de divergências anteriores, algumas tornadas públicas em polêmicas, além do surgimento de novas rivalidades, até porque, individualidades de prestígio, pouco se submetiam uns aos outros, brigando por liderança e pela autoridade da palavra. O fato de privilegiarem os escritos políticos como meio de ação também os desuniu, pois suas obras intelectuais foram arquitetadas no isolamento de seus gabinetes. Todavia, justamente neste domínio falavam quase

em uníssono, compondo discursos laudatórios ao Império, particularmente ao Segundo Reinado, marcado pela paz, ordem, liberdade e integridade territorial. No campo narrativo, os monarquistas selaram sua união e forjaram a sua própria imagem à semelhança do retrato imperial que pintaram.

Destaquemos que a tese apresenta variações na escala de análise: nas Partes I e II as crises partidárias e a política institucional ocupam o primeiro plano, já na Parte III o proscênio é ocupado pelos resistentes ao processo de institucionalização em andamento, embora sempre relacionados às conjunturas da macropolítica. Durante os governos militares, o ativismo monarquista foi reprimido e se tornou marginal, tendo que ser efetuado nos interstícios, ou seja, nas brechas inerentes a todo sistema político, por mais englobante que pretenda ser a instância estatal. Já na maior parte da presidência civil de Prudente de Moraes o reacionarismo foi livremente permitido, o que nos leva a refletir sobre o *modus vivendi* entre governantes e governados nos primeiros anos republicanos. Nos capítulos da Parte III, Joaquim Nabuco e Ouro Preto continuam como agentes destacados, já que tomaram parte na reação e contribuíram na produção memorialista. No entanto, a médio prazo fizeram escolhas distintas em relação ao novo regime, pois Nabuco aceitou o cargo diplomático que lhe foi oferecido em 1899 e, pouco depois, aderiu à república. A comparação de suas trajetórias permite-nos avaliar os distintos graus de envolvimento dos monarquistas com a reação e com o novo panorama político.

Outros políticos, menos notáveis sob o Império, também são considerados, como João Mendes de Almeida e Afonso Celso, devido aos seus esforços de arregimentação e, no caso do último, também por seus textos memorialísticos. Também realçamos a atuação de Eduardo Prado, membro da aristocracia cafeeira paulista. Era irmão de Antônio Prado, um dos articuladores da aprovação de duas leis relativas ao fim da escravidão, a de 1885 e a de 1888, e fundador de uma liga que mantivera conexões com republicanos paulistas, pois, ainda que prócer do Partido Conservador, considerava que cabia à monarquia promover a transição para a república. Embora jamais tenha ocupado cargo político sob o Império, Eduardo Prado foi o maior propagandista da restauração na Europa e um dos maiores financiadores da reação. Foi ele quem formulou, com os artigos compilados em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, as bases da retórica

monarquista, lapidada ao longo da primeira década republicana. Foi também o autor do primeiro livro apreendido pela polícia sob a república, *A ilusão americana*, e um dos maiores aglutinadores de defensores da monarquia em São Paulo.

Nos capítulos da Parte III, acompanhando as trajetórias de individualidades no campo da reação monarchista, estudamos aspectos pouco explorados pela historiografia, tais como: as ideais políticas de Eduardo Prado, pouco analisadas em detrimento de suas composições literárias; a atuação monarchista de Joaquim Nabuco, eclipsada por sua aceitação da república e pela legenda de líder abolicionista, e a explicação do visconde de Ouro Preto para a queda do Império na ocasião em que ele era o chefe de governo.

O resultado da reação monarchista é conhecido: seu fracasso, já que não houve restauração monárquica. Neste sentido, estaríamos deslindando a história de mais um insucesso na conturbada primeira década republicana, conhecida na historiografia por seu caráter anárquico. Mas, dada a natureza indireta e conjectural do conhecimento histórico, formulado a partir de representações, não teriam os monarchistas, os mestres da palavra, contribuído para esta interpretação? Eles não teriam construído, além da apologia ao Império, versões a respeito de si mesmos e dos primeiros anos republicanos? Em sua retórica, não teriam minimizado o peso de aspectos internos ao sistema político imperial no rol dos fatores de crise do regime? São estas as problemáticas que orientam esta tese. Partamos da objetividade do sistema político imperial até chegarmos às representações subjetivas de seus atores-autores.



## **PARTE I**

### **Dissidências políticas de fins do Império**

## 1 – A primeira fratura: o fim da lógica da conciliação

Nas três últimas décadas do Império, as dissidências políticas no interior e entre os partidos, Liberal e Conservador, causaram *fraturas* que progressivamente levaram a uma situação de *fragilidade monarquista*, vinculada às crises partidárias. Tais fraturas se iniciaram em 1860, quando surgiu a idéia de formação da Liga Progressista por parte de integrantes da primeira dissidência conservadora desde a institucionalização do regime em 1850, e se desenvolveram até a última divisão entre os liberais, em 1889, quando do início do último ministério do Império, o do visconde de Ouro Preto, em meio aos debates referentes à adoção do sistema federativo.

Nos anos 1860, o foco de desavenças entre os monarquistas recaiu nas críticas ao Poder Moderador, quando os liberais demandavam a limitação da centralização governamental.

Ao longo da década de 1870 as reformas mais demandadas foram a emancipação dos escravos e a relativa ao sistema eleitoral. Os liberais de vários matizes envolveram-se com ambas as propostas, que vinham apresentadas como “ideias avançadas” à época, associadas ao progresso.

Já na década de 1880, novas proposições reformistas tocavam nos braços tradicionais e intervencionistas da monarquia, como em relação ao Conselho de Estado e o Senado, ambos vitalícios.<sup>1</sup> Todavia, a maior celeuma se deu em torno da discussão sobre a abolição da escravidão e a descentralização político-administrativa.

Embora não desprezemos as demais reformas, nos deteremos nas três que expressam mais a fundo as fraturas monarquistas: as críticas ao Poder Moderador (capítulo 1), os debates relativos à questão da escravidão (capítulo 2) e à autonomia/federalização das províncias (capítulo 3).

### A reativação de críticas ao Poder Moderador desde os anos de 1860

---

<sup>1</sup> E. V. da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, pp. 432-433.

O Poder Moderador, alvo de crítica dos republicanos em sua campanha nos anos 1870 e 1880, já era objeto de ataque dos liberais e conservadores na década de 1860.

No período mesmo de consolidação do Estado Imperial não havia homogeneidade, quer entre liberais, quer entre conservadores. Dado o fechamento do sistema político imperial, que José Murilo de Carvalho definiu como um clube, no qual nem todos podiam entrar, o treinamento e a socialização eram responsáveis pela peculiar unidade da elite política imperial, intimamente ligada às funções da burocracia estatal.<sup>2</sup> Alguns fatores causavam, no entanto, uma espécie de cisão entre seus membros – era o caso do regionalismo e da competição entre setores da burocracia.<sup>3</sup> Como destacou Ângela Alonso, “o sistema político hierarquizava a própria elite”, de modo que a própria diferenciação em partidos atestava, além de uma “polarização interna na elite”, “uma diferenciação regional, de interesses econômicos e de programa”.<sup>4</sup> E, por ser uma monarquia ainda com características de Antigo Regime, a própria distribuição de posições de prestígio e poder criava sutis diferenciações, embora nem sempre reconhecidas, entre e no interior dos grupos sociais envolvidos.<sup>5</sup>

Para José Murilo de Carvalho, por volta de 1850, em uma adaptação da famosa expressão de Marx, utilizada como metáfora para a construção do Estado imperial, teria se completado no Brasil a “acumulação primitiva de poder”.<sup>6</sup> Três medidas correlacionadas fizeram do ano de 1850 um marco decisivo: a abolição do tráfico, a lei de terras e a reforma da Guarda Nacional. Uma quarta medida se encaixou perfeitamente na conjuntura, o Código Comercial. Por isso, o ano de 1850 seria um de marco na implantação do Estado Nacional.<sup>7</sup> Foi esse conjunto de leis que criou a estrutura política e administrativa centralizadora do Segundo

<sup>2</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*, p. 138 e pp. 140-145.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, p. 171.

<sup>4</sup> A. Alonso, *Idéias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*, p. 66.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, p. 99.

<sup>6</sup> J. M. de Carvalho, *op. cit.*, p. 156; *Teatro de sombras: a política imperial*, p. 249.

<sup>7</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 256-257. Para as medidas de 1850, ver também M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, in: M. Y. Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, pp. 246-249. Sérgio Buarque de Holanda também destaca a importância da centralização e diz que a modernidade dos conservadores brasileiros estaria justamente no aferro com que adotaram o ideal da centralização, ao passo que seus adversários reclamavam o federalismo, fenômeno com raízes na Idade Média. S. B. de Holanda, *Capítulos de história do Império*, p. 189.

Reinado, de modo que o Estado pode estar salvo do poder centrífugo local.<sup>8</sup> As medidas de 1850 caracterizam este ano como de institucionalizações que reforçaram as relações entre centro e periferia, entre a Coroa e os proprietários rurais.

Paradoxalmente, a reativação do ímpeto reformista, na década de 1860, foi iniciada por dissidentes conservadores. De seu lado, os liberais aderiram, uma vez que a *conciliação* era dominada pelo pólo conservador. Daí a primeira das fraturas políticas que conduziriam a uma crescente fragilidade no quadro de decadência do regime imperial.

Antes de falarmos das fraturas – a começar pelo desmonte da lógica de conciliação em tempos de coalizão progressista – reafirmemos alguns pressupostos para a interpretação da política imperial nestes anos.

O sistema político imperial era simultaneamente estável e instável, em seus múltiplos fatores. Estável porque um acordo entre liberais e conservadores permitiu o estabelecimento da ordem com base no poder que lhes cabia como proprietários de terras e escravos. Instável porque as demandas por reformas, então sufocadas, vez por outra reavivavam, e porque um sistema político assentado sob um regime de trabalho que não poderia perdurar indefinidamente ficava extremamente vulnerável.

O assentimento de liberais e conservadores para a propriedade como critério de cidadania e o exercício de poder do proprietário de terras e escravos em seus domínios – para o controle das eleições pelo executivo, embora confluentes com a violência e fraude eleitoral local – constituíram um acordo para o estabelecimento da ordem. Por outro lado, como a propriedade era de terras e escravos, no momento em que o Estado interferisse em um desses domínios, a sua principal base de sustentação seria atingida, como aconteceu com a lei de 13 de Maio, quando a liberdade se sobrepôs definitivamente à ordem. Como o Segundo Reinado já fora erigido com a certeza da impossibilidade da continuação do tráfico de escravos – até mesmo porque já havia uma lei de proibição desde 1831 que, no entanto, não era respeitada – o sistema político imperial nasceu com uma

---

<sup>8</sup> Uma interpretação diversa – do Segundo Reinado como uma solução de compromisso entre o Estado e os poderes locais – pode ser encontrada em R. Graham, *Patronage and Politics in 19th century Brazil*.

sentença de morte. Foi na década de 1860 que, em meio à instabilidade, sinais dessa sentença se fizeram notar no plano das alianças políticas.

Até este momento consentia-se com o “papel importante da Coroa em evitar o monopólio do poder das facções”.<sup>9</sup> A partir de então, a reativação da crítica ao Poder Moderador se tornou um mote para aumentar as dissensões políticas. Um grupo de conservadores dissidentes iniciou o processo, passando a confrontar a lógica da *Conciliação*. A Liga Progressista foi idealizada, pelos conservadores, com o objetivo de isolar os *ultras*. Vejamos brevemente como se iniciou a própria conciliação para depois falarmos da ruptura.

Em 6 de setembro de 1853, iniciou-se o *Ministério da Conciliação*, assim chamado porque cargos da administração e do parlamento foram dados a liberais estando os conservadores no poder.<sup>10</sup> Sua direção coube a Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e posteriormente marquês de Paraná.<sup>11</sup> O conselheiro Nabuco de Araújo foi um dos políticos que mais defendeu a conciliação entre os elementos moderados dos dois partidos, como no discurso de 6 de julho, apelidado pelos parlamentares de “ponte de ouro”. A iniciativa e a primazia da harmonização entre os partidos deveriam caber aos conservadores, que sustentariam a ordem e a autoridade.<sup>12</sup> A *Conciliação* foi uma composição de forças de conservadores e liberais, mas sob as diretrizes dos primeiros.<sup>13</sup>

Essa aliança não impediu, todavia, que o *Ministério da Conciliação* tivesse vários adversários mesmo entre os conservadores. Neste caso, havia tomada de

<sup>9</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 256.

<sup>10</sup> Sérgio Buarque de Holanda observa que, desde a década de 1840, as palavras *conciliação* e *liga* haviam aparecido no vocabulário político de homens ilustres, como o conselheiro José Martins da Cruz Jobim e Paula Sousa. O último chegara mesmo a propor a organização de um terceiro partido, composto por elementos moderados do liberal e do conservador, exatamente o que ocorreu na década seguinte, embora não nesta ordem. S. B. de Holanda, op. cit., pp. 43-45 e p. 211.

<sup>11</sup> Paraná foi de fato o primeiro presidente do Conselho de Ministros do Brasil, pois, embora o cargo só tenha sido criado em 1847, ele foi o primeiro a escolher os colegas do seu ministério, iniciado em 23 de janeiro de 1843. S. B. de Holanda, op. cit., p. 164. Isso porque o visconde já havia se destacado no combate à revolta Praieira, além de ser o principal ponto de apoio da *trindade saquarema* na Corte. R. Salles, “O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”, Fórum da revista Almanack, pp. 4-6. A trindade saquarema era composta por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí; Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde de Uruguai, e Eusébio de Queirós.

<sup>12</sup> Apud J. Nabuco, *Um Estadista do Império*, 5ª ed., pp. 151-155; id. *Minha formação*, p. 120.

<sup>13</sup> O Ministério da Conciliação ficou sob a chefia de Paraná até a sua morte, em 3 de setembro de 1856. Foi substituído provisoriamente pelo titular da pasta da Guerra, Luís Alves de Lima e Silva, na época conde de Caxias, depois marquês e duque, que ficou na chefia de gabinete até 4 de maio

posições opostas, como a de Eusébio de Queiroz em relação à idéia das eleições por distrito de um só deputado.<sup>14</sup> Houve também os que se opuseram e depois fizeram revisão de seus posicionamentos, como o próprio marquês de Olinda, para o qual todo o combate à obra do ministério Paraná não o impediu de aceitar continuá-la.<sup>15</sup> Outro opositor de destaque foi Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro barão de Uruguaiana.<sup>16</sup> De origem conservadora, Ferraz havia apoiado o ministério liberal de Paula Sousa, voltou a ser *ordeiro* em 1859 e, mais adiante, acabou pendendo para o lado da Liga Progressista.<sup>17</sup>

Pedro II decidiu manter os conservadores no poder, até mesmo porque contavam com maioria parlamentar, o que reforçou o seu predomínio nos anos da conciliação. Com as eleições de 1860, entretanto, a oposição Liberal cresceu e voltaram à Câmara vários *liberais históricos*<sup>18</sup>, como Teófilo Otoni.<sup>19</sup> Os anos de 1860 a 1862 se caracterizaram por uma forte oposição aos *emperrados*.<sup>20</sup> A maioria parlamentar não foi capaz de garantir efetiva governabilidade aos conservadores, que se dividiram entre as lideranças tradicionais e as novas, mais moderadas. Embora em minoria, a oposição não poupou mais a poderosa facção conservadora. É por isso que Holanda caracteriza este momento como de “calma podre da conciliação”, pois esta já estava desmoralizada.<sup>21</sup> Os conservadores, que haviam formado um bloco coeso para a aprovação do projeto de reforma eleitoral,

---

de 1857. O último presidente do Ministério da Conciliação foi Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, até 12 de dezembro de 1858.

<sup>14</sup> Eusébio de Queiroz se opôs a esta reforma eleitoral porque iria produzir o que ele chamou de “triunfo da mediocridade”. Apud. O. Lima, *O Império Brasileiro*, p. 43.

<sup>15</sup> No poder, Olinda se esforçou para ofuscar as cisões entre os partidos, visando cumprir de fato a famosa frase de Paraná de que “não há mais saquaremas nem luzias”. S. B. de Holanda, op. cit., p. 57e p. 190.

<sup>16</sup> Ângelo Ferraz censurou o que considerava “conciliação de homens e não de idéias”. Apud O. Lima, op. cit., p. 41.

<sup>17</sup> S. B. de Holanda, op. cit., pp. 54-55. Até o *renascer liberal*, seguiram-se os seguintes ministérios conservadores: o do ex-liberal Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, até 10 de agosto de 1859; Ângelo Muniz da Silva Ferraz, barão de Uruguaiana, até 2 de março de 1861; por fim, Luís Alves de Lima e Silva, na época marquês de Caxias, até 24 de maio de 1862.

<sup>18</sup> Os *liberais históricos* assim se autodenominavam porque reivindicavam para si a herança das glórias do 7 de abril de 1831 e do Ato Adicional de 1834. Id., *ibid.*, p. 146.

<sup>19</sup> Foi em sua campanha eleitoral no Rio que, pela primeira vez, o povo foi arrastado às ruas por motivo de representação política na ordem imperial. O símbolo era um lenço branco e marcou o início dos comícios no Brasil. J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 409; A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p. 38 e p. 67.

<sup>20</sup> S. B. de Holanda, op. cit., p. 111. O primeiro a empregar o termo *emperrados* foi o liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos. O mais notório representante dos emperrados era Eusébio de Queiroz, um dos membros da Trindade Saquarema, “o papa dos conservadores renitentes”. Id., *ibid.*, p. 105.

<sup>21</sup> S. B. de Holanda, op. cit., p. 73.

se cindiram. Isso porque o objetivo era reverter a situação criada pela lei dos círculos, que teve como efeito a eleição de elementos conhecidos apenas ao nível local em detrimento dos notáveis do partido. Contudo, criou-se uma situação inusitada: a eleição de liberais experientes no conflito de facções. A reforma eleitoral que introduziu o círculo de três deputados, na terminologia paretiana, foi um tipo de *ação não lógica*<sup>22</sup>: a ação foi tomada com finalidade subjetivamente pensada, mas não foi efetivada, ou seja, o fim objetivo acabou sendo diverso do fim subjetivamente pensado. E o meio empregado refletiu resultado efetivo, inverso ao esperado, no plano da realidade. Eis que se iniciou a primeira fratura nas fileiras monarquistas.

Tal esfacelamento intrapartidário fez com que os conservadores herdeiros da *conciliação* iniciassem uma dissidência e se aliassem aos liberais históricos, em outra coalizão, a *Liga Progressista*. Na articulação desta nova composição destacaram-se dois chefes políticos: no Senado, o seu principal mentor, o conservador dissidente Nabuco de Araújo; na Câmara, o liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos. Eles conseguiram retirar os conservadores do poder e iniciaram um novo gabinete, de primazia liberal.<sup>23</sup>

É por isso que, embora originária da *Conciliação* e também composta por elementos de ambos os partidos, a *Liga Progressista* mostrou-se uma experiência bastante distinta. A *Conciliação* fora criada pelo governo, ao passo que a *Liga* foi criada para se chegar a ele. A *Conciliação* fora uma proposta de caráter conservador, a *Liga* visava, efetivamente, a realização de reformas.<sup>24</sup>

Como a *Liga Progressista* foi um filhote da *Conciliação*, o marquês de Paraná, objetivando acabar com a divisão entre luzias e saquaremas que havia marcado a formação do Estado imperial, não contava que após a sua morte viesse a agir o que Hegel chamou de “astúcia da Razão”.

A *Liga* deve ser entendida como fruto do fracasso da *Conciliação* e como seu efeito contrário, o oposto do que se pretendia. Também propôs uma conciliação, mas entre conservadores moderados e liberais reformistas, visando isolar os conservadores mais intransigentes. A *Liga Progressista* foi a primeira

---

<sup>22</sup> R. Aron, “Vilfredo Pareto”, *As etapas do pensamento sociológico*, pp. 377-459.

<sup>23</sup> M. O. Basile, op. cit., p. 254.

<sup>24</sup> R. Salles, “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, pp. 55-60.

revolta, curiosamente encetada por dissidentes conservadores, contra a *Conciliação*. Foi uma insubordinação endógena e que, por isso mesmo, deu outros frutos.

O ministério de 24 de maio de 1862, com o chamado *renascer liberal*, levou ao primeiro questionamento da lógica da *Conciliação*, liderada pelos conservadores. A própria denominação *renascer* reporta-se ao tempo das Regências. O sentido era claro: os liberais demandavam maior espaço de ação.

A *Liga Progressista* ganhou expressão pública em 1862, sob o ministério de Luís Alves de Lima e Silva, marquês de Caxias. Todavia, o novo agrupamento político havia começado a se articular em 1860. Uma de suas fontes de fundamentação foi justamente o terceiro volume das *Memórias*, de Guizot, impressas nesse mesmo ano. O ministro de Luís Filipe foi alçado a modelo para a ação política por Zacarias de Góes e Vasconcellos, um dos líderes da *Liga*.<sup>25</sup>

A entrada da *Liga* na política propriamente ministerial ocorreu com uma ação por parte de Zacarias. E mais do que isso: introduziu novas regras ao jogo político, de modo que cada vez menos se aceitava o embargo às reformas. Em discurso na Câmara de 21 de maio de 1862, Zacarias se referiu aos conservadores mais inflexíveis como *emperrados*, posto que se opunham a uma emenda sua a um projeto de exames das Câmaras aos relatórios dos diferentes ministérios.<sup>26</sup> Três dias depois caiu o gabinete Caxias, por uma moção de desconfiança, embora aprovada com apenas um voto de diferença. Foi a primeira vez no Brasil que um governo foi derrubado pelo parlamento. Iniciou-se o primeiro gabinete Zacarias, chamado pelo imperador por ter encabeçado a oposição vitoriosa, o que representou êxito relativo da *Liga Progressista*. Isso porque este ministério só durou seis dias, sendo Zacarias obrigado a se demitir por causa de um pronunciamento da Câmara.<sup>27</sup> Pedro II chamou o marquês de Olinda para compor novo ministério, porque este era neutro entre as posições mais divergentes. O ministério Zacarias foi então chamado “dos anjinhos” porque morreu antes de engatinhar. Foi substituído pelo “dos velhos”, pois além do próprio chefe de gabinete, os ministros, ademais de calejados na política, eram idosos.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> S. B. de Holanda, op. cit., pp. 91-93.

<sup>26</sup> Id., ibid., p. 86.

<sup>27</sup> Id., ibid., p. 93.

<sup>28</sup> Id., ibid., pp. 101-105.



A *Liga Progressista* ocasionou uma inflexão na política imperial: os liberais queriam mais espaço de manobra, aceitavam cada vez menos os limites às suas atuações. Daí os ataques ao Poder Moderador. A partir da dissidência conservadora, os políticos do Partido Conservador, divididos em *emperrados* e *moderados*, continuariam disputando a condução do regime, premidos entre as opções: resistir ou reformar.<sup>29</sup>

A historiografia costuma dimensionar sobremaneira a crise política de 1868. No entanto, em termos de rearranjos políticos e de confronto ao sistema político, a crise de 1862 é tão ou mais significativa que a de 1868. A entrada da *Liga* na cena política deu um fruto importante: a própria cisão de 1868. Como salienta Sérgio Buarque de Holanda:

Mesmo a grande crise de julho de 1868, deixando à mostra as taras do regime, é como uma projeção ou metástase da crise menor de maio de 1862 e não deixa de ser sintomático que as mesmas personagens – Caxias e Zacarias – são as figuras de primeiro plano nos dois episódios, movendo-se sob a vigilante perplexidade de D. Pedro II.<sup>30</sup>

Em nosso entender, não são crises distintas, mas faces de um mesmo movimento que levou à primeira fratura monarquista. Trata-se de um processo que expressou: em seu primeiro deslocamento, 1862, o confronto; já em 1868, o desmonte da lógica da Conciliação.

As alcunhas exprimem bem os reposicionamentos políticos, até porque vinculadas a rearranjos partidários. Os *ligueiros*, como foram chamados os dissidentes do Partido Conservador unidos a liberais *moderados* contra os *emperrados*, passaram a se autodenominar como *progressistas*. O primeiro a empregar o termo foi o ex-ministro José Antonio Saraiva, na Câmara dos Deputados, no que foi seguido pelos sectários da *Liga*.<sup>31</sup>

Sérgio Buarque de Holanda atenta que a alcunha *saquarema* caiu então em desuso para os conservadores que passavam a se chamar *puritanos*, apodo que o imperador também passou a utilizar para eles. Os conservadores aceitaram resignados outros apelidos, como *rubros* e *vermelhos*, que tinham conotação

<sup>29</sup> A. Alonso, *Ideias em movimento*, p. 75.

<sup>30</sup> S. B. de Holanda, op. cit., p. 94.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, p. 97.

pejorativa, pois aludiam à maneira como ficavam em sua ânsia de deter todas as posições de realce.<sup>32</sup>

Como a autodefinição influencia na maneira como os agentes articulam suas atividades, as novas denominações, até pelos fracionamentos e reagrupamentos, sinalizam que o jogo político ganhava novas regras.

O fracionamento no interior do Partido Conservador, ao final da *conciliação*, levou a novas recomposições. A fragmentação do campo político, neste caso de suas lideranças dirigentes em facções e subgrupos, pode ser indicativa de um alto grau de politização, o que sinaliza a ardência dos debates desta década de 1860. Começou-se a romper a estabilidade anterior, o estado de equilíbrio que permitira a própria institucionalização do Império.

A *Liga Progressista* levou adiante o ideal da harmonização dos partidos, subjacente ao ministério da conciliação, mas sob a égide liberal. De bloco parlamentar a nova composição transformou-se no Partido Progressista, em 1864. Este foi o primeiro partido formalmente elaborado durante o Império.

O próprio imperador assistia meio perplexo aos novos arranjos e renomeações políticas. Nas suas anotações de diário, ele registrou uma conversa com Caxias sobre as novas relações entre liberais e conservadores, admirando-se que os partidos e “sobretudo o progressista, não tendo programa definido, brigassem tanto pelo poder”.<sup>33</sup> De fato, o Partido Progressista não tinha programa, assim como também não o tinha o próprio partido da ordem, o Conservador. Philippe Lejeune salienta como, no meio científico, diários e autobiografias foram vistos, e de certo modo ainda o são, como testemunhos pouco confiáveis. Mas as relações de poder estão ligadas a toda forma de escolha e de escrita. As pessoas selecionam e excluem o tempo todo.<sup>34</sup> E isso interfere e se reflete em seus escritos. No caso do registro de diário do monarca, fica claro que é o fato do novo partido brigar tanto pelo poder que o impressiona, posto que a disputa entre o Liberal e o Conservador já era clássica, parte constituída e constituinte da trajetória do seu reinado. Trata-se de uma correlação de forças. Recém criado, o

---

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, pp. 94-95.

<sup>33</sup> Apud *ibid.*, p. 104.

<sup>34</sup> P. Lejeune, “O guarda-memória”, *Estudos Históricos*, pp. 112-113. Atentemos que a preocupação de Lejeune é com os diários de pessoas comuns.

Progressista estaria em desvantagem, como de fato o estava, pois justamente por surgir de uma dissidência é que ele deveria ter um programa.

Todavia, os progressistas se preocuparam em elaborar um programa, embora tenha sido esforço inconcluso. Na sessão do Senado de 6 de junho de 1864, Zacarias leu o esboço do programa do Partido Progressista, que foi redigido por ele, Dias Vieira e, principalmente, Nabuco de Araújo. Apesar de ter sido objeto do debate em várias sessões do Senado, desse mês de junho, o programa não chegou a ser publicado.

O programa propunha, entre outros itens, a descentralização e a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador.<sup>35</sup> A inovação e o grosso do programa se dedicava a reformas judiciárias, como por exemplo, separação das funções judiciais das policiais e maior autonomia e profissionalização aos magistrados.<sup>36</sup>

Como o principal responsável pela elaboração do programa foi Nabuco de Araújo, o documento mesclou velhas demandas liberais com novas propostas, já que a liderança da *Liga* estava nas mãos da dissidência conservadora. Além disso, o programa não sugeria mudanças significativas do sistema político, pois seus artífices eram endógenos.

Por mais precário que fosse este programa, o fato é que foi a primeira plataforma política elaborada por um partido no Brasil. Tratou-se apenas de um esboço, que não foi publicado porque os partidários não chegaram a acordo sobre alguns itens.<sup>37</sup> Tais discordâncias só evidenciam os embates típicos de um momento de tensão política e também de ruptura. Os efeitos do confronto se fizeram sentir evidentemente entre os próprios conservadores, que se sentiram na obrigação de justificar o Poder Moderador e a centralização político-administrativa.

---

<sup>35</sup> O programa encontra-se transcrito em A. Brasiliense, *Os programas dos partidos e o Segundo Império*, pp. 15-22. Ver também M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, p. 255 e A. Alonso, *Ideias em movimento*, p. 72. O programa reivindicava: divisão de poderes, responsabilidade dos ministros pelo Poder Moderador, liberdade individual, descentralização administrativa, representação de minorias, execução do Ato Adicional, reforma da lei eleitoral, reforma e organização judiciária, separação entre polícia e justiça, reforma hipotecária, organização de um código civil, revisão do código comercial, organização do crédito territorial, reforma municipal, reforma da guarda nacional, educação e regeneração do clero.

<sup>36</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem*, p. 206. A separação definitiva entre judiciário e política só foi efetuada pelo gabinete reformista do conservador visconde do Rio Branco e com um *ultra*, o visconde de Niterói, na pasta da Justiça. S. B. de Holanda, op. cit., pp. 191-193.

Já 1862, um dos líderes conservadores, o visconde de Uruguai, em *Ensaio sobre o direito administrativo* – como resposta a *Da natureza e limites do Poder Moderador*, publicado anonimamente por Zacarias em 1860 – admitiu que a “reação monárquica” tinha alcançado certo excesso que sufocava a sociedade.<sup>38</sup>

Inspirado em Trolley, o visconde de Uruguai justificou a centralização como meio de unidade da nação e do poder, ou seja, a base para uma organização política sólida e duradoura.<sup>39</sup> Já Tocqueville foi invocado para explicar como a instrução pública serviria para interiorizar a dominação imperial ao criar a opinião pública no país.<sup>40</sup>

O debate em torno do quarto poder estimulou Braz Florentino Henriques de Souza a publicar, em 1864, uma resposta direta a Zacarias com *Do Poder Moderador, Ensaio de Direito Constitucional contendo a análise do Título V, Capítulo I, da Constituição Política do Brasil*.<sup>41</sup> Braz Florentino, reinterpretou Benjamin Constant para defender um “poder executivo supremo”.

Somente quando a lógica da *Conciliação* foi questionada é que se começou a justificar os princípios do sistema político, ou melhor, a explicar a tradição inventada em um momento fundacional como o Segundo Reinado.<sup>42</sup> Tradição esta que não havia se cristalizado em livros de teoria política, ao contrário, encarnara-se nas próprias instituições.<sup>43</sup>

As ressignificações de autores europeus, por parte dos conservadores, visavam defender a centralização política e administrativa face às críticas progressistas, feitas sobretudo por Zacarias, Nabuco de Araújo, Ferreira Vianna e Saraiva. Nas críticas ao poder moderador, os progressistas haviam se apropriado

<sup>37</sup> S. B. de Holanda, op. cit., pp. 104-105.

<sup>38</sup> A. Alonso, *Ideias em movimento*, p. 79. Todos sabiam que a obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* havia sido redigida por Zacarias. A segunda edição, de 1862, já continha uma tréplica à obra de Uruguai.

<sup>39</sup> I. R. de Mattos, *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, pp. 184-187.

<sup>40</sup> A. Alonso, *Ideias em movimento*, p. 65.

<sup>41</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, este foi o primeiro debate e conjunto de estudos mais aprofundados de Teoria Política e Direito Constitucional no Brasil. Antes, somente Pimenta Bueno, futuro visconde e marquês de São Vicente, tinha produzido algo a respeito, em 1857, com *Direito Público Brasileiro*. J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 371-375, p. 388 e p. 415.

<sup>42</sup> O debate entre setores da elite acabou delineando a pauta de assuntos para que os grupos da geração 70 expressassem suas críticas e insatisfações em relação ao regime, ou seja, a contestação dos valores e instituições da ordem imperial. De acordo com Angela Alonso, foi “a cisão da elite imperial” que abriu a “estrutura de oportunidades políticas” para o reformismo do movimento político da geração 70. A. Alonso, “Apropriação de idéias no Segundo Reinado”, in: K. Grinberg. R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, p. 96, p. 108 e pp. 113-114.

da máxima de um dos ícones da Monarquia de Julho, Thiers: o rei reina, mas não governa.<sup>44</sup>

O conservador Ferreira Vianna publicou anonimamente, em 1867, um dos mais importantes panfletos do Segundo Reinado, *A Conferência dos Divinos*. Em um diálogo imaginário, Pedro II explica a Nero como conseguia manipular os homens e os partidos e, assim, governar sem usar violência, apenas a arma da corrupção. Este trecho é sintomático da crítica ao Poder Moderador: “Dividindo-os em partidos; servi-me de um para destruir o outro e, quando o vencido estava quase morto, levantava-o para reduzir no mesmo estado o vencedor. Eram ferozes! Às vezes, fingia querer conciliá-los para os confundir e corromper mais”.<sup>45</sup> A tensão nos bastidores da política levou um conselheiro de Estado a irromper em crítica tão mordaz ao controle exercido pelo imperador sobre o sistema partidário.

Diante da primeira fratura monarquista, enquanto alguns conservadores se voltavam contra os seus e atacavam os abusos do poder moderador, outros elaboraram interpretações que defendiam a tradição imperial. Por exemplo, a obra *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*, escrita pelo visconde de Uruguai em 1865, causou impressão na época. Em *A Província*, de 1870, o liberal Tavares Bastos a descreveu como uma “reação contra a reação de 1840” e um “protesto da reação sobre si mesma”.<sup>46</sup> Pelas reações provocadas entre os conservadores, verifica-se o impacto das mudanças efetuadas no interior e pelo grupo liberal, seja em sua facção histórica como na progressista, então predominante.

## **Volubilidade Progressista e dilemas oriundos da Guerra do Paraguai**

O predomínio liberal do Partido Progressista era incerto, sendo freqüentes as mudanças de posições partidárias.<sup>47</sup> O período de poder liberal com a Câmara ligueira foi o de maior instabilidade ministerial do Império.<sup>48</sup>

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, p. 95.

<sup>44</sup> Apud A. Alonso, *Ideias em movimento*, pp. 87-88; S. B. de Holanda, *op. cit.*, pp. 111-112.

<sup>45</sup> F. Vianna, *A Conferência dos Divinos*, reproduzido por R. Magalhães Júnior, em *Três panfletários do Segundo Reinado*, p. 262.

<sup>46</sup> A. C. T. Bastos, *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*, p. 69.

<sup>47</sup> Essas mudanças de posicionamentos foram tematizadas no teatro de França Júnior, crítico dos partidos imperiais, inclusive o que surgiu da dissidência, o Progressista. Na peça *Como se fazia um deputado*, motivada pelos ataques do teatrólogo à Lei Saraiva, de 1881, em diálogo, os

O caráter volúvel já começou com o primeiro gabinete, de Zacarias, de 1862, que, como apontamos, durou apenas seis dias. Até a *reação conservadora*, de 1868, sucederam-se cinco ministérios.<sup>49</sup>

Nas eleições de 1864, os liberais e progressistas obtiveram vitória, com triunfo inclusive em tradicionais redutos conservadores, o que lhes garantiu esmagadora maioria na Câmara. Zacarias foi nomeado para o Senado em 10 de fevereiro. Lá estreitou laços com Nabuco de Araújo. Saraiva havia concorrido com Zacarias, mas só foi nomeado para o Senado quando se abriu nova vaga em 1867, com a morte de Ferraz, barão de Uruguaiana.<sup>50</sup>

Assim ficou completa a nova trindade, a *trindade progressista* que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, começou a atrair a ira dos conservadores mais renitentes, os *empedernidos*. A trindade já teria sido assim descrita por José de Alencar: Nabuco, o criador; Saraiva, o conservador; Zacarias, o destruidor.<sup>51</sup> Os três eram desertores das hostes conservadoras e agora se configuravam como uma ameaça aos antigos sequazes. Para completar o quadro, três liberais *históricos* de peso também entraram para o Senado. Primeiro, Teófilo Otoni, nomeado já em 9 de janeiro. Posteriormente, a 14 de junho de 1865, foi nomeado Antonio Pinto Chichorro da Gama.<sup>52</sup> Por fim, em 1866, quem entrou para o Senado foi Francisco Otaviano de Almeida Rosa, que havia trabalhado para a formação da Liga, mas permanecia como *histórico*.<sup>53</sup>

A Guerra do Paraguai veio jogar mais água no moinho das volatilidades políticas. A política doméstica foi afetada pelas discussões sobre relações

---

personagens Limoeiro, fazendeiro liberal, e Chico Bento, fazendeiro conservador, em trama que tinha como cenário o interior da província do Rio de Janeiro, se reportavam ao período ligueiro. Este teria intensificado práticas comuns, como a política de favores e retribuições através dos cargos, e levado a constantes alterações de posições políticas que perdurariam até 1881, ano de produção da peça. França Júnior, *Como se fazia um deputado*, Ato primeiro, Cena VI, p. 18.

<sup>48</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 410.

<sup>49</sup> Seguiram-se os ministérios de: Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, até 15 de janeiro de 1864; Zacarias de Góis e Vasconcelos, até 31 de agosto de 1864; Francisco José Furtado, até 12 de maio de 1865; Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, até 3 de agosto de 1866; por fim, pela terceira vez, Zacarias de Góis e Vasconcelos, até 16 de julho de 1868.

<sup>50</sup> Zacarias competira com Nabuco de Araújo para a lista tríplice de 1858. O imperador escolheu N. de Araújo, apesar de ter obtido menos votos que Zacarias. S. B. de Holanda, op. cit., pp. 118-119.

<sup>51</sup> Apud *ibid.*, p. 119.

<sup>52</sup> Tal eleição fora uma desforra dos que ainda se colocavam como herdeiros dos praieiros, pois antes por duas vezes Chichorro já havia alcançado a maior votação nas listas tríplexes, mas tais eleições estrategicamente foram anuladas.

<sup>53</sup> S. B. de Holanda, op. cit., p. 119.

estrangeiras e a demarcação de fronteiras, particularmente com a invasão brasileira ao Uruguai e o bloqueio de Montevideu. Para a Banda Oriental – sob domínio português e depois brasileiro, até 1828, com o nome de colônia do Sacramento e depois província Cisplatina – foram enviados, mesmo após a formação dos corpos de Voluntários da Pátria, sobretudo corpos do Exército regular. Desde o início do Segundo Reinado, o Partido Conservador estabeleceu como objetivo da política externa do Império a defesa da independência do Uruguai e do Paraguai, porque a Argentina continuava reivindicando o território uruguaio, que teria pertencido ao vice-reino do Prata. Tanto assim que, então na oposição, os conservadores criticavam, no Conselho de Estado, as concessões de territórios paraguaios à Argentina – uma das cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança, celebrado a 1º de maio de 1865.<sup>54</sup> No período da Guerra e estando em perigo o “equilíbrio do Prata”, falou-se em reconstrução do vice-reinado platino. O objetivo do Império brasileiro era, além de obter a definição da fronteira brasileiro-paraguaia nos termos que os conservadores haviam pleiteado na década de 1840, garantir a livre navegação nos rios internacionais que cortavam o território paraguaio, por parte de navios brasileiros.<sup>55</sup> Como pano de fundo, a hegemonia sul-americana virou objeto de contenda. Porém, desde que o Paraguai havia invadido Mato Grosso, o Império do Brasil se sentiu afrontado pelo fantasma da fragmentação. Para este momento, cai muito bem a metáfora de Ilmar R. de Mattos para o Império do Brasil: o que mais chamava atenção no gigante eram seus pés de barro.<sup>56</sup>

Diante de um conflito externo, e do perigo que se julgava que o Brasil corria, os partidos brevemente até abrandaram suas animosidades. O rei sábio, que não deixou de mostrar sua valentia indo ao teatro de guerra, parecia pairar novamente acima das facções. Mas a calma partidária durou menos do que as circunstâncias exigiam, em parte pelo próprio prosseguimento da Guerra, por causa do adiamento de operações, dos problemas de organização e da resistência paraguaia.<sup>57</sup>

<sup>54</sup> F. F. M. Doratioto, “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76)”, in: C. Castro, V. Izecksohn, H. Kraay (orgs.), *Nova história militar brasileira*, p. 209.

<sup>55</sup> Id., *ibid.*, p. 233.

<sup>56</sup> I. R. de Mattos, “O gigante e o espelho”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870, p. 47.

<sup>57</sup> V. Izecksohn, “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: C. Castro, V. Izecksohn, H. Kraay (orgs.), *Nova história militar brasileira*, p. 188.

A Guerra do Paraguai prolongou-se para muito além do que esperavam os quatro países contendores, trazendo elevados custos para o Brasil. Já em 1865 foi tomado um vultoso empréstimo em Londres, em condições muito desvantajosas, ao passo que os títulos da dívida interna, às pressas, eram vendidos a preços baixos. O resultado não poderia ser outro senão inflação crescente, com cujo peso toda a sociedade teria que arcar. Como resume Vitor Izecksohn, além de dívidas e ressentimentos, o esforço de guerra gerou muito pouca coisa para a sociedade como um todo e para a própria elite política imperial.<sup>58</sup> De um apoio inicial ao conflito, os parlamentares começaram a questionar a centralização das operações pelo gabinete e erros de comando das estratégias bélicas. Conflitos de bastidores foram travados entre o progressista Zacarias de Góes e Vasconcellos e o marquês de Caxias, do Partido Conservador. Pela tradição, cabia ao partido que estivesse chefiando gabinete fazer nomeações para o alto comando militar. Mesmo sendo influente político conservador, Caxias foi escolhido general em chefe por sua atuação na repressão às principais lutas no período da consolidação da unidade nacional, além de sua capacidade política para coordenar as operações entre os três exércitos da Aliança e de conter os conflitos internos da oficialidade. Em contrapartida, como pontua Vitor Izecksohn, o general “era um problema para o funcionamento do sistema político do Império”.<sup>59</sup> A contenda entre Caxias e Zacarias levou ao primeiro dissídio entre poder militar e poder civil do Segundo Reinado.

As pressões sobre o ministério, particularmente sobre os orçamentos referentes à guerra, ocasionaram o fim do período de governo da *Liga Progressista*. Vitor Izecksohn considera que Caxias aproveitou a situação excepcional “para forçar a queda do gabinete progressista e a ascensão de um

---

<sup>58</sup> A derrota do Paraguai para a Tríplice Aliança não significou o fim da ação estratégica por parte do Brasil, que temia que o Paraguai, enfraquecido e depauperado, fosse incorporado pela Argentina. Em 1º de janeiro de 1869, Assunção foi ocupada por tropas brasileiras, do Exército e da Marinha, e assim permaneceu até 1876. O Brasil continuou tendo um gasto significativo com a manutenção deste contingente, navios e pesado armamento no Paraguai, mais os diplomatas, como o futuro visconde de Rio Branco e o barão de Cotegipe, entre muitos outros que evitavam a irrupção de revoltas, para que o país pudesse se estabilizar politicamente, e impediam que paraguaios “argentínistas” ocupassem postos de confiança no poder. Além disso, também foram infiltrados agentes secretos no Paraguai, para que atuassem como informantes às autoridades imperiais. F. F. M. Doratioto, op. cit., pp. 210-217.

<sup>59</sup> V. Izecksohn, “A guerra do Paraguai”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870, pp. 408-409.



governo conservador mais afinado com suas ideias e preferências”.<sup>60</sup> Sérgio Buarque de Holanda aborda, com minúcias, outra contenda entre o chefe de ministério e Caxias. Resumamos: o plenipotenciário dos Estados Unidos no Brasil, James Watson Webb, pediu que a canhoneira Wasp, incumbida de ir buscar em Assunção um ministro, atravessasse as linhas aliadas, pedido este negado por Caxias, pois poderia atrapalhar as operações em curso rumo ao Humaitá. Diante dos sucessivos atritos diplomáticos, o conselheiro Zacarias se imiscuiu na questão para evitar possível ruptura diplomática com os EUA. Na contenda, Pedro II ficou ao lado de Caxias.<sup>61</sup> Este posicionamento do trono ocorreu também porque Zacarias já havia se indisposto com o imperador quando este escolheu para senador, na lista tríplice pelo Rio Grande do Norte, Torres Homem, um crítico do ministério.<sup>62</sup>

Para não desagradar o comandante das tropas brasileiras, cujas campanhas alcançavam êxito nos campos de batalha, Pedro II, fazendo uso do Poder Moderador, chamou Zacarias para indicar o seu sucessor. Como Zacarias pediu para ser dispensado de fazer a indicação, ele foi destituído.<sup>63</sup> Esta atitude teve dois efeitos políticos: desgaste do imperador junto a setores importantes do mundo político e abertura de um perigoso precedente para um regime até então infenso às intervenções militares na vida doméstica.<sup>64</sup> Ademais, foi atingido também o Partido Progressista.<sup>65</sup> Este já vinha sendo minado internamente aos poucos pela própria divisão pela qual se formou: liberais históricos e conservadores dissidentes. Em compensação, a diplomacia imperial pode retornar à antiga política de contenção de Buenos Aires.<sup>66</sup>

O ato de Pedro II gerou reações, a começar pelos próprios membros da família imperial, como o conde d’Eu, que, em carta ao pai, duque de Némours, estranhou o modo de agir do imperador, nada condizente quer ao seu caráter, quer aos princípios do parlamentarismo. Na Câmara, Saldanha Marinho, que em

<sup>60</sup> Id., *ibid.*, p. 411.

<sup>61</sup> S. B. de Holanda, *op. cit.*, pp. 152-159.

<sup>62</sup> O. Vianna, *O ocaso do império*, p. 28; T. Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos para a História*, pp. 16-17; J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 415.

<sup>63</sup> M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, p. 265; S. B. de Holanda, *op. cit.*, pp. 145-150.

<sup>64</sup> V. Izecksohn, “A guerra do Paraguai”, p. 411.

<sup>65</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem*, p. 206.

<sup>66</sup> F. F. M. Doratioto, *op. cit.*, p. 210.

poucos anos se tornaria um republicano, vociferou: “Protesto!” e completou “protesto contra o presente estelionato de 1868, igual ao estelionato de 1848”, que abriu “catorze anos de oligarquia conservadora”.<sup>67</sup> O de agora abriria dez anos de governos conservadores. O incidente de 1848 marcou o fim do chamado *primeiro quinquênio liberal*; este de 1868 levou ao fim do segundo, considerada a preponderância liberal dos *ligueiros*. De reboque, ocasionou o desaparecimento do Partido Progressista. Todavia, o fim dessa agremiação não significou um recuo dos liberais. Muito ao contrário, iniciou-se movimento de violentos ataques ao Poder Moderador e novas recomposições partidárias.

### **Desmonte da lógica da Conciliação**

Para compor novo gabinete, Pedro II chamou Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, antigo líder do Partido Conservador e um dos integrantes da trindade saquarema, que aceitou o convite para o que ele mesmo chamou de “perigosa tarefa”.<sup>68</sup> O início do novo gabinete, a 16 de julho, ocasionou mais um crise partidária: uma divisão definitiva entre liberais e conservadores e nova cisão entre os liberais.

Desde o início do primeiro gabinete Zacarias (24 a 30 de maio de 1862), os liberais e os progressistas (a partir de 1864) estavam no poder. Apesar de divididos, com maioria nas duas casas parlamentares<sup>69</sup>, os progressistas reagiram bruscamente à nova situação conservadora, que viam como reacionária. Por isso, abriu-se mais uma crise do sistema e práticas políticas do Império.

Um dos políticos que mais se destacou e influenciou a onda de ataques à figura do imperador e ao falseamento do sistema representativo foi o conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, que havia se tornado líder progressista. Teve bastante repercussão o seu discurso proferido na sessão do Senado de 17 de julho de 1868:

O Poder Moderador não tem o direito de despachar ministros como despacha delegados e subdelegados de polícia.

<sup>67</sup> Apud S. B. de Holanda, op. cit., p. 152.

<sup>68</sup> S. B. de Holanda, op. cit., p. 145.

<sup>69</sup> De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, 75% dos deputados eram liberais ou progressistas, *ibid.*, p. 118.

Por sem dúvida, vós não podeis levar a tanto a atribuição que a Constituição confere à Coroa de nomear livremente os seus ministros; não podeis ir até o ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de querer fazer política sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como vos aprouver.

Ora, disse-me, não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: – o Poder Moderador chama a quem quer para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis, aí está o sistema representativo do nosso País!<sup>70</sup>

Reativaram-se nas fileiras liberais os brados contra o poder pessoal ou “imperialismo”. Apesar de antigo, o mote de críticas do período de governo da aliança progressista foi intensificado no momento da sua queda. O discurso do senador Nabuco funcionou como reforço ao ataque às usurpações do Poder Moderador.

Principalmente na Corte e em São Paulo todas as ocasiões eram aproveitadas para combater os excessos do Poder Moderador. Entre a juventude acadêmica, houve uma significativa adesão ao republicanismo. Alguns não adeririam definitivamente, mas tiveram curta fase antimonárquica.

Resolvidos a reorganizar o Partido Liberal, líderes da dissidência progressista, como o conselheiro Nabuco de Araújo e Zacarias passaram a se autodenominar *novos liberais*. Fundaram uma associação, o Centro Liberal, ainda em 3 de outubro de 1868, que ficou sob a presidência de Nabuco.<sup>71</sup> O Centro se tornou o embrião do novo Partido Liberal, criado no ano seguinte, cuja conformação se manteve, sem se subdividir, até o fim da monarquia.

O Centro Liberal publicou, em 30 de março de 1869, um Manifesto, redigido por Nabuco de Araújo, com árdias críticas ao ministério Itaboraí, avesso a reformas. A legenda proclamada no manifesto, “Reforma ou revolução!”, ajudou a bandeira reformista a ganhar amplitude em um momento repleto de insatisfações.

<sup>70</sup> Apud E. de Moraes, *Da Monarquia para a República: 1870-1889*, pp. 23-41; A. Celso, *Oito anos de parlamento*, pp. 149-150. O Manifesto Republicano, de 1870, não perdeu a oportunidade de transcrever o discurso, como uma das “fontes insuspeitas” da “influência perniciosa do poder pessoal”.

<sup>71</sup> Eram representantes do Centro Liberal: Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes e Vasconcellos, Bernardo de Souza Franco, Antonio Pinto Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Teófilo Benedito Otoni e Francisco Otaviano. A. Celso, op. cit., p. 159.

Tendo em vista propagar as reformas, Nabuco de Araújo e correligionários do Centro Liberal fundaram, em 7 de abril de 1869, o Clube da Reforma, amparado no jornal *A Reforma*, dirigido por Francisco Otaviano.<sup>72</sup>

Em 4 de maio, em nome do Centro Liberal, eles aprovaram unanimemente um programa, que repetiu a máxima de Thiers, “o rei reina e não governa” e clássicas teses liberais, como responsabilidade ministerial e descentralização política e administrativa. Também demandou: reforma eleitoral, para instituir a eleição direta para a Corte, capitais e cidades com mais de dez mil habitantes; abolição da guarda nacional a ser substituída por uma guarda cívica municipal; fim da vitaliciedade do Senado; fim das funções políticas do Conselho de Estado, que deveria ter caráter apenas administrativo; liberdade de comércio e indústria com conseqüente derrogação de privilégios e monopólios; propagação do ensino privado e alargamento do público; independência do poder judiciário; redução das forças militares em tempos de paz e emancipação dos escravos, que deveria ser iniciada com a libertação dos nascituros e a alforria gradual.<sup>73</sup> Tratou-se de uma ampliação do que já constava no manifesto do novo Partido Liberal, de março. Os chefes do Centro Liberal e do recém fundado Clube da Reforma buscavam, assim, solidificar sua liderança no partido recém reconstituído.

Esta plataforma reformista acabou se tornando o programa adotado pelo novo Partido Liberal e assim perdurou por vinte anos, até a elaboração de um novo programa, em maio de 1889.

### **Joaquim Nabuco e um opúsculo de expressão do novo Partido Liberal**

Em 1868 Nabuco de Araújo colocou o filho para traduzir documentos publicados pelo *Anti-Slavery Reporter*, revista da British and Foreign Anti-Slavery Society de Londres.<sup>74</sup> O jovem Joaquim Nabuco estabeleceu e consolidou, então,

<sup>72</sup> Os líderes do Clube da Reforma eram: Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Silveira Lobo e Teófilo Otoni.

<sup>73</sup> Apud A. Brasiliense, op. cit., pp. 33-54. O programa foi assinado por Nabuco de Araújo, seu redator principal, Bernardo de Souza Franco, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Antônio Pinto Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Teófilo Benedito Otoni e Francisco Otaviano de Almeida Rosa, todos senadores.

<sup>74</sup> L. Bethell, J. M. de Carvalho, *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos (Correspondência 1880-1905)*, p. 17.

relações com eminentes políticos liberais amigos do pai, como o próprio Zacarias e Saldanha Marinho.

Foi no clima de ebulição de fins de 1868 que Joaquim Nabuco, ainda estudante universitário, escreveu o seu primeiro livreto político, publicado no ano seguinte. Como tivera que passar um tempo na Corte, para tratamento de saúde, ele não ficou imune ao clima de hostilidades ao imperador. O panfleto *O Povo e o Trono – Profissão de fé política de Juvenal, Romano da decadência* foi redigido em estilo colérico, refletindo a pouca maturidade de Nabuco, pouco antes de completar vinte anos.<sup>75</sup> O escrito acabou sendo praticamente desconsiderado pela historiografia, pois manchava a imagem criada pelos seus biógrafos.

Luiz Viana Filho definiu o panfleto como um “simples assomo de mocidade” e concluiu que Nabuco, como jovem apaixonado, vivendo num momento divisor de águas, não sabia de que lado se posicionar.<sup>76</sup> Ao traçar a biografia de Nabuco, e também do visconde de Rio Branco e Rui Barbosa, Viana Filho esperava que as trajetórias de vida dos três estadistas compusessem um painel do Segundo Reinado.<sup>77</sup>

Assim como o biografado fica marcado com as impressões do biógrafo, aquele cuja vida será traçada, principalmente quando já redigiu memórias e outros escritos autobiográficos, deixa traços com os quais deseja ser pintado no futuro.

Como David Lowenthal nos lembra, “toda memória transmuta experiência” e “destila o passado mais que o reflete”.<sup>78</sup> Nos seus textos autobiográficos, Nabuco esboçou os traços com os quais gostaria de ser visto e retratado pela posteridade. Quando o indivíduo conta sua história, como observa Bourdieu, ele se torna ideólogo da própria vida. Na criação artificial de sentido à sua existência, ele seleciona acontecimentos em função da intenção de criar efeito de consistência e constância, estabelecendo entres eles nexos que garantam uma determinada

<sup>75</sup> *O Povo e o Trono* foi excessivo nas injúrias ao imperador. Todavia, Nabuco não subverteu o estilo de escrita em opúsculo, embora tenha exagerado. Ao longo de todo o século XIX, os panfletos e opúsculos costumavam adotar linguagem virulenta. Nos debates políticos por meio de jornais e panfletos era aplicado principalmente o gênero retórico deliberativo. Usava-se o argumento *ad hominem*, que ocasionava ataques pessoais até porque envolvia a desqualificação do adversário, e o argumento *ad personam*, para ataques de argumentos de pessoas e grupos. J. M. de Carvalho, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, *Topoi*, pp. 136-145.

<sup>76</sup> L. Viana Filho, *A vida de Joaquim Nabuco*, pp. 34-35.

<sup>77</sup> Se observarmos bem, esse é um esforço um tanto próximo ao que Nabuco empreendeu com a biografia de seu pai, *Um Estadista do Império*.

<sup>78</sup> D. Lowenthal, “Como conhecemos o passado”, *Projeto História*.

coerência. Assim, o indivíduo cria uma retórica ordenadora da descontinuidade do real em um esforço de produção de si mesmo. Portanto, a coerência perfeita de uma história de vida já tem suas bases dadas por quem produz esta representação de si. Essa é uma das maneiras em que se manifesta a ilusão biográfica.<sup>79</sup> Cria-se uma representação linear e acabada que nada se relaciona de fato à realidade, pois, como pondera Michel de Certeau, cada homem é “um *locus* no qual uma incoerente e frequentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem”.<sup>80</sup> A coerência e perfectibilidade estão longe da existência real, embora sejam anseios humanos e daí o esforço em representar a si mesmo neste padrão. Embora não haja memória estável e fixa, a representação de si é atualizada constantemente nas memórias e biografias. Os dois biógrafos clássicos de Nabuco, a sua filha Carolina e Luiz Viana Filho, pintaram-no de maneira similar à que o próprio Nabuco se descreveu em *Minha Formação*. Daí a pouca valorização dos escritos – embora não a atuação – da juventude, até finais da década de 1870, e mesmo da fase radical, na década de 1880. Donde também o favorecimento de sua formação intelectual na estadia europeia e da fase clássica, da proclamação da República em diante, quando um nostálgico Nabuco pintou a si próprio como mais sério e moderado.

Carolina descreveu Nabuco como “pouco indulgente para suas obras de mocidade”.<sup>81</sup> É por isso que, na biografia do pai, Carolina nem mesmo mencionou *O Povo e o Trono*, reportando-se ao trabalho incompleto e não publicado *A Escravidão* como se fosse o primeiro escrito não literário e não jornalístico de Joaquim Nabuco.<sup>82</sup> *A Escravidão*, apresentada como o primeiro livro político de Nabuco, se encaixava muito bem na imagem que a biógrafa anunciou desde o início para o pai: o “apóstolo da Abolição”, em prosseguimento à obra do avô como “oráculo do Senado”.<sup>83</sup>

Em outra chave interpretativa, Leonardo Dantas Silva definiu o opúsculo, embora “escrito no fervor das paixões”, como “um verdadeiro libelo contra a

<sup>79</sup> P. Bourdieu, “A Ilusão biográfica”, in: M. de M. Ferreira, J. Amado (orgs.), *Usos & abusos da história oral*, pp. 183-192.

<sup>80</sup> Apud B. B. Schmidt, “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”, *Estudos Históricos*, p. 17.

<sup>81</sup> C. Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, p. 27.

<sup>82</sup> Id., *ibid.*, p. 30.

monarquia”.<sup>84</sup> Na parte final, Nabuco aparentou tom republicano: “Sejamos um povo livre. Nos cânticos sagrados da América seja a nossa voz uma harmonia, não uma dissonância”. Nabuco, de fato, teve um rápido namoro com o reacender das idéias republicanas em solo brasileiro, até porque essa aproximação foi típica dos ambientes universitários da virada da década de 1860 à de 70. Entretanto, Nabuco nunca se posicionou de fato como republicano ou mesmo contra a monarquia. Desde a juventude, em seu conteúdo tendeu a seguir os passos do pai, embora a forma de fato fosse bastante desabrida, com estilo impetuoso de um jovem que quer causar impacto.

O pensamento político dos estadistas brasileiros do Império teve nítida inspiração européia, particularmente dos textos legais franceses, além da filosofia que os inspirava.<sup>85</sup> Logo no início de *O Povo e o Trono*, o jovem Joaquim Nabuco também tomou a França como madrinha do “verbo santo da liberdade moderna” ouvido pelos povos após a Revolução Francesa.<sup>86</sup> Com forte viés historicista, após comentários retóricos sobre outras experiências, Nabuco apresentou o trono como uma “fatalidade” e o povo como a “liberdade”.

O trabalho do século XIX seria a extinção da realeza. Nos países que a mantinham, como o Brasil, ela deveria se harmonizar com o povo. O que Nabuco fez, mais do que defender a república, foi levantar a bandeira de luta daquele momento do Partido Liberal, que estava “proscrito”: o combate ao Poder Moderador. Só uma “regeneração social” possibilitaria que o “regime pessoal” fosse substituído pelo “puro governo representativo”, que a “vontade de um só” fosse suplantada pela “voz da praça pública”, pois assim, em vez do “imperialismo”, haveria “democracia”.<sup>87</sup>

Os conceitos antitéticos assimétricos foram empregados para defender a democracia, e não propriamente a república, face ao “déspota cruel”. Tais pares conceituais antônimos estiveram profusos no panfleto de Nabuco. Alguns bem simples e explorados no setecentos do Iluminismo – como verdade e mentira,

<sup>83</sup> Id., *ibid.*, p. 11 e p. 79. Essa visão de Nabuco de Araújo como “oráculo do Senado” já se encontra, por sua vez, em *Um Estadista do Império*.

<sup>84</sup> L. D. Silva (org.), *Nabuco e a República*, pp. X-XI.

<sup>85</sup> I. R. de Mattos, *O Tempo Saquarema*, p. 246; S. B. de Holanda, *op. cit.*, pp. 91-92.

<sup>86</sup> J. Nabuco, *O Povo e o Trono – Profissão de fé política de Juvenal, Romano da decadência*, p. 7.

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, p. 9.

sombra e luz, tirania e liberdade – foram caracterizados por ele como: “antíteses eternas, que se repelem ainda mais na terra americana”.<sup>88</sup>

Como aponta Reinhart Koselleck, pela própria relação dicotômica, os conceitos antitéticos assimétricos têm efeito persuasivo. Por seu valor argumentativo de fácil inteligibilidade, na medida em que os pólos são mutuamente excludentes, eles foram bastante utilizados na oratória moderna, para fins de propaganda política, e também em panfletos, opúsculos e artigos de jornais.<sup>89</sup> No caso do primeiro opúsculo de Nabuco, foi com base nesses pares antitéticos e nas comparações, da realidade brasileira com outras, que ele pretendeu convencer o leitor do caráter extemporâneo da organização política da monarquia brasileira.

Apesar de constitucional, o problema, para Nabuco, era que o regime político no Brasil não seguia a senda do século, pois: “o governo pessoal pertence às criações híbridas do passado”.<sup>90</sup> Assim, o país teria um governo absoluto como o da China e o do Japão e a Constituição seria “um disfarce calvo do absolutismo turco”.<sup>91</sup>

Daí a argumentação de Nabuco de que “o trono deve ceder ao impulso do povo”, porque o “barco” do Brasil deveria seguir a “cadência das ondas” do século. Citando autores europeus e sobretudo franceses – como Thiers<sup>92</sup>, Jules Favre<sup>93</sup> e Jules Simon<sup>94</sup> – Nabuco combateu o Poder Moderador. Outro alvo de

<sup>88</sup> Id., *ibid.*, p. 13.

<sup>89</sup> Sobre o uso de conceitos antitéticos assimétricos na semântica política moderna, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, pp. 191-231.

<sup>90</sup> J. Nabuco, *O Povo e o Trono*, p. 13.

<sup>91</sup> Id., *ibid.*, p. 7 e p. 14.

<sup>92</sup> Louis Adolphe Thiers (1797-1877): político e ensaísta francês, membro do Parlamento e da Junta Francesa de Emancipação. Foi ministro e presidente do conselho do rei Luís Filipe. Durante o reinado de Napoleão III enfrentou o ostracismo político, retornando à cena política com a queda do Terceiro Império, em razão da derrota na guerra franco-prussiana. Thiers tornou-se chefe do Executivo, negociou a paz com Bismarck e reprimiu a comuna de Paris. Em 1874, o jovem Nabuco, por ocasião de sua primeira viagem à Europa, foi apresentado ao político que tanto admirava pelo barão de Itajubá, ministro do Brasil em Paris. No ano anterior, Thiers havia sido derrotado por uma coalizão de monarquistas descontentes com sua conversão, de orleanista, a republicano conservador. Nas suas anotações de diário de 9 e 10 de janeiro, Nabuco relatou a expectativa e a impressão de conhecer Thiers em sua própria residência. Naquele momento, o que mais o marcou foi a opinião de Thiers “sobre a desigualdade da raça negra: da qual provém o direito não de escravizá-la, mas de fazê-la trabalhar” J. Nabuco, *Diários*, pp. 31-32. Thiers foi referência constante em toda a trajetória política e intelectual de Nabuco.

<sup>93</sup> Jules Claude Gabriel Favre (1809-1880): advogado e político francês, um dos dirigentes dos republicanos moderados, ministro dos Negócios Estrangeiros de 1870 a 1871.

<sup>94</sup> Jules François Simon (1814-1896): filósofo e estadista francês, líder da facção republicana moderada, oposta a Gambetta. Foi ministro de Thiers e primeiro ministro da França de 1876 a



crítica, a este relacionado, foi o aulicismo, até porque beneficiava o Partido Conservador, pois este “proscrito pelo povo”, foi “reintegrado pela coroa”, numa referência indireta à queda do gabinete Zacarias. No par antônimo assimétrico principal, que dá título ao opúsculo, Nabuco reverberou a crítica do pai no famoso discurso do sorites:

Como ainda se ouse negar que o poder do rei seja o único – quando se o vê demitindo e nomeando livremente os ministros, que por sua vez demitem e nomeiam as câmaras, porque de há muito as câmaras não são as depositárias de um poder extenso como a soberania do povo [...].<sup>95</sup>

A mesma crítica que o pai fez e os liberais bradavam contra o falseamento do sistema representativo, Nabuco repetiu ao comentar as eleições: “se as eleições não são senão uma comédia ridícula... o único poder sério, alfa e ômega... princípio e fim de toda autoridade fica sendo o da majestade imperial”. Nabuco tanto defendeu causas dos liberais que tentou esclarecer as divergências entre os partidos do Império: “a mais radical separação dos dois partidos está no modo de entender a estrutura dos poderes públicos”. Os liberais defendiam a responsabilidade do Poder Moderador ou a sua extinção, ao passo que os conservadores queriam o *status quo*.<sup>96</sup> Nabuco tanto se posicionou como um simpatizante do Partido Liberal, e não de algum republicanismo, que defendeu bandeiras dos liberais, tais como:

[...] pedimos como urgente e primeira reforma, garantia necessária à conservação social – a *abolição do poder moderador!*<sup>97</sup>  
Queremos a responsabilidade ministerial para todos os atos do poder – porque só assim teremos a verdade da fórmula sobre que assenta o regime representativo: *o rei reina, mas não governa.*<sup>98</sup>

Foi com base na máxima de Thiers, antes muito citado pelos progressistas, que Joaquim Nabuco prosseguiu nas críticas ao Poder Moderador, particularmente

---

1877. Nabuco também viria a conhecer Jules Simon na noite de 10 de janeiro, na casa de Thiers. J. Nabuco, *Diários*, p. 32.

<sup>95</sup> J. Nabuco, *O Povo e o Trono*, p. 11.

<sup>96</sup> Id., *ibid.*, p. 14.

<sup>97</sup> Id., *ibid.*, p. 15.

<sup>98</sup> Id., *ibid.*, p. 16.

no que se referia à irresponsabilidade, inviolabilidade e sacralidade do imperador.<sup>99</sup>

Ainda seguindo os preceitos do Centro Liberal, Nabuco levantou a bandeira das reformas como se elas fossem uma demanda do povo. A primeira reforma deveria ser a da própria Constituição, até porque para os conservadores ela era “o manto esfarrapado com que encobrem todos os arbítrios, todas as vergonhas”.<sup>100</sup> As demais reformas foram assim elencadas: eleição direta, liberdade de cultos, temporalidade do Senado, abolição da guarda nacional e “por último resta o elemento servil”.<sup>101</sup> Tais reformas foram apresentadas como o “programa” do Partido Liberal, partido de “popularidade grande pelo esplendor de suas idéias”.<sup>102</sup> Isso porque o receituário político apresentado pelo jovem Nabuco seguia a plataforma do Centro Liberal, do qual se originou o Clube da Reforma e o novo Partido Liberal. Embora só viesse a fazer sua estréia parlamentar quase dez anos depois, esta foi a primeira – tentativa de – inserção de Nabuco na política partidária do Império.

Os reveses do Primeiro Reinado, culminando com a independência de fato do Brasil, no 7 de abril de 1831, foram apresentados como lições a serem seguidas pelo Segundo Reinado. No traçado histórico construído por Nabuco, desde a Independência até a abdicação, observa-se uma exemplaridade negativa, ao estilo de Francesco Guicciardini. Por isso, o reinado de D. Pedro I seria “fonte de grandes lições”, pois seus erros eram “conselhos sábios” capazes de ensinar que o trono só poderia se manter caso obtivesse o reconhecimento do povo.

No último item, disposto por Nabuco como epílogo, a atenção voltou-se à América no seu tempo presente. Daí a frase que dá a entender que ele defendia a República como forma de governo para o continente, embora o termo não tenha aparecido nenhuma vez no opúsculo. Apesar de Nabuco se reportar à maneira como a América do Norte se livrou “das cadeias da opressão”<sup>103</sup>, sua atenção incidiu no grande acontecimento daquele momento: a guerra no Sul, com a tomada de Lomas Valentinas. Nabuco sugeriu que o Brasil deveria se livrar da

---

<sup>99</sup> Id., *ibid.*, p. 15.

<sup>100</sup> Id., *ibid.*, p. 18.

<sup>101</sup> Id., *ibid.*, pp. 19-21.

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, p. 22.

<sup>103</sup> Id., *ibid.*, p. 31.

tiranias tal como o Paraguai: “ainda há outra vítima, além do Paraguai, é o Partido Liberal”.<sup>104</sup> Assim, ele repetiu o eixo em torno do qual girou o panfleto: o Partido Liberal, proscrito pelo trono, contava com o acolhimento do povo, que deveria ser o verdadeiro depositário da soberania. A própria analogia com o Paraguai teve esse sentido: seria preciso livrar o Partido Liberal dos grilhões que o aprisionavam. A motivação para a redação do panfleto foi a história do momento em que Nabuco vivia e, particularmente, a situação brasileira.

*O Povo e o Trono* de Nabuco foi redigido justamente num momento de recomposição dos liberais; por isso, apresentou propostas próximas à do Centro Liberal, de onde saiu o programa do novo Partido Liberal. O panfleto foi escrito pouco antes da publicação do novo programa partidário, mas Nabuco se beneficiou do que ouvia nas reuniões políticas no Centro, nas quais o pai fazia questão que ele estivesse presente, junto com o irmão Sizenando. No turbilhão de debates e novidades em que se via imerso em 1868, a sua experiência familiar e cotidiana lhe fornecia meios de expressar, e tornar inteligível para si mesmo, o que via pipocar no meio político.

Portanto, *O Povo e o Trono*, escrito de iniciação de Nabuco na vida política, foi um manifesto crítico do autor sobre o seu momento. O jovem estudante, imerso num mundo de política e de políticos, presenciando uma grande crise política, resolveu se posicionar e chamar atenção. Daí algumas imprecisões, os excessos retóricos, certas diatribes e a farta tecedura de analogias. Agindo como um cronista, o panfleto foi uma estratégia de Nabuco, já envolvido com a atividade jornalística universitária, para se fazer conhecido. O jovem, filho de notório político do Império, tentava se projetar. Como ator da narrativa que escreve, o autor acaba relatando um pouco da própria história.<sup>105</sup> No fundo, falava da experiência mais próxima: do pai e seus copartidários. Novo na idade, inexperiente na avaliação do panorama político, o texto não poderia deixar de ter exageros. Foi o choque da crise de 1868 que o impulsionou em seu primeiro escrito político.

---

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, pp. 28-31.

<sup>105</sup> M. Magalhães, R. Gontijo, “O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição da uma ‘ética da atualidade’”, in: H. A. B. Rocha, M. de S. Magalhães, R. Gontijo (orgs.), *A escrita da história escolar: memória e historiografia*, p. 374.

Mas tal crise ainda teve outros efeitos além da recomposição liberal, como o ofuscamento da iniciativa da Coroa na primeira tentativa emancipacionista e a retomada da federação com tintas republicanas, como analisaremos nos dois próximos capítulos.

## 2 – A segunda fratura: debates sobre a emancipação

### A escravidão como problema e a Guerra do Paraguai

A virada da década de 1860 para a de 70 constituiu uma conjuntura delicada para a ordem imperial, como evidencia o paroxismo das redefinições político-partidárias, abordadas no primeiro capítulo. Além das dissidências ocorridas, desde 1862, tanto nas hostes conservadoras como nas liberais, um fator acabou abalando o Império: a Guerra do Paraguai. Por isso, boa parte da historiografia costuma apontar a Guerra do Paraguai como o marco inicial da crise do Império brasileiro.<sup>1</sup> Aqui entendemos que um primeiro desdobramento pode ser situado em 1862, com a criação da Liga Progressista, iniciando a primeira das fraturas que levaram à fragilidade monarquista, um dos ângulos da crise do Brasil Império.

De todo modo, a Guerra do Paraguai ajudou a colocar o tema da extinção da escravidão na ordem do dia. Desde o início da campanha, ex-escravos e recém-libertos foram alistados no Exército e na Marinha. Muitos integrantes dos corpos de Voluntários da Pátria eram negros ou pardos, até porque brancos livres fugiam ao recrutamento, dado o desprestígio do mesmo. Independente da cor ou da origem social, várias categorias eram isentas do recrutamento militar, como comerciários, membros da reserva da Guarda Nacional, empregados públicos, funcionários de arsenais e de telégrafos.<sup>2</sup> O governo imperial buscava a cooperação de senhores e religiosos: para que vendessem alguns escravos a serem alforriados com a condição de servir nos campos de batalha. O Estado acabou pagando preços altos por escravos insubmissos ou pouco aptos fisicamente. Foram bastante beneficiados os intermediários, por suas altas comissões, e os proprietários, que vendiam escravos dos quais já tinham vontade de se livrar.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Tal interpretação já se encontra entre os próprios contemporâneos, inclusive em dois monarquistas destacados neste trabalho. Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, considerou a Guerra do Paraguai como a linha divisória entre o apogeu e a decadência do Império. Já o visconde de Ouro Preto, em *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, até mesmo para se eximir de culpa pela queda monarquia durante sua chefia de gabinete, explicou que foi por causa da Guerra do Paraguai que ocorreram os primeiros indícios de insubordinação da classe armada. A república teria sido o resultado da rebeldia desde então originada e não de erros do seu governo.

<sup>2</sup> V. Izecksohn, “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: C. Castro, V. Izecksohn, H. Kraay (orgs.), *Nova história militar brasileira*, p. 192.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, p. 182.

Ainda assim, mais da metade dos combatentes alforriados era oriunda de atividades relacionadas à doação imperial, libertados pela Casa Imperial.<sup>4</sup> Outra estratégia adotada para estimular a venda por parte dos proprietários foi a concessão de títulos de nobreza aos senhores que vendessem escravos para lutar na Guerra.

Como desde meados da década de 1860 a escassez de mão-de-obra cativa pressionava a redução nas alforrias, pode-se imaginar o impacto econômico e as conseqüências políticas para o Estado imperial dessa necessidade de libertação de escravos para preencher as fileiras militares no Paraguai.<sup>5</sup> Os escravos eram adquiridos com dinheiro público e, somados ao custo material da guerra, levaram o governo a recorrer a empréstimos, aumentando o déficit do país. Parcela significativa dos ex-combatentes foi reescravizada ao retornar ao Brasil. A reação da opinião pública, veiculada principalmente por meio da imprensa, arranhou a imagem do Império que não tinha mais como justificar a escravidão, até mesmo porque impôs a extinção deste regime de trabalho ao Paraguai.

A historiografia tem dimensionado o impacto da Guerra do Paraguai em deslegitimar a escravidão, um dos sustentáculos da ordem imperial. Como na metáfora de José M. de Carvalho, a escravidão era o coração do próprio Estado imperial.<sup>6</sup> Para Ricardo Salles, o abalo moral e político causado pelo papel decisivo desempenhado por negros e mestiços livres na vitória sobre o Paraguai “abriu uma frente de disputa e negociação social entre os setores populares da sociedade, especialmente os escravos, por um lado, e o Estado imperial e a classe senhorial dominante, por outro”.<sup>7</sup>

Tais disputas e negociações adentraram a esfera parlamentar e o próprio sistema político do Império. Por isso, o pêndulo das demandas reformistas das décadas de 1870 e 80 pendeu para a mudança do regime de trabalho.

## **A emancipação por iniciativa da Coroa**

---

<sup>4</sup> V. Izecksohn, “A guerra do Paraguai”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870, pp. 405-408.

<sup>5</sup> R. Salles, “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, Volume III: 1870-1889, pp. 60-62.

<sup>6</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*, p. 166.

<sup>7</sup> R. Salles, *Guerra do Paraguai: memória & imagens*.

Foi no início do terceiro e último gabinete Zacarias, em 1867, que o problema da escravidão foi colocado pela primeira vez em uma Fala do Trono, o que causou bastante rebuliço. Neste momento o Brasil sentia, além de todos os efeitos trazidos pela Guerra do Paraguai em curso, o impacto da abolição da escravidão nos Estados Unidos.

Antes disso, o deputado cearense Pedro Pereira da Silva Guimarães, já havia sido apresentado um projeto, em três seções da Câmara, de 1850 e 1852. O projeto previa a libertação dos nascituros, a proibição de separar cônjuges escravos e a obrigação do senhor em libertar o escravo que obtivesse soma equivalente ao seu valor, mas não chegou sequer a ser votado para objeto de deliberação.<sup>8</sup> Na década de 1860 foi a vez do próprio imperador tomar iniciativa neste sentido. Em 1864, um dia antes de Zacarias assumir a presidência do Conselho de Ministros pela segunda vez, o imperador lhe enviou uma nota em que ponderou: “pensemos no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo a respeito do tráfico de africanos”. O monarca tentava se adiantar a uma ingerência externa para resolver um problema doméstico. Também se influenciava pelos acontecimentos da guerra civil norte-americana. Pedro II avaliou que a abolição deveria ser promovida através da libertação do ventre e que a medida deveria ser tomada assim que as circunstâncias o permitissem.<sup>9</sup>

Em fins de 1865, o imperador encomendou um projeto emancipacionista a Pimenta Bueno, que em janeiro de 1866 apresentou cinco anteprojetos, por cujos trabalhos foi agraciado com o título de visconde de São Vicente.<sup>10</sup> Todavia, as discussões só se iniciaram em fevereiro do ano seguinte, ocorrendo os debates nas sessões de 2 e 9 de abril do Conselho de Estado.<sup>11</sup> Ainda em 1866, a Junta Francesa de Emancipação havia dirigido ao imperador apelo em favor da abolição. Em nome do governo imperial, o ministro da Justiça, Martim Francisco, respondeu que a emancipação era “apenas uma questão de forma e de

---

<sup>8</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados, Sessão de 22 de março de 1850, de 2 de agosto de 1850 e 4 de junho de 1852. Apud *Instituto do Ceará*, “Os projetos de Pedro Pereira”, pp. 233-236.

<sup>9</sup> R. Salles, “As águas do Niágara...”, p. 62.

<sup>10</sup> T. Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos para a História*, p. 16; L. Bethell, J. M. de Carvalho, “Introdução”, *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos (Correspondência 1880-1905)*, p. 15.

<sup>11</sup> R. Salles, “As águas do Niágara...”, pp. 64-65.

oportunidade”<sup>12</sup>, prioridade governamental assim que a guerra terminasse. A frase acima, que causou tanta comoção política, foi repetida na Fala do Trono de 1867.<sup>13</sup> Mesmo com atenuantes, como o trecho que assegurava que seria respeitada a “propriedade existente”, a agitação foi enorme entre os parlamentares.

O imperador a seguir consultou o Conselho de Estado e, com exceção do marquês de Olinda, todos se mostraram favoráveis à libertação dos nascituros, embora julgassem que matéria como essa só poderia ser discutida após o fim da guerra.<sup>14</sup> Depois de duas reuniões, Pedro II nomeou uma comissão, presidida por Nabuco de Araújo, para elaborar projeto com base na opinião dos conselheiros.<sup>15</sup> Desde então, atuando como relator do projeto no Conselho de Estado, Nabuco de Araújo, ex-líder progressista, passou a ser um dos maiores defensores da libertação do ventre no Senado.

Com o retorno dos conservadores ao poder, em 1868, o visconde de Itaboraí retirou qualquer menção ao assunto na Fala do Trono e se recusou a apresentar à Câmara o projeto elaborado pela Comissão do Conselho de Estado.<sup>16</sup> Em 1869, como vimos no capítulo anterior, um dos itens do manifesto do Centro Liberal, núcleo do novo Partido Liberal, era a extinção da escravidão. A mesma demanda constava no programa do Clube Radical, associação dos liberais radicais, do qual trataremos no próximo capítulo. Para além de toda intensificação da demanda por reformas, não podemos perder de vista que tanto para os novos liberais como para os liberais radicais a defesa da eliminação da escravidão em seus programas era artifício político de combate ao ministério Itaboraí, que se colocava contrariamente a qualquer lei emancipacionista. Ou seja, este era um ardil de ataque ao chefe de gabinete, que representava a nova situação conservadora, alçado ao poder pelo que os liberais entendiam como um “golpe” por parte do imperador. Ainda que sem o pretender, ambos grupos liberais acabaram

---

<sup>12</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 16.

<sup>13</sup> L. Bethell, J. M. de Carvalho, “Introdução”, op. cit., p. 16.

<sup>14</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro das sombras: a política imperial*, p. 305, posiciona o visconde de Muritiba também como contrário à libertação do ventre. R. Salles, “As águas do Niágara...”, pp. 65-67, distingue os conselheiros em três posicionamentos: a posição radicalmente contrária do marquês de Olinda, a posição favorável de Nabuco de Araújo e, por fim, a posição da maioria dos conselheiros de adotar a libertação do ventre quando chegasse o momento adequado e com algum tipo de indenização aos proprietários. Entre estes, Salles menciona Itaboraí, Muritiba, Eusébio de Queirós e Paranhos, futuro visconde do Rio Branco.

<sup>15</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 304-307; R. Salles, “As águas do Niágara...”, p. 45.

<sup>16</sup> J. M. de Carvalho, *ibid.*, p. 308.



eclipsando o papel que de fato coube a Pedro II, dentro da esfera governamental do Segundo Reinado, em demandar a eliminação, ainda que gradual, da escravidão.

Para completar, após toda a celeuma causada por ter chamado Itaboraí a compor ministério, o imperador não pressionou o novo chefe de gabinete para apresentar o projeto de libertação do ventre aos deputados. O prolongamento da Guerra do Paraguai esmoreceu o ímpeto do monarca, até mesmo pela necessidade de apoio em outras medidas relacionadas ao alto custo material do conflito internacional.

### **Reações, dissoluções e recomposições relacionadas à lei do Ventre Livre**

A questão da escravidão só voltou a ser assunto de Estado e entrou novamente na Fala do Trono por ocasião do início do ministério mais longo de todo o Império: o do conservador José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. A opção da dissidência liberal pela abstenção eleitoral em 1869<sup>17</sup> possibilitou que os conservadores operassem a reforma que era item de peso na pauta dos liberais.<sup>18</sup>

Na apresentação do programa de seu gabinete às Câmaras, Rio Branco colocou como objetivo explícito de seu governo esvaziar o programa liberal pela implementação de suas principais reformas.<sup>19</sup> Na ocasião, Rio Branco também reconheceu que, apesar da situação internacional ter tornado a escravidão insustentável, a abolição atingiria a estrutura da economia e todas as instituições do país.<sup>20</sup> Tal proposta, em programa de um governo conservador, ao mesmo tempo em que enfraquecia os liberais também acabou afetando os conservadores, que, evidentemente, se dividiram.

Conservadores e liberais tentaram retardar a aprovação do projeto. Como observa José Murilo de Carvalho, através dos nascituros percebe-se a natureza complexa do Partido Conservador, devido à forte reação desencadeada em vários

<sup>17</sup> A abstenção eleitoral, em protesto contra o gabinete Itaboraí, foi aconselhada por um manifesto do Centro Liberal, publicado em folheto e no *Jornal do Comércio*, de 31 de março de 1869. Apud A. Brasiliense, *Os programas dos partidos e o Segundo Império*, pp. XXXI-LVI.

<sup>18</sup> A. Alonso, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, pp. 80-81.

<sup>19</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem*, p. 224.

de seus setores.<sup>21</sup> Ao governo de Rio Branco, com louvável carreira política, tendo atuado inclusive na região do Prata, não faltou espaço para políticos em início de carreira para o ministério, como foi o caso de João Alfredo, mantido na pasta do Império, posto para o qual fora nomeado no ministério São Vicente.<sup>22</sup> Com esta estratégia, Rio Branco visava contrabalançar a reação dos conservadores mais obstinados. Enquanto ele sustentava o projeto no Senado, João Alfredo se tornou seu coadjuvante na Câmara. A dupla contra-argumentava os parlamentares mais oposicionistas a qualquer medida emancipacionista: José de Alencar, Paulino de Souza, Ferreira Viana e Andrade Figueira.

Não obstante todo seu empenho em fazer passar esta reforma, em momento algum Rio Branco deixou de se pautar pelo princípio da ordem, que deveria se sobrepor ao da liberdade. A própria estratégia protelatória, com a lei de 1871 sendo marcada pelo gradualismo, objetivava garantir a tranquilidade pública nas cidades e no mundo rural.<sup>23</sup>

Os liberais justificavam o seu combate ao projeto emancipacionista não pelo seu conteúdo, mas pelo fato de que a proposta foi iniciativa do imperador, e não do Parlamento. Neste momento, foi-lhes muito útil reconhecer a dianteira do imperador na matéria da mão de obra. Como os liberais não podiam se contrapor ao que defendiam, falavam em cesarismo.<sup>24</sup> Era um meio de reintroduzir as críticas à centralização monárquica. Nesse foco de acusações, alguns liberais aliaram-se a republicanos e conservadores dissidentes, entre os quais se destacava Andrade Figueira.<sup>25</sup>

O maior resultado da aprovação da lei 2.040, em 28 de setembro de 1871, quando a princesa Isabel exercia sua primeira regência, foi “o primeiro claro divórcio entre o Estado Imperial e os grandes proprietários de terras e de escravos que constituíam a sua base sócio-econômica”.<sup>26</sup> A lei do Ventre Livre jogava por terra qualquer perspectiva de reprodução indefinida do sistema escravista no

---

<sup>20</sup> A. Alonso, op. cit., p. 81.

<sup>21</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem*, p. 223.

<sup>22</sup> T. Monteiro, op. cit., 87.

<sup>23</sup> M. H. P. T. Machado, “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’ a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870, p. 370.

<sup>24</sup> M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, in: M. Y. Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, p. 271.

<sup>25</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 311.

Brasil.<sup>27</sup> A atuação reformista, ainda mais em assunto ligado aos grupos dominantes, levou à progressiva perda de legitimidade política.<sup>28</sup> A lei de 1871 se tornou o pior dos ataques ao *status quo* imperial.<sup>29</sup> E mais: ela também solidificou o racha dos partidos, iniciado na década anterior. Isso porque “a cisão intra-elite exibiu a vulnerabilidade das instituições, transformou em objeto de debate político os pilares da sociedade imperial”.<sup>30</sup> Tavares Bastos, liberal que pertencera à ala radical, resumiu bem o clima político imediato à lei: “A recente lei abolicionista lançou-nos no meio do tufão. [...] O governo sinceramente parlamentar ou república, eis o dilema proposto”.<sup>31</sup>

Outro efeito da Lei do Ventre foi que os próprios chefes liberais, que haviam se unido na Liga Progressista, se dividiram: Zacarias votou contra; já Nabuco de Araújo, além de votar a favor, conseguiu carrear senadores liberais no apoio ao governo. Tal feito gerou queixas dos correligionários, pois, embora Nabuco de Araújo mantivesse coerência de idéias, como líder ele desconsiderava os interesses do Partido Liberal. Sobre o discurso de Nabuco de Araújo a favor do projeto, Sinimbu o indagou: “não seria ele o canto do cisne do nosso Partido?”. Assim Leão Veloso o advertiu em carta: “desde que se for deixando levar de amor platônico pela idéia, sofrerão os interesses e os partidos se dissolverão”.<sup>32</sup> Este é um exemplo em que se observa o fazer político através das missivas, cuja redação traz um exercício de persuasão política dos outros, além de si mesmo, claro.<sup>33</sup>

A dissolução partidária em realidade logo se iniciou. Quem mais ganhou com a lei de 1871 foram os republicanos. Diante da fraqueza de seu partido em reagir, vários liberais sentiram-se atraídos ao Partido Republicano, recém-

<sup>26</sup> M. O. Basile, op. cit., p. 272.

<sup>27</sup> Por outro lado, esta solução já havia sido adotada, com relativo sucesso justamente por seu caráter contemporizador, em vários países latino-americanos. Todavia, ao seguir este exemplo, novamente o Brasil mostrava certo atraso, pois leis de liberdade do ventre foram adotadas sobretudo no contexto imediato pós-independência da América Hispânica e muitas vezes em complementação a leis de fim do tráfico. M. V. Secreto, “Soltando-se das mãos: liberdade de escravos na América Espanhola”, in: C. Azevedo, R. Raminelli (orgs.), *História das Américas: novas perspectivas*, pp. 143-145.

<sup>28</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 322-323. José Murilo de Carvalho localiza neste ano de 1871, devido a esta lei, o início da queda do sistema imperial.

<sup>29</sup> A. Alonso, *Idéias em movimento*, p. 82.

<sup>30</sup> Id., *ibid.*, p. 83.

<sup>31</sup> Apud *ibid.*, p. 83.

<sup>32</sup> Apud J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 312.

formado. O sinal de alarme já havia sido dado pelos próprios proprietários de escravos, quando dos debates do projeto que pela primeira se imiscuía na relação senhor-escravo.<sup>34</sup> Eles enviaram à Câmara várias representações, algumas até com mais de 600 assinaturas. Criaram também associações, como o Clube da Lavoura e do Comércio, fundado no Rio.<sup>35</sup> A aliança entre proprietários e republicanos foi uma das mais inesperadas. Isso porque a facção dos liberais radicais, profissionais liberais em sua maioria, que formou o Partido Republicano, era pouco comprometida com os interesses dos grandes proprietários. Assim o atesta o próprio perfil dos signatários do Manifesto Republicano. Por outro lado, neste momento se mostrou bastante útil o silêncio do Manifesto de 1870 em relação à escravidão.

### **Os conservadores e as reformas: contraposição conservadora**

O governo Rio Branco e a aprovação da chamada lei do Ventre Livre nos leva à reflexão sobre uma noção consagrada pela historiografia acerca do Segundo Reinado: que as reformas propostas pelos liberais acabavam sendo efetuadas em governos conservadores.<sup>36</sup>

Não há incompatibilidade entre um governo conservador e ímpeto progressista ou modernizador. Tanto assim que, pela primeira vez no Império do Brasil, o governo de Rio Branco levou a efeito uma modernização conservadora.<sup>37</sup> Os elementos burocráticos, especialmente os magistrados, apesar das ligações com

---

<sup>33</sup> O exercício de persuasão política através das correspondências foi estudado por A. de C. Gomes, “Rascunhos de história imediata”, in: A. de C. Gomes, B. B. Schmidt (orgs.), *Memórias e narrativas (auto)biográficas*, p. 42.

<sup>34</sup> A lei previa direito de alforria ao escravo que pudesse pagar seu preço. Além disso, os senhores tinham que proceder à matrícula dos escravos. A lei facultava aos senhores usar o trabalho dos ingênuos até que completassem 21 anos ou entregá-los ao Estado aos 8 anos em troca de títulos de 600\$ que venceriam juros de 6% ao ano por um período de 30 anos. Em 1885 apenas 188 ingênuos tinham sido entregues ao governo, de modo que foram revertidos ao próprio Fundo de Emancipação os 25% previstos nele para a educação dos ingênuos. J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 313-318.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, p. 313.

<sup>36</sup> Esta já era uma preocupação de contemporâneos. Joaquim Nabuco a sintetizou com este metáfora: aos conservadores cabia o papel “de incubar no poder os ovos, que são as reformas, depositadas em seu ninho pelo Partido Liberal”. J. Nabuco, “Discurso pronunciado no Teatro Santa Isabel”, 26 de outubro, *Campanha abolicionista no Recife*, p. 39.

<sup>37</sup> A aplicação da noção de modernização conservadora para este caso é de A. Alonso, “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, p. 89.

proprietários de terras e escravos, tendiam a favorecer as reformas sociais. Vários desses burocratas tinham relevo na política imperial, como visconde de Uruguai, Eusébio de Queiroz, Pimenta Bueno e Nabuco de Araújo.<sup>38</sup> Não por acaso este último, ao sair das hostes conservadores, se tornou um dos líderes do agrupamento progressista.

No caso do gabinete Rio Branco, esta percepção – de que as reformas propostas pelos liberais eram realizadas pelos governos conservadores – se exacerbou porque o seu governo, já desgastado pela oposição dos conservadores à proposição, debate e aprovação da Lei do Ventre Livre, pediu e conseguiu a dissolução da Câmara, em 22 de maio de 1872.<sup>39</sup> Esse era um expediente relativamente comum no Império, mas desta vez foi para fazer passar mais uma reforma demandada pelos liberais, a eleitoral. Não o conseguindo, Rio Branco indicou o também conservador Caxias para compor novo ministério, iniciado em 25 de junho de 1875. Como os ânimos dos conservadores dissidentes foram acalmados, foi aprovada a Lei do Terço, que permitiu que o terço restante das vagas parlamentares fosse destinado à oposição, aumentou as incompatibilidades eleitorais e introduziu o título eleitoral no país.<sup>40</sup>

O que acontecia em situações como essa é que os conservadores, na resistência às práticas reformistas que assumiam certos gabinetes, abriam cisão em suas hostes. Por seu turno, os liberais também ficavam enfraquecidos, pois suas bandeiras de luta acabavam sendo esvaziadas ao serem debatidas e aprovadas em gabinete do partido rival. Nas marchas e contramarchas do jogo político imperial, ambos os partidos acabavam afetados quando da passagem das reformas em governos conservadores.

O gabinete Rio Branco efetuou muitas outras reformas além da Lei do Ventre Livre, tais como: reforma judiciária, que ampliou o *habeas corpus* e regulamentou a prisão preventiva; introdução do sistema métrico, que padronizou pesos e medidas; modernização da infra-estrutura do país, com expansão das comunicações e da rede ferroviária; reforma do código comercial e reforma educacional. Todo o ânimo inovador do mais longo gabinete do Império foi gasto,

---

<sup>38</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem*, p. 222.

<sup>39</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 405.

<sup>40</sup> M. O. Basile, op. cit., pp. 273-274.

porém, na promoção de medidas protelatórias, como na relativa à reforma da mão-de-obra.<sup>41</sup> O resultado dessas medidas foi semelhante ao da Lei do Ventre Livre: restrições ao serem aprovadas no Legislativo e implementação incompleta. Para o sistema político, o efeito foi praticamente o mesmo da lei emancipacionista: erosão da sustentação política do regime.<sup>42</sup> Além das dissensões entre os conservadores e reações entre os liberais, ainda houve impacto fora dos recintos políticos oficiais. A rejeição à aplicação da reforma do sistema métrico decimal levou ao protesto popular conhecido como Revolta do Quebra Quilos, cujos conflitos ocorreram em 1874 e 1875. Ocorrências como esta sinalizam que a dinamização da esfera pública, verificada na Regência, começava a ser retomada.<sup>43</sup>

Outro fator que distinguiu o governo Rio Branco e que seria tratado pela historiografia como uma das “questões” marcantes na crise do Brasil-Império foi a chamada *questão religiosa*. O conflito se iniciou em 1872, em meio às comemorações pela Lei do Ventre Livre, quando os bispos dom Vital Maria, bispo de Olinda, e dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, se indispuseram seriamente contra o governo. Os prelados condenaram o *padroado*, ao aplicarem no Brasil princípios do *ultramontanismo*, particularmente a campanha para que católicos abandonassem a maçonaria, ainda que tais princípios não tivessem recebido o *placet* imperial. Ambos lançaram interditos contra irmandades, em Olinda e no Pará, por não terem expulsado os seus membros maçons. A situação se complicou porque o visconde do Rio Branco era grão-mestre de uma loja maçônica e tomou a conduta como afronta pessoal. As irmandades, por seu turno, enviaram recurso ao governo imperial, tendo o Conselho de Estado condenado as condutas arbitrárias dos bispos.

Depois de variados atos de insubordinação, chegando dom Vital a publicar um breve papal em que chamava o imperador de César, os bispos foram presos em inícios de 1874. Os religiosos não quiseram se defender, alegando não caber ao poder laico o julgamento de questões religiosas. No entanto, sem o pedir, ambos foram defendidos por advogados que eram políticos ilustres. Dom Vital foi

---

<sup>41</sup> S. B. de Holanda, *Capítulos de história do Império*, p. 195.

<sup>42</sup> A. Alonso, *Ideias em movimento*, pp. 83-86.

<sup>43</sup> M. Basile, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870, p. 99.

defendido pelo conservador Cândido Mendes, dom Macedo pelo conservador Ferreira Vianna, ao passo que o liberal e ex-chefe progressista Zacarias de Góes e Vasconcelos defendeu a ambos. Conservadores e liberais se uniram nos ataques ao governo, tachado de anticlerical. Já um ex-líder progressista como Nabuco de Araújo chegou a defender a deportação dos bispos, alegando, no Conselho de Estado, que sua presença no país era nociva à paz pública. Curiosamente, um dos maiores defensores do ministério nesta contenda foi Saldanha Marinho, antigo liberal radical que fora um dos signatários do Manifesto Republicano.

Sintomáticas do momento em que se vivia e da situação de vulnerabilidade em que D. Pedro II se colocou foram as palavras do papa Pio IX, ao saber da condenação dos bispos brasileiros: “Vossa Majestade [...] descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces do seu trono”.<sup>44</sup> Somente em 17 de setembro de 1875, sob o gabinete Caxias, o governo concedeu anistia aos bispos e o papa levantou os interditos contra as irmandades maçônicas. O imperador e o papa se reconciliaram. No entanto, as relações da monarquia brasileira com uma de suas principais instituições de legitimação, a Igreja, nunca mais seriam as mesmas. A *questão religiosa* se alongou em demasia, saiu da esfera religiosa, penetrou a política, colocando políticos de elevada envergadura contra as decisões governamentais.

Todo esse desgaste do mais longo gabinete da monarquia nos leva à reflexão dos efeitos do que chamaremos de “contraposição conservadora”: buscando esvaziar de sentido o reformismo liberal, o governo Rio Branco decidiu efetuar reformas demandadas pelos liberais, o que teve por resultado, entre várias cisões, uma divisão interna aos conservadores. Aparentemente, os conservadores estariam se opondo à sua própria posição como partido da ordem, relegando credos anteriores e transigindo com os opositores. Não se tratava de uma apostasia, e sim de um reposicionamento na esfera política. O assentimento dos conservadores em flexibilizar as instituições sinaliza uma temporização para frear a flâmula reivindicatória ao regime feita do interior do mesmo. É por isto que a chamada “crise” do Império surgiu do próprio “centro do regime”.<sup>45</sup> O gabinete Rio Branco tentou reanimar a *conciliação* dos partidos, mas seu êxito foi muito relativo.

---

<sup>44</sup> Apud M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, p. 279.

<sup>45</sup> A. Alonso, *Ideias em movimento*, p. 72.

A contraposição foi uma estratégia empregada para conter o adversário e atender minimamente aos embates daquele tempo, particularmente em relação às mudanças no regime de trabalho, que deveria ocorrer de modo que o Império ainda pudesse contar minimamente com seu principal ponto de sustentação. Ocorre que nem todos os conservadores entenderam dessa forma, assim como muitos liberais não aceitaram a atitude de um herético como Nabuco de Araújo, que antes até havia formado nova seita, a dos progressistas. Daí que a contraposição deve ser entendida em duplo sentido: na aparente mudança de sentido, de posição, e nas novas divergências que suscitou, levando a recomposições que beneficiaram os republicanos.

### **Os liberais e as reformas: contradição liberal**

Após dez anos de predomínio dos conservadores foram frustradas as perspectivas por ocasião do retorno dos liberais ao poder, ao iniciar-se, em 5 de janeiro de 1878, o gabinete de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, futuro visconde de Sinimbu.

Caxias, sucessor de Rio Branco, teve que se afastar do ministério por motivo de saúde. A exaustão causada pela *questão religiosa*, a desunião do Partido Conservador e a gritaria dos liberais, ansiosos para retornar ao poder, fizeram com que o imperador escolhesse um liberal para compor novo gabinete.

Além disso, muitas insatisfações haviam sido geradas, quer entre liberais, quer entre conservadores, pelo fato do monarca chamar um conservador ao poder para efetuar reforma cara aos liberais de vários matizes – a da mão de obra. Num momento em que a própria imprensa passou a ecoar a crítica à eleição em dois graus, seria mais prudente chamar um liberal para efetivar outra demanda de seu partido: a eleição direta.

Assim sendo, por indicação de Pedro II, o principal projeto do programa de governo Sinimbu foi uma nova reforma eleitoral, para suprimir as eleições primárias, introduzindo o voto direto. Para efetivar tal proposta, Sinimbu, em 11 de abril, utilizou o velho recurso de dissolver a Câmara, que era composta de maioria conservadora, sendo a nova composta em sua totalidade de liberais.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, pp. 282-283.



No entanto, como um dos itens do projeto da nova reforma eleitoral excluía os analfabetos do direito de voto, parlamentares liberais logo começaram a organizar a oposição ao gabinete Sinimbu. Entre tais deputados destacaram-se: Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho e José Bonifácio, o Moço. Este último, em combate à cláusula de exclusão dos analfabetos do “odioso projeto”, tomou como referência a Guerra do Paraguai, em que vários sacrifícios foram feitos por analfabetos e pessoas de baixa renda. Na conclusão do famoso discurso, José Bonifácio inverteu os termos do *sorites* do senador Nabuco de Araújo, recém falecido: o sistema representativo no Brasil exprimia a vontade popular; ele seria falseado justamente se o povo miúdo em geral, e os analfabetos em particular, deixassem de ter direito a voto, pois: “Quem é o sujeito da oração? Não é o povo? Qual é o verbo? Quem é o paciente? Ah! Descobriram uma nova regra: é não empregar o sujeito. Dividem o povo, fazem-se eleger por uma pequena maioria, e depois bradam com entusiasmo: Eis aqui a representação nacional!”<sup>47</sup>

Evidentemente, há muito exagero oratório na fala parlamentar, que pretendia suscitar adesões para a oposição governamental recém iniciada. José Bonifácio conseguiu bastante apoio, inclusive do estreante parlamentar Joaquim Nabuco.<sup>48</sup> Apesar da formação de um bloco dissidente, o projeto passou na Câmara. A rejeição ocorreu no Senado, mas não pelo seu conteúdo e sim pela forma como se pretendia instituí-lo: por meio da convocação de uma Constituinte, na qual os debates ficariam restritos à Câmara, por tratar-se de matéria constitucional.

Portanto, as discussões do projeto da nova reforma eleitoral serviram, sobremaneira, para causar mais uma divisão ostensiva entre os liberais, imediatamente após seu retorno ao poder.

Desde que assumiu a presidência do Conselho, Sinimbu adotou a postura de um conservador, pouco contribuindo para a passagem das reformas tão demandadas pelos liberais nos últimos dez anos, de preponderância dos conservadores. Era tão tenso o clima de bastidores que, em 1879, Domingos de Sousa Leão, o barão de Vila Bela, abandonou a pasta de Estrangeiros, sendo substituído por Antonio Moreira de Barros, e Silveira Martins largou a da

---

<sup>47</sup> Apud M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, op. cit., p. 283.

Fazenda, sendo substituído pelo futuro visconde de Ouro Preto, o senador Afonso Celso.<sup>49</sup>

Outro item do projeto que contribuiu para a crise no interior do Partido Liberal sob o gabinete Sinimbu foi a elegibilidade dos acatólicos, tópico contra a qual se levantou a maioria do gabinete.

A discussão desse item foi a oportunidade aproveitada pelo iniciante Joaquim Nabuco para marcar posição: colocou-se favoravelmente à elegibilidade dos não católicos, até mesmo porque defendia a liberdade religiosa e a secularização do Estado, itens que já constavam no programa do Clube da Reforma.

Todavia, Nabuco dirigiu seu oposicionismo ao gabinete Sinimbu particularmente em relação às medidas de contratação de trabalhadores chineses para a lavoura de café.<sup>50</sup> Contudo, o novo deputado não perdia azo de atacar o ministério, como na relutância do ministro da Fazenda em diminuir impostos. Já na primeira sessão em que discursou, sobre o orçamento da receita, Nabuco criticou a política econômica do gabinete, ainda com despesas extravagantes, no

---

<sup>48</sup> [J. Nabuco] J. A. B. Nabuco de Araújo, “Reforma constitucional”, sessão de 29 de abril de 1879, *Discursos parlamentares*, pp. 89-90.

<sup>49</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo era filho de João Antonio Afonso, natural de Braga, e de Maria Madalena de Assis Figueiredo, de antiga família ouro-pretana. O seu pai veio muito jovem de Portugal, porém, como aderiu em 1822 à Independência, ele e os irmãos tornaram-se brasileiros, em virtude de uma disposição da Constituição de 25 de março de 1824. Negociante inicialmente, seu pai exerceu vários cargos em Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, e obteve a patente de capitão da Guarda Nacional. O futuro visconde de Ouro Preto nasceu em família com conhecimento e reconhecimento local que muito o ajudaram em sua ascensão política. Antes de se formar, em fins de 1858, pela Faculdade de Direito paulistana, ele já tinha ocupado postos burocráticos em Minas. Dois anos após a formatura, foi eleito deputado provincial e depois deputado geral por Minas, cargo para o qual foi eleito quatro vezes no total. Muito influente na política central era a família da jovem com quem Ouro Preto se casou, Francisca de Paula Martins Toledo, filha do coronel e depois conselheiro Joaquim Floriano de Toledo, várias vezes deputado geral. Por isso, no terceiro gabinete Zacarias, 1866-1868, Ouro Preto assumiu a pasta da Marinha, em pleno período de Guerra do Paraguai. Assim que deixou o poder, estava reconhecido como um dos chefes do Partido Liberal, passando a redigir artigos para *A Reforma*, o mesmo jornal em que Nabuco começou a escrever pouco depois. Em 1876, foi reeleito deputado geral por Minas. Quando começou o governo Sinimbu, em 1878, ele se tornou o líder liberal na Câmara. Informações obtidas em A. Celso, *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, pp. 7-31.

<sup>50</sup> Para A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p. 79-80 e p. 91, havia questões pessoais de Nabuco em sua oposição a Sinimbu. O pai, Nabuco de Araújo, esperava ser chamado para chefiar gabinete quando o imperador convocou Sinimbu. Além disso, Sinimbu não se importou com seu pai quando este estava doente e foi a uma festa no dia de seu enterro.

que o deputando estreante recebeu sérios apartes do futuro visconde de Ouro Preto.<sup>51</sup>

Nessa época, Afonso Celso já era um dos grandes nomes do Partido Liberal, até porque haviam morrido, em 1878, seus grandes chefes: Nabuco de Araújo e Zacarias. Para compor nova liderança, o embate de bastidores, apesar das alianças oportunas, estava renhido entre ele, Antonio Saraiva, Manuel Pinto de Sousa Dantas e Gaspar Silveira Martins. Destes nomes, Nabuco se ligava apenas a Dantas, amigo de seu pai desde a época de faculdade. Ele mesmo também estudara por um breve período com o filho de Dantas, Rodolfo. Todavia, neste momento, Nabuco não tentou se aproximar de Dantas ou de qualquer outro elemento de destaque no partido. Daí a impetuosidade de sua oposição ao gabinete e a incongruência na defesa de certas propostas. Por exemplo, Nabuco atacou o ministro da Fazenda por não diminuir impostos e pretender criar novos, como o imposto sobre o votante, mas, contraditoriamente, também propôs novos impostos, como um imposto sobre os bens de mão morta dos conventos, no que foi arduamente refutado por Ouro Preto.<sup>52</sup> De todo modo, ainda que tentasse adotar postura independente, foi como um integrante e seguidor do Partido Liberal que Nabuco anunciou suas propostas como parlamentar. Foi no seu primeiro discurso que Nabuco apresentou suas ideias, todas já itens da plataforma do Partido, estabelecendo-as neste tripé: emancipação, liberdade religiosa e reforma eleitoral.<sup>53</sup> Daí reside, em relação à escravidão, a perspectiva gradualista de Nabuco em seu início parlamentar, por escolher seus temas de defesa dentro da pauta liberal.

\*\*\*

O gabinete Sinimbu foi reticente quanto às reformas e ainda tomou medidas impopulares, como o imposto sobre as passagens de bonde que levou à Revolta do

---

<sup>51</sup> J. A. B. Nabuco de Araújo, “Orçamento da receita”, sessão de 14 de abril de 1879, *Discursos parlamentares*, pp. 71-88; V. de Ouro Preto, A. C. de A. Figueiredo, sessão de 14 de abril de 1879, *Discursos parlamentares*, pp. 63-69.

<sup>52</sup> V. de Ouro Preto, A. C. de A. Figueiredo, sessão de 18 de abril de 1879, *Discursos parlamentares*, pp. 84-86.

<sup>53</sup> J. A. B. Nabuco de Araújo, “Orçamento da receita”, sessão de 14 de abril de 1879, *Discursos parlamentares*, pp. 71-72.

Vintém. O maior alvo de críticas foi o proponente do imposto, o ministro da Fazenda.

Após os debates nas duas casas do Parlamento sobre o orçamento para 1880, sem nenhuma objeção, foi aprovada a seguinte taxa: “20 réis [um vintém] por passageiro que circular nas linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro ou seus subúrbios, ‘tramways’ ou carris urbanos de tração animal ou a vapor”.<sup>54</sup> Com exceção de uma empresa que decidiu pagar a taxa a suas despesas, as demais resolveram cobrar o imposto diretamente dos passageiros, acrescido à passagem de bonde. Por isso, o ministro se tornou impopular e foi alcunhado pela população de “Afonso Vintém”.<sup>55</sup> Os conflitos decorrentes da cobrança desgastaram o gabinete. A imprensa muito ajudou a ampliar o clima de inquietação social, servindo como meio de veiculação e amplificação dos distúrbios causados na Corte. Parlamentares liberais dissidentes também insuflaram a hostilidade popular ao governo.

Uma das abordagens clássicas da Revolta do Vintém é a de Sandra Graham, de que a revolta inaugurou uma nova forma de ação política, com atuação manifesta na rua.<sup>56</sup> Diferentemente, Marcelo Basile entende este motim como parte, e não catalisador deste processo, posto que o mesmo já estava em curso desde o início da década de 1870.<sup>57</sup> De fato, a rua já havia sido tomada em ocasiões anteriores, como na tensa década de 1830, a começar pelo 7 de Abril de 1831, além de que desde 1868 os debates políticos vinham extravasando os recintos oficiais. Portanto, a reação desencadeada pelo imposto se insere em um processo já em curso.

Depois de aprovada no Parlamento, a nova taxa de transporte foi sancionada pelo imperador na lei orçamentária de 31 de outubro de 1879 e deveria entrar em vigor em 1º de janeiro de 1880. Já em 28 de dezembro, inflamados pelo republicano Lopes Trovão, populares se aglomeraram no campo de São Cristóvão. Um efetivo policial deteve a multidão quando esta se dirigia ao palácio imperial, para entregar ao imperador uma petição, pedindo a revogação do imposto. A

---

<sup>54</sup> Apud A. Celso, *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, p. 34.

<sup>55</sup> M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*, Tese de Doutorado em História/PUC-Rio, pp. 24-25.

<sup>56</sup> S. Graham, “Vintem Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880”, *Hispanic American Historical Review*, pp. 431-449.

<sup>57</sup> M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, p. 277.

população acudiu à convocação de um comício, feita por panfletos de Lopes Trovão, reunindo-se no dia 1º de janeiro no largo do Paço.<sup>58</sup> Várias formas de boicote foram utilizadas: mulas esfaqueadas, trilhos arrancados, condutores espancados, bondes tombados. Mais de 600 soldados do Exército, comandados pelo tenente-coronel Antônio Enéias Gustavo Galvão, o futuro barão do Rio Apa, se uniram à polícia para conter a revolta, que já aglutinava cerca de 4000 pessoas.<sup>59</sup> Apesar da montagem de barricadas, o saldo foi de 3 mortos e de 15 a 20 feridos.<sup>60</sup> Somente no dia 5 a capital do Império voltou à normalidade. Já no dia 3, fora redigido um manifesto de protesto, responsabilizando o governo imperial pelos atos de violência. O documento foi assinado por um grupo de deputados e senadores liberais, entre os quais: Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho e Silveira da Mota. Em razão da pressão popular, parlamentar e das próprias companhias de bonde, no dia 5, o governo extinguiu o imposto. Para este desenlace, muito contribuiu o ímpeto dos parlamentares dissidentes nos ataques ao governo, como forma de desestabilizá-lo ainda mais.

Sob o governo Sinimbu ocorreu movimento similar ao verificado durante o gabinete Rio Branco, quando da condenação dos bispos: os dissidentes logo saíram em defesa daqueles que reclamavam contra arbitrariedades governamentais.

O saldo de toda a violência empregada na repressão à Revolta do Vintém e das celeumas provocadas, fora e dentro do Parlamento, foi a queda do primeiro gabinete liberal, tão esperado após o decênio conservador. O imperador ficou abalado com a ameaça à autoridade, o uso da força contra os populares e os manejos políticos. Em carta à condessa de Barral<sup>61</sup>, apresentou sua conclusão destes conflitos: “A política da nossa terra cada vez me repugna mais compreendê-la. Ambições e mais ambições do que tão pouco ambicionável é”.<sup>62</sup> Pedro II ainda manteve Sinimbu no poder esperando que ele conseguisse sucesso

---

<sup>58</sup> E. de Moraes, *Da Monarquia para a República*, pp. 16-17, afirma que na ocasião foram dados muitos vivas à república, mas não ainda por convicção e sim por estímulo da presença de Trovão, principal redator da *Gazeta da Tarde*, de feição republicana.

<sup>59</sup> J. M. de Carvalho, *D. Pedro II*, p. 178.

<sup>60</sup> M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, p. 277.

<sup>61</sup> Luísa Margarida de Barros Portugal, marquesa de Montferrat, condessa de Barral e Pedra Branca, havia sido a preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, além de ter sido nomeada dama de companhia da imperatriz Teresa Cristina. A partir da década de 1870 vivia mais na França do que no Brasil. Tornou-se confidente do conde d’Eu e principalmente do imperador.

no objetivo para o qual fora alçado à chefia de governo: a aprovação da reforma eleitoral. Todavia, o Senado freou o projeto.

Em 28 de março de 1880, Sinimbu foi substituído por outro liberal, José Antônio Saraiva, que conseguiu a aprovação da lei de reforma eleitoral como queria o Senado: não por constituinte e sim lei ordinária, de 9 de janeiro de 1881. As inovações da chamada Lei Saraiva foram as seguintes: instituição da eleição direta em único turno, eliminando assim o votante; voto facultativo; restabelecimento da divisão eleitoral das províncias em círculos de um só deputado, com exigência de maioria absoluta na votação; concessão do direito de elegibilidade aos naturalizados e não-católicos; exclusão dos analfabetos do direito de voto e estabelecimento de critérios rígidos para comprovação da renda de 200 mil réis exigida para os eleitores.<sup>63</sup> Pelas duas últimas inovações, a reforma reduziu substancialmente o eleitorado, como concluem Richard Graham, comparando dados dos censos, e José Murilo de Carvalho, além destes, comparando o índice eleitoral brasileiro com o de outros países, antes e depois da reforma. A queda no percentual de participação nas eleições, para José M. de Carvalho, ocasionou um retrocesso no exercício político da cidadania. A chamada lei Saraiva teria sido o ponto culminante das restrições eleitorais no Brasil.<sup>64</sup>

Tal restrição do eleitorado e da participação eleitoral ajudou a associar o Império ao atraso. Como argumenta Maria Tereza C. de Mello, um dos motes da propaganda republicana, fortalecida na década de 1880, foi a sinonímia entre monarquia = atraso e república = progresso.

Com o objetivo precípuo de elevar a autenticidade da representação, um dos alvos liberais desde a década de 1860, tal reforma sob um gabinete liberal acabou fornecendo ingrediente ao caldeirão de críticas da propaganda republicana à monarquia.

A lei de 1881 trouxe reflexos também para a seara liberal: a radicalização na plataforma reformista, que deu o tom das movimentações políticas no último decênio da monarquia. Além da defecção de liberais para as lides republicanas, quer em grau mais ou menos oficial, muitos dos que permaneceram na sua

---

<sup>62</sup> Apud J. M. de carvalho, *D. Pedro II*, pp. 179-180.

<sup>63</sup> M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, p. 284.

<sup>64</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 394. No ano seguinte houve pequena liberalização na lei, reduzindo-se a idade mínima para o voto de 25 para 20 anos. Id., *ibid.*, p. 414.

agremiação partidária acentuaram o tom de reivindicações. No momento do que aqui denominamos como “contradição liberal”, os liberais retomaram o poder com o gabinete Sinimbu, mas deslegitimaram o próprio programa do partido. Daí que voltaram a levantar o brado de 1868, “Reforma ou revolução!”.

É com este encaminhamento que deve ser entendido o teor dos combates decorrentes da contradição liberal: a intensificação do radicalismo na defesa das reformas foi uma compensação ao desprestígio à plataforma partidária, diante das reticências reformistas do governo Sinimbu e da redução do eleitorado com a lei Saraiva.

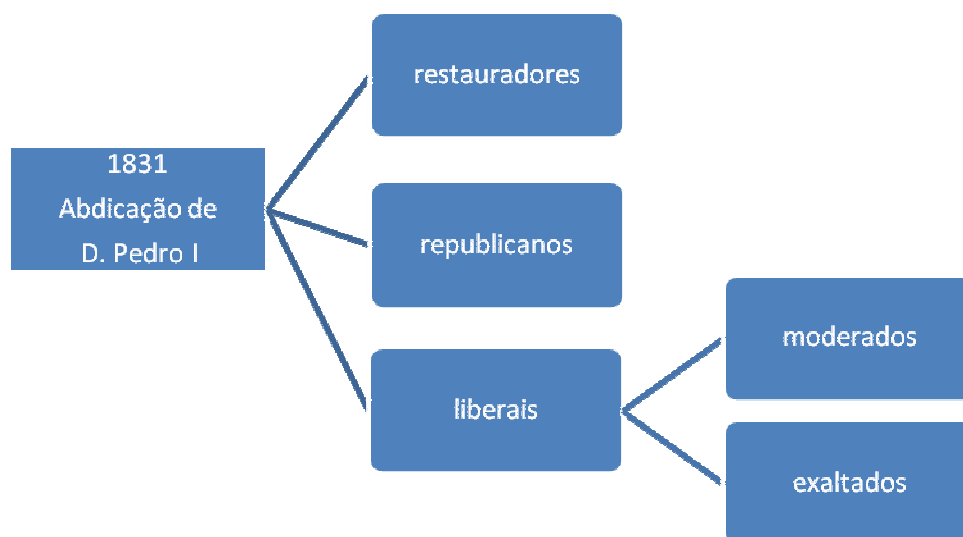
Cada vez mais os liberais declamavam o que não cumpriam. Quando realizavam suas reformas, o faziam de maneira contraproducente. Basta pensar nas leis emancipacionistas: apenas a de 1885 foi obra de um gabinete liberal e, ainda assim, sua votação no Senado ocorreu sob o gabinete conservador subsequente. O *topos* da urgência de reformas sociais, mais até do que políticas, deu o tom das manifestações políticas dos últimos anos da monarquia. A questão da extinção da escravidão tomou a dianteira nos debates parlamentares, sendo responsável pela maioria das dissensões políticas e queda de gabinetes até o fim do Império.

### 3 – A terceira fratura: debates em torno da federação

#### A idéia da federalização das províncias

A federalização foi uma das primeiras propostas aventadas para a organização política do Brasil assim que o país se tornou independente, até porque partes do território brasileiro estavam sob o domínio militar de unidades portuguesas. As províncias no imediato pós-independência não abarcavam todas as regiões do sistema de capitanias, do período colonial. Por exemplo, o Amazonas, capitania de São José do Rio Negro, não foi inicialmente disposto como província, o que só ocorreu no contexto de institucionalizações de 1850.

A autonomia ou descentralização administrativa foi tema levantado pela primeira Constituinte brasileira. Todavia, devido ao medo da fragmentação, ao estilo do que vinha ocorrendo com a América Hispânica, a Constituição de 1824 adotou o unitarismo. Para evitar um mal maior, a secessão, prevaleceu o princípio unitário, o que não implicou em desaparecimento da idéia federativa. Porém, o máximo que a pressão parlamentar conseguia eram algumas poucas leis descentralizadoras e de pequeno alcance, como a de 1827, que extinguiu o Desembargo do Paço.



No contexto de 1831 a idéia de federalização foi reacendida. Com a abdicação de D. Pedro I, dos três partidos formados – *restaurador*, *republicano* e *liberal* – foi justamente a defesa da federação que dividiu os liberais em duas alas:



a *exaltada*, que demandava a monarquia federativa, e a *moderada*, que acabou prevalecendo, até porque incorporou certos princípios dos exaltados. Por isso, o primeiro inciso do projeto de emenda constitucional, aprovado pela Câmara dos Deputados em 13 de outubro de 1831, propôs: “o governo do Império do Brasil será uma monarquia federativa”.<sup>1</sup>

O Senado não aprovou o projeto, que foi tomado como programa por parte dos liberais, até por ter sido a primeira reforma constitucional proposta pelo parlamento. Seus principais itens, além da demanda da monarquia federativa, foram: extinção do Poder Moderador, senado eletivo e temporário, eleição bianual para a Câmara dos Deputados, supressão do Conselho de Estado, formação de Assembléias Legislativas Provinciais com duas câmaras e criação do cargo de intendente para os municípios.<sup>2</sup> O afã de propostas descentralizadoras marcou essa conjuntura também porque, embora nem tenham sido votadas pela Câmara, foram apresentadas reformas autonomistas significativas, como a de que cada província deveria ter constituição própria, elaborada por sua assembléia. Outras propostas encaminhadas colocavam em xeque a própria forma monárquica, como a de que o governo do Brasil fosse vitalício enquanto imperasse o sucessor de D. Pedro e, depois, temporário nas mãos de um presidente das províncias confederadas do Brasil. Chegou-se a propor a separação entre Estado e Igreja. Apesar de ideias como estas terem sido rejeitadas na própria Câmara, os senadores, em boa parte moderados, se uniram na derrota da proposta de emenda constitucional, até mesmo como forma de contenção ao que viam como ímpeto revolucionário dos exaltados. Em contrapartida, reagindo ao que denominavam de “absolutismo” do Senado, chefes exaltados, de Minas Gerais e de São Paulo, elaboraram e fizeram circular uma “constituição reformada”, impressa em Pouso Alegre, no bojo do chamado Movimento de 30 de julho de 1832. Tal projeto de constituição regulava sobre a formação de assembléias províncias, que teriam diversas atribuições, muitas das quais acabaram sendo-lhes conferidas pelo Ato Adicional.

Este documento foi a primeira emenda à Constituição de 1824, redigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos e promulgado em 12 de agosto de 1834. Pelo Ato Adicional, os Conselhos Gerais de Província foram substituídos pelas

---

<sup>1</sup> Apud A. Brasiliense, *Os programas dos partidos e o Segundo Império*, pp. 8-9. Ver também O. Lima, *O Império Brasileiro (1822-1889)*, pp. 38-39.

Assembléias Legislativas Provinciais, compostas por deputados a serem escolhidos pelo voto popular. Competia aos membros das Assembléias, com mandato de dois anos, legislar e decidir sobre uma gama de itens, como aspectos eclesiásticos, civis e judiciários; instrução pública, exceto faculdades e academias; decretar impostos, exceto os de importação; decidir sobre orçamentos financeiros, contração de empréstimos, fixação das despesas municipais; decretar a suspensão, demissão e nomeação de magistrados e funcionários públicos municipais e provinciais; realizar obras públicas, construção de casas de correção e de socorros públicos.<sup>3</sup> Tais alterações visavam atender à demanda por autonomia provincial. Para a sede do governo central foi efetuada uma modificação particular: a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em Município Neutro, por sua vez separado da província do Rio de Janeiro, que passou a ter sua sede de governo em Niterói. O objetivo era desvincular o centro do poder dos conflitos entre as facções da província fluminense.

Para que os deputados liberais conseguissem a aprovação Ato Adicional muito ajudou o pipocar de motins, inclusive na Corte. A própria criação da Guarda Nacional, em 1831, tinha visado este fim, assim como o Código Criminal, do ano seguinte, que ampliara a esfera de ação dos juízes de paz. Era preciso maior elasticidade na esfera policial e jurídica, tanto local como regional, para favorecer as negociações entre autoridades. A própria reforma constitucional deveria servir para abrandar os conflitos políticos regionais.

Não foi fácil, porém, conjugar a autonomia então concedida às províncias com a manutenção do unitarismo – então reafirmado com a instituição da regência uma. Era preciso haver um fiel da balança; daí a criação do cargo de presidente de província – sobre o qual o Ato Adicional já regulara – por lei de outubro de 1834, que também especificava suas funções.<sup>4</sup> Reafirmou-se que muitas das disposições das Assembléias Legislativas Provinciais dependiam da sanção do presidente de província. Objetivava-se um complicado equilíbrio entre centralização e descentralização. Apesar da autonomia administrativa concedida às províncias, expressas nas funções das Assembléias, o próprio fato da nomeação do presidente

---

<sup>2</sup> Apud A. Brasiliense, op. cit., pp. 8-10.

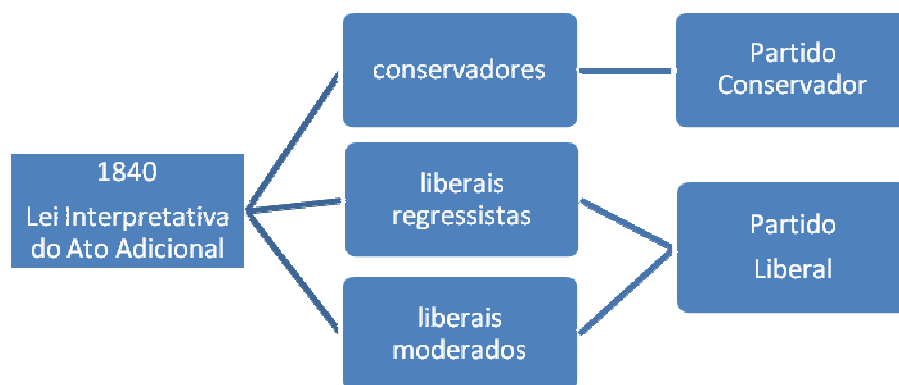
<sup>3</sup> Lei n° 16, de 12 de agosto de 1834, [Ato Adicional], art. 10 e art. 11.

<sup>4</sup> Lei n° 40, de 3 de outubro de 1834, [Regimento aos presidentes de província], art. 5°.

de província caber exclusivamente ao imperador (ou regente), que poderia removê-lo a qualquer tempo, garantia o controle político do Executivo central.

O Ato Adicional foi, portanto, uma primeira tentativa de negociação de poderes e conciliação dos interesses dos grupos políticos, particularmente no que se refere às divergências a respeito da centralização político-administrativa do Império, defendida pelos restauradores, e autonomia das províncias, proposta pelos liberais moderados. Por isso, extinguiu-se o Conselho de Estado, mas manteve-se a vitaliciedade do Senado. Foi uma solução de compromisso que não resistiu, entretanto, ao próprio contexto de eclosão das rebeliões províncias e, sobretudo, à ameaça separatista representada pelo movimento em São Pedro do Rio Grande do Sul.

Já em 1836, o deputado Sousa Martins apresentou o primeiro projeto de interpretação do Ato Adicional. Na sessão seguinte, foi a vez de Paulino de Sousa, visconde de Uruguai, apresentar um projeto mais amplo, que foi aprovado em 12 de maio de 1840 e ficou conhecido como Lei Interpretativa do Ato Adicional. Além disso, os próprios liberais – relativamente unidos sob a alcunha de *moderados* – se dividiram: tornaram-se *progressistas*, favoráveis à descentralização e às inovações do Ato, e *regressistas*, que junto a antigos servidores de Pedro I se opunham aos excessos federalistas do Ato. Foi inclusive a partir dessa dissidência que surgiram os chamados partidos Liberal e Conservador, que marcaram a vida política nas décadas seguintes.

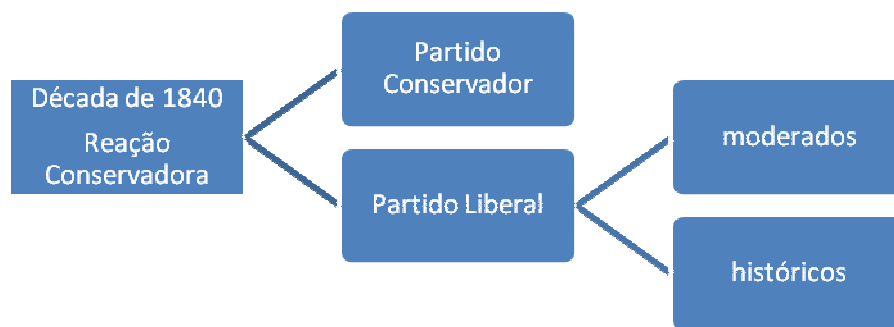


### O tema da federação após a *reação conservadora*

Com a revisão do Ato Adicional, foram limitados os tópicos considerados mais federalistas, como a faculdade das Assembléias Legislativas Provinciais de

influir na polícia judiciária; criar e suprimir empregos municipais e provinciais; nomear, suspender e demitir magistrados.<sup>5</sup> Visando reativar a centralização, também foram adotadas medidas indiretas, como a remodelação da Guarda Nacional, que ficou sob o controle do Poder Executivo central.

Na esperança de voltar ao poder, os liberais articularam a Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador.<sup>6</sup> Todavia, o Segundo Reinado em seu início foi marcado pela implementação dos mecanismos de centralização dispostos na Lei Interpretativa. Em novembro de 1841, foi criado o Conselho de Estado, reforçando o poder do chefe de Estado, e em dezembro, foi alterado o Código do Processo Criminal, para frear excessos ocorridos nos municípios.



A revogação das leis centralizadoras de 1840 e 1841 serviu de principal mote para as rebeliões liberais de 1842, em Minas Gerais, e de 1848, em Pernambuco. A vitória dos partidários da ordem acabou ofuscando a ideia de federação e outras propostas liberais. Além disso, o primeiro Partido Liberal foi praticamente dizimado com a repressão às revoltas.<sup>7</sup> A *reação conservadora* se empenhou em evitar que se formassem “estados no estado”, ou seja, opôs-se a qualquer medida tendente a enfraquecer a centralização administrativa e que pudesse ameaçar a propalada unidade do Império. A obra da *reação conservadora* obscureceu a plataforma reformista dos liberais. É por este motivo que as ideias reformistas nunca sumiram do horizonte deles, embora suas reivindicações tenham se abrandado quando da *conciliação* dos partidos.

<sup>5</sup> Lei n° 105, de 12 de maio de 1840, [Lei Interpretativa do Ato Adicional], art. 1° ao art. 5°.

<sup>6</sup> J. M. de Carvalho, *D. Pedro II*, pp. 36-38.

<sup>7</sup> A. Alonso, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, p. 69.

Logo após a derrota dos praieiros, em 1849, sob o pseudônimo de Timandro, o deputado liberal Francisco de Sales Torres Homem, futuro visconde de Inhomirim, publicou um panfleto, *O Libelo do Povo*, em que atacou as monarquias em geral e as encabeçadas por um Bragança em particular. Este foi o protesto final, e retórico, dos liberais contra a consolidação dos conservadores no poder, na avaliação de José Murilo de Carvalho.<sup>8</sup> Nas críticas à centralização impetrada pela constituição de 1824, Torres Homem defendeu a federação, pois o futuro

nos revelará se nossas províncias separadas por vastos desertos, e mares de longa navegação, podem obedecer à lei dessa centralização forçada, contrária à natureza e que tolhe sua prosperidade, distraindo as condições de seu desenvolvimento; ou se não se preferirá antes o regime federativo, que multiplique os focos de vitalidade e de movimento a esse imenso corpo entorpecido, onde a vida aparece aqui e ali, mas em cujo restante não penetra, nem pode circular a seiva animadora da civilização.<sup>9</sup>

*O Libelo do Povo* foi consumido massivamente no Brasil. Este sucesso se deveu, em grande parte, à crítica mordaz desferida contra a centralização e o Poder Moderador. Apesar das 96 páginas, foi reproduzido parcialmente por vários jornais de diversas províncias. Mesmo com a conciliação, o panfleto continuou a ser comentado, inclusive no exterior, aparecendo duas edições portuguesas, de Lisboa, em 1868 e 1870. No contexto de radicalização da década de 1880, apareceu no Rio de Janeiro, em 1885, uma segunda edição, comentada por Anfrísio Fialho, que então se notabilizava por demandar a reforma constitucional, quando o próprio Torres Homem havia migrado para o campo conservador.<sup>10</sup>

### **Descentralização e federação nas cisões partidárias de fins dos anos 1860**

A tomada da cena liberal pelos progressistas, por boa parte da década de 1860, fez com que a defesa da federação ficasse de lado entre os liberais. No próprio programa – redigido por Nabuco, Zacarias e Dias Vieira – explicitou-se que o Partido Progressista não defende a “descentralização política”, pois a

<sup>8</sup> J. M. de Carvalho, op. cit., pp. 47-48.

<sup>9</sup> Timandro [Francisco de Sales Torres Homem], *O libelo do Povo*, reproduzido em R. Magalhães Júnior, *Três panfletários do Segundo Reinado*, p. 89.

<sup>10</sup> “Francisco de Sales Torres Homem”, *Autores e Livros*, Série História do Jornalismo no Brasil, domingo, 29 de setembro de 1948, vol. IX, n. 9, p. 105.

“considera incompatível com a integridade e força do império”.<sup>11</sup> Por outro lado, o programa apregoou a “descentralização administrativa necessária à comodidade dos povos”, até mesmo porque propôs “a sincera e efetiva execução do Ato Adicional”. O Partido Progressista fazia jus ao fato de ser um agrupamento surgido da união entre conservadores dissidentes e liberais moderados.

Foi apenas em meio aos debates acalorados de fins dos anos 1860 e com o *renascer liberal* que o tema da federação voltou a ser discutido pelos liberais. Os autodenominados *liberais históricos* – que se diziam herdeiros dos sublevados da década de 1840, mas até então vinculados ao Partido Progressista – passaram a fazer oposição ao que entendiam como vacilante condução dos *progressistas*. Em 1866, julgando-se porta-vozes das ideias liberais mais “adiantadas”, criaram um jornal próprio, *Opinião Liberal*.<sup>12</sup>

Com este órgão na imprensa da Corte, os *históricos* retomaram teses dos liberais exaltados de 1831, tais como: extinção do Poder Moderador, sufrágio direto e generalizado, ensino livre, temporalidade do Senado, substituição gradual do trabalho escravo pelo trabalho livre, polícia eletiva e franquezas provinciais sobre o princípio eletivo.<sup>13</sup> Teófilo Otoni, Cristiano Otoni, Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu e José Luiz Monteiro de Souza, responsáveis pela *Opinião Liberal*, não organizaram estas propostas num programa político. Joaquim Felício dos Santos e Godoy e Vasconcelos, que sustentavam tais ideias na Câmara dos Deputados, tampouco o fizeram.

Com a destituição de Zacarias da presidência do Conselho de Ministros e a ascensão do visconde de Itaboraí, na mesma noite de 16 de julho de 1868 progressistas e liberais históricos se uniram contra o inimigo comum. Ambos os grupos se ressentiam do que entendiam ter sido um “golpe”. Elaboraram uma moção de desconfiança ao governo, que foi apresentada na Câmara, no dia seguinte, por José Bonifácio, o moço. Aprovada a moção, a Câmara foi dissolvida. Chefes de ambas as facções – progressistas como Nabuco de Araújo e Zacarias, e históricos, como Teófilo Otoni e Rangel Pestana – fizeram várias reuniões.

---

<sup>11</sup> Apud A. Brasiliense, op. cit., p. 16.

<sup>12</sup> O jornal foi criado, na Corte, por Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu e José Luiz Monteiro de Souza. Eram colaboradores, entre outros, Teófilo e Cristiano Otoni, Urbano Sabino de Melo, José Maria do Amaral e Antonio Felício dos Santos. A. Brasiliense, op. cit., p. 24; S. B. de Holanda, *Capítulos de história do Império*, p. 146.

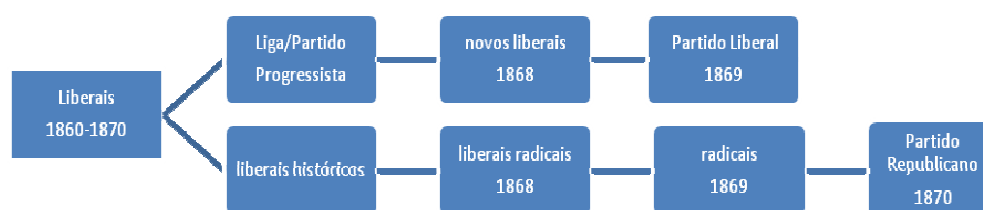
<sup>13</sup> A. Brasiliense, op. cit., pp. 23-24.

Decidiram, então, sobre a fundação de um clube e um jornal para propagar a plataforma reformista liberal, que então batia principalmente na tecla de que os ministros deveriam se responsabilizar pelos atos do Poder Moderador. Contudo, a aliança fortuita logo se desfez e, sob a liderança de Rangel Pestana, os históricos se separaram dos progressistas, que passaram a se denominar *novos liberais*, como vimos no primeiro capítulo. A cisão foi sedimentada com a aglutinação dos históricos, então autodenominados *radicais*, no Clube Radical. Por sua vez, os *novos liberais* se reuniram no Centro Liberal e, depois, no Clube da Reforma.

No programa dos novos liberais, aprovado em maio e publicado no jornal *A Reforma*, um de seus princípios básicos era:

4º A descentralização, no verdadeiro sentido do *self government*, realizando-se o pensamento do ato adicional quanto as franquezas provinciais, dando ao elemento municipal a vida e a ação, de que carece, garantindo o direito e promovendo o exercício da iniciativa individual, animando e fortalecendo o espírito de associação e restringido o mais possível a interferência da autoridade.<sup>14</sup>

O texto era vago sobre a descentralização administrativa e política. Isso porque a plataforma do novo Partido Liberal se concentrou na reforma eleitoral e judiciária, além de destinar atenção às garantias individuais e independência dos magistrados, bem ao estilo de preocupações de Nabuco de Araújo, seu redator principal.



Bem mais ousado em relação à descentralização e às propostas extremadas da década de 1830 foi o programa dos radicais, síntese das ideias desta facção, que já vinham sendo propagadas pelo jornal *Opinião Liberal*. Nesta época, fundaram

<sup>14</sup> Apud *ibid.*, pp. 37-55.

também o Clube Radical, para propagar as teses do programa.<sup>15</sup> Entre as principais bandeiras do programa liberal radical constavam: fim do Poder Moderador; sufrágio direto e generalizado; ensino livre; polícia eletiva; abolição da Guarda Nacional, Senado temporário e vitalício; separação entre judicatura e polícia; magistrados escolhidos fora da ação do governo e substituição do trabalho escravo pelo livre. Em relação à descentralização, não só a defendiam como preconizavam a eleição dos presidentes de província pelas mesmas, embora não propugnassem abertamente a federação.

José Murilo de Carvalho e Marcelo Basile consideram que foi desta agremiação que saiu o mais radical programa oficialmente proposto durante todo o Império.<sup>16</sup> De fato, algumas demandas inéditas evidenciam o quanto eles ultrapassavam as antigas ideias. Dada a ênfase nos princípios liberais, introduziram, por exemplo, a proibição aos representantes da nação de aceitarem não apenas cargos públicos, mas também títulos e condecorações.<sup>17</sup> A *escola liberal radical*, sobretudo em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, ainda contribuiu para expandir a prática política para além do Parlamento.<sup>18</sup>

O impacto causado na época reverberou na própria atuação dos liberais radicais, refletindo na maneira como se posicionavam e propagavam suas demandas. Quando os liberais radicais fundaram outra folha, o *Correio Nacional*, em 3 de novembro de 1869, eles não se apresentaram mais como liberais e sim como defensores da *doutrina política radical*. Com isso, ampliaram o seu distanciamento em relação aos novos liberais e ao programa por eles recém publicado.

Foi nas páginas do *Correio Nacional* que Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu alargaram os pontos de defesa do programa liberal radical. Em seus editoriais, diziam almejar a “democracia pura” a partir de uma larga política de reformas, dentre as quais a descentralização, condição para a liberdade do próprio povo, e a libertação das provinciais da “ação esterilizadora e tardia do centro”.

<sup>15</sup> Dos principais propagadores das teses radicais, nas conferências do Clube Radical, destacavam-se: o ex-deputado Godói e Vasconcelos, conselheiro Liberato Barroso, o senador Silveira da Mota, Rangel Pestana, Gaspar da Silveira Martins e o ex-deputado Henrique Limpo de Abreu. A. Brasiliense, op. cit., 32.

<sup>16</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*, p. 206; M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, in: M. Y. Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, p. 267.

<sup>17</sup> Apud A. Brasiliense, op. cit., pp. 25-26.



Posicionando-se como aqueles que propunham inovações além do “que serviu de base à obra dos legisladores de 1834”, os radicais defendiam para o município mais prerrogativas do que as garantidas pelo Ato Adicional. Neste tópico, não deixavam de responder a ataques dos conservadores – particularmente os do visconde de Uruguai, no *Ensaio sobre o Direito Administrativo* – de que não só os deputados de 1834, mas também os liberais de 1831, exaltavam a província à custa do elemento local. Daí a defesa dos radicais: o município deveria ter “o direito de eleger a sua polícia, de prover as suas necessidades peculiares, de fazer a aplicação de suas rendas e de criá-las nos limites da sua autonomia”.<sup>19</sup> Ainda que não propugnassem explicitamente a federalização das províncias, pelo afínco com que propagavam a democracia, os radicais afirmavam que o Brasil só conquistaria o progresso e ocuparia a posição que lhe competia no continente americano com a efetivação deste amplo conjunto de reformas, “sob a forma democrática federal”. Tratava-se de um prenúncio das propostas do Manifesto Republicano, documento da lavra de elementos oriundos dessa cisão liberal radical, no qual a federação acabou sendo retomada com tintas republicanas.

### **Tavares Bastos e a defesa da federação**

Antes da fundação do Partido Republicano e publicação de seu manifesto, um político liberal se destacou na defesa da federação com manutenção da monarquia. Deputado geral pela província de Alagoas de 1861 a 1868, Aureliano Cândido Tavares foi o primeiro parlamentar que, colocando-se como expoente do Partido Liberal, defendeu a adoção do federalismo no Brasil, de maneira similar ao sistema adotado nos Estados Unidos, país visto como o “protótipo das federações modernas”.<sup>20</sup>

Ainda que suas proposições fossem uma ampliação das propostas dos radicais, ele se posicionou como propagador do programa do Centro Liberal, de 1869, até por pertencer a este grupo. Apesar de sua oposição ao último gabinete Zacarias, Tavares Bastos se vinculou aos novos liberais por sua amizade com

---

<sup>18</sup> A. Alonso, op. cit., p. 74.

<sup>19</sup> Apud A. Brasiliense, op. cit., pp. 26-32.

Francisco Otaviano, com o qual redigiu o *Diário do Povo* em 1868 e 1869, e demonstrava imenso respeito à capacidade doutrinária de Nabuco de Araújo. Participou de reuniões no Clube da Reforma, foi delegado de um dos diretórios desta agremiação e teve algumas de suas ideias publicadas no jornal do novo Partido Liberal, *A Reforma*. Tavares Bastos pouco abrandou, porém, sua animosidade em relação a dois líderes desta facção: Silveira Lobo e Zacarias de Góes e Vasconcelos.<sup>21</sup>

Em *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*, publicada em 1870, Tavares Bastos desenvolveu, com farta documentação, a tese de que a centralização política e administrativa estava atrasando o desenvolvimento do Brasil e a liberdade política dos cidadãos. Ele ampliou os estudos sobre a centralização administrativa e suas conseqüências presentes em escritos como *Cartas do Solitário*, publicadas em 1861 no *Correio Mercantil*, de Francisco Otaviano, e editado em livro, em 1862. Quando ainda debutava no parlamento, com a série das cartas ele se imbuíu da tarefa de explicar que “o Brasil não se resume nos bancos e nas estradas de ferro do Rio de Janeiro”.<sup>22</sup>

Em termos doutrinários, Tavares Bastos opunha-se aos políticos conservadores, que julgava baseados na “escola francesa” da “monarquia unitária”, dados seus ímpetos centralizadores. Bastos elegeu como seu principal alvo Paulino José Soares de Sousa, o visconde de Uruguai, principal responsável pela Lei Interpretativa do Ato Adicional. *A Província* é, em grande parte, obra de refutação ao *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, publicado cinco anos antes. Enfatizando os desníveis regionais de um país imenso como o Brasil, Tavares Bastos atacou toda “paixão pela simetria”, ou seja, legislações que primavam pela uniformidade para todo o território brasileiro. Este vício teria contaminado o próprio código do processo, de 1832.<sup>23</sup> Foi como herdeiro da “escola revolucionária de 1831”, em oposição ao “ídolo restaurado em 1840”, que Bastos

---

<sup>20</sup> A. C. T. Bastos, *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*, p. 35. As informações biográficas de Tavares Bastos foram extraídas de G. N. Ferreira, “Tavares Bastos por Evaristo de Moraes Filho”, *Lua Nova*, pp. 279-283.

<sup>21</sup> Estas informações foram extraídas da correspondência de Tavares Bastos a diversos políticos durante a década de 1860 e até 1871. A. C. Tavares Bastos, *Correspondência e Catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*.

<sup>22</sup> Carta de Aureliano Cândido Tavares Bastos a José Antonio Saraiva, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1862, apud A. C. Tavares Bastos, *ibid.*, pp. 34-35.

<sup>23</sup> A. C. T. Bastos, *A Província*, pp. 26-27 e pp.111-112.

se posicionou.<sup>24</sup> Segundo ele, este “verdadeiro golpe de Estado” levou à centralização crescente no Brasil, cujo ápice foi alcançado com vários decretos e medidas de 1850. A “usurpação de 1850”<sup>25</sup> teria ocorrido em variados níveis: desde os assuntos mais cometidos ao governo, como a instrução, até um item de múltiplo impacto, como foi a reforma da Guarda Nacional, que transformou o ministro da justiça em “generalíssimo” desta força.<sup>26</sup>

Além de se apresentar como um combatente na tarefa do século – emancipar as nações da tutela dos governos –, Tavares Bastos se imiscuiu no que via como a questão atual do Brasil: a volta de demandas democráticas, cujas conquistas da década de 1830 teriam sido esmagadas pela reação centralizadora de 1840. O Ato Adicional teria sido amputado sem os trâmites de uma reforma constitucional, daí a legitimidade da luta por reformas fundamentais. A primeira de todas essas reformas seria a descentralização, condição de êxito para quaisquer outras reformas políticas e base sólida das instituições democráticas. A manutenção da escravidão era a maior prova do atraso causado pela centralização ao progresso do país. Como a instituição dominava as províncias do Sul, particularmente a região do Vale do Paraíba – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais –, onde se concentravam um milhão de escravos, a emancipação dos escravos era procrastinada em todo o país, obstando a entrada de imigrantes do Norte da Europa mesmo nas províncias que não dependiam mais do uso mão de obra escrava.<sup>27</sup>

Ao se reportar ao contexto de produção de sua obra, Tavares Bastos alertou que pretendia reatar “o fio das ideias” de 1831, porque o gabinete Itaboraí, que suspendeu projetos de lei promulgados em algumas províncias, fora substituído pelo de Antônio José Pimenta Bueno, visconde e depois marquês de São Vicente, que já preparava um projeto de lei para restringir ainda mais o Ato Adicional.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, p. 9.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, p. 124.

<sup>26</sup> Id., *ibid.*, pp. 124-125 e pp. 147-151.

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, pp. 244-245.

<sup>28</sup> Em carta a Leão Veloso, de 24 de outubro de 1871, já sob o gabinete Rio Branco, Tavares Bastos continuava lamentando: “a situação criada pela política do imperialismo, desde a ascensão do gabinete S. Vicente, é para o partido liberal muito mais funesta que a franca hostilidade da ditadura Itaboraí. Esta oprimiu-nos, e reagimos; a outra, a atual adormeceu-nos”. A. C. Tavares Bastos, *Correspondência e Catálogo...*, pp. 118-119.

No combate a este novo ímpeto centralizador, Tavares Bastos empreendeu breve abordagem histórica para mostrar como a centralização se desenvolveu no império romano e foi retomada com o absolutismo das monarquias modernas. Por isso, à sinonímia absolutismo = centralização = império ele opôs e propôs descentralização = federalismo = liberdade.<sup>29</sup>

Utilizando o método analítico de estabelecimento de vínculos, como será marcante no Manifesto Republicano, Tavares Bastos detalhou os efeitos em cadeia da centralização, assim como as soluções efetivadas pela adoção do federalismo. Na análise das práticas federalistas, se reportou a casos europeus, como Holanda e Áustria, embora tenha se detido na análise da experiência norte-americana. Os estudos de caso – como da constituição da República Argentina de 1860 e dos Estados Unidos da Colômbia de 1863 – foram usados para evidenciar como a organização federal dos Estados Unidos vinha sendo apropriada eficazmente por legisladores latino-americanos, particularmente no tocante à divisão do poder judicial em tribunais de alçadas distintas.<sup>30</sup>

Apesar de lastimar a situação de crise da “doutrina liberal” no Brasil, Tavares Bastos, em meio à última cisão dos liberais, se posicionou entre os novos liberais. Recomendou a todos os liberais que adotassem o programa do Centro Liberal, até por apresentar o “melhor dos projetos de reforma judiciária e policial”.<sup>31</sup> Era a melhor opção enquanto não se elaborasse outro que fosse além do Ato Adicional. Por outro lado, se contrapôs à “comunhão dos partidos quanto a princípios de governo”, ou seja, a *conciliação*. Isso porque durante o conagraçamento dos partidos foram tomadas medidas centralizadoras, como o decreto unitário de 1860, que concentrou no Poder Executivo central o direito de autorizar a incorporação das sociedades anônimas.<sup>32</sup>

Tavares Bastos dilatou as teses liberais clássicas e mesmo as radicais. Por exemplo, propôs ir muito além da eleição dos presidentes de províncias. Segundo ele, urgia implementar o que o próprio Ato Adicional regulava, como a divisão do poder legislativo provincial em duas câmaras, e complementá-lo, com a instituição

---

<sup>29</sup> A. C. T. Bastos, *A Província*, pp. 11-19.

<sup>30</sup> Id., *ibid.*, pp. 126-127.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, p. 111 e p. 127.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, pp. 69-79.

de leis que garantissem autonomia local e regional, como o direito dos municípios de votar seus orçamentos.<sup>33</sup>

Ainda que o tipo mais perfeito de federação fosse “a velha monarquia da casa da Áustria”<sup>34</sup>, a um país do Novo Mundo como o Brasil caberia combinar e adaptar instituições e mecanismos norte-americanos, como a eleição de certos funcionários públicos, particularmente chefes de serviços administrativos, e a criação de um cargo com funções próximas a do *attorney general*, secretário da justiça ou primeiro promotor público do Estado.<sup>35</sup>

Apesar de enunciar e fazer coro às várias reformas defendidas pelos novos liberais, particularmente a “descentralização no verdadeiro sentido do *self government*”<sup>36</sup>, só as prerrogativas locais e regionais asseguradas pela adoção do federalismo poderiam corresponder às aspirações democráticas do momento. Mais do que a forma republicana, as franquias democráticas do federalismo permitiriam a independência do círculo local face ao poder absorvente do centro, o que já existia há tempos na organização inglesa, na qual condados e paróquias elegiam funcionários administrativos.

Embasado em autores liberais como Benjamin Constant, *Politique Constitutionnelle*, Alexis de Tocqueville, *De la Démocratie*, e Stuart Mill, *On Liberty*, Tavares Bastos atentou que muitas adaptações teriam que ser feitas no Brasil, mas todas adequadas às suas especificidades. Foi justamente por defender a compatibilidade entre monarquia e instituições democráticas – desde que as monarquias soubessem se adaptar com flexibilidade às exigências do tempo – que Tavares Bastos estudou a organização interna da Inglaterra e a própria autonomia das colônias inglesas, algumas com governo mais representativo que o do Brasil.<sup>37</sup>

Atento à grande questão econômico-social de seu tempo, a emancipação dos escravos, Tavares Bastos propôs um vasto conjunto de reformas para a instrução pública, e o incentivo à imigração, até porque ele já era um dos grandes defensores da atração de norte-europeus. Todavia, o programa maior de seu livro era estimular a fundação em cada província de instituições que promovessem os

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, pp. 80-92 e pp. 100-105.

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, p. 33.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, pp. 35-46 e p. 113.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, p. 29 e p. 49.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, pp. 49-54.

interesses locais.<sup>38</sup> O seu maior argumento foi a defesa da ampliação de poderes e autonomia para as províncias, consideradas o verdadeiro elo entre as esferas locais e a central. Daí que mesmo alargando-se a esfera da província no sentido do Ato Adicional, o Brasil continuaria a uma enorme distância de uma organização interior como a existente nos Estados Unidos. Ele chamou a atenção para as latentes desigualdades regionais. As províncias do Norte do Brasil, por exemplo, sustentavam o luxo da administração montada com funcionalismo excessivo para atender à clientela dos políticos da Capital. Num país com território equivalente a três quartos da Europa, só uma profunda redivisão territorial, subdividindo algumas províncias e repartindo-as em certo número de distritos administrativos, poderia levar ao reconhecimento do conjunto dos seus interesses – não só os das províncias, mas também os das paróquias e municípios.<sup>39</sup>

Com estas numerosas propostas, Tavares Bastos dilatou qualquer outra defesa da descentralização e federação feita até então por liberais de qualquer matiz. No pensamento político brasileiro, preparou uma similaridade entre *federação* e *democracia* que, dentro de poucos anos, se fez muito útil aos republicanos históricos. A esta díade eles acrescentaram a *república*, numa conjugação de termos e de princípios que, transformados em valores, encontraram uma difusa aceitação, particularmente na última década do Império.<sup>40</sup>

### **Uma dissensão: de liberais radicais a republicanos**

A intransigência dos liberais radicais, que atacavam inclusive a moderada plataforma reformista do novo Partido Liberal, fez com que a cisão entre os liberais tivesse uma séria consequência. Num momento em que a rede de sociabilidades – neste caso, no mundo da esfera política oficial – passava por alterações significativas, estes sujeitos passavam por experiências que lhes permitiam adotar novas maneiras de se expressar e de mediar as suas reconstruções identitárias.

---

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, p. 18, p. 25, p. 32 e p. 241.

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, pp. 235-239.

<sup>40</sup> Para a sinonímia construída entre república e democracia, ver M. T. C. de Mello, “A modernidade republicana”, *Tempo*, pp. 25-41.

Nas conferências do Clube Radical surgiu a idéia de fundar um partido republicano. Em novembro de 1870, após calorosos debates em várias sessões, a idéia foi aprovada por significativa maioria de votos. A 3 de dezembro, na capital do Império, foi lançado o jornal *A República*, como órgão do Partido Republicano. Em seu primeiro número, figurou o famoso manifesto, com 57 assinaturas, entre as quais as de eminentes políticos do Império, com experiência no Legislativo e no Executivo provincial.<sup>41</sup> Não se tratava de uma surpresa, uma vez que o Partido Republicano se constituía a partir de uma das correntes liberais criada após a cisão de 1868.

O Manifesto Republicano aprofundou as críticas, iniciadas pelos políticos da monarquia, ao Poder Moderador. Realçou também a autonomia ou independência das províncias, ferindo a centralização administrativa, além de destacar positivamente a sinonímia *república = democracia* em oposição à *monarquia = absolutismo*. Na seção “A Verdade Democrática”, de autoria de Saldanha Marinho, constam contundentes ataques à “monarquia temperada” com poder exercido pela “graça de Deus”, apresentada como uma anomalia no continente americano. Marinho faz uma analogia entre a situação em que a monarquia estava colocando o Brasil e a que Napoleão III teria levado a França, isto é, referia-se aos efeitos imediatos da guerra franco-prussiana, 1870. Seu objetivo era mostrar a extemporaneidade da monarquia brasileira, uma espécie de estrutura corroída pelo inexpugnável desenrolar histórico, ao qual não mais soube ou pode se adaptar. Observa-se o forte historicismo no tom das argumentações.

O Manifesto como um todo estabelecia o seguinte nexos causal: monarquia → centralização → governo/poder pessoal → desunião → desmembramento. A este contrapunha outro, supostamente capaz de resolver todos os males nacionais:

---

<sup>41</sup> A opinião dos contemporâneos é bastante divergente a respeito do conteúdo e impacto do Manifesto. Para Evaristo de Moraes, que se tornou militante republicano aos dezesseis anos, em 1887, o Manifesto pode até ter impressionado, mas por sua linguagem sóbria e não pelo conteúdo, que não conseguia ir além do programa dos liberais radicais. Ele considerou que foi muito difícil a organização de partidos republicanos nas províncias e os poucos que se formaram “não tinham valor político, nem influência eleitoral”, excetuando-se o caso de São Paulo. E. de Moraes, *Da monarquia para a república: 1870-1889*, pp. 15-16. Já para Afonso Celso Jr., filho do visconde de Ouro Preto, embora jovem republicano nos anos 1870-80, o documento teve alto grau de inovação, chegando a pedir “a convocação de uma assembléia constituinte com amplos poderes para instaurar um novo regime e reformas complexas, abrangendo todo o mecanismo social”. Afonso Celso considerou que, logo após a divulgação do manifesto, em várias províncias houve numerosas adesões ao republicanismo, sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, e foram criados clubes republicanos em muitas localidades. A. Celso, *Oito anos de parlamento*, p. 160.

república → democracia → representação → descentralização → unidade. Todas estas palavras, muito repetidas ao longo do documento, eram bastante mobilizadas à época. O Manifesto as ordenou de maneira a mostrar o caminho que o Brasil deveria seguir rumo ao progresso. É por isso que, embora não na época de sua publicação, mas na década de 1880, alguns desses termos e suas relações voltaram a ser explorados pela propaganda republicana, que cresceu em adesões. A propaganda foi eficaz porque jogou sementes férteis em solo já conhecido. Decerto, o conteúdo das palavras sempre está ligado ao momento da mobilização.<sup>42</sup> Justamente neste contexto de reconstruções identitárias e reagrupamentos dos agentes da política institucional, como foi o caso de fins dos anos 1860, pode ser construído o pilar referencial a partir do qual esses vocábulos foram mobilizados pelos propagandistas republicanos das décadas posteriores, mais especificamente na de 1880. Este é um caso de interação entre *langue e parole*, entre fala e discurso, como sugere John Pocock.<sup>43</sup>

Apesar do estilo incisivo de Saldanha Marinho, foi Quintino Bocaiúva quem mais colheu louros. Ficou conhecido como o redator do Manifesto Republicano e líder civil da campanha republicana que se alastrou pela década de 1880. A chefia da redação de *O País*, criado em 1887, deu a impressão de que o jornal era órgão oficial da propaganda republicana. Todavia, em algumas circunstâncias sua imagem foi ofuscada, como por exemplo, durante a Revolta do Vintém, em que mais se sobressaiu Lopes Trovão, ou fins de 1888, quando Silva Jardim ocupou o proscênio. Ainda assim, a redação do Manifesto inscreveu o nome de Quintino como difusor da idéia republicana no Brasil.

Um dos efeitos do Manifesto Republicano foi a fundação, em 17 de janeiro de 1872, do *Partido Republicano Paulista*. A 18 de abril de 1873 foi realizado, na casa de Carlos Vasconcellos de Almeida Prado, o primeiro Congresso do Partido Republicano Paulista, conhecido como Convenção de Itu. Na cidade do Rio, menos de um mês após a publicação do Manifesto, formou-se o Clube Republicano do Rio de Janeiro.<sup>44</sup> Na Corte, os republicanos eram sobretudo

<sup>42</sup> R. Koselleck, “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”, *Estudos Históricos*, pp. 134-146.

<sup>43</sup> J. Pocock, “O Estado da arte”, *Linguagens do Ideário Político*, passim.

<sup>44</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, pp. 403-444.



profissionais liberais, afeitos ao pensamento liberal clássico, conforme atesta o próprio perfil dos signatários do Manifesto Republicano.<sup>45</sup> Mas entre os republicanos da Corte figurava também a ala mineira dos liberais radicalizados<sup>46</sup>, como Afonso Celso Jr.

Já em São Paulo era entre os proprietários rurais, mormente cafeicultores, que o republicanismo contava com maior número de adeptos. Em julho de 1873, se reuniu na Corte o primeiro Congresso Republicano Provincial, com representação de 19 localidades de São Paulo. Após a segunda reunião, em abril do ano seguinte, o partido adquiriu mais correligionários, as ideias republicanas se expandiram e foram eleitos os primeiros deputados declaradamente republicanos à assembléia provincial de São Paulo e depois, em 1884, à geral foram eleitos Prudente de Moraes e Campos Sales.<sup>47</sup>

Em suma, o fermento lançado em 1868 partiu das hostes liberais. O Partido Liberal, já dividido em histórico e progressista, se reagrupou em novo Partido Liberal e liberais radicais, surgindo dos últimos o Partido Republicano. As dissidências liberais de fins dos anos 1860 geraram dois grupos da chamada *geração 70*: os novos liberais e os liberais republicanos que, aliados pela coalizão política no poder, embora próximos da sociedade de corte, começam a contestar, como outros grupos deste movimento político-intelectual, o *status quo* imperial.<sup>48</sup>

### **A federação associada à república**

Como foi dos liberais radicais, agrupamento por sua vez já uma dissidência, que surgiu o Partido Republicano, o Manifesto de 1870 defendeu a federação de maneira categórica, como nenhum outro programa político-partidário tinha feito até então. Na longa seção dedicada exclusivamente a esta forma de Estado, o Manifesto imbricou a federação à república como forma de governo e à democracia como sistema político. A federação estaria tão inscrita na história pátria que a própria topografia a tornava necessária, sendo a única garantia contra o princípio centralizador e despótico. Como a “idéia democrática”, predominante

<sup>45</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem*, p. 208; A. Alonso, op. cit., p. 108.

<sup>46</sup> A. Alonso, op. cit., p. 109.

<sup>47</sup> A. Celso, op. cit., pp. 160-161; E. de Moraes, op. cit., p. 61.

na primeira Constituinte, foi abafada em benefício do “poder intruso e absorvente”, a federação foi apontada também como contraparte ao Poder Moderador. Assim como o “interesse monárquico” seria “a força e a origem da centralização”, a federação foi apresentada como irremediavelmente ligada à república, única forma de governo capaz de garantir os “grandes interesses da representação e da defesa exterior”.<sup>49</sup> Com a conjugação estabelecida entre *república*, *federação* e *democracia* os republicanos vincularam a defesa da federação à sua campanha.

No entanto, ao longo da década de 1880, notórios políticos liberais voltaram a desfraldar a bandeira da federação, até mesmo como meio de salvar a monarquia, cada vez mais atacada pela propaganda republicana. Alguns desses políticos viam a defesa da federação como artifício para enrijecer o Partido Liberal, até mesmo porque seria uma reforma jamais efetivada por um gabinete conservador. No entanto, elementos mais moderados recalcitravam diante de uma fórmula tomada pelos republicanos. A defesa da federação acabou se tornando mais um motivo de dissidências. Foi o debate em torno desta reforma que levou à última cisão no Partido Liberal, quando do estabelecimento de seu último programa, em maio de 1889, e à falta de apoio àquele que seria o último dos gabinetes do Império, o do visconde de Ouro Preto.

Na década de 1880, de radicalização reformista, acentuaram-se as fraturas monarquistas até porque a arena política foi tomada pelos debates relativos a dois pilares do sistema político imperial: a propriedade escrava e a centralização.

Como se não bastassem a intensificação do movimento republicano e a questão militar, o Segundo Reinado, particularmente com o agravamento do diabetes do imperador, perdia legitimidade. Na conjugação da crise do Império com a do Segundo Reinado, os efeitos da fragilidade monarquista se fizeram sentir de várias formas, inclusive na resistência ao golpe militar-civil de 15 de Novembro, como veremos nos capítulos da Parte II.

---

<sup>48</sup> A. Alonso, “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, pp. 88-118.

<sup>49</sup> *Manifesto Republicano*, apud A. Brasiliense, op. cit., pp. 59-88.

## **PARTE II**

### **Tempos de radicalização reformista**

## 1 – Dilemas relacionados à extinção da escravidão

Ao longo dos anos 1880 intensificaram-se as críticas não apenas a gabinetes, ao Poder Moderador e ao jogo político-partidário, mas ao próprio Império do Brasil e suas instituições. Para estes combates muito contribuiu, segundo Maria Teresa Chaves de Mello, o êxito da propaganda republicana em incorporar ao campo semântico do termo *república* as idéias de liberdade, progresso, ciência e democracia. Paralelamente, à *monarquia* foram coladas idéias como privilégio, tirania, apatia, atraso, centralização, teologia e soberania de um chefe hereditário, sagrado e inimputável. A propaganda republicana se expandiu com a publicação de artigos de jornais, produções literárias e obras teóricas – como *A República Federal*, de Joaquim Francisco de Assis, e *Política Republicana* e sua vulgata *Catecismo Republicano*, de Alberto Sales. Sua retórica ganhou adeptos ao contrapor a monarquia, assimilada ao passado, à república, sinalizada como o futuro.<sup>1</sup>

Nesta conjuntura novas clivagens se deram no interior e entre os partidos. O aumento das fileiras republicanas levou os chefes partidários e líderes parlamentares à reflexão sobre a necessidade de reformas. Portanto, quer por causa da contradição liberal<sup>2</sup>, quer por causa da campanha republicana, no decorrer dos anos 1880, quando o reformismo foi radicalizado.

Várias foram os assuntos candentes na última década do Império. Como ocupavam atenção no ambiente intelectual, *questão* era palavra comum no vocabulário político da época.<sup>3</sup> A questão que ganhou maior destaque, entre intelectuais e políticos de vários quadrantes, foi a da extinção da escravidão (capítulo 1). Aprovada a lei de 13 de Maio de 1888, novas dissidências e realinhamentos se deram, tanto entre liberais como entre conservadores, em razão da indenização aos ex-proprietários de escravos. O Congresso Liberal, realizado em maio de 1889, ainda acabou solidificando um racha no partido acerca da maneira proposta para efetuar a descentralização administrativa: pela autonomia das províncias, posição da maioria moderada chefiada pelo visconde de Ouro

---

<sup>1</sup> M. T. C. de Mello, “A Modernidade Republicana”, *Tempo*, p. 26 et seq.

<sup>2</sup> A contradição liberal foi abordada na Parte I, Capítulo 2, pp. 56-63.

<sup>3</sup> M. T. C. de Mello, op. cit., p. 29; id., Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História/PUC-Rio, p. 195.

Preto ou pela federalização das províncias, posição da minoria radical capitaneada por Rui Barbosa. Por isso, na apresentação de seu programa e ministério, Ouro Preto foi hostilizado, sobretudo, pelos próprios correligionários (capítulo 2). Seu gabinete acabou sendo o último da monarquia, em parte, porque os brios militares foram açulados por um inimigo endógeno, como Rui, nos bombásticos artigos da Gazeta de Notícias. Evidentemente, os boatos alarmantes só ganhavam foros de verdade porque cada vez mais militares do Exército, e de distintas patentes, vinham contestando as autoridades civis nos incidentes da questão militar. Com a intensificação do movimento republicano, fortalecido com o ressentimento dos proprietários com a abolição sem indenização e de parlamentares que cada vez mais engrossavam, oficialmente ou não, as fileiras republicanas, o gabinete Ouro Preto e o próprio regime foram derrubados por um golpe militar-civil (capítulo 3).

### **Do emancipacionismo ao abolicionismo**

O caráter progressivo e, sobretudo, insuficiente para a libertação dos escravos, da Lei do Ventre Livre aumentou o descontentamento com a “solução” dada pelo governo para a escravidão, vista como problema principalmente a partir da Guerra do Paraguai. Se antes havia, principalmente, propostas emancipacionistas, no sentido de demandarem a extinção gradual da escravidão, na virada da década de 1870 para a de 80 passaram a haver propostas abolicionistas: começou a ser exigida a abolição imediata e, na sequência, propôs-se também que fosse feita sem indenização.

No entanto, o abolicionismo não surgiu apenas da insatisfação pelo gradualismo, tanto assim que não foi organizado um movimento propriamente abolicionista após a lei de 1871. Foi o ambiente de radicalização do reformismo de início dos anos 1880 que transformou, paulatinamente, emancipacionistas em abolicionistas. O próprio vocábulo *abolicionista* quase não era utilizado. Antes do reformismo, a maioria se dizia emancipacionista.

Inicialmente a propaganda e a arregimentação de militantes para o movimento abolicionista eram feitas através de clubes e jornais, bem como de comícios e conferências, nos quais também se arrecadavam donativos. Outra forma de atuação foi a dos advogados, ou rábulas, que moviam processos judiciais

com base na lei de 7 de novembro de 1831, de extinção do tráfico negreiro. Eles argumentavam sobre a ilegalidade da condição de escravos introduzidos no país após esta data. Nesta esfera de ação, Luís Gama conseguiu a libertação de mais de mil escravos. Outro importante abolicionista de primeira hora foi José do Patrocínio, que pregava o envolvimento de populares na causa e concitava fugas e insurreições de escravos. Foi neste contexto que, em 1882, começaram a atuar os *caifazes*, ativistas liderados pelo advogado Antonio Bento de Souza e Castro, em São Paulo, que se notabilizaram por promover fugas de escravos em massa. No mesmo ano foi fundado por abolicionistas, e comandado por Quintino de Lacerda, o famoso Quilombo de Jabaquara, na Baixada Santista.<sup>4</sup>

O ano de 1883 foi de suma importância para o abolicionismo. Dois fatores contribuíram para isso: a fundação da *Confederação Abolicionista* e a redação de *O Abolicionismo*.

A *Confederação Abolicionista* foi fundada, no Rio de Janeiro, em 12 de maio. Era presidida por João Clapp, tinha José do Patrocínio como orador e André Rebouças como tesoureiro. O seu *Manifesto* de criação foi assinado por 15 sociedades abolicionistas, o que evidencia o grau de coesão almejado pela agremiação. O documento também foi lido em público no Teatro Dom Pedro II, apresentado no parlamento e publicado no *Diário Oficial*, a pedido do deputado conservador Severino Ribeiro.<sup>5</sup> A *Confederação* muito contribuiu para a organização e difusão do movimento abolicionista, que começou a se popularizar. Suas ações cada vez mais ocorriam em espaços públicos, nas ruas e praças, em procissões cívicas e festas da liberdade, nas quais alforrias eram entregues com estrondo. Por outro lado, os agentes da *Confederação* também ajudaram na maquinação de ações ocultas, como a criação de esconderijos para escravos fugidos. Este tipo de atuação pela via da ilegalidade acabou impedindo que a *Confederação Abolicionista*, que havia contado com apoio de parlamentares em seus primórdios, pudesse servir como elo entre a campanha das ruas, de matiz popular, e a campanha parlamentar, de cunho oficial.

Embora não apoiasse de modo algum as ações ilegais, quem mais contribuiu para esta ligação foi Joaquim Nabuco. Como *O Abolicionismo* foi o primeiro

---

<sup>4</sup> M. O. Basile, “O Império brasileiro: panorama político”, in: M. Y. Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, pp. 286-187.

grande esforço de sistematização de argumentos contra a escravidão, o abordaremos a seguir num entrecruzamento com a trajetória político-parlamentar de Nabuco e seu envolvimento no movimento abolicionista.

### **Da derrota à vitória: O Abolicionismo e a liderança parlamentar de Nabuco**

Ainda jovem, Joaquim Nabuco foi iniciado no mundo da política pelo pai, o conselheiro e senador Nabuco de Araújo, que costumava levar o filho para reuniões políticas. Foi o pai quem o introduziu no jornalismo propriamente político, como colaborador de *A Reforma*, órgão do *Clube da Reforma*, agremiação que se tornou o núcleo do novo Partido Liberal.<sup>6</sup> Recém formado, em 1871, foi este o primeiro terreno de atuação política contínua de Nabuco, quando o clima ainda estava quente pelas críticas ao Poder Moderador e pelos debates acerca da Lei do Ventre Livre.

Apesar de bem aceito nos encontros políticos, até pela posição paterna, a sua fama de jovem boêmio persistia. Ainda assim, ou talvez justamente por isso, para *A Reforma* Nabuco escrevia artigos de Filosofia, que eram deístas, moralistas e contrários ao materialismo. Depois, começou a escrever artigos políticos, sustentando uma polêmica com os republicanos e defendendo a bandeira reformista, com destaque para a eleição direta e a emancipação dos escravos.<sup>7</sup> Apesar dos contatos em círculos de notáveis da política nacional, no restante da década de 1870, Nabuco atuou mais como diplomata, nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Pouco antes de falecer, o pai articulou a sua eleição, para deputado por Pernambuco, junto ao barão de Vila Bela, Domingos de Sousa Leão, chefe político liberal em Recife. Na sua primeira legislatura, 1879-1881, Joaquim Nabuco defendeu a elegibilidade dos acatólicos e a secularização dos cemitérios. Mas foi na reforma da mão-de-obra que o novo parlamentar começou a concentrar sua carreira política. Nabuco chegou a falar algumas vezes ao imperador sobre a

---

<sup>5</sup> Informações extraídas de C. Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, pp. 143-144.

<sup>6</sup> Nabuco havia tido sua primeira atuação no jornalismo pouco depois de ingressar na universidade. Foi um dos fundadores do jornal *Tribuna Liberal*, criado para atacar o gabinete Zacarias. Esta ação juvenil desagradou o seu pai, como ele contou em *Minha Formação*, pp. 18-19.

<sup>7</sup> L. Viana Filho, *A vida de Joaquim Nabuco*, pp. 42-44.

reforma do regime de trabalho. Contudo, Pedro II tergiversava e não lhe dava as respostas que esperava.<sup>8</sup>

Pouco após a estreia parlamentar de Nabuco, o ultramontano Jerônimo Sodré, deputado pela Bahia, em discurso de 5 de março de 1879, tomou a libertação dos escravos como bandeira política. Foi só em agosto de 1880 que Nabuco apresentou à Câmara o seu projeto de emancipação, fixando a libertação total dos escravos em dez anos e resguardando o direito de indenização aos proprietários.<sup>9</sup> Mesmo com estes atenuantes, o projeto não foi objeto de deliberação. Ainda assim, Nabuco paulatinamente se tornou conhecido como o chefe parlamentar na defesa da abolição. Esta fama se deveu ao fato de ele haver conjugado sua atuação de deputado com outras formas de ação no movimento abolicionista, além de ter estabelecido ligações com defensores da causa no país e no exterior.

Enfim, foi-lhe favorável a própria conjuntura em que iniciou a sua carreira parlamentar. A entrada de Nabuco na cena política coincidiu com a radicalização do reformismo, no início dos anos 1880. O panorama político liberal encontrava-se marcado pelo brado da urgência de reformas e neste contexto as idéias de Nabuco começaram também a se radicalizar. Na medida em que a própria campanha abolicionista tomava corpo, Nabuco para ela contribuía através de vários meios: o aumento da produção de folhetos propagandísticos, a correspondência com abolicionistas estrangeiros e a publicação de artigos pró-abolição na imprensa abolicionista da Corte.<sup>10</sup>

Devido às conexões com outros abolicionistas, Nabuco fundou a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, na residência de sua família, no Flamengo, por ocasião da comemoração da independência, a 7 de setembro de 1880. Como fundador, Nabuco se tornou presidente da Sociedade e redigiu seu *Manifesto*.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> Cartas de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, Rio, 22 de maio de 1881; Rio, 23 de setembro de 1881, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, respectivamente, pp. 45-46 e p. 54.

<sup>9</sup> [J. Nabuco] J. A. B. Nabuco de Araújo, “Urgência para um projeto abolindo a escravidão”, sessão de 30 de agosto de 1880, *Discursos parlamentares*, pp. 264-273.

<sup>10</sup> M. A. Pamplona, “Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos”, *Revista de História Iberoamericana*, pp. 54-55.

<sup>11</sup> Os vice-presidentes da *Sociedade Brasileira contra a Escravidão* eram Adolfo de Barros e Marcolino Moura. Foram presidentes honorários Muniz Barreto, Saldanha Marinho e Beauripaire Rohan. Os secretários eram José Américo dos Santos e José Carlos Carvalho. André Rebouças era o tesoureiro. L. Viana Filho, op. cit., p. 92 e p. 98, nota 14.



Ainda que a Sociedade não se colocasse como porta-voz ou associação do Partido Liberal e se dirigisse a todas as tendências políticas, o *Manifesto* abordou a posição que caberia ao partido:

Como o órgão cuja função deve ser o desenvolvimento e a realização das aspirações modernas e civilizadas existentes nas partes mais intelectuais e progressistas da nação, o Partido Liberal não pode ser a sistemática negação de todo liberalismo, o inimigo oficioso e voluntário da emancipação.<sup>12</sup>

Com o *Manifesto*, Nabuco uniu a causa da abolição, demandada nas ruas e locais de reuniões dos abolicionistas, à esfera do Parlamento. Em contrapartida, até mesmo pelos ataques à ala liberal refratária à extinção imediata da escravidão, acabou sacramentando naquele fórum a divisão entre os liberais a respeito desta reforma.

O fato do *Manifesto* ter sido traduzido para o inglês, publicado no *The New York News*, e o francês, publicado no *Messenger du Brésil*, e enviado a sociedades abolicionistas estrangeiras evidencia a busca de apoio externo para a abolição da escravidão no Brasil e para a projeção internacional de suas lideranças.<sup>13</sup> A própria inspiração do grupo para criação da associação veio do modelo da *British and Foreign Anti-Slavery Society*, a mais conhecida sociedade abolicionista do mundo, e visava ampliar os contatos entre as duas organizações.<sup>14</sup>

Nabuco se tornou o principal redator do jornal *O Abolicionista*, órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.<sup>15</sup> Na edição de 1º de janeiro de 1881, em carta aberta, ele disse que: “só tenho atualmente uma tarefa, uma aspiração, um fim na vida: libertar o nosso povo da escravidão”.<sup>16</sup> Tratava-se do limiar da construção de uma imagem pública, como abnegado líder abolicionista, que foi cada vez mais burilada, inclusive nas cartas, enviadas a amigos e correspondentes

<sup>12</sup> Apud A. Alonso, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, p. 117. O *Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* foi publicado nos grandes jornais da Corte, como a *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio, a 28 de setembro, em alusão à Lei do Ventre Livre.

<sup>13</sup> J. Nabuco, “Terceira conferência no Teatro Santa Isabel”, 16 de novembro de 1884, *Campanha abolicionista no Recife*, ed. de 2005, pp. 81-82.

<sup>14</sup> L. Bethell, J. M. de Carvalho, “Introdução”, *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos (Correspondência 1880-1905)*, pp. 23-24 e p. 36; M. A. Pamplona, op. cit., p. 64, nota 3.

<sup>15</sup> O jornal *O Abolicionista* era redigido na sede da *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, que passou a ter um escritório alugado na rua do Carmo, 47, próxima à rua do Ouvidor. Teve circulação mensal, de 1º de novembro de 1880 a 1º de dezembro de 1881. C. Nabuco, op. cit., p. 122; A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p. 117.

abolicionistas. Público e privado se entrelaçam em uma construção memorialística. Público e privado também se reforçavam, dada a prática de homens políticos de estabelecer relações estreitas entre o que expressam nas missivas e as atividades no domínio público.<sup>17</sup>

A derrota de Nabuco, e já em primeiro escrutínio, no pleito de 1881 reforçou a idéia de prócer de uma causa e, mais ainda, um verdadeiro mártir, que lamentava a ameaça à sua carreira política por haver tomado a abolição como bandeira de luta.

Em carta a Sancho de Barros Pimentel, Nabuco esboçou a idéia-chave de sua obra *O Abolicionismo*: a de que o problema por excelência do Brasil era a escravidão, origem dos demais males.<sup>18</sup> Justificou a sua derrota como o fracasso da plataforma abolicionista e a vitória da escravidão, começando assim a colar a sua imagem à do movimento abolicionista. Considerava sua não reeleição uma derrota humilhante para os liberais em geral e os abolicionistas em particular.

Afastado do parlamento, Nabuco decidiu estreitar laços com abolicionistas estrangeiros, num auto-exílio na Europa.<sup>19</sup> Na edição de 1º de dezembro de 1881, o último número do jornal *O Abolicionista*, ele publicou na primeira página uma carta de despedida em que afirmava: “sinto não poder servir à emancipação de outra forma senão renunciando a tudo o que a escravidão atualmente oferece aos que transigem com ela: as posições políticas, a estima social, o respeito público”.<sup>20</sup> Visando transmitir uma imagem política, era o mártir de uma causa que falava.

Nabuco resolveu estabelecer residência por alguns anos na capital inglesa, trabalhando como repórter do *Jornal do Comércio* e advogado. Para essa última ocupação ele já vinha pedindo há meses auxílios a Penedo, a quem tratava como segundo pai. O barão era chefe da Legação do Brasil em Londres, encabeçava ampla rede de relações político-sociais lá e no Brasil, além de amigo do seu pai,

---

<sup>16</sup> Apud A. Alonso, *ibid.*, p. 122.

<sup>17</sup> L. Q. Heymann, “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller”, *Estudos Históricos*, p. 43.

<sup>18</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Sancho de Barros Pimentel, Rio, 8 de novembro de 1881, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 60-61.

<sup>19</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Hilário Gouvêa, Londres, 15 de abril de 1882, *ibid.*, pp. 69-70. Em inícios de 1880, Nabuco já havia passado uma temporada de cinco meses em países da Europa. No que chamou de “missão”, ele visava tornar-se reconhecido abolicionista na Europa para reforçar sua posição parlamentar no Brasil.

desde o período em que foram estudantes na Faculdade de Recife, e pai de seu amigo Arthur, que conhecera na Faculdade de Direito de São Paulo. Esta figura-chave em sociabilidades, exímio aristocrata, galante e mundano, iniciou Nabuco nos salões da nobreza européia e o apresentou à elite parisiense.<sup>21</sup> Foi o contato de Penedo com Francisco Antônio Picot, um dos proprietários do *Jornal do Comércio*, que garantiu a Nabuco a função de correspondente, que lhe rendia 30 libras por mês.<sup>22</sup> O mesmo compromisso Nabuco assumiu depois com *La Razón*, de Montevideú.<sup>23</sup>

Antes de partir, outro conhecido na Inglaterra, também fora avisado por ele: Charles Allen, secretário da *British and Foreign Anti-Slavery Society*. Em carta, Nabuco lhe comunicara que sua radical posição parlamentar a favor da abolição o deixara muito mal visto entre os escravistas e proprietários de Pernambuco.<sup>24</sup> Allen tornou-se importante suporte para que Nabuco disseminasse a causa antiescravista em nível internacional. Em carta enviada a Allen, de 1880, pela primeira vez, Nabuco tratou a abolição como a causa de sua vida: “[...] garanto-lhe que V. Sa. sempre me encontrará neste posto de luta que hoje ocupo. Ponho meu interesse pela Emancipação acima de qualquer outro, inclusive acima de qualquer lealdade ou envolvimento partidário”.<sup>25</sup> Neste trecho de escrita autobiográfica, verifica-se claramente um dos exercícios efetuados com a produção de

<sup>20</sup> Apud A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p. 135.

<sup>21</sup> O ministro plenipotenciário deslocou a legação em 1873 para o endereço “32 Grosvenor Gardens”, que é título de um dos capítulos de *Minha Formação*. Nabuco aí já havia se hospedado em duas ocasiões, como turista, em junho de 1874, e como adido da legação, de outubro de 1876 a abril de 1877. Para mais informações das relações, não só políticas como paternas, entre Nabuco e Penedo, ver L. Bethell, J. M. de Carvalho, “Introdução”, op. cit., pp. 18-21. Para o barão de Penedo como preceptor de Nabuco no mundanismo e nas cortes européias, A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, pp. 46-47, pp. 50-51, p. 147.

<sup>22</sup> L. Bethell, J. M. de Carvalho, “Introdução”, op. cit., pp. 37-38.

<sup>23</sup> F. da C. Gouvêa, “Estudo introdutório” à *Campanha abolicionista no Recife*, ed. de 1988, pp. 10-11.

<sup>24</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Allen, in: L. Bethell, J. M. de Carvalho, op. cit., p. 115. No discurso de 26 de agosto de 1879, Nabuco levou ao parlamento o caso da Cia do Morro Velho. A empresa de mineração, de capital inglês, descumpria cláusula do contrato de concessão, de 1858, de que os escravos deveriam ser libertos após 14 anos de trabalho. J. A. B. Nabuco de Araújo, “Escravos da Companhia de Mineração do Morro Velho”, *Discursos Parlamentares*, pp. 152-157. Como a denúncia envolvia a maior potência capitalista do mundo, o episódio foi noticiado em jornais estrangeiros, tornando-se Nabuco conhecido em Londres. A *Anti-Slavery Society* agradeceu seus esforços, em carta redigida por Allen em 8 de janeiro de 1880. A partir de então, iniciaram-se as relações de Nabuco com abolicionistas ingleses, particularmente Allen. L. Bethell, J. M. de Carvalho, op. cit., pp. 22-23; A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, pp. 98-99.

<sup>25</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Allen, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1880, in: L. Bethell, J. M. de Carvalho, op. cit., p. 57.

correspondência, especialmente entre homens públicos: a produção do *eu*.<sup>26</sup> Um *eu* que, ao se externar, se aprimora, toma corpo. Ao visar efeito em outrem, o *eu* reforça-se para si mesmo.

Foi durante o auto-exílio em Londres que Nabuco coligiu material, particularmente no Museu Britânico, para a redação de *O Abolicionismo*, publicado primeiramente na capital inglesa, em 1883. Na obra, se disse imbuído do “mandato da raça negra”, advogado gratuito dos escravos e dos ingênuos, já que no Brasil a propaganda da emancipação nunca foi um movimento religioso. Só aqui o abolicionismo teria assumido o caráter de reforma política e institucional primordial.<sup>27</sup> Nabuco se apresentou como aquele que assumia para si uma missão histórica e abraçava uma causa política.

Já no “Prefácio”, Nabuco evocou sua condição de exilado, embora não mencionasse que por vontade própria. Ao se apresentar como “correligionário ausente”, tomado pela saudade, efetuou um esforço retórico para se apresentar também como herói e símbolo de uma causa.<sup>28</sup> O ressentimento pela derrota no pleito também ficava evidente nas avaliações do sistema político imperial: um enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal; a representação que era “mera paródia da democracia”; as eleições eram o “jubileu do crime” e o imperador, “tão absoluto como o czar e o sultão”.<sup>29</sup> O novo regime eleitoral, pós reforma de 1881, teria aumentado o poder de coação da lavoura.<sup>30</sup>

Os ambientes políticos que Nabuco frequentou, as reuniões das quais participou e as redes sociais em que se imiscuía ajudaram a formar suas idéias políticas. Os políticos, amigos do pai e filhos de amigos do pai, com os quais Nabuco havia se relacionado, eram em boa parte liberais moderados que pregavam a descentralização e combatiam as prerrogativas conferidas pelo Poder Moderador. Essa formação inicial de Nabuco se faz presente em *O Abolicionismo*, que também combateu a “concentração de poder nas mãos do chefe de Estado”,

<sup>26</sup> Para a produção do “eu” na escrita de correspondências privadas, ver A. de C. Gomes, “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”, in: A. de C. Gomes, B. B. Schmidt (orgs.), *Memórias e narrativas (auto)biográficas*, p. 42.

<sup>27</sup> J. Nabuco, *O Abolicionismo*, pp. 13-14.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, pp. XXI-XXII.

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, pp. 136-137.

<sup>30</sup> Id., *ibid.*, pp. 150-151.

até porque os únicos políticos com autoridade efetiva eram os que ficavam expostos à luz do trono.<sup>31</sup>

A argumentação central de Nabuco, de que a construção nacional seria incompleta sem a abolição da escravidão e a destruição de sua obra, encontra sua base de influência nos Andradas, os primeiros brasileiros a se colocarem contra os negreiros. José Bonifácio de Andrada e Silva, particularmente, constitui referência constante em várias obras de Nabuco, em diversos momentos de sua vida política e intelectual, sendo fonte de inspiração para muitas propostas.<sup>32</sup>

José Bonifácio foi um representante da ilustração luso-brasileira, se tornou lenda como o “patriarca da independência” e defendeu o fim da escravidão como condição para o desenvolvimento do país, ainda que gradual e sem extinção imediata do tráfico.<sup>33</sup> Num momento em que o país ainda consolidava sua independência, assim José Bonifácio se expressou na sua *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*: “Como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos? Começemos pois, desde já, esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos”.<sup>34</sup>

Embora defendesse a extinção gradual da escravidão, Bonifácio chamou atenção para a contradição de um país que se pretendia uma nação, mas consentia com as brutalidades causadas pela escravidão. Como Marco Antonio Pamplona nos lembra, o abolicionismo precoce de José Bonifácio marcou sucessivas gerações de liberais, de modo que se criou uma identificação entre emancipação gradual e caminho para o progresso e civilização do país.<sup>35</sup> Foi nesta atmosfera intelectual que Nabuco se formou e construiu suas primeiras idéias políticas.

---

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, p. 136.

<sup>32</sup> Por exemplo, no projeto emancipacionista que apresentou à Câmara em 1880, Nabuco propôs a criação das “Caixas de Piedade de José Bonifácio”, pois o patrono havia proposto a fundação de caixas semelhantes de resgate no seu projeto redigido para a Assembléia Constituinte. J. A. B. Nabuco de Araújo, “Partes taxativas do projeto de emancipação”, sessão de 4-9-1880, *Discursos parlamentares*, pp. 289-290. Desde seu primeiro opúsculo, *O Povo e o Trono*, pp. 23-25 e p. 27, Nabuco tratou dos méritos dos Andradas e expressou particular admiração por José Bonifácio.

<sup>33</sup> Para uma concisa biografia de José Bonifácio e que o interpreta como o fundador da política externa brasileira, ver C. G. Mota, “José Bonifácio: projetos para o Brasil”, in: L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, vol. 1, pp. 77-78.

<sup>34</sup> Apud O. T. de Sousa, *O pensamento vivo de José Bonifácio*, pp. 40-41.

<sup>35</sup> M. A. Pamplona, *op. cit.*, p. 53.

A macroanálise de José Bonifácio acerca escravidão e seus males, que se difundiam para todo o corpo social, influenciou Nabuco no modo de ver e combater a escravidão. Como José Bonifácio, ele empreendeu uma abordagem histórica da escravidão e do próprio tráfico em *O Abolicionismo*. A autoridade da experiência e da História foi evocada em sua abordagem dos melhoramentos ocorridos após a abolição da escravidão em vários países, mesmo nos Estados Unidos, um caso de guerra civil e no qual os antigos senhores ficaram bastante endividados.<sup>36</sup> Nos capítulos em que tratou da realidade brasileira, Nabuco também efetuou um abrangente balanço – da política estatal ao regime de terras nas cidades do interior.<sup>37</sup>

Em *O Abolicionismo*, Nabuco anunciou a proposta – que acabou sendo desenvolvida com mais desvelo em suas conferências na campanha eleitoral de 1884 – de que as duas reformas, extinção da escravidão e reforma agrária, deveriam ocorrer conjuntamente.<sup>38</sup>

Enfim, *O Abolicionismo*, muito contribuiu para a fundamentação do movimento abolicionista no Brasil, pois congregou suas bandeiras de luta, de maneira metódica e argumentativa. Além disso, ao condensar suas primeiras idéias políticas, Nabuco ordenou elementos que acabou mobilizando em campanhas eleitorais posteriores e, mesmo, em seus discursos parlamentares. Inclusive na forma, observa-se o grau de experimento que foi *O Abolicionismo*. Há o esforço oratório de quem queria ser lido como se estivesse sendo ouvido. A eloquência de Nabuco pode ser verificada na passagem mais famosa da obra: “a emancipação não significa tão-somente o termo da injustiça de que o escravo é mártir, mas também a eliminação simultânea de dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor”.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> J. Nabuco, *O Abolicionismo*, pp. 152-156.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, pp. 107-112.

<sup>38</sup> Carlos Guilherme Mota ressalta que José Bonifácio já havia defendido que, para se eliminar o cancro da escravidão, era essencial tratar da questão da terra. C. G. Mota, *op. cit.*, p. 80. Por outro lado, Nabuco também foi influenciado por André Rebouças, defensor da “democracia rural”. Paralelamente ao combate à escravidão, Rebouças atacava o monopólio das terras e o “landlordismo”, isto é, a aristocracia fundiária. S. M. G. dos Santos, *André Rebouças e seu tempo*, pp. 470-474, p. 477 e p. 547. Rebouças foi o pioneiro em levar para o movimento abolicionista a conjunção dessas duas reformas. F. da C. Gouvêa, “Estudo introdutório” à *Campanha abolicionista no Recife*, ed. de 1988, p. XXXI.

<sup>39</sup> J. Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 14.

A partir de então, desenvolvendo as propostas anunciadas em *O Abolicionismo*, Nabuco dilatou seu reformismo. Ainda que sua imagem se associasse parcialmente ao seu esforço de autodefinição, ao longo da década de 1880 de fato ele se notabilizou como aguerrido reformista. Suas propostas reformistas foram sendo buriladas em seu conjunto de ideias, conforme o intelectual e o político amadureciam.

### **O conservadorismo do homem das reformas**

*O Abolicionismo* fazia parte de uma proposta editorial com um escopo maior, que projetaria seu autor não apenas como líder abolicionista, mas também como arauto reformista. Logo após publicar *O Abolicionismo*, em cartas ao amigo Sancho de Barros Pimentel, Nabuco comentou seus objetivos com a obra e o que esperava de sua circulação. O livro fora projetado como o primeiro de uma série de trabalhos sobre os principais problemas do país e a importância de reformas para a solução dos mesmos.

Segundo o programa de Nabuco, Sancho escreveria um volume acerca da descentralização administrativa ou da reforma da representação. Rui Barbosa seria convidado a escrever um volume sobre a liberdade religiosa. Rodolfo Dantas trataria da instrução. Por fim, ele mesmo escreveria mais um volume sobre a reconstrução financeira e as relações exteriores. Cada autor teria o encargo e os lucros da publicação de seu volume.<sup>40</sup>

Nabuco estimou os gastos na mesma proporção dos custos que ele tivera com a obra inaugural, cerca de dois contos.<sup>41</sup> Provavelmente pelos custos elevados não houve continuidade na série. De todo modo, seu programa, com os problemas a serem tratados, indica-nos a rigidez com a qual ele defendia as reformas necessárias ao Império e como as hierarquizava. Além disso, a obra de 1883 cumpriu a função para a qual inicialmente não fora pensada. Como percebe Marco Aurélio Nogueira, *O Abolicionismo* forneceu a Nabuco a base de todas as suas

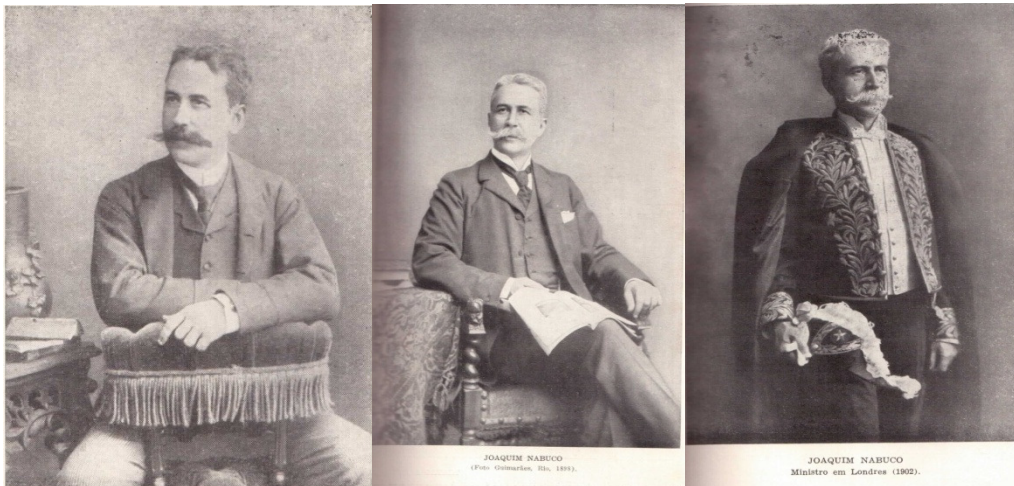
---

<sup>40</sup> Cartas de Joaquim Nabuco a Sancho de Barros Pimentel, Maddox Street, 18 de março de 1883; Londres, 23 de junho de 1883; Maddox Street, 31 de agosto de 1883, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 100-104.

<sup>41</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, 11 de outubro de 1883, *ibid.*, p. 106.

intervenções nos anos seguintes e, sobremaneira, o programa para a sua campanha eleitoral no Recife.<sup>42</sup>

O projeto de uma coletânea reformista, embora não tenha saído do plano das intenções, era bastante audacioso e evidenciava a visão gregária de Nabuco em relação às reformas. Não bastaria tratar apenas da *questão servil*, mas fazia-se mister reformar as instituições corrompidas pela escravidão. Neste sentido, embora se posicionasse como líder de algo novo, o que chamava de “partido da abolição”, capaz de congregar os elementos progressistas dos demais partidos, ele agia essencialmente como o bom político liberal, colocando a plataforma reformista como mote de diferenciação em relação a conservadores e republicanos. E Nabuco era reformista no sentido literal do termo: não queria a via da guerra civil tal qual nos EUA e muito menos a de uma rebelião escrava do Haiti, casos apresentados como exemplaridades negativas em *O Abolicionismo*. Queria reformas pela via legislativa em razão do “perigo da demora”. Afinal, “é, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade”.<sup>43</sup>



Joaquim Nabuco em três momentos: em 1884, 1889 e 1902.

Fonte: Carolina Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*.

Nabuco mostrava-se legítimo herdeiro político do pai, que, no *Manifesto do Centro Liberal*, de 1869, já havia qualificado as reformas como principal meio de

<sup>42</sup> M. A. Nogueira, “Joaquim Nabuco. O Abolicionismo”, in: L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, vol. 2, p. 172.

<sup>43</sup> J. Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 18.



conjurar uma revolução, no caso a república.<sup>44</sup> Além disso, Nabuco também via a dimensão parlamentar como esfera privilegiada de ação porque era uma via ordeira e institucional. Na valorização da atividade parlamentar, Nabuco sofreu influência também de suas conversas com o ministro plenipotenciário dos EUA no Brasil, Henry Washington Hilliard.<sup>45</sup> Portanto, é com o viés parlamentar, antirrevolucionário, conservador e aristocrático que deve ser entendida a caracterização que aqui fazemos de Nabuco como *homem das reformas*.

Os escritos de Nabuco sinalizam a maneira como ele dialogava e apontava soluções para os problemas das conjunturas que atravessou em sua vida, além de serem pautados pelo que Marco Antonio Pamplona chama de *perspectiva arielista* – não apenas para ele como também para outros expoentes da *intelligentzia* latino-americana de fins do século XIX: a própria latinidade, por eles conjurada, permitiria o progresso dentro da ordem, sem reversão das hierarquias sociais.<sup>46</sup> Como já mencionamos, a autoimagem de Nabuco como líder abolicionista fincou raízes e perdurou ao longo do tempo porque de fato ele lutou pela causa antiescravista no Brasil e no exterior, além de ter se destacado por suas conexões com abolicionistas ingleses e norte-americanos.

As teias de interdependência nas quais Nabuco se organizou enquanto ser social e agente político foram fundamentais para tal construção identitária de sucesso. Nenhum ser humano se constitui como personalidade fechada. Ao contrário, é pelo fato de sua personalidade ser aberta que ele se identifica no contato com os outros. A identidade pessoal é tão fluída que o ser humano só se autodefine através do relacionamento com os demais, daí as cadeias de

<sup>44</sup> Apud A. Brasiliense, *Os programas dos partidos e o Segundo Império*, p. LVI.

<sup>45</sup> Nabuco se aproximou do diplomata norte-americano porque queria fundamentar as comparações entre o caso brasileiro e o norte-americano, contraponto este que se tornaria constante em várias obras. M. A. Pamplona, op. cit., p. 60. Hilliard havia lutado a favor do Sul na guerra civil americana, mas depois apoiou os abolicionistas no Congresso. No Brasil, participou de um banquete em sua homenagem oferecido pela *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* e foi alçado a sócio-honorário pela organização. Suas cartas à *Sociedade* foram publicadas por Gusmão Lobo no *Jornal do Comércio*. Contudo, visando obstar o apoio de Hilliard aos abolicionistas brasileiros, Saraiva conseguiu do governo norte-americano sua transferência para outra legação. A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, pp. 118-119.

<sup>46</sup> Pamplona emprega o termo *arielistas* no sentido de que o ressurgimento do idealismo no continente, neste final de século, teria levado a uma recuperação do liberalismo em uma perspectiva romântica. Tais intelectuais defendiam o domínio e a hegemonia de uma “aristocracia do espírito” na América Latina, o que levava a uma postura antirrevolucionária. M. A. Pamplona, “Nação e modernidade nos Escritos de Sarmiento e Nabuco”, *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*, pp. 369-378.

interdependência.<sup>47</sup> Nas suas correspondências com membros da *Anti-Slavery Society* estabeleceu-se uma *configuração*, por meio da qual Nabuco se viu, se expressou e se reforçou como líder abolicionista. As conexões com abolicionistas estrangeiros lhe traziam notoriedade internacional, de sorte que sua imagem foi de fato colada ao movimento abolicionista no Brasil. Joaquim Aurélio se tornou o primeiro Nabuco reconhecido em circuito internacional.

Apesar de ter se notabilizado como o paladino da abolição, não podemos esquecer que Joaquim Nabuco era, como Ricardo Salles nos recorda, “fundamentalmente ligado ao mundo imperial”.<sup>48</sup> Deste modo, percebemos que há um nexo entre as duas vertentes de Nabuco apontadas separadamente por boa parte da historiografia: a do radical no momento de sua pregação abolicionista, na década de 1880, e a conservadora, expressa em sua obra historiográfica e memorialística, da década de 1890.<sup>49</sup> *O conservador sempre esteve presente no e embasou o radical.*

Como membro do Partido Liberal, Nabuco logo adentrou na ala mais reformista, até mesmo por influência e herança paterna. Na biografia do pai, elaborada na década de 1890, Nabuco construiu a memória partidária de Nabuco de Araújo como político organicamente liberal, mas com sólidas bases conservadoras, daí sua natureza reformadora: para que todas as alterações pudessem ser controladas pelos que exerciam o poder. Desde 1843, quando estreou na Câmara, o pai já seria assim estruturado, mesmo quando membro do Partido Conservador e nas ocasiões em que deu todo seu apoio ao princípio da ordem.<sup>50</sup> Sobre as expectativas do pai, Nabuco disse, em comício, que o conselheiro pensava que “os seus serviços ao Partido Liberal davam esperança de encontrar no Parlamento um filho em quem ele via um prolongamento intelectual e moral de si mesmo”.<sup>51</sup> Nabuco queria ser este filho. Todavia, como em muitas ocasiões foi um árduo crítico dos copartidários, ele não poderia construir sua imagem como um político liberal. Teria que se destacar por abarcar uma causa fora do partido, melhor ainda se sobreposta a qualquer partido. Por isso, em

<sup>47</sup> N. Elias, *O processo civilizador. Uma história dos costumes*, vol. I, pp. 23-34 e p. 249.

<sup>48</sup> R. Salles, *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*, p. 16.

<sup>49</sup> Id., *ibid.*, p. 21.

<sup>50</sup> J. Nabuco, *Um estadista do Império*, 5ª ed., p. 92 et seq e pp. 124-125.

<sup>51</sup> Id., “Discurso proferido num *meeting* popular na praça de São José de Ribamar”, 5 de novembro de 1884, *Campanha abolicionista no Recife*, ed. de 2005, p. 58.

relação a si, Nabuco buscou construir uma memória como um político acima dos partidos, servidor não de uma legenda partidária, mas de uma causa: a da abolição dos escravos. Assim ele se apresentou ao seu eleitorado:

Se eu pudesse fazer uma distinção dentro de mim mesmo, entre o particular e o homem público, eu diria que a derrota deste seria a vitória daquele, mas não posso porque o indivíduo desapareceu no abolicionista. Fez dos entusiasmos, das esperanças, das tristezas deste os seus entusiasmos, as suas esperanças e tristezas próprias, desde que entrou em campanha contra a escravidão.<sup>52</sup>

Nabuco apresentou sua pessoa como anulada pelo Nabuco abolicionista, que teria sobrepujado a todos os seus desejos e aspirações íntimos. Mais adiante, em *Minha Formação*, ele reforçou a absorção pela causa abolicionista em que teria vivido durante dez anos e enumerou suas conquistas no “Partido Abolicionista”.<sup>53</sup> Era ao “partido da abolição”, que nunca existiu, que ele pretendia ligar a sua imagem.<sup>54</sup>

Era com a ênfase abolicionista que Nabuco construía sua memória também nas correspondências e nos diários, o que permaneceu em seus escritos da primeira década republicana. Os escritos de diário costumam ser considerados mais íntimos e, portanto, mais frágeis, como alerta Philippe Lejeune. No entanto, passar a limpo um período distante pode ser um ato autobiográfico e quando se trata de algo recente, mais ainda. Além disso, alguns diários são escritos para que sejam lidos por outrem, o que pode ser observado, por exemplo, por um exercício mais literário.<sup>55</sup> Esse era um caso de Nabuco, ator histórico da esfera política institucional oriundo de família com ilustre trajetória política. Nabuco efetuou exercício não só literário, mas memorialístico em seus diários.

Em toda construção memorial o passado é apropriado de acordo com os projetos formulados no presente, tendo em vista metas a se efetuarem no futuro.

<sup>52</sup> Id., *ibid.*, pp. 59-60.

<sup>53</sup> Id., *Minha formação*, pp. 145-146 e pp.163-176.

<sup>54</sup> Na biografia do pai, Carolina Nabuco apresentou o partido da abolição não apenas como existente, mas como criado pelo pai e que teria sido uma alternativa ao Liberal. C. Nabuco, *op. cit.*, p. 125 e *passim*. Esta era a retórica do próprio Nabuco em *Minha Formação*. No vocabulário político do Oitocentos, o termo *partido* era bastante empregado na defesa de uma causa, mote político, o que não significa que este objeto de interesse levasse de fato a uma organização partidária. O maior exemplo é o *Manifesto do Partido Comunista*, publicado por Marx e Engels em 1848, quando na verdade o que então existia era a Liga Comunista. A palavra *partido* permitia expressar um grau de amplitude e coesão bem maior do que o das organizações, como clubes, centros, sociedades e ligas.

Na triangulação que propõe, Gilberto Velho destaca que “o *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*”.<sup>56</sup> São os *projetos* que estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações de um indivíduo, responsável ele próprio por dar sentido ao seu passado. Nabuco se imbuíu muito bem desta tarefa, conferindo significados à sua trajetória política, até mesmo pela consistência que atribuiu a seus papéis. O primeiro de grande relevância foi o de líder abolicionista.

Todavia, como observa Marshall Sahlins, “qualquer uso real de um signo em referência, seja por uma pessoa, seja por um grupo, emprega apenas uma parte, uma pequena fração, do sentido coletivo”.<sup>57</sup> Assim, o abolicionismo era muito mais do que Joaquim Nabuco. Ele não conseguiria sintetizar sozinho um movimento de tamanha amplitude, que pela primeira vez arrastou pessoas de diferentes estratos sociais às ruas, inclusive a herdeira do trono. E era nas ruas que sua imagem competia com a de outros líderes de peso, como o amigo Rebouças e José do Patrocínio. Neste sentido, a herança do pai lhe fora muito útil. Na condição de parlamentar Nabuco enfatizava sua atuação como prócer do abolicionismo com certa vantagem. Nesta esfera não tinha rivais do mesmo nível. E as suas glórias quando das comemorações pelo 13 de Maio assim o comprovaram.

Como já apontamos, mesmo em sua fase radical, Nabuco nunca deixou de lado seu viés conservador. Este não teria substituído o radicalismo, convivia com o mesmo. Fez-se a via para garantir mudanças controladas, modificações encaminhadas e guiadas por estadistas e não por agitadores nas ruas. A via parlamentar fora menos uma opção para Nabuco e mais um legado, do qual se orgulhava e sabia que poderia colher bons frutos. O pai morreu na posição de líder partidário, com cabedal político suficiente para conseguir, por exemplo, a própria eleição do filho para a sua primeira legislatura. Foi por isso que a iminência da sua não reeleição no pleito de 1881 já constituía um choque para Nabuco: ela, de fato, foi a primeira de todas as legislaturas do Império em que um Nabuco de Araújo não tomou assento. Nabuco decidiu fixar residência na Inglaterra. Nessa

---

<sup>55</sup> P. Lejeune, “O guarda-memória”, *Estudos Históricos*, p. 116.

<sup>56</sup> G. Velho, “Memória, identidade e projeto”, in: *Projeto e metamorfose*, p. 101.

atmosfera de fracasso em seguir o roteiro familiar, cuidadosamente garantido pelo pai, ele imbuíu-se de uma digna “missão”: “levantar à memória de meu pai o monumento de publicar-lhe as obras e a vida”.<sup>58</sup>

Na sua *teoria dos resíduos*, Vilfredo Pareto apresenta uma classe de resíduos, ou instintos, que define como *integridade dos indivíduos e dos seus dependentes*.<sup>59</sup> A própria noção de que o indivíduo, em um conjunto de sentimentos e interesses, pensa também em seus dependentes, sinaliza para a idéia de futuro. Isso porque o indivíduo é levado espontaneamente, por instinto, a desejar coisas agradáveis. É normal que o homem deseje o poder, e o homem político pode combinar astuciosamente os meios para atingir seus fins. Os interesses definidos pela riqueza e o poder têm implicação sobre aquele que o persegue, seus dependentes e a própria sociedade. Isso porque muitos fatores simbólicos, como status, além das demandas materiais, não podem ser maximizados para todos. Por isso, guiado por essa classe de resíduo, o indivíduo pode se afirmar de modo egoísta. Embora aparentemente ele se comporte de maneira não-lógica, para Pareto, ele age logicamente. Pode ocorrer que, seguindo o padrão dessa classe de resíduos, o indivíduo se coloque paralelamente aos sentimentos conservadores, por um instinto de conservação daquilo que adquiriu ou intenta adquirir.

Embora o próprio Pareto atente que é difícil fixar o significado social das ações humanas, nesta classe de resíduos os homens se movem por interesses. Nabuco sempre tentou seguir os passos do pai, bem como o inverso, ou seja, se aproveitar da senda aberta para traçar rumo singular, mas no mesmo quadrante. Era intencionalmente como herdeiro do pai que Nabuco se colocava. Pretendeu, como dependente, manter a integridade política da família. Ao mesmo tempo, queria deixar feito enobecedor aos seus futuros dependentes. Ao seguir um instinto de conservação, em família de ilustres políticos imperiais, Nabuco se construiu como homem público em diálogo com o privado. A apoteose do abolicionista não poderia ser de outra – a liderança na Câmara para o grande feito do Império do Brasil, a lei do 13 de Maio, como veremos adiante. Antes, porém,

<sup>57</sup> M. Sahlins, *Ilhas de história*, p. 10.

<sup>58</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, Rio, 23 de setembro de 1881, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 54-55.

<sup>59</sup> R. Aron, *As etapas do pensamento sociológico*, p. 400 et seq.

iria radicalizar ainda mais sua postura reformista, colocando-se na contramão de mais uma lei gradualista na extinção da escravidão.

### **A radicalização após a lei de 1885**

A eliminação da escravidão no Ceará e no Amazonas em 1884, respectivamente a 25 de março e 20 de junho, ainda que as duas províncias tivessem poucos escravos a libertar, reanimou as pressões do movimento abolicionista. Com o entusiasmo causado particularmente pela abolição no Ceará, municípios de outros estados, ou mesmo ruas, começaram também a extinguir a escravidão. Essas iniciativas eram difundidas e comemoradas com euforia pelas associações abolicionistas. A festa de comemoração da abolição no Ceará efetuada no Teatro Politeama, por exemplo, contou com uma quermesse carnavalesca que durou três dias.<sup>60</sup> As festas de concessões de alforrias se proliferaram e eram anunciadas com alarde. Para que o Estado continuasse a guiar o processo de extinção da escravidão no Brasil, o imperador convocou um gabinete que prosseguisse com a estratégia gradualista, visando minimizar os abalos econômicos.

O ministério liberal de Manuel Pinto de Sousa Dantas, iniciado em 6 de junho de 1884, apresentou à Câmara projeto de ampliação do Fundo de Emancipação, fim do tráfico negreiro interprovincial e libertação dos escravos sexagenários, sem indenização. Devido ao último item, vários liberais se uniram a conservadores escravistas. O projeto foi rejeitado pela legislatura de maioria liberal, que por este motivo foi dissolvida.

Neste momento, a posição majoritária do Partido Liberal era a da indenização.<sup>61</sup> Daí a rejeição do projeto e a hostilidade a Dantas. Por isso, os conservadores escravistas passaram a denunciar um suposto pacto entre o imperador e Dantas. Paulino José Soares de Sousa, filho homônimo do visconde do Uruguai, era o mais sereno. No entanto, Domingos de Andrade Figueira

---

<sup>60</sup> M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*, pp. 28-29.

<sup>61</sup> Em entrevista a Tobias Monteiro, já sob a República, João Alfredo contou que era um dos líderes da indenização na época, por considerar que competia ao Estado assegurar a garantia legal da propriedade escrava. Por isso, João Alfredo explicou que discordou de Dantas em vários

apelidou Pedro II de “eleitor de ministros”, ao passo que Ferreira Viana proferiu o famoso discurso em que o tachou de “César caricato”.<sup>62</sup> Era a subversão no partido da ordem. Como se sentiam traídos pelo empenho do imperador em promover uma reforma que mexia nos domínios senhoriais, os conservadores não lhe poupavam injúrias. Mais do que os republicanos ou qualquer revista ilustrada, nesse momento, eram eles os iconoclastas da imagem do monarca.

Por pedir a dissolução da Câmara, Nabuco se referiu a Dantas como homem que ressuscitou o Partido Liberal do túmulo das suas apostasias e capitulações.<sup>63</sup> Isso porque, para Nabuco, o Partido Liberal todo deveria se colocar contra a indenização. Todavia, a nova legislatura, igualmente de maioria liberal, também rejeitou Dantas, provocando a queda do gabinete porque a moção de confiança não foi aprovada.<sup>64</sup>

O imperador convocou novamente José Antonio Saraiva, chefe liberal exitoso na aprovação da reforma da eleição direta. O novo ministério, iniciado em 6 de maio de 1885, reelaborou o projeto anterior, com a seguinte alteração: indenização por escravo alforriado, em proporção inversa da idade, pois os escravos alforriados com 60 anos ou mais deveriam prestar serviços aos seus senhores por três anos ou até completarem 65 anos. O gabinete também sofreu oposição de liberais, mas que, desta vez, não tiveram força suficiente para embargá-lo.<sup>65</sup> O projeto foi aprovado pela Câmara em segunda votação, a 13 de agosto de 1885, porque contou com o apoio dos conservadores, liderados pelo aval de Antônio Prado, representante da lavoura cafeeira paulista.

---

aspectos e ocasiões, como, por exemplo, quando este lhe pediu auxílio para eleger Joaquim Nabuco. T. Monteiro, *Pesquisas e depoimentos para a História*, p. 88.

<sup>62</sup> Apud O. Lima, *O Império Brasileiro*, pp. 112-114.

<sup>63</sup> J. Nabuco, “Primeira Conferência no Teatro Santa Isabel”, 12 de outubro de 1884, *Campanha abolicionista no Recife*, ed. de 2005, p. 26.

<sup>64</sup> A moção Siqueira não foi aceita por 52 votos contra 50; J. Nabuco, *Diários: 1873-1910*, 4 de maio de 1885, p. 242; A. Celso, *Oito anos de parlamento*, p. 34; L. Viana Filho, op. cit., pp. 127-128.

<sup>65</sup> Na sessão em que combateu o projeto, Nabuco acusou a Câmara de ter se convertido em um “mercado de escravos”, devido à votação da tabela com preços dos escravos por faixa etária, o que impossibilitava o resgate do escravo pelo seu pecúlio em muitas províncias. J. A. B. Nabuco de Araújo, “Contra o projeto do elemento servil”, sessão de 24 de julho de 1885, *Discursos parlamentares*, p. 299 e p. 312. Dado seu combate ao projeto, Nabuco fundou o Grupo Parlamentar Abolicionista, que não foi adiante, embora tenha contado com quatorze assinaturas quando de sua criação. J. Nabuco, *Diários*, 3, 6, 8, 13, 24 e 30 de julho de 1885; 13 de agosto de 1885, pp. 245-246.

Como no Senado a maioria era de conservadores, Saraiva pediu demissão, aceita a 19 de agosto, passando a chefia de gabinete para João Maurício Wanderlei, o barão de Cotegipe, líder conservador. Antônio da Silva Prado, por sua posição anterior, foi chamado para o ministério da Agricultura. Em 28 de setembro de 1885, foi aprovada a lei que passou a ser conhecida como Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe.

Quando da apresentação do ministério Cotegipe, Nabuco se colocou como ferrenho adversário e a essa “maquinação”. Proferiu na ocasião uma de suas frases mais reapropriadas por propagandistas republicanos: “Há neste país duas instituições as quais ninguém sabe se se estimam ou se odeiam, mas que se unem para avassalar tudo o que quer ser independente e livre... a monarquia e a escravidão”. Tais instituições se imbricavam porque “sempre que a sorte de uma corre perigo, a outra acredita ouvir o dobre fúnebre de sua própria extinção”.<sup>66</sup> Para além da questão da escravidão, Nabuco refletia o desconforto generalizado entre os liberais, que viam quase uma reedição do “golpe” de 1868. Da Câmara alta, na sessão de 24 de agosto, Silveira Martins chegou a bradar que: “Não é de partidos que precisamos mudar, os homens são os mesmos, é preciso a mudança de Imperador”.<sup>67</sup> Por revanche, até mesmo um senador ponderado como Ouro Preto fez de tudo para atrasar a aprovação da lei de 1885.

Com a passagem do projeto e a permanência de Cotegipe no poder, Nabuco publicou a *Série para o Povo: Propaganda Liberal*, na qual criticou a perda de entusiasmo da campanha abolicionista na Corte, em razão da nova lei.<sup>68</sup> Além disso, reatualizou as críticas feitas pelo pai, quase vinte anos antes, ao falseamento do sistema representativo no Brasil.

A princípio, o objetivo de Nabuco era fundar um jornal, *O Século*, como órgão do Partido Liberal, até mesmo porque os conservadores possuíam *O*

<sup>66</sup> J. A. B. Nabuco de Araújo. “Apresentação do ministério Cotegipe”, sessão de 24 de agosto de 1885, *Discursos parlamentares*, p. 327.

<sup>67</sup> Apud B. W. de Cerqueira Leite, *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*, p. 94. Silveira Martins, evidentemente, foi advertido pelo então presidente do Senado, o próprio barão de Cotegipe.

<sup>68</sup> O principal objetivo da lei era, de fato, frear a agitação social causada pelos abolicionistas, o que intensificava a fuga de escravos. Cotegipe afirmou que a intenção era “sossegar os ânimos e restituir tranqüilidade às classes interessadas, ao menos por alguns anos”. Não sem propósito, assim ele terminou o discurso de apresentação de seu projeto na Câmara permanente: “Decida a prudência do Senado se convém que os comícios populares sejam novamente convocados, sob a



*Brasil*.<sup>69</sup> Sem recursos pecuniários suficientes e apoio entre os liberais para liderar tal empreitada, Nabuco teve a idéia de publicar uma longa série de opúsculos, nos quais, na parte final, faria a crônica política.<sup>70</sup> Apenas três livretos foram publicados: *O Erro do Imperador*, *O Eclipse do Abolicionismo* e *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*. Na tríade, Nabuco tratou de assuntos como a representação, questões partidárias, crises no Partido Liberal, alianças, dissidências e, sobretudo, o insucesso das reformas.

No “Prefácio” à série, Nabuco se disse pertencente ao *Liberalismo adiantado*<sup>71</sup> ou *Neo-Liberalismo*.<sup>72</sup> Em todos os folhetos, principalmente em *Eleições liberais e eleições conservadoras*, Joaquim Nabuco tomou o abolicionismo como o elemento identificador das clivagens entre os políticos. Ao apresentar os livretos como uma espécie de tribuna, o objetivo de Nabuco era propagandear o abolicionismo e fortalecer o Partido Liberal. Havia intenção implícita de reforçar sua imagem como chefe abolicionista e como líder liberal, posição que, de fato, não exercia no partido.

Como o título do primeiro opúsculo indica, o imperador cometeu um erro: o de não ter apoiado o gabinete Dantas quando de sua queda, consentindo com a retirada do gabinete abolicionista, o que seria prova de um mau uso do poder pessoal. Além de Nabuco não concordar com o excesso de prerrogativas do Poder Moderador, o agravante estaria justamente na relutância do monarca em usá-lo para uma causa progressista como a abolição.<sup>73</sup> O mesmo tipo de reclamação Nabuco já tinha feito em *O Abolicionismo*.<sup>74</sup> Esse é um bom exemplo do que José Murilo de Carvalho caracteriza como a *dialética da ambigüidade* do Estado imperial brasileiro: exigia-se a liberalização do Estado, a ser efetuada, sobretudo,

---

pressão de uma questão dessa ordem”. Apud A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, p. 291.

<sup>69</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, Pernambuco, 29 de janeiro de 1885, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 128-129.

<sup>70</sup> Carta de Joaquim Nabuco a José Maria da Silva Paranhos, Rio, 4 de março de 1886, *ibid.*, pp. 140-141.

<sup>71</sup> Trata-se da facção dita mais radical do Partido Liberal.

<sup>72</sup> Trata-se da facção liberal que defendia a abolição imediata, em contraposição aos favoráveis a medidas graduais.

<sup>73</sup> J. Nabuco, *O erro do Imperador*, pp. 1-7.

<sup>74</sup> *Id.*, *O Abolicionismo*, pp. 60-61.

com a extinção do Poder Moderador, mas recorria-se a ele para resolver os problemas, como os da escravidão.<sup>75</sup>

*O Eclipse do Abolicionismo* prosseguiu com os argumentos de *O erro do Imperador*. O próprio título é sugestivo na continuação das acusações de que Pedro II teria suspenso o movimento abolicionista e reanimado as pretensões do escravismo, com a queda de Dantas e a ascensão de Saraiva. Esse retrocesso teria sido idealizado pelo imperador e executado pelo Partido Conservador. Neste ponto, Nabuco inverteu o mote de críticas dos conservadores com a ascensão de Dantas: que diziam haver um conluio entre o imperador e os liberais abolicionistas.

Novamente, neste segundo livreto, Nabuco pediu ao imperador que usasse o poder pessoal para fazer a abolição, porque esse “ato humanitário”, além de elevar a posição moral de seu país no mundo, feito individualmente e por sua iniciativa traria popularidade à sua dinastia. Indiretamente Nabuco se reportou ao que vinha ocorrendo nesse momento: a queda de prestígio da monarquia.<sup>76</sup> Ele mesmo utilizou elementos desse repertório de críticas à falta de interesse do imperador pelos negócios de Estado por se dedicar demais a outros campos, como os estudos de astronomia. Nabuco reclamou que “o que ele fez é nada ao lado do que ele podia ter feito se a observação das senzalas lhe causasse tanto interesse como, por exemplo, a contemplação do céu”.<sup>77</sup>

Desde o final da década de 1870 cada vez mais o imperador era retratado com luneta, globo terrestre e binóculo, objetos que de fato ele usava e que tinham o poder simbólico de evidenciar o seu extremo interesse pelas ciências e, em contrapartida, o pouco caso com os assuntos do governo.<sup>78</sup> Tais críticas, ora feitas em tom de sátira ora em tom mais sombrio, alastravam-se porque encontravam respaldo em ações do monarca. A paixão pelos livros deixava Pedro II abúlico e desatento aos noticiários dos jornais. Este pendor ao excesso de estudos veio a se somar ao anterior relativo desinteresse pela coisa pública.<sup>79</sup> Como os jornais

<sup>75</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem*, pp. 232-234.

<sup>76</sup> M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*, p. 190 et seq.

<sup>77</sup> J. Nabuco, *O eclipse do abolicionismo*, p. 33.

<sup>78</sup> L. M. Schwarcz, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, pp. 416-425.

<sup>79</sup> Pelo menos desde 1880 quando deixou de comparecer à solenidade de Fala do Trono, pedindo a Saraiva que lesse à peça política. S. B. de Holanda, *Capítulos de história do Império*, pp. 134-135.

satirizavam e denunciavam, o imperador parecia cansado dos afazeres políticos. Cada vez mais o tempo do chefe de Estado era tomado pelas obras de ciência, como a do conde de Gobineau, amigo com o qual se correspondia, e doutrinárias, como os textos de Proudhon, mesmo que de inspiração anarquista.<sup>80</sup> Por outro lado, a mídia também explorava o cansaço do imperador, como se simbolizasse a fadiga do regime. A imprensa da Corte teve papel crucial em propagar a imagem de Pedro II como monarca exaurido do poder. Mas essa construção se amparava, evidentemente, na realidade, pois, devido ao diabetes, o monarca passou a dormir não apenas nas reuniões dos ministérios, mas em várias ocasiões, como nas sessões do Instituto Histórico, salas de espetáculo e nos concursos do colégio Pedro II.<sup>81</sup> Observadores contemporâneos, como Carl von Koseritz, consideravam que a perda de vitalidade do Império podia ser observada pelos gestos, trajés, feições e tudo o mais que se relacionava aos cortesões e monárquicos.<sup>82</sup>

Nabuco, apesar de político monarquista, estava imerso nesse ambiente de críticas à monarquia e de dessacralização da figura monárquica, o principal suporte simbólico do regime.<sup>83</sup> Ele também utilizava as linguagens desse ideário político, que acabavam sinalizando o quanto a monarquia estava em crise. Como Maria Teresa Chaves de Mello nos lembra, os monarquistas também se converteram ao novo repertório intelectual.<sup>84</sup> Desde a década de 1860, com o aumento da demanda de reformas por parte dos liberais, os políticos imperiais passaram a demandar não só a *ordem*, mas também o *progresso*. Por exemplo, um conselheiro de Estado, Tito Franco d’Almeida, era um dos políticos que mais continuava combatendo o poder pessoal do imperador.<sup>85</sup>

<sup>80</sup> Id., *ibid.*, pp. 138-139.

<sup>81</sup> Id., *ibid.*, p. 136.

<sup>82</sup> Carta de Carl von Koseritz em que relatou a chegada da corte para a abertura das câmaras, em 1883. Apud M. de S. Neves, “Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III, pp. 143-144.

<sup>83</sup> L. M. Schwarcz, *op. cit.*, p. 409-444; M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento...*, p. 8.

<sup>84</sup> M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento...*, p. 9 e “A Modernidade Republicana”, p. 29.

<sup>85</sup> Os seus textos foram tão profundos nas acusações que foram utilizados pelos próprios republicanos na justificativa para a implantação da república, pois se um conselheiro de Estado criticava tanto o regime muito mais poderiam fazer os rivais. Por isso, o antigo diretor do Partido Liberal do Pará se sentiu na obrigação de justificar as suas críticas e, ao mesmo tempo, de se retratar das acusações que fez à figura e à pessoa de Pedro II, até a sua morte em 1895. Muitos desses textos, em boa parte artigos publicados em *A Província do Pará*, foram coligidos em *Monarquia e Monarquistas*.

Apesar de haver cooperado no rol de críticas ao imperador da década de 1880, o objetivo de Nabuco era justamente alertar para os seus erros, a crise do Império e as consequências da não adoção ou falha na execução das reformas.<sup>86</sup> Daí que em *O eclipse do abolicionismo* Nabuco defendeu a abolição completa, imediata e feita por ato do imperador, como meio de fortalecer a sua própria imagem como estadista.

Nos dois primeiros livretos da série, Nabuco criticou a queda do gabinete Dantas, pois implicou, ainda mais após a ascensão de Cotegipe, no *eclipse do abolicionismo*. O terceiro foi um combate à reforma eleitoral. Daí as considerações sobre as *eleições liberais*, ocorridas após a lei de 1881, e as *eleições conservadoras*, as anteriores. Assim como o regime social continuava “caracterizado por fraquezas, covardia, indiferença e vícios”<sup>87</sup>, a representação permaneceu a “prostituição do voto”, “simulação política”, “mentira científica”, já que continuaram sendo garantidas as candidaturas oficiais.<sup>88</sup> O número de votos dos conservadores nas eleições após a reforma eleitoral expressaria a pressão dos senhores de escravos e a dependência dos empregados públicos.<sup>89</sup>

Por outro lado, Nabuco, observou como as divisões no Partido Liberal contribuíam no fracasso de suas próprias propostas, além do insucesso no pleito.<sup>90</sup> Os senadores liberais sofriam de falta de atitude e mesmo os presidentes de conselho do Partido Liberal não conseguiam exercer sua liderança; por isso, o partido tinha a “imagem de um decapitado”. Por fim, os liberais não conseguiam eleger para deputado os seus melhores nomes. Para Nabuco, o ministério Dantas ficou sozinho, já que muitos dos seus melhores auxiliares tinham sido vencidos nas urnas.<sup>91</sup>

<sup>86</sup> Foi na longa viagem que fez à Europa, de setembro de 1873 a agosto de 1874, que Nabuco se aproximou da monarquia como forma de governo, até porque passou a odiar o jacobinismo. Quando residiu na Inglaterra, em 1877, após ser removido para a Legação em Londres, chefiada pelo barão de Penedo, as suas apreciações sobre o parlamentarismo inglês fizeram-no de fato um monarquista. J. Nabuco, *Diários*, pp. 22-23.

<sup>87</sup> J. Nabuco, *Eleições liberais e eleições conservadoras*, pp. 55-58.

<sup>88</sup> Nabuco nem mesmo mencionou que nas eleições de final 1884 três republicanos foram eleitos para a Câmara: Campos Salles, Prudente de Moraes e Álvaro Botelho.

<sup>89</sup> O mesmo diagnóstico ele havia expressado pouco antes a Allen ao comentar a sua derrota na eleição de 15 de janeiro 1885. Carta de Joaquim Nabuco a Allen, Pernambuco, 23 de janeiro de 1886, in: L. Bethell, J. M. de Carvalho, *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos...*, p. 269.

<sup>90</sup> J. Nabuco, *Eleições liberais e eleições conservadoras*, pp. 48-49.

<sup>91</sup> Id., *ibid.*, pp. 50-52. Foram derrotados na eleição, além dele próprio, amigos seus, como Homem de Mello e Gavião Peixoto, e políticos que admirava, como Tomás Coelho. Carta de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, London, 2 de janeiro de 1882, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 64-65.

Na série *Série para o Povo – Propaganda Liberal*, Nabuco começou com o combate à lei de 1885 e terminou na abordagem de problemas internos ao Partido Liberal. A trilogia acabou sendo um balanço crítico do fracasso dos liberais em efetuar seu programa. Não conseguiam realizar as reformas propugnadas e quando as executavam, como no caso da reforma eleitoral de 1881, era de maneira distorcida. Apesar da série ter sido supostamente redigida “para o povo”, era a seus partidários que Nabuco escrevia, ainda mais que novamente ele estava fora do parlamento.

Emerso neste mesmo panorama, embora com perfil político distinto, o visconde de Ouro Preto fazia o mesmo tipo de reclamação sobre o Partido Liberal – ou de conclamação à reflexão por parte de seus correligionários. Tinha, porém, a vantagem de ser um dos líderes da agremiação política e poder bradar suas idéias e preocupações da Câmara vitalícia. A ascensão do gabinete Cotegipe e seu êxito em aprovar a lei de 1885 abriram feridas aparentemente fechadas entre os liberais. A própria noção muito propalada entre os conservadores de que o projeto de Cotegipe contava com um acordo entre “os centros dos dois partidos” incomodava aos políticos da ala moderada como Ouro Preto. Ele fez questão de provar que não partilhava desde acordo; por isso, atacou vários pontos do projeto. Reiterando sua própria liderança entre os liberais moderados, argumentou que a falta de obediência às chefias e a facilidade do Partido Liberal em se fragmentar permitia que os conservadores fossem “os promotores das reformas apregoadas pelos liberais”. Faltava união ao Partido Liberal. Seus membros não tomavam a dianteira na execução das reformas, para as quais nem se organizavam. Dias antes da passagem da lei, Ouro Preto falou da “lição amarga” que ela encerrava a todos os liberais.<sup>92</sup> Para endossar seu diagnóstico dos problemas internos ao partido, repetiu trechos de um discurso seu, de 27 de janeiro de 1879, explicando que: “a principal causa dos desastres do nosso Partido, tão forte em número, ilustração, energia, dedicação e patriotismo está nas divergências que nele se levantam, frequentemente, por questões de amor próprio e orgulho pessoal, e na falta de disciplina”.<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, sessão de 22 de setembro de 1885, *Discursos parlamentares*, pp. 315-332.

<sup>93</sup> Id., *ibid.*, p. 333.

Nabuco e Ouro Preto, por meios distintos, atentavam para os mesmos problemas internos ao Partido Liberal porque estes foram intensificados em razão de dois fatores: o descontentamento de parcela expressiva dos correligionários com a eleição direta e o próprio ambiente de radicalização do reformismo dos anos 1880. Na esfera estatal, o fracasso das reformas tinha um efeito: a perda de legitimidade do próprio regime, e justamente num momento em que crescia a propaganda republicana.

A reforma eleitoral de 1881 pouco atendeu às expectativas dos liberais. Apesar da concordância em relação à eleição direta, como já vimos, eles divergiram em relação a vários itens, como a exclusão dos analfabetos. Até mesmo os conservadores foram atingidos pelos critérios mais rígidos de comprovação da renda. O fracasso da lei Saraiva acabou acentuando a descrença nas instituições monárquicas.<sup>94</sup> Além disso, a propaganda desenvolvida pelo Partido Republicano em comícios, conferências e imprensa contribuiu para criar em certos meios, sobretudo nos intelectuais, uma “opinião pública favorável à idéia republicana”.<sup>95</sup> O crescimento da adesão ao republicanismo, somado ao pouco sucesso das reformas, levou a uma progressiva desafeição ao regime ao longo dos anos 1880.<sup>96</sup> Para o conjunto da população, a monarquia passou a significar o atraso pela manutenção da escravidão, pelas reformas emperradas, sendo Pedro II, cada vez mais satirizado pela imprensa, apodado de “Emperrador”. Enquanto isso, a república aparecia como uma solução de progresso, de evolução em sintonia com uma civilização de cidadãos soberanos.<sup>97</sup>

Por outro lado, ainda que estivesse definido em torno de 1850, o processo de enraizamento social da monarquia sempre permaneceu tenso. O maior exemplo das dificuldades em estabelecer um sistema nacional de dominação com base na solução monárquica, para José Murilo de Carvalho, estaria já nas rebeliões regenciais.<sup>98</sup>

De fato, no Brasil, não se desenvolveu um corpo doutrinário monarquista nem mesmo nos anos finais do regime. Segundo Maria de Lourdes M. Janotti,

---

<sup>94</sup> E. V. da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, p. 410.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, p. 458.

<sup>96</sup> M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento...*, pp. 17-106.

<sup>97</sup> Id., *ibid.*, p. 8.

<sup>98</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*, pp. 249-250.

“somente houve monarquistas na fase final do regime” e nunca existiu uma teoria do regime monárquico no Brasil.<sup>99</sup> A monarquia brasileira nunca contou com uma ideologia de legitimação e sustentação. Essa lacuna se devia a diversos fatores e que iam muito além da divisão em liberais e conservadores. Havia clivagens maiores no interior de cada partido. Em certas ocasiões, alianças inusitadas eram estabelecidas, como, por exemplo, a União Conservadora, dirigida por Antonio Prado desde 1876, por meio da qual conservadores de São Paulo passaram a se aliar ao Partido Republicano. Inicialmente, a aliança visava fins eleitorais, mas provocou uma série de cisões. Desde então, João Mendes de Almeida percebeu que as instituições estavam ameaçadas. Buscando sustentá-las, ele lutou pela purificação do Partido Conservador. Em outros estados, membros do Partido Liberal fizeram o mesmo.<sup>100</sup> Muitos esforços foram empreendidos pelos liberais visando expurgar elementos estranhos e se manter coerentes.

Essa intensificação das clivagens no interior dos partidos, sobretudo do Liberal, era fomentada pelo fracasso das reformas, assim como também o causava. A radicalização reformista levou a dissidências maiores do que seus avivadores poderiam imaginar. E ainda fornecia fermento para a propaganda republicana, que explorava a dificuldade prática, ou mesmo falência, das instituições monárquicas de atenderem às demandas reformistas de seus próprios políticos. Foi a questão da extinção da escravidão que, nesta conjuntura, levou aos debates mais cruentos, ferindo melindres. As idéias e atuações de Joaquim Nabuco e Ouro Preto, opostas tanto antes como depois da lei de 13 de maio, são exemplares a este respeito. Observando um pouco mais de perto as posições do visconde, vejamos as nuances dessas duas orientações.

### **Posições do visconde de Ouro Preto diante da extinção da escravidão**

Afonso Celso de Assis Figueiredo jamais tomou posição de destaque em relação à reforma da mão de obra. Apenas quando o emancipacionismo começou a perder terreno para o abolicionismo, o futuro visconde de Ouro Preto passou a se expressar sobre o tema no Senado. Em discurso de 1882, durante o gabinete

---

<sup>99</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 260.

Martinho Campos, pela primeira vez, ele participou das discussões sobre esta reforma, dizendo-se emancipacionista. Explicou que apoiava “a emancipação, mas sem abalo nem comprometimento dos altos interesses do Estado”. Reportou-se à sua experiência de ministro da Fazenda sob o gabinete Sinimbu e, fiel às suas idéias daquele momento, afirmou que o governo deveria tomar a frente na substituição do trabalho escravo para o livre, compensando a diminuição de braços escravos pela entrada de trabalhadores asiáticos para a lavoura, principal fonte da receita pública. Também exortou o ministro da Agricultura, Pádua Fleuri, que se detivesse na questão mais séria e grave do momento, a do elemento servil, até porque a colonização européia não ocorria em “escala que compens[ass]e os braços que a lavoura” pedia todos os dias.<sup>101</sup>

Antes de convocar Dantas para assumir gabinete e encaminhar nova reforma referente à mão de obra, Pedro II convocou chefes de ambos partidos para reuniões isoladas em que expusessem seu ponto de vista sobre a questão. Como outros chefes já haviam feito, Ouro Preto apresentou um breve resumo, no Senado, de sua conferência com o imperador. Ele afirmou haver se colocado a favor de um novo gabinete e a um “maior impulso ao movimento emancipador da lei de 28 de setembro de 1871”, desde que “*de par com a garantia da propriedade reconhecida por lei e a segurança pessoal dos proprietários*”.<sup>102</sup> Favorável à indenização, Ouro Preto esposava a opinião então majoritária entre seus partidários.<sup>103</sup> Por outro lado, temendo a anarquia, ele fazia coro à demanda de boa parte dos conservadores, como Cotegipe e Andrade Figueira: ao Estado, antes de tudo, cabia garantir a ordem. Por isso, embora considerasse o projeto Dantas pouco ajustado à realidade, ele foi um dos primeiros a defendê-lo por considerá-lo um “mal menor” face ao que poderia advir, pois

---

<sup>100</sup> Id., *ibid.*, p. 260.

<sup>101</sup> V. de Ouro Preto, A. C. de A. Figueiredo, sessão de 15 de maio de 1882, *Discursos parlamentares*, p. 259.

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, sem data da sessão, p. 261.

<sup>103</sup> Pouco depois, Ouro Preto elaborou um parecer, que apresentou no Senado, em presença de Dantas. Previa uma indenização, a ser calculada sobre o valor do escravo declarado em nova matrícula, de livre escolha do proprietário entre duas opções: ou em serviços do liberto por tempo não excedente a 7 anos ou em títulos da dívida pública, de juro módico e amortizáveis em certo prazo. O senhor teria também o direito de designar o escravo a ser libertado. *Ibid.*, pp. 284-285. Apesar de Dantas haver declarado que estudaria emenda que modificasse o seu projeto, desde que



o abolicionismo é uma temeridade; o *statu quo* insustentável; na emancipação tão rápida e tão larga, como permitirem a prudência e os recursos do país, estão não só a tranqüilidade e a segurança do presente, como o progresso e a felicidade do futuro. O *status quo* não pode manter-se; ninguém se iluda. Quaisquer fossem as causas determinantes desse fato, a propaganda libertadora desenvolveu-se, ganhou terreno, e hoje impõe-se a todos os espíritos. Agora só resta encaminhá-la e dirigi-la de modo a atenuar os sacrifícios dos interesses, que ela combate, e impedir que se desvaire.<sup>104</sup>

Como a “propaganda libertadora” havia chegado “a todos os recantos do país”, ecoando “em toda parte”, fomentando esperanças e despertando receios, cabia apoiar qualquer proposta governamental que encaminhasse a emancipação. Ouro Preto fez questão de esclarecer aos demais senadores que ele, no entanto, não se convertera em abolicionista e continuava defendendo a indenização. Embora a propriedade escrava não tivesse os mesmos fundamentos que as demais, pois não se assentava em lei natural ou divina, mas apenas na lei escrita, o governo deveria garantir a indenização.<sup>105</sup>

A tomada de postura pró-emancipação somente depois do estourar do movimento abolicionista foi um motivo para que Joaquim Nabuco atacasse ainda mais Ouro Preto, a quem já qualificara de ambicioso, ganancioso e especulador.<sup>106</sup> Como vimos, desde a sua estréia parlamentar, Nabuco se indispôs contra Afonso Celso, posto que combater o ministro da Fazenda era um meio de se colocar na oposição ao vacilante governo Sinimbu, particularmente moroso em relação às reformas.<sup>107</sup> Daí que nem mesmo o fato de ter se posicionado a favor do projeto Dantas foi suficiente para que Nabuco reconhecesse a iniciativa de Ouro Preto, raramente verificada, em se afastar da maioria do Partido Liberal. Esse era mais um problema: Ouro Preto se tornou prócer dos poucos senadores liberais que, ainda que não concordassem, consentiram com a não indenização e ainda tentaram convencer os conservadores a apoiar Dantas, apelando para o discurso da

---

não prevesse indenização pecuniária, ele não aceitou alternativas como esta de Ouro Preto porque os próprios liberais começaram a alegar que indenização em serviços era “mera burla”.

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, sessão de 20 de março de 1885, p. 263.

<sup>105</sup> Id., *ibid.*, pp. 263-269.

<sup>106</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, Brighton, 4 de outubro de 1882, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 73-74.

<sup>107</sup> De seu lado, o futuro visconde não deixava por menos. Rebatia os ataques com ironias ao novo parlamentar, que não estaria à altura de seu falecido pai, pois fazia muitos rodeios em seus longos discursos, citando muitos autores estrangeiros e fugindo aos assuntos em pauta, por não conhecer exatamente os princípios liberais de que tentava se fazer expoente. As tiradas sarcásticas de Ouro Preto faziam com que parlamentares mais maduros saíssem em defesa do jovem Nabuco.

minimização dos abalos à ordem pública. De fato, Ouro Preto conclamava os conservadores a “um acordo sobre tão importante assunto”, útil ao país e conforme o espírito do tempo.<sup>108</sup> Para concitar conservadores mais renitentes, como Paulino José Soares de Sousa, Ouro Preto explicou sua própria mudança de opinião: passara a apoiar a emancipação sem indenização em razão da “agitação que abala todos os espíritos, da inquietação que perturba todos os ânimos, incertos do futuro”.<sup>109</sup>

Por atitudes pragmáticas como esta, Ouro Preto jamais foi reconhecido como defensor da abolição ou mesmo da emancipação. Ao contrário, quando abriu mão da indenização pecuniária e ofereceu meios alternativos de indenização em seu parecer, foi para conter o abolicionismo, do qual elementos de seu partido tomavam papel de destaque, a começar por Nabuco. O parlamento tinha que encaminhar a questão da mão-de-obra, “para não continuar a ser agitada na praça pública”.<sup>110</sup> Por outro lado, Ouro Preto apoiou o projeto Dantas por partidarismo, pela situação liberal, que visava manter.

Já quando subiu Cotegipe, devido à volta dos conservadores ao poder, Ouro Preto tentou criar embaraços à tramitação de seu projeto. Todavia, não logrou convencer seus pares nem mesmo com os longos discursos sobre a inconstitucionalidade de destinar 5% sobre todos os impostos gerais, exceto o de exportação, para constituírem o novo Fundo de Emancipação. Apesar de evocar seu conhecimento sobre as finanças, era sobretudo como senador, então da oposição, que Ouro Preto utilizava amplamente o direito de interpelação. Por isso, assim como Nabuco havia feito, Ouro Preto destacou pontos em que a lei de 1885 seria pior que a de 1871. Por exemplo, antes o escravo podia obter a manumissão por meio da locação de seus serviços durante 7 anos; com a nova lei este prazo seria elevado para quase o dobro.<sup>111</sup>

Ouro Preto até aproveitou a ocasião para apresentar no parlamento suas propostas já esboçadas no opúsculo *Statu liber*, sobre o estado jurídico assim denominado pelos romanos, intermediário entre a escravidão e a liberdade. No *status liber*, o possuído passaria a ser liberto, embora condicional, e não mais

---

<sup>108</sup> V. de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, pp. 268-279.

<sup>109</sup> Id., *ibid.*, sessão de 2 de julho de 1885, p. 281.

<sup>110</sup> Id., *ibid.*, p. 320.

<sup>111</sup> Id., *ibid.*, pp. 301-333 e sessão de 22 de setembro de 1885, pp. 327-328.

rigorosamente escravo. Adquiria direitos, como o de fazer aquisições para si. Passava a ser protegido, para não ser mais reduzido à escravidão e, por isso, não podia ser vendido, alienado, hipotecado, adquirido por usucapião, além de não ser mais passível de açoites. Em contrapartida, também tinha deveres de pessoa livre, como a responsabilidade pessoal e direta por seus delitos.<sup>112</sup> Por mais que se amparasse em nomes como Perdígão Malheiros, Ouro Preto não levou adiante as proposições desta imbricada proposta, que traria uma série de alterações jurídicas nas relações entre senhor e escravo.

Em vão, até mesmo pelas numerosas contra-argumentações de Cotegipe, Ouro Preto propôs alterações quantitativas, como nos valores da tabela de preços de escravos, tempo de sujeição à prestação de serviço e diminuição dos impostos aplicados ao novo Fundo de Emancipação.<sup>113</sup> Como não conseguiu qualquer emenda para o projeto, continuou no empenho de retardar a sua aprovação. Dado este intuito, pedia mil e um esclarecimentos a Cotegipe sobre o projeto. O presidente do Conselho tergiversava, principalmente nos questionamentos financeiros, como sobre os recursos para o estabelecimento de colônias para emprego dos libertos sem ocupação. Embora soubesse que sua opinião estava vencida e que nem todos os itens do projeto seriam aplicados, nunca o senador Afonso Celso criou tantos embargos a um projeto. Agia assim menos por abolicionismo do que por liderança partidária, ou melhor, “por um dever de partidista que me prezo ser”.<sup>114</sup>

Assim como Joaquim Nabuco, Ouro Preto entrou em contendas acerbadas com Cotegipe. Todavia, o diferencial é que Ouro Preto ateu-se à sua atividade parlamentar, não extravasando mais suas opiniões ao público, nem mesmo sob a forma de opúsculo. Após sua aprovação, continuou combatendo a lei 3.270, particularmente em relação ao Fundo de Emancipação. Junto com Dantas, propôs a eliminação dos 5% adicionais sobre os impostos, estimando economia de uma despesa de 4.500 contos.<sup>115</sup> Contudo, além de se circunscrever ao parlamento, alguns de seus argumentos encaminhavam-se em sentido exatamente inverso ao de Nabuco. Por exemplo, sobre o Fundo de Emancipação, argüiu que era iníquo

<sup>112</sup> Id., *ibid.*, pp. 316-317.

<sup>113</sup> Id., *ibid.*, p. 318 e sessão de 22 de setembro de 1885, pp. 319-320.

<sup>114</sup> Id., *ibid.*, sessão de 22 de setembro de 1885, p. 333.

<sup>115</sup> A medida foi recusada pela comissão do orçamento, cujo relator era Paulino Soares de Sousa.

que continuassem a concorrer para pagamento da liberdade de escravos alheios os senhores que já haviam libertado os seus escravos gratuitamente.<sup>116</sup> Jamais aceitou que qualquer medida que visasse solucionar a questão da mão de obra onerasse a “Nação inteira” em benefício de “certo número de escravos”.

Ouro Preto e Nabuco tiveram posturas diferentes em relação à reforma da mão de obra porque distintas eram suas orientações políticas e, por conseguinte, os fatores que estabeleciam como prioridade governamental. Baseando-se sempre pelo que definia como “programa de economias largas”, o único capaz de equilibrar o orçamento, Ouro Preto dava primazia ao erário e às reivindicações das classes produtoras, geradoras de receita. Estas deveriam ser o cerne as preocupações do Estado. Ele não era o tribuno de uma causa, como Nabuco sempre fez questão de se apresentar, mas líder partidário e estadista. Daí que só aceitou o abolicionismo quando o movimento ganhou de vez a opinião pública e a extinção do cativo se tornou inevitável. E esta ampliação do espectro abolicionista levou a uma atitude mais incisiva, e enfim terminal, por parte do Executivo central.

### **Redimensionamento do abolicionismo e a Lei de 13 de Maio**

O movimento abolicionista teve um segundo momento decisivo, em 1887, coincidente com a entrada no país de grande afluxo de imigrantes devido à crise italiana. Desde o final de 1886, ainda sob o gabinete Cotegipe, com a revogação da pena os açoites, mais uma lei deu um golpe na escravidão, pois a punição exemplar era o principal meio de conter as fugas de escravos.<sup>117</sup> A lei de 15 de outubro de 1886, além de extinguir a pena de açoites, determinou que: “ao réu escravo serão impostas as mesmas penas decretadas pelo Código Criminal e mais legislação em vigor para outros quaisquer delinquentes”.<sup>118</sup> Os proprietários de escravos reagiram, pois, mais uma vez, o governo se imiscuia num direito

<sup>116</sup> Id., *ibid.*, pp. 333-341.

<sup>117</sup> A abolição dos castigos corporais foi estimulada, no plano externo, pela extinção da escravidão em Cuba, e, no interno, pela denúncia de Joaquim Nabuco, nas páginas de *O País*, da morte de dois escravos que haviam sido condenados a 300 açoites em Paraíba do Sul. M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*, p. 29.

<sup>118</sup> Lei n° 3.310, de 15 de outubro de 1886, art. 1°.

senhorial. Além disso, como a lei foi pouco respeitada em municípios do interior, o ímpeto dos abolicionistas foi reacendido.

As atividades de clubes e jornais foram recrudescidas, ao passo que se tornaram mais freqüentes os comícios, que reuniam centenas de pessoas em ruas de grande circulação. Esta foi a primeira vez na história do país que se viu algo próximo de um movimento popular autêntico, quando a opinião pública pioneiramente se organizou.<sup>119</sup>

A primeira grande marca do movimento abolicionista deste momento foi a expressiva atuação no meio rural, especialmente no interior paulista e fluminense. Nestas regiões a rebeldia escrava atingia níveis inéditos, com insurreições, fugas em massa, ocupação de terras disponíveis, destruição de lavouras, assassinatos de senhores, feitores e capitães-do-mato. Este panorama levou ao desgoverno das fazendas, à desorganização da produção, à disseminação da desordem e ao pânico entre muitos proprietários. Cocheiros, ferroviários e barqueiros transportavam clandestinamente escravos para os quilombos. Muitas destas ações eram incentivadas pelos caifazes, que cada vez mais atraíam alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. Diversificando sua atuação, o grupo lançou o jornal *A Redenção*, em janeiro de 1887.

Os proprietários reagem de diversos modos, processando abolicionistas, por atos de sedição, e chamando forças policiais para restabelecer a ordem. Ainda de maneira oficial, vários apresentaram representações de queixa ao governo. Já outros reagem violentamente, organizando milícias privadas e ordenando o assassinato de escravos rebeldes e abolicionistas. Havia também senhores que negociavam, através das alforrias condicionais.<sup>120</sup> Outros, ainda, concediam cartas de alforrias coletivas, prática que se intensificou no ano seguinte, diante do fim iminente da escravidão.<sup>121</sup> Em acréscimo, alguns proprietários de terras aderiram à

<sup>119</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 322 e p. 411.

<sup>120</sup> E. V. da Costa, op. cit., op. cit., pp. 334-338; M. O. Basile, op. cit., pp. 287-288.

<sup>121</sup> A expansão das alforrias senhoriais coletivas às vésperas da abolição foi tematizada em *Memorial de Aires*, o último romance de Machado de Assis, publicado em 1908. O barão de Santa-Pia, um dos senhores de Paraíba do Sul, no Vale do Paraíba, vem à corte para consultar seu irmão, o desembargador Campos, “sobre a alforria coletiva e imediata” de seus escravos. Campos se opõe, “uma vez que condenava a idéia atribuída ao governo de decretar a abolição”. Ao perguntar ao irmão porque ele se antecipava em alforriar todos os seus escravos, este lhe respondeu que: “— Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso”. Machado de Assis, *Memorial de Aires*, p. 39. A fala do personagem remete a uma maneira

causa, chegando a dar acolhida e alimentação aos fugitivos. Outros foram partícipes dos planos de fuga elaborados pelos caifazes, particularmente em direção ao Quilombo de Jabaquara, em Santos.

A segunda marca desta reativação do movimento abolicionista foi a maior adesão de parlamentares, tanto liberais, que pediam formalmente à Coroa o fim do cativeiro, como conservadores. Entre os últimos, destacamos Antonio Prado, o líder dos conservadores paulistas. Teve bastante repercussão na época o seu ato de libertar todos os seus escravos, aumentando a influência que ele já exercia sobre os proprietários paulistas. No final de 1887, estes concordaram em libertar os escravos da província, com a condição de prestarem serviços até o Natal de 1889. Eduardo Prado logo entrou em contato com Joaquim Nabuco, comunicando o entendimento conseguido por seu irmão e lhe propondo pressionar os donos de escravos do Rio de Janeiro para que imitassem o exemplo dos paulistas.<sup>122</sup> Nabuco, porém, se colocou contrariamente à proposta na Câmara, prosseguindo na defesa da abolição imediata e incondicional.

O abolicionismo de Antônio Prado se tornou notório porque o líder conservador, que mantinha conexões com republicanos paulistas, era ministro de Relações Exteriores, sob o gabinete Cotegipe. Além disso, através do jornal *Correio Paulistano*, do qual era proprietário desde 1879, Antônio Prado iniciou os contatos com sócios do Partido Republicano Paulista. Embora esposasse uma posição minoritária entre os políticos do Império, Antônio Prado considerava que cabia à monarquia brasileira promover a transição pacífica e ordeira para a república. Ele conseguiu com que o PRP, além de passar a defender formalmente a abolição, estimulasse seus membros a libertar seus escravos até 14 de julho de 1889.<sup>123</sup> Como efeito colateral, a bandeira abolicionista conferiu aos republicanos novo triunfo em seu combate ao Estado imperial, que atrasava o desenvolvimento do país, deixando-o defasado na marcha do século. A demanda por *progresso* acabou se sobrepondo ao discurso de legitimação pelo viés da *ordem*.

---

do senhor impor a sua vontade e fustigar a nova interferência do Estado em uma prerrogativa sua. A intervenção da esfera pública em âmbito privado não passou sem efeitos para a ordem imperial.

<sup>122</sup> Apud C. Nabuco, op. cit., p. 217. Eduardo Prado conheceu Nabuco em 1876, quando este era adido de legação. C. Motta Filho, *A vida de Eduardo Prado*, pp. 69-70.

<sup>123</sup> M. O. Basile, op. cit., p. 288.

Pertencente a uma das mais tradicionais famílias paulistas, a atuação de Antônio Prado teve peso ímpar para o desfecho que a questão da escravidão teve no país. Não se tratava de um abolicionismo barulhento, causador de impacto, mas de uma postura abolicionista que foi capaz de estabelecer alianças poderosas e compromissos sólidos para a real eliminação da escravidão em província extremamente estratégica para a economia nacional. São Paulo já se destacava como pólo econômico do país, além do Partido Republicano ser ali mais forte e organizado, com seções em muitas cidades do interior. Em sua província, Antonio Prado conseguiu capitalizar elementos díspares em torno da extinção da escravidão. Na Corte, liderou os senadores dissidentes que se coligaram com os liberais abolicionistas.

Além das marcas acima, outro fator que teve peso decisivo para que a Coroa tomasse a iniciativa de um projeto de abolição imediata foi o fato do Exército se negar a capturar escravos fugidos. A instituição estava passando por um processo crescente de politização, como se observa pela criação do Clube Militar, em junho de 1887. Em 25 de novembro, uma comissão do Clube Militar, presidida por Deodoro, redigiu à Princesa Isabel, então regente, uma petição solicitando que os militares não fossem mais empregados para capturar escravos fugidos.<sup>124</sup> Como o documento não foi entregue à destinatária, eles o estamparam em *O País*. Vários militares decidiram não mais realizar tais tarefas. Os proprietários de escravos ficaram em situação difícil para conter as fugas e revoltas em massa de escravos, cada vez mais numerosas, pois as forças policiais eram insuficientes e a Guarda Nacional deixara de ser força militar organizada.<sup>125</sup>

Até esse momento, Isabel tinha assumido duas das suas três regências. A primeira, 1871-72, em razão da viagem do Imperador aos Estados Unidos e à Europa, ocorreu quando o presidente do Conselho era o visconde do Rio Branco. A segunda, 1876-77, em nova viagem do D. Pedro II aos Estados Unidos, com o futuro duque de Caxias na chefia de gabinete. A terceira, 1887-88, com a ida do imperador à Europa para tratamento de saúde, iniciou-se sob o gabinete conservador do barão de Cotegipe. Mas não foi tranqüilo o relacionamento da regente com o presidente do Conselho. Assim que se iniciou a regência de Isabel,

---

<sup>124</sup> T. Monteiro, em *Pesquisas e Depoimentos para a História*, transcreve o texto da petição do Clube Militar, p. 84.

Cotegipe ofereceu sua demissão, não aceita pela princesa.<sup>126</sup> Na biografia histórica que traçou da princesa, Roderick Barman argumentou que quem reinou de fato nas três regências foi o casal d'Eu, sendo que só nessa terceira, Isabel e o esposo se interessaram pelos negócios de Estado e a herdeira do trono se envolveu na promoção de mudanças.<sup>127</sup> Sérgio Buarque de Holanda explicou o quanto Cotegipe ficava exasperado com a influência do conde sobre a esposa. Por exemplo, na conferência de 14 de janeiro de 1888, no Paço Isabel, diante da “sugestão” de Cotegipe para que a princesa deixasse os assuntos políticos a cargo dos partidos, inclusive a campanha abolicionista, o apoio do marido foi fundamental para ela se manter firme diante do chefe de governo.<sup>128</sup> Apesar de ter promulgado a Lei dos Sexagenários, Cotegipe continuava escravista e, claro, se opunha à ação de Isabel, em manifestações a favor da abolição, e de seus filhos, que editavam um jornal abolicionista dentro do Palácio, lugar onde escravos fugidos recebiam proteção. Para o chefe conservador, a princesa escandalosamente se colocava na vanguarda dos abolicionistas.<sup>129</sup>

No começo de 1888, a regente apresentou um interesse sem precedente pelos negócios públicos e a determinação de governar, estando já bem envolvida com a causa abolicionista. De uma participação discreta no movimento abolicionista, ainda que reconhecida por seus ícones – como os ramalhetes de camélias do quilombo do Leblon com quais era presenteada – a princesa se tornou mais ativa, organizando a primeira batalha das flores em fevereiro de 1888.<sup>130</sup>

<sup>125</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, p. 319; M. O. Basile, op. cit., p. 288.

<sup>126</sup> R. Barman, *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*, p. 243.

<sup>127</sup> Id., *ibid.*, p. 242 e p. 251.

<sup>128</sup> S. B. de Holanda, *Capítulos de História do Império*, p. 168 e pp. 238-239.

<sup>129</sup> J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 320-321. Sobre as participações da Princesa Isabel no abolicionismo, A. O. Mattos, *Guarda Negra: A Redemptora e o Ocaso do Império*. Segundo Barman, apesar do movimento abolicionista ter se organizado desde o início da década de 1880, a princesa até 1884 não havia se engajado e tampouco se sentia envolvida na questão abolicionista. Após a Lei dos Sexagenários, de 1885, tendo em vista conquistar o apoio público para o fim definitivo da escravidão, o movimento abolicionista tomou a medida de criar fundos de emancipação particulares para a compra da liberdade de todos os escravos de determinados distritos. Desde então, Isabel passou a se envolver com a causa da abolição, já que esse era o tipo de caridade que lhe agradava. R. Barman, op. cit., pp. 236-237.

<sup>130</sup> E. Silva, *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*, pp. 28-29; A. O. Mattos, op. cit., pp. 39-40. Neste momento se espalhavam pelo país os ecos da moção da Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul. O documento pedia que à nação fosse dada a oportunidade de se pronunciar, desde logo, sobre a destituição da monarquia após a morte de D. Pedro II, pois a herdeira do trono era “casada com um príncipe estrangeiro”. Foi a partir desse momento que Silva Jardim iniciou sua campanha republicana, ainda no calor da revolta pelo ato do governo imperial que destituiu os vereadores de São Borja de seus mandatos.



Por isso, logo a 14 de janeiro, Isabel convocou o presidente do Conselho para uma reunião particular. Cotegipe se recusou a dar mais esclarecimentos à regente sobre a posição do ministério acerca da escravidão, alegando que só às Câmaras daria ciência dos seus procedimentos. Nem assim Isabel o destituiu. Ela só rompeu com Cotegipe em março, após uma violenta repressão da polícia do Rio de Janeiro a uma passeata em favor da abolição. O caso ganhou amplitude porque militares, reunidos em assembléia no Clube Naval, exigiram a exoneração do chefe de polícia e a libertação de um oficial reformado que havia sido detido na ocasião. A princesa pressionou o ministro da Justiça, Samuel Mac Dowell, de modo que Cotegipe se sentiu forçado a pedir exoneração do cargo que aceitara “unicamente por dedicação à causa pública e obediência a S. M. o Imperador”, como esclareceu na carta que leu diante da Câmara comunicando a demissão coletiva do ministério.<sup>131</sup>

A regente não seguiu a praxe de pedir ao presidente que se afastava a indicação de um sucessor, apenas pediu a Cotegipe que convidasse João Alfredo Correia de Oliveira a comparecer no Paço. O novo chefe de governo era também líder do Partido Conservador e havia sido ministro do Império sob o gabinete Rio Branco, ligado à formulação da Lei do Ventre Livre.<sup>132</sup> Além disso, ainda que tivesse defendido a indenização, no último ano João Alfredo estreitara laços com Antônio Prado. O poderio econômico dos Prado em São Paulo, com vasta rede de influência, e a capacidade administrativa de João Alfredo, na Corte, consistia em uma aliança promissora para uma reforma desagradável aos proprietários, arrimo do sistema político imperial.

A maioria liberal, ainda que moderada, atacou a escolha da regente, chegando Silveira Martins a falar em “conspiração do Paço”. Ouro Preto, embora não liderasse grupo de oposição a João Alfredo, mais uma vez se contrariou com a realização prática de um ideal de seu partido por parte dos conservadores. Já alguns abolicionistas de primeira hora exultaram com a ascensão de João Alfredo,

---

Tal repreensão acendeu ainda mais a chama das críticas a um Terceiro Reinado. Durante o governo João Alfredo, outras câmaras acabaram tomando atitude similar, como as de São Simão, Campinas, São Vicente, São João da Boa Vista, Limeira, Ouro Fino, Aiuroca, Curvelo, Rezende e Piraí. E. de Moraes, *Da Monarquia para a República*, p. 69.

<sup>131</sup> Transcrita em T. Monteiro, op. cit., pp. 86-87.

como Joaquim Nabuco, que apelou para o lado emocional: os escravos eram indiferentes aos partidos, tudo valendo a pena pela redenção do cativo. Nabuco então reeditou a posição do pai em 1871: encabeçou a ala de apoio ao ministério conservador que promoveria a reforma relacionada à mão de obra. Diante de um programa de governo que tinha a abolição como meta principal, a questão partidária deveria ficar em segundo plano.

Entre os conservadores, a cisão foi ainda mais grave, até porque, como a abolição seria total, a deserção da bandeira da ordem parecia completa aos ultras. Daí que se esmeraram nos ataques a João Alfredo, um vira-casaca, ainda que poupassem a princesa das críticas. Cotegipe, que se imbuíu como nunca da liderança da “junta do coice”<sup>133</sup>, manteve-se altivo até minutos antes da assinatura da lei por parte da princesa e foi o primeiro a demandar indenização. Aliou a legenda da ordem com a defesa da propriedade em momento de auge da crise do Império.

Nos ataques às incongruências de seus chefes, os conservadores contaram com apoio de alguns liberais. Ouro Preto, embora como protesto pela não ascensão dos liberais, explorou a divisão da alta cúpula conservadora em relação à extinção da escravidão. Obviamente, um de seus alvos de ataque foi Antônio Prado, supostamente interesseiro e infiel a ambas as facções conservadoras, pois havia sido ministro da Agricultura no gabinete Cotegipe, mas agora aceitou a pasta das Relações Exteriores.<sup>134</sup>

O ministério João Alfredo começou logo no dia 10 de março. A regente deu-lhe liberdade para escolher os colegas de gabinete e organizar o seu programa, embora lhe advertisse que objetava a idéia dos escravos terem que trabalhar por

---

<sup>132</sup> Afonso Celso relatou que, logo após convidar João Alfredo para organizar o novo ministério, a princesa dirigiu-se a Cotegipe: “Então, ganhei ou não?”. Cotegipe respondeu em tom de vaticínio: “Vossa Alteza ganhou a partida, mas perdeu o trono”. A. Celso, op. cit., p. 42.

<sup>133</sup> A expressão, que ganhou o parlamento e a imprensa, foi empregada pelo liberal Cristiano Ottoni, quando atacou no Senado a morosidade da Câmara em aprovar o projeto Dantas de libertação dos sexagenários: “O Partido Conservador representa na Câmara temporária a junta do coice que estica os pés dianteiros e enterra o pescoço na canga para que o veículo não dê um passo, a dissidência liberal está representada pela junta de bois posta na traseira do carro, ajudando a resistência. Estas duas resistências unidas estão hoje triunfantes e o carro da reforma está parado”. Sessão de 13 de maio de 1885, apud B. W. de Cerqueira Leite, op. cit., pp. 170-171.

<sup>134</sup> A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, pp. 346-347.

mais alguns anos.<sup>135</sup> Isabel também lhe avisou que não assinaria uma Fala do Trono que não fizesse “promessa de reforma do elemento servil”.<sup>136</sup>

O projeto elaborado por João Alfredo, apresentado à Assembléia Geral em 3 de maio, propunha a abolição imediata, sem indenização, mas com a condição dos libertos trabalharem até a passagem da safra e de permanecerem por seis meses no município em que morassem.<sup>137</sup> Evidentemente, a bancada abolicionista não aceitou as duas últimas condições.<sup>138</sup> No dia 7 de maio foi enviado ao parlamento o novo projeto, curtíssimo, em que se declarava, no primeiro artigo, extinta a escravidão no Brasil e, no segundo, que se revogavam as disposições em contrário. Nada mencionava sobre a sorte dos escravos, porque o fato da abolição ser imediata e sem indenização já era suficiente para deixar os escravistas insatisfeitos. Tamanho era o crescimento do movimento abolicionista, da pressão exercida nas ruas, que o projeto, mesmo tendo sido apresentado como proposta do Executivo, nem sequer foi submetido ao exame da regente antes de ser enviado às Câmaras. Joaquim Nabuco, líder dos liberais que apoiavam o gabinete conservador, visando abrandar a nova dissidência neste momento de votação, traçou breve histórico do Partido Liberal em torno dessa reforma. Concluiu que foi a própria dissidência liberal de 1884, sob o gabinete Dantas, a culpada pela efetivação de mais uma significativa reforma por um ministério conservador.<sup>139</sup>

O único acréscimo feito pela Câmara foi “desde a data desta lei” ao primeiro artigo, para garantir sua imediata validade, pois as leis do Império só eram executadas oito dias após publicadas na corte e três meses após divulgadas nas províncias.

Com inaudita velocidade no parlamento brasileiro, o projeto de lei foi aprovado na Câmara por substancial maioria, de 83 votos a 9. Para esta rapidez teve papel crucial o requerimento de Joaquim Nabuco para nomeação de uma

<sup>135</sup> R. Barman, op. cit., pp. 244-248.

<sup>136</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 92.

<sup>137</sup> Outros projetos haviam sido elaborados. A primeira proposta de João Alfredo, elaborada antes mesmo de assumir o ministério, em fevereiro de 1888, previa cinco anos de cativo e três de aprendizado, durante os quais os ex-escravos trabalhariam para seu antigo senhor recebendo salários módicos, o que era uma forma indireta de indenização. O primeiro a propor a abolição imediata foi Antônio Prado, já ministro da Agricultura, mas os libertos trabalhariam para os antigos senhores mediante pagamento e residiriam por dois anos no município em que se encontravam na data da publicação da lei. Apud T. Monteiro, op. cit., pp. 90-91.

<sup>138</sup> M. O. Basile, op. cit., pp. 288-289.

<sup>139</sup> Id., *ibid.*, pp. 373-374.

comissão especial de cinco membros a fim de dar o parecer sobre o projeto. Ele mesmo compôs a comissão, que logo deu parecer favorável.<sup>140</sup> De nada adiantou Andrade Figueira se opor ao requerimento, baseando-se na disposição regimental, que previa o prazo de vinte e quatro horas para que as comissões se reunissem a tempo de ouvir ambas as partes. Para acalmar a multidão que enchia as galerias pedindo votação imediata, a Câmara aprovou o Requerimento Duarte.<sup>141</sup> Enfurecido, Figueira fez sua famosa afirmação de que “a majestade do recinto” fora convertida em “circo de cavalinhos” pela invasão de pessoas que lhe eram estranhas.<sup>142</sup>

No Senado, onde também foram dispensados certos trâmites regimentais, os oposicionistas igualmente pouco puderam se manifestar. Assim como Figueira na Câmara, Cotegipe, o chefe da ala conservadora pró-escravidão no Senado, alertou para o risco que as instituições imperiais sofriam ao se violar um direito de propriedade que nem mesmo a Constituição ousara tocar, no que foi apoiado principalmente por Paulino. Representavam, respectivamente, o Rio de Janeiro e a Bahia, províncias bastante prejudicadas com a extinção imediata e total da escravidão.

Já os senadores liberais opostos à lei pensavam, sobretudo, no enfraquecimento do seu partido. Dias antes, Silveira Martins falara da senda perigosa que se abria para o esvaziamento da outra grande bandeira liberal, pois: “Hoje é na abolição que os conservadores se adiantam, amanhã poderia ser na descentralização”.<sup>143</sup> No entanto, no Senado também a bancada abolicionista, liderada por Dantas, obteve esplendida vitória. Igualmente, em apenas dois dias, o projeto foi aprovado pela Câmara alta, que o submeteu imediatamente para a sanção da regente, que tinha prazo constitucional de um mês para externar sua decisão, mas não esperou nem um dia. A princesa desceu de Petrópolis em pleno domingo e, em sessão extraordinária, foi aprovada a lei que passou a ser chamada de *Áurea*.<sup>144</sup>

<sup>140</sup> J. A. B. Nabuco de Araújo, “Proposta do Poder Executivo que extingue o elemento servil”, sessão de 8 de maio de 1888, *Discursos parlamentares*, pp. 381-382.

<sup>141</sup> Assim denominado porque foi relator do parecer Duarte de Azevedo, que havia sido ministro com Rio Branco em 1871.

<sup>142</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 93.

<sup>143</sup> Apud B. W. de Cerqueira Leite, op. cit., sessão do Senado de 7 de maio de 1888, p. 120.

<sup>144</sup> M. A. Nogueira, op. cit., p. 188; S. M. G. dos Santos, *André Rebouças e seu tempo*, p. 461.

## Legado da abolição

A abolição foi utilizada para enaltecer a monarquia, porém, especialmente, sobretudo entre as camadas mais baixas da população. Os festejos pelo 13 de Maio granjearam apoio particularmente à princesa Isabel, que foi promovida à Redentora dos cativos.<sup>145</sup> A reação popular, por meio da festa, e a validade instantânea da lei, em razão do telégrafo, representaram golpes fundamentais na desarticulação de qualquer possível movimento de resistência, ainda mais que a lei era sem indenização.<sup>146</sup> Para os populares, a abolição, como evento auspicioso, parecia anunciar nova onda de esperança e otimismo, capaz de restaurar a crença na sociedade brasileira.<sup>147</sup> As variadas e grandiosas formas de comemoração, como a missa campal do dia 17 e a marcha cívica do dia 20, reuniam pessoas de diferentes estratos sociais, algumas sem a menor participação no movimento abolicionista, mas que então se uniam à multidão nas demonstrações públicas de apreços aos membros da dinastia.<sup>148</sup>

O próprio ato, pleno de simbolismo e interesse, de José do Patrocínio, jogando-se aos pés da princesa imediatamente após a assinatura da lei já anunciava uma nova simbologia no ar. De fato, o “Tigre da Abolição”, que às vésperas da abolição se tornara monarquista, criou a Guarda Negra, organização composta de negros e mulatos ex-escravos, supostamente para defender a Princesa e garantir o Terceiro Reinado. Elaborava-se simbolicamente a mudança, sendo a abolição apresentada como obra de refundação nacional. A encenação destes espetáculos de teatro social visava preparar o caminho para o novo reinado porque a lei de 13 de Maio criou vários descontentamentos, ao desestruturar alianças, a começar pelo apoio dos grandes proprietários ao trono. Alguns se tornaram

<sup>145</sup> Sobre o papel de José do Patrocínio em construir a imagem da Princesa Isabel como a redentora dos escravos, em analogia a Cristo como redentor dos homens, ver R. F. Moraes, *As festas da Abolição na corte em maio de 1888*, Tese de Doutorado em História/PUC-Rio, pp. 65-67.

<sup>146</sup> E. Silva. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”, in: M. A. Pamplona (org.), *Escravidão, exclusão e cidadania*, p. 111.

<sup>147</sup> M. H. T. P. Machado, “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III, p. 369.

<sup>148</sup> O inverso também aconteceu: nos meses seguintes, em diversas cidades de São Paulo, houve manifestações de libertos que se opunham à versão de que a abolição fora obra do governo, tendo sido, ao contrário, uma conquista do povo e do Exército. Embora esses comícios tenham sido escassos, ainda mais se comparados às variadas e numerosas manifestações de gratidão à dinastia,

indiferentes à sorte da monarquia, outros constituíram os chamados “republicanos do 14 de maio”, como os chamou José do Patrocínio. A adesão ao republicanismo de ex-proprietários ressentidos levou à organização de partidos republicanos em províncias como Maranhão, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.<sup>149</sup>

Portanto, a princesa ganhou crédito entre o povo, mas perdeu legitimidade junto aos partidos e o apoio da elite econômica. Tanto assim que, pouco após a passagem da lei de abolição, sempre muito confiante em João Alfredo, a regente lhe pediu: “– Veja se já um meio de contentar os fazendeiros. Eles queixam-se tanto”.<sup>150</sup>

Como Cotegipe alertara, o problema maior não era a abolição em si, pois os proprietários sabiam que a escravidão estava marcada de morte, não só pela pressão da opinião pública e fugas escravas, mas pelas próprias leis emancipacionistas. A revolta contra o governo imperial e a enxurrada de adesão ao republicanismo se deram porque a lei não tocava em indenização. Esta foi a pedra de toque na maneira como a abolição foi feita. Logo após o 13 maio, até mesmo um liberal como Ouro Preto advertiu João Alfredo que, ainda mais com os problemas da safra de 1888, o não atendimento deste interesse iria causar um sacrifício maior ao partido conservador do que a aprovação da lei. E, num plano geral, aumentaria o descrédito das instituições imperiais.<sup>151</sup>

O grupo parlamentar liderado por Paulino e Figueira defendia os interesses de fazendeiros fluminenses de antigas áreas cafeeiras. Para estes representados, a indenização era essencial porque os escravos representavam um terço do valor de suas hipotecas.<sup>152</sup> Embora não prevista pela lei de abolição, algumas indenizações começaram a ser pagas, desde que requeridas, mas logo foram suspensas.<sup>153</sup>

---

contaram com apoio de políticos como Rui Barbosa. M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento...*, p. 248.

<sup>149</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, p. 414. Em novembro de 1888 foram fundados o Partido Republicano de Minas Gerais e o Partido Republicano da Bahia a partir da dissidência escravista, com foco na indenização. Em Minas a corrente que saiu do Partido Conservador e ingressou no Republicano ficou conhecida como “indenistas”. Na Bahia, os contemporâneos falavam de “indenizismo”. Id., *ibid.*, p. 416.

<sup>150</sup> Apud T. Monteiro, *op. cit.*, p. 95.

<sup>151</sup> A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discussão da resposta à Fala do Trono imediata à lei do 13 de maio*, *Discursos parlamentares*, pp. 351-352.

<sup>152</sup> E. V. da Costa, *op. cit.*, p. 362.

<sup>153</sup> M. O. Basile, *op. cit.*, p. 289.

A grande conseqüência do 13 de Maio para o governo imperial, que as festas da abolição e a Guarda Negra parcialmente encobriam, foi a perda de um de seus sustentáculos. O mesmo já havia ocorrido em relação à Igreja, quando da *questão religiosa*, e com o Exército, no que se configurava como *questão militar*. Um dos efeitos imediatos da lei foi o fortalecimento das fileiras republicanas. Como a solução do 13 de Maio não satisfiz plenamente quer a abolicionistas, quer a escravistas, elementos de ambos grupos rivais passaram a defender a república. Tantas foram as adesões de escravistas ao republicanismo que alguns propagandistas republicanos se insurgiram contra os “republicanos de 14 de maio”. Os colaboradores da *Revista Ilustrada*, por exemplo, julgavam que a ação revanchista manchava a áurea de idealismo de seu princípio político.<sup>154</sup>

Por isso, o barão de Cotegipe e o conselheiro Lafaiete se esforçaram para que a indenização fosse fixada em lei, como forma de compensação pela perda da propriedade escrava. Não conseguiram realizar esta empreitada, mas receberam o apoio de liberais, como Ouro Preto, embora ele justificasse a demanda com base na carência de numerário dos lavradores, já que o pagamento de salário tinha elevado os gastos de produção.

João Alfredo, além da profusa distribuição de títulos de nobreza, na esfera simbólica, apostou em uma via indireta, no plano material, através dos bancos hipotecários. A proposta do governo era facilitar o crédito à lavoura, perfazendo um total de 300 mil contos, a prazo longo e juro módico de 5%. O Executivo teve que submeter o projeto ao parlamento até porque, sendo estas instituições recentes e pequenas, as operações tinham que contar com garantia nominal do Estado, para o décuplo do capital emitido em cada letra hipotecária. Antes mesmo dos debates na Câmara, Ouro Preto apoiou a proposta. Já vinha dando seu aval a João Alfredo desde o 13 de Maio, apesar de ter se oposto à lei. Para o visconde, cabia ao governo abrandar o mal, que atingiria a todos, inclusive às instituições. Por isso, no tocante à indenização, apoiou todas as idéias de João Alfredo, como uma anterior de emprestar aos lavradores, sem juro, a soma disponível no Tesouro, proveniente dos impostos que as leis anteriores destinavam ao Fundo de

---

<sup>154</sup> M. T. C. de Mello, Com o arado do pensamento..., p. 240.

Emancipação.<sup>155</sup> Ademais, Ouro Preto chegou a se preocupar com a situação dos ex-escravos. Por isso, embora não tenha apresentado projeto formal algum a respeito, também sugeriu a João Alfredo que tomasse providências neste sentido. Além de apoiar o ministério na rejeição de propostas de parlamentares escravistas para criação de uma legislação especial a fim de conter os ex-escravos, o que qualificou como “providências odiosas”, ainda o concitou a proporcionar educação aos 700 mil libertos, mesmo que através de escolas noturnas. Afeito a números, citou algarismos relacionados ao procedimento dos Estados Unidos para a instrução pública no pós-abolição. Argumentou ainda haver recurso a ser assim utilizado pelo governo central, mas não pelas províncias, incumbidas da instrução primária.<sup>156</sup>

Todavia, no item indenização, João Alfredo sofreu dura oposição de parlamentares que o apoiavam, como vários abolicionistas. Joaquim Nabuco foi o que mais se destacou em fustigar qualquer medida temporizadora com os ex-proprietários de escravos, apesar de seus diagnósticos fatídicos, como, por exemplo: “Eu vejo a monarquia em sério perigo e quase *doomed*. A Princesa tornou-se muito popular, mas as classes [conservadoras] fogem dela e a lavoura está republicana”.<sup>157</sup> Para Nabuco, era muito claro que “a abolição desatou muitos laços, submergiu muitas posições, transformou tudo e abalou todos”.<sup>158</sup> Mas ele não quis ser incoerente com sua luta anterior pela abolição imediata e sem indenização. Havia também rivalidades pessoais, como a influência de Andrade Figueira na idéia dos bancos hipotecários.<sup>159</sup>

A crítica dos abolicionistas, como Nabuco, ao crédito aos ex-proprietários se devia, sobretudo, ao fato de que nenhuma medida foi tomada para a alocação produtiva dos libertos e para algum programa sistemático de assistência social. Todavia, feito o 13 de Maio, os próprios abolicionistas, inclusive Nabuco, não tiveram o mesmo ânimo de luta em relação à incorporação econômica e social dos

<sup>155</sup> A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, sessão de 12 de outubro de 1888.

<sup>156</sup> Id., Discussão da resposta à Fala do Trono imediata à lei do 13 de maio, *ibid.*, pp. 353-354.

<sup>157</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, Rio, 15 de maio de 1888, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 171-172.

<sup>158</sup> Carta de Joaquim Nabuco a José Mariano, Rio, julho de 1888, *ibid.*, pp. 173-176.

<sup>159</sup> J. A. B. Nabuco de Araújo, “Contra o projeto dos bancos de crédito real”, sessão de 10 de julho de 1888, *Discursos parlamentares*, p. 383. Carta de Joaquim Nabuco a Antonio José da Costa Ribeiro, Rio, 17 de julho de 1888, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 176-177.



libertos. Um indicador do esmorecimento do ímpeto do *homem das reformas* é o fato de que praticamente deixou de se corresponder com Allen e outros membros da *Anti-Slavery Society*, da qual era sócio correspondente.<sup>160</sup> Em *O Abolicionismo*, Nabuco já havia vaticinado que a liquidação do “regime servil” daria lugar a “uma série infinita de questões”, sendo “ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância”.<sup>161</sup> Os efeitos do cativo seriam nocivos não só para os escravos como também para os senhores, o que demandaria muito tempo e trabalho para apagar seus vestígios.<sup>162</sup>

Após a abolição, Nabuco percebeu que os próprios ex-escravos encontravam muitas dificuldades, mas em nome deles e em seu interesse não retornou ao combate anterior. Nabuco chegou a dizer, em carta a João Clapp, ex-companheiro de abolicionismo, que após o 13 de maio seriam necessárias “reformas democráticas”, ou melhor, “reformas sociais populares”.<sup>163</sup> Mas ele mesmo não as especificou e tampouco as encaminhou, exceto no sentido em que assim pudesse ser compreendida a federação.

Nabuco chegou a expressar demanda para libertar o ex-escravo da “escravidão do vício e da ociosidade” quando novamente combateu, na Câmara, proposta de subsídio governamental à imigração. Ao projeto aprovado na Câmara, de concessão de 10 mil contos para estimular o influxo de imigração européia, o Senado elaborou emenda que incluía também colonização asiática. Reiterando sua posição e argumentos de 1879, Nabuco se colocou contra a ilusão de que seria possível “combinar a imigração européia com a colonização asiática”. Ainda mais após a abolição, ele se opunha a “que o trabalho dos emancipados pela lei de 13 de maio” fosse “substituído pelo trabalho de uma raça inferior”. Entretanto, apesar de reconhecer que “a educação se faz na prática pela liberdade, pela moralidade e pelo trabalho”, nem indiretamente Nabuco anunciou qualquer proposta para o problema que ele mesmo advertiu: aos escravos que acabavam de sair do cativo

<sup>160</sup> Sobre tal escassez de correspondências após a abolição, ver L. Bethell, J. M. de Carvalho, “Introdução”, op. cit., pp. 40-41.

<sup>161</sup> J. Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 3.

<sup>162</sup> Id., *ibid.*, pp. 142-143.

<sup>163</sup> Carta de Joaquim Nabuco a João Clapp, apud: B. S. A. de Cerqueira, *D. Isabel a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*, p. 153.

não eram oferecidas garantias de trabalho livre.<sup>164</sup> Nabuco e vários outros parlamentares abolicionistas, na prática de suas propostas, operavam com a noção de liberdade negativa: tratava-se de *liberdade de* (da escravidão) e não *liberdade para* (para a integração econômico-social e menos ainda o exercício de cidadania).

Nabuco até apresentou à Câmara um projeto de lei para que se apagasse da legislação penal tudo o que nela se referisse a escravos.<sup>165</sup> Contudo, a proposta de destruição dos livros de matrículas dos escravos, para inviabilizar a indenização, não beneficiaria em si os ex-escravos.<sup>166</sup> Após o 13 de Maio, não se tratava de fazer (pelos ex-escravos), mas de evitar que fizessem (pelos ex-proprietários).

A bancada abolicionista aprovou um projeto de lei que nada mencionava sobre o futuro dos ex-escravos para não ferir os ânimos escravistas, pois nada se garantia de compensação aos proprietários. Todavia, no pós-abolição pouco se fez pela sorte dos novos livres porque o foco das preocupações se deslocou para era a federação. Esta reforma seria necessária para a sustentação do regime. Como o próprio Nabuco defendeu, após a abolição, só a idéia de federação poderia disputar espaço ao avanço da idéia republicana, isto é, ser sua mais forte concorrente.<sup>167</sup> Mas, a esta altura, a propaganda republicana já havia consolidado a sinonímia entre república e federação. E, mais do que isso, como veremos no próximo capítulo, a federação acabou sendo o cerne da derradeira divisão entre os liberais, reconduzidos ao poder em 1889, no último gabinete do Império.

<sup>164</sup> J. A. B. Nabuco de Araújo, “Emendas do Senado ao orçamento da Agricultura e situação dos ex-escravos”, sessão em 15 de outubro de 1888, *Discursos parlamentares*, pp. 429-433.

<sup>165</sup> Id., “A legislação penal e os escravos”, sessão em 15 de outubro de 1888, *ibid.*, pp. 426-428.

<sup>166</sup> Novamente, podemos nos valer da representação literária. Em *Memorial de Aires*, é ténue a alegria do personagem principal com a lei de 13 de maio, pois “embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da História, ou até da Poesia”. Machado de Assis, *Memorial de Aires*, p. 42. A reflexão do personagem Aires alude ao fato de que os efeitos da escravidão eram mais sociais do que formais, mais ligados à existência material e inserção social do que a aspectos legais.

<sup>167</sup> J. A. B. Nabuco de Araújo, “Um projeto de federação”, sessão em 8 de agosto de 1888, *Discursos parlamentares*, p. 413.

## 2 – Os liberais entre a federação e a autonomia provincial

### Descentralização no ambiente de radicalização reformista

A descentralização político-administrativa foi o segundo principal item, perdendo apenas para a abolição da escravidão, na plataforma reformista liberal dos anos 1880, até porque outras demandas, como a eleição direta, já tinham sido encaminhadas.

Em uma conjuntura marcada também pela intensificação da campanha republicana, os principais debates políticos relacionaram-se aos pilares com os quais havia sido erigido o sistema político imperial: a escravidão e a centralização.

Os liberais se dividiram entre paladinos da federação, vertente que cresceu junto com a radicalização reformista, e propugnadores da autonomia provincial, elementos que recalcitavam em aceitar uma bandeira encampada com devido ao êxito pelos republicanos. O que unia radicais e moderados era o combate ao unitarismo.

Para legitimar suas propostas, os liberais recorriam a dois pontos de referência do período das Regências: a herança radical dos liberais de 1831 em seu projeto de reforma constitucional que demandava a organização federativa e o caminho de meio-termo dos legisladores de 1834 que conseguiram a aprovação do Ato Adicional.

Com o aumento das fileiras republicanas e, sobretudo, após o 13 de Maio, a federalização das províncias passou a ser apresentada como uma reforma indispensável à manutenção monárquica. Alguns liberais também levantaram tal bandeira com o objetivo de fortalecer o seu partido, proposta que não foi aceita pela cúpula partidária.

Por outro lado, alguns políticos conservadores passaram a aceitar a descentralização como medida necessária para o fim de século, ainda que significasse a heresia da sua principal bandeira partidária. Alguns, embora bem poucos, até se dispuseram a aceitar a federação. Este foi o caso de Antônio da Silva Prado, que vinha se aproximando dos republicanos paulistas, extremamente federalistas, e até os ganhara em relação à abolição. Dada a posição de centro

econômico que São Paulo vinha assumindo na vida nacional, era extremamente útil a esta província quebrar o monopólio do poder central no Rio de Janeiro.

Portanto, quer como fórmula de salvação da monarquia, quer como estratégia de soerguimento do Partido Liberal, ou como meio para arrancar entraves econômicos, a solução deste problema – a centralização – se tornou premente nos anos 1880.

### **Joaquim Nabuco e a federação**

Joaquim Nabuco, seguindo o clima de radicalização, paulatinamente incluiu a federação em sua plataforma reformista. Foi na campanha eleitoral de 1884 que, pela primeira vez, ele inseriu em seu programa “uma descentralização quase federal das províncias” como reforma que deveria complementar a extinção da escravidão.<sup>1</sup>

Na apresentação do ministério Cotegepe, certificando-se da aprovação do projeto de emancipação dos sexagenários, ao qual tanto dera combate durante a gestão Saraiva, Nabuco colocou a federação no mesmo nível de importância da abolição.<sup>2</sup>

Antes do encerramento da seção legislativa de 1885, ele apresentou o projeto de reforma da Constituição para a adoção da “federação monárquica do Brasil”. Fundamentou sua proposta em quatro razões: extensão do território brasileiro; diversidade de interesses provinciais; não identificação dos governos provinciais, delegados do centro, com aqueles a quem administravam; hipertrofia do centro. Explicou que não propôs apenas a descentralização para que os conservadores não “falsificassem”, ou seja, amenizassem a reforma, como fizeram com a da mão de obra.<sup>3</sup>

Com a federação monárquica, Nabuco disse que estava revivendo “nesta Câmara o projeto que, em outubro de 1831, o Partido Liberal mandou ao Senado, e que expressa a qualidade do liberalismo forte, másculo e patriótico da geração que fez o 7 de Abril”. Além de se colocar como herdeiro dos liberais radicais,

---

<sup>1</sup> J. Nabuco, “Primeira Conferência no Teatro Santa Isabel”, 12 de outubro de 1884, *Campanha abolicionista no Recife*, ed. de 2005, p. 30.

<sup>2</sup> [J. Nabuco] J. A. B. Nabuco de Araújo, “Apresentação do ministério Cotegepe”, sessão de 24 de agosto de 1885, *Discursos parlamentares*, p. 341.

justificou que esta proposta encontraria “muito mais simpatia, muito mais interesse, muito mais entusiasmo, quero dizer, mais generalizado, do que encontrou esse grito a favor da emancipação de uma raça escravizada”. Vários deputados conservadores interpretaram a proposta e a argumentação como prova da ambição de Nabuco, até porque não havia razão para apresentar proposição como esta num momento em que a Câmara seria dissolvida. Para Samuel Wallace Mac-Dowell, a proposta era “uma bandeira para eleição”. Andrade Figueira a definiu como “patacoada eleitoral”. Nabuco e seus opositores sabiam que a bandeira da federação tinha potencial de unir elementos dos mais variados matizes e, portanto, um público e um eleitorado mais difuso. Como explicou o próprio Nabuco, esta reforma era causa mais geral, além de mais antiga, pois: “o abolicionismo, com raras exceções, é um fenômeno recente em nossa história, a federação é um fenômeno de nosso passado todo”.<sup>4</sup> Daí a ironia sobre o caráter interesseiro do propositor.

De nada valeu a retórica de Nabuco para justificar porque ele, até então, “particularmente identificado com a idéia abolicionista”, entendia que era “chegada a hora de começar outra propaganda”.<sup>5</sup> A explicação sobre sua conversão em federalista só serviu para exacerbar sua pretensão eleitoreira com a nova causa. Como o projeto não foi votado, sendo apenas motivo de chacotas entre seus rivais, Nabuco abandonou a idéia por alguns anos. Além disso, ele intensificou seu envolvimento com a abolição imediata, incondicional e sem indenização após a aprovação da Lei dos Sexagenários.

Quando da apresentação do novo projeto de abolição da escravidão por parte do ministério João Alfredo, como vimos, Nabuco se destacou na conclamação aos liberais para que aprovassem a proposta governamental. Propôs ainda: “depois de realizada essa obra, devemos levantar a grande bandeira da autonomia das Províncias, sem a qual não teremos base possível para nenhuma política de futuro”.<sup>6</sup>

Por isso, após o 13 de Maio, foi em torno da federação, e não de propostas que melhorassem as condições dos ex-escravos, que Nabuco se engajou. Ademais,

---

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, “Projeto de monarquia federativa”, sessão de 14 de setembro de 1885, pp. 343-369.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, pp. 344-345.

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, p. 347.

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, “Apresentação do ministério João Alfredo”, sessão de 7 de maio de 1888, p. 379.

ele entendia essa defesa como uma estratégia de fortalecimento para o Partido Liberal.

Nabuco resolveu reapresentar o projeto de federação monárquica que havia disposto em 1885. Em rebate aos apertes de Campos Sales, a experiência inglesa foi evocada como prova “da elasticidade que há na forma monárquica, para admitir, ao mesmo tempo e no mesmo Império, a formação de Estados quase independentes, porque são autônomos em tudo que diz respeito à sua própria vida”. Para fundamentar ainda mais a compatibilidade entre monarquia e federação, Nabuco leu vários trechos de *A Província*, de Tavares Bastos. Com a unidade nacional firmada, urgia adotar o sistema federal, segundo ele, o único que permitiria “o crescimento legítimo e natural de todas as partes da comunhão”. Explicou também que, desde 1885, a idéia progredira em distintas províncias, como Minas, São Paulo, Bahia, Goiás e Pará. Assim como a lei de abolição contou com o apoio de conservadores, o mesmo ocorreria com a implantação do federalismo. Para os membros da dinastia, esta seria uma “grande oportunidade de conseguir a clientela das Províncias, como já conseguiu a da raça negra”.<sup>7</sup>

O regime federal seria estabelecido por meio de uma reforma constitucional. Assim, as discussões ocorreriam numa Constituinte e não no Senado, de predomínio conservador. Evidentemente, o projeto sofreu ataques dos próprios copartidários, como Lourenço de Albuquerque, que apontou como este mecanismo retardaria a reforma. Apesar do projeto ter contado com a assinatura de 18 deputados liberais, considerando o partido como um todo, era apenas uma minoria que apoiava Nabuco. A maioria dos demais liberais que também defendia a federação queria a reforma por lei ordinária, além de que havia propostas alternativas. Sousa Dantas, por exemplo, elaborou uma lei de franquias provinciais, chamando Nabuco em apoio, o que ele recusou.<sup>8</sup>

Para além da derrota na Câmara, a posição de Nabuco como defensor da federação não conseguiu sobrepujar a de Rui Barbosa, considerado líder da idéia, dentro e fora do parlamento, inclusive por sua atuação na imprensa. Mesmo fora dos círculos monarquistas Rui foi reconhecido como o prócer da federação. Seu lema, “federação ou revolução”, permitia-lhe captar o apoio dos republicanos. Em

---

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, “Um projeto de federação”, sessão de 8 de agosto de 1888, pp. 410-420.

<sup>8</sup> Id., *Diários*, 26 de agosto de 1888, p. 264.

1889, a divisa “federação, com ou sem monarquia” tornou-o ainda mais próximo destes ativistas.

Pouco apoiado pelos copartidários em sua defesa da federação, Nabuco foi se isolando deles, apesar de perceber as dificuldades que o Império encontrava para se sustentar e o próprio Partido Liberal para voltar ao poder. Até mesmo em relação a antigos colegas abolicionistas, com exceção de André Rebouças, houve certo distanciamento. O estilo aristocrático de Nabuco, que lhe permitia falar em teatros para os potenciais eleitores, jamais o fez aceitar o modo de atuação da Guarda Negra, criada e liderada por José Patrocínio, supostamente para defender o Terceiro Reinado, sob a égide de Isabel. Ao contrário, Nabuco percebeu como a milícia se constituiu em motivo de queixas à monarquia. O ápice da violência ocorreu na Sociedade Francesa de Ginástica, durante a conferência de Antônio da Silva Jardim, em 30 de dezembro de 1888.<sup>9</sup> Nabuco procurou não se envolver e dessa maneira avaliou a situação: “De tudo isto eu lavo as mãos. Os liberais se subirem hão de ter um papel difícil a desempenhar”. Com a abolição, “a missão da minha vida está terminada”.<sup>10</sup>

Com a intensificação da propaganda republicana, Nabuco percebeu que a estratégia para os políticos monarquistas, liberais e conservadores, seria a união contra o inimigo comum. Além da federação, a harmonia dos partidos seria essencial para a manutenção da monarquia.<sup>11</sup> Nada fez, entretanto, a respeito.

Para Nabuco, a maior evidência da deterioração do Partido Liberal era o fato de não ter aproveitado para subir ao poder nem mesmo um caso como o dos bancos hipotecários em que se envolveu João Alfredo. Por isso, ele justificou a manutenção de uma postura *independente* naquele momento.<sup>12</sup> Ao amigo José Mariano, chefe do partido em Recife, recomendou a defesa da federação. Ao explicar que “eu mesmo não me sinto com forças para esse novo esforço”, Nabuco se disse exaurido pela atuação como líder abolicionista. A abolição teria lhe consumido toda a seiva, pois: “Um homem em geral não leva a efeito mais de uma

<sup>9</sup> E. de Moraes, *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, pp. 20-21.

<sup>10</sup> Carta de Joaquim Nabuco a José Mariano Carneiro da Cunha, 2 de janeiro de 1889, apud: B. S. A. de Cerqueira, *D. Isabel a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*, pp. 151-152.

<sup>11</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, Rio, 6 de janeiro de 1889, in: *Cartas a amigos*, vol. I, pp. 180-181.

idéia. Eu dediquei-me todo à abolição; feita ela, creio que estou autorizado a querer pelo menos refazer o meu cérebro que foi todo vazado naquele molde durante anos”.<sup>13</sup> Mesmo diante do companheiro de campanha eleitoral em 1884 e também líder abolicionista, Nabuco canalizou para si o feito da abolição e recomendou ao amigo a defesa da nova causa promissora: “A Federação deve ser você” – porque ele próprio já havia sido a Abolição.

Como já construía sua autoimagem como líder abolicionista, não foi difícil a Nabuco, dado o pouco apoio entre os correligionários para a defesa da federação, se livrar de qualquer responsabilidade em fortalecer o Partido Liberal. Ao contrário, quando o partido retornou ao poder, com Ouro Preto, Nabuco foi adversário de primeira hora do novo gabinete, retomando a federação como mote da animosidade.

### **Ouro Preto e a autonomia provincial**

A carreira legislativa de Afonso Celso de Assis Figueiredo iniciou-se, em 1864, já marcada pela crítica aos excessos da centralização administrativa. Na sessão de discussão do orçamento da pasta do Império, o jovem parlamentar se opôs à elevada verba, proposta pelo Executivo, para a Inspeção Geral de Obras Públicas do Município Neutro.<sup>14</sup> A denúncia do esbanjamento que favorecia a Corte, em detrimento das províncias do interior, deu o tom das primeiras intervenções do representante mineiro em período de governo progressista.

Com o caminhar de sua vida legislativa e, especialmente, após ser eleito senador, em 1878, para a 17ª legislatura, o futuro visconde de Ouro Preto passou a defender enfaticamente a autonomia provincial.

Sendo a descentralização administrativa tópico de vários discursos de Ouro Preto, na sessão de 16 de junho de 1882 ele tomou posição ostensiva em favor do Ato Adicional, pois “nenhuma lei neste país foi jamais tão benéfica e salutar, monumento de sabedoria e patriotismo do Partido Liberal, que salvou a integridade e as instituições do Império, naquela época de incertezas e

<sup>12</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Antonio José da Costa Ribeiro, Rio, 17 de julho de 1888, *ibid.*, pp. 176-177.

<sup>13</sup> Carta de Joaquim Nabuco a José Mariano, Rio, julho de 1888, *ibid.*, pp. 173-176.

<sup>14</sup> A. C. de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, pp. 88-89.



agitações”.<sup>15</sup> Apartando-se dos radicais de 1831 e colocando-se como um herdeiro dos legisladores de 1834, ele propôs, não apenas o restabelecimento, mas a dilatação desta lei, de modo a “ampliar os seus princípios”. Defendeu a nomeação dos juizes de direito por parte dos presidentes de província como o primeiro item do sistema de 1834 a ser restabelecido no novo contexto.<sup>16</sup>

Apesar de moderada, suas propostas foram bastante objetadas. A seu ver, tais refutações deviam-se à tradição do Senado brasileiro de “modelar as nossas instituições pelas dos velhos países da Europa”, quando na verdade deveriam procurar exemplos “no que se passa nos países do nosso continente, cuja origem, necessidade e aspirações mais se aproximam das nossas”.<sup>17</sup> Por isso, Ouro Preto recorreu à comparação com as experiências norte-americana e argentina. Como propôs que os juizes fossem pagos e as comarcas sustentadas pelas províncias, Ouro Preto, em vão, apresentou outras reformas, como uma nova discriminação dos patrimônios geral, provincial e municipal, ou seja, uma nova divisão de rendas.

Com a intensificação da campanha republicana e sua assimilação da bandeira da federação, tamanha era a contestação à centralização que mesmo alguns conservadores já falavam em descentralização, item do programa liberal. O tema se tornou tópico de uma Fala do Trono quando da abertura da sessão legislativa de 1886, durante o gabinete Cotegipe. Pela primeira vez um governo conservador concordou que “era reconhecida a urgente necessidade de reformar a lei orgânica das Câmaras Municipais, tornando mais amplas e independentes as suas atribuições e mais pronta a sua ação dos negócios peculiares ao município”.<sup>18</sup> Apesar da imprecisão sobre o encaminhamento da reforma e do silêncio acerca da esfera provincial, a abertura reformista suscitou a adesão de liberais, que a ampliaram, com outras propostas.

Ouro Preto aproveitou a discussão do projeto sobre a eleição das Câmaras municipais para defender que houvesse debate também sobre a reorganização das Câmaras, assunto relacionado ao sistema de eleição.<sup>19</sup> Como o ministro do

---

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, sessão de 16 de junho de 1882, pp. 89-90.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 91.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, pp. 91-92.

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, p. 94.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, sessão de 11 de junho de 1886, pp. 94-96.

Império, barão de Mamoré, não havia elaborado um projeto para a reorganização das municipalidades, Ouro Preto propôs que um projeto anterior de Ferreira Viana fosse debatido em aditivo ao eleitoral já em discussão. Outros liberais, como Francisco Otaviano e Leão Veloso, apoiaram a idéia.<sup>20</sup> Este acordo, que Ouro Preto pretendia “zona de terreno neutro” entre os partidos que fariam mútuas concessões, acabou se revelando infrutífero, até porque ia além das propostas do governo Cotegipe. A discussão do projeto foi rejeitada por maioria ministerial. Nos comentários às críticas que recebeu de Cotegipe, Ouro Preto o contra-atacou: “o governo não quer sinceramente restaurar a autonomia municipal, e as Câmaras continuarão a ser meras dependências das secretarias do Império e das Presidências das Províncias”.<sup>21</sup>

Na sessão de 10 de junho de 1887, Ouro Preto apresentou uma emenda substitutiva. Propôs que coubessem aos presidentes de província – além das atribuições conferidas pelo Ato Adicional e pelo Regimento aos Presidentes de Província – a competência de nomeação, suspensão, demissão e aposentadoria de funcionários que o Ato Adicional deixara a cargo das Assembléias Provinciais e a Lei Interpretativa de 1840 retornara ao Executivo central. No entanto, a submissão dos presidentes às instruções do governo imperial evidenciava o quão moderado era o liberalismo do visconde de Ouro Preto. A inovação de sua emenda era a Delegação Provincial, que seria eleita no primeiro ano de cada legislatura pelos membros das Assembléias Provinciais. Esta comissão executiva seria composta, conforme a ordem na votação, de quatro integrantes fixos e quatro suplentes, que organizariam seu regimento interno para ser aprovado pela Assembléia Provincial. Seriam competências da Delegação: deliberar sobre os atos da administração provincial; consultar sobre negócios gerais que lhe fossem submetidos pelo presidente de província; fiscalizar a execução das leis provinciais e a aplicação dos recursos da fazenda provincial, funcionando como um tribunal de contas. Este caráter fiscalizador da Delegação acabava sendo diminuído pelo fato de que seu presidente seria o próprio Presidente de Província, o qual, além de voto deliberativo como os demais componentes, teria também um voto de qualidade,

---

<sup>20</sup> Id., *ibid.*, pp. 96-98.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, p. 119.

capaz de decidir sobre qualquer questão em sessão na qual comparecessem apenas três, ou menos, membros da Delegação.<sup>22</sup>

O cunho contemporizador da emenda de Ouro Preto pode ser observado também em relação à Lei Interpretativa do Ato Adicional. Sua proposta fazia retornar à alçada das províncias a polícia judiciária e repressiva, contrapondo-se à lei de 1840.<sup>23</sup> Porém, endossava parcialmente a centralização ao afirmar que o processo para demissão e suspensão dos magistrados deveria ser estabelecido por lei geral.<sup>24</sup> Por outro lado, a emenda reinterpreta vários artigos e incisos do Ato Adicional, resguardando às Assembléias Legislativas Provinciais a competência de legislar e decidir sobre uma gama de assuntos, tais como: nomeação de juízes de 1ª instância; decisão das causas da fazenda provincial; instituição da milícia cívica; cominação de penas administrativas e estabelecimento de processo referente a questões administrativas; organização e registro de distintivos e disciplina da força policial.<sup>25</sup>

Apesar de abranger demandas descentralizadoras dos liberais desde o momento imediato à lei de 1840, como a nomeação de juízes, a emenda nada regulamentava sobre descentralização política. Além disso, muitos de seus artigos, que explicavam palavras e expressões vagas do Ato Adicional, sobre as quais a lei de 1840 havia silenciado, acabavam por limitar as faculdades das Assembléias Provinciais.<sup>26</sup>

Ouro Preto seguia bem a linha do meio-termo, que ele mesmo sintetizou em um aparte a Cândido de Oliveira: “Tudo ou nada, não é de bom conselho no sistema parlamentar”.<sup>27</sup> Ouro Preto julgava que a descentralização administrativa satisfaria às aspirações “de todos os correligionários políticos e mesmo de não poucos conservadores adiantados”.<sup>28</sup>

<sup>22</sup> Id., Projeto de Emenda Substitutiva, sessão de 10 de junho de 1887, do art. 5º ao art. 14º, pp. 104-105.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, art. 15º, p. 105.

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, art. 22º, p. 105.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, art. 16º, art. 17º, art. 18º, art. 19º, art. 21º, pp. 105-106.

<sup>26</sup> Um exemplo é o 15º artigo do Ato Adicional: “As Assembléias Provinciais não poderão legislar sobre impostos de importação, nem sobre objetos não compreendidos nos dois precedentes artigos.” Como a lei de 1840 não interpretou este artigo, a maioria dos liberais entendia que os impostos de importação de umas para outras províncias do Império deveriam entrar na alçada do poder legislativo provincial. Já a emenda de Ouro Preto, no art.º 24, incluiu esses impostos na proibição.

<sup>27</sup> V. de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, p. 102.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, p. 101.

Ainda assim, o projeto substitutivo de Ouro Preto não foi aceito pelo governo Cotegipe. Com o malogro de suas propostas, no tempo restante desta gestão, ele se colocou como porta-voz dos liberais que pediam a descentralização administrativa, mas não a descentralização política e tampouco a federação. Mesmo quando combateu a “contradança dos Presidentes”, já “que a regra do Ministério de 20 de agosto tem sido substituir os seus altos delegados de seis em seis meses”, o máximo que propôs foi que o Partido Conservador escolhesse, de preferência, os presidentes nas próprias províncias.<sup>29</sup> Novamente, Ouro Preto silenciou sobre a centralização política, o mecanismo possibilitava a freqüente mudança de presidentes, causando instabilidade nas províncias e sobrecarga ao Tesouro, dois problemas que visava minorar.

No rol das críticas que passou a fazer ao gabinete Cotegipe, Ouro Preto o acusou de ser ainda mais dissimuladamente reformista que o de Rio Branco. Diante da delonga do governo em promover a autonomia municipal e provincial, chegou a fazer vaticínios exagerados, como: “não receia a propaganda republicana e essa outra que considero verdadeiramente fatal e vai aparecendo – a propaganda separatista”. Reportando-se às experiências dos Estados Unidos e Inglaterra, e citando políticos como Gladstone e Friendenthal, Ouro Preto argumentou como a centralização, ao atrapalhar os interesses privados, fazia com que grande parte da nação deixasse de servir ao Estado e de se preocupar com ele.<sup>30</sup> Tais falas de Ouro Preto não passavam, porém, de ocasionais ataques a um governo conservador que oficialmente deu abertura para a descentralização mas rechaçou as propostas elaboradas pelos liberais para este fim.

O mesmo frêmito descentralizador teve o gabinete João Alfredo, iniciado em 10 de março de 1888. Desta vez, a autonomia provincial foi lembrada na Fala do Trono: “a administração provincial e a municipal exigem reformas que alarguem a respectiva esfera de ação”. Como o ânimo reformista do governo esfriou após o 13 de maio, Ouro Preto explicou ao presidente do Conselho que os liberais, naquela quadra, já não se contavam mais com o Ato Adicional.<sup>31</sup> Admitiu que projetos que ele mesmo havia formulado, como a da Delegação Provincial, não mais seriam suficientes. Defendeu que, naquele momento, qualquer reforma

---

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, sessão de 1º de setembro de 1887, pp. 107-108.

<sup>30</sup> Id., *ibid.*, sessão de 10 de agosto de 1887, pp. 100-101.

administrativa deveria ter por base o alargamento do voto, ampliando o sufrágio para todos os brasileiros que soubessem ler e escrever. Neste ponto, Ouro Preto refletia o mal estar criado entre os liberais pela reforma eleitoral de 1881, da eleição direta. Ainda que por curto período e motivado pela permanência da situação conservadora, o líder partidário se aproximou do radicalismo reformista, ou seja, o fruto da própria *contradição liberal*.

Para “acabar com a instabilidade das administrações provinciais”, Ouro Preto chegou a defender que “o governo dos presidentes de província deveria ser limitado por prazo determinado”. Acenando pela primeira vez para a descentralização política, ainda que restrita, ele afirmou que os presidentes e vice-presidentes das províncias deveriam ser nomeados pelo governo imperial, “mas dentre os nomes que cada um eleger por intermédio de sua Assembléia”. Como suas proposições suscitavam mais e mais adesões entre os liberais, a exemplo de Dantas e Silveira da Mota, Ouro Preto se empolgou e, pela primeira vez, defendeu a federação. Fugindo à sua habitual moderação, o senador emitiu frases de impacto, como:

A Federação que concilie perfeitamente os interesses do Estado com os locais, que dando plena autonomia às provinciais e aos municípios, para que rejam os seus destinos e desenvolvam-se na proporção dos seus recursos, que não afrouxe os laços de união, antes os fortaleça, não é um perigo, nem um mal, é mais que um bem – a salvação da integridade nacional.<sup>32</sup>

Todavia, Ouro Preto não levou muito tempo engrossando o coro do radicalismo reformista. A federalização das províncias não passou de proposta passageira em sua vida parlamentar. Um ano após a sessão em que tão ardorosamente defendeu a idéia, iniciou-se o seu governo. Foi a não adoção da federação o principal motivo de rejeição do programa de seu gabinete quando apresentado à Câmara temporária. Antes mesmo de ser chamado à chefia do Executivo central, Ouro Preto já havia voltado para uma posição de equilíbrio.

## **O Partido Liberal e a descentralização no seu último programa**

---

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, sessão de 10 de junho de 1888, p. 110.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, p. 111.

A abolição e os embates sobre a indenização levaram a uma cisão no Partido Conservador. Antevendo a possibilidade de retorno ao poder, no segundo semestre de 1888, a cúpula do Partido Liberal resolveu organizar um Congresso Liberal. No dia 23 de novembro, os senadores dirigiram aos diretórios nas províncias e município neutro uma circular em que convocavam os copartidários a promover uma eleição de delegados para se reunirem na Corte.<sup>33</sup> Os correligionários deveriam eleger seus líderes locais e regionais, uma elite supostamente apta a representar a maioria de seus membros, seguindo a organização típica dos congressos partidários de fins do século XIX.<sup>34</sup>

Toda a organização do Congresso ficou a cargo de Ouro Preto e outros colaboradores da *Tribuna Liberal*, jornal criado em dezembro de 1888, justamente para auxiliar nos preparativos do Congresso Liberal e servir como órgão do Partido.<sup>35</sup> O objetivo da reunião era estabelecer as propostas do partido diante da situação do país e frente aos trabalhos da próxima sessão legislativa, particularmente em relação ao sistema federativo.<sup>36</sup>

A primeira sessão do Congresso só ocorreu a 1º de maio de 1889.<sup>37</sup> Os secretários eram Thomaz Alves e Carlos de Laet. Sousa Dantas era o presidente, mas pouco depois convidou Sinimbu para substituí-lo definitivamente. Dantas expôs a finalidade do Congresso: “acentuar a posição do partido no terreno das reformas reclamadas para o país” e combater o Partido Republicano, colocando-se contrariamente ao Conservador.<sup>38</sup>

<sup>33</sup> A correspondência relativa ao Congresso deveria ser dirigida para a *Tribuna Liberal* ou para os senadores Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Lafaiete Rodrigues Pereira; João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá; Manoel Pinto de Sousa Dantas e visconde de Ouro Preto.

<sup>34</sup> R. Michels, *Sociologia dos Partidos Políticos*, p. 17.

<sup>35</sup> N. W. Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, p. 254.

<sup>36</sup> A. Celso, *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, p. 42.

<sup>37</sup> Nesse mês os republicanos também se reuniram. Foi realizado, na cidade de São Paulo, o terceiro Congresso Nacional Republicano, do qual participaram 8 províncias: Ceará, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. H. Lyra, *História da queda do Império*, p. 104. Afirmou-se a preponderância da via majoritária do Partido Republicano: a evolucionista, que entendia que a república só poderia ser instalada após a morte de D. Pedro II e contava com a liderança de Quintino Bocaiúva. A outra via era a revolucionária, que apostava na adoção de todos os métodos para derrubar a monarquia e tinha Silva Jardim como prócer. Quintino, que já era o líder do Partido Republicano do Rio, foi eleito chefe do Partido Republicano Nacional. Seus auxiliares, na comissão executiva, eram Ubaldino do Amaral, Esteves Júnior, Rodolfo de Abreu e Barata Ribeiro. E. de Moraes, op. cit., p. 19 et seq.; R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, p. 418.

<sup>38</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 64.

Gavião Peixoto, face ao crescimento do republicanismo no interior das províncias, propôs que o Congresso discutisse as idéias sobre a federação que haviam sido aprovadas pelo Partido Liberal Paulista. Ele disse que só a federação tiraria a razão de ser do Partido Republicano e que ela deveria ser apoiada mesmo que eles tivessem que se colocar contra a monarquia.

Rui Barbosa, além de apoiar Gavião Peixoto, levantou um voto em separado, para o qual elaborou um parecer e escreveu outro projeto, no qual a principal divergência era o estabelecimento no Império da organização federal, a ser garantida pela eleição de presidentes e vice-presidentes de província pelo voto direto.<sup>39</sup> O voto em separado foi sujeito a escrutínio, assim como o programa elaborado por Rui, mas o projeto não foi aprovado. No entanto, obteve dezoito adesões, dentre as quais as de Gavião Peixoto, Sousa Dantas, Manuel Vitorino Pereira, Cesário Alvim e Sancho Pimentel.<sup>40</sup> Após a votação, Dantas reafirmou a sua preferência indubitável pelo parecer de Rui Barbosa, no que foi acompanhado por vários congressistas divergentes.<sup>41</sup> Na prática, o Congresso acabou acentuando as divergências entre os liberais, cindindo mais ainda o Partido no que dizia respeito ao tema da federação.

Com o desenrolar das sessões, os participantes do Congresso concluíram que os parlamentares liberais não deveriam apoiar reformas apresentadas pelo governo conservador. Também foi estabelecido um novo programa para o Partido, substituindo o anterior, de 1869. Nele constavam as reformas que serviriam de orientação para o correligionário que viesse a assumir a presidência do Conselho de Ministros.<sup>42</sup>

### **Nova situação liberal e a ascensão de Ouro Preto**

A crise ministerial se alastrou pelo governo João Alfredo desde a lei do 13 de Maio e os embates sobre indenização, pois tanto abolicionistas como os

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, p. 65.

<sup>40</sup> Ao que consta, Nabuco não participou do Congresso Liberal. Ele não escreveu nada a respeito nos diários e nas correspondências. Carolina Nabuco e Evaldo Cabral de Mello nada mencionam a respeito. Afonso Celso, que muito gostava de citar nomes, não menciona Nabuco como um dos participantes do Congresso. Apenas Luiz Viana Filho, *A vida de Joaquim Nabuco*, p. 182, diz que Nabuco participou do Congresso Liberal defendendo a federação.

<sup>41</sup> A. Celso, *op. cit.*, pp. 48-51.

<sup>42</sup> Id., *ibid.*, pp. 43-44.

escravistas não foram contentados. Em 4 de janeiro de 1889, o ministério foi recomposto: na pasta do Império, José Fernandes da Costa Pereira foi substituído por Ferreira Viana; este último largou a da Justiça, que foi ocupada por Francisco de Assis Rosa e Silva; Rodrigo Augusto da Silva, na de Relações Exteriores, passou a ocupar também a da Agricultura, antes de Antônio Prado e, por fim, Luís Antônio Vieira da Silva, visconde de Vieira da Silva, foi substituído por Tomás José Coelho de Almeida na Marinha.

A votação da presidência do Senado também expôs o enfraquecimento do gabinete e a cisão causada pela abolição. O candidato do governo, Jerônimo José Teixeira Júnior, visconde do Cruzeiro, foi derrotado por Paulino José Soares de Sousa.

Em maio, com a abertura das Câmaras, os liberais aproveitaram para desestabilizar ainda mais o governo, iniciando o que ficou conhecido como caso Loyos. Com a ânsia de voltar ao poder, eles denunciaram corrupção em contratos do governo com José da Silva Loyo Júnior para a construção de engenhos em três províncias, sendo o filho de João Alfredo genro de um dos Loyo.<sup>43</sup> Além de todo o desgaste para os conservadores em geral e João Alfredo em particular, o caso também teve péssimos reflexos entre os liberais, originando novos realinhamentos. Inimigos, como Ouro Preto e Rui Barbosa se uniram para fazer a denúncia: o primeiro por meio do parlamento, o segundo através da imprensa.<sup>44</sup> Por sua vez, eles também combatiam os copartidários que defendiam João Alfredo, como Nabuco, que antes tanto o atacara em relação aos bancos hipotecários.

O caso Loyos foi o limite para João Alfredo, que fez vários pedidos de demissão ao imperador, todos recusados. Desgastado, o chefe de gabinete pediu a dissolução da Câmara, cujo parecer foi negativo na consulta imperial ao Conselho de Estado. Então, Pedro II teve que aceitar o pedido de demissão do ministério, mas insistiu em manter os conservadores no poder. Não aceitaram a chefia do Conselho os seus três convocados: Manuel Francisco Correia, o visconde do Cruzeiro e o visconde de Vieira da Silva. O último até se empenhou na escolha de ministros, esforço inútil, dado o racha no seu partido, que deu origem a várias

---

<sup>43</sup> A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p. 238.



intrigas quando das primeiras reuniões.<sup>45</sup> Após os questionamentos, Vieira da Silva acabou confessando ao monarca que não encontraria companheiros para um ministério na altura que a situação exigia porque seus correligionários ficaram muito divididos sob a administração João Alfredo.<sup>46</sup>

Diante da dificuldade em obter o aceite de um conservador, Pedro II resolveu mais uma vez chamar Antonio Saraiva. O senador pela Bahia era o chefe liberal que mais influência exercia sobre o imperador.<sup>47</sup>

Foi num momento em que perigavam as instituições que caiu o gabinete João Alfredo, deixando campo árduo ao seu sucessor, no “apagar das luzes do Império”, conforme metáfora de José Murilo de Carvalho.<sup>48</sup> Tanto assim que Saraiva recusou a nova chefia de gabinete, embora empregando o fraco ardid do motivo de saúde. Diante da insistência do imperador, acabou admitindo que se inclinava para o voto em separado de Rui Barbosa no Congresso Liberal, pois a federação lhe parecia reunir “adiantadas aspirações” de uma parte do partido.<sup>49</sup> Saraiva julgava próximo o advento da república por causa da defesa da federação por seus propagandistas e, sobretudo, pela ojeriza que o fanatismo da princesa Isabel despertava entre os contemporâneos. Por isso, disse ao próprio imperador que só aceitaria o cargo se pudesse “preparar legislativamente” a república. Ele promoveria a federalização das províncias e depois o imperador abdicaria a Coroa

<sup>44</sup> A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, maio de 1885, p. 416.

<sup>45</sup> As pelepas entre “paulinistas” e “alfredistas” foram descritas pelo visconde de Taunay nas anotações de diário de 2 a 8 de junho de 1889. *Diário Íntimo*, reproduzido em V. de Taunay, *Pedro II*, pp. 65-81.

<sup>46</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 63.

<sup>47</sup> O prestígio de Saraiva junto à Coroa começou quando ele conseguiu realizar a reforma da eleição direta pela legislatura ordinária, aprovando já em janeiro de 1881 a lei que ficou conhecida pelo seu nome, e garantiu a lisura do processo eleitoral seguinte. Como hábil articulador de alianças, se tornou homem de confiança do imperador, cujas sugestões eram mais escutadas do que as dos próprios conselheiros. Por isso, Saraiva chegou a ser chamado de “vice-imperador”, título que décadas antes havia sido aplicado a Olinda. S. B. de Holanda, *Capítulos de história do Império*, pp. 204-205. Outro apelido que ganhou foi de “Messias do Pojuca”, atribuído pela imprensa, em meados de 1881, porque o monarca esperou muitos dias o seu retorno do seu engenho da Pojuca, para que ele assumisse ministério ou indicasse um nome para substituir Martinho Campos. T. Monteiro, *Pesquisas e depoimentos para a História*, pp. 31-32; O. Lima, *O Império Brasileiro (1822-1889)*, pp. 58-59. Em todas as crises do período liberal de 1878-1885, Saraiva foi chamado para compor gabinete. Além de seus dois ministérios, em 1880-82 e 1885, recusou o convite, em 1882 e 1883, quando ascenderam João Lustosa da Cunha Paranaguá e Lafaiete Rodrigues Pereira.

<sup>48</sup> J. M. de Carvalho, *D. Pedro II*, p. 60.

<sup>49</sup> S. B. de Holanda, op. cit., pp. 204-205.

nas mãos do Parlamento.<sup>50</sup> Quando o monarca se referiu aos direitos da sua filha, Saraiva disse que o reinado da princesa “não era deste mundo”, em alusão à sua extrema religiosidade.<sup>51</sup>

Pedro II insistiu, em vão, para que ele tomasse pelo menos um ministério. Diante de tantas recusas, o imperador pediu-lhe a indicação de alguém em condições de organizar novo gabinete. Saraiva sugeriu o visconde de Ouro Preto.<sup>52</sup>

No mesmo dia, 6 de junho de 1889, em que recebeu de Saraiva o telegrama do imperador, Ouro Preto subiu a Petrópolis para conversar com Pedro II. Diante da indagação sobre o que achava da situação atual, Ouro Preto respondeu que face à crescente propaganda republicana nas províncias a situação se definia pela urgente necessidade de reformas, que seriam as mesmas contidas no programa aprovado no Congresso do Partido Liberal.<sup>53</sup> No dia seguinte, iniciou o seu governo.

### **O visconde de Ouro Preto na intensificação de uma tensão**

Ouro Preto assumiu a chefia de governo em momento de intensificação de uma tensão. Tensão de interesses: de um lado, estava o Estado que visava se sustentar apesar do 13 de Maio e, do outro, os grandes proprietários de terras e escravos que não se solidarizavam com um Estado que, no seu entender, havia lhes virado as costas.

A sessão em que Ouro Preto apresentou o seu programa, a 11 de junho, foi bastante tumultuada.<sup>54</sup> Os próprios distúrbios, em momento ritual antes tão solene, evidenciam a perda de amparo simbólico ao Império entre os parlamentares, agravada pela perda de apoio político por parte de sua principal classe de sustentação, a dos proprietários escravistas, que cada vez mais engrossavam as

<sup>50</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 70.

<sup>51</sup> Apud O. Lima, op. cit., pp. 58-59. Para H. Lyra, Saraiva recusou a chefia de gabinete porque se tornou muito antipático aos olhos da princesa e mal comentado entre os cortesões no Paço Isabel. H. Lyra, op. cit., pp. 339-340.

<sup>52</sup> A. Celso, op. cit., pp. 52-53.

<sup>53</sup> A. C. de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, sessão de 11 de junho de 1889, pp. 422-442.

<sup>54</sup> A. Celso, op. cit., apêndice “Câmara dos deputados – Discursos pronunciados na sessão de 11 de junho de 1889”, pp. 420-436. Exceto quando houver outra indicação, os trechos de discursos nesta sessão da Câmara foram extraídos desta fonte.

fileiras republicanas. Como Ricardo Salles sintetiza, o desafio do governo Ouro Preto foi administrar a enorme crise de legitimidade do regime.<sup>55</sup>

Além da gravidade da situação, Ouro Preto acreditava nas excelências do sistema político-parlamentar do Império, capaz de superar todas as crises, com leves adaptações em sua estrutura. A federação, defendida por partidários ilustres, como Rio Barbosa, não estava nas expectativas do visconde, ainda que se posicionasse favoravelmente à autonomia provincial. Isso porque, com a reflexão que fazia sobre a conjuntura, eivada de apegos a costumes e valores constitucionais do Império, o futuro não lhe parecia tão ameaçador a ponto de demandar grandes inovações. Ouro Preto não percebia a extensão da crítica e, portanto, a dimensão da situação de crise.

O seu programa de governo indica a medida de seu tradicionalismo e também de seu partidarismo, até por ser um dos chefes do Partido Liberal. As diretrizes do seu ministério foram basicamente as mesmas do programa aprovado do Congresso Liberal.

As reformas que constavam no novo programa liberal eram as seguintes: alargamento do direito de voto a todo cidadão que soubesse ler e escrever, além de exercer profissão lícita; ampliação dos distritos eleitorais; plena autonomia dos municípios e províncias, com temporalidade para os cargos políticos desses níveis, sendo eleitos diretamente os administradores municipais e por lista os presidentes e vice-presidentes de províncias; nacionalização de imigrantes; liberdade de cultos religiosos; temporalidade do Senado; reforma do Conselho de Estado, mantendo-o apenas como órgão administrativo, sem caráter político; liberdade de ensino; redução de tarifas de exportação; redução de fretes; lei de terras para facilitar sua aquisição; criação de estabelecimentos de créditos ao comércio e, sobretudo, à lavoura.<sup>56</sup>

Percebendo a inaplicabilidade imediata de tantas reformas, Ouro Preto considerou prementes: o alargamento do direito de voto e a autonomia das províncias, concedendo ao Município Neutro governo e representação próprios.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> R. Salles, “O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”, Fórum da revista Almanack, p. 27.

<sup>56</sup> A. Celso, op. cit., pp. 46-51.

<sup>57</sup> Apud Barão de Javari, “36º Gabinete – 7 de junho de 1889”, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no Império*, pp. 243-248.

Diante da torrente republicana e da radicalização do reformismo, as medidas eram bastante moderadas. Na avaliação de Sérgio Buarque de Holanda, não passavam de uma espécie de “tática defensiva” que pouco ou nada mudaria no sistema político imperial.<sup>58</sup> Todavia, não foi bem assim que os contemporâneos, no calor da hora, as interpretaram.

Diante da Câmara, Ouro Preto repetiu o que havia dito a Pedro II: seria impossível a aprovação das reformas com uma Câmara de maioria conservadora.<sup>59</sup> Todavia, ele apresentou o seu governo, esperando dela obter meios de governo, ou seja, créditos para a administração, pois levaria tempo até a discussão do orçamento com a nova Câmara.

Alguns deputados consideraram o programa reformista demais, o que não era, ainda mais se comparado ao programa liberal anterior e até então vigente, elaborado em 1869.<sup>60</sup> Pedro Luiz, ao ouvir a “temporiedade do Senado” como proposta, exclamou que essas reformas seriam o começo da República, ao que Ouro Preto retorquiu que teriam justamente o efeito de inutilizá-la. A partir de então, comentários jocosos foram alternados por instantes de tumulto.<sup>61</sup> Tamanha foi a agitação que o visconde de Taunay assim registrou no seu diário a sua impressão daquele 11 de junho: “Aspecto revolucionário na Câmara”.<sup>62</sup>

A principal crítica que Ouro Preto recebeu, e já era esperada, foi não ter apresentado ao imperador um programa de federação das províncias. Ele argumentou que não levantou essa idéia por não estar contida no programa aprovado pelo Partido Liberal. Ouro Preto explicou que a descentralização a ser efetuada não previa eleição dos presidentes de províncias, que seriam escolhidos em lista tríplice pelo imperador, como ocorria com a eleição de senadores.

<sup>58</sup> S. B. de Holanda, op. cit., pp. 206-208.

<sup>59</sup> Dos 125 membros deputados, 103 eram conservadores.

<sup>60</sup> A. Brasiliense, *Os programas dos partidos e o segundo império*, pp. 33-57. Este programa foi analisado na Parte I, Capítulo 1, pp. 35-36.

<sup>61</sup> Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena, era o presidente da Câmara e tinha fama de severo e áspero. Para Afonso Celso, o relaxamento de Lucena nessa sessão – não alternando oradores opositores e ministerialistas e mantendo-se impassível à invasão do povo ao recinto – se deveu ao fato de que na véspera, em reunião com alguns copartidários, se declarara republicano. A. Celso, *Oito anos de parlamento*, p. 52. Interpretação similar a esta de Afonso Celso, na obra de 1900, já havia sido expressa por Nabuco, em janeiro de 1896, em artigo no *Comércio de S. Paulo*, então órgão monarquista: “Quando subiu o Visconde de Ouro Preto, foi a bancada conservadora que se tornou simpática aos republicanos, quase facciosa, chegando o Sr. Lucena a organizar, com a inscrição de oradores que prometiam fazer profissão de fé republicana, a última sessão das Câmaras do Império”. Apud C. Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, p. 254.

<sup>62</sup> V. de Taunay, op. cit., p. 82.

Após a exposição do programa ministerial, o deputado que mais se destacou nos ataques ao novo gabinete foi o padre João Manuel de Carvalho.<sup>63</sup> Seu principal ponto de discordância foi o silêncio do programa em relação ao Poder Moderador, “o poder que nos oprime e esmaga”. Ele argumentou que Ouro Preto estaria ludibriando a todos, inclusive ao monarca, pois se propunha conter o republicanismo. Esta missão seria impossível, pois: “a República está feita. Só lhe falta a consagração nacional. Ela existe de fato em todos os espíritos, em todos os corações brasileiros”.<sup>64</sup> Em alguns momentos o padre se colocou como o profeta do mau agouro: “S. Exa. preparou do seu jeito uma escada para subir; por esses mesmos degraus escorregadios há de rolar caindo na praça pública execrado e coberto de maldições”. Ou ainda: “O seu orgulho e a sua ambição hão de ser castigados, porque S. Exa. será esmagado debaixo da pedra que rola da montanha, impelida pelas lufadas impetuosas do vento da liberdade”. João Manuel terminou o seu discurso em tom incendiário: “Abaixo a Monarquia e viva a República!”. Além dos aplausos na galeria, inclusive por parte de militares, como o capitão Serzedelo Correia que repetiu o brado, outros deputados o apoiaram.<sup>65</sup> O visconde rebateu o “Viva a República!”, nunca antes ouvido no parlamento, com vários “Viva a monarquia!”, enumerando as excelências do regime monárquico.

Nas demais falas parlamentares, a composição ministerial constituiu outro recorrente mote de ataques a Ouro Preto. As pastas estavam assim divididas: ele mesmo, Fazenda<sup>66</sup>; Cândido Luís Maria de Oliveira, Justiça; Franklin Américo de Meneses Dória, barão de Loreto, Império; José Francisco Diana, Estrangeiros; José da Costa Azevedo, barão de Ladário, Marinha; Rufino Enéas Gustavo

<sup>63</sup> O padre João Manuel foi também um dos primeiros desiludidos com a República. Em 1891, considerando que haviam perdurado os vícios e fraquezas da Monarquia, afirmou: “Pobre Brasil! Em que garras caíste e em que abismo precipitaste”. Apud B. W. de Cerqueira Leite, *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*, p. 221. Em 1896, criou o jornal *O Município*, por meio do qual fez árduas críticas à política republicana. Ver Parte III, Capítulo 2, p. 294.

<sup>64</sup> O discurso do padre João Manuel encontra-se reproduzido na íntegra em M. E. Campos Porto, *Apontamentos para a história da República*, pp. 89-97.

<sup>65</sup> M. T. C. de Mello, *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*, Tese de Doutorado em História/PUC-Rio, p. 57.

<sup>66</sup> Muitos outros chefes de gabinete ocuparam simultaneamente a pasta da Fazenda. Em seus *Conselhos à Regente*, D. Pedro II esclarecia que: “Cumpra [...] concorrer para a maior economia, que não consiste em gastar pouco, mas de modo mais produtivo. Para isso convém que seja quase sempre Presidente do Conselho o Ministro da Fazenda, para que esse Ministério, onde se regulariza e examina por fim toda a despesa, tenha mais prestígio em relação aos outros Ministérios”. Apud I. R. de Mattos, *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, p. 190.

Galvão, visconde de Maracaju, Guerra; Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Agricultura, Comércio e Obras Públicas.<sup>67</sup>

Todos já tinham carreira política conhecida, com exceção do barão do Ladário, que, no entanto, era general da Armada, além de ter assumido muitas comissões no país e no exterior. O visconde de Maracaju era também general, do Exército.<sup>68</sup> Nesse ponto, Ouro Preto visou agradar os militares e atenuar a *questão militar*. Por isso, contrariando a prática comum no Império de ministérios civis, ele nomeou militares para a chefia das pastas militares. No entanto, ambos não eram estimados nem mesmo pelos militares: Ladário havia se desentendido com oficiais de prestígio como Wandenkolk e Custódio de Melo, ao passo que Maracaju era visto como um bajulador do conde d'Eu, do qual havia sido confidente durante a Guerra do Paraguai. Por isso, muitos deputados insistiram no aulicismo da maioria desses senhores, embora apenas o barão de Loreto fosse propriamente um cortesão.<sup>69</sup> Ouro Preto defendeu-se relatando que, apesar de ter ouvido amigos, foi ele quem escolheu todos os nomes.

O calor da contestação atingiu a temperatura máxima quando o padre João Manuel sintetizou: “tudo está num caos medonho em que se debate a monarquia moribunda”, pois “os aparelhos deste velho sistema de Governo estão gastos e aniquilados”. Além de causticar a lista ministerial, “arranjada a capricho da camarilha imperial”, combateu a própria Coroa. No mesmo tom de Gomes de Castro, afirmou que o soberano hesitou em conceder a demissão ao ministério João Alfredo para mantê-lo “atado ao poste da difamação e da calúnia”.

Como era de se esperar numa Câmara de maioria conservadora, foi apresentada uma moção de desconfiança ao ministério, cujo autor foi o maranhense Augusto Olímpio Gomes de Castro.

<sup>67</sup> A. Celso, *O visconde de Ouro Preto*, pp. 53-54.

<sup>68</sup> Afonso Celso relatou que o pai pensou primeiramente em Floriano Peixoto para assumir a pasta da Guerra. Acabou se decidindo por Maracaju, por ser mais idoso e, portanto, mais experiente. Em compensação, colocou Floriano Peixoto no maior posto do Exército, o de ajudante-general.

<sup>69</sup> O barão de Loreto era casado com Maria Amanda Lustosa Paranaguá Dória, amiga de infância da princesa Isabel e dama ao serviço efetivo da imperatriz desde 1886. Amandinha, como a chamava Isabel, era filha de João Lustosa da Cunha Paranaguá, segundo visconde e, a partir de 1888, segundo marquês de Paranaguá. Este foi um dos mais influentes políticos do Império, veador de D. Teresa Cristina, tendo ocupado vários ministérios em diversos gabinetes e a presidência do Conselho de Ministros de julho de 1882 a maio de 1883. O casal Loreto partiu com a família imperial ao exílio.

Esta foi a abertura para que os liberais mais radicais também se pronunciassem contra o gabinete. Cesário Alvim, já inimigo de Ouro Preto, iniciou o combate, esclarecendo que também desconfiava do gabinete, pois considerava “tudo suspeito no País até a própria monarquia”. Além de fustigar os ministros escolhidos, em especial o barão de Loreto, até o novo chefe de polícia, conselheiro Basson, foi alvo de suas piadas. Todavia, foi no terreno na federação que Alvim justificou sua ruptura não apenas com o partido, mas com a própria monarquia e fez profissão de fé republicana. Ele explicou que decidira “militar em campo mais adiantado” para “consagrar-se à causa da democracia pura – a República”. A justificação de sua conversão ao republicanismo ilustra o sucesso da vinculação estabelecida entre *república*, *federação* e *democracia* pela campanha republicana. Alvim acabou sendo fustigado por liberais que também se opunham ao gabinete, como Joaquim Nabuco, que se disse “monarquista firme como um rochedo”.

Mesmo deputados contrários ao gabinete, como Nabuco, pelo partidarismo, votaram a favor do governo. Ainda assim, a moção foi aprovada por 79 votos a 20. Ouro Preto pediu ao imperador, e conseguiu, a dissolução da Câmara. A nova, constituída por apenas nove deputados conservadores e nenhum republicano, foi eleita a 31 de agosto.<sup>70</sup> A apresentação em assembleia geral se daria a 20 de novembro. Porém, a 21ª legislatura nem chegaria a ser instalada. Um golpe de Estado foi marcado propositalmente para este dia e ainda acabou precipitado para 15 de Novembro.

### **Nabuco e a oposição ao gabinete Ouro Preto**

Joaquim Nabuco foi um dos deputados liberais que mais se destacou na oposição ao ministério Ouro Preto. Para explicar sua contrariedade, se autopromoveu “iniciador da idéia federativa”, pois a bandeira federal teria passado de suas mãos para a de Rui Barbosa. Como prova da sua iniciativa, reportou-se ao seu projeto de monarquia federativa apresentado em 1885 e 1888. Já o novo presidente do Conselho de Ministros acabara de rasgar a “bandeira federal”. Após a explicação de Ouro Preto, de que apenas seguia o programa do

---

<sup>70</sup> B. W. de Cerqueira Leite, op. cit., p. 110.

partido, Nabuco disse que a maioria do partido era a favor da federação, principalmente as províncias de Minas, Pernambuco e São Paulo.

Em vários tópicos, Nabuco não aceitou o programa de Ouro Preto. Suas inovações seriam mera simulação de autonomia: “a lista provincial para a escolha dos presidentes é uma combinação híbrida que transporta, de fato, a eleição das urnas provinciais para as intrigas da Corte”. Por descartar uma “reforma nacional” como a federação, Ouro Preto teria se colocado na liderança da “ditadura do Partido Liberal”. Como protesto, Nabuco afirmou “votar pelo programa de Rui e hoje também de Saraiva”. Assim como a abolição deu “força popular à Monarquia”, a federação “garanti[ri]a sua estabilidade”.

Em tom de sarcasmo, assim se referiu ao novo ministério: “Faço votos que ele não seja uma estrada de ferro para um vulcão como a do Vesúvio”. E terminou em tom desafiador: “o honrado Presidente do Conselho deve inspirar-se no seu patriotismo para que o seu ministério não possa ser em caso algum o último da monarquia”.<sup>71</sup> Nabuco fez questão de reafirmar seu oposicionismo em ocasiões posteriores, como num *meeting* no Recife, no qual confirmou apoio a João Alfredo.

A hostilidade de Nabuco ao gabinete Ouro Preto era também uma atualização da rivalidade anterior em relação ao chefe liberal. Este já possuía lugar de destaque no vasto rol de políticos com os quais Nabuco se desentendeu.<sup>72</sup> Por essas diferenças, mais adiante, como muitos outros o fizeram, Joaquim Nabuco responsabilizou Ouro Preto pela queda da monarquia. Este teria errado já em confiar que os empréstimos a lavoura seriam suficientes para manter a monarquia, em vez de lutar pela adoção da federação.<sup>73</sup>

A cisão partidária em torno do sistema federativo era anterior ao governo Ouro Preto e foi sacramentada no Congresso Liberal. Na conturbada sessão de apresentação do ministério, Nabuco resumiu bem a situação do partido: “Se há

<sup>71</sup> Apud C. Nabuco, op. cit., p. 244.

<sup>72</sup> Como Martinho Campos, Leão Veloso, Lafaiete Rodrigues Pereira e, particularmente, Andrade Figueira. Carta de Joaquim Nabuco a Hilário Gouvêa, Londres, 15 de abril de 1882, in: *Cartas a amigos*, vol. I, pp. 69-70. Carta a Sancho de Barros Pimentel, Londres, 23 de junho de 1883, *ibid.*, pp. 101-102. Carta ao barão de Penedo, 20<sup>a</sup> Maddox Street. Regent Street. W., 26 de agosto de 1883, *ibid.*, pp. 102-103. “Terceira Conferência no Teatro Santa Isabel”, *Campanha abolicionista no Recife*, pp. 104-105. J. Nabuco, *Diários*, 8 de outubro de 1887, p. 255.

<sup>73</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao barão do Rio Branco, 7 de dezembro de 1889, *ibid.*, p. 184.



uma parte do Partido Liberal que quer e outra que não quer a federação, então, há dois partidos liberais”.

A má recepção ao ministério Ouro Preto por seus copartidários refletia a dilaceração no Partido Liberal. Apesar de Ouro Preto ter sido o único político a chamar Rui Barbosa a compor ministério, este não aceitou a pasta do Império porque o governo se manteve na linha do Congresso Liberal, rejeitando a federalização das províncias. O partido, então, o excluiu da chapa de deputados pela Bahia. Rancoroso, Rui iniciou, no *Diário de Notícias*, a demolidora campanha contra o ministério e o próprio Império.<sup>74</sup> Apesar de ter se aproximado cada vez mais dos republicanos, Rui não se tornou republicano, pois o seu modelo de governo era o monárquico constitucional e parlamentar, do tipo inglês e belga, como quase todos os liberais.<sup>75</sup> A perda de posição dentro do partido é que o levou a se tornar o maior adversário do governo.

Como seria de esperar, mais adiante, ao explicar a derrubada de seu ministério a 15 de novembro, Ouro Preto culpou a oposição feita por copartidários ao seu gabinete. Evidentemente, o jogo de atribuições de culpa repercutiu na reação monarquista, que já surgiu sofrendo da carência de coesão.

### **O homem das tradições**

Para Tobias Monteiro, “há nas assembléias os homens de palavra e os homens de ação; os homens que se batem e os chefes que comandam”. Joaquim Nabuco estaria entre os primeiros e Ouro Preto, em meio aos segundos. Monteiro acrescenta que “muitas vezes, estes [os chefes que comandam] só expõem o próprio prestígio nos momentos de perigo, em que é preciso arriscar a sorte do general como recurso decisivo”.<sup>76</sup> Foi num momento de perigo assim que Ouro Preto, reconhecido líder da facção liberal moderada, saiu dos bastidores e se

<sup>74</sup> A 8 de junho, Lúcio de Mendonça, anunciou em *O Escândalo*: “Rui Barbosa vai começar, no foro do *Diário de Notícias*, a prometida liquidação da monarquia”. Na década de 1930, Evaristo de Moraes avaliou que “ninguém excedeu Rui Barbosa no combate contra o último Ministério da Monarquia e na crítica à maneira pela qual ele procurava prolongar a existência do regime. Neste sentido, tem o historiador que reconhecer que a ação do *Diário de Notícias* tornou-se mais eficiente do que de *O País*, embora desse fosse redator principal e chefe republicano Quintino Bocaiúva”. E. de Moraes, op. cit., p. 66.

<sup>75</sup> A. Celso, *O visconde de Ouro Preto...*, p. 54-55; E. de Moraes, op. cit., p. 65; J. M. de Carvalho, op. cit., p. 209.

<sup>76</sup> T. Monteiro, op. cit., p. 87.

expôs. Desde o incidente da Revolta do Vintém, Ouro Preto placidamente comandava na retaguarda. Em fins dos anos 1880, Ouro Preto aceitou guiar o leme de uma embarcação preste a naufragar.

Ouro Preto em instante algum abandonou suas convicções sobre a superioridade da monarquia em relação à república. Todavia, um ano antes de assumir o gabinete, em carta ao amigo Francisco Glicério, confessou a proximidade da república, embora considerasse que o Brasil não estava preparado e que não lhe prestaria serviços. Assim esclareceu a Glicério: “o meu dever, de acordo com a minha consciência e as minhas convicções, é defender a Monarquia, com toda lealdade e esforço”.<sup>77</sup>

Assim o fez, até por ser muito apegado às tradições. Ouro Preto era e permaneceu elemento tradicional em forma e conteúdo. Na liderança do Partido Liberal se destacava pelo comedimento. Na teoria paretiana dos resíduos, uma das duas classes mais importantes, com forte significado para a sociedade, é a *persistência dos agregados*, que corresponde à propensão humana para manter as combinações estabelecidas e a rejeitar as transformações.<sup>78</sup> Trata-se de uma tendência à estabilização, à conservação.



O visconde de Ouro Preto em três momentos: como Ministro da Marinha, s/d. [1866-68]; em 1879 e em 1900.

Fonte: Afonso Celso, *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*.

Ouro Preto considerava as instituições monárquicas extremamente sólidas, ainda mais após cinquenta de reinado de Pedro II sem guerras civis. A unidade

<sup>77</sup> Apud E. de Moraes, *ibid.*, p. 70.

territorial e a liberdade de expressão seriam provas suficientes da adaptação da forma monárquica ao Brasil e da solidez de seu Império.

O visconde julgava que era por dentro do próprio sistema que deveriam ser feitas as mudanças viáveis, pois nem tudo que a sociedade demandava poderia ser atendido. Toda e qualquer modificação deveria ser paulatina e operada dentro e por meio do arcabouço institucional, de modo a preservá-lo. Qualquer esforço brusco poderia corrompê-lo. Como Ouro Preto não cedeu aos defensores da federação, acabou desagradando à ala mais barulhenta de seu partido. Assim agia porque se apegava a uma posição minoritária, mas que havia sido a majoritária no Congresso Liberal.

Em seus discursos sempre se disse, acima de tudo, um “partidista”. Atribuía-se como missão diminuir as divergências que grassavam no Partido Liberal e que tinham como consequência a falta de disciplina e o fracasso em efetuar suas próprias propostas. Pela posição de chefia que alcançou, queria desempenhar a função de árbitro.

Ouro Preto foi um dos poucos senadores escolhidos já na primeira vez em que seu nome foi colocado em lista tríplice.<sup>79</sup> Aos 42 anos pertenceu ao seletivo grupo dos eleitos para o cargo antes dos 45, como Cotegipe e João Alfredo. Uma década de trabalhos na Câmara alta, em que 93,7% dos integrantes tinham idade superior a 50 anos<sup>80</sup>, ajudou a solidificar o perfil político já tradicional do visconde de Ouro Preto. Como instituição vitalícia, o Senado viu seus maiores líderes envelhecerem e se tornarem anteparo à Câmara dos Deputados, assembleia fluída, até porque passava por dissoluções. O receio de Ouro Preto para mudanças abruptas se exacerbou. Sua ortodoxia financeira, por exemplo, aumentou neste período. Mesmo quando abria margens, era por um senso de conservação. Daí que em sua última gestão como ministro da Fazenda facilitou os créditos aos ex-proprietários de escravos, porque era da classe exportadora que se gerava a maior parte da receita pública. Embora não pertencesse à elite agrária, suas atuações sempre se orientaram para a manutenção do *status quo*, por ser oriundo da

---

<sup>78</sup> R. Aron, “Vilfredo Pareto”, *As etapas do pensamento sociológico*, pp. 377-459.

<sup>79</sup> A Comissão de Constituição que fez o exame dos documentos eleitorais na eleição do futuro visconde de Ouro Preto era composta por Cotegipe, Vieira da Silva e Mendes de Almeida. O último, não concordando com o parecer da comissão, apresentou voto em separado. B. W. de C. Leite, *op. cit.*, p. 73.

<sup>80</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 63.

burocracia mineira e pelos altos cargos ocupados pelos familiares de sua esposa, políticos influentes que lhe haviam permitido chegar às culminâncias do poder.

A ocupação de outros cargos também por indicação da Coroa, como o Conselho de Estado e a presidência do Conselho de Ministros, tornou Ouro Preto mais afeiçoado à mística do trono, justamente num momento em que a Coroa perdia prestígio. Por deferência e senso de autoconservação, apegou-se ainda mais às instituições imperiais, que julgou poder conservar com leves e controladas alterações. Ainda que sem o dizer explicitamente, tentou efetuar a máxima de Edmund Burke: “reformular para conservar”. Reformar conservando, daí o esforço em fazer predominar a linha moderada no Partido Liberal nos últimos anos do Império.

No movimento restaurador da década de 1890, como veremos nos próximos capítulos, Ouro Preto teve papel fundamental como elo entre os súditos no Brasil e os membros da família imperial. Era o homem que ligava governados e governantes apeados do poder, aquele que presentificava o passado como promessa de futuro. Era o *homem das tradições*.

### 3 – Relações dos militares com a política imperial e o golpe militar-civil

#### Força militar e força política no Império

O Império do Brasil foi derrubado por um golpe militar-civil cujos conluíus conspiratórios foram iniciados por setores descontentes do Exército.

Desde a Guerra do Paraguai, conscientes de sua função para a defesa nacional, oficiais do Exército vinham aumentando as suas reivindicações, cujas animosidades com dirigentes civis do Império se acirraram na década de 1880, originando a *questão militar*. A defesa dos interesses corporativos levou os militares à denúncia direta da autoridade civil. Ao idealizar, ou mesmo “idolizar”, sua profissão, membros do Exército conformaram discursivamente uma oposição entre a farda e a beca.<sup>1</sup>

No entanto, a separação entre esfera política e esfera militar deve ser relativizada. Apesar de distintos, os dois campos tiveram complexas relações no Império do Brasil, até porque a estrutura portuguesa e colonial foi mantida por décadas. O Exército português não fugiu à tradição dos regimes absolutistas, particularmente o francês, de recrutar a sua oficialidade entre membros da nobreza e os soldados entre camponeses. Acreditava assim poder manter os oficiais fiéis à elite dirigente, evitando uma maior solidariedade entre os oficiais e a tropa. Na Colônia, todos os oficiais eram enobrecidos, pois suas patentes eram assinadas pelo monarca e seus descendentes até a terceira geração tinham acesso ao posto de cadetes. Entretanto, alguns militares de menor patente nascidos no país lutaram ao lado de padres nas rebeliões que antecederam a Independência. Não raro o nativismo os impulsionou contra o oficialato e o comércio português.

A própria peculiaridade da independência brasileira no continente americano ocasionou a preservação desta organização. Títulos de nobreza, embora geralmente os de barão e visconde, mais baixos na escala nobiliárquica, foram concedidos com relativa profusão à alta oficialidade, tanto no Primeiro como no Segundo Reinado. As Ordens Militares, concedidas por atos de bravura, também

---

<sup>1</sup> S. B. de Holanda, “A fronda pretoriana”, in: *Do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, volume 7, p. 335.

dependiam da assinatura imperial e, igualmente, serviam para aproximar do trono os oficiais das armas.

Com a abdicação de D. Pedro, todavia, os soldados passaram a ser vistos como ameaça às liberdades provinciais, dada sua proeminência no 7 de Abril. Para reforçar o poder civil e sustentar o governo então instaurado, a primeira Regência criou a Guarda Nacional para auxílio das tropas regulares. Seguindo os moldes da instituição homônima francesa, a corporação paramilitar substituiu as Milícias e Ordenanças, forças de reserva que então desempenhavam funções policiais.<sup>2</sup> Apesar da sua organização ter sido confiada ao futuro duque de Caxias, que se tornou um dos grandes nomes conservadores, militares do Exército passaram a desconfiar dos liberais. Para completar, o contingente do Exército foi diminuído a seis mil homens no período 1831-37 e a irregularidade no pagamento se tornou comum.<sup>3</sup> A tropa de primeira linha só poderia reagir negativamente a quem beneficiava a milícia nacional e cidadã. Nos anos 1830 e 1840, como José Murilo de Carvalho analisou em artigos da imprensa, até mesmo oficiais julgavam-se perseguidos quando os liberais estavam no poder.<sup>4</sup> A partir de então, o melindre militar se tornou um dos temores de líderes civis do Império. Ademais, o sistema político imperial não conseguiu eliminar o setor militar da burocracia, ao contrário do que tinha feito com os setores judiciário e eclesiástico.

Até o início década de 1840, a oficialidade do Exército brasileiro ainda era composta principalmente por elementos nascidos em Portugal e de origem aristocrática. Apesar da manutenção do cadetismo, nos anos seguintes a composição do oficialato foi se modificando em termos de origem social. Soldados particulares foram desaparecendo e os oficiais passaram a provir de famílias militares ou mesmo de rendas modestas. Além dessa gradual alteração social, no ambiente de institucionalizações de 1850, a força de terra começou a sofrer com as novas regulamentações que visavam reformar a estrutura portuguesa do Exército. As boas relações sociais já não conseguiam garantir rápidas promoções, dados os requisitos de idade mínima e instrução regulados pela reforma militar de 1850. A melhora na organização da corporação, tendo em vista

---

<sup>2</sup> J. B. de Castro, “A Guarda Nacional”, in: S. B. de Holanda, (dir.), *Declínio e queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, volume 6, pp. 320-334.

<sup>3</sup> J. Schulz, “O Exército e o Império”, in: *ibid.*, pp. 283-286.

<sup>4</sup> J. M. de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*, pp. 189-190.

sua profissionalização, tornou o Exército pouco atrativo para aristocratas e fidalgos, sendo seus quadros cada vez mais preenchidos por indivíduos de províncias mais distantes da Corte, porém mais instruídos. Como os filhos da elite latifundiária tenderam a se destinar às escolas de Direito, até mesmo parte do generalato passou a ser composta por elementos de extração social média, filhos de oficiais superiores do próprio Exército e um crescente número de candidatos provenientes de províncias mais decadentes.<sup>5</sup>

A partir da década de 1850 formou-se entre a baixa oficialidade uma “mentalidade” que começou a entrar em conflito com a elite dos bacharéis. Este breve despertar da defesa dos interesses corporativos foi, em boa medida, uma reação a regulamentações e tentativas de reorganização do Exército. Como exemplo dessa gradual formação de uma identidade corporativa, mencionemos o jornal *O Militar*, publicado de julho de 1854 a julho de 1855, criado por estudantes e graduados da Academia Militar em contestação à proposta parlamentar de que os oficiais em início de carreira só poderiam se casar com consentimento do ministro da Guerra. Seus redatores logo se apresentaram como porta-vozes das queixas dos demais membros do Exército e se tornaram os primeiros militares a questionar a estrutura política brasileira, tendo como alvo principal de ataque os “senhores legistas”, considerados os únicos responsáveis pelo atraso do Império.<sup>6</sup> Defenderam propostas bem variadas: do bom preparo militar até subsídios para a indústria e a imigração, da construção de estradas de ferro à abolição da escravidão e reforma eleitoral.<sup>7</sup> Por maior que fosse o ímpeto destes suboficiais, não contaram com o apoio dos oficiais superiores, ligados à política imperial, afinados ao gabinete da *conciliação* chefiado pelo marquês de Paraná e pouco receptivos a um jornal antigovernamental. Ficaram tão isolados que, com a derrota da lei do casamento, o jornal deixou de circular.

Após a Guerra do Paraguai as reivindicações militares aumentaram. Foi pelo receio do fortalecimento político do Exército como instituição que não houve da parte do governo muito entusiasmo com as festas, homenagens e celebrações para receber os soldados vitoriosos no Paraguai. Ademais, neste momento o regime ainda se recuperava dos efeitos da derrubada do gabinete progressista, além de

---

<sup>5</sup> J. Schulz, op. cit., pp. 275-282 e pp. 286-287.

<sup>6</sup> S. B. de Holanda, op. cit., p. 306.

temer possíveis revoltas de povo e tropa, comuns na década de 1830.<sup>8</sup> Num momento em que se visava fortalecer o domínio conservador pós período ligueiro, dilatam-se as apreensões referentes às suscetibilidades do sistema político imperial.

Após todos os serviços prestados na guerra sul-americana, o orçamento e o efetivo do Exército voltaram praticamente aos baixos índices anteriores: menos de quinze mil soldados e menos de 10% dos gastos do governo central.<sup>9</sup>

A guerra no Prata deixou latente a importância dos corpos armados em caso de conflito externo. Ao mesmo tempo, descortinou a situação desfavorável do oficialato do Exército face à Guarda Nacional, cujos grupos dirigentes passavam por processo de aristocratização desde 1850.<sup>10</sup>

O mesmo ocorreu em relação à Marinha, arma sempre aristocratizada, até pelos elevados gastos com enxoval e estudo para o aspirante. Percebeu-se o quanto o *status* do militar do Exército continuava mal no Segundo Reinado, a começar pela base, pois o recrutamento mantinha seu caráter opressor, até por não haver conscrição obrigatória. Acrescente-se a este quadro um processo de degradação material, pois as promoções eram morosas e o soldo estava congelado há quase duas décadas.<sup>11</sup>

O pouco prestígio da arma, a depreciação material que atingia principalmente a suboficialidade e a glória não reconhecida dos altos oficiais levaram a um ressentimento da caserna em relação à elite bacharelesca.<sup>12</sup> O Exército passava de uma organização não profissionalizada para uma instituição de crescente senso de sua situação real face às demais corporações. Os próprios civis passaram a temer a exacerbação do orgulho militar. Em carta de 1869, o

<sup>7</sup> J. Schulz, op. cit., p. 288-291; J. M. de Carvalho, op. cit., p. 190.

<sup>8</sup> V. Izecksohn, "A Guerra do Paraguai", in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870, p. 417.

<sup>9</sup> J. M. de Carvalho, *D. Pedro II*, p. 197.

<sup>10</sup> Com a reforma da Guarda Nacional de 1850, o sistema eletivo para o oficialato foi substituído pela nomeação por governadores províncias, tornando a força paramilitar uma corporação governamental, opressora e eleitoralmente útil. Seguindo o espírito do gabinete da conciliação de Paraná, em carta de 1855 a Paes Barreto, propôs a divisão da oficialidade da Guarda Nacional entre os partidos, para equilibrar as influências políticas. J. B. de Castro, op. cit., pp. 329-336. Como a Guarda Nacional foi cada vez mais utilizada como instrumento de pressão política nas eleições, o programa do Partido Progressista, de 1864, demandou reforma do seu sistema de qualificação e o programa do novo Partido Liberal, de maio de 1869, pediu a extinção da milícia.

<sup>11</sup> Em 1871, no início do gabinete Rio Branco, os soldos continuavam com os valores de 1852, quando haviam aumentado um quinto em relação a 1841. S. B. de Holanda, op. cit., p. 311.

<sup>12</sup> V. Izecksohn, op. cit., p. 418.



barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, se queixou: “hoje todos os comandantes já se reputam homens indispensáveis, todos são extremamente suscetíveis, todos querem fazer-se de rogados”.<sup>13</sup> A Guerra do Paraguai trouxe à baila reivindicações por parte de oficiais mais graduados. Um sinal deste novo tempo foi a criação, em 1871, do efêmero Instituto Militar, para defesa dos interesses da “classe”, pelo então tenente-coronel Floriano Peixoto.<sup>14</sup>

Não sem razão a Fala do Trono de abertura das Câmaras de 1871, durante a gestão Rio Branco, finalmente destacou a necessidade de proporcionar ao Exército e à Armada condições mais adequadas ao estado de civilização do século e às próprias condições do país.<sup>15</sup> Porém, as medidas tomadas, como novas regras para promoção e aumento de soldo, ainda foram consideradas insuficientes, além de que algumas, como o alistamento por sorteio, nunca foram aplicadas, nem mesmo no gabinete Caxias.

Entretanto, o corporativismo não levou a um ativismo militar generalizado. As relações entre poder militar e poder político nunca caminharam em via de mão de única, até mesmo em função das hierarquias em cada uma dessas esferas. O próprio Exército tinha significados distintos para seus membros: era um emprego para os praças; um veículo de ascensão social para os oficiais; terreno de conchavos políticos, na busca de nomeação ou permanência em posto de comando, para a alta oficialidade. Era mais fácil a um marechal ou general se afinar com os políticos, até porque ele mesmo pertencia ao partido Conservador ou Liberal e havia contado com algum “padrinho” para alcançar uma dada patente, do que ligar-se a um recruta. Afinal, como Sérgio B. de Holanda sintetiza, “a mesma autoridade civil que descontentava uma das partes, satisfazia outra, de sorte que, se havia ‘perseguidos’, é porque havia favorecidos”.<sup>16</sup>

Ao longo das décadas de 1870 e 80, três particularidades marcaram as relações dos militares com a política imperial. A primeira, de efeito simbólico para os militares e prático para o Império, foi a morte de velhos generais combatentes na Guerra do Paraguai bem relacionados na política-parlamentar, como Caxias, Osório e Porto Alegre. A segunda foi que as demandas dos

---

<sup>13</sup> Apud S. B. de Holanda, op. cit., p. 323.

<sup>14</sup> J. Schulz, op. cit., p. 295.

<sup>15</sup> Apud B. W. de Cerqueira Leite, *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*, p. 181.

<sup>16</sup> S. B. de Holanda, op. cit., p. 333.

militares, particularmente os jovens, passaram a ser feitas com base no positivismo comteano, que via as repúblicas como formas superiores e mais acabadas de governo. Embora tenha adquirido importância somente nos anos 1880, a doutrina de August Comte vinha sendo gradualmente incorporada pelas instituições militares.<sup>17</sup> Contudo, salvo exceções, a alta oficialidade pouco se enveredou por este corpus teórico. A política ficou em plano secundário nas demandas da suboficialidade, inclusive através dos jornais *O Soldado* e *Tribuna Militar*, que se concentravam, em grande parte, em reivindicações corporativas, como o estabelecimento de montepios e a lei de aposentadoria compulsória.<sup>18</sup> Por fim, com a propaganda republicana, o republicanismo penetrou nos quartéis, contando com a adesão de não positivistas. Na cidade do Rio de Janeiro, foi fundado por alunos militares, em 1878, um clube secreto, de inspiração republicana.<sup>19</sup> O generalato, relacionado à elite imperial, manteve-se quase todo imune à campanha republicana.

Por maior que fosse o grau de profissionalização dos militares nos anos finais do Império, quem desejasse subir na hierarquia militar ou ocupar um posto, como o comando de um regimento, tinha que fazer parte, mesmo que frouxamente, de um dos dois partidos políticos do Império e se envolver, ainda que tangencialmente, na política parlamentar. É por isso que, mais do que o papel sedutor da “mocidade científica” sobre o mestre Benjamin Constant, no 15 de Novembro o que pesou para a queda da monarquia foi o excesso de confiança na fidelidade de seus marechais. O problema dos chefes políticos do Império do Brasil foi não atentar que, muito acima da lealdade, estava em curso um processo de dissídio, inclusive da alta oficialidade em relação à cúpula política-parlamentar civil.

### **Dissídio entre frações do Exército e a Monarquia**

As relações entre militares de terra e civis, bastante abaladas desde a Guerra do Paraguai, só entraram em litígio a partir da *questão militar*, assim denominada

<sup>17</sup> Na Escola Militar, entre 1850 e 1854, já haviam sido defendidas várias teses inspiradas na filosofia positivista. R. L. do C. N. e Lemos, “Benjamin Constant: Biografia e Explicação Histórica”, *Estudos Históricos*, p. 69.

<sup>18</sup> J. Schulz, op. cit., pp. 294-295.

<sup>19</sup> E. de Moraes, *Da monarquia para a república (1870-1889)*, p. 72.

na época pelos próprios militares para apontar a gravidade das ofensas que estariam sofrendo dos “casacas”. A alta oficialidade envolvida nesta *questão* não era republicana, ao contrário da maioria dos oficiais de mais baixa patente. Foram estes que a insuflaram para forçar alterações na política institucional e, de quebra, desestabilizar ministérios e o trono.

O primeiro incidente da *questão militar* ocorreu em abril de 1884, no ministério Lafaiete, com a punição do tenente-coronel Antônio de Sena Madureira.<sup>20</sup> Os oficiais da guarnição de Madureira tomaram a repreensão ao camarada como ofensa a toda a classe militar. A insubordinação pessoal e isolada gerou um fenômeno de indisciplina coletiva.

Durante o gabinete de João Maurício Wanderlei, barão de Cotegipe, ocorreu o segundo incidente da *questão militar*, em 1886, o episódio Cunha Matos.<sup>21</sup> O caso estritamente militar adentrou a esfera do parlamento porque, como os conservadores estavam no poder, a denúncia do liberal Cunha Matos em relação a um coronel conservador foi interpretada em termos partidários. O deputado conservador pelo Piauí, Simplicio Coelho de Resende foi o que mais se destacou nos ataques a Cunha Matos. Como o militar liberal não ocupava cadeira no parlamento, replicou por meio da imprensa, julgando-se insultado da “tribuna irresponsável”.<sup>22</sup> Em tréplica, o deputado Resende, de novo na Câmara, o acusou de tomar partido do inimigo desde a Guerra do Paraguai. Cunha Matos publicou outros artigos de desafronto. Quando, num deles, disse que toda a confusão se

---

<sup>20</sup> A *Gazeta da Tarde*, jornal de cunho abolicionista, noticiou que o jangadeiro cearense, Francisco do Nascimento, havia sido recepcionado com festa na Escola de Tiro de Campo Grande, da qual Madureira era comandante. O então ajudante-general do Exército, marquês da Gávea, ordenou ao oficial que confirmasse se a notícia era verdadeira. Madureira afirmou que nada lhe responderia pois não reconhecia “competência na repartição do ajudante-general para se inquirir do que se passava no serviço interno da escola, que só era subordinada ao conde d’Eu, comandante-geral da artilharia”. Enfurecido, numa representação ao ministro da Guerra, Gávea assim sintetizou a desobediência: “nunca na minha longa vida militar sofri um desacato de qualquer ordem que fosse, quando mais de uma insubordinação caracterizada, uma ofensa direta à minha autoridade, em cujo empenho cumpria uma ordem de V. Exa.”. Apud T. Monteiro, *Pesquisas e depoimentos para a história*, p. 64. No mesmo documento, Gávea pediu a punição de Madureira, que foi repreendido e demitido do comando em ordem do dia.

<sup>21</sup> Quando da fiscalização de uma companhia de infantaria no Piauí, o então coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos percebeu extravios de fardamento. Após comunicar ao governo o ocorrido, foi retirado do comando daquela unidade o capitão Pedro José de Lima. Este enviou queixa contra Matos e ainda o acusou de não denunciar amigos seus envolvidos no furto. O ministro da Guerra ordenou que Matos fosse submetido a conselho de guerra.

<sup>22</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 65.

originara de um erro do ministro da Guerra, este mandou adverti-lo em ordem do dia, seguida da detenção por 48 horas na sala do estado-maior.

Diante do alvoroço gerado pela punição, o ministro Alfredo Chaves justificou seu ato com base num aviso, expedido a 26 de dezembro de 1884, pelo ministro da Guerra sob o gabinete Dantas, Cândido de Oliveira, que proibia a qualquer oficial alimentar discussão na imprensa, sem prévia licença do ministro da Guerra.<sup>23</sup>

Os oficiais externaram uma versão astuciosa para o aviso de Cândido de Oliveira: os militares não poderiam discutir, através da imprensa, entre militares e sobre questões de serviço, mas podiam tratar de outros assuntos e polemizar com civis.

Desenvolveu-se, então, a doutrina do “cidadão-fardado”, segundo a qual os militares eram cidadãos aos quais não se podia negar o direito de participação na vida política do país. A doutrina passou a ser difundida por jornalistas republicanos, tanto militares, como Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, como civis, a exemplo de Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro.<sup>24</sup> A partir de então, através de seus jornais, *A Federação* e *O País*, estes dois republicanos militaristas se tornaram exímios provocadores de conflito entre os militares e o governo imperial.<sup>25</sup>

Até mesmo políticos civis começaram, embora de maneira sutil e interesseira, a concordar com a doutrina. Ouro Preto defendeu, da Câmara vitalícia, que “o militar, como qualquer outro cidadão, tem o direito de manifestar livremente o seu pensamento, que a todos confere a Constituição do Império”. Inclusive a estratégia de argumentação do ministro Alfredo Chaves, o aviso de Cândido de Oliveira, foi combatida por Ouro Preto, pois “um aviso ministerial não pode prevalecer contra as garantias constitucionais de que não estão privados os Oficiais do Exército ou da Marinha”. Em sua avaliação, a advertência foi

---

<sup>23</sup> Cândido de Oliveira não fazia mais do reiterar avisos anteriores, também do ministério da Guerra, como o de 27 de agosto de 1878 e o de 9 de outubro de 1882. Pelo Regulamento Disciplinar do Exército, editado em 8 de março de 1875, aos militares era proibido “debaterem pela imprensa qualquer tema com seus superiores, camaradas e inferiores”. A mesma proibição foi publicada também, em ordens do dia, em 1859, 1878, 1882 e 1884. Apud H. Silva, *1889 - A República não esperou o amanhecer*, pp. 5-7 e pp. 434-435. A quantidade de vezes que esta norma teve que ser reiterada é mais do que indicativa do quanto era pouco seguida.

<sup>24</sup> R. L. do C. N. e Lemos, op. cit., p. 76.

<sup>25</sup> J. M. de Carvalho, *D. Pedro II*, p. 210.

injusta também porque o assunto do artigo de Cunha Matos nada tinha a ver com disciplina.<sup>26</sup> Mais do que estimular o conflito dos oficiais com o governo, o objetivo de Ouro Preto era atacar o gabinete Cotegipe, do qual era um dos mais ferrenhos adversários.

Em acréscimo ao episódio Cunha Matos, foi também um parlamentar que fez com que Sena Madureira voltasse aos holofotes. O senador Franco de Sá atacou o tenente-coronel por julgar inconvenientes suas manifestações abolicionistas, sendo diretor da Escola de Tiro de Rio Pardo, posto ocupado pela influência de seus amigos, como o conde d'Eu. Em contra-ataque, Sena Madureira publicou enfático artigo no jornal *A Federação*, que desde então lhe abriu as colunas.

O ministro da Guerra mandou repreender o oficial, por ter fomentado discussão de assunto militar pela imprensa.<sup>27</sup> Como Aureliano Chaves era civil, a repreensão foi interpretada, por muitos militares, como injúria de um “casaca” à dignidade militar. Nessa versão exagerada, parlamentares militares estimularam a animosidade dos colegas de farda contra o governo. Especialmente profícuo neste papel foi o visconde de Pelotas, general José Antônio Correia da Câmara, homem forte no Partido Liberal. Do Senado, soltou frases de impacto: “O oficial que é ferido em sua honra tem o direito imprescindível de desagrar-se”. Ao insuflar os brios militares, o representante do Rio Grande do Sul acabava por estimular o litígio entre Exército e a monarquia. Quando aparteado pelo pernambucano Barros Barreto, Pelotas se colocou, bem como a toda sua corporação, como superior a qualquer lei: “Eu não digo que as nossas leis o permitam; estou dizendo ao nobre ministro da Guerra o que eu entendo que deve fazer um militar, quando é ferido em sua honra [...]. Eu ponho a minha honra acima de tudo”.<sup>28</sup> Tratava-se de forte incentivo às desafrontas por parte dos militares.

Em ocasiões como essa, casos administrativos e disciplinares internos ao Exército ganhavam foros de discussão pela política central. Como essas rugas eram exploradas por republicanos, que insistiam na inabilidade de parlamentares e do ministro da Guerra, forneciam elemento de combate às instituições imperiais.

---

<sup>26</sup> A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, sessão de 2 de agosto de 1886, *Discursos parlamentares*, pp. 384-385.

<sup>27</sup> E. de Moraes, op. cit., pp. 47-48.

<sup>28</sup> Apud O. Vianna, *O ocaso do Império*, p. 122.

## Ouro Preto e uma solução para o gabinete Cotegipe

Cunha Matos se conformou com a repreensão, mas não Madureira, cujo caso prosseguiu por suas próprias atuações.<sup>29</sup> A imagem de Madureira se ampliou entre os militares, particularmente os jovens, que se identificavam com o abolicionismo do oficial, convertido ao republicanismo.<sup>30</sup> O que amplificou o caso foi que o marechal de campo Manuel Deodoro da Fonseca, que acumulava o posto de comandante das Armas com o de presidente interino da província do Rio Grande do Sul, consentiu com seus inferiores. Os acontecimentos da *questão militar* começaram a se precipitar.

Percebendo que a insubordinação coletiva dos militares contava com o apoio do alto escalão, Cotegipe resolveu revogar as punições, se os oficiais punidos entrassem com requerimento para trancamento das notas. Matos e Madureira, porém, se negaram, alegando que o Conselho Supremo se baseava na Constituição, ao passo que os avisos de punição, como eram inconstitucionais, deveriam ser revogados *ex-officio*. Deodoro ficou satisfeito com a decisão do governo, assim como muitos outros oficiais. Daí que Benjamin Constant reprovou-os duramente: “Os senhores são uns turbulentos que querem fazer a república; devem requerer o trancamento das notas”.<sup>31</sup>

Os oficiais recalcitrantes e os jovens oficiais acabaram convencendo Benjamin e Deodoro. A solidariedade de classe do marechal ficou patente com a reunião de Porto Alegre, em 30 de setembro de 1886. Com a permissão de Deodoro, toda a oficialidade da guarnição local participou do ato em homenagem a Sena Madureira e de contestação ao aviso de Cândido de Oliveira. O ímpeto dos militares contra o governo Cotegipe se acentuou a ponto de motivar que mesmo inimigos pessoais e políticos, como Deodoro e Pelotas, fizessem as pazes. A

<sup>29</sup> Por exemplo, a 15 de novembro de 1886, apresentou um memorial, divulgado pela imprensa, em que pediu para ser submetido a conselho de guerra, a fim de provar que havia sido punido injustamente. O requerimento foi enviado à Secretaria de Guerra, cujo parecer foi negativo em relação ao conselho pedido, por ser falta puramente disciplinar.

<sup>30</sup> Diferente era a posição de Cunha Matos, que nunca aderiu efetivamente ao republicanismo, embora, já general, tenha participado do golpe de 15 de Novembro, pois queria desagrar o Exército. Cunha Matos não aprovou a maneira como foi fundado o novo regime e o tratamento dado aos militares nos governos Deodoro e Floriano. S. B. de Holanda, op. cit., pp. 340-341. Cunha Matos se tornou um dos redatores do jornal monarquista *Liberdade*, criado no Rio de Janeiro, em 1896. Ver Parte III, Capítulo 2, p. 298.

<sup>31</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 71.

reunião de Porto Alegre, além de evidenciar o desprestígio das instituições, alçou a figura de Deodoro a primeiro plano entre os militares.

Cotegipe, chefe de gabinete e um dos líderes do Partido Conservador, decidiu impulsionar a carreira política de Deodoro, como meio de frear seu encaminhamento para o lado dos militares contestadores. Deodoro seria eleito senador, pela província do Rio de Janeiro, e receberia título nobiliárquico. Quando Henrique Pereira de Lucena partiu para o Rio Grande do Sul, a fim de reassumir seu cargo de presidente de província, Cotegipe o incumbiu de convencer Deodoro a investir na sua faceta, cada vez mais apagada, de político conservador. Sem conhecer Deodoro pessoalmente, Lucena se aproximou dele e tornaram-se amigos, mas seu esforço foi inútil.<sup>32</sup>

Ainda na tentativa de dissuadir Deodoro, Cotegipe enviou-lhe longa carta, explicando a contradição de ocupar postos de confiança e apoiar reuniões de protestos contra o governo imperial. Na sua resposta, Deodoro justificou o comício dos oficiais nestes termos: “Houve motivo para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplícios, cujas imunidades não os autorizam a dirigir insultos, nem os isentam da precisa e conveniente resposta”. O culpado da exacerbação dos ânimos militares seria o próprio governo. Deodoro expressou também o raciocínio generalizado então vigente: toda a classe militar se sentia desonrada pelas ofensas sofridas por Madureira e Cunha Matos, pois “a ferida foi forte, cruel e mortal e, com justa razão, sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram vítimas”.<sup>33</sup>

Como a resposta de Deodoro foi bastante insubordinada, Cotegipe o demitiu do cargo de vice-presidente na província do Rio Grande do Sul, justificando sua decisão com base na “divergência de pensamento do Governo e do seu delegado

---

<sup>32</sup> Como retribuição ao seu feito, Lucena ganharia também uma vaga no Senado, uma pasta no ministério e o título de barão. Como não conseguiu cumprir sua missão, obteve só o título de barão e uma vaga na deputação. Como a amizade com Deodoro continuou, tornando-se até compadres, sob a república Lucena se tornou ministro, ao qual Deodoro atribuiu funções de primeiro-ministro típicas do Império. Ver Parte III, capítulo 1, pp. 255-257.

<sup>33</sup> Carta de Cotegipe a Deodoro, 1º de novembro de 1886, e carta de Deodoro a Cotegipe, 14 de novembro de 1886, ambas transcritas em H. Silva, op. cit., pp. 446-451.

de confiança”.<sup>34</sup> O barão visava não ferir os melindres de um oficial influente e com significativa capacidade de congregar seguidores.

Ao retornar à Corte, a 26 de janeiro de 1887, Deodoro foi recebido com calorosa manifestação, na qual compareceram muitos alunos militares.<sup>35</sup> Não perderam a oportunidade de fustigá-lo os parlamentares que mais haviam combatido sua atuação como comandante de Armas: na Câmara, Cândido de Oliveira e, no Senado, Gaspar da Silveira Martins.<sup>36</sup> Para completar, o conselheiro Antônio Eleutério de Carvalho, amigo de Silveira Martins, acusou Deodoro na Câmara “pelo procedimento criminoso de ter desviado dinheiro da Fazenda provincial”. Deodoro defendeu-se e foi absolvido, em 11 de maio, por sentença do Supremo Tribunal de Justiça. O processo gerou polêmica e intensificou o ódio de Deodoro por Silveira Martins, visto como seu principal algoz.<sup>37</sup> Esta rivalidade teria efeitos de longo alcance na tarde de 15 de novembro de 1889.

A partir do processo de Deodoro, o confronto entre classe armada e governo tomou configuração ímpar, o que se tornou “oficial” na reunião de 2 de fevereiro de 1887, ocorrida no Teatro Recreio Dramático, presidida pelo marechal, secretariado por Madureira. Cerca de duzentos oficiais do Exército e da Marinha aprovaram uma moção em que recorriam diretamente ao imperador para solucionar a *questão militar*. O segundo item da moção foi incisivo: “[Os oficiais de terra e mar] pensam também que só a cessação de qualquer medida, tendente a perseguir os oficiais pelo fato de terem aderido à questão militar, poderá acalmar a irritação e o desgosto que reinam nas fileiras do Exército”.<sup>38</sup> Deodoro foi designado para representá-los, junto ao monarca, no intuito de solucionar o conflito. Pedro II, doente, não se pronunciou. Cotegipe alegou que a moção não lhe foi entregue para ser remetida ao imperador, só tomando conhecimento da

<sup>34</sup> Carta de Cotegipe a Deodoro, 5 de dezembro de 1886, apud O. Vianna, op. cit., p. 132.

<sup>35</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 50.

<sup>36</sup> Silveira Martins já se distinguira por discursos em que ridicularizava o marechal, tais como: “registro que comandante de uma divisão de observação, dividira-a em duas brigadas, confiando o comando de uma a um parálfico, e a outra a um octogenário, que caiu do cavalo parado”. Silveira Martins também havia cobrado mais energia em relação a Deodoro: “Um governo forte haveria logo demitido esse Vice-Presidente da Província e mandado que preso se recolhesse à Capital do Império para ser submetido a Conselho”. Sessão do Senado de 8 de agosto de 1886, apud H. Lyra, *História da queda do Império*, p. 338; H. Silva, op. cit., pp. 440-441.

<sup>37</sup> A rivalidade entre os dois começou antes dos incidentes da questão militar, pois na briga pela baronesa do Triunfo, de notória família do Rio Grande do Sul, Silveira Martins tinha levado a melhor. H. Silva, op. cit., pp. 441-442; J. M. de Carvalho, *D. Pedro II*, p. 221.

<sup>38</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 70.



mesma através dos jornais. O ministro da Guerra, Alfredo Chaves, não encontrando apoio para punir os promotores da reunião, em vão, pediu demissão do cargo.

Deodoro pessoalmente entregou ao imperador uma carta em que fustigou as punições a Madureira e Matos e a ação de alguns parlamentares, que “pela irresponsabilidade de que gozam, apaziam-se em insultar os militares!”. O oficial se referiu a valores caros ao Exército: “brio”, “honra” e “dignidade”.<sup>39</sup>

Joaquim Nabuco, na imprensa, falou da incompatibilidade entre Chaves e Deodoro e tratou do conflito em frases como: “Hoje... o Exército é manejado pelo governo como uma bomba de dinamite, que o pode fazer saltar”.<sup>40</sup> Embora seu alvo fosse o governo, Nabuco contribuía para incensar a questão militar.

Deodoro enviou outra carta ao imperador, condicionando sua permanência no Exército ao atendimento das reivindicações da classe. Seu tom foi admoestatório: “A coisa é muito séria, Senhor, e somente quem, por um lado, não tiver a intuição do brio e do pundonor natural e, por outro, não cogitar das conseqüências a advir, poderá encarar descuidoso a tormenta que se anuncia!”.<sup>41</sup>

No mesmo dia, saiu o artigo de Joaquim Nabuco em que se referiu ao perigo que corriam as instituições monárquicas. Além de causticar os liberais, que da tribuna atacavam os militares, e os conservadores, que nada faziam para acabar com a questão militar, Nabuco atentou para o republicanismo crescente nas tropas do Exército:

Os dois partidos chamados Constitucionais parecem, oficialmente, condenar o Exército. Isto é uma razão bastante para a Monarquia acabar com a malfadada Questão Militar, demitindo o Ministério. Se não o fizer, ele verá o espírito militar, que começa, isto é, o espírito da dignidade militar, ou, por outra, da nacionalização do Exército, nascer republicano, e como se nasce assim se fica.<sup>42</sup>

Coincidentemente, neste dia o governo Cotegepe concedeu a demissão pedida por Alfredo Chaves. Para Deodoro, “melhor do que isso só surra de

<sup>39</sup> Carta de Deodoro ao imperador, 5 de fevereiro de 1887, transcrita em H. Silva, op. cit., pp. 453-458.

<sup>40</sup> Joaquim Nabuco, “Militares e Escravos”, *O País*, 9 de fevereiro de 1887, apud ibid., pp. 456-457.

<sup>41</sup> Carta de Deodoro ao imperador, 12 de fevereiro de 1887, apud ibid., pp. 459-460. Ver também E. de Moraes, op. cit., p. 50 e C. Castro, *A proclamação da República*, p. 29.

<sup>42</sup> Joaquim Nabuco, “Os dois lados da Questão Militar”, *O País*, 12 de fevereiro de 1887, apud H. Silva, op. cit. p. 459.

bacalhau”.<sup>43</sup> Ainda assim, prosseguia o não cancelamento das notas, porque Madureira e Matos não entravam com requerimento, ao passo que Cotegipe não abria mão desta formalidade. Em maio, ocorreu nova reunião entre Deodoro e o visconde de Pelotas.

Cotegipe, admitindo o desequilíbrio causado ao gabinete, apelou à sensatez do Senado, para que o ajudasse a conter os ânimos em momento tão melindroso. Ouro Preto pouco esmoreceu sua oposição ao abalado ministério. Ainda mais com o agravamento da doença do imperador, ele pressionou o chefe de gabinete para que pedisse demissão. A crise ministerial afetaria a sessão legislativa, recém-iniciada, que seria “completamente estéril”. Todo esse quadro sombrio concorria “para o descrédito em que vai caindo o sistema parlamentar”.<sup>44</sup>

Visando manter-se no poder, em 10 de maio Cotegipe recompôs seu ministério: Joaquim Delfino Ribeiro da Luz tomou a pasta da Guerra; Carlos Frederico Castrioto substituiu Samuel Mac Dowell na da Marinha e Rodrigo Augusto da Silva ocupou o lugar de Antônio Prado na da Agricultura.

Do lado dos militares, também houve reajustes entre os reclamantes. A figura de alto-relevo era Deodoro da Fonseca, herói da Guerra do Paraguai que gozava também de boa aceitação entre os jovens. As disputas de liderança fizeram Cunha Matos se incompatibilizar com o “chefe” da classe militar.

Junto com Pelotas, Deodoro assinou um manifesto, redigido por Rui Barbosa, no dia 14, em que passaram por cima do ministério:

Não nos resta pois senão recorrer para a opinião do país, que desde o princípio esposou a nossa causa, idêntica à dele; endereçar ao parlamento este derradeiro apelo e protestar que havemos de manter nosso posto de resistência à legalidade, que é o do nosso dever, do qual nada nos arredará enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena. Havemos de ser conseqüentes como quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra.<sup>45</sup>

O manifesto foi apoiado por todas as guarnições do país, exceto a de Pernambuco. Os militares fizeram uma reunião secreta, em que aventaram

---

<sup>43</sup> Carta do marechal Deodoro da Fonseca ao capitão João de Sousa Castelo, 23 de fevereiro de 1887, apud *ibid.*, p. 461.

<sup>44</sup> A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, *Discursos parlamentares*, sessão de 6 de maio de 1887, pp. 385-388.

<sup>45</sup> Apud T. Monteiro, *op. cit.*, p. 75.

deposição do gabinete. Em discurso no Senado, Pelotas terminou em tom ameaçador:

O nobre presidente do conselho sabe bem que foi uma revolução que fez abdicar o Sr. D. Pedro I, e o fato é hoje aceito. Peço encarecidamente ao Sr. presidente do conselho que reconsidere seu ato, por amor deste país, não por satisfação a mim, que nada valho; solva esta questão de modo honroso e digno. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar do nobre presidente do conselho confiar na força armada que tem à sua disposição. Tais serão as circunstâncias que bem possível é que ela lhe falte. Reconsidere o nobre presidente do conselho o seu ato, por amor deste país e quem sabe se por amor das instituições.<sup>46</sup>

Era uma referência clara a uma sedição militar. Silveira Martins observou que “se passar o precedente de um ministério derrubado pelas ameaças da força, os ministros, de ora em diante, devem fazer-se nos quartéis”.<sup>47</sup> Ele e Ouro Preto se ofereceram como mediadores do conflito, intermediação essa que Cotegipe aceitou.<sup>48</sup>

Após uma reunião que os dois senadores tiveram com Pelotas, elaboraram uma moção, a ser apresentada ao Senado, concitando o governo a “fazer cessar os efeitos das penas disciplinares impostas a militares por uso indevido da imprensa”.<sup>49</sup>

Cotegipe deu seu aval à moção, fazendo leve alteração. O texto final foi apresentando no Senado por Silveira Martins. Na véspera da apresentação, *O País*, que tivera notícia prévia do documento, combateu a solução e criticou o sistema político. Em carta a Ouro Preto, Cotegipe observou como a moção fazia seu gabinete perder a dignidade, mas salvava o Império de um golpe republicano: “Leu o que diz *O País*? É natural que desaponte, e por isso já de prevenção ataca os partidos e o parlamento. A razão é clara: perde a monção [de] embarcar a República em águas revoltas”.<sup>50</sup>

<sup>46</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 76.

<sup>47</sup> Sessão de 16 de maio de 1887, apud B. W. de Cerqueira Leite, op. cit., p. 194.

<sup>48</sup> Silveira Martins, embora adversário do gabinete, tomou esta iniciativa porque havia sido procurado em sua residência pelo correligionário Pelotas. Este lhe revelara a iminência de uma insubordinação militar, com o propósito de instituir uma ditadura. Silveira Martins comunicou este plano a Tomás Coelho, que por sua vez notificou Cotegipe. Por isso, o barão aceitou a fórmula apaziguadora proposta por Silveira Martins, que era bastante constrangedora da autoridade do ministério. E. de Moraes, op. cit., p. 51.

<sup>49</sup> Apud A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, sessão de 18 de maio de 1887, *Discursos parlamentares*, p. 399.

<sup>50</sup> Apud E. de Moraes, op. cit., p. 52.

A moção Silveira Martins levantou acalorado debate, até porque os liberais, ávidos de retornar ao poder, se dividiram, ficando a facção contrária liderada por Dantas, Franco de Sá e Cândido de Oliveira. Em trecho de seu discurso, Silveira Martins sintetizou a situação e aludiu ao perigo de consolidar dissidência partidária em momento como esse: “Se existe crise, não é de partido, é das instituições”.

Por outro lado, a celeuma se deveu à excepcionalidade: este gênero de moção era proposta inédita na história do país e ainda foi feita por parte de membros da Câmara alta. Sua votação causou estranhamento quase geral. O Senado teria tomado posição “anormalíssima”, na avaliação de Silveira da Mota.<sup>51</sup> Franco de Sá evocou a velha fórmula de Zacarias: “o Senado não faz política”. Cândido de Oliveira aconselhou a delegação desta tarefa para a Câmara temporária. Mesmo alguns conservadores a rejeitaram, como Domingos José Nogueira Jaguaribe.

O apoio veio da parte dos mais moderados, como Antônio Saraiva, até então “absenteísta” no assunto. Ao fim das discussões, prevaleceu a opinião dos que, como Ouro Preto, defendiam a “elasticidade” do sistema representativo para evitar um conflito maior com uma força armada. Alguns usaram marcantes figuras alegóricas para convencer seus pares na aprovação da moção. Francisco Otaviano mesclou metáfora com forte realismo: “O Presidente do Conselho está sem apoio de seus auxiliares. Quando tiver que se retirar, poderá dizer que este foi seu Waterloo, a mais brilhante de suas batalhas”.<sup>52</sup> Outros, como Ouro Preto, atentaram à realidade de “uma situação que todos reputam inconvenientíssima e arriscada”, pois a “crise é de todos os elementos, de ordem e segurança sociais”. Cabia ao Senado “conjurar um desastre, um perigo público”, “porque tudo é preferível ao desencadeamento da anarquia”.<sup>53</sup>

A moção acabou sendo aprovada, Cotegipe anulou as notas disciplinares contra Madureira e Cunha Matos e ainda ficou no poder quase um ano. Este ato costuma ser considerado o encerramento da *questão militar*.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> Apud A. C. de A. Figueiredo, visconde de Ouro Preto, sessão de 18 de maio de 1887, *Discursos parlamentares*, p. 400.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 401.

<sup>53</sup> *Ibid.*, sessão de 20 de maio de 1887, pp. 402-404.

<sup>54</sup> C. Castro, *op. cit.*, pp. 31-32.

A solução encontrada significou em uma ferida ao ministério Cotegepe, muito mais do que um “arranhão” como o barão se referiu. Na metáfora de Júlio de Castilhos, o governo fez “entrada de leão e saída de poltrão humilhado”. Aproveitando-se do abalo ao gabinete, o republicano continuou atiçando os ânimos militares, pois “pode bem acontecer que a humilhação agora sofrida contenha no seu bojo o intento secreto de uma pérfida vingança no futuro”.<sup>55</sup>

No plano partidário e parlamentar, vez ou outra o dissídio entre os militares e o governo Cotegepe era reavivado. A oposição liberal passou a se aproveitar de toda e qualquer situação para explorar a dignidade abalada de um ministério antes tão cioso por haver aprovado no Senado a lei dos Sexagenários. Joaquim Nabuco mesmo aproveitou a violência no uso da força armada contra sessenta escravos fugidos do município de Capivari para concitar a desunião entre força militar e governo: “Depois de ter sido moralmente deposto pelo exército nacional, o Sr. Cotegepe imaginou vilipendiá-lo, pondo-os às ordens dos senhores de escravos fugidos, e não há negar, a humilhação é completa e a desforra sangrenta”.<sup>56</sup>

Ao fazer um balanço da moção, Floriano Peixoto exprimiu a solidariedade de classe e a perda de legitimidade das instituições imperiais: “Como liberal, que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada; mas, não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que ele é o que sabe purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido”.<sup>57</sup>

Apesar da moção ter solucionado momentaneamente a rivalidade entre os militares e o governo Cotegepe, sacramentou-se o litígio entre o Exército e o Império.

O saldo da *questão militar* para as instituições políticas foi bastante negativo. Embora nas contendas tenha se envolvido uma minoria da força de terra e as desavenças tenham ficado relativamente restritas ao Rio Grande do Sul e à Corte, aí se localizavam os maiores contingentes do Exército. Nestas províncias também militavam na imprensa os poucos republicanos, como Júlio de Castilhos e Quintino Bocaiúva, favoráveis ao militarismo. Junto com alguns republicanos

<sup>55</sup> Júlio de Castilhos, *A Federação*, 21 de maio de 1887, apud H. Silva, op. cit., p. 14 e pp. 435-436.

<sup>56</sup> Apud C. Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, p. 215.

<sup>57</sup> Carta de Floriano Peixoto, datada de 10 julho de 1887, a destinatário não mencionado, apud H. Silva, op. cit., pp. 194-195; J. Schulz, op. cit., p. 300.

civis de São Paulo, foram indivíduos destas províncias que maquinaram o golpe que acabou derrubando a monarquia.

### **Jovem oficialidade e aglutinação militar**

Com o cancelamento das notas disciplinares a Madureira e Matos a *questão militar* foi dada por encerrada pelos atores envolvidos. Todavia, posteriormente surgiram “questiúnculas militares”, no dizer de Evaristo de Moraes.<sup>58</sup> A juventude militar, em sua maioria republicana, fez de tudo para recender as discórdias com o governo.<sup>59</sup> Antes a motivação fora sobretudo corporativa, daí em diante passou a ser principalmente política.<sup>60</sup> Urgia aproveitar todas as ocasiões para insuflar os brios da classe e desestabilizar o regime.

Um astucioso feito da juventude militar foi a criação do Clube Militar, já em 26 de junho de 1887.<sup>61</sup> Os alunos-alferes e oficiais de baixa patente que o fundaram objetivavam: o estreitamento de laços entre oficiais do Exército e da Marinha; a defesa dos direitos e interesses da classe militar, tanto pela imprensa como junto aos poderes de Estado; a representação da classe em esfera autônoma do controle da cadeia de comando militar existente. Este último objetivo tornava clara a intenção de ruptura, pois a alta oficialidade e o generalato imbricavam-se com a política imperial e não tinham interesse em alterar o *status quo*. No entanto, a visibilidade das altas patentes era mais do que necessária para legitimar o caráter aglutinador que se pretendia para a agremiação, que também congregaria a Marinha. Daí o convite ao marechal Deodoro da Fonseca para

<sup>58</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 53.

<sup>59</sup> Várias foram as pequenas ocorrências das questiúnculas militares. Mencionemos as mais conhecidas até o início do governo Ouro Preto. Quando da visita de Tomás Coelho, ministro da Guerra, à Escola Militar, em 3 de novembro de 1888, o jovem Euclides da Cunha, em atitude desrespeitosa, atirou para longe a espada. Outro episódio ocorreu, a 25 de novembro, quando o chefe de polícia de São Paulo entrou no 17º Batalhão sem cumprir certas formalidades. Vários oficiais se sentiram ofendidos e iniciaram breve agitação. Para acalmar os ânimos, Tomás Coelho teve que vir a público comunicar que J. J. Cardoso de Melo Júnior já havia sido demitido a bem do serviço público.

<sup>60</sup> Para Celso Castro, mais do que política, “a ‘questão’ de 1889 é essencialmente republicana”, pois o autor prioriza a atuação da juventude militar. C. Castro, op. cit., p. 53.

<sup>61</sup> Pouco antes, jovens oficiais já tinham realizado reuniões com o mesmo fito na residência do capitão Serzedelo Corrêa. R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, p. 426.

assumir a presidência, ao capitão de mar e terra Custódio José de Melo para a vice-presidência e ao major Benjamin Constant para a tesouraria.<sup>62</sup>

Foi através da nova associação que Benjamin Constant entrou para a cena política, até porque o professor de matemática da Escola Militar e seus alunos passaram a se encontrar fora das salas de aula.<sup>63</sup> Além disso, Constant havia sido um dos poucos oficiais superiores da Corte a defender a classe durante a *questão militar*. Os jovens da Escola Militar questionavam frontalmente o regime imperial: a República abriria caminho ao progresso, para que o país atingisse o “Estado positivo”, última etapa da escala evolutiva da sociedade na conquista do progresso. A “mocidade científica” considerava Benjamin Constant capaz de liderar um movimento armado para derrubar o regime, ainda que o “Mestre” ainda nem fosse propriamente republicano.<sup>64</sup>

Com a criação do Clube Militar, outra figura se projetou ainda mais: Deodoro da Fonseca. Tanto que, com o objetivo de desmobilizar o Clube Militar, em dezembro de 1888, ele foi nomeado para comandar forças na província de Mato Grosso.<sup>65</sup> Deodoro partiu, entregando a presidência da associação a Benjamin Constant, mas continuou com alto conceito entre os colegas de farda. A estratégia de afastamento de Deodoro dos militares questionadores, evidentemente, se tornou mais um motivo de queixa.

### **Relações do ministério Ouro Preto com os militares**

Ouro Preto chefiou o ministério que sofreu a mais tenaz oposição dos militares. As suscetibilidades da farda haviam sido abrandadas no final do governo Cotegipe pela moção Silveira Martins, voltaram a ser leve e interruptamente reacendidas no gabinete João Alfredo pelas “questiúnculas militares” e acabaram atingindo o paroxismo com o retorno dos liberais ao poder.

A orientação do ministério Ouro Preto, de início, foi a mais amistosa possível em relação aos militares. Duas medidas foram tomadas para selar a

---

<sup>62</sup> Os estatutos do Clube Militar foram aprovados em assembléia geral realizada em 4 de julho. C. Castro, op. cit., p. 40.

<sup>63</sup> Id., ibid., p. 34.

<sup>64</sup> R. L. do C. N. e Lemos, “Benjamin Constant...”, p. 77.

harmonia entre força militar e força política. A primeira, como vimos no capítulo anterior, foi convidar militares para chefiar as pastas militares: o visconde de Maracaju para a da Guerra e o barão do Ladário para a da Marinha. O artifício de Ouro Preto, todavia, se revelou totalmente infrutífero. Maracaju e Loreto não eram bem vistos entre os colegas de farda, além de que a pecha de áulicos os tornou figuras fáceis no combate detonado por parlamentares civis.

A segunda medida governamental incidiu sobre a figura maior da *questão militar*: Deodoro da Fonseca. O marechal foi exonerado da comissão do Mato Grosso e chamado ao Rio. Segundo Ouro Preto, seu governo tomou resolução também para aliviar o “tesouro público de sacrifícios ingentes”, dado o elevado custo da expedição, ainda que ao marechal tenha sido conservado o vencimento como comandante em chefe.<sup>66</sup> Deodoro foi recebido calorosamente pelos militares, em manifestação a 13 de setembro, e condecorado pelo imperador com a Grande Dignitária da Ordem da Rosa.<sup>67</sup> Essas concessões, porém, não foram suficientes para desfazer a ira pessoal de Deodoro em relação a um gabinete que acabara de beneficiar inimigos seus: Cunha Matos fora nomeado para a presidência da província do Mato Grosso e Silveira Martins para a do Rio Grande do Sul. Do lado dos jovens oficiais, igualmente, o retorno de Deodoro à Corte não foi suficiente para contentá-los. Foram criadas novas “questiúnculas militares” em que o próprio chefe de gabinete teria ultrajado a honra militar.<sup>68</sup>

O incidente Carolino ocorreu, já no dia seguinte à recepção de Deodoro, porque quando Ouro Preto chegou para trabalhar, no prédio do Ministério da Fazenda, o tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida não estava em seu posto de chefe da guarda, enquanto a maior parte dos praças passeava pelo edifício. Mesmo

<sup>65</sup> O pretexto utilizado foi a criação de um exército de observação, para fortificar a região de fronteira da província de Mato Grosso, por causa do rompimento das relações diplomáticas entre o Paraguai e a Bolívia, que tornava iminente uma guerra.

<sup>66</sup> V. de Ouro Preto, *O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos*, Santa Cruz de Tenerife, 9 de dezembro de 1889, publicado como suplemento do *Comércio de Portugal* em 20 de dezembro de 1889, doravante *Manifesto de Tenerife*, reproduzido em *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, pp. 284-343.

<sup>67</sup> H. Silva, op. cit., p. 6 e p. 100.

<sup>68</sup> Antes da volta de Deodoro, o nome de Ouro Preto já havia sido envolvido em ato contrário aos militares. Quando Ouro Preto passou pela sala de espera do Ministério da Marinha, os três jovens oficiais que ali estavam não se levantaram nem o saudaram. Eles foram censurados e presos, o que obviamente foi espalhado como obediência a uma suposta ordem de Ouro Preto. Este sempre negou, alegando, ao contrário, que solicitou a soltura dos rapazes e o cancelamento das notas lançadas em suas cadernetas.



explicando que se afastara por necessidade fisiológica, o militar recebeu voz de prisão por 24 horas, ao ser acusado pelo chefe de governo de estar dormindo em serviço.

Apesar de caso isolado e ser Carolino pouco considerado pelos colegas de farda, a penalidade serviu de pretexto para que a mocidade militar radicalizasse os ataques ao governo. Os jovens “científicos” entregaram a Benjamin um requerimento, assinado por 40 sócios do Clube Militar, em que pediam a Deodoro uma sessão especial. Tamanho era o exagero da demanda que, no próprio requerimento, Deodoro limitou-se a responder: “por hora não há necessidade de reunir-se a sessão pedida”.<sup>69</sup>

Os jornais *Correio do Povo*<sup>70</sup>, *O País* e *Diário de Notícias* não perderam a chance de insuflar os ânimos dos militares.<sup>71</sup> A animosidade atingiu o auge quando Cândido de Oliveira, ministro da Guerra interino cuja indicação já havia desagradado aos militares, estabeleceu oito dias de pena de reclusão para o tenente Pedro Carolino, pois este publicou artigo na imprensa.<sup>72</sup> Outras ocorrências, pequenas e pontuais, também foram exploradas, servindo para sedimentar núcleos de oposição ao governo.

O agravante para o gabinete Ouro Preto é que o desgaste da relação entre civis e militares atingiu o clímax exatamente num momento em que o governo imperial já tinha de lutar em outras frentes: o descontentamento de proprietários de escravos com o 13 de Maio, a intensificação da propaganda republicana, as celeumas em torno da federação e as desconfianças relativas a um Terceiro Reinado. Em contrapartida, os militares reforçavam sua visão de salvadores da pátria.

Um dos últimos episódios da contenda entre militares e o gabinete Ouro Preto ocorreu por causa do preenchimento de uma vaga na Escola Militar do Ceará, cujo comandante, João Nepomuceno de Medeiros Mallet, se indispôs com

---

<sup>69</sup> Apud H. Silva, op. cit., p. 52.

<sup>70</sup> O jornal acabara de ser fundado, a 1º de julho de 1889, por Chagas Lobato e Sampaio Ferraz, que seria nomeado chefe de polícia já a 15 de novembro. Na capital do Império, era a única folha que se declarava republicana no cabeçalho, ainda que não fosse órgão do Partido Republicano. E. de Moraes, “Como se fez a República”, *Jornal do Brasil*, 24 de novembro de 1922. Apud E. de Moraes, op. cit., p. 66 e pp. 119-122.

<sup>71</sup> Id., *ibid.*, pp. 55-57. Estes jornais circulavam livremente nos quartéis, havendo distribuição gratuita do *Correio do Povo*.

<sup>72</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 429.

o ministro interino da Guerra e pediu demissão do cargo.<sup>73</sup> No dia 23 de outubro, Cândido de Oliveira a concedeu “a bem do serviço público”, além de determinar que o tenente-coronel fosse submetido a Conselho de Investigação por indisciplina e desrespeito à hierarquia.<sup>74</sup> Mallet se uniu a Deodoro, seu ex-companheiro na Guerra do Paraguai, no contra-ataque às injúrias governamentais contra o Exército. Formou-se o núcleo central de militares opositores ao ministério Ouro Preto.

No mesmo dia, na Escola Militar, no banquete de recepção aos oficiais do cruzador *Almirante Cochrane*, ocorreram cenas inusitadas, que deram mostras públicas das relações difíceis entre oficiais proeminentes do Exército e a cúpula governamental. Na segunda mesa do banquete, algo saiu dos protocolos: um aluno da Escola Militar levantou-se e fez saudação emocionada a Benjamin Constant, desligado há pouco dessa instituição, ao ser criada a Escola Superior de Guerra. Por mais de quinze minutos, o mestre foi ovacionado e tomou chuva de flores. Em retribuição, Constant disse que ali estava a convite dos alunos e protestou contra a pecha de indisciplinado e de desordeiro que os partidários do governo estariam atirando à face do Exército, o qual não era “composto de janízaros”.<sup>75</sup> Cândido de Oliveira retirou-se imediatamente. No final, foram dados muitos vivas à “República... do Chile!”.<sup>76</sup> Por via indireta, demarcou-se a distância entre esses jovens oficiais e a intencionalidade do próprio banquete: de evidenciar a militares estrangeiros a união entre governo e a força armada brasileira.

Ouro Preto, sempre cioso das regras de conduta e respeito à hierarquia, repreendeu Cândido de Oliveira. Como no banquete o ministro representava o governo: “Devia tê-lo preso; só assim poderia ser corrigida a falta de um oficial que se pronuncia contra os seus superiores diante deles, e ainda mais diante de oficiais estrangeiros. Que juízo farão estes nós?”.<sup>77</sup> O presidente do Conselho de

<sup>73</sup> Mallet havia pedido a Cândido de Oliveira que nomeasse o tenente Barbosa para instrutor de 1º classe. Cândido discordou, dizendo haver vários instrutores de 2ª classe merecedores de promoção, ponto de vista com o qual Mallet concordou. O tenente Barbosa recorreu a políticos amigos e obteve a nomeação. Mallet sentiu seu comando desprestigiado e, por isso, rompeu com Cândido. H. Lyra, op. cit., pp. 18-19.

<sup>74</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, pp. 429-430.

<sup>75</sup> Apud H. Lyra, op. cit., p. 12; H. Silva, op. cit., p. 116.

<sup>76</sup> Apud H. Lyra, op. cit., p. 13; C. Castro, op. cit., pp. 54-56.

<sup>77</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 111.

Ministros mostrava-se cada vez menos paciente com o comportamento indisciplinado dos militares.

De seu lado, Benjamin Constant começou a assumir posições mais radicais, até mesmo devido ao impulso que recebia dos jovens oficiais. No dia seguinte ao banquete, recebeu uma mensagem dos alunos da Escola Militar, na qual os jovens reafirmaram os clássicos valores caros aos militares e fustigaram as humilhações que estariam sendo infringidas aos membros do Exército, vítimas dos bacharéis. Além da retórica comum das cartas, moções, manifestos e demais documentos referentes à *questão militar* e “questiúnculas militares”, um novo elemento ganhou relevo: o presidente do Conselho, que estaria se sobrepondo ao monarca e às instituições. O governo Ouro Preto estaria acentuando a degradação do Exército e, de permeio, degenerando a própria nação, pois:

[...] um aventureiro ousado e atrevido surgiu no primeiro plano da arena política e o que tem sido este espezinhar constante de uma nacionalidade é quadro tão revoltante que a pena recusa descrever; esse movimento monetário que nada explica, transformando a capital do Império em novo Mônaco, essa pleitora eleitoral, em verdadeiro escárnio, recursos perigosos nas mãos do primeiro ministro e mais que tudo essa ameaça de licenciar o Exército [...]. Pobre Pátria, desgraçado País onde no trono se assenta um espectro de rei, cujo império transformaram numa banca de jogo.<sup>78</sup>

Enquanto Ouro Preto era responsabilizado pelo aviltamento do Exército, Benjamin Constant era enaltecido como salvador da pátria. Três dias depois, na Escola Superior de Guerra, o “Mestre” recebeu estrepitosa manifestação por parte de alunos da Escola Militar e oficiais de três regimentos: o 2º de Artilharia, o 1º e o 9º de Cavalaria.<sup>79</sup>

Dada a ausência de qualquer atitude punitiva do ministro interino da Guerra, Ouro Preto disse a Pedro II que o comandante da Escola, marechal Miranda Reis, deveria ser substituído do cargo. Como o barão também prestava serviço na Casa Imperial, o monarca retorquiu: “Quer o senhor desconsiderar o Miranda Reis, que tem tantos serviços e foi tão bravo na guerra?”<sup>80</sup> Ouro Preto, então, teve a idéia de organizar um Conselho de lentes da Escola Militar para julgar a insubordinação de

<sup>78</sup> Escola Militar, 26 de outubro de 1889, apud H. Silva, op. cit., pp. 498-501.

<sup>79</sup> Estes três regimentos foram os mais exacerbados no dia 14 de novembro e formaram a primeira coluna insurgente do dia 15.

<sup>80</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 111; H. Lyra, op. cit., p. 17.

Benjamin Constant. O imperador repreendeu ainda mais enfaticamente Ouro Preto:

Qual, Sr. Ouro Preto, não vá por aí. O Sr. acredita no resultado deste Conselho? Lobo não come lobo. Olhe, o Benjamin é uma excelente criatura, incapaz de violências, é homem de X mais B e, além disso, muito meu amigo; mande chamá-lo, fale com franqueza e verá que ele acabará voltando ao bom caminho.<sup>81</sup>

A justificativa de Ouro Preto a Pedro II não poderia ser mais explícita de seu tradicionalismo: “Mas, senhor, por aí é que não devo ir; eu sou Governo; diante de um fato público como este, não sei como posso me entender com esse oficial, antes que ele seja punido e convencido da sua falta”. Como o imperador permaneceu a favor de Benjamin, o militar não foi punido e tampouco perdeu a direção da Escola Superior de Guerra. Para fechar o caso, o comandante da 2ª Brigada, em ordem do dia, lamentou “fato tão irregular” motivado por “irreflexão, influência e entusiasmo do momento”.<sup>82</sup> Este caso reafirmou a inflexibilidade de Ouro Preto no que respeita às hierarquias. A sua austeridade serviu de estratagema para insuflar a animosidade em relação ao seu governo, como já havia acontecido com o incidente Carolino.

Inventaram-se boatos alarmantes: que Ouro Preto deixara de convidar a alta oficialidade para o baile da Ilha Fiscal; que, seguindo política de dispersão, ele é quem expedia ordem de embarque de batalhões; por fim, que ordenara a prisão de Deodoro.

Para completar, em virtude de sua posição como um dos líderes do Partido Liberal e chefe de governo, Ouro Preto interpretava as acusações como intrigas da oposição.<sup>83</sup> Tudo era visto em termos partidários. Não dava satisfações, tampouco desmentia os boatos. Ouro Preto não cedeu sequer diante da insistência do redator-chefe do *Jornal do Comércio*, conselheiro Sousa Ferreira, que no dia 14 de novembro, foi à sua casa e pediu para que ele desmentisse um boato grave como a ordem de prisão de Deodoro.<sup>84</sup>

Notícias falsas de toda ordem eram espalhados também por civis e ganhavam foros de verdade, porque a postura de Ouro Preto, como estadista, era

<sup>81</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 111.

<sup>82</sup> Apud C. Castro, op. cit., p. 61.

<sup>83</sup> V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, p. 293.

pouco complacente com os recalcitrantes. Seu apego a valores tradicionais o impediu de perceber a maneira negativa como sua figura ficava marcada para os militares.

### **Da aliança militar-civil à coligação antimonárquica**

Em seus últimos dias, o ministério Ouro Preto foi bombardeado por militares e civis porque tudo acontecia de novo no front dos conspiradores. Apesar de ser o líder da “via evolucionista” do Partido Republicano, Quintino Bocaiúva se aproximou de Benjamin Constant, já consagrado pelos jovens oficiais como liderança militar. A 27 de outubro, os dois acordaram que, para o avanço da causa republicana, seria útil a publicação de artigos que acirrassem os ânimos do Exército. Tal estratégica *aliança militar-civil* levou à publicação, em *O País* dos dias seguintes, de artigos que acusavam o governo de atingir o moral e a economia pessoal dos militares, além de direitos, como a estabilidade.<sup>85</sup> O endosso destes ataques por um ex-parlamentar como Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*, gerou efeito detonador de combate ao próprio regime.

Por outro lado, membros do Exército julgaram-se ameaçados com o investimento do governo em outras corporações, mormente a Guarda Nacional.<sup>86</sup> Como senador, Ouro Preto efetuara estratégia de concórdia com os militares, com a moção Silveira Martins. Já como chefe de governo, não queria “tolerar graves faltas de disciplina”. Como esclareceu no *Manifesto de Tenerife*, ele decidiu aumentar o corpo de polícia e reorganizar a Guarda Nacional do Rio de Janeiro para que o governo não ficasse “sem recursos para fazer executar a lei em um conflito com o exército ameaçador e animado pela impunidade”.<sup>87</sup> Ademais, permanecendo impassível às reclamações e indiferente aos boatos, Ouro Preto permitiu que o ressentimento se transformasse em irritabilidade, a insubordinação em rebelião, a indisciplina em golpe de Estado.

---

<sup>84</sup> Id., *ibid.*, pp. 298-299; T. Monteiro, *op. cit.*, pp. 108-113.

<sup>85</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 431.

<sup>86</sup> Pela lei de 10 de setembro de 1873, a Guarda Nacional havia sido desmilitarizada e perdera também sua função policial. A qualificação passou a ser feita de 2 em 2 anos e os guardas nacionais, com quadro reduzido de oficiais, eram convocados uma vez ao ano para revista e exercícios de instrução. A sua mobilização caberia, em primeira instância, ao governo central apenas em caso de comoção nacional resultante de guerra externa, rebelião, sedição ou insurreição. J. B. de Castro, *op. cit.*, pp. 347-348.

Nesse clima de ebulção, o major Sólton Ribeiro tentou convencer Deodoro a aderir a um projeto de mudança de regime político, argumentando que “se uma revolução militar não fizesse a república, longe não estaria o dia de ver-se correr o sangue brasileiro em revolução popular”.<sup>88</sup> O capitão de cavalaria Antônio Adolfo Mena Barreto, conservador bandedado para o lado republicano, já vinha conversando com o marechal a respeito. Com a doença de Deodoro surgiu um pretexto para que as visitas coletivas se tornassem freqüentes à sua casa, entre as quais: a 16 de outubro, Mena Barreto e o tenente Sebastião Bandeira; 17 de outubro, vários oficiais do 1º e 9º Regimentos de Cavalaria, inclusive o tenente-coronel Costa Guimarães, oficial de gabinete do ministro da Guerra; 30 de outubro, novamente vários oficiais. Foi nesta última ocasião que um suboficial, o alferes-aluno Tasso Fragoso, foi taxativo com Deodoro sobre a necessidade de uma revolução que derrubasse o trono.<sup>89</sup>

Mas o acordo sobre a “revolução republicana no Brasil” foi assentado na assembléia geral do Clube Militar no mesmo dia em que monárquicos, a elite política e a aristocracia participavam do baile da Ilha Fiscal, em homenagem ao almirante Bannen, comandante do cruzador Almirante Cochrane, e seus subordinados.<sup>90</sup>

Em razão de enfermidade de Deodoro, Benjamin Constant presidiu a reunião do dia 9 no Clube Militar, à qual compareceram 116 sócios.<sup>91</sup> Como o tema da pauta era o “incidente Carolino”, Constant já iniciou o seu discurso atacando o governo, devido aos seus “maus intuits” em relação à classe militar.<sup>92</sup> Se uma “solução honrosa” não fosse encontrada para o Exército, ele renunciaria a todos os empregos públicos. O tenente Ximeno de Villeroy pediu que Constant retirasse sua promessa, pois: “se a Ouro Preto fosse dado, mesmo em sonho, saber que o Mestre havia pretendido firmar semelhante pacto, isso, só, seria suficiente

<sup>87</sup> V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, p. 333.

<sup>88</sup> Apud R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 431.

<sup>89</sup> E. de Moraes, op. cit., pp. 72-73.

<sup>90</sup> Por ironia da história, entre os convidados ao baile constava José Augusto Vinhaes, primeiro-tenente da Marinha que era também encarregado dos telegramas na redação de *O País*. Dias mais tarde foi um dos atores principais do golpe de 15 de Novembro. Como recompensa, se tornou diretor da repartição de Correios e Telégrafos. J. M. de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*, p. 422.

<sup>91</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 75-76; C. Castro, op. cit., p. 67.

<sup>92</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 433.

para dentro em pouco fazê-lo vítima de uma cilada”.<sup>93</sup> Constant encerrou a sessão bradando que, diante da insuficiência dos meios legais para mudar o rumo dos acontecimentos, estava disposto a “ir morrer na praça pública”.<sup>94</sup>

No mesmo dia, saiu o incendiário artigo “Plano contra a Pátria”, no qual Rui Barbosa acusou o governo de “dispersão do exército e entrega da capital à tríplice guarda do paço, ou seja, a Polícia, à Guarda Negra e à Guarda Nacional”. Tratar-se-ia de uma artimanha de Ouro Preto, em conluio com o conde d’Eu, para a instalação do Terceiro Reinado. Rui traçou um breve histórico da questão militar e denunciou: “o ministério 7 de junho reviveu, desenvolveu e entretém a colisão por uma série de revoltas formais contra a legalidade e a dignidade militar”. Além disso, tocou em valores caros aos militares do Exército e mobilizou seu vocabulário:

o exército, que não se compõe de revolucionários, também não consta de janízaros. Não é áulico, nem político. Não pertence à dinastia, nem às facções. É nacional, e é constitucional. É a guarda das instituições contra a desordem e contra a tirania. É a soberania da lei armada. É o baluarte das nossas liberdades orgânicas contra as conspirações, que as ameaçarem.<sup>95</sup>

A conclusão foi em tom provocativo: “o exército não pode, e certamente não há de subscrever a sua própria extinção, e muito menos o aniquilamento pela desonra, pela calúnia, pela ilegalidade, pela proscricção, essa espécie de morte moral, a que parece quererem condená-lo, antes de dissolvê-lo”. O texto de Rui teve efeito bombástico. Em carta, Benjamin Constant o saudou: “O seu artigo de hoje – Plano contra a Pátria – fez a República e nos convenceu da necessidade imediata da Revolução”.<sup>96</sup>

No mesmo dia 9, os republicanos de São Paulo se reuniram para conversar sobre a conspiração que se tramava na capital do Império. Aristides Lobo, que desde fins de outubro estava em contato com Benjamin Constant, servia como elo entre os militares do Rio e os republicanos paulistas. Seu sobrinho, Silveira Lobo,

<sup>93</sup> H. Silva, op. cit., pp. 118-119.

<sup>94</sup> Apud H. Lyra, op. cit., p. 175; C. Castro, op. cit., p. 66.

<sup>95</sup> Rui Barbosa, “Plano contra a Pátria”, *Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1889.

<sup>96</sup> Apud M. T. C. de Mello, Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História/PUC-Rio, p. 269. O tom incendiário de Rui prosseguiu nos seguintes artigos: “O Exército Banido da Lei”, *Diário de Notícias*, 11 de novembro, e “Planos Governamentais”, *O País*, 10 de novembro.

enviava telegramas a correligionários, como Campos Sales e Francisco Glicério. O capitão Mena Barreto se encarregara de passar informações a Campos Sales, por intermédio de um primo seu, o alferes Gaspar Adolfo de Mena Barreto, que servia num regimento de São Paulo.<sup>97</sup> Com as trocas de informações, os republicanos paulistas conseguiram efetuar sua primeira reunião no mesmo dia da inflamada sessão no Clube Militar. Confabularam, entre outros, Rangel Pestana, Adolfo Gordo, Campos Sales, Luís Pereira Barreto e Bernardino de Campos. Prudente de Moraes foi colocado a par do que se tramava.<sup>98</sup>

Na manhã seguinte, Constant se dirigiu à casa de Deodoro e narrou-lhe tudo que se passara na assembléia no Clube Militar. Para que marechal aceitasse liderar o movimento de deposição da monarquia, explicou-lhe a necessidade de uma revolução republicana.<sup>99</sup> Diante da indagação “E o velho?”, Constant garantiu que o imperador seria tratado com dignidade.<sup>100</sup> Não havia, pois, o menor traço de republicanismo em Deodoro que, como veremos a seguir, mesmo no dia 15 de Novembro hesitou diante da instauração da república. Benjamin Constant, apesar de convencido pelos jovens militares para um golpe de Estado, também não tinha convicções republicanas: suas críticas ao governo imperial tinham como pilar o tratamento dispensado à classe militar.

O desenlace do 15 de Novembro foi fruto de um planejamento efetuado por militares, mas com apoio e participação dos civis. Tratou-se de um *golpe militar-civil* e não um levante de tropas ou quartelada militar. Esta versão depreciativa do golpe como mero levante militar, que prevaleceu por décadas, foi construída pelos monarquistas, como Ouro Preto e Eduardo Prado, como abordaremos no próximo capítulo.

Na noite do dia 10, houve uma reunião na casa de Deodoro em que militares e civis se coligaram definitivamente. Líderes militares, como Sólon e Constant, deram ciência de suas estratégias aos chefes republicanos Quintino Bocaiúva,

---

<sup>97</sup> Em carta, de 5 de novembro, ao primo, Mena Barreto o instruiu: “Apresente-se ao Dr. Campos Sales, grandes acontecimentos vão ter lugar nestes poucos dias, forneça-lhe os esclarecimentos sobre os recursos com que poderemos contar nesse Regimento. Critério e muita cautela!” Apud H. Lyra, op. cit., p. 161.

<sup>98</sup> E. de Moraes, op. cit., pp. 73-74.

<sup>99</sup> Id., ibid., p. 76.

<sup>100</sup> C. Castro, op. cit., p. 68.



Aristides Lobo e Francisco Glicério<sup>101</sup>, além de Rui Barbosa<sup>102</sup>. Constant expôs a Deodoro o plano:

General. Na situação a que as coisas chegaram, não é mais possível recuar: o exército fará a revolução.

[...] o exército não pode deixar de intervir na política interna da nação, senão em casos excepcionalmente extremos, quando ele é chamado a defender a liberdade ameaçada pelo poder público despótico, e quando o povo não encontra nos meios regulares da opinião os recursos da sua defesa política e social.

Nós, os brasileiros, nos achamos num desses momentos em que o despotismo persegue o povo e a classe militar com ele fraterniza. Está provado que a monarquia no Brasil é incompatível com um regime de liberdade política. Para que a intervenção dos quartéis se legitime aos olhos da nação e pelo julgamento de nossa própria consciência, é necessário que a sua ação se dirija à destruição da monarquia e proclamação da república, recolhendo-se em seguida aos seus quartéis e entregando o governo da nação ao poder civil.<sup>103</sup>

Deodoro não se convenceu ainda da necessidade de extinção do regime, pois, como considerava a questão puramente militar, seria suficiente a queda do ministério. Diante de tanta insistência de Benjamin Constant para liderar um movimento armado, afirmou que: “queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito”. Com o correr da reunião, Deodoro acabou concordando e dividiu as tarefas: “Benjamin e eu cuidaremos da ação militar; o Sr. Quintino e seus amigos organizam o resto”. Quando começaram a tratar da composição do novo governo, Deodoro reservou a si a pasta da Guerra, aconselhando a chefia de governo a Benjamin Constant. Como lhe insistiram nesse último posto, ele alvitrou Quintino, mas acabou aceitando. Constant lembrou-se de Floriano Peixoto e foi encarregado por Deodoro de conversar com ele. O último tópico em pauta foi o dia do golpe. Decidiram-se pelo dia 20, quando a família imperial, o ministério e os membros das Câmaras estariam reunidos no Paço do Senado para assembléia geral. O edifício seria cercado e apenas os ministros e os membros da família imperial seriam presos.<sup>104</sup>

<sup>101</sup> Francisco Glicério, chefe republicano em Campinas, tinha chegado ao Rio no dia 8, para participar pessoalmente da conspiração. Contrariando a tendência majoritária entre os republicanos paulistas, Glicério era favorável a uma solução golpista e militar para a implantação da república. Junto com Aristides, fez a articulação dos republicanos conspiradores do Rio com a liderança de São Paulo.

<sup>102</sup> Rui aderiu à conspiração no dia 9, após uma conversa com Benjamin Constant.

<sup>103</sup> Apud R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, pp. 433-434.

<sup>104</sup> Amparamo-nos no relato de Tobias Monteiro, baseado em entrevista a ele concedida por Francisco Glicério, em 1904. T. Monteiro, op. cit., pp. 97-99.

Assim, quando militares e civis chegaram a acordo não apenas sobre a deposição do ministério, como à própria derrubada da monarquia, formou-se uma *coligação antimonárquica*.<sup>105</sup> Divididas as tarefas de cada um no dia do golpe, cabia decidir sobre os espólios da guerra. Na reunião do dia 11, na casa de Aristides Lobo, concluíram a conversa sobre as pastas ministeriais. Este encontro fortaleceu a coligação antimonárquica, até porque foi a primeira sessão em que Deodoro deu voz aos casacas e na qual eles estavam em maior número.<sup>106</sup> Desta vez, mais acordantes, as pastas foram divididas tal como ocorreu com a instalação do Governo Provisório.<sup>107</sup> Ainda conversaram sobre Silva Jardim e sua rivalidade com Quintino, mas decidiram nada lhe comunicar por ora.<sup>108</sup> A rixa entre ambos havia se estabelecido pelo desacordo sobre a maneira como deveria ser instalada a república no Brasil: Quintino era defensor, e se tornou líder, da “via evolucionista”, ao passo que Jardim advogava, e se tornou chefe, da “via revolucionária”. Ironicamente, quando militares e civis se decidiram por um golpe de Estado resolveram deixar de lado justamente o indômito propagandista.<sup>109</sup>

Portanto, houve um planejamento para o golpe de Estado e um prognóstico do que seria implantado como fruto do mesmo. Houve também uma aliança entre militares e civis para a proclamação da República, diversamente da interpretação de Celso Castro, para o qual “o golpe foi militar em sua organização e execução, políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes”.<sup>110</sup> Ainda que a tradição civil republicana tenha sido pouco evocada pelos próprios conspiradores, tratou-se de uma articulação entre militares e civis.

Tanto houve a urdidura de um plano, que evidencia o conluio militar-civil, que Constant resolveu fazer contato com o líder “revolucionário”, Silva Jardim, e

<sup>105</sup> A expressão é tributária da de Renato Lemos, “frente antimonarquista”, em “Benjamin Constant: biografia e explicação histórica”, p. 79. O autor emprega também “facções antimonarquistas”, p. 78.

<sup>106</sup> Além de Deodoro da Fonseca, estavam na reunião: Benjamin Constant, Sólon Ribeiro, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Francisco Glicério e Rui Barbosa. E. de Moraes, op. cit., p. 74.

<sup>107</sup> Apenas Glicério recusou a pasta da Agricultura, julgando indispensável deixar um cargo para alguém do Rio Grande do Sul. Após cogitarem Assis Brasil e Júlio de Castilhos, escolheram Demétrio Ribeiro.

<sup>108</sup> H. Lyra, op. cit., p. 135.

<sup>109</sup> Francisco Glicério disse a Tobias Monteiro que assim decidiram porque o caráter impetuoso de Silva Jardim poderia levá-lo a se empolgar, falar demais e atrapalhar o “espírito conciliador” que estava reinando nas reuniões. T. Monteiro, op. cit., pp. 100-102.

<sup>110</sup> C. Castro, op. cit., pp. 61-62.

o grupo positivista, liderado por Aníbal Falcão. O oficial lhes garantiu que a república seria federalista e que o movimento golpista não era só militar.<sup>111</sup> Na busca de respaldo a um ato de tamanha envergadura, os militares não podiam dispensar o apoio civil.

O problema é que “a nação”, em nome da qual os conspiradores urdiram seu plano e depois justificaram a implantação da república, não foi avisada, até porque o golpe foi tramado em segredo. Daí a surpresa com as ocorrências do 15 de novembro. Além disso, as tropas não se recolheram “aos seus quartéis” e “o governo da nação” não foi entregue “ao poder civil”, como os militares prometeram às lideranças civis do Partido Republicano, além de ter sido retórica de Constant para o convencimento de Deodoro. A república brasileira nasceu com muitos dilemas a enfrentar além das típicas dificuldades que as alterações de forma de governo causam ao arcabouço institucional.

### **Tentativa de resistência**

Enquanto os conspiradores maquinavam a queda da dinastia dos Bragança e já falavam em distribuição de cargos, os membros da família imperial ainda viviam em clima de comemoração do baile da Ilha Fiscal.<sup>112</sup> A imprensa de tendência republicana aproveitava para atacar o governo: “Um belo dia um deputado requererá essas contas e então saberemos todos quanto custou o baile dado pelo senhor de Ouro Preto”.<sup>113</sup>

Ainda nesse dia 11, Benjamin Constant recebeu o primeiro pacto de sangue, assinado por oficiais e praças da Praia Vermelha. Foram firmados mais três: um por oficiais do 2º Regimento de Artilharia, outro pelos alunos da Escola Superior de Guerra e um por oficiais de vários regimentos, sobretudo 1º e 9º de Cavalaria. No dia seguinte, foi assinado o último, por oficiais que se identificaram pela patente e endereço. Os pactos continham a mesma promessa: os abaixo-assinados

<sup>111</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 434.

<sup>112</sup> Em carta à condessa de Barral, o conde d’Eu narrou minuciosamente a participação dos monárquicos no Baile; a sua presença, ao lado do monarca, na solenidade de inauguração do hospital São Sebastião; seus usuais passeios na praia com os filhos e, claro, os preparativos para a festa que daria no dia 16 no Paço Isabel, novamente em homenagem à oficialidade chilena. Carta do conde d’Eu à condessa de Barral, Palácio Isabel, Côrte, II novbre, 89 midi, transcrita em H. Silva, pp. 509-513. Na missiva do dia 13, o conde d’Eu chegou a reclamar do quanto era cansativa a vida de festas e cerimônias da realeza.

comprometiam-se a acompanhar Constant no terreno da resistência armada.<sup>114</sup> O major logo cientificou os conjurados civis desses documentos, que implicavam apoio significativo ao golpe.<sup>115</sup>

O próximo passo dos conspiradores foi entrar em contato com oficiais de alta patente. Até o ajudante-general do Exército foi consultado através de um recado enviado por um amigo. Como sempre, muito evasivo, Floriano Peixoto respondeu que talvez fosse possível resolver por outra forma a contenda entre Exército e governo.<sup>116</sup>

No dia 12, inclusive Deodoro, poucos dias antes ferrenho defensor do monarca, conversou com os colegas da alta oficialidade sobre os benefícios da república. Ao coronel Jacques Ouriques explicou nestes termos sua mudança de posição:

Jacques, eu também fui sempre monarquista, ainda que muito desgostoso e descontente nestes últimos tempos. Agora, é forçoso convencer-mos que com a Monarquia não há salvação possível para a Pátria, nem para o Exército. Já temos provas de que, depois de tudo o que fizemos, eles seguiriam a mesma senda e tratariam de aniquilar o Exército. E, demais, a República virá com sangue, se não formos ao seu encontro sem derramá-lo.<sup>117</sup>

Com a adesão da Armada, por meio do contra-almirante Eduardo Wandenkolk, presidente do Clube Naval, o golpe foi antecipado para o dia 16 de novembro. O dia era estratégico por dois motivos: era sábado, dia de reunião habitual do ministério, em que o imperador descia de Petrópolis, e nesta data o casal d'Eu daria festa. No entanto, como o estado de saúde de Deodoro piorou do dia 14, Constant adiou a conflagração.

Neste ínterim, denúncias anônimas eram feitas ao governo de que algo era tramado entre os corpos da 2ª Brigada. Na reunião ministerial do dia 12, o chefe de gabinete pediu a Maracaju para se informar a respeito do que se passava nos quartéis. Este o acalmou dizendo que há pouco fora informado por Floriano Peixoto de que nada ocorria de irregular. Ouro Preto acreditou nas informações

---

<sup>113</sup> *Revista Ilustrada*, apud H. Silva, *ibid.*, pp. 117-118.

<sup>114</sup> Todos transcritos por H. Silva, *ibid.*, pp. 491-497.

<sup>115</sup> T. Monteiro, *op. cit.*, pp. 76-77 e p. 130.

<sup>116</sup> R. Lemos, "A alternativa republicana e o fim da monarquia", p. 434.

<sup>117</sup> Apud O. Vianna, *op. cit.*, p. 151.

vindas do ajudante-general do Exército porque tinha o copartidário como homem de sua confiança.<sup>118</sup>

Se ainda não sabia de algo, Floriano foi muito bem informado a respeito no dia 13, quando Deodoro, com o qual já mantinha relações amistosas, o chamou para uma conversa em sua casa. Quando Floriano alegou que havia possibilidade de entendimento com o governo e que ele mesmo poderia mediar uma conciliação, Deodoro afirmou que não ficaria satisfeito apenas com palavras e que o momento era de ação.<sup>119</sup> No mesmo dia, Floriano escreveu a Ouro Preto: “A esta hora V. Excia. deve ter conhecimento de que tramam algo por aí além: não dê importância, tanta quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alertas”.<sup>120</sup> Seria impossível haver maior prova de pragmatismo.<sup>121</sup> Agindo assim, o marechal de campo ficava bem dos dois lados, visando se beneficiar em qualquer situação. Por esta posição dúbia, ainda mais em razão do seu elevado posto, Floriano se tornou figura-chave tanto para os conspiradores, que contavam com ele, como para os governamentais, que confiavam em sua lealdade.

<sup>118</sup> Floriano Peixoto tinha relações de longa data com a família de Ouro Preto. Foi o irmão de Ouro Preto, Carlos Afonso, que, ministro da Guerra, o nomeou general de brigada. Após a promoção, Floriano foi comandante das Armas no Amazonas, em Pernambuco e no Mato Grosso, onde foi também presidente de província, no período 1884-85. Quando organizou seu gabinete, em junho de 1889, Ouro Preto cogitou convidar Floriano para o ministério da Guerra, mas chamou Maracaju, por ser mais velho e experiente. No início da gestão Ouro Preto, Floriano subiu de patente, para marechal de campo, e foi nomeado ajudante-general do Exército, cargo mais importante após o ministro da Guerra. Quando Maracaju adoeceu, Ouro Preto poderia ter chamado Floriano para assumir o cargo interinamente, mas preferiu que o ministro da Justiça, Cândido de Oliveira, mal visto durante a questão militar, ocupasse o cargo.

<sup>119</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., pp. 119-120.

<sup>120</sup> Apud V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, p. 295-296; T. Monteiro, op. cit., p. 110; E. de Moraes, op. cit., p. 81 e H. Lyra, p. 225. Tobias Monteiro conta que duas pessoas, uma amiga de Rui Barbosa e outra de Tomás Coelho, ao tomarem ciência da conspiração, relataram tudo que sabiam a Manuel de Sousa Dantas. Este repassou as informações a Ouro Preto que as interpretou em termos partidários, dizendo que eram intrigas dos conservadores. T. Monteiro, op. cit., pp. 110-111. Na entrevista a Tobias Monteiro, Ouro Preto disse que diante do que ouvia não tomou mais providências também por causa dos embaraços que lhe foram causados antes pelo imperador, como, por exemplo, ao tentar reprimir Benjamin Constant. Ouro Preto relatou outros casos em que a autoridade imperial se dispusera contra ele ou seus imediatos e a favor de militares e republicanos. Por exemplo, o conselheiro Basson, chefe de polícia, fora impedido por Pedro II de reprimir as comemorações do 14 de julho.

<sup>121</sup> No restante da carta, Floriano ainda pediu a Ouro Preto um favor para um apaniguado: “Agradeço ainda uma vez os favores que se tem dignado dispersar-me. O meu afilhado, isto é, afilhado dos liberais do Rio Grande do Norte, Fonseca e Silva, esteve aqui em comissão percebendo vencimentos de comissão ativa; não é de justiça que vá para aquela província com prejuízo, razão porque peço despacho favorável à nota junta, que v. ex. devolverá com a data de 11”. No dia 15 de Novembro, ainda na capital, o protegido de Floriano, tenente-coronel Francisco Vitor da Fonseca e Silva, se voltou contra o ministério e tomou o comando da força policial do Rio de Janeiro, quando esta marchava em auxílio do governo.

Cândido de Oliveira, ministro da Justiça e interino da Guerra, recebeu a carta de Floriano e a encaminhou a Ouro Preto, junto com uma sua, em que dizia: “Aí vai a carta do ajudante-general, em que ele declara que se trama alguma coisa. Estou vigilante e é bom recomendar cuidado ao Maracaju. Se souber de alguma coisa, avisarei”.<sup>122</sup>

Na manhã desse dia 14, Ouro Preto já havia recebido uma carta, assinada com pseudônimo, avisando-o de que se tramava algo nos quartéis. Ligando todos esses pontos, Ouro Preto reuniu-se, na sede do ministério da Fazenda, com Cândido de Oliveira, Maracaju e Carlos Afonso, seu irmão, presidente da província do Rio de Janeiro. Pediu ao irmão que dispusesse na Corte o máximo que pudesse da Polícia Militar. Ordenou que o Corpo de Polícia e a Guarda Nacional ficassem em prontidão. Pediu uma conferência, que não se realizou, com Floriano.<sup>123</sup> Por fim, determinou que a polícia do Rio ficasse alerta e que viessem para a cidade o batalhão de infantaria que estava na Ilha de Bom Jesus e o de artilharia que estava na Fortaleza de Santa Cruz.

As ordens foram repassadas por Maracaju, ministro da Guerra, ao ajudante-general, que disse: “Estamos sobre um vulcão”. Ainda assim, Floriano pouco agiu para que todas as providências fossem de fato executadas.<sup>124</sup> Em carta do chefe de polícia, José Basson de Miranda Osório, Ouro Preto recebeu um claro alerta sobre a sublevação:

Afonso – Previno-te que o 1º regimento está em armas no respectivo quartel. Mandou dizer ao ajudante-general que estava nessa atitude. Os chefes do exército estão no quartel-general reunidos. Mandaram intimar ao regimento para se desarmar. Não sei o que farão. Julgo necessária a tua presença aqui por todos os motivos.<sup>125</sup>

A primeira providência governamental para abortar a sublevação foi a ordem para aquartelar na Praia Vermelha, longe da cidade, o 9º Regimento de Cavalaria e o 2º de Artilharia, ambos da 2ª Brigada, justamente dois dos três

<sup>122</sup> Carta de Cândido de Oliveira a Ouro Preto, 14 de novembro de 1889, apud E. de Moraes, op. cit., p. 81.

<sup>123</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 82; H. Lyra, op. cit., p. 227.

<sup>124</sup> Tanto que o comandante da Fortaleza de Santa Cruz, coronel Pego, chamado na tarde de 14, ficou retido até a madrugada sem que Floriano lhe desse ordem alguma. T. Monteiro, op. cit., p. 112 e p. 119; H. Lyra, op. cit., pp. 228-229.

<sup>125</sup> Apud V. de Ouro Preto, “Manifesto de Tenerife”, p. 300; T. Monteiro, op. cit., p. 113.

regimentos com que contavam os conspiradores. Na Secretaria de Guerra, o major Sólton, logo que soube da estratégia do governo, percebeu o efeito para o plano dos conspiradores. No caminho para os quartéis da 2ª Brigada, Sólton encontrou os alferes Joaquim Inácio e Manuel Machado. Para precipitar a insurreição, lhes disse que o governo ordenara a prisão de Deodoro e que a Brigada estava ameaçada de ser atacada pela Polícia e pela Guarda Negra. Os colegas de farda espalharam esses boatos nos quartéis. Depois, Sólton foi ao centro da cidade espalhar o veneno entre os civis.<sup>126</sup> Essas notícias infundadas funcionaram como rastilho de pólvora: a conflagração adiada acabou sendo adiantada.

Como os boatos, o 2º Regimento de Artilharia, o 1º e o 9º de Cavalaria amotinaram-se, apesar da tentativa do tenente-coronel Silva Teles em demovê-los. O tenente-coronel Costa Guimarães, em vão, se esforçou no mesmo intuito. Apenas às onze da noite, Sólton comunicou a Deodoro, Constant e outros os últimos fatos.<sup>127</sup>

De madrugada, alferes-alunos da Escola Superior de Guerra e oficiais inferiores dos Regimentos de Cavalaria e Artilharia organizaram a saída das tropas para o ataque ao governo. Alguns alunos foram à procura de Benjamin Constant no Instituto dos Meninos Cegos. O “mestre” mandou o tenente Penha passar aos civis, Quintino e Aristides Lobo, e aos amigos da Marinha, Wandenkolk e Frederico Guilherme Lorena, as últimas informações. Quando Benjamin chegou em São Cristóvão, foi recebido com enorme entusiasmo.

Como Deodoro também fora informado por Penha, horas depois, em companhia de seu primo, o alferes-aluno Augusto Cincinato de Araújo, tomou um carro e encontrou as forças sublevadas na rua Senador Eusébio. Nas proximidades do Campo de Aclamação, Deodoro, doente, montou o cavalo e assumiu o comando geral.<sup>128</sup>

Da parte governamental, ao ser informado da movimentação das tropas, por telefonema de Basson, na madrugada no dia 15, Ouro Preto e seus ministros se reuniram no Arsenal de Marinha para preparar a reação. Apenas nesse momento Floriano informou que recebera notícia do capitão Manuel Joaquim Godolfim,

---

<sup>126</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 77; H. Lyra, op. cit., p. 240-242; T. Monteiro, op. cit., p. 103.

<sup>127</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 78.

<sup>128</sup> Id., *ibid.*, p. 79.

emissário de Silva Teles, dizendo que toda a 2ª Brigada, sob seu comando, estava em armas.<sup>129</sup>

O visconde mandou buscar batalhões na ilha de Bom Jesus e na Fortaleza de Santa Cruz. Ordenou a vinda, para o Arsenal, dos Fuzileiros Navais e dos Imperiais Marinheiros e pediu ao ministro da Justiça que convocasse da Guarda Nacional.

Em revide à *ação* de amotinação dos militares no dia 14, toda a madrugada do dia 15 foi consumida em planos para a *reação*.<sup>130</sup> O que os líderes governamentais não previram é que uma *transação* de corpos que julgavam leis com os sublevados ocasionasse, mais do que a deposição do ministério, a instauração da república.<sup>131</sup> Como Ouro Preto narrou em telegrama que mandou expedir ao imperador, na madrugada do dia 15, até aquele momento pelo menos, achava que os Regimentos e o 2º Batalhão de Artilharia estavam amotinados e viriam “desagravar” o marechal Deodoro, pois teriam acreditado, como de fato ocorreu, no boato de sua prisão.<sup>132</sup>

Enquanto isso, estavam no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, o ministro da Guerra e o ajudante-general, auxiliados pelos brigadeiros Almeida Barreto, Antônio José do Amaral e barão do Rio Apa. Ao amanhecer, Ouro Preto e Cândido de Oliveira visitaram a Repartição de Polícia e o Arsenal de Guerra. Por fim, seguindo o alvitre de Maracaju, rumaram para o Quartel, onde chegaram às 7 horas.<sup>133</sup>

Para defender o governo, foram postos no pátio interior e em frente ao Quartel cerca de dois mil homens, entre os quais “formavam o 1º, 7º e 10º batalhões de Infantaria de Linha, o Corpo Policial da Corte, o de Bombeiros e os contingentes da Marinha”. Mas era uma força que não se mobilizava.<sup>134</sup> Quando o

<sup>129</sup> Id., *ibid.*, p. 82. João Batista da Silva Teles era comandante do 1º Regimento de Cavalaria e ocupava interinamente o comando da 2ª Brigada, a qual pertencia aquele regimento. Por seus postos chaves, havia sido procurado pelos conspiradores. No entanto, nem mesmo Deodoro, em conversa no dia 13, o convenceu a aderir ao movimento revoltoso. H. Lyra, *op. cit.*, p. 220. Curiosamente, Silva Teles não contou esta tentativa de aliciamento aos seus superiores.

<sup>130</sup> E. de Moraes, *op. cit.*, p. 82.

<sup>131</sup> Apropriação de palavras do título do panfleto de J. J. da Rocha, *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, de 1856.

<sup>132</sup> O telegrama foi reproduzido por E. de Moraes, *op. cit.*, pp. 82-83.

<sup>133</sup> V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, p. 324.

<sup>134</sup> Na entrevista a Tobias Monteiro, Ouro Preto contou que, assim que chegou ao Quartel, percebeu que não havia o menor preparativo de defesa contra os insurgentes que a qualquer momento poderiam aparecer. Ouro Preto passou a dar ordens a Floriano, que serenamente as



coronel Godolfim e alguns soldados, enviados por Deodoro para reconhecimento das forças ao lado do governo, circularam pelo Campo, nenhum militar os inquiriu e tampouco os deteve.

Ouro Preto pediu a Maracaju que utilizasse até mesmo a baioneta para atacar a artilharia postada diante do quartel. O ministro da Guerra afirmou que tal tentativa que seria inútil.<sup>135</sup> Assim, alocados e imobilizados no Quartel-General, foram encontrados os membros do último Conselho de Ministros do Império do Brasil.

### **Golpe militar-civil**

Na manhã de 15 de novembro não foi preciso um grande contingente para derrubar o ministério Ouro Preto. Os sediciosos eram aproximadamente 600 militares, em boa parte provenientes dos três regimentos da 2ª Brigada e alferes-alunos da Escola Superior de Guerra, de São Cristóvão.<sup>136</sup> Da parte do governo, dos 2000 aquartelados havia uma brigada mista de 1096 homens da Polícia da Corte, Imperiais Marinheiros, Fuzileiros Navais e Bombeiros, comandada pelo general José de Almeida Barreto.<sup>137</sup> Mas, como ele havia se comprometido com os insurretos, quando recebeu ordem de Deodoro, deslocou esse numeroso grupamento para o flanco esquerdo do 1º e 9º Regimentos de Cavalaria.<sup>138</sup> A deslealdade dos chefes militares foi fatal para a sorte da monarquia.

Neste momento, apareceu o civil Quintino Bocaiúva, já montado. Poucos civis estiveram presentes nesses primeiros movimentos, até porque a insurreição fora antecipada. Entre os civis presentes, Evaristo de Moraes menciona: Sampaio Ferraz, Aristides Lobo, Esteves Júnior, Brício Filho, Iturbide Esteves, Ildefonso Simões Lopes, Nunes Pires, Aníbal Falcão e Júlio Dinis. Silva Jardim não compareceu devido a sua rivalidade com Quintino. Aristides Lobo, bem

---

repassava aos subordinados. Como era pouco enfático, de nada adiantavam. T. Monteiro, op. cit., pp. 108-113.

<sup>135</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 84.

<sup>136</sup> C. Castro, op. cit., p. 71.

<sup>137</sup> V de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, pp. 308-310.

<sup>138</sup> Assim o general Barreto justificou seu procedimento: “resolvi oferecer o meu fraco apoio aos beneméritos camaradas Deodoro e Benjamin Constant e coadjuvá-los no dia glorioso da reivindicação dos nossos direitos, no momento solene em que tivessem de exigir do traidor a reparação dos nossos brios ofendidos”. *Jornal do comércio*, 30 de novembro de 1889, transcrito pelo visconde de Ouro Preto no *Manifesto de Tenerife*, pp. 309-310.

informado da precipitação da sublevação, simplesmente não apareceu pela manhã, embora tenha tido substancial atuação à tarde.

Para a composição as forças revoltosas chegaram também, no final da madrugada, a Escola Militar e o 10º Batalhão de Infantaria.<sup>139</sup> Por causa da antecipação da sedição, foi pequeno o contingente da Marinha. Como relatou o *Correio do Povo*, jornal republicano que muito ajudara a espalhar os boatos alarmantes, o batalhão naval só desembarcou às 6 da manhã. Ao chegar ao Campo de Aclamação, a força do Exército já estava postada. Os marinheiros acabaram formando uma retaguarda da tropa de linha.<sup>140</sup>

Entre os militares, não havia unidade de idéias e propósito de estarem ali: se para pressionar ou derrubar o ministério, se para protestar contra a monarquia ou implantar a república. No que todos acreditavam, após tantos boatos, é que o governo planejava dissolver ou extinguir o Exército. O sentimento que os irmanava era a proteção da corporação. O próprio local em frente ao qual estavam reunidos, o Quartel General, e a pessoa que os liderava, o marechal Deodoro, reforçaram esta percepção. Da defesa dos interesses corporativos e oposição a um governo à coparticipação na derrubada de um regime político vai uma longa distância. Nem todos faziam a transposição da rixa contra um gabinete em urgência de acabar com o Império e tampouco destronar o imperador.

Por isso, houve reação imediata de alguns comandantes, que tentaram, em vão, demover suas unidades. Assim agiu, por exemplo, o major Lobo Botelho, comandante do 2º Regimento de Cavalaria, monarquista que, propositalmente, não havia sido informado do caráter republicano do movimento. Por isso, o oficial tentou fazer com que sua unidade desfraldasse a bandeira imperial e respondesse a um viva ao imperador. Como suas ordens foram repelidas, ele percebeu a perda de comando e abandonou a sua coluna pouco antes que ela chegasse ao Campo de Aclamação.<sup>141</sup>

Houve também militares que, após inútil resistência, aderiram à sublevação. Foi o caso do tenente-coronel Silva Teles, comandante interino da 2ª Brigada. Tentou impedir a entrada em forma de sua unidade; como não conseguiu, se

---

<sup>139</sup> E. de Moraes, op. cit., pp. 79-80.

<sup>140</sup> *Correio do Povo: órgão republicano*, 16 de novembro de 1889.

<sup>141</sup> Mesmo assim Deodoro nomeou Lobo Botelho para a sua Casa Militar logo que assumiu a chefia do Governo Provisório. H. Lyra, op. cit., pp. 257-258.

juntou aos golpistas. Casos como esse ilustram como as informações ainda estavam desconstruídas e a atuação dos atores, oficiais e tropa, foi sendo redefinida no calor da hora.

Tanto houve elementos fiéis à monarquia que, contrariando a versão de que a república foi instalada sem sangue, houve troca de tiros e o barão de Ladário foi atingido quando os batalhões formavam em frente ao Quartel-General.<sup>142</sup> Apesar de ter sido o único ferido, o caso Ladário ilustra a resistência ao movimento sedicioso. Fazemos eco às seguintes palavras de Celso Castro: “apesar da aparente apatia popular no momento do golpe, não é verdade, ao contrário do geralmente se afirma, que a Monarquia não tenha encontrado pessoas dispostas a morrer por ela”.<sup>143</sup>

Ao saber do que ocorrera com Ladário, Ouro Preto ordenou que as tropas saíssem do Quartel e atacassem as forças sediciosas. Novamente, o esforço de resistência foi em vão, até porque Floriano não mostrou a menor disposição de combate, embora ainda tivesse sob suas ordens um contingente mais numeroso.<sup>144</sup> Quando Deodoro mandou Silva Telles pedir uma conferência com o ajudante-general, Ouro Preto ordenou que o tenente-coronel intimasse o marechal a se retirar, empregando a força, se necessário.<sup>145</sup>

Ouro Preto, então, passou a dar ordens diretamente aos militares, particularmente aos oficiais, sobre as posições dos armamentos. Para incitá-los à resistência, se reportou à Guerra do Paraguai: lá “os nossos soldados se apoderaram de peças de artilharia em situações bem mais desfavoráveis”. Nesta hora Floriano se moveu e resmungou para si mesmo, mas em volume suficiente

---

<sup>142</sup> Como havia ficado no Arsenal de Marinha para receber os destacamentos navais, Ladário rumou ao Quartel-General para se juntar aos colegas de governo. Ao chegar, por volta das 8 da manhã, Deodoro ordenou que se entregasse e lhe deu voz de prisão. O ministro resistiu e ainda atirou no marechal, sem o acertar. Em revide, o tenente Penha disparou em sua direção, mas igualmente errou o alvo. Seguiu-se uma troca de tiros até que Ladário foi atingido. Para o episódio Ladário, nos baseamos principalmente no relato do jornal *Correio do Povo: órgão republicano*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. Diverso é o relato do *Diário de Notícias*, no artigo “Os acontecimentos de ontem”, segundo o qual, nenhuma bala saiu da arma do barão, pois o seu revólver “negou fogo”. Apud M. E. Campos Porto, *Apontamentos para a história da República*, pp. 68-71.

<sup>143</sup> C. Castro, op. cit., p. 77.

<sup>144</sup> Id., ibid., p. 72.

<sup>145</sup> Apud V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, pp. 310-311; T. Monteiro, op. cit., p. 121.

para ser ouvido pelo presidente do Conselho: “Mas lá tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros”.<sup>146</sup>

Desesperado, Ouro Preto voltou-se para os colegas de ministério e proferiu uma avaliação precisa: “Fomos miseravelmente traídos; chamaram-nos para esta ratoeira a fim de que não pudéssemos organizar lá fora a resistência; antes me houvessem matado”.<sup>147</sup> Daí o ódio que Ouro Preto desenvolveu em relação a Floriano.<sup>148</sup> Por outro lado, ele também se enfureceu com Maracaju, pois, embora por conselho de Floriano, ele é quem convidara o ministério a se reunir ali e, neste momento, também pouco agia.

Ouro Preto convocou os comandantes militares para uma reunião. Além de Maracaju, só participaram Floriano e o barão do Rio Apa.<sup>149</sup> Floriano declarou que não havia esperança de vencer, parecer com o qual os outros dois concordaram. Quando acrescentou que Deodoro exigia a demissão do ministério, Ouro Preto o encarregou de dizer-lhe que assim o faria. No mesmo instante, redigiu outro telegrama ao imperador:

Senhor – O ministério, sitiado no quartel-general da guerra, à exceção do Sr. ministro da marinha, que consta achar-se ferido em casa próxima, tendo por mais de uma vez ordenado de balde, por órgão do presidente do conselho e do ministro da guerra, que se repelisse pela força a intimação armada do marechal Deodoro, para pedir sua exoneração, e diante das declarações feitas pelos generais Visconde de Maracaju, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa de que, por não contarem com a tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, depõe nas augustas mãos de Vossa Majestade o seu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do Quartel.<sup>150</sup>

A tropa sediciosa adentrou no quartel a cavalo, sem resistência alguma, por volta das 9 horas. A força que guardava o governo foi inicialmente cercada pelo 9º Regimento de Cavalaria. Já as tropas de Artilharia, da Marinha e da Polícia

<sup>146</sup> Apud V. de Ouro Preto, *ibid.*, p. 312; C. Castro, *op. cit.*, p. 73.

<sup>147</sup> Apud T. Monteiro, *op. cit.*, p. 121.

<sup>148</sup> Em 1903, na entrevista a Tobias Monteiro, Ouro Preto contou que, quando Floriano subiu ao poder, pessoa de confiança do militar o sondou para um encontro, ao que ele respondeu: “se alguma vez tivesse encontrado o General Deodoro e ele me estendesse a mão, apertá-la-ia sem esforço. À presença do General Floriano só irei preso”. Apud T. Monteiro, *op. cit.*, p. 117.

<sup>149</sup> Brigadeiro Antônio Enéias Gustavo Galvão, comandante da 1ª Brigada e irmão do ministro da Guerra, o visconde de Maracaju. Foi um dos primeiros a se solidarizar com Deodoro, abrindo mão do título de nobreza, em ordem do dia de 19 de novembro de 1889. Quando demitido do comando superior da Guarda Nacional, por decreto de 4 de dezembro, em nova ordem do dia, reassumiu o título de nobreza.

<sup>150</sup> Apud V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, pp. 313-314; ver também T. Monteiro, *op. cit.*, p. 115 e E. de Moraes, *op. cit.*, p. 84.

confraternizaram com os rebeldes.<sup>151</sup> Quando Deodoro deu ordem de comando às tropas, todas o acompanharam, exceto o Corpo de Bombeiros. Bastante saudado e seguido dos principais oficiais rebelados, ordenou uma salva de tiros de canhão. Na seqüência, entrou pela sala onde estavam reunidos os ministros.

Deodoro se dirigiu a Ouro Preto, dizendo que o Exército era maltratado pelos políticos, apesar de ser a força capaz de se sacrificar por toda a pátria. Ao impor a renúncia do ministério, anunciou que outro seria organizado conforme as indicações que ele levaria ao imperador e que o presidente do Conselho ficaria preso até embarcar para a Europa.<sup>152</sup> Explicou que ele “se pusera à frente do Exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas por ele recebidas do governo”. Como Ouro Preto ali era o maior representante dos civis, fez questão de detalhar suas privações na Guerra do Paraguai.<sup>153</sup>

Ouro Preto não se comoveu diante dos sofrimentos do ex-combatente e ainda rebateu, lembrando-o implicitamente de sua posição de chefe de governo: “Estar aqui ouvindo o general neste momento, não é somenos a passar alguns dias e noites num pantanal”.<sup>154</sup> Com a intervenção de alguns presentes, como Floriano e Pizarro, professor da Escola de Medicina, Deodoro abriu mão da prisão.<sup>155</sup> Assim Ouro Preto, em descrição não refutada pelos contemporâneos, relatou o momento final da fala de Deodoro: “Quanto ao Imperador, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos.” Além de não instaurar o novo regime, as palavras de Deodoro não tinham o menor traço de republicanismo. Como observa Celso Castro, “o pronunciamento de Deodoro havia sido o de um militar *troupiér*, não o de um republicano”.<sup>156</sup> Tanto assim que, se há dúvidas sobre o fato dele ter levantado um viva ao imperador, ninguém contesta que Deodoro tenha reprimido enfaticamente um viva dado à república por um jovem oficial da Escola Militar.<sup>157</sup>

<sup>151</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 435.

<sup>152</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., p. 114. Como relata Ouro Preto, assim Deodoro se referiu a ele: “homem teimosíssimo, mas não tanto como ele”.

<sup>153</sup> C. Castro, op. cit., pp. 32-33.

<sup>154</sup> Apud V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, p. 315.

<sup>155</sup> T. Monteiro, op. cit., pp. 114-115.

<sup>156</sup> C. Castro, op. cit., pp. 74-75.

<sup>157</sup> Id., *ibid.*, p. 75.

## Tentativa de sobrevida

Na manhã do dia 15 de Novembro, para quem estava fora do Quartel-General, inclusive os membros da família imperial, não havia como saber o que se passava.<sup>158</sup> Apenas às dez e meia da manhã, o barão de Ivinheima e o visconde da Penha chegaram ao Palácio Isabel dizendo que a 2ª Brigada havia se revoltado e Ladário teria sido assassinado. Com isso, foi profusa a entrada de aristocratas na residência dos príncipes. Todavia, neste momento o conde d'Eu julgava que se tratava apenas de uma insurreição, tanto que mandou os três filhos a Petrópolis, afastando-os do tumulto ao passo que Dantas foi ao ministério da Guerra saber o que se passava.<sup>159</sup>

Entre os senadores, círculo seleta dos experimentados na política imperial, ninguém sabia dos acontecimentos da manhã. Como as Câmaras seriam abertas no dia 20, seguindo a praxe, o presidente, conselheiro Paulino de Sousa, realizou a segunda seção preparatória, à hora regimental de onze e meia da manhã, no edifício do Senado. O mesmo ocorreu no recinto da Câmara, também na hora de praxe, ao meio-dia, em sessão aberta e conduzida pelo vice-presidente, conselheiro Barbosa de Almeida.<sup>160</sup> César Zama indagou a respeito do que ouviu sobre deposição ministerial e prisão de membros do governo, mas nada lhe foi respondido sobre o assunto. Neste momento, os deputados ouviram rumores vindos da rua e se aproximaram das janelas para ver o que ocorria. Um batalhão, que havia desfilado pela manhã junto com Deodoro, marchava em direção ao Arsenal de Guerra e trazia desfraldada a bandeira imperial. César Zama gritou “Viva sua majestade o imperador!”, ao qual correspondeu a maior parte da multidão, até que alguém gritou “Ataca a Câmara!”. Os deputados fugiram em

<sup>158</sup> Em carta à condessa de Barral, de 19 de novembro, o conde d'Eu afirmou que nesta manhã fez passeio a cavalo com seus filhos em Botafogo, sem que ouvisse qualquer comentário. Na volta, “percorrendo com os olhos os jornais não vi nada neles a não ser no *Diário do Comércio*, a menção do medo de que deveria ocorrer sedição na Escola Militar porque os ministros tinham se reunido até tarde da noite no Ministério da Guerra”. Carta do conde d'Eu à condessa de Barral, a bordo do vapor Alagoas, do Rio de Janeiro a São Vicente (Cabo Verde), 19 nov., 7 h da noite. Apud H. Silva, op. cit., p. 515.

<sup>159</sup> Id., ibid., p. 517.

<sup>160</sup> O presidente da Câmara, Carlos Afonso, irmão do visconde de Ouro Preto, era também presidente da província do Rio de Janeiro. Não conduziu esta seção porque estava em Niterói, enviando para a Corte os reforços policiais pedidos por Ouro Preto.

várias direções e o batalhão retomou seu rumo, obedecendo ao comando.<sup>161</sup> No dia seguinte, apesar do *Diário Oficial* estampar a proclamação da República e os primeiros decretos do Governo Provisório, houve mais uma sessão do Senado, a última sob o Império. Um dos temas em pauta, por mais que Paulino afirmasse não haver sido comunicado, foi a notícia de jornal sobre a prisão de Ouro Preto, Silveira Martins e Cândido de Oliveira. No dia 17, não mais puderam se reunir os “mandarins” do Império, pois uma força do Exército foi postada para interceptar a entrada no Senado. Estes foram os últimos sopros da atividade parlamentar do Império, inútil tentativa de sobrevivência, quando nem existia mais ministério, mas a nova forma de governo também se instalava com intermitência.

### **O homem das tradições no momento de sua queda**

Na manhã de 15 de Novembro, assim como o novo regime não foi instalado, quer formalmente quer na prática, Ouro Preto, chefe do ministério deposto e demissionário, em momento algum, tentou contemporizar com os sediciosos. Ao contrário, para o *homem das tradições*, qualquer esforço neste sentido rebaixaria o seu caráter.

No início da noite, Ouro Preto foi preso na casa do cunhado, barão de Javari, porque deliberara sobre a organização de um gabinete liberal, o que foi entendido como uma reação. O primeiro tenente Veiga efetuou a detenção, com escolta de um piquete de cavalaria. O visconde ficou preso no estado-maior do 1º Regimento de Cavalaria, em São Cristóvão, até o embarque, no dia 19. No *Manifesto de Tenerife*, Ouro Preto esclareceu que o Governo Provisório assim procedeu para garantir a nova situação, mas também porque amigos e parentes seus, como o próprio Javari, informaram aos novos governantes que julgavam conveniente a sua ausência do país por certo tempo.<sup>162</sup> Foram os militantes republicanos que, na euforia de vencedores do dia, acabaram intensificando retoricamente as arbitrariedades em relação aos políticos do Império.<sup>163</sup> O objetivo era deixar os monarquistas perplexos. No curto prazo, tal estratégia restringiu reações

<sup>161</sup> A. Celso, *Oito Anos de parlamento*, op. cit., pp. 113-116; H. Lyra, op. cit., pp. 383-387.

<sup>162</sup> V. de Ouro Preto, *Manifesto de Tenerife*, pp. 318-320.

<sup>163</sup> *Correio do Povo: órgão republicano*, 16 de novembro de 1889.

organizadas; no longo, porém, serviu como substrato para uma memória de glórias aos homens do Império.

Na década de 1890, os sofrimentos de Ouro Preto granjearam-lhe uma liderança incontestada entre os monarquistas. Uma aura de sacrifícios passou a cercar sua figura. Por outro lado, sua atuação contribuiu para esta imagem: além de fiel monarquista, o visconde manteve as tradições aristocráticas. Agiu de maneira a mostrar a superioridade de sua formação e valores, o que o distinguiria dos revoltosos.<sup>164</sup> Ouro Preto pautava o seu comportamento, ações e falas em sua posição de estadista, além de outros cargos enobrecedores, como conselheiro de Estado e veador da imperatriz. Era o *homem das tradições*. A postura resoluta no momento da sua queda se tornou fonte de legitimidade para sua ascendência entre os fiéis do regime deposto na primeira década republicana.

### Temores republicanos

Na tarde do dia 15, antes de ser preso, em reunião com o imperador e áulicos no Paço da Cidade, Ouro Preto confirmou a demissão de seu ministério e sugeriu o nome de Silveira Martins como sucessor. Entre os círculos militares, correu logo a notícia de que o monarca aceitara o alvitre. Daí que só à tarde, quando soube que o novo chefe de gabinete seria seu arquiinimigo, Deodoro se decidiu pela república.<sup>165</sup> Com o controle dos telégrafos, quando soube que um telegrama, em nome do imperador, havia sido expedido a Silveira Martins, Benjamin Constant falou com Deodoro: “General, V. Exa. tem o direito de dispor da sua cabeça, como bem e melhor entender; mas me parece que não tem o direito de dispor das cabeças dos seus companheiros, que tomaram parte ativa na revolta contra o Governo”. Deodoro confessou a Max Fleiuss que: “tais palavras causaram-me profunda impressão, e lembrei-me que era inimigo fígadal de

<sup>164</sup> Preso, uma noite um oficial veio acordá-lo: “Acorde, e prepare-se, que mais tarde tem que ser fuzilado”. Ouro Preto respondeu: “Só se acorda um homem para o fuzilar, mas não para o avisar que tem que ser fuzilado. O senhor verá que para saber morrer não é preciso vestir farda”. No dia seguinte, o comandante disse-lhe para escolher o oficial que preferia para levá-lo ao ponto de embarque ao exílio: ele escolheu justamente o oficial que o acordara aos berros. Apud O. Vianna, op. cit., p. 139.

<sup>165</sup> E. de Moraes, op. cit., p. 11. Como republicano ligado à ala radical de Silva Jardim, Moraes defendeu Deodoro desta “vacilação”.



Silveira Martins”.<sup>166</sup> Imediatamente foi expedido telegrama para o Desterro para que contivesse o paquete Rio Claro, no qual Silveira Martins chegaria a Santa Catarina.<sup>167</sup>

Horas depois, o movimento sedicioso se tornou vitorioso, a república começou a ser anunciada, ainda que seus artífices estivessem temerosos. Conforme Aníbal Falcão:

Proclamada por uma salva de artilharia a vitória da insurreição, corri de novo ao centro da cidade, onde começamos a reunir populares para aguardar a chegada das tropas vitoriosas, que foram por nós recebidas aos gritos de Viva a República! Viva o exército libertador! Viva a armada nacional! Estas afirmações eram correspondidas pelos soldados [...].

Na rua do Ouvidor, adiantei-me para apertar a mão de Benjamin Constant, que vinha a cavalo, próximo ao general Deodoro.

Trocamos rápidas palavras:

- “Agitem o povo”, disse-me ele. “A República ainda não está proclamada.”

[...] é-me [...] difícil deixar de aludir ao sentimento de angústia que naquele momento me oprimiu o coração.<sup>168</sup>

A mesma ansiedade e vaga desilusão tomaram conta de outros golpistas. Glicério observou, também retrospectivamente, que era geral a aflição em arcar com as “responsabilidades de uma subversão do regime”.<sup>169</sup> Quando se trata do 15 de Novembro, é preciso nunca esquecer, como pondera Celso Castro, o “grau de risco político envolvido no empreendimento”.<sup>170</sup>

Após o pedido de Benjamin Constant para agitar o “povo”, Aníbal Falcão voltou para a redação da *Cidade do Rio* e comentou com os colegas que “era necessário um movimento popular, audaz e rapidamente organizado, a fim de que, antes de qualquer deliberação do Governo, fosse proclamada a República”.<sup>171</sup> O vereador José do Patrocínio propôs que rumassem todos para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ali anunciassem o novo regime. Enquanto Patrocínio conclamava o “povo” a aderir a essa manifestação, Aníbal Falcão redigiu rapidamente uma moção. Como os demais colegas aceitaram a idéia, saíram

<sup>166</sup> Apud O. Vianna, op. cit., p. 153.

<sup>167</sup> *Correio do Povo: órgão republicano*, 16 de novembro de 1889. No dia 12, Silveira Martins embarcara em Porto Alegre a caminho da Corte, para tomar assento no Senado na abertura do Parlamento, que ocorreria dia 20. O navio que o transportava, bem como aos novos deputados rio-grandenses, tinha previsão de chegar à cidade de Desterro no final da tarde do dia 15.

<sup>168</sup> Apud R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, pp. 435-436.

<sup>169</sup> T. Monteiro, op. cit., p. 102.

<sup>170</sup> C. Castro, op. cit., p. 8.

<sup>171</sup> Apud H. Lyra, op. cit., pp. 360-361.

Falcão, Patrocínio, Silva Jardim e Pardal Mallet em direção à Câmara, seguidos de populares. No caminho, a eles se juntaram outros republicanos.<sup>172</sup> Como um deles trazia uma bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, eles a hastearam na Câmara, como símbolo provisório do novo regime. Por isso, o anúncio oficial da proclamação da república foi feito apenas à tarde, na Câmara Municipal, por José do Patrocínio, monarquista às vésperas do 13 de Maio e criador da Guarda Negra.<sup>173</sup> Imediatamente, foi “votada” pelos presentes a moção de Aníbal Falcão:

Exms. srs. representantes do exército e da armada nacionais – Temos a honra de comunicar-vos que, depois da gloriosa e nobre resolução que ipso facto depôs a monarquia brasileira, o povo, por órgãos espontâneos e pelo seu representante legal nesta cidade, reuniu-se no edifício da câmara municipal, e, na forma da lei ainda vigente, declarou consumado o ato da deposição da monarquia e, ato seguido, o vereador mais moço, ainda na forma da lei, proclamou, como nova forma de governo do Brasil, a República.

Atendendo ao que, os abaixo assinados esperam que as patrióticas classes militares sancionem a iniciativa popular, fazendo imediatamente decretar a nova forma republicana do governo nacional.<sup>174</sup>

Este foi o único momento em que os civis ocuparam o proscênio e tomaram a dianteira. De todo modo, o ato confirma a participação civil no 15 de Novembro e evidencia os receios dos golpistas em geral. O ato na Câmara, em nome do “povo”, deveria legitimar o ato da parte da manhã. Em seguida, como era esperado, Silva Jardim fez um discurso.

Entretanto, os atores que haviam maquinado o golpe de Estado ainda não julgavam este proclame suficiente. Eles mesmos ainda tinham dúvidas, inclusive a respeito do respaldo popular, fator importante para uma mudança de tamanho impacto. Tratava-se de uma alteração de regime em pleno fim de século XIX, aquele que trouxe a multidão para a história, para a qual competia falar. Pelo

<sup>172</sup> Entre os quais, o padre João Manuel de Carvalho, o deputado que, como vimos, levantou pela primeira vez um “viva à República” no Parlamento, quando Ouro Preto apresentou seu ministério. Pouco depois de participar desse ajuntamento no 15 de Novembro, João Manuel confessou ao barão de Muritiba que “ficara envergonhado por se achar em semelhante companhia”. Apud H. Lyra, op. cit., p. 363.

<sup>173</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 436. José do Patrocínio foi eleito vereador no pleito de 1886, apresentando-se como abolicionista e republicano. Era então o caso de maior sucesso da harmonização entre as duas campanhas, pois nesta época poucos republicanos diziam-se abolicionistas. E. de Moraes, op. cit., pp. 59-60. Dado o pragmatismo de Patrocínio em se converter à monarquia e se reconverter à república, foi apelidado de “o último negro vendido no Brasil”.

<sup>174</sup> Apud *Correio do Povo: órgão republicano*, 16 de novembro de 1889.

alcance da ação perpetrada e a amplitude do feito, os golpistas buscaram o respaldo popular.

Ainda na rua do Ouvidor, Glicério foi reunindo transeuntes e amigos, como Alberto Torres, para formar aglomeração. O grupo dirigiu-se à casa de Deodoro, no campo de Santana. Quando lá chegaram, por volta das 6 da tarde, Patrocínio falou em nome dos presentes, diante de Benjamin Constant, que apareceu à janela, pois o marechal não conseguia se levantar da cama, dada a crise de dispnéia. Benjamin nada disse de incisivo sobre o novo regime, afirmando que o novo governo consultaria a nação para que esta decidisse seus destinos.<sup>175</sup> Houve protestos, Patrocínio voltou a falar, Magalhães Castro também alegou que o povo – isto é, eles mesmos, um grupo de aproximadamente cem pessoas – já havia escolhido a república. Após Benjamin garantir que o voto do povo seria considerado, foi-lhe entregue a moção assinada na Câmara.

Esta postura vacilante dos golpistas se explica pelo fato de que a conspiração foi tramada por poucos elementos, sobretudo por militares que constituíam uma pequena fração do Exército. Devido ao risco do empreendimento em que se envolveram e a incerteza do rumo de suas ações, eles respondiam com evasivas.

No início da noite, os líderes republicanos civis – Quintino, Aristides Lobo e Glicério – foram ao Instituto dos Meninos Cegos, do qual Benjamin Constant era diretor, situado na rua da casa de Deodoro. Queriam a composição de um governo republicano, mesmo que com caráter provisório, a fim de consolidar a vitória alcançada com o golpe de Estado daquela manhã. Benjamin Constant assentiu e a formalização do Governo Provisório ocorreu sem a presença de Deodoro. Rodolfo de Abreu e Francisco Glicério levaram a Deodoro os primeiros decretos para que fossem assinados.

Seguindo a divisão feita da reunião conspiratória do dia 11, as pastas foram ocupadas por: Benjamin Constant, Guerra; Eduardo Wandenkolk, Marinha; Rui Barbosa, Fazenda; Quintino Bocaiúva, Relações Exteriores; Aristides Lobo, Interior; Manoel Ferras de Campos Sales, Justiça, e Demétrio Ribeiro, Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os dois últimos se encontravam em São Paulo e no Rio Grande do Sul, respectivamente. Na tarde do dia seguinte, o

Governo Provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.<sup>176</sup> No mesmo dia, a primeira edição do *Diário Oficial* da República dos Estados Unidos do Brasil estampou uma proclamação do Governo Provisório, datada do dia anterior, anunciando que: “O povo, o Exército e Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas Províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente o sistema monárquico representativo”.<sup>177</sup> No restante do texto, os membros do Governo Provisório assumiram o compromisso de garantir vários direitos dos habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, pois este governo era “simples agente temporário da soberania nacional [...] enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do Governo definitivo”.<sup>178</sup>

Além de não ter sido dada a oportunidade de escolha à nação, o Governo Provisório foi marcado por uma série de atos arbitrários, vários deles permitidos por decretos, que minaram, quando não reprimiram com extrema violência, manifestações contrárias aos atos do dia 15 de Novembro, todos feitos em nome do “povo”.

### **Versões do 15 de Novembro**

Aparentemente, em consequência de um movimento armado teria ocorrido a mudança das formas de governo do Brasil: monarquia e república. Como a república foi instaurada de maneira abrupta, dado o caráter secreto da conspiração, vários foram as interpretações para os acontecimentos de 15 de Novembro.

Na carta escrita ao *Diário Popular de S. Paulo*, o advogado e jornalista Aristides da Silveira Lobo, para além da versão hoje já muito debatida do “bestializado”, expressou o quanto foi difícil, até para os republicanos, interpretar os acontecimentos no calor da hora, em momento praticamente imediato às suas

---

<sup>175</sup> T. Monteiro, op. cit., p. 102.

<sup>176</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, p. 436.

<sup>177</sup> Apud H. Lyra, op. cit., p. 376.

<sup>178</sup> O texto completo da proclamação que consultamos encontra-se transcrito em M. E. Campos Porto, op. cit., pp. 73-75.

execuções.<sup>179</sup> Ele mesmo, republicano histórico, foi tomado por um misto de euforia e surpresa:

Eu quisera dar a esta data a denominação seguinte: 15 de novembro do primeiro ano da República; mas não posso, infelizmente, fazê-lo. O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era. Em todo o caso, o que está feito pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à Liberdade. Como trabalho de saneamento, a obra é edificante. Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.<sup>180</sup>

No momento em que escreveu a carta, Aristides Lobo considerava a instauração da república um acontecimento puramente militar, com pouca participação de civis republicanos como ele mesmo. Além disso, nos últimos trechos acima descritos, ele se referiu ao cortejo das tropas no final da manhã. Naquele momento, o povo não poderia mesmo ter reagido à república, uma vez que ela ainda nem havia sido instaurada.

Como esta carta se transformou num dos maiores “documentos-monumentos”<sup>181</sup> da história brasileira<sup>182</sup>, a historiografia a interpreta diversamente, analisando-a sob vários prismas. José Murilo de Carvalho, por exemplo, ironiza o adjetivo “bestializado” e o afastamento do povo em relação à república, não apenas no 15 de novembro, mas ao longo da Primeira República, como um ato de malandragem, pois a população do Rio de Janeiro seria bilontra.<sup>183</sup> Maria Teresa Chaves de Mello entende que, ao escrever que o povo assistiu bestializado, Aristides Lobo expressou a surpresa diante do acontecimento. No dia 15, a população, que não havia sido avisada e esclarecida

<sup>179</sup> A carta, redigida no dia 15, só foi publicada no *Diário Popular de S. Paulo* na segunda-feira, dia 18, quando o próprio Aristides Lobo já havia sido nomeado ministro do Interior do Governo Provisório.

<sup>180</sup> Apud H. Silva, op. cit., pp. 87-88.

<sup>181</sup> Expressão consagrada de J. Le Goff, “Documento/monumento”, in: *Enciclopédia Einaudi*, volume 1: *Memória – História*.

<sup>182</sup> Os primeiros contemporâneos a monumentalizar a carta de Aristides Lobo foram os próprios monarquistas: Eduardo Prado, nos artigos publicados na *Revista de Portugal* depois reunidos em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, e o visconde de Ouro Preto, que a reproduziu como o primeiro dos documentos anexos a *Advento da Ditadura Militar no Brasil*. Da Europa, eles argumentavam que a avaliação de um republicano histórico como Aristides Lobo era prova insuspeita do caráter meramente militar do movimento de 15 de novembro e da falta de adesão do povo.

<sup>183</sup> J. M. de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*.

sobre o que se operava, não entendeu exatamente o alcance do ato liderado por militares, que, por isso, foi confundido com uma parada militar.<sup>184</sup> Como vimos, até mesmo os seus artífices, demoraram, por seus próprios receios, na reflexão sobre os efeitos de sua ação.

Se o desfile de tropas nas ruas da cidade do Rio foi visto com surpresa e perplexidade, muito mais desnorteados já haviam ficado os que presenciaram a entrada de Deodoro no Quartel General. Assim o republicano José Leão, amigo de Silva Jardim, descreveu a cena que viu: “além do Exército presente na Capital e da elite do partido republicano, assistiram à salva dos 21 tiros alguns transeuntes boquiabertos”.<sup>185</sup>

No prefácio “Ao leitor”, de seu livro de 1890, o jornalista republicano Manoel Ernesto Campos Porto aludiu à surpresa geral do “glorioso feito do dia 15 de novembro”: “É incontestável que o sentimento de surpresa, unânime, produzido pelo estabelecimento da forma republicana no Brasil, de *per se*, ficará sendo um elogio honroso para a nossa índole e um exemplo – sem igual – nos anais da Humanidade”.<sup>186</sup>

Um dos jovens científicos, Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, publicado em 1902, se referiu ao caráter de improviso da república: “Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pelem reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República”.<sup>187</sup> No contexto em que escrevia, Euclides da Cunha pretendeu destacar a diferença entre o Brasil do litoral, afeito aos ideais modernos e cópias de instituições de estrangeiras, e o Brasil dos sertões, onde viviam os rudes patrícios, tocados e surpreendidos pelas ações dos habitantes do litoral. A instauração da república demarcaria a distância entre as partes do território brasileiro. De fato, como abordaremos no próximo capítulo, particularmente em cidades do Norte e Nordeste, membros do “povo” reagiram assim que lhes foi dada a notícia do novo regime, em especial os que o viram como uma imposição e ingratidão à princesa Isabel.

Todavia, a versão da república “de improviso” foi tomada ao pé da letra por Oliveira Vianna. Não teria ocorrido planejamento algum para o golpe, pois desde

---

<sup>184</sup> M. T. C. de Mello, op. cit.

<sup>185</sup> Apud H. Lyra, op. cit., p. 370.

<sup>186</sup> M. E. Campos Porto, op. cit., p. 59.

<sup>187</sup> E. da Cunha, *Os sertões*, p. 236.

a independência, os militares se deixaram “tomar pelo idealismo das classes civis”, dada a “sua extrema receptividade às explorações e às intrigas da nossa politicagem de casaca”. Até a letargia dos “bestializados” poderia ser explicada por essa manipulação:

Psicólogos experientes, com o faro balzaquiano das fraquezas humanas, os nossos políticos bem conhecem essa receptividade, bem sabem desse ponto de menor resistência da sensibilidade das nossas classes militares. É justamente explorando estes “fracos” da classe que detém a força, que eles nunca falham numa só tentativa junto a elas, é que sempre têm podido irromper, de improviso, das portas ameaçadas dos quartéis para o espanto cá de fora das galerias “bestializadas”, ou um bando de ovelhas, ou uma alcatéia de feras agaloadas – à vontade.<sup>188</sup>

Essa interpretação de que os militares foram explorados pelos civis para o advento da república já havia sido expressa por alguns contemporâneos, como Tobias Monteiro. Para o republicano, esse era um mal dos países latino-americanos: “a maior praga destes países tem consistido na exploração do elemento militar pela velhacaria política”.<sup>189</sup> No Brasil, a crise de 1868, quando o imperador ficou a favor de Caxias e contra Zacarias, teria incubado na política nacional “o micróbio do militarismo”.<sup>190</sup>

A historiografia das últimas décadas tem interpretado de maneira distinta o golpe de Estado que levou à instauração da república. Para John Schulz, foram os políticos civis, como Rui Barbosa, que empurraram os militares para a arena política, ao incitá-los a forçar o governo a trancar as notas disciplinares a Sena Madureira e Cunha Matos. Por isso, “o encorajamento civil à participação militar na política, especialmente no período 1887-1889, contribuiu em larga escala para o golpe de 1889, sendo mesmo lícito afirmar-se que, sem a cooperação civil, não poderiam ter havido golpe e governo militares”.<sup>191</sup> Mas desde o período colonial, os militares estiveram imbricados na política. Com a independência, as próprias lutas armadas estreitaram relações entre força militar e força política. Apesar da Constituição de 1824 apregoar a obediência da força militar às autoridades civis<sup>192</sup>, as corporações militares e paramilitares foram erigidas como reforço e

<sup>188</sup> O. Vianna, op. cit., p. 112.

<sup>189</sup> T. Monteiro, op. cit., p. 59.

<sup>190</sup> Id., ibid., p. 61.

<sup>191</sup> J. Schulz, op. cit., p. 300.

<sup>192</sup> *Constituição do Império do Brasil*, 25 de março de 1824, art. 145 a 150.

garantia do poder civil. Como o próprio Schultz assevera, durante o Império, “a transformação secular na estrutura social do corpo de oficiais resultou na dissolução dos laços tradicionais entre a elite e a liderança do Exército”.<sup>193</sup> Foi quando membros do Exército julgaram que estavam sendo injustiçados e, na sequência, que a sua corporação estava sendo preterida pelos “casacas” que outros militares, mais ilustres, posicionando-se como seus porta-vozes, passaram a questionar as instituições imperiais a ponto de colocá-las em xeque. A oficialidade não queria ser desprezada pela política, assim como o generalato não pretendia ficar de fora das benesses e indicações de comandos oriundos desta esfera. Foi quando julgaram que sofriam retaliação dos políticos civis que os militares, acionando valores castrenses, iniciaram o litígio com o trono. Ademais, embora interprete a instauração da república como um “golpe” e atente ao papel do elemento civil, Schulz situa os militares como títeres nas mãos dos políticos casacas. Era exatamente a esse suposto controle que eles reagiam.<sup>194</sup>

Para Renato Lemos, o golpe de 15 de Novembro foi uma “contrarrevolução preventiva”, visando à preservação das estruturas sociais. Como a mobilização popular na década de 1880 havia fugido ao controle das forças da ordem, em episódios como a Revolta do Vintém e a campanha abolicionista, a perspectiva da liderança republicana militar desde o início foi conservadora.<sup>195</sup> Do ponto de vista da alta oficialidade, a interpretação se aplica. Mesmo antes da agitação dos anos 1880, parte do generalato se impressionou com a democratização do próprio Exército. Durante o Segundo Reinado, o “guerreiro” deixou de provir largamente

<sup>193</sup> J. Schulz, op. cit., p. 302.

<sup>194</sup> O comandante Palmeira, do cruzador Parnaíba, que levou a família imperial até o vapor que a conduziu ao exílio, assim se expressou à princesa Isabel, em 17 de novembro: “o exército deve obedecer, mas também quem manda deve igualmente lembrar-se que manda a pessoas a quem deve certas considerações”. Princesa Isabel, *Opinião de Papai e nossas*. Arquivo da Casa Imperial, Acervo do Museu Imperial. Nestes escritos de diário, a princesa relatou que só na viagem ao exílio soube das críticas feitas ao baile da Ilha Fiscal e que poucas pessoas do Exército e da Armada haviam sido convidadas; por isso, desconhecia a reclamação que “enquanto uns se divertiam gemiam as famílias dos infelizes soldados”. O documento é composto por anotações iniciadas a bordo do Parnaíba, continuadas no Alagoas e terminadas em Cannes, nas quais Isabel registrou as “Opiniões de Papai e nossas” sobre o 15 de Novembro e a partida para o exílio. É o mesmo manuscrito analisado por Heitor Lyra, em *História de Pedro II*, e Raimundo de Magalhães Júnior, em *Deodoro, a espada contra o império*. A intenção da princesa era narrar aos filhos “como se deu a maior infelicidade de nossa vida”. As datas ao final das narrativas são: 4 de dezembro de 1889, 5 de dezembro de 1889 e 30 de maio de 1890. Constam seis folhas após a última datação. Embora escritas com a intenção de se constituírem em diário factual, as anotações têm caráter de registro de Estado, pois justificam atos governamentais e elencam elementos pró e contra o governo.

<sup>195</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, pp. 431-432.



das “classes nobres”. Enquanto o prestígio dos bacharéis, os “legistas”, crescia, o ofício de militar para muitos não passava de tábua de salvação, depreciando a imagem do Exército como um todo.<sup>196</sup> Por outro lado, as motivações da baixa e média oficialidade eram distintas, até porque em boa medida eivadas do positivismo comtiano e laudatórias da meritocracia. Estes atores tinham interesse mínimo, ou mesmo nenhum, na preservação das estruturas sociais.

Na avaliação de Celso Castro, o 15 de Novembro foi fruto de uma conspiração cujos principais protagonistas foram os jovens científicos da Escola Militar, que teriam convencido o professor Benjamin Constant a ser uma das lideranças do movimento. Não há dúvidas de que a mentalidade cientificista foi essencial para convencer Benjamin que, por sua vez, influenciou Deodoro a dar o murro fatal no Império quando soube da indicação de Silveira Martins. No calor da hora, estes jovens desempenharam papel na transposição da defesa dos interesses corporativos e desafronta contra o gabinete Ouro Preto ao golpe de Estado. Na manhã de 15 de Novembro, a maioria dos sublevados era composta de suboficiais, praças e oficiais do Exército de baixa patente. Comandantes desistiram diante da desobediência de suas unidades, que insistiam em marchar com os revoltosos, ou simplesmente aderiram ao movimento que defendia suas demandas.

No entanto, a instauração da república não foi obra apenas dos militares que tomaram a dianteira ou dos que arrastaram os demais na manhã de 15 de Novembro. Tampouco foi apenas fruto da conspiração militar-civil. O que ocorreu neste dia foi a culminância e confluência de uma série de fatores que se processavam bem antes, inclusive internos ao próprio sistema político-parlamentar. Como a insurreição armada havia terminado às 11 da manhã e a república só foi anunciada às 3 horas da tarde, mais do que a “proclamação” da república ocorreu o último ruir do Império, já em processo de desmoronamento.

Pierre Nora recomenda “auscultar o acontecimento porque é ele que une, como num feixe, todos os significados sociais de que se rodeia”.<sup>197</sup> Este acontecimento singular, a instauração da república, se relaciona a um processo

---

<sup>196</sup> O processo de democratização da oficialidade do Exército é descrito por S. B. de Holanda, op. cit., pp. 329-332.

<sup>197</sup> P. Nora, “O acontecimento e o historiador do presente”, in: J. Le Goff, E. Le Roy Ladurie, G. Duby et. al., *A Nova História*, p. 61.

histórico multifacetado. O 15 de novembro, mais do que fruto de um movimento militar, ou mesmo um conluio militar-civil, deita raízes no processo de desgaste do governo imperial, até mesmo pelas fraturas causadas por sucessivas crises partidárias, ou seja, a fragilidade monarquista. É este último fator que permite entender inclusive porque as primeiras reações à república, feitas pelas brechas devido à política coercitiva desde a noite de 15 de novembro, foram dispersas sem a menor chance de vitória. A reação monarquista revelou-se incapaz de executar seu fim, a restauração, não apenas pelas condições objetivas, como o banimento de ícones do regime deposto e a repressão dos governos militares, mas também por suas próprias fraquezas, como a falta de articulação e a reativação de dissidências.

## **PARTE III**

### **Monarquistas na primeira década republicana**

## 1 – Reação monarquista em primeiro momento: contenção

A adesão à república por parte de cortesãos e políticos proeminentes do Império e a derrota da reação monarquista contribuíram para que as atuações em prol do regime deposto fossem pouco estudadas por historiadores, com raras exceções, como o denso mapeamento realizado por Maria de Lourdes Mônaco Janotti.<sup>1</sup>

Em grande medida, o fracasso dos monarquistas ocorreu porque, num primeiro momento, de contenção, a reação monarquista foi limitada por problemas de articulação interna, assim como foi freada pelas medidas repressivas do Governo Provisório e pela violência das presidências militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (capítulo 1). Mesmo com a orientação conciliatória do governo Prudente de Moraes, quando os monarquistas organizaram um movimento propriamente restaurador, no momento de auge da reação, antigas divergências vieram à tona, assim como novas foram criadas, atrapalhando o esforço de aglutinação (capítulo 2).

Devido à brutal repressão – em fins de 1896 em São Paulo e inícios de 1897 no Rio – e à institucionalização da nova ordem, no momento de declínio de sua reação os monarquistas se concentraram em produções memorialísticas, por meio das quais reforçaram a apologia do Império, principalmente do Segundo Reinado. A ordem, a paz e a unidade dessa fase áurea da política nacional, o reinado de Pedro II, também os distinguiria, inclusive nos tensos anos iniciais da república. Numa indireta “escrita de si”<sup>2</sup>, os monarquistas silenciaram a respeito de tudo que envolvesse desordem e subversão. A memória monarquista teve responsabilidade na desatenção ao seu ativismo por parte da historiografia.<sup>3</sup> Neste momento, muitos, como o visconde de Ouro Preto, praticamente deixavam de crer na restauração monárquica, enquanto outros, como Joaquim Nabuco, aderiam ao novo regime (capítulo 3). Estavam mais próximos do que nunca da política imperial nos seus anos finais, quando muitos políticos, de ambos partidos, descreiam da manutenção monárquica com o término do Segundo Reinado.

---

<sup>1</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*.

<sup>2</sup> Expressão de A. M. de C. Gomes, *Escrita de si, escrita da história*.

<sup>3</sup> M. de L. M. Janotti, “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”, in: M. C. de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, p. 141.

## Tendências dos políticos da monarquia

Nos últimos anos de 1880, particularmente desde março de 1887 com o agravamento do diabetes de D. Pedro II, a maioria dos contemporâneos considerava que, com a morte do imperador, estaria encerrado o próprio Império do Brasil.<sup>4</sup> Não era muito diferente a percepção dos homens da política institucional. Todavia, os membros dos partidos imperiais, Liberal e Conservador, não acreditavam em eclosão de um golpe para destronar o velho imperador. Em maio de 1889, ao mesmo tempo em que se realizou o Congresso Liberal, para decidir a orientação do Partido Liberal diante do avanço da corrente republicana, os membros do Partido Republicano se reuniram e firmaram a liderança de Quintino Bocaiúva e da via evolucionista face à revolucionária de Silva Jardim. Apesar da ampliação das fileiras republicanas pelos ressentidos ex-proprietários de escravos, os políticos da monarquia não esperavam um fim violento do regime, embora percebessem a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de estabelecimento do Terceiro Reinado, pois a gratidão à princesa Isabel, pela lei de extinção da escravidão, era insuficiente para sustentar o trono. Daí que os políticos de ambos partidos, e de seus vários matizes políticos, se dividiram em três tendências.

A primeira era a dos céticos em relação ao potencial demolidor da propaganda republicana. O grande expoente desta vertente era o visconde de Ouro Preto, homem das tradições. Bem relacionado com a família imperial e os cortesãos, o líder da ala liberal moderada acreditava que a monarquia era sólida em suas instituições e, por isso, se sustentaria por si só. No entanto, havia políticos bem distintos dele que pensavam da mesma forma e, ao menos em público, evidenciavam confiança nas instituições monárquicas. O conservador João Alfredo, ao ser interpelado sobre a intensificação do republicanismo, ponderou: “É melhor dizer que cresça e depois ver-se-á com quem teremos de cruzar as nossas armas, ou de ajustar as nossas contas”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> S. B. de Holanda, “O fim do regime”, in: *Do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 7, p. 354.

<sup>5</sup> Discurso na sessão de 26 de junho de 1888, apud A. Celso, *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, p. 77.

Como uma resposta ao excesso de confiança desta primeira vertente, embora não lhe fosse oposta, articulou-se outra: a dos que temiam a capacidade aglutinadora dos propagandistas republicanos, que, por isso, deveriam ser contidos pelas realizações administrativas. O papel de proa nesta corrente coube aos reformistas, sobretudo os defensores da federação, como Joaquim Nabuco, destaque no radicalismo reformista dos anos 1880, e Rui Barbosa, até o seu voto vencido no Congresso Liberal, em maio de 1889. O senador visconde de Taunay, num dos poucos escritos monarquistas de combate ao republicanismo sob o Império, as *Cartas Políticas*<sup>6</sup>, defendeu que “o remédio de nossos males” não estava no “americanismo”, na “panaceia da república”, mas nas reformas, como a liberdade de cultos, e alterações no aparelho administrativo.<sup>7</sup>

A terceira tendência, oposta às duas anteriores, é a dos políticos da monarquia que julgavam a república inevitável. Após o 13 de maio, teria surgido a oportunidade para a monarquia obter mais uma glória: promover gradualmente a república, por via pacífica e ordeira, nos moldes que caracterizavam o Segundo Reinado. Entre os conservadores, Antônio Prado foi o maior representante desta corrente. Para liderar os proprietários paulistas na aceitação, e mesmo promoção, da extinção da escravidão, o chefe político se coligou com republicanos de São Paulo, aliança a partir da qual ele passou a abraçar também a ideia da federação. Quando começou o gabinete Ouro Preto, em entrevista à *Gazeta da Tarde*, Antônio Prado explicou que: “Os dias da Monarquia estão contados. Os conservadores devem tomar a peito fazer a transição para a República, sem abalos, nem efusão de sangue”.<sup>8</sup> Logo após o início do gabinete Ouro Preto, Rui Barbosa defendeu que: “a passagem de uma [forma de governo] para outra é fatal; aos liberais resta o ônus patriótico de prepará-la, demorando-a e removendo as

<sup>6</sup> *Cartas Políticas: dirigidas ao Partido Conservador*, redigidas pouco após a queda do gabinete João Alfredo, a 6 de junho de 1889, apud V. de Taunay, *Pedro II*, pp. 1-23.

<sup>7</sup> Trechos da carta IV, *ibid.*, p. 21-22. Ver também as anotações em seu *Diário Íntimo*, *ibid.*, no período de agravamento da crise do ministério João Alfredo, maio-junho de 1889, pp. 56-81.

<sup>8</sup> Antônio Prado, entrevista concedida à *Gazeta da Tarde*, em junho de 1889, apud E. de Moraes, *Da Monarquia para a República: 1870-1889*, p. 70. Na sua anotação de diário, de 22 de junho, Taunay transcreveu este trecho, seguido da objeção: “Também nos fins da minoridade e começos da Maioridade, assegurava-se a mesma coisa e tudo assim indicava claramente e, entretanto, após estes vaticínios todos, a monarquia teve 50 anos, meio século inteiro de poder, calma e prestígio. Não é com duas razões, nem com duas dúzias delas que se derroca uma instituição que tem tantas raízes no país”. V. de Taunay, *op. cit.*, p. 83. Esta ideia de continuidade monárquica, por seu enraizamento histórico no país, foi bastante desenvolvida por Eduardo Prado, amigo epistolar de Taunay, nas suas obras políticas da década de 1890.

violências da transição”.<sup>9</sup> O mesmo pensava Antônio Saraiva, liberal da maior confiança do imperador. O líder baiano queria a república preparada legislativamente pelo Império, além de desprezar o Terceiro Reinado sob a égide de Isabel, fervorosamente católica.

Se até mesmo ilustres políticos do Império rejeitavam o Terceiro Reinado, muito mais o faziam os contemporâneos em geral e os republicanos em particular. Tal repulsa refletia uma percepção relativamente difundida nos anos finais do Império.

Instaurada a república no Brasil, a visão corrente entre os contemporâneos foi a de que os monarquistas não se moveram para defender o regime deposto ou reagir, pois teriam aceitado passivamente a nova forma de governo como um fato consumado.

Maria de Lourdes Mônaco Janotti já observou que “apesar dos testemunhos evidenciarem uma rica gama de opiniões complementares ou antagônicas sobre os inícios da República, cristalizou-se uma memória preponderante dos acontecimentos no qual o novo regime foi acolhido em clima de paz e consenso nacionais”. O “mito da paz e do consenso” começou a ser construído pelos republicanos, interessados em minimizar as contendas do poder durante os três primeiros governos.<sup>10</sup> Em suma, a interpretação hegemônica sobre a implantação da república permaneceu a de que ninguém teria caminhado na contramão.

O relato de Aristides Lobo no *Diário Popular*, sobre a instauração da república, e a descrição de Raul Pompéia, sobre a partida da família imperial para o exílio, se tornaram “documentos/monumentos”<sup>11</sup> por terem fixado esta visão.

Por se tratar de testemunha ocular e de um republicano interessado na aceitação do novo regime, a parte em que Aristides Lobo se referiu ao indiferentismo da população da Corte foi aceita sem questionamentos. À indiferença dos populares se seguiria o conformismo das elites. Na sequência da

<sup>9</sup> Rui Barbosa, “Ao País”, *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1889, apud M. T. C. de Mello, Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História/PUC-Rio, p. 184.

<sup>10</sup> Para Janotti, este mito ainda perdura, porque a historiografia, as obras didáticas e memorialistas “varreram para debaixo do tapete as ‘questiúnculas’ menores”. Assim procederam inclusive os escritores simpáticos ao Império, como Pedro Calmon e Hélio Vianna. M. de L. M. Janotti, “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”, pp. 119-143.

<sup>11</sup> Expressão de J. Le Goff, “Documento/monumento”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: *Memória – História*.

carta, Lobo chegou a comentar que: “O entusiasmo [com a república] veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos”.<sup>12</sup> Mas a aceitação gradual do povo não teria ocasionado reação do lado oposto, dos destituídos do poder.

Ocorre que em um primeiro momento quase todos se surpreenderam, pois o golpe de Estado foi o resultado de uma conspiração e as articulações haviam sido feitas em segredo. O feito do 15 de Novembro foi uma surpresa até mesmo para republicanos. Os monarquistas ficaram tão ou mais desnorteados, pois sabiam que algo era tramado, mas não exatamente o que e quando seria realizado. Muitos estadistas, talvez ingenuamente mas de fato, acreditaram no compromisso de chefes do Partido Republicano, como Quintino Bocaiúva, de que não haveria tentativa golpista ou revolucionária com Pedro II vivo. Ainda maior era a crença na lealdade dos generais.

O relato de Raul Pompéia sobre a partida da família imperial ao exílio se tornou famoso por ele ter sido uma das poucas testemunhas oculares do fato. Pesou muito também a conversão do literato em fiel florianista e o caráter pungente da descrição:

Apareceu o préstito dos exilados. Nada mais triste. Um coche negro, puxado a passo por dois cavalos que se adiantavam de cabeça baixa, como se dormissem andando. À frente, duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo. Fechando a marcha um grupo de cavaleiros, que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil.<sup>13</sup>

A impressão que ficou foi a do isolamento e abandono da família imperial.<sup>14</sup>

Por décadas, a historiografia encampou a versão de que os monarquistas se furtaram à tarefa de defender a monarquia e o trono de D. Pedro II no momento de sua queda.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Apud H. Silva, *1889 – a República não esperou o amanhecer*, p. 88.

<sup>13</sup> R. Pompéia, “Uma noite histórica (do alto de uma janela do Largo do Paço)”, apêndice em E. de Moraes, op. cit., pp. 100-102 e M. E. Campos Porto, *Apontamentos para a história da República*, pp. 127-131.

<sup>14</sup> Alguns contemporâneos debocharam da maneira rápida como ocorreu a instauração da república. Medeiros e Albuquerque ironizou que o regime monárquico não teve a seu favor “nem um gato pingado”. Apud M. T. C. de Mello, op. cit., p. 273.

<sup>15</sup> Intelectuais das décadas de 1920 a 1940, no bojo de uma leitura positiva do Segundo Reinado, reforçaram a versão da omissão dos políticos da monarquia. Uma das maneiras de exaltar a figura de Pedro II era realçar sua posição de vítima. Oliveira Viana lamentou a ingratidão dos monarquistas: “Decaído do poder, [Pedro II] não teve uma só espada que se quisesse sacrificar por ele, uma só classe que se quisesse sacrificar por ele, um só grupo político que o quisesse



Versões como essas contribuíram para caracterizar o que chamamos de inércia monarquista, tal como aparece na historiografia: a percepção dos monarquistas como inertes, passivos, conformados e, mais adiante, muito bem acomodados ao e no novo regime. Esta visão homogeneizante acabou obliterando a existência de uma reação monarquista no período inicial da república.

Decerto, muitos monarquistas – os chamados “aderentes” pelos contemporâneos e “adesistas” pela historiografia – apoiaram logo a república. Outros, só quando deixaram de acreditar na possibilidade da restauração. Alguns prontamente aceitaram cargos; outros apenas quando a república se livrou da pecha jacobina. Houve também os que morreram fiéis monarquistas, em obscuridade contrastante com a própria posição a 15 de Novembro, caso do visconde de Ouro Preto. Outros aderiram quando o novo regime se solidificou, ocuparam cargos e passaram à história como heróis, caso de Nabuco.

Em razão desta variedade, as atuações monarquistas nos anos iniciais do novo regime permitem reavaliar este momento ímpar na história brasileira: o da transição entre suas duas formas de governo, monarquia e república.

À interpretação do que chamamos acima de inércia monarquista propomos o entendimento da fragilidade monarquista. Não se tratou propriamente de uma negligência dos monarquistas, mas sim da sua fragilidade. Não obstante a situação de fragilidade, houve reações e resistências ao novo regime, quer da parte de elementos do alto escalão da política, ou a ele vinculados, quer da parte de populares e, mesmo, de militares de baixa patente.

### **Reações e resistências imediatas à instalação da república**

Imediatamente após e no próprio 15 de Novembro houve reações contrárias à república. Um dos primeiros súditos a reagir foi André Rebouças, quando a nova forma de governo nem havia sido anunciada. Assim que soube da movimentação no Quartel-General, ao meio-dia, ele se dirigiu ao recinto do Senado para falar,

---

acompanhar na queda, senão o grupo reduzido dos que formavam o governo deposto. Deixaram-no partir em silêncio, só. Nem uma palavra agradecida. Nem um rumor breve de aplauso. Nem um só grupo de protesto”. O. Vianna, *O ocaso do império*, p. 169.

sobre a necessidade de conter das tropas sublevadas, com o visconde de Taunay.<sup>16</sup> Neste momento, ambos ainda acreditavam tratar-se apenas de uma sedição militar. Os dois se reuniram com Rodolfo Góis e Rodolfo Dantas, mas não conseguiram concluir um plano.<sup>17</sup> Quando chegou ao Palácio Isabel, Rebouças teve a idéia de manter o imperador em Petrópolis e organizar um ministério para se contrapor à insurreição.<sup>18</sup> O plano não pode ser colocado em prática porque o telégrafo já havia sido tomado pelos revoltosos.<sup>19</sup>

O mesmo empecilho abortou o plano de Hermes Ernesto da Fonseca, irmão de Deodoro e comandante das Armas na Bahia.<sup>20</sup> Quando recebeu a notícia da sublevação, Hermes tentou armar um contragolpe. Enviou um telegrama, que foi interceptado, a D. Pedro II, incitando-o à resistência, pois teria o apoio do Exército da Bahia.<sup>21</sup>

O grande problema destas primeiras reações foi que os elementos do governo e da família imperial não chegavam a um consenso sobre estratégias e não conseguiam convencer o imperador a tomar decisões. Ouro Preto enviou telegrama ao imperador, relatando a demissão do ministério e a entrada das tropas no Quartel, às onze da manhã; às quatro da tarde, o monarca, a imperatriz e seu séqüito de áulicos já se encontravam no Paço da Cidade. Pouco depois, chegou o

<sup>16</sup> Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay era de família oriunda da nobreza francesa. Participou da Guerra do Paraguai como engenheiro militar, se tornou membro do Partido Conservador e ocupou vários cargos políticos. Com a instalação da república, abandonou a carreira política, recusou cargos e manteve inalterável amizade epistolar com André Rebouças e o imperador. Os três haviam estreitado o vínculo nos passeios diários, acompanhados do conde de Mota Maia, à estação de trem de Petrópolis, ao longo de 1889. Taunay publicou duas notas de protesto, no *Jornal do Comércio* de 18 e 23 de abril de 1891, e deixou de fazer parte do IHGB, diante da proposta da associação de nomear Deodoro da Fonseca como presidente-honorário, após sua eleição pelo Congresso. Ainda em 1891, publicou o opúsculo *Algumas verdades*, de elogio ao caráter de Pedro II. Algumas cartas do imperador a Taunay e deste a membros da família imperial foram transcritas por Afonso Taunay, na obra póstuma do pai, V. de Taunay, *Pedro II*.

<sup>17</sup> S. M. G. dos Santos, *André Rebouças e seu tempo*, p. 500.

<sup>18</sup> Princesa Isabel, *Opinião de Papai e nossas*, Acervo Histórico do Museu Imperial.

<sup>19</sup> Uma ordem, em nome de Deodoro, foi expedida ao diretor dos telégrafos para deixar o estabelecimento sob a responsabilidade do 1º tenente José Augusto Vinhaes. *Correio do Povo: órgão republicano*, 16 de novembro de 1889.

<sup>20</sup> O general Hermes Ernesto da Fonseca se manteve monarquista, pois queria apenas a deposição do ministério Ouro Preto. Só aceitou o novo regime quando soube do embarque da família imperial ao exílio. Era pai do capitão (futuro marechal e presidente da república) Hermes Rodrigues da Fonseca, que desde 11 de novembro participava das reuniões conspiratórias na casa do tio. Dos irmãos de Deodoro vivos, pois três morreram na Guerra do Paraguai, apenas o tenente reformado Pedro Paulino da Fonseca o apoiou no golpe, marchando perto de Constant e Quintino. João Severiano, médico do Exército e membro do IHGB, o mais fiel monarquista, conseguiu penetrar no Paço da Cidade na noite de 16, para se despedir do príncipe Pedro Augusto. H. Lyra, *História da queda do Império*, p. 255.

<sup>21</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 15.

casal d'Eu. Todavia, como o conde d'Eu relatou, o imperador não tinha percepção da realidade. A primeira fala de Pedro II ao chegar foi: “minha opinião é de dissolver os batalhões”. O conde replicou: “É fácil dizer, mas como vós quereis dissolver os corpos que estão em armas contra nós?”.<sup>22</sup>

Quando Ouro Preto chegou, iniciaram uma reunião sobre o futuro ministério, até porque não sabiam que, neste momento, a república estava sendo anunciada por civis na Câmara Municipal. Ouro Preto reafirmou a demissão coletiva do gabinete e, cumprindo a praxe de indicar sucessor, falou em Silveira Martins. O conde d'Eu tentou dissuadir o imperador dessa opção, pois seria impossível ficar três dias sem governo, ao que o monarca teria respondido: “Se esperar!”.<sup>23</sup> Foi a indicação de um arquiinimigo seu que demoveu Deodoro de suas últimas hesitações. Sofrendo uma crise de dispnéia, o marechal não compareceu ao Paço para falar com o imperador às 6 da tarde, como tinha se comprometido.

O conde d'Eu, vários cortesões e conselheiros, como Olegário e Silva Costa tentaram, inutilmente, convencer o imperador a convocar uma reunião do Conselho de Estado. Quando Lourenço de Albuquerque apelou para os brios do trono, afirmando que talvez a república fosse uma realidade, o imperador respondeu: “Se assim for, será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito e estou cansado. Irei descansar”. Assim Pedro II replicou Andrade Figueira: “Não há nada, acredite; não sou marinheiro de primeira viagem”. Aludindo Figueira ao que tinha ouvido sobre a sedição no Quartel-General e a liderança de Deodoro, o imperador insistiu na lealdade do marechal: “Não acredite, Sr. Figueira. Manuel Deodoro é meu amigo; tenho-o protegido sempre e toda a família”.<sup>24</sup>

À revelia do imperador, foi convocada uma reunião do Conselho de Estado. Só quando os cocheiros foram às residências dos conselheiros que ainda não estavam no Paço, para entregar a circular convocatória assinada por Muritiba, se soube que vários deles já haviam se reunido na casa do visconde do Cruzeiro. Eles

---

<sup>22</sup> Carta do conde d'Eu à condessa de Barral, a bordo do vapor Alagoas, do Rio de Janeiro a São Vicente (Cabo Verde), 19 nov., 7 h da noite, apud H. Silva, op. cit., p. 518.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*

<sup>24</sup> As citações deste parágrafo foram extraídas de H. Lyra, op. cit., pp. 342-345. Em anotações retrospectivas, Taunay afirmou que o imperador, de fato, desviou as conversas de rumo, chegando a falar da viagem que acabara de fazer pela estrada de ferro do Norte. Teria proferido também

havia decidido sobre a organização de um novo ministério, chefiado por Saraiva, com Deodoro na pasta da Guerra, para satisfazer os militares. À noite, na reunião oficial do Conselho, eles comunicaram estas decisões, que foram aceitas.<sup>25</sup>

Neste momento, um efetivo de 70 praças do 10º batalhão de infantaria ficou responsável pela guarda do Paço. Ainda assim, após duas horas de reunião, Dantas e Correia, como representantes do Partido Liberal e do Conservador, foram mandados à casa de Deodoro. Como não foram recebidos pelo marechal, finalmente o imperador participou de uma reunião do Conselho. Nesta sessão, decidiram realizar um encontro entre Deodoro e Saraiva, que enviou carta a Deodoro, por meio do major Roberto Trompowski. Era evidente a estratégia de contemporização: “Encarregado pelo Imperador de organizar novo Ministério, não quero, nem devo fazer coisa alguma sem entender-me com V. Exa.”<sup>26</sup> Às 3 da madrugada, o major retornou com a notícia de que o marechal havia se decidido pela República.<sup>27</sup> Nenhuma harmonização seria possível.

Na manhã de 16, o Paço da Cidade foi totalmente cercado por um destacamento de cavalaria, até que chegou uma ordem do novo governo para que ninguém mais saísse ou entrasse. Os estudantes repeliram as pessoas que tentaram se aproximar, como Paranaguá, Saraiva, Paulino, Correia e Villamil Blanco, ministro do Chile.

No mesmo relato da partida da família imperial para o exílio, Raul Pompéia descreveu como o saguão do Paço da Cidade, isolado de qualquer comunicação, foi transformado em “praça de guerra”. Daí que “muitos personagens eminentes do Império e diversas famílias, ligadas por aproximação de afeto à família imperial, apresentaram-se a falar ao Imperador e aos seus augustos parentes, retrocedendo com o desgosto de uma tentativa perdida”. A idéia da “prisão de Estado” teria surgido devido a conflitos entre marinheiros e praças do Exército, ocasionando uma “atmosfera de vago terror”.<sup>28</sup>

---

estas palavras: “Pois se tudo está perdido, haja calma. Eu não tenho medo do infortúnio”. V. de Taunay, *Diário Íntimo*, 30 de maio de 1890, op. cit., pp. 94-95.

<sup>25</sup> V. de Taunay, *Diário Íntimo*, 19 de abril e 30 de maio de 1890, op. cit., pp. 92-95; H. Lyra, op. cit., pp. 346-348. Paranaguá, secretário do Conselho de Estado, não lavrou ata dessa última reunião.

<sup>26</sup> Apud A. Celso, *O visconde de Ouro Preto...*, p. 87; O. Vianna, op. cit., pp. 133-134.

<sup>27</sup> Princesa Isabel, *Opinião de Papai e nossas*; H. Lyra, op. cit., p. 404.

<sup>28</sup> As mesmas descrições – o Paço da Cidade como praça de guerra e os monárquicos isolados de qualquer contato – foram feitas por Heitor Lyra, em *História da queda do Império*, e Lídia

Foi neste momento que o casal Carapebus conseguiu entrar no palácio, pela passagem secreta através de um jardim vizinho. O conde de Carapebus chegou com a notícia de que o governo cogitava embarcar a família imperial no pequeno couraçado Solimões. Apavorados, os áulicos aceitaram a idéia do conde: de conseguir do ministro do Chile que esperasse a família imperial e seu séquito numa das portas secretas do Paço e os recolhesse a bordo do navio chileno, *Almirante Cochrane*, atracado no porto.

Este foi o primeiro e único plano de fuga articulado para a família imperial e sua corte. Visando colocá-lo em prática, cada um tomou providências, a começar pela redação de uma proclamação, em que o imperador justificaria seu ato e se colocaria à disposição do país. Nada poderia abalar a dignidade majestática. Mas o monarca não consentiu, até porque implicaria negociação com estrangeiros. Como seria de esperar, Pedro II fechou-se na sua impassibilidade, lendo uma de suas revistas científicas.<sup>29</sup>

O conde d'Eu encarregava Carapebus de comunicar, apenas em seu nome, o plano ao ministro do Chile quando os palacianos foram interrompidos pela chegada do major Sólon. O comandante da guarda do Paço trouxe a intimação do Governo, justificando a república e pedindo ao imperador e sua família que se retirassem do país no prazo de 24 horas.<sup>30</sup> O barão de Loreto redigiu a resposta imediatamente assinada pelo monarca.<sup>31</sup>

O imperador fixou para as 2 da tarde sua saída do Brasil no dia seguinte e obteve permissão para ouvir a missa na Capela do Carmo, junto ao Palácio.<sup>32</sup> Não foram atendidos, porém, seus últimos pedidos, pois a partida para o exílio foi antecipada para a madrugada para evitar um contragolpe. Temia-se a sua adesão a uma reação organizada por militares. Hermes Ernesto da Fonseca mesmo permanecia adverso à república. Como Deodoro não demitia o irmão mais velho

---

Besouchet, *Exílio e morte do Imperador*, obra de elevado teor laudatório, mas também por um republicano como Tobias Monteiro, em *Pesquisas e Depoimentos para a História*.

<sup>29</sup> Carta do conde d'Eu à condessa de Barral, 19 nov., apud H. Silva, op. cit., p. 523.

<sup>30</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., pp. 127-128 e H. Silva, op. cit., pp. 524-525. Toda a justificativa para o golpe de Estado se baseava na suposta reação contra o “esbulho dos direitos” do Exército e da Armada, que teriam contado com a adesão dos “sentimentos democráticos da nação”.

<sup>31</sup> A resposta também foi reproduzida em T. Monteiro, *Pesquisas e depoimentos para a História*, p. 128 e H. Silva, op. cit., p. 525.

<sup>32</sup> Carta do conde d'Eu à condessa de Barral, 19 nov., apud H. Silva, op. cit., pp. 524-526.

do comando, os novos governantes sentiam-se vulneráveis por não conseguirem o assentimento de militares bem próximos.

Além disso, muitos republicanos julgavam que os Bragança deveriam ter sido expulsos do país desde sua deposição. Quanto mais tempo aqui permanecessem, maior a instabilidade. O *Correio do Povo* sustentou que a permanência deles no solo brasileiro constituía perigo público. A idéia do Conselho de Estado de organizar novo ministério chefiado por Saraiva era motivo suficiente para a expatriação da família imperial.<sup>33</sup>

Para completar, em reunião na noite de 16, Benjamin Constant, almirante Wandenkolk, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Rui Barbosa refletiram sobre um perigo: a partida do imperador em plena tarde de domingo suscitaria comoção popular e longa despedida na área do cais. A repressão a uma última resistência poderia ocasionar maltrato físico ao velho imperador. Os novos ministros pensaram em várias alternativas para evitar cenas de desespero, que seriam péssimas para a imagem do novo governo. Para complicar, neste momento chegaram com um prisioneiro: Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai, líder de um contragolpe, para o qual vários marinheiros já haviam desembarcado. Esta prisão preventiva foi a mais desconcertante para os novos líderes governamentais, pois o almirante reformado era ex-colega de trabalho e amigo de alguns deles. A prisão nem foi efetivada e, solto, Jaceguai se dirigiu ao Paço da Cidade.

Na sequência, o major Lassance, mordomo do conde d'Eu, chegou com um ofício, destinado ao ministro da Guerra, em que o príncipe pedia exoneração do comando geral de artilharia, cargo que exercia desde 1865, e licença para retirar-se do país, como havia sido imposto.<sup>34</sup> Extraoficialmente, Lassance entregou a Mallet, seu amigo, um papel com indagações do conde sobre os interesses materiais da família imperial. Os líderes governamentais tiveram uma idéia: a família imperial embarcaria de madrugada e, em troca, seria oferecida uma quantia ao imperador, estipulada em 5 mil contos.

---

<sup>33</sup> *Correio do Povo: órgão republicano*, 19 de novembro de 1889.

<sup>34</sup> Apud T. Monteiro, op. cit., pp. 130-131.

Enquanto Mallet partiu para o Paço, para comunicar a decisão à família imperial, lavrou-se o decreto de concessão da quantia.<sup>35</sup> Iniciaram-se também as resoluções para antecipar a partida ao exílio. Em Petrópolis, os filhos do casal d'Eu foram conduzidos à Corte em trem especial. Foi ordenado o atracamento de lanchas no cais Pharoux e a evacuação da área próxima. Como a notícia da antecipação se espalhou, foi preciso intimidação armada para esvaziar a rua da Direita, onde “a multidão era considerável”, e a rua da Alfândega, onde “era tão compacta a massa de povo que já não se podia passar”.<sup>36</sup> Ampliou-se também o número de patrulhas e sentinelas no Largo do Paço. Conforme a *Gazeta de Notícias*, “de distância em distância, toda a praça estava ocupada por sentinelas do corpo de polícia e era percorrida por patrulhas da cavalaria”. O objetivo era evitar o que se dera ali durante o dia e a noite: a “aglomeração de povo”.<sup>37</sup>

Recalcitrante, o imperador se negou a deixar o país de madrugada, alegando que: “Não sou negro fugido. Não embarco a esta hora”.<sup>38</sup> Conforme narração da princesa, o pai só foi convencido quando Mallet e Simeão advertiram que “os rapazes das Escolas [estavam] já com metralhadoras para atirarem sobre quem quisesse resistir”.<sup>39</sup>

No momento em que a família imperial e seu séquito eram conduzidos ao cais, o major Sólton prendeu quinze marinheiros que, junto ao Paço, se manifestavam contra a república. Faziam parte do grupo recém desembarcado para o contragolpe.

Devido à precipitação da partida ao exílio e dispersão das pessoas que tentavam ver algo, poucos puderam acompanhar e, posteriormente, relatar este momento. Como a noite era chuvosa, foi útil ao governo não haver muita gente em torno do embarque. Como havia ocorrido no dia anterior no Paço da Cidade, na manhã de 17 vários diplomatas tentaram falar com a família imperial, mas foram impedidos.<sup>40</sup>

<sup>35</sup> Decreto nº 2, 16 de novembro de 1889, “Provê a decência da posição da família do ex-imperador e as necessidades do seu estabelecimento no estrangeiro”. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Primeiro Fascículo*, pp. 2-3.

<sup>36</sup> T. Monteiro, op. cit., p. 132.

<sup>37</sup> “O embarque do imperador”, *Gazeta de Notícias*, apud M. E. Campos Porto, op. cit., pp. 98-100.

<sup>38</sup> T. Monteiro, op. cit., p. 133.

<sup>39</sup> Princesa Isabel, *Opinião de Papai e nossas*.

<sup>40</sup> Mesmo os que se dirigiram diretamente ao almirante Wandenkolk, como o ministro do Chile, Villamil, tiveram acesso negado ao Parnaíba. Só o ministro da Áustria, conde de Welsensheim,

A antecipação da partida forçada da família imperial é o maior indício do temor republicano a reações monarquistas. Foi imenso o cuidado em evitar o fornecimento de qualquer ajuda para um regresso da família imperial. Até chegar à Ilha da Madeira, o paquete Alagoas foi comboiado pelo couraçado Riachuelo.

A mesma prevenção foi adotada em relação ao visconde de Ouro Preto. Preso desde às 7 da noite do dia 15, foi embarcado no vapor alemão Montevideú, rumo a Hamburgo, a 19 de novembro. O comandante teve ordem de não tocar em nenhum porto brasileiro. Segundo relato de *O País*, esta deliberação foi tomada porque: “o governo provisório continua a preocupar-se seriamente com a manutenção da ordem pública, removendo prudentemente todos os elementos que podem concorrer para perturbá-la, tornando necessário o emprego da força”.<sup>41</sup> Era preciso extirpar qualquer tipo de reação.

Outra ameaça tinha que ser contida: Gaspar da Silveira Martins. Na madrugada de 16, ele foi retirado do navio, em que vinha com outros parlamentares rio-grandenses para a abertura das Câmaras, e preso num quartel de Santa Catarina. Deste alojamento foi retirado por uma comissão de oficiais que partira do Rio especialmente para detê-lo. Quando chegou na capital, a 27, Quintino Bocaiúva o recebeu e o acompanhou até sua casa, na Praia de Botafogo, onde ficou detido sob palavra.<sup>42</sup> Por decreto de dezembro, Martins ainda foi deportado.

Conforme a notícia da instalação da República se espalhava pelo país, resistências e insurreições começaram a pipocar. Como estouravam isolada e espontaneamente, além de não abalar a nova ordem política, eram rápida e violentamente sufocadas.

Oficialmente, a instauração da República foi divulgada ao país no dia 16, quando saiu o primeiro decreto e foi enviada, aos presidentes de província, uma circular telegráfica do tenente Vinhaes, novo responsável pela Repartição dos

---

conseguiu entrar no navio e permanecer com os exilados até o embarque no Alagoas. No final da manhã de 17, o Parnaíba tomou o destino da Ilha Grande, onde o Alagoas ainda estava sendo aprontado. Apenas às 8 da noite, foram embarcados no Alagoas: a família imperial; sete empregados de quarto; o conde de Mota Maia, médico do imperador, e seu filho mais velho; a viscondessa da Fonseca Costa, que com 81 anos quis continuar camarista da imperatriz; o conde de Aljesur, camarista do imperador, M. Stoll, professor dos príncipes; os casais Loreto e Muritiba; André Rebouças, que se ofereceu para ir no lugar do barão de Ramiz Galvão, preceptor dos príncipes. Carta do conde d'Eu à condessa de Barral, 19 nov., apud H. Silva, op. cit., pp. 528-531.

<sup>41</sup> Apud V. de Ouro Preto, “Prefácio”, *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, pp. 262-263.



Telégrafos. Os presidentes foram substituídos por Juntas Governativas, compostas de três membros, sendo um deles militar. As Juntas eram improvisadas pelos próprios republicanos locais, enquanto não vinham os novos governadores nomeados pelo Governo Provisório.<sup>43</sup>

Entre os presidentes de província, apenas o da Bahia reagiu, até porque contava com as forças do Exército, dada a fidelidade monárquica do marechal Hermes Ernesto da Fonseca. Assim que recebeu o telegrama do tenente Vinhaes, José Luís de Almeida Couto passou outro a Deodoro, afirmando que a Bahia se mantinha “fiel à Constituição e às leis”. Na resposta, assinada por Deodoro, o Governo Provisório dizia apelar para o “patriotismo de V. Exa., do povo e da guarnição da Bahia, a fim de respeitar o Governo instituído pelo Exército, a Armada e o povo desta Capital, já apoiado por muitas Províncias”. Na resposta, Almeida Couto reafirmou que “respeitaria e manteria a Constituição e as leis do Império”.<sup>44</sup> Desconexo da resistência de Couto, na noite de 16 para 17 de novembro, ocorreu um movimento popular de reação. Civis negros, que percorriam as ruas da cidade dando vivas à monarquia, atacaram as casas de estudantes e outros indivíduos republicanos, matando três pessoas.<sup>45</sup>

Em São Luís, na manhã de 17 de novembro, populares pardos e negros percorriam as ruas da cidade, vivendo a monarquia, quando foram reprimidos por uma força militar. Entre os quatorze feridos à bala, quatro morreram.<sup>46</sup> Ainda assim, manifestações ocorreram em outras cidades do Maranhão, sobretudo por parte de ex-escravos. Por isso, um tenente-coronel liderou uma Junta Provisória de sete membros, sendo cinco militares, para se apossar do poder. Para que as notícias das prisões, espancamentos e fuzilamentos não se espelhassem pelo país, o telégrafo foi trancado no Maranhão.<sup>47</sup>

---

<sup>42</sup> H. Lyra, op. cit., pp. 334-336.

<sup>43</sup> Id., ibid., pp. 392-395.

<sup>44</sup> Apud H. Lyra, op. cit., pp. 398-399.

<sup>45</sup> C. Castro, “Revoltas de militares contra a República”, in: C. Castro, V. Izecksohn, H. Kraay (orgs.), *Nova história militar brasileira*, p. 308.

<sup>46</sup> Id., ibid., p. 309.

<sup>47</sup> Pedro Augusto Tavares Jr., nomeado governador do estado, assim descreveu a situação do Maranhão quando chegou para substituir a junta: “A população sabia que o meu governo ia ser melhor, mesmo porque nada pior era possível esperar. A junta inaugurara a república com fuzilamento em massa de cidadãos, cujos protestos contra a nova ordem política eu soube depois que se podiam perfeitamente abafar sem o derramamento de sangue. Os excessos de toda ordem seguiram-se logo ao crime. Os cidadãos, principalmente os de cor, de que a junta suspeitava, eram presos e logo arrastados ao xadrez, onde se lhe cortavam os cabelos e onde eram barbaramente

No Rio de Janeiro, já no dia 16, houve uma rebelião de marinheiros da corveta Niterói. No dia seguinte, ocorreram duas tentativas de desembarque na praia próxima ao 2º Regimento de Artilharia. Repelidos, os tripulantes deram volta, mas descarregaram suas armas. Mesmo sem a presença de Deodoro, os membros do Governo Provisório se reuniram no Quartel-General, para onde foram encaminhados os cabeças do movimento. Suas declarações ficaram em segredo, assim como o número de mortos e feridos. Benjamin Constant cuidou para que a imprensa não noticiasse o acontecido.<sup>48</sup>

Como tratamos no capítulo anterior, a maioria dos atores históricos do golpe militar-civil de 15 de Novembro não tinha certeza da deposição monárquica. O único ponto que unira os partícipes fora a oposição ao gabinete Ouro Preto. Daí que muitos jovens militares logo se arrependeram e até se revoltaram contra a república.

Na noite de 17 para 18, no Desterro, a festa no Clube Republicano Esteves Júnior foi prolongada por ações nas ruas. Quando a banda de música do 25º Batalhão de Infantaria retornava ao quartel, o cabo Cândido Pedro Duarte e quarenta e dois praças obrigaram os músicos a acompanhá-los em passeata pela cidade, ovacionado a monarquia. Na versão de um jornal local, até o comandante do batalhão foi compelido a segui-los, conduzindo a bandeira imperial. Pouco antes das 2 da madrugada, o coronel Barros enviou a Benjamin Constant o seguinte telegrama: “batalhão sublevado dando vivas à Monarquia, não há força que possa contê-los”.<sup>49</sup> Porém, quando os revoltosos voltavam da passeata, um capitão do batalhão e chefe de polícia provisório, Firmino Lopes Rego, os conteve ao recebê-los no quartel à bala. Além dos mortos, os quarenta soldados presos foram embarcados no paquete Rio Grande.<sup>50</sup>

O movimento revoltoso que mais impressionou os novos governantes foi perpetrado por soldados do 2º Regimento de Artilharia, em São Cristóvão, justamente uma das unidades que participara do golpe de Estado. Como Celso

---

espancados. Muitos receberam dúzias de bolos nos pés. Mulheres públicas, com quem alguns soldados tinham contas a ajustar, sofreram de igual modo esses afrontosos e inoportáveis castigos. [...]”. “Protesto do governador do Maranhão Sr. Pedro Tavares”, *Gazeta de Notícias*, 20 de janeiro de 1890, apud E. Prado, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, pp. 41-42. Por escrever em tom de denúncia, Tavares foi logo demitido pelo Governo Provisório.

<sup>48</sup> E. de Moraes, op. cit., pp. 107-108.

<sup>49</sup> Apud C. Castro, “Revoltas de militares contra a República”, pp. 302-303.

Castro observa, casos como esse evidenciam que muitos jovens participaram do 15 de Novembro sem convicções, levados por seus superiores dos quartéis para o Campo de Santana. Daí que vários deles logo se arrependeram do papel que representaram.<sup>51</sup> Em 18 de dezembro, aproveitando-se que a maioria dos oficiais tinha ido à despedida aos oficiais do cruzador chileno, Almirante Cochrane, os soldados saíram do quartel, desfraldaram a bandeira imperial e deram vivas a Pedro II. Tropas governistas logo reprimiram a revolta. Os soldados, quase todos negros ou mulatos, foram presos e levados ao Quartel-General.<sup>52</sup>

Num clima de boatos sobre outras insurreições, que o governo julgava induzidas e financiadas por indivíduos de alto galardão do regime deposto, foram tomadas providências para evitar novos confrontos à república. Na madrugada do dia 19, em repressão ao movimento do 2º Regimento, Sampaio Ferraz, chefe de polícia, mandou prender Silveira Martins. Foram interrogados, no Quartel-General, entre outros: marquês de Paranaguá, Ferreira Viana, Carlos de Laet, Jerônimo Braga, viscondes de Assis Martins e de Lima Duarte, Tomás Coelho, Alfredo Chaves e Prado Pimentel. Todos foram soltos, exceto Carlos Afonso, suposto financiador da rebelião, preso na Fortaleza de Santa Cruz, e Silveira Martins, detido numa sala do próprio Quartel.

Um fator relevante, e que os golpistas não levaram em consideração, é que a monarquia se notabilizara entre um estrato social com pouca voz, mas relativamente numeroso: o dos libertos pela lei de 13 de Maio e seus descendentes. É por isso que entre os indivíduos de camadas mais baixas da sociedade, negros ou mulatos em sua maioria, ocorreram espontâneas e vivazes manifestações de lealdade à dinastia deposta, que não contavam com apoio ou incentivo das grandes figuras da monarquia.

Para muito além Corte e da província do Rio de Janeiro, se estabeleceu sentimento de gratidão à família imperial pela extinção da escravidão. No pequeno destacamento da foz do rio Apa, em Mato Grosso, que recebera o comunicado sobre a instauração da república apenas a 20 de dezembro, alguns soldados instantaneamente deram morras à república e vivas à monarquia. Dois soldados do 2º Batalhão de Artilharia, Anastácio José da Vera Cruz e José Mateus de Brito,

---

<sup>50</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 17.

<sup>51</sup> C. Castro, *A proclamação da República*, p. 77.

aliciaram alguns praças e declararam não aderir à república porque haviam sido libertados em 13 de maio pela princesa Isabel. O alferes que comandava a unidade mandou prendê-los. Na resistência, Anastácio feriu dois cadetes e um soldado. Atingido por um tiro do alferes, Anastácio faleceu na manhã seguinte. Como protesto, o quartel foi incendiado na madrugada por outros soldados.<sup>53</sup>

As primeiras reações, espontâneas, foram efetuadas sobretudo por militares de baixa patente, em sua maioria negros ou pardos. Eram indivíduos armados que julgavam não ter muito a perder. Agiam por gratidão à monarquia ou arrependimento da participação no golpe de Estado. Sem articulação e diretrizes fixas, tais movimentos de resistência ou revolta eram rapidamente sufocados e duramente reprimidos. Além disso, estimularam medidas altamente coercitivas e repressivas a um regime que, para a maioria dos monarquistas, só por ter nascido militar, já era sinônimo de violência.

### **Dispersão e hostilidades na reação monarquista**

Além desses movimentos espontâneos que eclodiram imediatamente após o 15 de Novembro, toda a reação até 1894 foi marcada pela hostilidade, em duplo sentido: tanto interna, pois os monarquistas reativaram dissidências anteriores e criaram novas discordâncias, quando externa, porque o Governo Provisório e, depois os governos militares de Deodoro e Floriano, foram extremamente inflexíveis com os opositores.

As medidas centrais tiveram enorme efeito repressor, social e espacialmente.<sup>54</sup> O primeiro decreto do Governo Provisório, no 6º e 7º artigos, foi incisivo:

---

<sup>52</sup> Id., “Revoltas de soldados contra a República”, p. 304.

<sup>53</sup> C. Castro, *A proclamação da República*, pp. 77-78 e “Revoltas de soldados contra a República”, pp. 307-308.

<sup>54</sup> A repressão começou antes mesmo que o Governo Provisório, concentrador dos Poderes Executivo e Legislativo, fosse organizado para emitir decretos. No dia 15, à tarde e à noite, oficiais de infantaria e cavalaria percorriam as ruas da Corte, futura Capital Federal, para manter a ordem. A patrulha armada dissipava tudo que via como possível foco de reação. Os ajuntamentos eram dissolvidos, principalmente em pontos específicos, como nas proximidades do cais. Às 7 da noite, um dos oficiais dirigiu aos transeuntes o seguinte aviso: “O general Deodoro manda dizer que o povo pode ficar tranquilo. A cidade está entregue à guarda do 7º batalhão de infantaria e morrerá o ousado que tentar arrombar uma porta”. Apud *Correio do Povo: órgão republicano*, 16 de novembro de 1889. Uma medida coercitiva tomada desde os primeiros dias da república foi em relação aos capoeiras, que dividiam o território da Corte entre dois grupos: o dos Guaiamus,

Art. 6º - Em qualquer dos estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e a tranquilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para com o apoio da força pública assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.

Art. 7º - Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando como lhe cumpre o pronunciamento definitivo do voto da nação livremente expressado pelo sufrágio popular.<sup>55</sup>

Os fundadores do novo regime se precavam contra movimentos reacionários. Em contrapartida, deram margem aos refratários para um poderoso mote de acusação à república brasileira: sua ilegalidade, pois o sufrágio não foi convocado. Depois, os monarquistas combateram também sua ilegitimidade, pois o Exército e a Armada eram apresentados como porta-vozes de uma nação que não lhes outorgara tal direito.<sup>56</sup>

Até Robert Adams Jr., ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, observou que os decretos quase não deixavam espaço para a vontade do povo. No início, entusiasmado com a alteração institucional “sem derramamento de sangue” e a adaptação da bandeira e sistema federal norte-americanos, o diplomata aconselhou ao Departamento de Estado que seu país fosse o primeiro a reconhecer a nova república.<sup>57</sup> Após os decretos e discursos ministeriais, ele qualificou o Governo Provisório como uma Ditadura Militar.<sup>58</sup> Ao avaliar as medidas de repressão e decretos seguintes à insurreição de 18 de dezembro, concluiu que praticamente se estabelecera lei marcial.<sup>59</sup>

---

defensores dos liberais, e o dos Nogos ou Nagoas, adeptos dos conservadores. A alegação de que eles causavam muitos distúrbios na cidade, com o uso de navalha, permitiu a Sampaio Ferraz, novo chefe de polícia, prender e enviar para Fernando de Noronha estes elementos tão indesejáveis, que mantinham marcas e afeição ao regime deposto. E. de Moraes, op. cit., pp. 109-110.

<sup>55</sup> Decreto nº1, 15 de novembro de 1889 [redigido na madrugada do dia 16], “Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais”. *Decretos do Governo Provisório...*, pp. 1-2.

<sup>56</sup> A partir de 26 de novembro, quase todos os decretos exibiam o cabeçalho: “O Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, decreta”.

<sup>57</sup> Cartas de Robert Adams Jr. ao Departamento de Estado, 19 e 27 de novembro de 1889, apud H. Silva, op. cit., pp. 502-505.

<sup>58</sup> Id., 17 de dezembro de 1889, apud ibid., p. 506.

<sup>59</sup> Id., 28 de dezembro de 1889, apud ibid., pp. 506-507.

Da revolta do 2º Regimento de Artilharia derivaram três decretos. O primeiro baniu Ouro Preto e seu irmão do território nacional e desterrou Silveira Martins.<sup>60</sup> Medidas como esta silenciavam o reacionarismo, devido ao temor de uma retaliação.

O segundo decreto incidiu drasticamente sobre a família imperial. O Governo Provisório revogou o decreto de doação dos 5 mil contos e a manutenção da dotação orçamentária, na época 1.500 contos.<sup>61</sup> Além de banir a família imperial do território brasileiro, vedou a seus membros a posse de imóveis no Brasil, devendo vender suas propriedades no prazo de dois anos. O governo tomara conhecimento da recusa do imperador aos 5 mil contos no início de dezembro, mas só reagiu no dia 21. Tratou-se de uma medida em represália à sublevação militar de 18 de dezembro.

O imperador passou a viver de empréstimos, dos valores líquidos obtidos dos objetos leiloados do Paço de São Cristóvão e do arrendamento de algumas propriedades no Brasil.<sup>62</sup> O monarca contou também com subsídios de antigos e novos amigos.

Ainda mais assustador foi o decreto do dia 23, sobre a criação, inédita no país, de um tribunal de exceção.<sup>63</sup> O governo justificou não poder “deixar os créditos da República à mercê dos sentimentos ignóbeis de fezes sociais, empenhadas em semear a cizânia e a corrupção no espírito do soldado brasileiro”.

<sup>60</sup> Decreto n° 78, 21 de dezembro de 1889, “Bane do território nacional os cidadãos Afonso Celso de Assis Figueiredo, intitulado visconde de Ouro Preto, e Carlos Afonso de Assis Figueiredo, e desterra para o continente europeu o cidadão Gaspar Silveira Martins”, *Decretos do Governo Provisório...*, p. 273-274. Na justificativa, alegou-se que estas “medidas rigorosas”, “que resulta[va]m limitações ao princípio da liberdade individual”, eram necessárias porque a “ordem da política estabelecida pelo pronunciamento da opinião nacional” fora deprimida por cidadãos que “procura[va]m fomentar dentro e fora do Brasil, o descrédito da pátria por agitações”, “lançando o país às contingências perigosas de uma guerra civil”.

<sup>61</sup> Decreto n° 78 A, 21 de dezembro de 1889, “Bane do território nacional o Sr. Pedro de Alcântara e sua família e revoga o decreto n. 2 de 16 de dezembro de 1889, e estabelece outras providências”, *ibid.*, pp. 274-275. Tais decisões foram justificadas pela recusa da doação dos 5 mil contos pelo ex-imperador. Tal rejeição seria “negação evidente da legitimidade do movimento nacional”. Já a intenção do ex-monarca de continuar recebendo sua dotação anual e a de sua família seria o pressuposto da “sobrevivência de direitos extintos pela revolução”, o que animava “veleidades inconciliáveis com a situação republicana”. Daí a revogação das “vantagens do príncipe decaído”, mantidas por “benignidade republicana destinada a atestar os intuítos pacíficos e conciliadores do novo regime”.

<sup>62</sup> Carta do conde d’Eu ao Dr. Silva Costa [ex-membro extraordinário do Conselho de Estado, então inventariante e procurador da família imperial], Versalhes, 1º de maio de 1890, Acervo Histórico do Museu Imperial.

A linguagem desabrida é a maior evidência do quanto os líderes republicanos sentiam-se instáveis diante dos motins militares contra o novo regime. Daí os contundentes termos do decreto.<sup>64</sup>

A Comissão Militar de Sindicâncias e Julgamentos foi presidida pelo general José de Almeida Barreto e integrada pelo tenente-coronel João Neiva, majores Inocêncio Serzedelo Corrêa e Andrade Silva, capitão Espírito Santo e alferes Joaquim Inácio. Prestaram depoimento não apenas os praças que tinham se revoltado, mas também inferiores e oficiais de vários corpos. Até o comandante do 2º Regimento, tenente-coronel Costa Guimarães, foi preso, mantido incomunicável e sua casa foi vasculhada, à procura de documentos comprometedores. Ao final dos trabalhos, a comissão condenou cinquenta e oito soldados, sendo três do 17º Batalhão de Infantaria. As penas variaram da galé com dois anos de prisão, para os “co-participantes moderados”, à pena capital, para “os cabeças e instigadores do motim”. Porém, em 22 de fevereiro de 1890, quando o governo confirmou as sentenças lavradas pelo tribunal, as penas de morte foram comutadas em “carrinho perpétuo”, pois os condenados haviam colaborado no estabelecimento da república e foram levados à sedição por um civil, não identificado.<sup>65</sup>

O impacto do tribunal se fez sentir sobremaneira nos movimentos espontâneos e isolados, alcançando o seu objetivo de inibir, pela exemplaridade, novas rebeliões, sobretudo de militares. Já as medidas que atingiram grandes nomes do Império e a família imperial impactaram os que tinham exercido papel na política institucional.

Tanto quanto a repressão governamental, e com implicações mais duradouras, as divergências internas influíram na fraqueza da reação monarquista. O primeiro motivo das divergências monarquistas foi a atribuição de culpas pela

---

<sup>63</sup> Decreto nº 85 A, 23 de dezembro de 1889, “Cria uma comissão militar para julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando-lhes as penas militares de sedição”. *Decretos do Governo Provisório...*, pp. 316-317.

<sup>64</sup> Art. 1º - Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem por palavras, escritas ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com seus superiores ou a forma republicana; que divulgarem, nas fileiras do Exército e da Armada, noções falsas e subversivas, tendentes a indispor-los contra a República; que usarem de embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados, serão julgados militarmente, por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra e punidos com as penas militares de sedição. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

derrubada do Império. Como já seria de prever, o mais responsabilizado foi o último chefe de governo. Já no dia 17 de novembro, João Mendes de Almeida publicou um manifesto, afirmando que: “O ministério 7 de junho, com o seu plano financeiro, e com seus conflitos militares, quer no exército, quer na armada não podia conduzir a outra solução o Brasil”.<sup>66</sup>

Joaquim Nabuco também responsabilizou Ouro Preto, com quem teve várias rugas desde sua estréia parlamentar. Ouro Preto e Cândido de Oliveira teriam errado ao rejeitar a federação, confiando na Guarda Nacional e nos empréstimos à lavoura.<sup>67</sup>

Visando justificar a derrubada do Império quando de sua chefia de gabinete, Ouro redigiu o *Manifesto de Tenerife*, no qual detalhou ações e transcreveu documentos relativos aos envolvidos e afetados pelo golpe de Estado, desde o dia 11 até o meio-dia de 19 de novembro, quando embarcou para a Europa. Ele acusou a imprensa de ter desempenhado a “tarefa ingrata de aconselhar, animar e aplaudir tantos desmandos da parte do Exército”. Indiretamente, se referia à ação de Rui Barbosa em incompatibilizar Exército e governo. Ouro Preto justificou suas decisões enquanto estadista e culpou o visconde Maracaju, até por ter aconselhado que o ministério se reunisse no Quartel-General para “animar a resistência”. Na reunião da manhã do dia 14, na Repartição do Tesouro, o ministro da Guerra teria lhe garantido a manutenção da ordem pública e, em caso contrário, “sobrariam ao Governo elementos de repressão”.<sup>68</sup>

Ouro Preto foi repreendido pelo próprio imperador. No primeiro encontro que teve com Pedro II em Lisboa, mostrou-lhe o *Manifesto*, obtendo como resposta: “Já o li, acho-o muito bom, menos num ponto. O senhor acusa o Maracaju”. O visconde defendeu-se: “Não acuso, narro fatos”. Mesmo assim, continuou sendo reprovado pelo monarca, pois: “as conclusões que daí ressaltam

---

<sup>65</sup> C. Castro, “Revoltas de soldados contra a República”, pp. 304-307.

<sup>66</sup> Apud M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 16.

<sup>67</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao barão do Rio Branco, 7 de dezembro de 1889, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, p. 184.

<sup>68</sup> “O visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, Santa Cruz de Tenerife, 9 de dezembro de 1889, publicado no suplemento do Comércio de Portugal, de 20 de dezembro, e reproduzido em *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, pp. 284-343.



são acusações”. Ouro Preto ainda teve que ouvir a longa enumeração das qualidades e serviços prestados por Maracaju.<sup>69</sup>

A réplica de Maracaju não tardou, também sob a forma de manifesto.<sup>70</sup> O general, recentemente reformado “por motivo de ordem pública”, acusou Ouro Preto de má fé, até por ter insinuado inação de muitas pessoas. Quanto à sua falta de diligência no preparo de medidas defensivas, Maracaju alegou que só quando reassumiu a pasta da Guerra no dia 12, após dois meses de licença, foi colocado a par do estado real das divergências entre o Exército e o governo. Ainda assim, aconselhou Ouro Preto a desmentir os boatos alarmantes. Mesmo doente, enviara carta a Cândido de Oliveira, ministro interino da Guerra, aconselhando-o a não remover o 22º Batalhão de Infantaria para o Amazonas. Ao detalhar suas ações nos dias 14 e 15 de novembro, alegou que não deu qualquer sugestão para que o gabinete se reunisse no Quartel-General. Além disso, Floriano Peixoto, ajudante-general, era “autoridade competente para bem informar” e “funcionário de confiança do ministério”. Maracaju acabou endossando a afirmação de Ouro Preto de que Floriano sempre transmitia informações tranquilizadoras.

Na tréplica, Ouro Preto alegou que a doença não eximia o ex-ministro de sua responsabilidade de encaminhar ao ministério as queixas do Exército, até porque enviava cartas aos colegas de gabinete e deles recebia constantes visitas. Todavia, admitiu que, como ele, Maracaju também foi iludido, por Floriano, e desobedecido, por seus subordinados. Reafirmou, porém, que só deixou o Arsenal de Marinha, onde poderia ter saído por mar para organizar resistência eficiente, por sugestão de Maracaju. Na tecedura de sua contestação, Ouro Preto utilizou trechos contraditórios do próprio manifesto de Maracaju.<sup>71</sup> Por fim, Ouro Preto envolveu Cândido de Oliveira na polêmica, pedindo-lhe que narrasse em carta fatos do 15 de Novembro que Maracaju “esquecera” em sua réplica.<sup>72</sup> Na carta-reposta, Cândido confirmou que o ministro da Guerra dera o alvitre para que o

<sup>69</sup> T. Monteiro, op. cit., pp. 122-124.

<sup>70</sup> “O general visconde de Maracaju ao País”, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1890, publicado no *Jornal do Comércio*, de 14 de janeiro de 1890, anexo a *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, pp. 401-410.

<sup>71</sup> V. de Ouro Preto, “Ainda os acontecimentos de 15 de Novembro de 1889 (aos meus concidadãos)”, Lisboa, 15 de fevereiro de 1890, publicado no *Jornal do Comércio*, de 16 de março de 1890, reproduzido em *Advento da ditadura Militar no Brasil*, pp. 344-356.

<sup>72</sup> Carta de Ouro Preto ao conselheiro Cândido de Oliveira, Lisboa, 10 de fevereiro de 1890, *ibid.*, pp. 350-351.

ministério se reunisse no Quartel-General e o acusou de outros erros, como a entrega do comando interino da 2ª Brigada ao brigadeiro Barreto.<sup>73</sup>

Intimidado, em novo manifesto, Maracaju acusou Ouro Preto de se desculpar de seus erros à custa dele. Muitas providências que o ex-chefe de governo disse ter tomado foram ordenadas por ele. Ouro Preto, “sempre à testa dos negócios públicos”, recebia mais informações e teria mais condições de combater qualquer movimento.<sup>74</sup>

Se em documentos públicos era esse o teor das acusações, mais ênfase ocorria em âmbito supostamente privado. Aparentemente, Pedro II foi responsabilizado, ou sentia culpa, por ter se precipitado. Descendo de Petrópolis após receber o segundo telegrama de Ouro Preto, no final da manhã do dia 15, caiu direto nas mãos dos republicanos. Nas anotações redigidas a bordo do Alagoas, assim se exprimiu: “Não o fiz como um insensato [...] mas queria obter cabal informação que, se mesmo não pudessem dá-la, só obtê-la-ia completa no meio dos acontecimentos. Vim ao Rio para que se resolvesse o que fosse aconselhado”.<sup>75</sup> Embora redigidas em forma de diário, as anotações do imperador eram um registro de Estado, visando se justificar, inclusive à posteridade.

Em carta ao barão do Rio Branco, cônsul do Brasil em Liverpool, o visconde de Taunay, além de defender o imperador e a princesa, culpou os ministros civis, em especial Cândido de Oliveira, “bacharel presunçoso” que lutava contra os militares.<sup>76</sup>

Nas anotações para seus filhos, Isabel condenou Ouro Preto por várias atuações, como a indicação de Silveira Martins para compor ministério. Outra acusação, sem fundo de verdade, é que ele teria pedido, num dos telegramas, que o imperador viesse ao Rio. Mas os erros de Ouro Preto já estariam no modo de lidar com as forças armadas:

Como o Ministério e especialmente os Ministros da Guerra, da Marinha e da Justiça e o Presidente do Conselho por estes não sabiam nada?! Imprudência! e mais imprudência! Descuido ou o que?! Uma vez que a força armada toda estava

<sup>73</sup> Carta de Cândido de Oliveira ao conselheiro visconde de Ouro Preto, S. C. em Lisboa, 11 de fevereiro de 1890, *ibid.*, pp. 351-352.

<sup>74</sup> Visconde de Maracaju, “Ainda os acontecimentos de 15 de novembro”, Rio de Janeiro, 2 de março de 1890, publicado na *Gazeta de Notícias*, 23 de março de 1890, *apud ibid.*, pp. 411-420.

<sup>75</sup> *Apud* H. Lyra, *op. cit.*, p. 309.

<sup>76</sup> *Apud ibid.*, p. 35.

do lado dos insurgentes, todos nós, nem ninguém poderia fazer senão o que fizemos.<sup>77</sup>

Evidentemente, culpar os outros – Maracaju, Ladário, Cândido de Oliveira e Ouro Preto – era uma estratégia de se eximir de suas possíveis culpas. A princesa, que redigia diretamente para seus herdeiros, e indiretamente para os súditos, visou justificar a sua atuação e de seus familiares.

O tempo e a energia que monárquicos e monarquistas gastaram procurando um culpado impediu reações mais organizadas. Essas mútuas atribuições de culpa refletem a fragilidade dos monarquistas no momento da queda do regime. Além disso, a polêmica Ouro Preto x Maracaju foi a primeira de outras que – entre outros monarquistas e por outros motivos – também ocorreram através da imprensa, desprestigiando suas idéias e normas de conduta para os contemporâneos.

Outro fator que obstou a articulação monarquista e deslegitimou o reacionarismo foi a imediata adesão de velhos políticos da monarquia à república. Como alguns deles eram muito prezados pelo imperador, como Saraiva, foi enorme o impacto moral para os súditos como um todo.<sup>78</sup> O mesmo ocorreu com nobres do mais seletivo círculo palaciano, como o barão de Ramiz, preceptor dos príncipes.<sup>79</sup> Os jornais de tendência republicana, como *Gazeta de Notícias*,

<sup>77</sup> Princesa Isabel, *Opinião de Papai e nossas*, grifo no original. Ao final do manuscrito, a princesa escreveu um resumo das causas da queda da monarquia: “Resumo - Grande incúria, muita falta de acuidade sobretudo por parte dos ministros da guerra e justiça personificados no C. d’Oliv., corda esticada demais pelo C. d’ Oliv. e Ouro-Preto, exército ou antes oficiais muito minados pelas idéias republicanas e sabendo proceder com muita discricção, tollice do Deodoro que estou convencida foi mais longe do que queria, esperteza do Bocaiúva e Benjamin Constant que souberam aproveitar a ocasião, verdadeira ratoeira para o ministério e para nós, e finalmente força maior que decidiu tudo”.

<sup>78</sup> A deserção de Antônio Saraiva das hostes monarquistas foi muito comentada à época, até porque ele aderiu à república assim que a família imperial partiu para o exílio. Em carta, de 20 de novembro, ao ex-deputado Ulisses Viana, então no Recife, ele disse que o novo regime era um “fato consumado” e recomendava aos amigos que o aceitassem e nele servissem “lealmente”. Apud H. Lyra, op. cit., p. 355.

<sup>79</sup> Benjamin Franklin Ramiz Galvão era amado pelos príncipes, especialmente Pedro de Alcântara, de quem era também tutor. Foi com extrema comoção que o conde d’Eu narrou a cena da despedida dos filhos a Ramiz, que os conduziu de Petrópolis, junto com Stoll e Rebouças, ao Parnaíba. Pedro, com 14 anos, gritava: “Não se esqueça de vir breve!”. Carta do conde d’Eu à condessa de Barral, a bordo do Alagoas, 19 nov., apud H. Silva, op. cit., pp. 528-529. Ramiz alegou que não podia educar os meninos na Europa porque tinha extensa família. Aderiu ao novo regime imediatamente e ocupou cargos. No dia 13 de maio de 1890, proferiu um discurso em que louvou o Governo Provisório, que “arrancou o Brasil das peias de um regime condenado pela sociologia”, dada a “obra regeneradora de 15 de Novembro”. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1890, apud E. Prado, op. cit., p. 204.

*Novidades e Cidade do Rio*, satirizavam a rapidez na adesão à república dos “antigos gentis-homens, camaristas, veadores e mais empregados da corte, antes de passados os sete dias de nojo”.<sup>80</sup>

Com a Assembléia Constituinte, a febre de adesões foi intensificada e ilustres políticos do Império se candidataram. Políticos de renome dos dois partidos imperiais fizeram questão de publicar manifestos e declarações em que justificavam seu propósito de “colaborar para o engrandecimento da pátria”, até porque um movimento restaurador só traria inquietude à nação. Vários deles concitaram os antigos copartidários a concorrerem às eleições da Constituinte, como Antônio Prado, Antônio Queiroz, Antônio Saraiva, Pedro Leão Veloso, Paulino José Soares de Sousa, Manuel Francisco Correia, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e visconde de Serro Frio.<sup>81</sup>

Atitudes como estas, reverberadas aos quatro cantos pela imprensa republicana interessada em espalhar a “aceitação geral” do novo regime, atrapalhavam a resistência monarquista pós 15 de Novembro, por si mesma já marcada por ações descoordenadas.

Esta desarticulação, o adesismo infrene e as medidas de repressão a qualquer ativismo monarquista tornaram o “campo de possibilidades”<sup>82</sup> tão limitado que mesmo no terreno intelectual, no qual os monarquistas não tiveram rivais do mesmo nível na primeira década republicana, suas primeiras produções foram efetuadas na Europa.

### **Bases da retórica monarquista**

Os monarquistas atuaram mais como escritores do que propriamente como militantes. Esta postura autoral, embora tenha passado por alterações conjunturais, foi traçada no primeiro momento de reação monarquista, de contenção.

<sup>80</sup> “Flechas”, Juvenal, *Cidade do Rio*, reproduzido pelo jornalista ultra-republicano M. E. Campos Porto, *Apontamentos para a história da República*, pp. 119-120. A primeira edição deste livro, de 1890, era composta por mais de mil páginas de artigos, crônicas, notícias, telegramas e demais documentos sobre o adesismo desenfreado nos dias e semanas imediatos à instalação do novo regime.

<sup>81</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 18.

<sup>82</sup> Expressão de Gilberto Velho em “Memória, identidade e projeto”, in: *Projeto e metamorfose*, p. 103.

A orientação intelectual também se deveu à desaprovação de Pedro II a qualquer conspiração. Nas respostas às cartas dos súditos no Brasil, o imperador evitava comentar os trechos alusivos a um movimento revoltoso. Esta discrição não significava descrença total na restauração, tanto que ele se esforçou em demover sua sucessora do trono, Isabel, de atos que aumentassem sua fama de beata, como a visita a Paray-le-Monial, centro de romaria vinculado ao culto do Sagrado Coração.<sup>83</sup>

A legalidade era tomada como prescrição pelos súditos. O ex-conselheiro Tito Franco citava frases de efeito de Pedro II como autêntico “programa” aos monarquistas: “Jamais conspirarei para voltar, nem desejo que conspirem em meu nome; mas se me chamarem espontaneamente, não hesitarei um segundo; regressarei sem detença e com satisfação”.<sup>84</sup> Nas raras entrevistas e notas públicas, o ex-imperador pouco comentou a situação política do Brasil e sua condição de exilado e banido, à qual buscava mostrar resignação. Concluiu a *Fé de Ofício* dizendo-se consolado “nas preocupações científicas e no constante estudo”.<sup>85</sup> Sua aversão a um contragolpe foi mobilizada, pelos monarquistas, como prova de seu desprendimento material e elevação moral.

Raros monarquistas, como o conselheiro Lafaiete, arquitetaram golpes para a restauração monárquica. Pouquíssimos, como Saldanha da Gama, irmão de Aljesur, aderiram a movimentos revoltosos iniciados por republicanos. Era pela via legal e ordeira que os monárquicos e quase todos os monarquistas esperavam o regresso monárquico. Pejorativamente, foram apodados de *sebastianistas* pelos republicanos.<sup>86</sup> Para Tito Franco, não havia necessidade de “manobras

<sup>83</sup> J. M. de Carvalho, *Pedro II*, pp. 156-157.

<sup>84</sup> Tito Franco, *Monarquia e Monarquistas*, p. 273. Por isso, Tito Franco aconselhava: “esperar é a única vingança da liberdade”, o que causou impressão de imobilismo entre os contemporâneos. Várias vezes, ele teve que esclarecer que não estava em “modorra” ou “marasmo político”, *ibid.*, *passim*. Esta declaração do imperador também foi transcrita por Afonso Celso no capítulo sobre D. Pedro II em *Vultos e Fatos*, p. 120, depois reproduzido em *O Imperador no Exílio*, p. 14. Segundo Celso, a sentença foi proferida numa das primeiras reuniões do imperador com os emigrados e súditos que viviam em Portugal.

<sup>85</sup> D. Pedro de Alcântara, *Fé de Ofício de Imperador do Brasil*, Cannes, 23 de abril de 1891. Neste memorial, o ex-imperador explicou, aos concidadãos, suas idéias, intenções e práticas políticas. O documento foi enviado por Mota Maia a Taunay, que o entregou a José Carlos Rodrigues, que o publicou na edição de 28 de maio do *Jornal do Comércio*. Taunay também providenciou a impressão em opúsculo, pela Tipografia de Leuzinger e Filhos, e a distribuiu entre amigos, órgãos da imprensa e bibliotecas.

<sup>86</sup> A identificação dos monarquistas brasileiros com os portugueses que esperaram o retorno de D. Sebastião, o rei desaparecido em África na batalha de Alcácer-Quibir, era uma tentativa discursiva

monárquicas”, pois as errôneas administrações republicanas fadariam o regime ao fracasso. Os anciões do Império avaliavam a “ditadura militar” com os olhos voltados para a Revolução Francesa, daí apelidarem os republicanos radicais brasileiros de *jacobinos*, cuja permanência no poder também seria efêmera.<sup>87</sup> Nesta ótica, após os conturbados primeiros anos republicanos, haveria o regresso monárquico, como na França. Além disso, até os jovens, como Eduardo Prado, acreditavam que a monarquia seria escolhida se fosse convocado o sufrágio popular, prometido no primeiro decreto do Governo Provisório. Alguns, como Tito Franco e Ouro Preto, exageravam ao falar em unanimidade monárquica do povo brasileiro, que apenas não se manifestava por causa da “ditadura militar”. Monarquistas convictos, como João Mendes de Almeida e Carlos de Laet, se candidataram às eleições, julgando que, no legislativo, pressionariam a realização do plebiscito.

A produção textual foi o meio de ação possível aos monarquistas, embora não isento de cerceamento, durante os governos militares. Mas foi também uma escolha, a estratégia preferida por letrados que julgavam profícua a persuasão, e não a imposição de idéias ou, pior ainda, um golpe de Estado, procedimento indigno dos republicanos. Durante o Império, os cargos políticos foram ocupados por elementos da elite social e intelectual. Esta habilidade anterior somada à prática literária de novos monarquistas, como Eduardo Prado, contribuiu para a elevada qualidade de suas obras. Os monarquistas foram, antes e acima de tudo, os “guerrilheiros das palavras”.<sup>88</sup>

Os textos do primeiro momento de reação, apesar de produzidos isolada e simultaneamente às realizações republicanas, apresentaram os *topoi* que compuseram o repertório monarquista ao longo de quase toda a primeira década republicana.

---

de seus adversários, sobretudo os jacobinos, de apontar a inexequibilidade da restauração monárquica. A. M. Gomes, “Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político”, *Estudos Históricos*, pp. 284-302.

<sup>87</sup> A. M. Gomes, “Usos políticos de ‘Jacobinos’: análise contextual de um conceito”, *Anais Eletrônicos do Seminário de Pesquisa de Pós-graduação em História da UERJ – III Semana de História Política*, pp. 25-42.

<sup>88</sup> Expressão de M. de L. M. Janotti, título do 2º capítulo de *Os subversivos da República*, pp. 85-160.

A produção intelectual monarquista foi iniciada por Ouro Preto, até porque ele teve que se defender de várias acusações. Já a 29 de março de 1890 concluiu *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, obra publicada, em Paris, em 1891.<sup>89</sup>

No longo prefácio, visando eximir o seu governo da culpa pela derrubada do Império, Ouro Preto construiu a versão – a partir de então veiculada por quase todos os monarquistas – do 15 de Novembro como fruto de um golpe apenas militar. Todavia, os “pródromos da insubordinação do exército data[va]m da terminação da guerra do Paraguai”, e não de seu governo. Republicanos e civis teriam desempenhado papel de meros aliciadores através da imprensa. A reprodução da carta de Aristides Lobo foi estratégica: seria o testemunho mais fidedigno, da lavra de um republicano histórico, sobre o caráter militar do “levante” de 15 de Novembro e a apatia da população do Rio.

Ouro Preto efetuou vasto conjunto de críticas à república brasileira através de uma estratégia argumentativa eficiente: a de combate ao novo regime, inclusive sua gestão financeira, com base em documentos emitidos por ministros ou órgãos republicanos.<sup>90</sup>

*Advento da Ditadura Militar no Brasil* foi também obra de refutação às denúncias do ex-senador Cristiano Otoni, em *Advento da República no Brasil*, de atos do último gabinete, sobretudo em relação aos militares, que teriam ocasionado a queda do Império.<sup>91</sup> Para Ouro Preto, no afã das “loas entoadas aos

<sup>89</sup> Como não encontramos a primeira e única edição da obra, consultamos a reprodução integral, como Apêndice, feita por A. Celso, em *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, pp. 261-420. *Advento da ditadura Militar no Brasil*, além do “Prefácio”, divide-se em 3 partes: “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, Santa Cruz de Tenerife, 9 de dezembro de 1889, manifesto publicado no suplemento do *Comércio de Portugal*, Lisboa, de 20 de dezembro de 1889; “Ainda os acontecimentos de 15 de Novembro de 1889 (aos meus concidadãos)”, Lisboa, 15 de fevereiro de 1890, manifesto publicado no *Jornal do Comércio*, de 16 de março de 1890, tréplica ao visconde de Maracaju; “Resposta ao Sr. Conselheiro C. B. Otoni”, Paris, 28 de maio de 1890. Textos anexos: I – Carta de Aristides Lobo redigida no Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889, publicada no *Diário Popular de S. Paulo*, 18 de novembro de 1889; II – “O Sr. Visconde de Ouro Preto”, editorial de *O Tempo*, Lisboa, 15 de dezembro de 1889; III – “O General Visconde de Maracaju ao país”, 12 de janeiro de 1890, *Jornal do Comércio*, 14 de janeiro de 1890, manifesto em réplica ao Manifesto de Tenerife; IV – “Ainda os acontecimentos de 15 de novembro de 1889”, Visconde de Maracaju, Rio de Janeiro, 21 de março de 1890, *Gazeta de Notícias*, de 23 de março de 1890, nova contestação a Ouro Preto.

<sup>90</sup> Para a política econômica, Ouro Preto usou dados do primeiro relatório financeiro republicano, *A fazenda nacional em 15 de novembro de 1889*, publicado por vários jornais brasileiros em dezembro. *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, pp. 273-279.

<sup>91</sup> Ao fazer um balanço do Império e narrar os fatos de 15 de Novembro, em *Advento da República no Brasil*, Otoni apontou como causas principais para a queda da monarquia: abolição da escravidão doméstica; evolução natural da idéia democrática; queixas e descontentamento da

potentados do dia”, Otoni – seu rival até 1879, quando ambos entraram para o Senado – tentava se beneficiar sob a república.<sup>92</sup> Ouro Preto contestou as acusações, principalmente as causas da “desmoralização” do seu governo: sua submissão a imposições do casal d’Eu para a composição ministerial; corrupção na eleição da nova Câmara e divergências com correligionários importantes. Neste item, ele admitiu e explicou seu desacordo com Rui Barbosa e endossou sua permanente aversão à federação, que ainda seria um perigo para a integridade do Brasil.

Como *Advento* foi também uma autodefesa das medidas de seu gabinete, era, sobretudo, o homem de governo que se expressava. Mesmo no debate com Maracaju, o cartesianismo de Ouro Preto não lhe permitia o arrebatamento de polemista ou propagandista. O retrato do Império traçado pelo visconde nuançou o desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil, cujas cifras abundavam num discurso com pouca capacidade de penetração no grande público. Por outro lado, mesmo para os iniciados na política seu discurso era pouco atraente. Ouro Preto não seguia o estilo de pensamento e discurso predominante em todo século XIX brasileiro. Tanto em obras políticas, como nas sessões do parlamento ou mesmo reuniões do Conselho de Estado, as falas e escritas eram marcadas por abundantes citações de autores estrangeiros, ornamento estilístico que conferia repercussão ao seu autor, conforme as práticas retóricas da época.<sup>93</sup> A defesa da monarquia para a manutenção da unidade territorial e posição do Brasil como primeira potência sul-americana, levantada por Ouro Preto, ficou famosa na pena de Eduardo Prado. O mesmo se deu com a comparação entre o recente amordaçamento da imprensa e a liberdade de expressão típica do Império.

---

oficialidade do Exército e descrédito que a política imperial, no último ministério, lançara sobre as instituições.

<sup>92</sup> V. de Ouro Preto, “Resposta ao sr. conselheiro C. B. Otoni”, *Advento da ditadura Militar no Brasil*, pp. 357-397. Cristiano Benedito Otoni, liberal histórico, participara da revolta de 1842, em Minas Gerais, ao lado do irmão Teófilo. Em 1869 foi um dos líderes dos dissidentes liberais radicais e um dos primeiros signatários do Manifesto Republicano de 1870. Em 1879, após deputação em quatro legislaturas, foi eleito e escolhido senador pelo Espírito Santo. Em *Advento da República no Brasil* explicou sua adesão à república por estar disposto a “prestar algum serviço” ao novo regime. Foi eleito senador por Minas.

<sup>93</sup> J. M. de Carvalho, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, pp. 127-129. Na produção de discursos oficiais e obras políticas, o argumento de autoridade era requisito indispensável, como recurso de argumentação, embora por vezes meramente instrumental, pois não era preciso concordar com o autor citado, por vezes usado para justificar políticas opostas. Id, *ibid.*, pp. 136-145.



Eduardo Prado, jovem de abastada família cafeicultora paulista, iniciou o combate à república logo após o golpe de Estado, intensificando-o após o banimento da família imperial. No final do Império, nos períodos passados no Brasil, Prado se envolveu brevemente no abolicionismo, até pela influência do irmão Antônio Prado, chefe conservador. Mas voltou a cuidar do refinamento de sua cultura, na Europa.<sup>94</sup>

Eduardo Prado estava em Paris quando a República foi instaurada no Brasil.<sup>95</sup> Como se opôs ao papel dos militares no golpe, após reencontrar o monarca, Prado intensificou seu monarquismo.<sup>96</sup> O militarismo fez com que ele apurasse o tom combativo, da época do jornalismo universitário.<sup>97</sup> Por outro lado, o aristocratismo de Prado ganhou novos desdobramentos, como nos auxílios financeiros ao ex-imperador. Na sua campanha de descrédito à república brasileira e exaltação ao Império, também foi influenciado por André Rebouças, amigo ao qual fora visitar, no Hotel Bragança.<sup>98</sup>

<sup>94</sup> Depois de 1882, Eduardo Prado passou a maior parte do tempo fora do Brasil. Seguindo a praxe dos jovens de família abastada, após se formar em Direito, pela Faculdade de São Paulo em 1881, ele viajou longamente para ampliar conhecimentos. Iniciou pela América do Sul, passou pela África e partiu para a Europa, experiências das quais, como era comum entre os letrados, coligiu anotações, depois publicadas no livro *Viagens*. Ao retornar ao Brasil, foi nomeado adido à Legação brasileira em Londres, sob a chefia de Francisco Inácio de Carvalho Loiola, o barão de Penedo, cargo para o qual fora indicado por Joaquim Nabuco, que o havia ocupado em 1877 e 1878. C. Motta Filho, *A vida de Eduardo Prado*, pp. 61-73.

<sup>95</sup> Prado estabeleceu residência fixa em Paris, em 1886. Tão freqüentado era seu apartamento por intelectuais portugueses – como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins – que se tornou ponto de encontro de brasileiros, portugueses e franceses. O grupo era complementado por diplomatas e ex-diplomatas brasileiros de passagem por Paris, como Rio Branco e Joaquim Nabuco. Era imensa a fortuna do pai de Eduardo, Martinho da Silva Prado. Quando ele morreu, em 1891, chegava a 22.000 contos, o que correspondia a 1.500.000 libras esterlinas, mesmo com o câmbio em baixa. Eduardo Prado seguiu os passos do pai casando-se no interior da parentela, com sua abastada prima Carolina. S. Pagano, *Eduardo Prado e sua época*, pp. 17-21; C. Motta Filho, op. cit., pp. 12-15 e pp. 46-47.

<sup>96</sup> Prado conheceu Pedro II em 1887. Dessa aproximação resultou sua nomeação para a Comissão Franco-Brasileira da Exposição Universal de Paris, em 1889, e a publicação dos capítulos *L'Art e Immigration* na obra *Le Brasil en 1889*, organizada por Santana Neri. C. Motta Filho, op. cit., pp. 172-173.

<sup>97</sup> Quando estudante, Eduardo Prado estreou no jornalismo como repórter do *Correio Paulistano*, jornal conservador. Em 1880, como pertencia ao Clube Constitucional, passou a redigir em *O Constitucional*. Depois, junto com o irmão Caio Prado, colaborou na revista *Entreato*, com o pseudônimo Máscara de Seda. Como a publicação teve vida curta, eles fundaram, em 2 de março de 1881, *A Comédia*, publicada ininterruptamente até o número 67. A revista era redigida também por Silva Jardim e Valentim Magalhães, que atacavam o Império e o imperador, dando leve feição republicana à publicação. Da fazenda da família, Eduardo Prado redigia seus artigos, nos quais atacava o Partido Liberal, adotando Tory como pseudônimo. C. Motta Filho, op. cit., p. 29 e p. 177; S. Pagano, op. cit., pp. 13-16.

<sup>98</sup> Assim que chegou a Lisboa, Rebouças iniciou a atividade panfletária contra a república, mas teve problemas com a circulação de seus panfletos. Então, ele publicou um estudo no *Times*, de ataque a Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. Na *Gazeta de Portugal*, publicou, a partir de 11 de

Antes mesmo mudança institucional no Brasil, com a intensificação do republicanismo, Prado falara da desagregação, fragmentação e anarquia subjacentes à república, esse “espelho partido em pedaços”. Ele entendia república em sentido lato: “forma mais aparente das tendências que chamaremos destrutivas, ou antes, é a ideia que, por necessidade do momento, resume em si todas as idéias de destruição”.<sup>99</sup>

Na *Revista de Portugal*, Prado, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão publicaram artigos de combate ao Governo Provisório.<sup>100</sup> Os textos de Prado, sob o pseudônimo Frederico de S., da série de novembro de 1889 a junho de 1890, foram coligidos na obra *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, publicada em Lisboa, em setembro 1890.<sup>101</sup>

No último artigo da série, Prado definiu sua *persona* autoral como o “escritor que se revoltou contra a ditadura da inconsciência jacobina e soldadesca” por ser “homem civilizado e do século”.<sup>102</sup> Externou a dimensão autobiográfica

---

dezembro de 1889, 40 artigos, em 3 séries: 1ª – A Questão do Brasil – Cunho Escravocrata do Atentado contra a Família Imperial; 2ª – As Finanças no Brasil – Erros e Sofismas da Exposição de Rui Barbosa; 3ª série – A Questão do Brasil – Os Erros e os Crimes da Revolução. Rebouças recusou todos os convites feitos do Brasil, inclusive a redação do *Jornal do Comércio*. Como não quis retornar ao país, foi jubilado do cargo de professor da Escola Politécnica, por ordem do Governo Provisório, pelo qual passou a receber pensão, além de um salário da Companhia Docas Nacionais. S. M. G. dos Santos, op. cit., pp. 503-509 e p. 548.

<sup>99</sup> E. Prado, “Destinos políticos do Brasil”, *Revista de Portugal*, apud C. H. Armani, “O tempo transitivo da nação: apontamentos sobre o Brasil Republicano no pensamento de Eduardo Prado”, *Topoi*, p. 171.

<sup>100</sup> A *Revista de Portugal* era dirigida por Eça de Queiroz, seu proprietário. Eça, Prado e Ortigão então formavam o grupo romântico “Vencidos da Vida”, de extrema melancolia finissecular. C. Motta Filho, op. cit., pp. 36-37. Devido aos artigos do trio, a *Revista de Portugal* começou a ser atacada, pela imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo, de veicular uma visão detratadora da realidade brasileira. Chegou-se a cogitar a proibição da circulação da revista no Brasil. M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 35. Os artigos de Prado, parcial ou integralmente, foram reproduzidos em revistas de outros países, como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Algumas revistas brasileiras também os transcreveram. Eduardo Prado recebeu, sobretudo do Brasil, cartas que o acusavam de caluniador, mas também missivas que louvavam as denúncias de medidas governamentais que não podiam sequer ser comentadas no país.

<sup>101</sup> Os artigos estão assim dispostos na 4ª ed., Porto Alegre, 1891: “I – Os acontecimentos do Brasil (Dezembro de 1889)”, 30 de novembro de 1889, pp. 1-8; “II – Ainda os acontecimentos do Brasil (Janeiro de 1890)”, 9 de janeiro de 1890, pp. 9-22; “III – Fastos da Ditadura (Fevereiro de 1890)”, 15 de fevereiro de 1890, pp. 23-43; “IV – A ditadura no Brasil: Tratados diplomáticos e crédito financeiro (Março de 1890)”, 25 de março de 1890, pp. 44-83; “V – As finanças e a administração da Ditadura Brasileira (Abril de 1890)”, 20 de abril de 1890, pp. 84-119 e “A República Brasileira”, 11 de junho de 1890, pp. 120-158. Esta edição foi aumentada com o artigo “Práticas e teorias da Ditadura Republicana no Brasil”, s/d., pp. 159-208, de combate à maneira como foi elaborada e promulgada a Constituição de 1891. Mais adiante, como complemento, Prado escreveu o opúsculo “A missão de Nabuco”, em que fez justiça a homens que atacara em *Fastos*, como Rui Barbosa, do qual se tornou amigo quando este se exilou na Europa, fugindo do governo Floriano. Como outros escritos de Prado, este se perdeu. S. Pagano, op. cit., p. 34 e p. 66.

<sup>102</sup> E. Prado, *Fastos da ditadura Militar no Brasil*, pp. 157-158.

desses textos: ele se opôs à quebra da tradição que permitiu ao Brasil seu desenvolvimento civilizacional. O monarquismo de Prado vinculava-se ao fascínio pela tradição, pela sua fixação à idéia de continuidade histórica, como definiu Eça, na biografia do amigo.<sup>103</sup>

Por estratégia de comparação com o que lhe seguiu, a república ditatorial, Prado defendeu a utilidade da monarquia, pois garantira ao país: respeitabilidade no exterior, integridade territorial, estabilidade política e liberdade civil. Foi com base nesses quatro eixos que ele delineou o cerne da argumentação pró-monarquia no Brasil. Com os artigos reunidos em *Fastos*, como Janotti observa, “Eduardo Prado conseguiu realizar a primeira sistematização de críticas à República brasileira, contendo já os seus escritos a maioria dos elementos que caracterizaria todo o discurso monarquista”.<sup>104</sup> Foi da pena de um ator que não ocupara cargo político algum no Império, e por contraposição à experiência da república, que surgiu o primeiro corpus doutrinário monarquista.

Com os artigos de *Fastos*, Prado produziu densa obra de combate à república, sua característica mais conhecida, mas também esboçou um simpático retrato do Império – 65 anos de paz, ordem, progresso e liberdade, que abriram ao país crédito na opinião universal – de fácil assimilação geral e logo endossado por outros monarquistas.<sup>105</sup>

Contudo, Eduardo Prado nunca foi puro esteta. Apesar de sua fascinação pelo trono imperial, jamais sacralizou Pedro II, o Bragança de sua preferência. Algumas virtudes que o chefe de Estado impingiu ao Segundo Reinado deixaram brecha aberta para os vícios. Partilhando da imagem de Pedro II como monarca cidadão, construída na década de 1870<sup>106</sup>, Prado concluiu que o civilismo do imperador teve um duplo efeito: garantiu o desenvolvimento civilizacional do país e a hegemonia sul-americana, mas levou à extinção da coroa, pois o ensino militar bacharelesco, pouco enfático no belicismo, armou ideologicamente os militares contra o próprio Império.<sup>107</sup>

<sup>103</sup> Apud S. Pagano, op. cit., pp. 25-28.

<sup>104</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 30.

<sup>105</sup> Prado apresentou esta imagem do Império já na introdução aos artigos de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, ao longo de *A Ilusão Americana* e a reafirmou em vários artigos do *Comércio de S. Paulo*.

<sup>106</sup> L. M. Schwarcz, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, pp. 319-343.

<sup>107</sup> E. Prado, *Fastos...*, pp. 7-8 e p. 29.

*Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, como o título sintetiza, tinha como objetivo ser obra de denúncia da república brasileira que, nascida sob o signo do militarismo, levou à implantação de uma ditadura. Isto é, um “regime da prisão e da deportação para quem não pensar como o povo, a marinha e o exército”, em ironia ao autoritarismo dos decretos do Governo Provisório.<sup>108</sup> “Todos os atos de força, todas as manifestações de violência eram justificados”, segundo a “linguagem da ditadura”, pela necessidade de “esmagar toda idéia de reação, toda a possível tentativa de contrarrevolução”.<sup>109</sup> Os abusos do “regime de compressão” mostravam a “desordem contraditória e fatal” que estava sendo no Brasil o “aprendizado nacional da forma republicana”<sup>110</sup>, que não se legitimou nem pela Constituição pseudo-promulgada a 24 de fevereiro de 1891.<sup>111</sup> Como observa Carlos Henrique Armani, a análise do particular, o Brasil pós 15 de Novembro, levou Prado a contestar radicalmente a ideia de república como um todo.<sup>112</sup> A capacidade de doutrinação monarquista de Prado se construiu simultaneamente ao seu oposicionismo à maneira como foi implantada e constituída a república brasileira.

A argumentação antirrepublicana de Prado foi construída pela comparação. A ditadura militar brasileira seria uma “bem sucedida reprise” dos dramas meridionais, um *pronunciamento* tipicamente espanhol e latino-americano, inverso ao *self government* norte-americano.<sup>113</sup> O “pretorianismo político”<sup>114</sup> no Brasil se tornara sinônimo de caudilhismo, levando ao descrédito financeiro.<sup>115</sup> O país se desmoralizara diante dos “governos civilizados”, ou seja, da Europa ocidental, onde o regime constitucional e o governo parlamentar funcionavam livremente.<sup>116</sup> As analogias entre o Brasil e os países da América Hispânica eram constantes, principalmente entre os vizinhos do Cone Sul. Enquanto o Brasil retrocedia em seu estágio civilizacional, ao imitar as “infelizes tiranias

<sup>108</sup> Id., *ibid.*, p. 6.

<sup>109</sup> Id., *ibid.*, p. 40.

<sup>110</sup> Id., *ibid.*, pp. 48-49.

<sup>111</sup> Id., *ibid.*, pp. 160-161.

<sup>112</sup> C. H. Armani, *loc. cit.*, p. 165.

<sup>113</sup> E. Prado, *Fastos...*, pp. 1-2 e pp. 88-89.

<sup>114</sup> Id., *ibid.*, p. 189.

<sup>115</sup> Id., *ibid.*, p. 8 e p. 178.

<sup>116</sup> Id., *ibid.*, p. 186 e p. 188.

republicano-militares da Hispano-América”<sup>117</sup>, o Chile avançava a ponto de se tornar a “mais gloriosa república sul-americana”.<sup>118</sup>

Como a idéia de “civilização” norteou suas interpretações, Prado tomou *Facundo: civilização e barbárie*, de 1845, como exemplo. Assim como Sarmiento retratara os “horrores do governo militar de Rosas”, a república brasileira lhe permitiria mostrar a “lógica da imoralidade e da barbaria característica de todas as revoluções militares”.<sup>119</sup>

O auge do combate de Eduardo Prado foi em relação à ausência de “liberdade de consciência, de associação e de pensamento”, que levou à supressão da imprensa de oposição.<sup>120</sup> No item de maior ruptura com o passado, o “absolutismo” arruinara a liberdade civil garantida, por 65 anos, pelo governo constitucional do Império.<sup>121</sup> Implicitamente, Prado inverteu a acusação, típica dos liberais nos anos 1860, sobre o “imperialismo” ou “absolutismo” do Poder Moderador. A república, falsamente representativa e democrática, é que permitia o domínio de uma minoria. Todas as instituições representativas teriam sido rapidamente abolidas em benefício do “regime da suspeita, da delação, das cenas de perseguição política”.<sup>122</sup> Daí seu esforço de elencar os fatos que demonstravam uma “verdade lamentável”: “a ditadura militar e republicana importa para o Brasil a desmoralização no interior e o descrédito no estrangeiro”.<sup>123</sup>

Nos artigos de *Fastos*, Prado destacou positivamente o nexos causal Império → civilismo → desenvolvimento da civilização, em oposição a este: República → militarismo → ruína da civilização. Para Angela Alonso, a principal característica da produção intelectual monarquista na primeira metade dos anos 1890 foi a apresentação do regime deposto como ápice da civilização e a república como sua

<sup>117</sup> Id., *ibid.*, p. 141.

<sup>118</sup> Id., *ibid.*, pp. 130-133 e p. 194. Em todo o continente americano, apenas o Canadá, os Estados Unidos e o Chile estariam livres do militarismo político, p. 179. Daí que, segundo Prado, o Chile era “o único país latino-americano que goza[va] na Europa de um crédito igual ao antigo crédito do Brasil”, ou seja, “uma reputação imaculada de honradez política e de estabilidade governativa”, *ibid.*, p. 180.

<sup>119</sup> Id., *ibid.*, p. 179. Desde a introdução, Prado usou como método analítico a comparação da “civilização do Brasil”, até então “a mais bela, a maior da raça latina”, com os demais países latino-americanos, e equiparou Deodoro a Rosas. Ainda na introdução, igualou o seu papel, sob o pseudônimo Frederico de S., de “verdadeiro patriota”, ao de Mitre, Sarmiento e Alberdi “contra o dominador de sua pátria”.

<sup>120</sup> Id., *ibid.*, pp. 138-140.

<sup>121</sup> Id., *ibid.*, p. 116.

<sup>122</sup> Id., *ibid.*, p. 12.

<sup>123</sup> Id., *ibid.*, p. 102.

decadência.<sup>124</sup> Prado deu as linhas mestras deste fulcro interpretativo. E mais, ele inverteu um dos itens de sucesso da propaganda republicana: a associação entre *república* e *progresso*. Indo além da esfera material, Prado arguiu que a república implicava retrocesso num plano mais elevado, que afetava a sociedade toda: a civilização. Numa inversão de termos, ele associou a *republica* à *decadência*, dada sua carência de lastro no passado brasileiro. A monarquia não era planta exótica na América; a república é que não possuía raiz alguma na experiência do país. Tamanhos eram seus desvios dos rumos civilizacionais que, no Brasil, a república era um “regime transitivo”.<sup>125</sup> A denúncia das mazelas republicanas, em textos como os dele, apenas apressariam o inevitável: a restauração monárquica.

O fato de *Advento da Ditadura Militar no Brasil e Fastos da ditadura Militar no Brasil* terem sido publicadas no exterior exprime o quanto era desfavorável o clima do Governo Provisório a contestações às novas instituições políticas e seus feitos.

Os primeiros anos republicanos foram de incerteza e confusão até mesmo pela necessidade de institucionalização. Como destaca Marly Mota, parte dessa incerteza devia-se à própria disputa entre diversos projetos pela primazia em modelar o novo regime. O desafio que se tinha presente era “equacionar as diferentes forças que compunham o mosaico político em torno de um pacto de poder instável”.<sup>126</sup> Uma estabilidade mínima se fazia urgente para a própria governabilidade. Enquanto não a conseguiam, os novos dirigentes deixaram pouca margem aos opositores. Os escritos produzidos no país tinham que ser extremamente sutis, como foi o caso dos primeiros opúsculos de Nabuco sob a república e da tímida atuação monarquista na imprensa.

## Produção textual monarquista no Brasil

O primeiro esforço de institucionalização do regime se deu com a convocação de um Congresso Nacional Constituinte, por decreto do Governo Provisório de 21 de dezembro de 1889. Todavia, a assembléia só se reuniu no dia

<sup>124</sup> A. Alonso, “Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana”, *Novos estud. – CEBRAP*, p. 134.

<sup>125</sup> Expressão de C. H. Armani, em “Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado”, *Estudos Ibero-Americanos*.

<sup>126</sup> M. Motta, *Rio, cidade-capital*, p. 18.

do primeiro aniversário da república, porque a idéia de nomear uma comissão para redigir a nova constituição levava a um racha no ministério.<sup>127</sup> Vários monarquistas do Rio de Janeiro julgaram possível a restauração, com a Constituinte e a realização do plebiscito. Os dois elementos juntos comprovariam a “vocação brasileira à monarquia”, até porque o novo regime, com suas crises, já estaria dando mostras de seu fracasso. Contudo, o cancelamento do plebiscito frustrou tais expectativas.<sup>128</sup> Logo o posicionamento diante da Constituinte originou divergência entre os monarquistas: se eles deveriam, ou não, se abster do direito de voto e de candidatura. Foi inútil a tentativa de acordar uma postura em relação às novas instâncias governamentais e sua legislação. Até mesmo o barão de Ladário, o único ferido no Campo de Aclamação a 15 de novembro, se candidatou.

Apesar dos mecanismos de controle instituídos, notabilidades do Império foram eleitas, como Saraiva, depois nomeado senador.<sup>129</sup> Já outros, como Ladário e Laet, não tiveram seus diplomas reconhecidos para a Constituinte. Mesmo republicanos radicais, como Silva Jardim e o reconvertido José do Patrocínio, foram expurgados.<sup>130</sup>

Numa época em que os republicanos brigavam sobre os mecanismos de institucionalização do novo regime Nabuco alvitrou a idéia de fundar um jornal monarquista. Chegou a pensar numa campanha monárquica suprapartidária, como a abolicionista.<sup>131</sup> As antigas discordâncias logo esmoreceram seu ímpeto. Ele mesmo era incompatível com legendárias figuras também refratárias ao novo regime, como Andrade Figueira, escravista que fora seu principal algoz na Câmara.

<sup>127</sup> Decreto n. 29, de 3 de dezembro de 1889, “Nomeia uma comissão para elaborar um projeto de Constituição dos Estados Unidos do Brasil”. Sob a direção de Rui Barbosa foi criada uma comissão de juristas: a “comissão dos cinco”. O projeto elaborado foi apresentado à Assembléia Constituinte, que formou uma comissão, com um representante por estado, para analisá-lo. A Constituição, promulgada a 24 de fevereiro 1891, resultou desse projeto, pois 74 dos seus 90 pontos já constavam nessa proposta e foram aprovados integralmente ou com leves alterações.

<sup>128</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 19-20 et. seq. Além disso, o regulamento Cesário Alvim, de 22 de julho de 1890, enquadrava a disputa eleitoral para a Constituinte, até mesmo porque a assembléia iria se dividir depois, em Câmara dos Deputados e Senado.

<sup>129</sup> Segundo Oliveira Lima, Saraiva não conseguiu se entrosar no parlamento republicano, isolando-se e sendo também isolado, como um “fóssil político”. Renunciou ao mandato e retirou-se para seu engenho da Pojuca. O. Lima, *O Império Brasileiro*, p. 59.

<sup>130</sup> A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p. 249.

<sup>131</sup> Id., *ibid.*, pp. 248-249.

Nabuco recebeu convites para que se candidatasse à Constituinte. O primeiro apelo veio de uma mensagem do Recife, imediatamente endossado por seus antigos eleitores de Nazaré. Para explicar sua recusa, ele redigiu seu primeiro manifesto sob o novo regime: a *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré*, publicado como opúsculo em 12 de março de 1890. Nabuco reafirmou sua fidelidade monárquica em *Por que continuo a ser monarquista* – publicado no *Diário do Comércio*, em carta aberta solicitada ao diretor, Fernando Mendes de Almeida e na forma de opúsculo, em Londres, a 7 de setembro. Ainda na capital inglesa, em 1º de janeiro de 1891, Nabuco publicou *Agradecimento aos pernambucanos*, pois, apesar de haver recusado candidatura, seu nome foi sufragado nas eleições, inclusive como o primeiro da lista em algumas seções. Na trilogia, embora não tenha sido composta em série, Nabuco traçou uma linha de continuidade para a sua carreira política, um treino da prática autobiográfica que refinou mais adiante, no terceiro momento de reação monarquista, com *Minha Fé e Minha Formação*. Num plano geral, no limiar da institucionalização do novo regime, Nabuco iniciou um discurso melancólico – o monarquismo de lamentação – que levou para a imprensa e adensou com a morte do imperador.

No primeiro opúsculo, *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré*, para explicar sua fidelidade monárquica, Nabuco traçou o histórico de sua “adesão à monarquia”, por quatro razões, em distintas fases: como liberal, ao adentrar no sistema político-parlamentar; como abolicionista, desde 1879; como defensor da bandeira da federação, desde 1885; por fim, a partir de 13 de Maio, quando foi criado um laço de solidariedade entre a monarquia e a parte do abolicionismo a que ele pertencia. Nem a adoção do sistema federativo o fazia se aproximar da república, nascida de um crime nacional de ingratição, e apoiada pelos proprietários injustamente ressentidos.<sup>132</sup>

Até os favorecidos pela monarquia seriam ingratos. Numa comparação com os Estados Unidos, onde a “raça negra permaneceu fiel ao partido que a libertou”, Nabuco denunciou a ingratição dos ex-escravos no Brasil, pois “não há maior paradoxo do que pretender-se que uma revolução social como a de 13 de Maio podia ficar feita num dia”.<sup>133</sup> O rol de mal agradecidos e traidores seria, porém,

---

<sup>132</sup> J. Nabuco, *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré*, pp. 5-6.

<sup>133</sup> Id., *ibid.*, p. 7.



maior. Nabuco misturou nomes e passagens bíblicas com referências à Revolução Francesa e seus atores para fustigar tanto os monarquistas adesistas, e seu duvidoso caráter, como a paixão da mocidade republicana.<sup>134</sup> Mencionou Adam Smith, cuja primeira contribuição foi a teoria dos sentimentos morais. A moralidade, para Nabuco, estaria ligada à fidelidade de valores; daí que se desligara do jornal *O País* por suas convicções monárquicas. Ele desenvolveu a sua autoimagem como o militante que fez sacrifícios na vida privada devido aos compromissos públicos. A “renúncia pessoal” teria marcado seus dez anos interrompidos de vida parlamentar como um “fideicomisso do povo”.<sup>135</sup>

Nabuco inverteu um dos argumentos do Manifesto Republicano de 1870, ao discorrer sobre as vantagens da “exceção” na América. Foi justamente por ser “planta exótica”, que a monarquia garantiu ao Brasil o que mais faltava aos seus vizinhos: unidade territorial e liberdade de opinião. Ainda assim, o país ainda não estava preparado para a república, porque “era preciso um largo período de governo *para o povo* e de governo *com o povo* antes de ser possível o puro governo *do povo*”.<sup>136</sup> A monarquia brasileira não tivera tempo de cumprir toda sua função civilizacional, pois fora atrapalhada pela “onda vulcânica” da abrupta instalação da república.<sup>137</sup>

Com ironia, Nabuco explicou seu mutismo até então: “antes de falar ou escrever eu queria ver se ela [a república] entendia somente a língua da força e a do fanatismo”.<sup>138</sup> De maneira sutil, pois estava no Brasil, Nabuco levantou o mesmo mote de críticas ao Governo Provisório que Eduardo Prado fazia na Europa: o excesso de violências aproximava o Brasil do militarismo das repúblicas latino-americanas. *Resposta às mensagens do Recife e de Nazareth* foi o primeiro texto redigido em solo brasileiro a causticar, ainda que de modo subliminar, os abusos do governo republicano, que não entregou o poder aos civis e ainda suprimiu suas liberdades.

Em *Porque continuo a ser monarquista*, Nabuco endossou seu monarquismo “não somente por motivos empíricos, por tradição histórica, por

<sup>134</sup> Id., *ibid.*, pp. 24-25. No panfleto de 1869, *O povo e o trono*, Nabuco fizera este misto de referências.

<sup>135</sup> Id., *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré*, pp. 29-30.

<sup>136</sup> Id., *ibid.*, p. 11.

<sup>137</sup> Id., *ibid.*, p. 23.

<sup>138</sup> Id., *ibid.*, p. 31.

gratidão nacional”. Ele se dizia monarquista “pela idéia que fazia da república”, ainda sob o Império. Fundada no ressentimento do escravismo, a república seria no Brasil a pseudo-república típica de toda a América Latina, isto é, um governo no qual a desistência da liberdade era condição para a obtenção da ordem. Aludindo aos poucos monarquistas em fins do Império, Nabuco explicou uma de suas mais famosas frases proferidas no parlamento: “no Brasil era preciso maior coragem para alguém dizer-se monarquista do que republicano”. A monarquia se tornou instituição “degenerada pelo ceticismo dos que a serviam”. Todavia, num momento em que a república deixara de ser um ideal, e perdera o prestígio da “virgindade do desconhecido”, ela se reduzia quando comparada à monarquia. Só se sustentava pela falta de coragem de quebrar a “unidade republicana da América”. Espelhando uma concepção de Pedro II e monarquistas da velha guarda, como Ouro Preto, Nabuco argumentou que o país ainda não estava preparado para a república.<sup>139</sup> Para fundamentar este diagnóstico, citou longos trechos de Herbert Spencer, em entrevista concedida logo após visitar os Estados Unidos, sobre a elevação da república como forma de governo que, por isso, requeria: “o mais alto tipo da natureza humana, um tipo que presentemente não existe em parte alguma”.<sup>140</sup>

Como o Governo Provisório teria abandonado as “aspirações republicanas”, Nabuco combateu alguns decretos, como o de criação do tribunal militar, e várias supostas “reformas”, como a grande naturalização, a obrigatoriedade de casamento civil e a ampliação do sufrágio aos alfabetizados. Até a federação teria sido estabelecida sem o concurso dos Estados, obra de uma constituição decretada. Os estados estavam atados à capital “pelos laços de ferro de emissões colossais”. Já a “reforma essencial”, a limitação do “arbítrio do poder”, não foi efetuada e, neste item, retrocedeu-se a um índice inimaginável.<sup>141</sup> A “tradição monárquica” brasileira teria mais traços de verdadeira república do que as recentes realizações de um regime que seria derrubado por seus erros. Daí a refutação da crítica de Fernando Mendes aos que continuavam monarquistas num momento que se esvaíam as esperanças do retorno monárquico.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> Id., *Porque continuo a ser monarquista*, pp. 3-7 e p. 14.

<sup>140</sup> Id., *ibid.*, pp. 15-18.

<sup>141</sup> Id., *ibid.*, pp. 7-10 e p. 13.

<sup>142</sup> Id., *ibid.*, pp. 21-23.

Em *Agradecimento aos pernambucanos*, também redigido em Londres, Nabuco, sempre preocupado com a autoimagem, evocou sua campanha eleitoral de 1884 no Recife, feito espetacular que teria lhe granjeado a confiança dos antigos eleitores.<sup>143</sup>

Desde o prefácio, combateu a política econômica de aumento de despesas.<sup>144</sup> Novamente, o 15 de novembro teria sido fruto de uma ingratidão, agora por parte do exército, a Pedro II, que foi “o único verdadeiro amigo que o exército teve em nossa política”.<sup>145</sup> Como a classe militar não tinha quadros suficientes para governar, já se iniciara no país o predomínio do escravismo, que se fortalecia com a jogatina na bolsa e especulação com títulos. A república teria resultado do cruzamento “da Escravidão com o Pretorianismo”, abandonando Nabuco a visão tripartite do opúsculo anterior, no qual apontara também o “ideal Americano”, ou seja, o movimento republicano.

Alguns pontos do primeiro livreto foram reforçados, como a crítica aos adesistas, pois enfraqueciam a demanda pela restauração, e do segundo, como o combate ao centralismo abrigado pelo federalismo de fachada. Num diagnóstico de degradação próximo ao de Prado, a América Latina estava em ruínas.<sup>146</sup> Com tantas concessões feitas aos proprietários, no Brasil haveria o “caudilhismo civil”, expressão de Mitre.<sup>147</sup>

Ainda no feixe de analogias feitas por Nabuco, como nas demais repúblicas latino-americanas, no Brasil o povo teria se adaptado ao novo regime por um “fatalismo imbecil”.<sup>148</sup> Como havia sido implantado um mero “federalismo de guarnições”, a única solução era “a alternativa monárquica”. E, já que se tratava de uma “República Sulista”, era do Norte que deveria partir o movimento nacional para a restauração monárquica.<sup>149</sup>

<sup>143</sup> Id., *Agradecimento aos pernambucanos*, pp. 1-6.

<sup>144</sup> Id., *ibid.*, pp. 3-4.

<sup>145</sup> Id., *ibid.*, p. 21. Em *Um Estadista do Império*, 5ª ed., p. 54, a interpretação foi a mesma em relação à intervenção militar na revolução de 7 de abril, pois Pedro I seria o “melhor amigo do exército”.

<sup>146</sup> Id., *Agradecimento aos pernambucanos*, p. 11.

<sup>147</sup> Id., *ibid.*, p. 7. As referências à Argentina, em várias passagens, eram sempre negativas e empregadas, sobretudo, no combate à política econômica do Governo Provisório. Nabuco teve um imenso prejuízo ao aplicar o dote, do casamento com Evelina, na bolsa argentina, em sua viagem de lua de mel ao Prata.

<sup>148</sup> Id., *ibid.*, p. 7.

<sup>149</sup> Id., *ibid.*, p. 19.

Nabuco empregou vários argumentos para convencer os conterrâneos de que era possível o regresso monárquico. O problema dinástico não existiria, pois não seria preciso chamar um príncipe europeu; permaneceria a dinastia dos Bragança, a “primeira família brasileira”. A revogação do decreto de banimento dos políticos, mas não da família imperial, foi evocada como motivo extra da causa monárquica. Por isso, Nabuco faz um breve balanço do Segundo Reinado, enumerando intervenções de D. Pedro II “no desenvolvimento de nossa civilização”. Um de seus argumentos em *O Abolicionismo*, de que as leis emancipacionistas pouco ou nada adiantavam, foi invertido. Para enaltecer “o magnânimo”, e seu reinado, até o 13 de maio foi diminuído em importância, pois o trono foi sacrificado por “uma raça que já se via livre”.<sup>150</sup>

Nabuco explicitava o monarquismo de lamentação: a monarquia caiu por sua maior glória, a extinção da escravidão; em vez de serem endeusados, os membros da família imperial foram punidos. Seu ponto de referência principal era todo o processo de extinção da escravidão, acompanhado de uma gama de realizações que diferenciavam o Brasil do restante da América Latina. Seguindo as bases da retórica monarquista de Prado, a narrativa de Nabuco estabelecia uma linha de coerência dos feitos monárquicos até o 13 de Maio. Assim, ele ligou ainda mais a imagem da família imperial, mormente da princesa Isabel, à extinção da escravidão. E, de quebra, marcou a república brasileira com um mal de origem: como fruto do ressentimento dos ex-proprietários de escravos.

### **Repressão aos monarquistas e medo do perigo restaurador**

No primeiro momento de reação, a atuação monarquista através da imprensa foi bastante limitada, sobretudo pelo decreto de criação do tribunal militar, de 23 de dezembro de 1889. No dia seguinte, Carlos de Laet, redator chefe da *Tribuna Liberal*, folha remanescente do Partido Liberal<sup>151</sup>, fez indagações a Quintino Bocaiúva. O ministro do Interior esclareceu que o decreto sobre insurreição militar abrangia artigos ou publicações do jornalismo e aos jornalistas considerados de

<sup>150</sup> Id., *ibid.*, p. 14.

<sup>151</sup> O visconde de Ouro Preto ainda era o proprietário da *Tribuna Liberal*. Exilado, entregou a direção do jornal a Carlos de Laet. Além de combater o Governo Provisório e fustigar os adesistas,

sediciosos cessaria o foro civil. Jornalistas e letrados ficaram aterrorizados, mas poucos se manifestaram, como Miguel Lemos, do Centro Positivista. A *Tribuna Liberal*, resquício do Império, foi o primeiro jornal suspenso na república, cessando sua publicação a 25 de dezembro.

O governo não se pronunciou até que, em 23 de fevereiro de 1890, pelo *Diário Oficial*, foi emitida uma declaração: a imprensa estava desembaraçada de qualquer restrição à sua liberdade. Mas um novo decreto, de 29 de março, permitia providências contra a imprensa. Foi o meio encontrado pelo ministro Campos Sales de punir, indiretamente, os jornalistas do *Novidades* e do *Diário do Comércio* que haviam transcrito o texto de um cartaz redigido por republicanos contra a ditadura.<sup>152</sup> Coagidos, jornais de vários estados se retraíram.<sup>153</sup> O conde Salvador de Matosinhos vendeu *O País*, no qual permitira propaganda republicana nos últimos anos da monarquia.<sup>154</sup>

Com a proximidade da reunião da Constituinte, a repressão à imprensa foi abrandada. Antônio de Medeiros, quando viajou à Europa, em maio de 1890, convenceu Ouro Preto a reativar a *Tribuna Liberal*, com o título encurtado *A Tribuna*, até mesmo para atrair antigos membros do Partido Conservador. Mas a iniciativa gerou uma das mais intensas polêmicas entre os monarquistas, vista com escândalo pelos contemporâneos. Sentindo-se traído, nas páginas do *Jornal do Comércio*, a 28 de junho, Carlos de Laet iniciou os ataques a Medeiros, ainda mais

---

Laet defendia o gabinete decaído. Alguns conservadores passaram a apoiá-lo, como Rafael Correia.

<sup>152</sup> Era este o texto do cartaz, colado em vários muros da capital a 26 de abril: “Cidadãos! A pátria está em perigo! O governo vendeu-nos traiçoeiramente à República argentina! A perspectiva da nação é aterradora! Os ministros esbanjam escandalosamente os cofres públicos e o filhotismo impera desassombrado! Povo! Ergue-te intrépido em face de tais acontecimentos e levante o estandarte do patriotismo! Vivam os republicanos de 89! Abaixo a ditadura! Danton”. Apud E. Prado, *ibid.*, p. 98. Um autor do cartaz foi condenado a um ano de prisão com trabalho e os outros dois, a penas menores.

<sup>153</sup> Foram diversas as formas de coação e retraimento. Cessação de publicação após ameaças e “visitas” policiais: *Folha da Tarde*, do Rio Grande do Sul, e *Globo*, do Maranhão. Tipografias destruídas: *Orbe*, de Alagoas, e *Século*, de Macaé. Redatores presos: *República*, de Campos, e *Democracia*, do Rio de Janeiro. Exemplares confiscados: *Tribuna* e *Lanceta*, de Pernambuco. Redatores intimados: *Reforma*, de Porto Alegre, *Diário do Comércio* e *Correio do Povo*, do Rio de Janeiro. *Id.*, *ibid.*, pp. 99-100.

<sup>154</sup> O conde publicou uma declaração na qual justificou seu procedimento por causa dos “excessos tirânicos de uma autoridade que tão arbitrária se mostrou ainda quando em mim somente via um amigo sincero”. *O País e Gazeta de Notícias*, 28 de abril de 1890, apud E. Prado, *ibid.*, pp. 142-143.

que este o convidou para ser colaborador apenas semanal.<sup>155</sup> A vaidade de ambos esteve acima de qualquer interesse geral para o grupo monarquista que não conseguia se estruturar, pois, além das condições adversas e dissidências anteriores, novas desavenças eram criadas.<sup>156</sup> Adotando discurso apaziguador nas várias missivas trocadas com os litigantes, Ouro Preto conseguiu conciliá-los e, de permeio, reforçou sua autoridade.<sup>157</sup>

Embora não tenham se tornado amigos, Laet e Medeiros passaram a transcrever artigos um do outro em seus jornais.<sup>158</sup> *A Tribuna* passou a contar com um colaborador de peso: Eduardo Prado.<sup>159</sup> Adquirindo combatividade, o jornal iniciou debate com folhas republicanas, como o *Diário de Notícias*, travando “batalhas de versões” na imprensa, ou seja, autênticos embates de memória entre os defensores do regime extinto e os do novo.<sup>160</sup>

Com as rivalidades entre a Constituinte e o Executivo, os redatores de *A Tribuna* se entusiasmaram e tentaram aproveitar as dificuldades de institucionalização do novo regime em proveito próprio. Um dos mais animados foi Eduardo Prado que, assim que voltou da Europa, se tornou redator fixo do jornal e um incômodo para os republicanos. Com a transcrição do seu artigo “Práticas e Teorias da Ditadura Militar”, Deodoro mandou Sampaio Ferraz

<sup>155</sup> Em cartas enviadas a Ouro Preto, Laet, na época redator e diretor de *O Brasil*, explicou que não queria o reaparecimento da *Tribuna Liberal* sob qualquer forma ou denominação, pois as condições do país ainda não permitiam um jornal monarquista. A polêmica Laet x Medeiros foi minuciosamente descrita por M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 25-29.

<sup>156</sup> Laet e Medeiros só concordaram num aspecto: em compor um “júri de amigos”, para que este decidisse quem havia faltado aos deveres de lealdade e cavalheirismo. Nem o júri – integrado por José Freire Parreiros Horta, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos e Antônio Nunes Galvão – acalmou os contendores. Laet decidiu parar o “debate”, para evitar que até o júri começasse a ser desrespeitado.

<sup>157</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 28-29.

<sup>158</sup> Id., *ibid.*, p. 58. Posteriormente, Laet travou mais polêmicas com outros monarquistas. A mais famosa, em maio de 1892, foi com o barão de Ladário, com o qual havia concorrido nas eleições para a Constituinte, pelo Rio de Janeiro. Laet atacou o “herói” do 15 de Novembro por seu rápido adesismo. Jornais de vários estados transcreviam artigos dos contendores, tomavam partido na peleja e emitiam juízos sobre os monarquistas em geral. Em Belém, *O Democrata*, de 11 de maio de 1892, tachou os monarquistas de fanáticos, cegos, idólatras e emperrados. Tito Franco e seus sequazes redigiram o primeiro manifesto explicitamente monarquista publicado no Brasil, no qual rebateram essas acusações e defenderam Laet face ao adesismo de Ladário. O manifesto “Ao país” foi publicado na *Província do Pará* e no *Democrata*, de 17 de maio de 1892, e reproduzido por outras folhas, como o *Jornal do Comércio*. Apud Tito Franco, *op. cit.*, pp. 75-82 e A. Celso, *O Imperador no exílio*, pp. LXXVI-LXXXI.

<sup>159</sup> Além de Antônio Medeiros, redator-chefe, eram colunistas de *A Tribuna*: barão de Ladário, Luís Bezamat, Joaquim Matoso, João Barbosa e João Caldeira. O jornal foi publicado de 1º de julho a 29 de novembro de 1890.

<sup>160</sup> C. Siqueira, “A imprensa comemora a república: memórias em luta no 15 de novembro de 1890”, *Estudos Históricos*, pp. 162-174.

prender Antônio Medeiros. Campos Sales, ministro da Justiça, demoveu o marechal desta decisão que iniciaria novo ciclo de repressão aos jornalistas. Após receber ameaças, Medeiros enviou carta a Deodoro, pedindo proteção. Mesmo Deodoro garantindo a Campos Sales que nada seria feito contra o jornal, *A Tribuna* foi empastelada por civis e militares, liderados pelo coronel Antônio Carlos Piragibe e o tenente-coronel Osório de Paiva, a 29 de novembro. Cinco funcionários foram feridos e o revisor, Romariz, faleceu. O jornal deixou de circular terminantemente.

Em contrapartida, o empastelamento levou a uma crise ministerial.<sup>161</sup> Para satisfazer a opinião, em 1º de dezembro, o governo publicou uma nota evasiva em que afirmou a garantia da ordem pública, mas silenciou sobre o caso e a situação da imprensa. Em protesto, jornalistas da capital se reuniram no escritório do *Jornal do Comércio* e lavraram um manifesto contra a impunidade do assalto à *Tribuna*, ameaçando suspender suas publicações. César Zama propôs, em vão, uma moção, pedindo a punição dos envolvidos. Várias vezes ele levantou a proposta, reavivando, no parlamento, a denúncia da violência contra a imprensa de oposição.<sup>162</sup>

Ainda que a imprensa tenha sido uma arena de lutas pouco útil aos monarquistas no primeiro momento de reação, uma folha foi criada com o fim de fustigar a república e louvar a monarquia: o *Jornal do Brasil*.<sup>163</sup> A linguagem era bem sutil, até mesmo para que o diário sobrevivesse sob o governo Deodoro da Fonseca, empossado presidente.<sup>164</sup>

<sup>161</sup> Julgando que sua autoridade havia sido contestada, Campos Sales convocou uma reunião com os demais ministros. O resultado da tensa sessão foi um pedido coletivo de demissão, depois reconsiderado. Temendo que os ministros, eleitos para o Congresso, lhe fizessem cerrada oposição, Deodoro concedeu autorização para a instauração de um inquérito, que se prolongou, sem denúncia dos culpados.

<sup>162</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 38-40.

<sup>163</sup> O jornal foi fundado por Rodolfo Dantas, ex-ministro e filho de Manuel de Sousa Dantas, ex-senador e ex-chefe de ministério. Casado com moça de abastada família da lavoura, Rodolfo tinha recursos para fundar sozinho um grande jornal, inspirado no *Journal des Débats* e no *Temps*. Convidou grandes nomes, como Teófilo Braga e Paul Leroy-Beaulieu, para a colaboração e amigos da propaganda abolicionista – Joaquim Nabuco, Gusmão Lobo, Ulisses Viana e Sancho Pimentel – para a redação. C. Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, pp. 268-269.

<sup>164</sup> Em janeiro de 1891, o Governo Provisório passou por sua pior crise, devido aos conflitos ministeriais referentes a favorecimento na concessão de obras públicas. Com o pedido de demissão coletiva do ministério, Deodoro encetou estratégia para adaptar, aos novos tempos, o parlamentarismo. Chamou o barão de Lucena para compor novo ministério, o dos “monarquistas encapotados”, assim chamado pelos contemporâneos devido à atualização da praxe monárquica. Imiscuindo-se nos debates constitucionais, Lucena tentou vetar algumas propostas, como a

Como o jornal não podia ser abertamente monarquista, todas as brechas eram utilizadas para ovacionar a família imperial e seus feitos. Nabuco, correspondente de Londres, aproveitou a comemoração do 3º aniversário da Lei Áurea para homenagear Isabel, investindo no monarquismo de lamentação. Voltando a morar no Brasil, ele ganhou a seção “Ilusões Republicanas”, na qual passou a hostilizar os republicanos.<sup>165</sup>

Foi bastante efêmera a fase em que o *Jornal do Brasil* pode fazer tênue propaganda monarquista e disfarçada oposição ao novo regime. A comoção com a morte de Pedro II, intensificada com os artigos panegíricos e as seções de homenagens deste jornal e de *O Brasil*, causou a ira dos republicanos. Nabuco escreveu três editoriais, “O Enterro do Imperador”, publicados a 9, 10 e 14 de dezembro. Sutilmente, contrastou o exílio e banimento do monarca aos seus pomposos funerais, com honras militares em Paris e extrema opulência no trajeto a Portugal.<sup>166</sup> Silveira Martins, ainda exilado, teria sido o súdito de maior destaque no cortejo fúnebre. A monarquia constitucional de que D. Pedro II fora chefe maior seria o oposto do “desmantelo causado na ordem moral e na ordem política

---

precedência do casamento civil ao religioso e a proibição do uso de condecorações. Apesar de seu insucesso nestas intervenções, Lucena promoveu estratégias exitosas, como a venda de estoques de ouro, para socorrer os especuladores em seus enormes prejuízos com a jogatina na bolsa. Foi nesse ambiente agitado, em que a crise política se somou à crise econômica do Encilhamento, que foi promulgada a primeira Constituição republicana, a 24 de fevereiro. No dia seguinte, cumprindo uma Disposição Transitória, o Congresso Nacional Constituinte, como encerramento de seus trabalhos, efetuou a eleição presidencial. Havia duas chapas: uma com a candidatura do marechal Deodoro da Fonseca para presidente e o almirante Eduardo Wandenkolk para vice; outra com o civil Prudente de Moraes para presidente e o marechal Floriano Peixoto para vice. Deodoro, que ainda contava com apoio do Clube Militar, foi eleito presidente (129 votos a 97) e como vice-presidente foi eleito Floriano (153 votos a 57). Cf. T. Monteiro, op. cit., pp. 155-156; M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 42; R. Lessa, “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”, in: M. A. R. de Carvalho (org.), *República no Catete*, pp. 11-58; H. C. Flores, “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”, in: J. Ferreira, L. de A. Neves (orgs.), *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930, O Brasil Republicano*, pp. 45-88. A primeira presidência republicana, visando consolidar o regime num quadro de profunda instabilidade, concentrou o poder e aumentou o controle sobre a imprensa e movimentos de rua. M. Motta, op. cit., p. 22.

<sup>165</sup> Como o governo argentino prometeu honrar seus títulos, em julho de 1891, Nabuco embarcou, com a família, de volta ao Brasil. Só então percebeu o quanto os monarquistas, inclusive seus amigos do *Jornal do Brasil*, eram atacados de sebastianistas. A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, pp. 257-258.

<sup>166</sup> J. Nabuco, “O Enterro do Imperador I – O funeral”, in: *Escritos e discursos literários*, pp. 89-91. Falecido a 5 de dezembro de 1891, no quarto do hotel Bedford, onde estava morando, Pedro II foi enterrado a 12 de dezembro, em São Vicente de Fora, onde ficava o mausoléu dos Bragança.



pela inadequada substituição de regime”.<sup>167</sup> Conforme a tônica já típica do monarquismo de lamentação, o imperador havia sido alvo de uma traição.<sup>168</sup>

O sofrimento e a resignação de Pedro II no exílio já eram mobilizados pelos monarquistas como provas de seu comportamento modelar. Sua serenidade, diante de tamanha adversidade, lhe conferia uma aura sagrada. Os monarquistas invertiam a dessacralização que sua figura passou ao longo da década de 1880. Com a morte, Pedro II foi ainda mais endeusado, inclusive pelos indiferentes à restauração.

Diversas manifestações de pesar – missas, concentrações, cortejos, inauguração de bustos e retratos, redação de necrológios, organização de álbuns – foram realizadas em vários cantos do Brasil, numa ocasião em que os estados já estavam agitados devido às deposições de governadores pela presidência, recém-iniciada, de Floriano Peixoto.<sup>169</sup>

Particularmente a cidade do Rio de Janeiro, sede da antiga Corte, entrou em luto por Pedro II. Formou-se uma comissão de exéquias, presidida por Nabuco, que abriu subscrição popular para a ornamentação das igrejas.<sup>170</sup> Casas comerciais, muitas de propriedade de portugueses, cerraram suas portas. A Bolsa

<sup>167</sup> Id., *ibid.*, p. 92.

<sup>168</sup> Id., “O Enterro do Imperador II – O préstito fúnebre”, in: *Escritos e discursos literários*, p. 94.

<sup>169</sup> Com a centralização do poder efetuada por Deodoro, apelidado de “Generalíssimo”, as disputas com o Legislativo levaram a impasses governamentais. Quando o barão de Lucena, apodado de “Chanceler”, pediu a demissão coletiva de seu ministério, Deodoro não aceitou, alegando que ficaria em posição humilhante diante dos parlamentares oposicionistas. Ao dissolver o Congresso e decretar o estado de sítio, a 3 de novembro de 1891, num manifesto, assim se justificou: “Conhecida, como está, esta situação anômala, criado pelo Congresso Legislativo a favor dos inimigos da República, estes aproveitam-se por todos os modos das dificuldades e do pânico geral para passarem despercebido e hastear em no meio do clamor público a bandeira da restauração monárquica.” E. Carone, *A República Velha. Instituições e classes sociais*, p. 44 et. seq. Deodoro obteve apoio de alguns governadores, como Américo Brasiliense, de São Paulo, estado que capitaneava a receita da exportação. No geral, contudo, seu autoritarismo foi muito mal visto, levando a vários conflitos locais e estaduais. Além de não contar com o apoio do seu vice, Floriano, Deodoro ainda foi atacado por elementos da Marinha, arma cujos membros a cada dia ocupavam menos cargos políticos. O almirante Wandenkolk, ex-ministro do Governo Provisório, entregou-lhe uma intimação para que abrisse mão do poder. Deodoro tentou resistir, mas acabou renunciando a 23 de novembro, quando a esquadra, exigindo sua deposição e liderada pelo contra-almirante Custódio José de Melo, ameaçou bombardear o Rio de Janeiro. Floriano Peixoto assumiu a presidência e suspendeu o estado de sítio, liberando a imprensa. J. M. de Carvalho, “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, in: B. Fausto (dir.), *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930), História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 1, pp. 183-234.

<sup>170</sup> V. de Taunay, *Diário Íntimo*, op. cit., 5 e 18 de dezembro de 1891, pp. 166-169 e p. 173. L. P. Fagundes, *Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s)*, Tese de Doutorado em História/CPDOC-FGV, p. 101.

de Valores parou de funcionar. Várias associações, sobretudo estrangeiras, baixaram bandeira a meio pau.

Tantas foram as solenidades fúnebres que o governo convocou uma reunião com o corpo diplomático. Em conversa particular, o representante português foi compelido a evitar que seus conterrâneos fechassem suas lojas e participassem das manifestações públicas. De nada adiantou, pois a própria legação portuguesa entrou em luto por vinte dias. Com as ameaças feitas por republicanos radicais, foi a vez do conde Paço d’Arcos fazer um pedido ao governo: de garantias e proteção. Também não foi atendido: a sua legação e outras foram apedrejadas. Os batalhões patrióticos saíram à caça dos suspeitos de conspiração. O Clube Militar se opôs às homenagens a Pedro II organizadas pelos redatores do *Jornal do Brasil* e de *O Brasil*. Como tais solenidades continuaram em ambientes fechados, as autoridades viam maquinações monarquistas em toda parte.<sup>171</sup>

Nabuco dissolveu a comissão de exéquias e cancelou as cerimônias, já em preparo, de trigésimo dia.<sup>172</sup> Ainda assim, foram apedrejados os edifícios onde funcionavam as tipografias do *Jornal do Brasil* e de *O Brasil*, sendo seus diretores ameaçados. Vários boatos foram espalhados, como de que Ouro Preto e Silveira Martins tramavam contrarrevolução.<sup>173</sup> O ministro da Justiça declarou aos redatores dos jornais atacados que o governo não garantia a integridade de tipografias e a vida de jornalistas. Dantas vendeu o *Jornal do Brasil*, que deixou de ser monarquista.<sup>174</sup> Nabuco tentou, novamente em vão, se estabelecer como advogado em Londres.<sup>175</sup>

<sup>171</sup> O novo chefe de polícia, Xavier da Silveira, assim interpretou alguns fatos: “Nacionais e estrangeiros, com o pretexto de restaurarem a monarquia, reuniam-se em uma casa da rua Espírito Santo, esquina da antiga travessa do Rosário. Dali passaram para a Maison Moderne, Estadt Munchem, Café do Rio, Londres, Globo, para finalmente se congregarem numa casa da rua Santa Luzia. Todas essas mudanças eram motivadas pela perseguição da polícia... Esta conspiração tornou-se grave. Pretendia enorme quantidade de adeptos, promover greves e até, segundo ficou apurado, uma contrarrevolução”. Apud M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 51-52. Todos os envolvidos foram presos e os processos ficaram em segredo de justiça.

<sup>172</sup> Declaração de Joaquim Nabuco, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, 21 de dezembro de 1891, transcrita em V. de Taunay, *Diário Íntimo*, op. cit., 22 de dezembro, pp. 173-175.

<sup>173</sup> A. Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, p. 259.

<sup>174</sup> Mesmo deixando de ser disfarçadamente monarquista, sob nova direção e perspectiva, o *Jornal do Brasil* não teve livre circulação. Sofreu uma suspensão, de 1º de outubro de 1893 a 14 de novembro de 1894, por sugestão do próprio ministro da justiça, José Higino. A. de C. Gomes, “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”, in: A. de C. Gomes, B. B. Schmidt (orgs.), *Memórias e narrativas (auto)biográficas*, p. 72.

<sup>175</sup> J. Nabuco, *Diários*, 16 de dezembro de 1891, p. 297. Além do ambiente de incertezas para os adeptos da monarquia, muito contribui para que Nabuco novamente saísse do país a recuperação

Como Eduardo Prado, Nabuco foi a força monarquista na imprensa nos primeiros anos republicanos. Mas o papel de proa de ambos também foi o motivo, ou o pretexto, aos contra-ataques agressivos que visavam calar a imprensa oposicionista.

O governo Floriano foi ainda mais inclemente que o de Deodoro para qualquer forma de atuação reacionária, inclusive pela desconfiança de que muitos deodoristas se mancomunavam com monarquistas, pois Deodoro confessara arrependimento da deposição monárquica. Como observa Janotti, em todo o período inicial republicano, e principalmente no governo Floriano, “mais forte do que a ação monarquista, foi o receio que dela se tinha e, em nome dele, eram justificados os atos de violência que consolidavam o novo regime”.<sup>176</sup> Por outro lado, os alardes e medidas de força contra os supostos planos restauradores serviam às quedas de braço entre os republicanos, numa época em que tentavam colocar em prática distintos projetos de república.<sup>177</sup>

Floriano inovou ao tentar inverter as hierarquias oriundas do Império. Vários adesistas foram desalojados de seus postos, doravante ocupados, sobretudo, por jovens positivistas e militares inexperientes na administração pública. Nos governos dos estados, notáveis do Império foram expurgados em benefício de militaristas.<sup>178</sup>

Floriano adotou medidas populares – como controle de preços dos gêneros de primeira necessidade e baixa do valor dos aluguéis – que lhe granjearam seguidores no volumoso segmento dos indivíduos de baixo e médio estrato econômico da capital. Também conseguiu apoio dos cafeicultores paulistas, a mais poderosa oligarquia do país.<sup>179</sup> Com variada base de apoio, o marechal governou sob sucessivas decretações de estado de sítio, justificadas pela

---

de 10% do valor de suas apólices na bolsa argentina. Antes de se dirigir a Londres, passou por Lisboa, onde visitou o panteão dos Bragança, junto com Rodolfo Dantas.

<sup>176</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 56.

<sup>177</sup> Id., “O diálogo convergente...”, p. 129.

<sup>178</sup> O estilo de “governo forte” de Floriano foi tematizado, por Lima Barreto, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado em folhetim no *Jornal do Comércio*, em 1911 e, como livro, editado pelo autor, em 1916. Floriano foi representado por meio do general Albernaz, descrito na primeira parte, pp. 28-29. Conjugando popularidade e força, defendia a primazia da ordem para a consolidação da república.

<sup>179</sup> Foi durante a gestão Floriano que o Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, se fortaleceu em nível nacional. No jogo de troca de favores, os paulistas ocuparam altos postos em seu governo: Rodrigues Alves ficou com a pasta da Fazenda, Bernardino de Campos, a presidência da Câmara e Prudente de Moraes, a do Senado.

necessidade de reprimir dois movimentos insurgentes: a Revolução Federalista<sup>180</sup> e a Revolta da Armada<sup>181</sup>, logo assimilados à restauração.

Dessa vez, as desconfianças sobre os monarquistas tinham fundo de verdade. Desde o início do conflito riograndense, os monarquistas se animaram, julgando o instante propício para um golpe monarquista. Até medalhões do Império, sempre tão ciosos da via legal e ordeira para a restauração, articularam planos. Ouro Preto, Lafaiete e João Alfredo, em carta à princesa Isabel, pediram-lhe recursos pecuniários, explicando que era preciso aproveitar a ocasião, pois: “perdido o atual ensejo, dificilmente se nos oferecerá outro de restabelecer-se a ordem, a liberdade e a legalidade”.<sup>182</sup> A princesa esfriou os ímpetus conspiradores e foi tácita em não aceitar “responsabilidade alguma” neste plano, pois não julgava “papel do poder moderador envolver-se em luta”. Aconselhou aos súditos

---

<sup>180</sup> A Revolução Federalista eclodiu em fevereiro de 1893 e só foi plenamente sufocada em agosto de 1895, sob o governo Prudente de Moraes. Começou como um conflito local, quando os federalistas se insurgiram contra a posse do governador nomeado para o Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, considerado um tirano. Como os rebeldes passaram a defender a autonomia do estado, o que levaria à descentralização da república, o governo federal enviou tropas para socorrer os “pica-paus”, do Partido Republicano Riograndense, sectários de Júlio de Castilhos, e sufocar os maragatos, do Partido Federalista, liderados por Gaspar da Silveira Martins, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva. Cf. E. Carone, op. cit., pp. 80-142; E. C. Flores, op. cit., pp. 47-48; M. E. L. Resende, “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”, in: J. Ferreira, L. de A. Neves (orgs.), *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930, O Brasil Republicano*, livro 1, pp. 89-111; J. M. Bello, *História da República – Primeiro Período: 1889-1902*, pp. 155-215; J. C. Costa, *Pequena História da República*, pp. 60-65.

<sup>181</sup> A Revolta da Armada estourou a 6 de setembro de 1893, na baía do Rio de Janeiro, chefiada pelo contra-almirante Custódio José de Mello. Inicialmente ministro da Marinha no governo Floriano, Custódio foi relegado a uma posição secundária nos negócios políticos pelo próprio marechal e teve seu nome preterido para a próxima eleição presidencial. Sentindo-se apeado do poder, passou a contestar a posição de Floriano na presidência. Como Deodoro renunciara à presidência antes de completar um ano de mandato, Custódio baseava-se no art. 42 da Constituição: uma nova eleição deveria ser realizada em caso de vacância da presidência, antes de decorridos dois anos do período presidencial. Em contrapartida, os defensores da legalidade da posição de Floriano amparavam-se numa Disposição Transitória, que prescrevia como norma para a primeira eleição presidencial no Brasil que o presidente e o vice-presidente eleitos deveriam ocupar seus cargos durante o primeiro período presidencial. Floriano, que já havia sofrido contestação à sua posição em outras ocasiões – como no Manifesto dos 13 Generais, de 6 de abril de 1892 –, permaneceu no cargo, mas nunca utilizou o título de presidente, pois mesmo nos ofícios sempre assinava como vice-presidente. Cf. J. M. Bello, op. cit., pp. 159-192; E. Carone, op. cit., pp. 101-139; J. C. Costa, op. cit., pp. 58-65; E. C. Flores, pp. 47-88; M. E. L. de Resende, op. cit., pp. 91-110; S. R. R. de Queiroz, *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação*, pp. 20-26. A terceira parte de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, sobre a atuação de Quaresma como combatente voluntário à Revolta da Armada, apresenta uma leitura das tensões políticas do “terror” instalado pelo governo Floriano Peixoto. Com veia crítica, Lima Barreto ironizou a bajulação a Floriano e seu falso heroísmo como marechal até pela extrema repressão aos adversários e variadas formas de favorecimento aos seguidores.

que se detivessem nas estratégias de “persuasão moral”.<sup>183</sup> Como João Alfredo lhe enviou missiva particular falando que assinara a carta sem ler e que ignorava qualquer plano subversivo<sup>184</sup>, a princesa lhe respondeu que não pretendia animar guerra civil e manteve o tradicional posicionamento do pai: “Não duvidarei pois que uma vez que a nação se pronunciar por convicção geral pela monarquia para lá voltemos”.<sup>185</sup> Ainda no decorrer da Revolução Federalista e da Revolta da Armada, pedidos semelhantes por parte de monarquistas, ainda menos próximos à princesa, foram igualmente negados. Não foi atendido nem mesmo o apelo de Teixeira Macedo, em princípios de 1894, para que a herdeira do trono lançasse um manifesto à nação.<sup>186</sup>

Os monarquistas pouco aproveitaram o ambiente revoltoso em benefício de sua causa devido às prevenções geradas pela assimilação entre Revolução Federalista e restauração. Os revolucionários sulistas chegaram a lançar um manifesto, esclarecendo que não tinham intuítos restauradores.<sup>187</sup> As atuações monarquistas tiveram que ser tangenciais, como na organização de subscrições, sob os auspícios da Cruz Vermelha, para auxílio dos feridos, em que se destacaram Taunay e Nabuco.

Foi nesse ensejo que Nabuco publicou pela tipografia do *Jornal do Comércio*, o discurso pronunciado no Cassino Fluminense, a 2 de julho de 1893. Em tom conciliador e linguagem suave, Nabuco, apresentando-se como um homem do antigo regime que não renunciava ao seu passado, bateu na tecla de que a “renúncia da liberdade” era um preço alto demais a pagar pelo estabelecimento da tão prometida ordem republicana. Daí o repúdio à intervenção do poder central

<sup>182</sup> Carta do Visconde de Ouro Preto, Lafaiete Rodrigues Pereira e João Alfredo Correia de Oliveira à D. Isabel I, Imperatriz do Brasil. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1892. Coleção Ouro Preto, Arquivo do IHGB.

<sup>183</sup> Carta de Isabel a Ouro Preto, Lafaiete e João Alfredo. Boulogne-sur-seine, 4 de Dezembro de 1892. Coleção Ouro Preto, Arquivo do IHGB.

<sup>184</sup> Carta de João Alfredo Correia de Oliveira à princesa Isabel. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1892. Arquivo do Palácio Grão-Pará, Acervo Histórico do Museu Imperial.

<sup>185</sup> Carta de Isabel a João Alfredo. Boulogne-sur-seine, 4 de dezembro de 1892. Arquivo do Palácio Grão-Pará, Acervo Histórico do Museu Imperial. As 4 missivas foram reproduzidas na íntegra, por Pedro Moniz de Aragão, na seção “Documentos” da Revista do IHGB, vol. 260, pp. 339-342.

<sup>186</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 75-76.

<sup>187</sup> Citemos um trecho do manifesto, de 15 de março de 1893: “O objetivo dos revolucionários rio-grandenses não é a restauração monárquica, é libertar o Rio Grande do Sul da tirania que há oito meses o oprime, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais; é acabar com o regime

num conflito local e a “simpatia pública” despertada pela Revolução Federalista, que irrompera de “uma situação profundamente conturbada”, inspirada por “tradições de liberdade que nunca deixaram de expandir-se entre nós”.<sup>188</sup> Comparando a república brasileira com a chilena e a argentina e a federação instalada no Brasil com a norte-americana e a suíça, Nabuco concluiu que ambos os sistemas careciam de raízes em seu país. A federação seria a forma perfeita para um país hemisférico como o Brasil, mas não com essa exorbitância do centro.<sup>189</sup> Alguns monarquistas colocaram-se ao lado da Revolução porque “nos movimentos nacionais obliteram-se as divisões partidárias”, como havia acontecido na luta pela independência e pela abolição, inspiradas em “princípios liberais”. Pelo “instinto de conservação nacional” e o “constrangimento” internacional causado pela militarização, os revolucionários colhiam adeptos, inclusive entre os monarquistas.<sup>190</sup>

Discursos como este e os menores gestos de confraternizações com os revoltosos eram denunciados e combatidos por republicanos radicais. Seriam perigos extremos à república. Raul Pompéia acusava os monarquistas de angariar dinheiro para os gasparistas e uma revolução restauradora, sob a capa da solidariedade.<sup>191</sup> Como até a imprensa internacional, sobretudo francesa e inglesa, atribuiu intuits restauradores à Revolução Federalista, as delações e perseguições reiniciaram a suspensão de jornais.<sup>192</sup>

A “caça às bruxas” atingiu o paroxismo durante a Revolta da Armada, retratada como a mais séria ameaça contra a república brasileira. Começaram a circular os rumores de que os rebeldes contavam com a simpatia e o auxílio financeiro da colônia portuguesa do Rio. Multiplicaram-se as denúncias de um apoio internacional aos rebelados, pois as forças navais estrangeiras estacionadas

---

de perseguições, das violências inauditas; do latrocínio, do sangue e do assassinio oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo do Marechal Floriano Peixoto”. Apud *ibid.*, p. 66.

<sup>188</sup> J. Nabuco, *Discurso pronunciado na quermesse organizada pela comissão central da Cruz Vermelha a favor dos feridos na Guerra Civil do Rio Grande do Sul*, pp. 3-6 e p. 8.

<sup>189</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 5-7

<sup>190</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 8-13.

<sup>191</sup> M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 67-75.

<sup>192</sup> Entre os quais: *A Platéia, Paulistaner Echo, A Pátria Italiana, Bestia Humana, Tagblatt, O Repórter, Tribuna do Povo e O Comércio de S. Paulo*. *Id.*, *ibid.*, pp. 76-77. Foram afetados inclusive jornais imparciais, como a *Gazeta de Notícias*, que teve a sua circulação suspensa, por ordem governamental, de 28 de novembro a 31 de dezembro de 1893. A. da S. Muzzi, *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897*, Dissertação de Mestrado em História/PUC-Rio, p. 15.

na baía de Guanabara intervieram na contenda. Para completar, a 7 de dezembro, o contra-almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, até então neutro, aderiu à revolta e publicou um manifesto em que exprimiu o desejo do retorno monárquico.<sup>193</sup> O temor de uma restauração, presente desde a implantação do regime, foi substancialmente recrudescido.<sup>194</sup> Vários homens ligados aos Bragança, como Silva Costa, procurador da família imperial, e o barão de Maia Monteiro, fidalgo da Casa Imperial, foram presos por suspeita de conivência. Em Petrópolis, muitos áulicos fugiram para Minas Gerais.<sup>195</sup>

Foi em pleno clima de tensão da Revolta da Armada que saiu a lume *A Ilusão Americana*, da pena de Eduardo Prado, já famoso por seus corrosivos artigos sobre a “ditadura militar” brasileira. Como se não bastasse, o governo acabara de buscar apoio militar dos Estados Unidos, antecipando-se a uma interferência européia a favor dos revoltosos federalistas e da Armada. *A Ilusão Americana*, obra de denúncia do imperialismo norte-americano, foi apreendida pela polícia<sup>196</sup>, no mesmo dia em que foi posta à venda, a 4 de dezembro de 1893.<sup>197</sup> O primeiro livro proibido pela república tornou-se a obra política de maior repercussão de Eduardo Prado.<sup>198</sup> Sabendo de uma ordem do governo federal para a sua detenção, ele se exilou na Europa.<sup>199</sup>

<sup>193</sup> Segundo Janotti, sob o governo Deodoro, em várias ocasiões Saldanha havia sido convidado por Lafaiete a comandar um movimento armado contra a república. O almirante recusou todos os chamados, alegando que um regime político não deveria ser constituído pela espada. M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 41-42 e pp. 52-53.

<sup>194</sup> A. da S. Muzzi, op. cit., p. 16. Eis o trecho do manifesto que condenou Saldanha e, por conseguinte, a Revolta da Armada a serem entendidos como restauradores: “[...] a lógica, assim como a justiça dos fatos autorizaria que se procurasse à força das armas repor o governo do Brasil onde estava a 15 de novembro, quando num momento de estupefação nacional, ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o atual governo não é senão uma continuação”. Apud J. M. Bello, op. cit., p. 181.

<sup>195</sup> J. Nabuco, *Diários*, 10 de dezembro de 1893, 30 de janeiro e 20 de fevereiro de 1894, pp. 347-352.

<sup>196</sup> Em cumprimento à ordem do governador paulista Bernardino de Campos.

<sup>197</sup> Carta de Maria Veridiana ao filho Paulo Prado, São Paulo, 8 de dezembro de 1893, apud C. Motta Filho, op. cit., pp. xx-xxiii. O próprio Prado narrou os detalhes sobre a proibição da venda e a apreensão dos demais exemplares na tipografia em entrevista concedida à *Platéia*, a 5 de dezembro. A matéria com a entrevista foi reproduzida como Apêndice à 5ª ed. de *A Ilusão Americana*, pp. 183-188.

<sup>198</sup> Cesário Mota, secretário do Interior de Bernardino de Campos, lamentou que “o confisco despertou a curiosidade do povo por um assunto que não compreende”. Apud C. Motta Filho, op. cit., pp. 218-219. Na entrevista à *Platéia*, Prado ironizou o sucesso causado pela proibição e a instabilidade republicana: “Quanto ao honrado chefe de polícia, penso que S. Exa. lisonjeou-me por extremo julgando minha obra capaz de derrotar instituições tão fortes e consolidadas como são as instituições republicanas no Brasil”. E. Prado, *A Ilusão Americana*, 5ª ed., “Apêndice”, p. 186. No prefácio, de 7 de novembro de 1894, a uma edição londrina da obra que acabou não saindo, mas incorporado na 2ª ed. (Paris, 1896) e na 5ª ed. (São Paulo, 1980), o tom foi o mesmo: “Disse

Como observa Janotti, desde a década de 1880, Prado tinha ligações com bancos e companhias ingleses, representava particulares e empresas brasileiras no velho mundo.<sup>200</sup> Defendia os investimentos ingleses no Brasil dado seu envolvimento, e de vários colegas monarquistas, nestas transações. Sua condenação aos negócios norte-americanos no país só poderia mesmo se intensificar sob a república.

Prado escreveu *A Ilusão Americana* para desmistificar a noção da “fraternidade americana”, ou seja, a visão dos EUA como protetor das nações do continente. Esta noção foi gradualmente burilada em seus escritos. No artigo “A República Brasileira”, ele combateu a “mania da fraternidade americana”, a “que mais grassa nas esferas governamentais”.<sup>201</sup> Referia-se, em junho de 1890, à submissão do Brasil à Argentina na Questão das Missões. Em “Práticas e Teorias da ditadura Republicana no Brasil”, ele empregou a expressão com sentido de militarismo latino-americano, combatendo as intervenções militares na política com o pretexto de “salvar a pátria”.<sup>202</sup> Com o desenrolar do artigo, ele usou “fraternidade americana” como “suserania dos Estados Unidos” ao denunciar a “fraqueza” dos diplomatas latino-americanos, exceto os do Chile e da Argentina, comprometendo-se, num congresso em Washington, em sempre recorrer à arbitragem para solução de litígios internacionais.<sup>203</sup> Quintino Bocaiúva e Benjamim Constant seriam os maiores adeptos desta “doutrina” no Brasil.<sup>204</sup>

Nos artigos reunidos em *Fastos*, Prado arguiu que o Brasil retrogradava por imitar o “espanholismo das repúblicas sul-americanas”.<sup>205</sup> Embora aludisse à cópia de símbolos e instituições norte-americanos, ele se ocupava com a

---

um romano que os livros têm o seu destino. O deste não foi dos piores, honrado como foi, com as iras dos inimigos da liberdade”. Id., *ibid.*, “Prefácio do autor”, p. 16.

<sup>199</sup> Nabuco atribuiu a si a idéia inicial da obra *A Ilusão Americana*, pois algumas vezes expôs a Eduardo Prado as linhas gerais do livro, inicialmente intitulado *A perda de um continente*, que desejava desenvolvido por algum amigo. J. Nabuco, *Diários*, 5 de dezembro de 1893, p. 346.

<sup>200</sup> Em 1888, Eduardo Prado foi o intermediário do primeiro empréstimo exterior feito para a província de São Paulo. Com este êxito, ele foi muito requisitado por empresários brasileiros interessados em obter empréstimos junto a bancos europeus. Depois, como sócio do *Jornal do Comércio*, Prado tornou-se o gerente da empresa na Europa. Quando seu irmão, Antônio Prado, assumiu a presidência da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, Eduardo foi nomeado agente da empresa no continente europeu e negociou a compra da Rio Claro Railway. M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 74.

<sup>201</sup> E. Prado, *Fastos da ditadura Militar no Brasil*, pp. 150-151.

<sup>202</sup> Id., *ibid.*, p. 176 e p. 178.

<sup>203</sup> Id., *ibid.*, p. 180 e p. 188.

<sup>204</sup> Id., *ibid.*, p. 181 e p. 194.



semelhança entre o Brasil e seus vizinhos, devido ao militarismo.<sup>206</sup> Já em *A Ilusão Americana*, seu ponto de partida foi a subserviência do Brasil, bem como dos demais países latino-americanos, aos EUA. Esta seria a causa da involução civilizacional brasileira.

O argumento central de *A Ilusão Americana* é: entre os Estados Unidos e o Brasil havia um fosso cultural tão profundo que era ilusão acreditar que o Brasil teria sucesso em copiar instituições e legislações norte-americanas. Outro argumento, subjacente ao principal, é que estaria fadada ao fracasso qualquer tentativa de integração da América Latina. Estrategicamente, na primeira parte do livro, Prado mencionou as guerras entre os vizinhos do Cone Sul e os conflitos bilaterais, como entre Peru e Equador, Colômbia e Venezuela, Argentina e Chile. Entre as nações ibéricas da América desenvolveu-se mais ódio que entre as nações da Europa.<sup>207</sup> Prado queria mostrar que, assim como a vizinhança não implicava em amizade, o pertencimento ao mesmo hemisfério não levaria à solidariedade continental. Com este propósito narrou episódios, como a guerra contra o México, que comprovavam a má fé a ambição dos EUA em política externa.

O “leão do Norte” teria exercido várias influências negativas sobre a América Latina. O território da América hispânica se fracionara em republiquetas onde reinavam o caudilhismo e o militarismo. Estes países fracos permitiam, aos EUA, a ingerência em assuntos domésticos e a interferência em questões diplomáticas. No Brasil, a república, um erro só por ser instituição contrária à índole do país, já colecionava desastres diplomáticos, como o tratado Blaine-

<sup>205</sup> Id., *ibid.*, p. 141 e pp. 183-184.

<sup>206</sup> Tanto assim que Prado usou o preâmbulo da Constituição norte-americana, redigido em nome do “povo”, em contraponto ao da Constituição brasileira, em nome do Exército e da Armada. Em revide a Rui Barbosa, que “ousou pronunciar o nome puríssimo de Washington em casa do Sr. Deodoro da Fonseca”, Prado até enumerou as excelências do “gentleman da Virgínia, descendente de austeros puritanos” face ao “ditador” brasileiro. Em *Fastos*, as duas repúblicas seriam de natureza distinta, até porque a dos Estados foi feita por “grandes e imortais cidadãos”, ao passo que a brasileira foi feita por militares e entregue a “alguns supersticiosos boêmios e jacobinos”. Id., *ibid.*, pp. 120-158 e pp. 159-208. Nos escritos de Prado, quando de sua fundação, a república norte-americana tivera seu momento de elevação moral. Os pais fundadores teriam garantido sua verdadeira era de ouro. Já ao longo do século XIX, os administradores se deixaram levar pelo egoísmo e utilitarismo, fontes da política externa agressiva. Como observa Felgueiras, no pensamento de Prado, o tempo era elemento de corrupção das instituições. C. L. T. Felgueiras, “Os arquitetos do futuro. Os Estados Unidos segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado”, *Estudos Históricos*, pp. 141-165. Como a monarquia constitucional e parlamentar possuía “um natural instinto de conservação”, seus mecanismos seriam a melhor prevenção contra a corrupção dos valores sociais.

<sup>207</sup> E. Prado, *A Ilusão Americana*, 5ª ed., pp. 18-19.

Salvador.<sup>208</sup> A ditadura brasileira se deixava levar pelo egoísmo financeiro ianque, camuflado pela demagogia da Doutrina Monroe.

O alvo principal, embora indireto, de ataque de Prado era a república brasileira: que estaria imitando a norte-americana. Como o resultado degradante das influências norte-americanas no Brasil, a solução para o país era estreitar relações com a Europa e se inspirar em seus modelos, sobretudo o parlamentarismo inglês. A decadência, em termos de crenças e valores, atingia mesmo o forte e rico Estados Unidos, no esplendor de sua potência, em razão da corrupção e violências perpetradas em seu expansionismo.

Com o impacto causado pela proibição da obra, de mensagem tão acintosa à política externa republicana, a reação monarquista esfriou. Para completar, em 13 de março de 1894, o governo Floriano venceu a Revolta da Armada, diante da capitulação dos rebelados.<sup>209</sup> Apesar do encerramento da fase de lutas na baía de Guanabara, os conflitos prosseguiram nos estados do sul, até mesmo porque os seus sublevados foram acrescidos com significativo contingente de ex-revoltosos da Armada. A junção ocorreu porque, a despeito do governo de Portugal ter assegurado ao brasileiro que os asilados só seriam desembarcados no Reino, uma das corvetas, que levava o líder Saldanha da Gama, tomou o destino do Rio da Prata. Com o desembarque destes revoltosos no Uruguai, eles se uniram aos federalistas.<sup>210</sup> Reanimados, alguns monarquistas, como Andrade Figueira e Eduardo Prado incentivaram, moral e materialmente, a conjunção de forças

<sup>208</sup> O acordo de reciprocidade comercial foi assinado, em 30 de janeiro de 1891, por James Blaine e Salvador de Mendonça. Em troca do acesso ao café e açúcar brasileiros em condições favorecidas no mercado norte-americano, o Brasil reduziria tarifas de manufaturas e trigo dos EUA. O tratado continha cláusulas políticas, como a de que os EUA não reconheceriam o restabelecimento do Império caso Pedro II voltasse ao trono. Antônio Prado se indispsôs com Rui Barbosa, pois o acordo depreciou os rendimentos do café para favorecer a entrada do açúcar brasileiro nos EUA e descuidou de uma cláusula de preferência deste produto face ao antilhano. Pouco depois, o açúcar brasileiro foi sobretaxado em 40%, o que provocou agitação pública e a saída de Rui do ministério da Fazenda. A. Rebelo, “Prefácio” à 6ª ed. de *A Ilusão Americana*. G. T. Pereira, “Salvador de Mendonça e a política externa brasileira”, *Recrie*, p. 5.

<sup>209</sup> Em 11 de março, o governo enviou aos líderes da Revolta da Armada e aos comandantes das forças navais estrangeiras atracadas no porto um boletim: ao meio-dia do dia 13 começariam os ataques aos revoltosos. Este comunicado foi afixado em diversos pontos da Capital e publicado nos jornais. *Gazeta de Notícias*, 12, 14 e 15 de março de 1894. Saldanha da Gama avisou ao Itamarati a capitulação e o pedido de asilo para si e seus oficiais a Augusto de Castilho, comandante português da corveta Mindello. Este aceitou asilar 70 pessoas, porém recebeu 493, abrigando-as também no navio Afonso de Albuquerque.

<sup>210</sup> Com a evasão de 254 refugiados, o comandante Castilho respondeu a conselho de guerra em Portugal. O governo brasileiro rompeu as relações diplomáticas com Portugal, embora oficialmente

antiflorianistas.<sup>211</sup> Saldanha conseguiu trazer vários refugiados da Europa ao seu encontro em Montevidéu. Para reforçar a guarda monarquista, pediu a Silveira Martins que autorizasse Eduardo Prado a representá-los junto aos banqueiros alemães, como plenipotenciário da Revolução. Até então, este papel era desenvolvido, em Paris, por Hilário de Gouveia, amigo de Prado e cunhado de Nabuco, que vivia em Paris desde que fugira da prisão, no início da Revolta da Armada.<sup>212</sup> O plano logo foi frustrado. Notáveis do Império, que participaram da Revolução Federalista, foram sumariamente executados, como Frederico de Lorena e os barões de Batovi e do Serro Azul.<sup>213</sup>

As baixas monarquistas na Revolução Federalista, a ausência de apoio da família imperial, a carestia de capitais e as posições divergentes dos chefes – Custódio de Melo se dizia “constitucionalista” e Saldanha, “monárquico-plebiscitário” – levou de reboque a esperança restauradora originada da junção entre federalistas e revoltosos da Armada.

Em compensação, os monarquistas souberam aproveitar a política apaziguadora da presidência civil de Prudente de Moraes, quando tiveram uma inaudita possibilidade de tornar públicas suas idéias, a ponto de organizarem um partido. Como veremos no próximo capítulo, apesar de breve, este foi o momento de auge da reação monarquista.

---

só a 15 de maio. Mensagem ao Congresso Nacional, apud “Brasil e Portugal – Suspensão de relações diplomáticas”, *Gazeta de Notícias*, 16 de maio de 1894.

<sup>211</sup> Andrade Figueira chegou a vender alguns de seus bens para ajudar no prosseguimento da luta no sul. M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, p. 73. Segundo Carolina Nabuco, Figueira teria “empenhado todos os seus bens” para auxiliar a revolução. Procurado, conseguiu escapar por uma canoa pelo rio São Francisco. C. Nabuco, comentário em J. Nabuco, *Cartas a amigos*, vol. 2, p. 68.

<sup>212</sup> Carta de Saldanha da Gama a Silveira Martins, 1º de outubro de 1894, apud M. de L. M. Janotti, *ibid.*, p.74. Carta de Hilário de Gouvêa a Eduardo Prado, Paris, 5 de novembro de 1894, apud C. Motta Filho, *op. cit.*, p. xxvii.

<sup>213</sup> J. Nabuco, *Diários*, 27 de junho de 1894, p. 360.

## 2 – Reação monarquista em segundo momento: auge

### Inflexão política e novas formas de atuação monarquista

A reação monarquista passou por uma intensificação e publicidade inauditas do final de 1895 até fins de 1896, em São Paulo, e início de 1897, no Rio de Janeiro. Foi neste curto, porém intenso, momento que os monarquistas mais atuaram conjuntamente, fazendo propaganda restauradora. Uma das causas foi a inflexão na política institucional efetuada pela primeira presidência civil, de Prudente de Moraes.

O novo presidente civil não se afinava com os monarquistas, assim como estes eram na realidade adversos ao seu governo. Ele transigiu em relação à arregimentação e propaganda monarquistas, porque contemporizou com os distintos grupos políticos. Desde sua posse, a 15 de novembro de 1894, nos discursos políticos, Prudente se contrapôs à situação de excessiva militarização, principal causa do déficit orçamentário, e alçou como objetivo primordial de seu governo o restabelecimento da paz interna.<sup>1</sup>

Como o mais destacado desdobramento da nova orientação, conciliatória, o presidente visou executar o “programa de pacificação” do Rio Grande e demais Estados sulinos, que levaria a um acordo formal com os chefes federalistas. Enquanto a reação monarquista permanecesse na clandestinidade, prosseguiriam as maquinações e campanhas de descrédito do Brasil no exterior.<sup>2</sup> Na Europa, federalistas exilados, auxiliados financeiramente por monarquistas como Eduardo Prado e Andrade Figueira, continuavam adquirindo armas para se juntar aos rebelados no Rio da Prata. O estado de beligerância também obstaculizava o apoio de algumas elites regionais ao governo federal. A prática de intervenção nos

---

<sup>1</sup> Manifesto “À Nação Brasileira”, apud *Gazeta de Noticias*, 16 de novembro de 1894; “O Sr. presidente da República e o exército”, *ibid.*, 18 de novembro de 1894.

<sup>2</sup> Nas cartas enviadas ao governo brasileiro, Gabriel de Piza, representante do Brasil na França, dava notícias da movimentação dos revoltosos e monarquistas na Europa, além de alertar para a imagem anárquica do país veiculada pelos últimos: “A imprensa continua a referir-se lisonjeiramente aos acontecimentos do Brasil, como exceção – bem entendido – dos órgãos subsidiados pelo Eduardo Prado que tem gasto muito dinheiro para prejudicar-nos. Agora mesmo nas vésperas da emissão do empréstimo do Espírito Santo ele procurou agitar a opinião contra o Brasil. Os seus ataques, porém, são impotentes. Ele faz-nos algum mal, porém está se arruinando

estados do governo Floriano era um fantasma do regime militarista a ser extirpado por meio de políticas apaziguadoras.<sup>3</sup>

Em suma, para a sedimentação da ordem civil era necessária a normalização político-social republicana. As harmonizações, sob a aparência de condescendências e permissividades, foram estratégias de ação não declaradas que fizeram parte da agenda presidencial desde o início. Assim o presidente agiu em relação aos que o apoiavam, aos falsos amigos e, sobretudo, aos inimigos. Intentou não desagradar a muitos, em sua busca de manter-se no poder, após as gestões militares. Prudente se portou como um estadista ponderado, relativamente liberal e finamente conservador porque objetivava o apoio das lideranças estaduais, para completar o seu mandato e eleger o seu sucessor, maior sinal de que a ordem civil estaria seguramente estabelecida.<sup>4</sup>

A orientação conciliatória do novo governo possibilitou a livre circulação da imprensa antimilitarista, antiflorianista e o retorno gradual ao país de monarquistas que estavam na Europa. Não se estabelecia nenhum tipo de censura sobre as publicações e mecanismos que gerassem a autocensura da liberdade individual em relação a atos considerados conspiratórios de acordo com a legislação vigente.<sup>5</sup> A gestão Prudente permitiu, aos propagandistas políticos de

---

financeiramente e estará pobre dentro de algum tempo se não cessar a sua infeliz e miserável propaganda”. Apud M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 88-89.

<sup>3</sup> Prudente de Moraes foi eleito por uma coligação entre a bancada paulista e alguns chefes regionais. Republicano histórico, oriundo de família cafeicultora, seu nome foi indicado ao pleito, de 1º de março de 1894, pela convenção do Partido Republicano Constitucional, depois Federal, formado por integrantes do Partido Republicano Paulista, liderado por Bernardino de Campos. Sedimentando a união de elites regionais, seu vice foi o baiano Manuel Vitorino. A. da S. Muzzi, *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897*, Dissertação de Mestrado em História/PUC-Rio, pp. 60-61 e pp. 87-103.

<sup>4</sup> A heterogeneidade dos secretários de Estado denota o direcionamento conciliador da nova presidência. Alguns ministros, como era previsível, nomearam para altos postos muitos indivíduos que haviam sido relegados ao ostracismo pelo governo Floriano. Entre os ministros de Prudente, encontravam-se dois republicanos históricos, Antonio Olinto dos Santos Pires, ministro da Indústria e Viação, e o general Bernardo Vasques, ministro da Guerra. O ministro da Marinha, almirante Elisiário José Barbosa, era um oficial suspeito de monarquismo, mas cercado de glórias pela participação na Guerra do Paraguai. Em contrapartida, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Antonio Gonçalves Ferreira; da Fazenda, Francisco de Paula Rodrigues Alves, e das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho, eram republicanos adesistas. Os seus secretários o acompanharam durante a primeira metade de seu mandato e, até a primeira crise ministerial decorrente do “Protocolo Italiano” em meados de 1896, mantiveram relações relativamente harmoniosas entre si, com o presidente, com os parlamentares em geral e com os chefes políticos da ala radical do PRF, como Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva. Id., *ibid.*, pp. 61-66.

<sup>5</sup> O § 2º do art. 115 do Código Penal estipulava ser crime de conspiração o concerto de 20 ou mais pessoas para mudar a forma de governo. A pena era de reclusão por 1 a 6 anos. *Decreto n. 847 – de 11 de outubro de 1890. “Promulga o Código Penal”.*

diversos matizes, liberdade de expressão e reunião jamais vista desde a instauração da república.

Como o Brasil não estava mais sendo governado sob estado de sítio, finalmente os monarquistas que defendiam o regresso monárquico puderam atuar de fato como restauradores.<sup>6</sup> Primeiramente, reavivou-se a publicação textual, notadamente da parte de Joaquim Nabuco. Depois, em esforço iniciado por Eduardo Prado, homem neutro às dissidências políticas de fins de Império, ocorreu um inédito conagraçamento monarquista, com ponto de convergência inicial na cidade de São Paulo.

A retórica monarquista, embora visasse à captação de novos quadros, intensificou o tom moralista e religioso. Por outro lado, os monarquistas dirigiram seu discurso a agentes até então ignorados, como os jovens, e combatidos, como os adesistas.

Novos itens foram acrescentados ao repertório monarquista, a começar pelo antiflorianismo e antijacobinismo. Inicialmente de maneira velada, os monarquistas puderam bradar contra o prosseguimento das mazelas decorrentes do militarismo e do radicalismo republicano: degradação político-institucional, degeneração civilizacional e brutalização comportamental. Como o governo Prudente não demovia de uma vez o militarismo, o país continuaria ameaçado de desmembramento, até porque os militares continuavam desviados de suas funções técnicas.

Em essência, o discurso monarquista prosseguiu o combate a uma república que não se fazia respeitar, tanto interna como externamente, e o elogio ao Império – período áureo de paz, ordem, progresso e liberdade – iniciados por Eduardo Prado em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*.

Com o alargamento do campo de possibilidades, o segundo momento de reação se distinguiu por três novas formas de atuação: arregimentação política, atividade associativa e atuação propagandista através da imprensa explicitamente monarquista. Com as reuniões políticas e a formação de células, foi possível

---

<sup>6</sup> Nem todos os monarquistas eram restauradores. Alguns monarquistas mantiveram-se fiéis ao regime deposto, mas nunca atuaram politicamente pela restauração, como foi o caso de Taunay, cuja atuação monarquista máxima foi a produção de textos laudatórios a Pedro II. Os restauradores foram aqueles que lutaram pela reinstalação monárquica ou, ao menos, se envolveram em alguma atividade propagandística visando este fim. A. M. Gomes, “Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político”, *Estudos Históricos*, pp. 284-302.

fundar um partido que, por sua vez, originou centros e diretórios. Tal aglutinação não implicou, porém, em automática coesão. Divergências antigas foram amainadas, mas as brigas pela autoridade da palavra embaraçaram algumas ações, sobretudo a jornalística.

## Retomada intelectual

O governo Prudente adotou três medidas apaziguadoras ainda em 1895: o reatamento de relações diplomáticas com Portugal<sup>7</sup>; a pacificação do Sul do país<sup>8</sup> e a concessão de anistia aos envolvidos em revoltas e revoluções sob a república<sup>9</sup>. Durante os debates e encaminhamentos destas resoluções, foi intensa a ebulição social. Os monarquistas, vistos pelos florianistas como os principais beneficiários, não saíram incólumes dos ataques feitos ao governo. Voltaram a aparecer na imprensa boatos de conspirações monarquistas, como o de que um grande atentado estouraria em breve na capital, patrocinado pelo comércio português e com o apoio de Andrade Figueira.<sup>10</sup> Tais conjecturas, como observa Maria de

<sup>7</sup> Com rápidas negociações, o governo Prudente conseguiu restabelecer as relações diplomáticas com Portugal em março de 1895. Houve bastante rebulição em maio de 1895, quando o Brasil recebeu o diplomata português responsável pelo acordo: o poeta Thomaz Ribeiro, autor da *Carta de Alforria*, uma coleção de versos de compadecimento ao imperador banido em detrimento da república que o expatriara. Várias foram as formas de protesto contra o desembarque e, depois, a permanência do “sebastianista” em solo brasileiro. Ecoando tais reivindicações, o deputado Êrico Coelho proferiu, no parlamento, um discurso contra a aludida humilhação da nação brasileira. A. da S. Muzzi, op. cit., pp. 88-89.

<sup>8</sup> No bojo do “programa de pacificação”, o governo Prudente enviou o general Inocêncio Galvão de Queiroz ao 6º distrito militar para negociar com os líderes sublevados. Esta resolução levou às mais acaloradas discussões, nas Câmaras, dada a oposição de líderes do PRF, como Quintino Bocaiúva e Medeiros e Albuquerque. Com a ascendência de elementos-chave do PRP, como Campos Sales, a proposta governamental foi encampada pela maioria do Congresso. O protocolo de pacificação foi assinado, a 23 de agosto, pelo general Queiroz e o general João Nunes da Silva Tavares, o mais renomado dos líderes vivos da Revolução Federalista após as mortes de Gumercindo Saraiva e Saldanha da Gama. Os federalistas contentaram-se com um acordo que versava unicamente sobre a garantia de suas vidas e propriedades. Id., *ibid.*, pp. 89-91; M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 88-89.

<sup>9</sup> Assim que o governo iniciou as negociações para a pacificação do Sul foi proposto aos parlamentares o início dos debates sobre a anistia aos ex-revoltosos da Armada, da Revolução Federalista e outras revoltas sob a república. Medidas lenitivas às penas sofridas no degredo e prisões em fortalezas logo foram postas em execução. Em maio de 1895, com a rejeição na Câmara do restritivo projeto de anistia elaborado por Campos Salles, acirraram-se as discussões. Líderes da ala pró Júlio de Castilhos, como Francisco Glicério, queriam a punição dos federalistas. A 11 de outubro, a Câmara aprovou o projeto de anistia: seriam anistiadas todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, em distúrbios no território nacional até a data de assinatura do protocolo de pacificação, 23 de agosto. A. da S. Muzzi, op. cit., pp. 92-94.

<sup>10</sup> “O grande atentado”, *O Nacional*, 29 de maio de 1895; [Ferreira de Araújo], “Coisas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 8 de julho de 1895; “A conspiração”, *ibid.*, 20 de julho de 1895.

Lourdes Janotti, “emprestavam importância aos restauradores, fazendo-os sentirem-se com considerável peso político”.<sup>11</sup>

As discussões sobre as medidas governamentais extravasaram a esfera institucional. As publicações periódicas e panfletárias, assim como as ruas e os ambientes de congregação dos contemporâneos interessados nas “questões do momento” ou nos “fatos da época”, como os cafés, os bares e as confeitarias, voltaram a ser cenários de construção e difusão de ideias e opiniões. Desde a instauração republicana, foi no contexto de debates sobre o término da guerra civil, com os contemporâneos já agitados pelo reatamento de relações com Portugal, que os espaços da capital voltaram a ser palcos de intensa politização.<sup>12</sup> Pela primeira vez no novo regime, a imprensa, de fato, pode ser *locus* de manifestação dos debates e discursos políticos entre indivíduos e grupos que defendiam propostas distintas para o encaminhamento político institucional. Os jornais se tornavam teatros de disputas entre propugnadores de diferentes projetos e propostas. Suas produções textuais eram estratégias participativas nas controvérsias políticas.

Foi nesse ambiente de intensos debates, dentro e fora do parlamento, que Nabuco, recluso desde a eclosão da Revolta da Armada, voltou a divulgar textos políticos. Entre janeiro e março de 1895, publicou vários artigos, no *Jornal do Comércio*, sobre *Balmaceda, su gobierno y la revolución de 1891*, obra de Julio Bañados Espinosa. No final de 1895, Nabuco coletou os artigos em *Balmaceda*, livro que alcançou amplo sucesso no Chile, com edição em espanhol.

Nos comentários à obra de Bañados, uma encomenda do presidente chileno pouco antes de se suicidar, Nabuco propôs tese contrária ao defensor de Balmaceda. Bañados seria um “lugar-tenente político”, como principal ministro de Balmaceda no período da guerra civil. Já Nabuco dizia escrever por suas convicções, mostrando, desde o início, simpatia pela causa revolucionária. Em vez da “apologia histórica” de Bañados, faria um “ensaio”.<sup>13</sup> Contudo, a partir do

<sup>11</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 90.

<sup>12</sup> Estes espaços haviam passado por uma intensa politização na década de 1880, com as manifestações populares, como a Revolta do Vintém, e os movimentos políticos e sociais mais duradouros, ou seja, a campanha abolicionista e a propaganda republicana. M. T. C. de Mello, Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica na década de 1880 no Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História/PUC-Rio, pp. 17-106.

<sup>13</sup> J. Nabuco, *Balmaceda*, pp. 3-9.



artigo “A Tirania”, Nabuco foi cada vez menos o comentarista da obra de Bañados e mais o cronista da revolta da esquadra, ou melhor, da “Revolução restauradora” do sistema parlamentar e da ordem constitucional que até então distinguiram o Chile das demais repúblicas sul-americanas. Para tal interpretação, se valeu de fontes oficiais publicadas na imprensa chilena, relatórios diplomáticos e obras de intelectuais e políticos contrários a Balmaceda, como o peruano Vial Solar.

Em *Balmaceda*, Nabuco narrou fatos de um passado recente: aspectos da história do Chile ao longo do século XIX, as bases da república, seu funcionamento parlamentar e seus partidos, sobretudo o Liberal, ao qual Balmaceda pertencia. Também atentou à trajetória política de Balmaceda, sua posição de líder ministerial no governo anterior, de Santa María, e suas propostas reformistas. Tratou do início da presidência Balmaceda, na qual uma crise ministerial levou à extinção de um partido, o Nacional.

Resumamos o estopim da guerra civil: o presidente não conseguia efetivar sua meta principal, uma reforma radical da Constituição de 1833, para instituir o presidencialismo, devido ao arranjo político-institucional conservador chileno. Com a ditadura, Balmaceda teria conduzido o país à guerra civil pois não percebera que até então predominava no Chile “o liberalismo que ideou e aperfeiçoou, peça por peça, o sistema parlamentar, até torná-lo, como na Inglaterra, um relógio que marca os minutos da opinião, e não somente as horas, como o governo presidencial americano”.<sup>14</sup>

Num momento em que o Brasil ainda vivia o início da presidência civil de Prudente, a análise de uma experiência aparentemente próxima foi a maneira de Nabuco externar a sua adversidade à república brasileira. Naquela ocasião, ainda era recente o choque causado pela proibição de *A Ilusão Americana* e do ambiente de repressão do governo Floriano, tipo político criticado por Nabuco por intermédio de Balmaceda. Este também foi o meio seguro para um “sebastianista” se imiscuir nos debates do tempo e defender suas propostas, principalmente em relação à anistia, cujas discussões tomavam o parlamento, a imprensa e as ruas brasileiras. A experiência chilena ensinava que qualquer política de reconstrução após guerra civil não poderia prescindir de anistia.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, p. 38.

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, p. 135.

Embora evitasse remissão direta ao governo Floriano, em várias passagens, com sarcasmo, Nabuco aludiu à ditadura brasileira, que seria ainda pior que a chilena:

De dia a dia torna-se mais importante para nós conhecer o estado político da América do Sul, os homens capazes de traçar para ela uma longa estrada, de apontar às suas ambições legítimas um alto objetivo.<sup>16</sup>

Com este ensaio não pretendo compor uma lição de Revolução comparada, cadeira entretanto que seria talvez útil nas universidades sul-americanas, como complemento do nosso Direito Constitucional”.<sup>17</sup>

Nós, brasileiros, por exemplo, não possuímos o organismo preciso para sermos impunemente cruéis; em nós, a crueldade não poderia proceder nem da falta da imaginação, porque a temos em grau excessivo, nem da vingança, que não sentimos; só poderia ser uma perversão literária, um plágio de 1793, ou uma idiotia sanguinária, o que tudo quer dizer uma séria doença do cérebro ou do coração, o fim da raça.<sup>18</sup>

Das execuções clandestinas do Desterro aos assassinatos noturnos dos Bórgias não há distância moral apreciável. O nosso grande ato trágico do Paraná não tem semelhante na guerra civil do Chile; não se rolaram ocultamente corpos fuzilados pelos despenhadeiros dos Andes.<sup>19</sup>

A mensagem embutida era a de que o Brasil conseguira superar o padrão sul-americano de golpes militares e regimes de exceção. No final do “Prefácio”, como Nabuco sabia da recepção aos seus artigos, alertou o leitor para o limite das semelhanças entre a guerra civil chilena e a brasileira. A última tinha um diferencial: “o *Jacobinismo brasileiro*, tão caracteristicamente diferente das outras formas de opressão e desgovernos sul-americanos”.<sup>20</sup> Isto é, embora as duas guerras civis tivessem se originado de uma revolta da Marinha e fossem chocantes pelo “estado de Terror” em países com histórico de estabilidade política que os distinguiu do restante da América Latina, a situação brasileira seria mais degradante. No Chile, com a continuação do conflito<sup>21</sup>, acentuou-se a “impopularidade da Ditadura e a popularidade da Revolução”.<sup>22</sup> Balmaceda foi

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 10.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, p. 13.

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, pp. 120-121.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, p. 131.

<sup>20</sup> Id., *ibid.*, p. 5.

<sup>21</sup> A revolução no Chile se estendeu de 7 de janeiro, dia da revolta da esquadra, a 28 de agosto de 1891, dia da fuga de Balmaceda, uma “vitória nacional”, segundo Nabuco.

<sup>22</sup> Id., *ibid.*, p. 67.

bem mais audaz que Floriano, tanto que fechou o Congresso e, através de um manifesto, proclamou a ditadura. Ainda assim, no Chile “a aristocracia e as massas acabaram coincidindo no mesmo pensamento”.<sup>23</sup> Embora lá também se desenvolvesse um movimento de apoio, “balmacedismo”, o tirano foi pressionado, se asilou na legação argentina e, isolado, se suicidou. Aqui, além do “florianismo”, os fanáticos do “jacobinismo” endeusaram o tirano, mesmo depois dele ter passado o poder ao sucessor. Após sua morte, ainda tentavam manter a sociedade em estado constante de “Terror”. Esses indivíduos ainda se beneficiavam pela passividade da sociedade brasileira: acostumada à “liberalidade monárquica”, criada num ambiente de “ausência total de perigo em mais de cinquenta anos” e “habituada à atenção que o imperador sempre mostrou a todos”.<sup>24</sup> Nabuco fazia não só o combate ao florianismo, ainda existente – e reinante, em sua visão – como uma indireta apologia do Império.

Apenas no pós-escrito, que acompanhou a edição dos artigos em livro, Nabuco explicitou seu objetivo ao abordar o caso do Chile: “tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os monarquistas sempre sustentaram contra os republicanos”. Ou seja, a república brasileira jamais seria um regime de responsabilidade e estabilidade, garantia da união e da liberdade. Como os monarquistas haviam alertado, no Brasil, e em todo continente americano, dificilmente a república seria um governo responsável, “por não termos a têmpera dos países que modelam seus governos à sua feição”.<sup>25</sup> Era uma questão de índole, como Prado sustentou em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*.

*Balmaceda* foi a primeira obra em que Nabuco defendeu explicitamente o governo aristocrático. A experiência chilena e o drama pessoal do presidente chileno ensinavam aos sul-americanos a importância de cuidar do arcabouço institucional, bem como o respeito à formação histórica de seu país, em seus costumes e tradição de governo. O exercício do poder por homens que se prepararam para a condução do Estado nada mais era do que “o controle indispensável à porta de cada instituição para que não entre indistintamente toda a gente”. Num texto redigido para brasileiros, nada melhor do que a experiência imperial para exemplificar os benefícios da ordem aristocrática:

---

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, p. 53 e p. 81.

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, p. 138.

Entre nós a política era acessível a todos; quase sem exceção, os nossos estadistas foram homens que se fizeram por si, sem nome de família, sem fortuna, sem relação no Paço; o nosso Parlamento, onde, durante cinquenta anos, se trataram os negócios do país e nada ficou oculto, não era decerto a Câmara dos Comuns; mas o historiador dessa instituição, que acompanhar o seu desenvolvimento desde 1828, dirá que era impossível aparecer ali um Vasconcelos, um Alves Branco, um Paraná, que não chegasse um dia à posição que se competia pelo seu mérito. No entanto, a queixa contra a oligarquia, em um sentido era real: quem não tivesse em certa época, a boa vontade de Eusébio de Queiroz, de Torres e de Paulino de Sousa desanimaria da carreira política.<sup>26</sup>

O perfil político de todos estes estadistas estava sendo traçado por Nabuco em outra obra, mais alentada. *Balmaceda* foi o ensaio de Nabuco para *Um Estadista do Império*. As duas obras foram atravessadas pelo mesmo fio condutor: o elogio à tradição aristocrática do Império, que permitia a todos se sentirem representados no parlamento. A política então era feita nos seus lugares precípuos, Câmaras e gabinetes, por uma minoria em benefício da maioria. Ambas as obras foram animadas pela aversão de Nabuco à república brasileira, sobretudo no período florianista, que permitia que a política fosse feita por indivíduos mal preparados, em qualquer lugar e de qualquer jeito, em prejuízo do todo social.

O sentido último de *Balmaceda* foi alertar para os perigos do reformismo radical, as “pretensões exageradas”, pois

Entre os dois extremos [imobilismo e eterno movimento] há o espírito combinado da conservação e aperfeiçoamento, privilégio superior das instituições muitas vezes seculares, como é, por exemplo, o Papado, na ordem religiosa, e, na ordem política, a constituição inglesa, ou a democracia suíça.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, p. 137.

<sup>26</sup> Id., *ibid.*, p. 126. Observemos que, neste trecho, Nabuco usou o termo “oligarquia”, porque os revoltosos chilenos reclamaram que Balmaceda criara um governo oligárquico em seu país. Desde o seu surgimento entre os clássicos do pensamento político grego, o termo “oligarquia”, que etimologicamente significa o governo de poucos, teve conotação negativa, o que só se alterou com a obra de Michels. Para Aristóteles, como um governo orientado apenas no interesse dos ricos, a oligarquia seria um desvio do governo dos melhores, a aristocracia. É esta a defesa de Nabuco, que estaria distante da plutocracia, o governo patrimonial, como definiu Xenofonte, ou da oligarquia como a entendia Platão, como o governo de poucos porque governo dos ricos. Tanto para Platão como para Aristóteles, os *áristoi*, moral e intelectualmente os melhores, deveriam conduzir a política junto com *agathói*, os bem nascidos, nobres. Sobre a “Aristocracia”, ver G. Zucchini, in: N. Bobbio, N. Matteucci, G. Pasquino, *Dicionário de Política*, vol. 1, p. 57. Sobre a “Oligarquia”, N. Bobbio, *ibid.*, vol. 2, pp. 835-838. O que Nabuco defendia era uma aristocracia do talento, embora o interesse acurado por assuntos de Estado pudesse ser transmitido, pela educação e pelo exemplo, de pai para filho.

O verdadeiro reformador seria um conservador e não um demolidor. Não sem razão, Nabuco fechou o livro com as palavras de um grande jornalista conservador do Império, Justiniano José da Rocha, contra o “espírito revolucionário”.<sup>28</sup> Como os intransigentes não tinham bom senso, não conseguiam frear seu ímpeto transformador, só um “Poder que exerça a função arbitral” poderia conter os exageros. Esta era a missão do Poder Moderador, o qual Nabuco combatera acerbamente, em *O Povo e o Trono* e nos panfletos de 1886, como vimos. Por isso, em *Balmaceda*, numa espécie de *mea culpa*, Nabuco referenciou Benjamin Constant e suas lições sobre o constitucionalismo liberal, que tanto influenciaram os legisladores do Império.<sup>29</sup> Para o doutrinador liberal, só o quarto poder, o poder real ou neutro, pairando acima dos partidos, seria um dique às paixões políticas. O poder de fundo moral garantiria o funcionamento governamental com a manutenção da liberdade.<sup>30</sup>

O liberalismo conservador embasou as demais obras de Nabuco, inclusive a subsequente, na qual pode denunciar mais diretamente os excessos de Floriano e de seus movimentos de apoio, que ainda tinham vida e influíam na sociedade brasileira.

Ainda em 1895, quando a política apaziguadora de Prudente tinha alcançado os primeiros êxitos, como o reatamento de relações com Portugal e a pacificação do Sul, Nabuco tratou da diplomacia durante a gestão Floriano, em oito artigos publicados em agosto de 1895, no *Jornal do Comércio*. No começo de 1896, compilou-os no livro *A Intervenção Estrangeira durante a revolta*. Embora visasse ser imparcial, sobretudo nos primeiros artigos, tomou partido a favor dos revoltosos. O livro foi dedicado a Augusto de Castilho, comandante português que deu asilo aos revoltosos da Armada.<sup>31</sup>

Como Nabuco podia crivar o governo Floriano de críticas, o livro foi pontuado pela denúncia, documentada, sobre os “extermínios” no Paraná e no Rio

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, p. 39.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, p. 143.

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, pp. 134-135.

<sup>30</sup> B. Constant, *Princípios Políticos Aplicáveis a Todos os Governos*.

<sup>31</sup> No final do Prefácio, Nabuco transcreveu a carta de Castilho, em agradecimento a um artigo, de 28 de maio de 1895, no *Jornal do Brasil*, em que já argumentara a seu favor. J. Nabuco, *A intervenção estrangeira durante a revolta*, pp. 7-11.

de Janeiro, bem como as “execuções clandestinas” no Desterro.<sup>32</sup> Também fez apologia ao aristocratismo do Império: tão diverso teria sido o cavalheirismo de Saldanha da Gama, mesmo com os adversários, e o desprendimento da família imperial, que nem do ambiente da guerra civil se aproveitara em favor da dinastia.<sup>33</sup>

A *Intervenção Estrangeira* foi fundamentada em volumosa documentação oficial, sobretudo relatórios ministeriais e ofícios das chancelarias. Foi nesta obra, que tinha como pano de fundo um conflito interno que levava a um litígio externo, que Nabuco mais procurou agir como historiador, em estilo *événementielle*, até a publicação de *Um Estadista do Império*, em boa parte redigido nesta época. Satisfeito, ele disse ter traçado, ao fim, a “história diplomática da Revolta”.<sup>34</sup> Preocupou-se como nunca em descrever os homens de governo e diplomatas, suas funções e ações, palavras e ordens. Nem mesmo em *O Abolicionismo*, Nabuco teve tamanha ânsia documental. Por outro lado, ao tratar de alguns itens, como a decisão da intervenção, comparou as interpretações dos atores envolvidos e confrontou versões da imprensa. Nabuco acabou fornecendo, além de uma descrição pormenorizada dos fatos diplomáticos, uma interpretação do governo Floriano em seus (ardilosos) acordos diplomáticos durante a Revolta da Armada e no tratamento (indigno) dos inimigos políticos.

Foi por solicitação do governo brasileiro que os comandantes das forças navais estrangeiras estacionadas na Baía de Guanabara exorbitaram a sua função de apenas proteger os seus nacionais.<sup>35</sup> Recebendo aval de seus superiores, por acordo formal de 5 de outubro de 1893, eles consideraram o Rio de Janeiro cidade aberta.<sup>36</sup> Entregaram ao contra-almirante Custódio de Mello uma intimação sobre a intervenção armada em caso de bombardeamento à cidade. Para Nabuco, uma jurisdição militar estrangeira passara a funcionar dentro de território brasileiro.<sup>37</sup>

Imbricando esta análise com a de *Balmaceda*, Nabuco argumentou que o corpo diplomático aqui deveria ter agido como os “representantes estrangeiros no

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, pp. 119-121 e pp. 191-192.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, pp. 164-171.

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, p. 9.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, pp. 97-98 e pp. 198-200.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, p. 100 e p. 200. Assinaram o acordo os representantes de Portugal, França, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. O da Alemanha se absteve das negociações.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, pp. 21-23 e p. 142.

Chile, que desde os primeiros atos de Balmaceda recusaram cooperar com uma ditadura que decretava o terror como medida de guerra e fazia justiça por suas próprias mãos”.<sup>38</sup> Tão míopes estavam os órgãos da imprensa pró-Floriano, como *O País* e *O Tempo*, que não percebiam que, apoiando a intervenção estrangeira, prestavam “homenagem à suscetibilidade nacional”.<sup>39</sup> A partir de então, os comandantes estrangeiros passaram a interferir em pequenos incidentes de uma luta interna, como no uso de holofotes pelo governo brasileiro e no desembarque de armas e munições vindas de certas nações.<sup>40</sup> O governo Floriano se submetia, pois se beneficiava das ingerências que paralisavam os rebelados. Enquanto o isolamento da esquadra a desgastava, moral e materialmente, o governo fortificava a cidade e organizava uma esquadrilha.<sup>41</sup>

Em revide à “legenda jacobina”, Nabuco argumentou que não foram “os batalhões voluntários e a guarda nacional” que garantiram a “grande vitória”. Conforme sua tese central, foi a influência internacional num conflito doméstico que alterou o equilíbrio de forças. A vitória de “um sistema de perseguição”, de “uma verdadeira e flagrante tirania”, “da força destituída de todos os atributos da humanidade”, fez com que “o Brasil no século dezenove tivesse retrogradado ao estado de Roma no reinado dos Bórgias”.<sup>42</sup> A *Intervenção*, animada pelo *Terror*, fez vencer a força bruta, “tão diversa do ambiente social em que [Floriano] fez toda a sua carreira”. Conforme Nabuco, seu livro era a “historia da dualidade”.<sup>43</sup> Ou seja, duelo entre dois princípios opostos: barbárie e civilização.

Por outro lado, Nabuco observou que os revoltosos tiveram erros táticos: fecharam-se na baía do Rio e nem tiveram a ideia, como foi feito no Chile pouco antes, de bloquear os portos e formar um exército revolucionário para dar combate ao exército legal.<sup>44</sup> Não se organizou um comando de guerra, tampouco um governo provisório, como no Chile. Os revoltosos brasileiros ainda tomaram

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, p. 141.

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, pp. 179-184.

<sup>40</sup> Id., *ibid.*, pp. 54-55.

<sup>41</sup> Id., *ibid.*, pp. 73-79, pp. 103-105 e pp. 135-136.

<sup>42</sup> Id., *ibid.*, pp. 129-144, p. 155 e pp. 167-168.

<sup>43</sup> Id., *ibid.*, pp. 151-153.

<sup>44</sup> Id., *ibid.*, pp. 46-47, pp. 101-102, p. 137 e p. 145.

atitudes frontalmente hostis, como a proibição de desembarque de mercadorias na alfândega e no litoral.<sup>45</sup>

Quando o governo brasileiro percebeu que o norte-americano estava disposto a influir diretamente a seu favor, violou o acordo com os comandantes estrangeiros. Os Estados Unidos, que enviaram uma esquadra conforme negociação iniciada em dezembro, tiveram papel decisivo no desenlace fatal.

Externamente, a imagem do Brasil se debilitou ainda mais, pois Floriano começou a projetar “sobre um Estado independente a sombra do protetorado”. Internamente, uma completa inversão de hierarquias foi operada pelo presidente, que “exerceu o mando incontestado, absoluto, como ninguém antes dele”.<sup>46</sup>

Portanto, o saldo da vitória de Floriano sobre a revolta da esquadra foi: o perigo militar, sob a “forma pretoriana da anarquia”, com o Florianismo; o perigo revolucionário, devido a um “pastiche histórico”, o Jacobinismo; o perigo estrangeiro, com a abdicação temporária do princípio de soberania, em razão do apelo à intervenção estrangeira e proteção norte-americana.<sup>47</sup>

Com a *A intervenção* Nabuco fechou o ciclo de combate ao florianismo que iniciara em Balmaceda: as alterações econômico-sociais e hierárquicas do governo Floriano teriam fermentado um movimento de extrema violência, o jacobinismo, que sobrevivera à morte do tirano e mantinha resquícios militaristas sob o governo civil.

Tanto *Balmaceda* como *A intervenção* causaram efeito nos contemporâneos, até mesmo pelo caráter de registro, embora indireto na primeira obra, das atrocidades cometidas durante e após o governo Floriano. Assim que *Balmaceda* saiu em livro, enquanto Nabuco publicava os artigos sobre a intervenção estrangeira na Revolta da Armada, o almirante Jaceguai reagiu. Eram amigos desde 1874, quando Jaceguai foi nomeado adido naval em Londres e Nabuco já era agente dessa legação. Em nome da “amizade indestrutível”, em carta aberta de 15 de setembro no *Jornal do Comércio*, Jaceguai concitou Nabuco a dar tréguas à república, regime ao qual deveria servir. O almirante ainda publicou a carta em folheto, com o mesmo título *O dever do momento*.

---

<sup>45</sup> Id., *ibid.*, p. 107.

<sup>46</sup> Id., *ibid.*, pp. 148-150.

<sup>47</sup> Id., *ibid.*, pp. 166-167.



Jaceguai foi taxativo em relação à monarquia: “uma planta que só pode medrar artificialmente, enquanto teve para vivificá-la o estrume da escravidão”. Por isso, Nabuco tinha que esquecer o “exotismo” e “ilustrar o novo regime político do Brasil com esse nome venerado com que vosso pai ilustrou o antigo”. A autoridade de Jaceguai em estimular a adesão à república vinha de sua fidelidade monárquica, provada no imediato 15 de Novembro, quando se fez “cortesão da última hora da monarquia”.<sup>48</sup>

Nabuco publicou, também no *Jornal do Comércio*, uma extensa carta em resposta ao almirante Jaceguai que também saiu em opúsculo, *O dever dos monarquistas*. Nabuco rebateu quase todos os motivos apresentados por Jaceguai para que ele servisse ao novo regime. Sobre a igualdade como o sentimento dominante na “raça mestiça americana”, Nabuco argumentou que, no Brasil, a realeza se esforçou para diminuir o “sentimento da superioridade da raça”. Justamente nos Estados Unidos, uma república, o sentimento de “desigualdade de cores” era forte como em nenhum outro lugar.<sup>49</sup> Quanto à noção do meio americano ser contrário à monarquia, que degenerara nele, arguiu que a corte lisboeta aqui se sentiu tão segura a ponto de negligenciar o cerimonial monárquico.<sup>50</sup> Sobre a vocação de turista de Pedro II, lembrou que o ex-monarca só empreendeu sua primeira viagem após mais de trinta anos de reinado, quando já estava envelhecido precocemente por seus cuidados com a Guerra do Paraguai. Quanto ao fato da monarquia ter sido trazida ao Brasil por causa da trasladação da corte com a Revolução Francesa, Nabuco, repetindo a pauta principal de Eduardo Prado, sustentou que o Brasil tinha “fundo” e “tradição monárquica”. A monarquia se enraizara tanto no país que erigira a “cultura literária e científica mais forte da América Latina” e a “tradição de humanidade mais bela da América”.<sup>51</sup>

Em compensação, Nabuco admitiu que a monarquia caiu após a extinção do cativo, mas tombou por sua “honra”, por “ter neutralizado socialmente a escravidão”. Repetindo o monarquismo de lamentação, a monarquia teria caído

<sup>48</sup> Apud A. Venancio Filho, “Arthur Jaceguai”, Palestra proferida na Sessão das Efemérides da Academia Brasileira de Letras, 30 de junho de 2011, pp. 183-184.

<sup>49</sup> J. Nabuco, *O dever dos monarquistas: carta ao almirante Jaceguai*, 10 de outubro de 1895, pp. 5-7.

<sup>50</sup> Id., *ibid.*, pp. 7-11.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, p. 12, pp. 14-15 e p. 28.

por sua maior glória. Já a república, fruto de uma traição, teria nascido tão conspurcada que não se prendia a valores e princípios. Daí o desrespeito à “fé católica nacional” e a política emissionista que desfez fortunas.<sup>52</sup> Tão desenraizada seria a república que tornara o Brasil

a única sociedade no mundo a que se possa dar o nome de *neocracia*, em todos os sentidos: não só de sermos governados de preferência pelas novas idéias, mas especialmente no de sermos governados pelas novas gerações, em oposição ao governo dos mais antigos que se encontra no começo de todas as civilizações.<sup>53</sup>

Com a degradação civilizacional, os homens maduros se submetiam aos jovens. O próprio Arthur Silveira da Motta, subordinando-se aos novos mandatários, depreciava seu papel no feito de Humaitá, que o tornara reconhecido como almirante Jaceguai.<sup>54</sup>

Esta inversão de hierarquias teria se iniciado timidamente com o comtismo, que preparara o terreno para a “cultura da anarquia”. Instalado com a participação de elementos insubordinados aos seus superiores, como Benjamin Constant e Floriano Peixoto, a república só poderia produzir “aberrações”. Originada do “Eslavagismo”, do “Militarismo”, do “Positivismo”, do “Jacobinismo” e do “Panianqueísmo”, a república não nasceu de sentimentos elevados e generosos “como os que nos deu a monarquia”.<sup>55</sup> Além de ser uma questão de forma, dada a tendência de estabilidade da monarquia, para Nabuco, no Brasil havia o agravante da maneira como a república fora instalada e se estruturava. Ele exagerou a influência positivista nas gestões republicanas e, embora tenha mencionado, não explicou porque muitos desses “sentimentos” deletérios surgiram no país ao final do Segundo Reinado. Neste sentido, Nabuco, como Eduardo Prado, lamentava mais do que a queda do trono: o novo regime teria inaugurado um padrão social que beneficiava os novos ricos e os jovens idealistas em detrimento das grandes cabeças pensantes e de refinado gosto estético do Império. Como afirmou, sem princípios espirituais e religiosos elevados, o resultado era a subversão dos valores e a inversão das hierarquias. No fundo, Nabuco evocava as antigas regras e valores suprimidos pela república.

---

<sup>52</sup> Id., *ibid.*, p. 13 e pp. 16-17.

<sup>53</sup> Id., *ibid.*, p. 18.

<sup>54</sup> Id., *ibid.*, p. 35.

Na defesa do *status quo ante*, os argumentos morais eram utilizados mesmo para tratar de aspectos políticos pontuais. Apesar do término da época do “Terror” e da “intervenção estrangeira em nossas guerras civis”, a república e a “sociedade modificada por ela” seriam sempre inferiores “à monarquia que tínhamos”: “muito menos satisfatório para o amor próprio nacional, menos expressivo de tudo que nossa nacionalidade tem de nobre, de generoso, de elevado”.<sup>56</sup> Como a “fase monárquica da civilização” estava longe do fim, nenhuma civilização americana, por mais promissora que fosse, poderia substituir a européia.<sup>57</sup>

*O dever dos monarquistas* foi pontuado por referências a autoridades católicas, como o Papa, e dogmas da Igreja, como a própria infalibilidade papal. Esse foi o texto, até então, mais explicitamente conservador de Nabuco. Há trechos muito claros: “Em uma sociedade como a nossa todos os elementos de seleção deveriam ser cuidadosamente conservados”.<sup>58</sup> Como combateu a ânsia reformista, ao elencar suas obras e livretos anteriores, Nabuco omitiu *O Povo e o Trono* e os opúsculos da *Série para o Povo: Propaganda Liberal*, até porque nestas linhas muito atacara Pedro II.

Como no texto sobressaiu muita melancolia e amargura, Nabuco justificou que não era um ressentido ou despeitado da república. Mas suas narrações caminhavam em sentido contrário, como ao citar os nomes dos assassinados na Revolução Federalista. Daí que “o dever dos monarquistas sinceros, mesmo quando a monarquia estivesse morta, seria morrer politicamente com ela”. Os adesistas não conseguiam voltar para a direção dos negócios públicos. Já a fidelidade aos seus princípios e valores do passado era a atitude mais altaneira, pois assim exercia-se uma influência “toda moral”.<sup>59</sup>

A linguagem e o tom admoestatório de Nabuco se casavam com o gênero de seu texto: reprimendas e advertências eram comuns em cartas abertas e suas refutações. Mas Nabuco vivia um momento litúrgico especial em sua vida particular: a finalização de sua reconversão religiosa à Igreja Católica, tendo voltado a cumprir os sacramentos.<sup>60</sup>

<sup>55</sup> Id., *ibid.*, pp. 18-21.

<sup>56</sup> Id., *ibid.*, pp. 21-22 e pp. 24-25.

<sup>57</sup> Id., *ibid.*, p. 32.

<sup>58</sup> Id., *ibid.*, p. 22.

<sup>59</sup> Id., *ibid.*, pp. 34-35.

<sup>60</sup> Id., *Minha Fé*, pp. 140-145.

Além disso, a ênfase nos dogmas católicos e nos valores morais, antes pouco presentes na retórica monarquista, conformou algumas produções textuais neste segundo momento de reação, com a entrada em cena de elementos extremamente tradicionais e conservadores. O tom religioso contribuiu para sua irmanação, sobretudo para o apoio dos monarquistas do Rio de Janeiro aos de São Paulo.

### **Arregimentação política e associações monarquistas**

Eduardo Prado foi o maior aglutinador de seguidores à causa restauradora em São Paulo. Desde que Prudente ascendera à presidência, ele se entusiasmou, alvitando a formação de uma comissão para entregar ao novo presidente uma representação a favor da organização de um partido monarquista.<sup>61</sup> Assim que retornou ao Brasil, tornou-se colaborador do *Comércio de S. Paulo*, jornal antiflorianista de César Ribeiro.<sup>62</sup>

Na coluna semanal “Opiniões”, Prado denunciou os abusos políticos e erros de gestão econômica num regime cuja essência era o “ateísmo vulgar” e cuja “Constituição exótica” fora copiada de uma “raça estranha”. Daí o jogo da bolsa para popularizar a república entre os especuladores e o aumento de despesas com o Exército para manter a fidelidade desta força armada. Conclamava a “nação brasileira”, habituada a mais de sessenta anos de liberdade e paz pública, a reagir aos crimes da república, regime que, como em toda a América do Sul, implicava no confisco de todas as liberdades. Uniu a sua temática de *Fastos* à lamentação de Nabuco: o republicanismo se fortaleceu devido às leis que atingiram a propriedade escrava.<sup>63</sup>

Prado teceu vários elogios às práticas políticas imperiais. Apesar de Pedro II fazer uso do Poder Moderador, o próprio sistema parlamentar dava ao chefe de Estado bem menos poderes do que dispunham os presidentes nesta “república

<sup>61</sup> Carta de Eduardo Prado a João Mendes, s/d., apud C. Motta Filho, *A vida de Eduardo Prado*, pp. xxiv-xxv.

<sup>62</sup> No período da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, quando ocorreu a suspensão de vários jornais, o *Comércio de S. Paulo* parou de circular em 24 de janeiro de 1894. M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 76-77. Os artigos de E. Prado no *Comércio de S. Paulo* foram reunidos, em edição póstuma de 1904, nos volumes II e III de *Coletâneas*.

autocrática”. Além disso, as intervenções do Pedro II eram feitas em sua maioria para atender aos desejos da opinião pública. A escolha dos presidentes do Conselho de Ministros obedecia a este critério.<sup>64</sup> A tônica religiosa servia como alento: o “renascimento religioso”, que já se via na Europa, irradiaria para o Brasil, onde seria atingida a república, que se identificou com o cientificismo, o materialismo e o positivismo.<sup>65</sup>

Assim como Afonso Celso Jr., que também passou a colaborar no *Comércio de S. Paulo*, Prado conclamou a união dos monarquistas, dos descontentes em geral e inclusive dos adesistas desiludidos. Esta foi uma inovação significativa no discurso monarquista, que até então excluía e atacava os adesistas, traidores ao regime deposto. Pelo alarde que provocaram, alguns artigos de Prado foram contestados por ilustres jornalistas do Rio de Janeiro, como Ferreira de Araújo, fundador e redator-chefe da *Gazeta de Notícias*. Em artigos publicados em vários jornais, como *Notícia* e *Estado de S. Paulo*, Ferreira de Araújo alertou aos demais republicanos para um perigo: os monarquistas traçariam, a seu modo, a história do Império. Ironicamente, Prado redarguiu que os monarquistas contariam com o testemunho do próprio Araújo: um dos maiores defensores do gabinete Ouro Preto e da centralização política sob o Império.<sup>66</sup>

Afonso Celso reuniu seus artigos de propaganda antirrepublicana no *Comércio de S. Paulo* em *Guerrilhas*, no qual também explicou sua conversão de republicano a monarquista após o 15 de Novembro. Ferreira de Araújo iniciou uma série de artigos, em 20 de setembro, contra a obra, que estaria conclamando os monarquistas para a derrubada do regime. Afonso Celso não teria autoridade para tanto, pois em seu discurso de estreia na Câmara, em 1882, dizia já considerar a monarquia condenada. Afonso Celso começou a redigir sua contra argumentação, mas só publicou os textos em fins de dezembro de 1895, em *Contraditas Monárquicas*. Na obra, reproduziu vários documentos sobre a politização dos monarquistas, com o fim de mostrar que este ativismo era feito ordeiramente, livre de qualquer ranço conspiratório.

<sup>63</sup> E. Prado, “Um paladino da república”, 2 de novembro de 1895; “A ruína financeira da república”, 14 de novembro de 1895, *Coletâneas*, vol. II, respectivamente, pp. 18-25 e pp. 37-48.

<sup>64</sup> Id., “Uma lição de Aristóteles”, 12 de dezembro de 1895, *ibid.*, pp. 101-114.

<sup>65</sup> Id., “A crítica republicana”, 21 de novembro de 1895, *ibid.*, pp. 49-69.

<sup>66</sup> Id., “O Banquete Monarquista”, 24 de outubro de 1895; “Um paladino da República”, 2 de novembro de 1895, *ibid.*, respectivamente, pp. 7-17 e pp. 18-25.

Os monarquistas se São Paulo se arregimentaram inicialmente por meio de eventos sociais, que uniam famílias tradicionais. Eduardo Prado, cosmopolita que vivia na fazenda do Brejão, se juntou a João Mendes de Almeida, provinciano que morava na capital paulista. Ambos tinham relações com antigos membros do Partido Conservador, do qual Mendes fora um dos líderes em São Paulo nas décadas de 1860 e 70. Suas famílias eram conhecidas pelo envolvimento na eliminação gradual da escravidão, tendo sido João Mendes um dos redatores da lei do Ventre Livre. Juntos, começaram a atrair jovens para a defesa da monarquia. Ainda em 1895, conseguiram formar de fato um movimento monarquista, dando vida a atividades propriamente restauradoras. Estrategicamente, deixaram de lado fatores que causavam desunião, como a questão dinástica. Liderando o incipiente movimento de São Paulo, Prado e Mendes conseguiram que os correligionários chegassem a um acordo, não unânime, para a estruturação partidária.

A ocasião para o anúncio da decisão não podia ser mais propícia: o banquete político de 15 de outubro, na Rotisserie Parisienne, em comemoração ao 20º aniversário de D. Pedro de Alcântara, príncipe do Grão-Pará, filho mais velho da princesa Isabel. No evento, organizado por Rafael Correia e Eduardo Prado, também seu financiador, reuniram-se representantes de tradicionais famílias paulistas: Prado, Queiroz e Paula Souza.<sup>67</sup> O governo não reagiu à iniciativa, apesar das “denúncias” feitas pela imprensa, ainda mais após a divulgação dos telegramas de agradecimento da princesa.

Com a contracampanha ao alinhamento monarquista feita por jornais republicanos, mormente jacobinos, alguns parlamentares também se opuseram à ousadia “sebastianista”. Em entrevista a *O Nacional*, o deputado Rangel Pestana, que colaborava com artigos para o jornal, assim qualificou o banquete: “incontestavelmente um acidente grave na vida da República, o qual denuncia em alto grau a aceleração do movimento de reação que vem de mais longe, mal compreendido por uns, pouco conhecido de outros e ignorado por muitos”. Como Prudente de Moraes permitira a fundação do partido monarquista: “os restauradores afrontam o otimismo do presidente da República, cuja política

---

<sup>67</sup> A. Celso, “São Paulo na frente”, *Contraditas Monárquicas*, pp. 87-92.

conciliadora e dúbia eles qualificam à paridade de morbidez esperançosa”.<sup>68</sup> Os monarquistas não deixaram por menos. Afonso Celso usou de sarcasmo: “Que o empreendimento de S. Paulo será fecundo em resultados profícuos, patenteia-o a repercussão profunda despertada por ele em todo o país. Os dominadores não puderam tragar esse banquete”.<sup>69</sup> Visando chamar atenção e atizar os republicanos, a 29 de novembro, outro banquete foi realizado, na Rotisserie Sportman.<sup>70</sup>

Propositalmente, no dia do sexto aniversário da proclamação da República, os monarquistas sentiram-se seguros para lançar o “Manifesto do Partido Monarquista de S. Paulo”.<sup>71</sup> O documento, sem autoria definida, buscou captar a simpatia dos republicanos, adesistas desiludidos e do “povo em geral”.<sup>72</sup> Foi marcante no texto o apelo religioso, com alguns aforismos batidos, como “Deus não falta a quem o invoca”.<sup>73</sup> A redação foi pontuada por julgamentos morais. A república, obra do positivismo, repudiou a Deus, de modo que “na ordem social começaram a brotar as sementes da anarquia”. A nação fora despreendida de suas tradições, ferida na sua fé, humilhada na sua dignidade. A eliminação da moral foi o principal obstáculo para a consolidação da república, que só visava a “satisfação dos apetites”, que “uma vez excitados, são insaciáveis”. Daí o “desenfreado jogo de títulos na bolsa” e a ameaça da bancarrota. Os seis anos republicanos, de comprometimento dos bons princípios, tiveram como fruto a perturbação e o desrespeito. Desde 15 de novembro, só se via “a anarquia nos espíritos, a miséria

<sup>68</sup> “Propaganda Monárquica. Uma opinião valiosa – Interview com um notável político”, *O Nacional*, 9 de novembro de 1895. Apud M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 96-97. No acervo consultado não consta esta edição de *O Nacional*.

<sup>69</sup> A. Celso, op. cit., p. 89.

<sup>70</sup> C. Motta Filho, op. cit., p. 203.

<sup>71</sup> Assinado pela “comissão provisória do Partido Monárquico Paulista”: João Mendes de Almeida, José Maria Corrêa de Sá e Benevides, Augusto de Souza Queiroz, Joaquim José Vieira de Carvalho, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, Bento Francisco de Paula Souza, Antônio Ferreira de Castilho, Francisco Antônio de Souza Queiroz, José Ferreira de Figueiredo, Barão de Pirapitingui, Antônio Leme da Fonseca, Eduardo Prado. Apud A. Celso, op. cit., pp. 92-98. Joaquim Carvalho (conservador), Augusto de Queiroz e Antônio Castilho (liberais) eram adesistas arrependidos. M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 101.

<sup>72</sup> Há divergência sobre a autoria do Manifesto. Eduardo Prado afirmou que o documento foi redigido por João Mendes de Almeida. “A crítica republicana”, *Comércio de S. Paulo*, 21 de novembro de 1895, *Coletâneas*, vol. 2, p. 47. Ferreira de Araújo também se referiu a João Mendes como o autor do “chocho” Manifesto. “O Manifesto Monarquista”, *Questões do dia, Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1895. Para Afonso Celso, o autor foi Eduardo Prado. *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, p. 101.

<sup>73</sup> Manifesto transcrito por A. Celso, *Contraditas Monárquicas*, pp. 92-98.

na população, a desorganização na família”. Até o presidente civil não cumpria suas promessas.

O manifesto visou atrair especialmente os republicanos desiludidos. Estes seriam os “republicanos honrados”, que “envergonhados e feridos de dolorosas decepções”, já começavam a dizer que esta não era a república de seus sonhos e anelos. Alguns republicanos até reclamavam do “desvirtuamento do ideal apregoado pela propaganda republicana”. Percebia-se o potencial legitimador da restauração vindo da parte dos indivíduos descontentes com a forma de governo que propagandearam e idealizaram.

No estilo Eduardo Prado em *Fastos*, o manifesto pregava a necessidade de fazer justiça ao Império, que fora “a paz e a seguridade de todos os direitos no interior, o respeito e o crédito no exterior”. Seu restabelecimento seria o “renascimento da ordem e da liberdade”. Nas propostas institucionais, os monarquistas foram pragmáticos: restabelecimento da Constituição de 1824 e demais leis do Império, bem como a execução de outras a serem deliberadas por uma assembleia constituinte, a fim de adaptar o país às novas circunstâncias. Foi proposital o silêncio sobre o futuro imperador ou imperatriz, ponto de atrito, sobretudo após o falecimento de Pedro II.

O governo Prudente não se moveu. Contudo, a imprensa o fez e não somente através das publicações regulares como também dos panfletos, principalmente anônimos e assinados por pseudônimos. Na capital paulista, foi publicado um panfleto em revide ao Manifesto, que seria “torpe, fanático, supersticioso, eivado de ficções e de vaticínios pueris”, pois era “o reflexo espelhado da Monarquia que o sugeriu!”. Astutamente, aos monarquistas cabiam as acusações que eles faziam aos jacobinos: “vós sois os desordeiros, os fermentos sociais dos males da República! Tendes medo de derramar o vosso sangue, mas assalariais mercenários para matar irmãos e para restaurar o trono”.<sup>74</sup> *O Nativista*, principal jornal jacobino de São Paulo, conclamou o contra-ataque à tamanha

---

<sup>74</sup> *O Contragolpe – Panfleto Republicano em Resposta ao Manifesto dos Monarquistas de São Paulo. Á Nação Brasileira*, São Paulo, novembro de 1895. Apud M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 102.



audácia da publicação do manifesto no dia do aniversário da república.<sup>75</sup> No Rio, sobressaiu o sarcasmo em relação à linguagem religiosa.<sup>76</sup>

Os monarquistas paulistas prosseguiram com a sua politização e formaram um diretório, presidido por João Mendes de Almeida e secretariado por Rafael Correia da Silva Sobrinho. Os membros estabeleceram as bases de atuação do partido na sua primeira reunião, realizada em 3 de dezembro, na casa de João Mendes.<sup>77</sup> O partido seria composto por 3 órgãos principais: um conselho consultivo, um diretório central e uma comissão de imprensa.<sup>78</sup>

Os líderes partidários enviaram uma circular aos monarquistas de outras cidades do interior de São Paulo, a 12 de dezembro, conclamando-os a apressar a mudança das “instituições sem raízes históricas no Brasil”. Embora objetassem a criação de embaraços a Prudente, os chefes advertiram que a orientação política do novo governo visava reabilitar a república aos olhos dos brasileiros e do mundo. Como inovação nas propostas monarquistas, além da restauração, seria preciso lutar pela punição dos assassinos e pela recompensa financeira aos dependentes dos mortos em revoltas contra a república. Daí o estímulo ao exercício da cidadania política: os monarquistas deveriam votar e se candidatar, preferencialmente pelas municipalidades, onde a espoliação republicana era menor. O partido e os futuros diretórios locais ajudariam nesse processo. Aconselharam também a propaganda pela imprensa, apesar dos anteriores empastelamentos. Quanto maior fosse a intervenção no direito de expressão, maior o escândalo, apressando a queda da república. Os dirigentes do partido se comprometeram a defender os direitos dos correligionários perseguidos através do jornal monarquista a ser criado na capital e, mesmo, nos tribunais.<sup>79</sup>

<sup>75</sup> “O Manifesto monarquista”, *O Nativista*, apud *O Nacional*, 28 de novembro de 1895.

<sup>76</sup> Aníbal Mascarenhas, “Os pobres de espírito”, *O Nacional*, 18 de novembro de 1895. Cf. no mesmo jornal: Aprígio Cesarino, “A Restauração”, 18 de novembro de 1895; Martius, “A Propaganda Monárquica”, 30 de novembro de 1895; Lindolfo Azevedo, “A Resistência”, 2 de dezembro 1895, e em *O Jacobino*, “Eles!”, edição de 15 e 16 de novembro de 1895.

<sup>77</sup> Ata da Reunião, São Paulo, 3 de dezembro de 1895, lavrada por: Manoel José Ferreira, Manoel Joaquim Pinto de Souza, Dinamérico Augusto Rego Rangel, Nicolau de Souza Queiroz. Apud A. Celso, *Contraditas Monárquicas*, pp. 113-118.

<sup>78</sup> O diretório central foi integrado por João Mendes de Almeida, Eduardo da Silva Prado, Francisco Antônio de Souza Queiroz, Conselheiro Bento Francisco de Paula Souza e Antônio Ferreira de Castilho.

<sup>79</sup> Circular [n. 1] do Partido Monarquista de S. Paulo. Assinada por: João Mendes de Almeida, Bento F. de Paula Souza, Francisco A. de Souza Queiroz, Antônio Ferreira de Castilho, Eduardo Prado e Rafael Correia da Silva Sobrinho. Apud A. Celso, *Contraditas Monárquicas*, pp. 99-112.

Com a iniciativa dos monarquistas de São Paulo, os do Rio se entusiasmaram e passaram por cima de antigos rancores. Foi na casa de Nabuco que João Alfredo e Ouro Preto fizeram as pazes, em ato que simbolizou a união dos antigos partidos do Império.

Os monarquistas do Rio logo se solidarizaram com os de São Paulo. Enviaram uma carta, a 2 de janeiro de 1896, em que referendaram as excelências da monarquia constitucional, sistema “que entre nós deu provas, durante sessenta e sete anos, da maior elasticidade e espírito progressista, acessível a todas as reformas ainda as mais adiantadas, sempre pronto à realização de todas as aspirações populares”.<sup>80</sup>

Os monarquistas do Rio também lançaram um manifesto, “À Nação Brasileira”, publicado no *Jornal do Comércio*, de 12 de janeiro de 1896. Embora assinado por conselheiros de Estado, sendo três ex-chefes de gabinete, ninguém assumiu a autoria do documento.<sup>81</sup> A república foi retratada como um “fato consumado, imposto pela força pública a um povo pacífico, inerme, já longamente desabitado de guerras civis e completamente surpreendido em sua incauta tranquilidade”. Intencionalmente, o discurso obliterava as revoltas e resistências espontâneas ocorridas em vários estados logo após o 15 de Novembro. Nenhuma palavra sobre o apoio à junção de refugiados da Armada com sublevados federalistas. Até mesmo as produções intelectuais foram obscurecidas. Ao contrário, com a supressão das liberdades públicas, os monarquistas teriam sido compelidos a esperar, como pacíficos e resignados observadores, pelo cumprimento das promessas da república, apesar de seu “vício original”. Essa interpretação dos fatos acentuava sua posição de vítimas. Por outro lado, os monarquistas contribuía para a versão republicana da inércia monarquista. Esta

---

<sup>80</sup> Carta reproduzida na matéria “Partido Monarquista”, *Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1896. Assinada por J. Alfredo Corrêa de Oliveira, V. de Ouro Preto, Domingos de Andrade Figueira, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Lafaiete Rodrigues Pereira, Afonso Celso. Ver também A. Celso, *Contraditas Monárquicas*, pp. 117-120.

<sup>81</sup> Assinaram o documento: João Alfredo Correa de Oliveira, Visconde de Ouro Preto, Domingos de Andrade Figueira, Lafaiete Rodrigues Pereira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo. A. Celso, *ibid.*, pp. 120-129. Segundo Carolina Nabuco, o pai se sentiu desprestigiado por não ter sido convidado a assinar o manifesto por ele redigido. Comentário em *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 269-270. Nenhum monarquista, inclusive Afonso Celso, que reproduziu o documento na íntegra, mencionou Nabuco como redator do manifesto. A. Celso observou que o Manifesto do Partido Monarquista de São Paulo foi assinado por nomes em sua maioria desconhecidos. *Contraditas Monárquicas*, p. 91. Já o do Rio foi propositalmente assinado por homens muito próximos do imperador. *O visconde de Ouro Preto...*, pp. 103-106.

lhes passou ser útil, pois servia para a apologia do Império. O povo, acostumado à paz doméstica, teria sido coagido a aceitar uma forma de governo imposta pela força da espada. A passividade brasileira herdada do Império, conjugada à coerção armada do novo regime, explicaria a resignação popular frente à república e o “silêncio” dos monarquistas, sempre tão pacíficos e ordeiros como a tradição que abraçavam.

O manifesto parafraseou alguns itens do documento dos monarquistas de São Paulo. No mesmo tom, após seis anos, até alguns republicanos registravam “decepções e desastres”. O resultado republicano era terrível: a liberdade de “opiniões e religiões transmutou-se em arrogante e ameaçador exclusivismo de grupos e seitas oficiais”; a fé católica, “remédio divino” capaz de “avigorar a alma nacional” sofria “a injúria, a pretexto de não termos mais religião de Estado”; os florianistas ainda recebiam avultadas comissões e pensões. A república convertera “a nação brasileira” “em triste unidade que nos aflige aos olhos e perante as bandeiras das nações cultas”.

Já que os monarquistas buscavam ampliar adeptos, o manifesto esposou demandas e queixas de vários estratos sociais. Na parte sobre a política financeira, houve um apelo aos pobres: a política emissionista encarecia a subsistência, além de negligenciar as obras públicas. O documento também visou captar a simpatia dos militares: a marinha teria sido mutilada e quase destruída, ao passo que os membros do Exército passaram a sofrer injustas preterições e arbitrarias reformas. Como visava agradar a muitos segmentos, o discurso apelou para valores morais de amplo espectro: “A seguridade em que descansávamos, a brandura de sentimentos, a benevolência característica dos brasileiros transforma-se em desordem permanente, em ódios ferozes e lutas fratricidas, com crueldades contra feridos e prisioneiros, e até com profanações de cadáveres.” Este último item era um repúdio às mutilações, após a morte, de sublevados federalistas, item comum nos escritos de Nabuco do segundo momento de reação.

No Rio, sede da antiga corte, havia expressivo número de notabilidades do Império. A cada nova ação dos monarquistas de São Paulo, num esforço de cooperação, mas também emulação, os do Rio se movimentavam. Não chegaram a organizar um partido, mas formaram um Diretório, liderado por ex-chefes de gabinete: visconde de Ouro Preto, João Alfredo e Lafaiete Pereira. Tanto em São

Paulo como no Rio, houve substancial investimento, inclusive financeiro, para a aquisição ou criação de jornais.

### **Imprensa monarquista**

A formação de uma imprensa explicitamente monarquista, embora de vida efêmera, foi a grande inovação do segundo momento de reação. O esforço foi enorme para eles e o impacto significativo entre os contemporâneos. Antes, os jornais timidamente monarquistas não sobreviviam, sequer por meses, devido à proibição oficial por decretos e à extraoficial pelos empastelamentos, perseguições e ameaças.

Neste momento de arregimentação, os monarquistas tencionavam reverberar suas ideias e propostas através do principal meio de comunicação da época. O jornal tinha caráter mais formativo que informativo, ao longo de todo o século XIX. No Brasil, como poucos jornais haviam iniciado a estrutura empresarial, muitos jornalistas se arrogavam a “missão” de educadores das “massas incautas” ou de “*fiat* da sociedade”, geralmente legitimada na cientificidade e no seu pertencimento ao “mundo letrado”, enquanto outros se destinavam ao papel de “voz do povo”.<sup>82</sup> Nenhum veículo era tão útil quanto um jornal para a captação de novos quadros, como pretendiam os monarquistas.

A primeira década republicana foi ainda muito marcada pela produção e divulgação panfletária. Esses escritos eram anunciados pelos jornais, que lhes conferiam publicidade, quando não eram aí também publicados. Particularmente os jornais se constituíram em instrumentos privilegiados para divulgação de ideias por grupos políticos.<sup>83</sup> Excetuando-se Joaquim Nabuco, os monarquistas eram pouco produtivos na atividade panfletária. Até então, publicavam, esparsa e isoladamente, manifestos e artigos, depois compilados em livros. Além da repercussão, a imprensa lhes traria o reconhecimento como grupo, desfazendo a visão de isolamento.

---

<sup>82</sup> A. da S. Muzzi, op.cit., pp. 18-22.

<sup>83</sup> A partir de 1820, com a revolta liberal no Porto e os debates sobre a permanência ou não de D. João no Brasil, os panfletos se firmaram como veículo de expressão de ideias e propostas individuais. Com a implementação da liberdade de imprensa, em 1821, os jornais apareceram representando também indivíduos isolados, mas principalmente grupos e facções. Embora

Os discursos político-jornalísticos eram manifestações expositivas, nas quais eram mobilizados variados procedimentos retóricos e oratórios, que possuíam interlocutores e, sobretudo, contestadores. Ao defender as suas propostas, os homens da imprensa objetivavam não apenas porfiar com as outras penas do ofício, mas, sobretudo, interferir nos debates políticos. Depois do parlamento, a imprensa era o *locus* privilegiado de debates de ideias e propostas. Num momento em que boa parte dos monarquistas, sobretudo a liderança paulista, se posicionou a favor do exercício de cidadania política, a imprensa própria lhes permitiria a publicidade de suas plataformas.

Por fim, a imprensa facilitaria aos monarquistas se dirigir e captar a atenção de um segmento promissor, no qual contavam poucos adeptos: a juventude. Os jovens eram elemento de força entre seus rivais, principalmente os jacobinos. Inicialmente, os monarquistas se voltaram aos mais próximos: familiares e parentes.

O esforço aglutinador da juventude foi estimulado e patrocinado pelos paulistas, principalmente Eduardo Prado e João Mendes, que convidavam a mocidade para suas reuniões. Afonso Celso, em textos condensados em *Guerrilhas e Contraditas Monárquicas*, advertira aos correligionários que, além das forças armadas, a república contava com outro amparo poderoso: a juventude.<sup>84</sup> Segundo a escrita pedagógica do panfleto “Aos Moços”, a abnegação de Pedro II, “o Magnânimo”, e da princesa Isabel, “a Redentora”, instilaria nos moços o apreço pelas tradições monárquicas. Com o “dom divino da mocidade”, os jovens poderiam entender e propagar as realizações do regime anterior. As novas gerações, se despidas de preconceitos e das más influências do meio, reparariam a ingratidão de que os Bragança haviam sido vítimas.<sup>85</sup>

Alguns jovens da Faculdade de Direito, em janeiro de 1896, criaram o Centro dos Estudantes Monarquistas de São Paulo, que passou a ter órgão próprio:

---

passando por leves alterações e adaptações, este padrão se manteve ao longo do século XIX. J. M. de Carvalho, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, *Topoi*, p. 139.

<sup>84</sup> Para Afonso Celso, sob a república os jovens eram incumbidos, e aceitavam, as piores tarefas: deposições de governadores, destruição de tipografias, prisões em massa, exílios, “palmatoadas” e fuzilamentos. A. Celso, *Contraditas monárquicas*, p. 33.

<sup>85</sup> A. Celso, “Aos Moços”, apud *ibid.*, pp. 130-138. Em contrapropaganda, Aníbal Mascarenhas, um dos líderes jacobinos no Rio de Janeiro, publicou um editorial de página inteira destinado à juventude. “Aos Moços”, *O Nacional*, 14 de dezembro de 1895.

o jornal *Autoridade*.<sup>86</sup> O próprio título ilustrava o discurso moralizante dos monarquistas: como os representantes políticos não garantiam a liberdade e descuidavam da coisa pública, o povo não respeitava mais a autoridade alguma; daí a anarquia reinante. Estes rapazes estavam bastante influenciados pela vociferação dos membros do Partido Monarquista de São Paulo, até porque alguns eram parentes dos principais redatores da nova folha, como Angelo Mendes e Vicente de Souza Queiroz. Os jovens fizeram do jornal um espaço de homenagem às vítimas da repressão florianista. Também combatiam o governo Prudente, pelas concessões feitas aos jacobinos.<sup>87</sup> Como os demais monarquistas, sofriam ameaças e chegaram a ser atacados por republicanos, num confronto em que foram feridos Luís e José, irmãos de Angelo Mendes.<sup>88</sup>

Com as realizações em São Paulo, no Rio também houve iniciativas, embora da parte de homens maduros, conhecidos no panorama político. O *Rio de Janeiro*, jornal explicitamente monarquista, foi fundado por Cavalcanti Melo, advogado que, como defendera os treze generais que haviam intimado Floriano a realizar eleições, havia sido demitido do cargo de promotor público. O *Município*, embora não declaradamente monarquista, foi criado pelo padre João Manuel, deputado que fizera profissão de fé republicana na Câmara imperial e um dos primeiros desiludidos com o novo regime. Da pena de João Manuel saíam duras avaliações da república:

o regime das dissipações, dos crimes, dos atentados, da desordem, da tirania, do assassinato, da violação de todas as leis, da postergação de todos os princípios, da perversão de todos os sentimentos, da degradação de caracteres, da privação de todos os direitos, da espoliação de todas as liberdades, da depravação das consciências, de um verdadeiro horror que impressiona todos os espíritos e apavora todas as imaginações.<sup>89</sup>

O *Apóstolo*, em circulação desde 1866, teve tênue entusiasmo. Sobrevivera aos governos militares porque, além de mudar o nome para *Estrela* durante o

<sup>86</sup> “Autoridade”, *O Nacional*, 1 de fevereiro de 1896. Meses depois, estudantes republicanos da mesma faculdade criaram, em revide, o jornal *República: órgão da Faculdade de Direito*. “República de estudantes”, *Liberdade*, 20 de junho de 1896.

<sup>87</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 108-110.

<sup>88</sup> O ataque foi descrito na matéria “Agressão e ferimentos em S. Paulo”, *Liberdade*, 24 de maio de 1896.

<sup>89</sup> Padre João Manuel, “Restauração”, *O Município*, 8 de fevereiro de 1896, apud M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 112.

governo Floriano, pouco pretendia ir além da liberdade clerical. Fazia eco a algumas demandas monarquistas, mas o regresso monárquico deveria garantir a autonomia da Igreja, sem o regalismo. Mais do que um jornal monarquista, *O Apóstolo*, além de representar a elite eclesiástica da capital federal, era antimilitarista.

Enquanto isso, os monarquistas de São Paulo efetuavam várias diligências para fortalecer o movimento que incensaram. Eduardo Prado comprou o *Comércio de S. Paulo*, para que se tornasse órgão do Partido Monarquista.

Prado destinou a seção “Notas Políticas” a Nabuco, ao qual também ofereceu a direção, um ordenado de 18 contos e parte dos lucros. Quando Nabuco aceitou, Prado declinou da oferta, alegando que o clima de acirrado republicanism o deixava temeroso de um ataque ao jornal e ao amigo.<sup>90</sup> Na realidade, Prado, não cedeu às exigências de Nabuco, que lhe explicou só haver três modos de fazer um jornal monarquista naquele momento: como centro de agitação, explicitamente restaurador; como instrumento de demolição da república; ou um jornal monárquico que semeasse primeiro a tolerância. Era neste último tipo de jornal que Nabuco queria transformar o *Comércio de S. Paulo*, pois só quando a propaganda monarquista tivesse penetrado nos quartéis e nas escolas é que começaria a agitação. Nabuco, que desejava ser “o capitão do navio em alto mar”, ainda exigiu que o jornal não sofresse “a censura de nenhum grupo ou diretório enquanto durasse o meu contrato”.<sup>91</sup> Este tipo de disputa por voz e autoridade da palavra é relativamente comum nos bastidores dos grupos políticos. O problema é que Nabuco não pertencia à cúpula monarquista de São Paulo, à qual Prado deveria ter oferecido a direção do jornal. Além disso, Nabuco, que nunca arcou com financiamento para a arregimentação monarquista, queria dar as cartas e se livrar de qualquer ingerência num movimento que se pretendia nacional. Prado, que não cedia sequer a João Mendes as diretrizes do jornal, manteve Nabuco como colunista e chamou Afonso Arinos para a direção.

<sup>90</sup> J. Nabuco, *Diários*, 19, 21 e 23 de janeiro de 1896, p. 367. O *Comércio de S. Paulo* inicialmente teve uma vida turbulenta, com as constantes ameaças de empastelamento que levaram Prado a se dirigir diretamente ao presidente do estado. Carta de Eduardo Prado a Bernardino de Campos, 14 de janeiro de 1896, apud C. Motta Filho, op. cit., pp. 246-247. Tais ameaças, no entanto, jamais se concretizaram em ataque real até fins de 1896. O *Comércio de S. Paulo* circulou até mais livremente do que o *Autoridade*.

No *Comércio de S. Paulo*, Prado manteve, e até aprofundou, a tônica religiosa e moralista dos monarquistas de São Paulo contra um regime cuja essência era o “ateísmo vulgar”. Todavia, embora o jornal a princípio fosse órgão do Partido Monarquista de São Paulo, Prado o transformou em veículo de expressão de suas ideias. Por isso, cada vez mais destinou atenção a tópicos que particularmente lhe interessavam, como as resoluções governamentais referentes à lavoura cafeeira. Desde 1895, quando ainda não havia comprado o jornal, Prado atacava propostas, como o projeto de monopólio do café do deputado Érico Coelho, que incidiriam diretamente sobre os cafeicultores: com uma despesa ordinária anual de 300 mil contos, a república precisava extrair dinheiro de quem o possuía, “a classe dos lavradores, única classe rica”.<sup>92</sup>

Como proprietário do jornal, Prado intensificou o ataque a empreendimentos políticos, como as propagandas do café feitas na Europa ocidental, na China e na Rússia, que só causavam despesas aos cofres públicos, pois não atingiam a raiz do problema: os altos custos de produção e transporte do café no Brasil.<sup>93</sup> Prado sintetizou suas propostas em três pontos: melhoria e moralização do serviço de imigração, pois o governo federal pagava às companhias de vapor um preço muito superior à passagem de terceira classe para imigrantes, fracos e doentes, impróprios para o trabalho agrícola; redução das tarifas das estradas de ferro; por fim, diminuição do imposto de exportação, na época 11%, que enchia os cofres do estado de São Paulo, com menos de 2 milhões de habitantes. Com a diminuição de custos, o preço de café baixaria, o que amenizaria a superprodução, problema que o governo tentava solucionar com comissões onerosas, sobretudo na Europa. Numa época de “relaxamento das peias morais”, em que homens de diversas camadas socioeconômicas entregavam-se à “tirania do vício” – do café, do álcool e do tabaco – o alto custo e as bruscas oscilações cambiais obstavam a

---

<sup>91</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Eduardo Prado, Rio, 30 de janeiro de 1896, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 263-265.

<sup>92</sup> E. Prado, “Coisas Republicanas”, 8 de novembro de 1895; “A Ruína Financeira da República”, 14 de novembro de 1895, *Comércio de S. Paulo*, in: *Coletâneas*, vol. II, respectivamente, pp. 26-36 e pp. 37-48.

<sup>93</sup> Pouco depois que Eduardo Prado comprou o *Comércio de S. Paulo*, Ferreira de Araújo lançou o vaticínio: Prado não faria do *Comércio* um jornal propriamente restaurador; até faria “um pouco de propaganda, mas sem deitar a perder o negócio”. “Os monarquistas”, *Questões do dia*, *Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1896.



competitividade do café. As intervenções governamentais, até então paliativas, deveriam garantir o preço mais baixo do produto nos mercados consumidores.<sup>94</sup>

Por outro lado, Prado reiterou seu retrato elogioso do Império esboçado em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Até nos artigos fúnebres de políticos republicanos, ele fazia o panegírico do Império.<sup>95</sup> No fundo, repetiu sua velha argumentação, a monarquia como a era de ouro do Brasil, e combateu de frente a “política anticristã e antimoral dos militarismos sanguinários e dos jacobinismos proscritores” que ainda estariam assolando o país, pois Prudente era facilmente influenciável, sobretudo por Francisco Glicério, representante dos jacobinos. O “espírito bárbaro” ainda estaria dominando o novo regime.<sup>96</sup> Prado defendeu os monarquistas de várias acusações, sobretudo a de serem conspiradores, uma infâmia já que eram os elementos mais civilizados do país.<sup>97</sup>

Foi na esteira do ativismo dos paulistas que os monarquistas do Rio resolveram criar um jornal próprio: *Liberdade*, em homenagem ao que viam como principal característica do Império do Brasil. A ideia de convidar Carlos de Laet para redator-chefe causou desconforto, por causa das polêmicas que ele havia travado com vários correligionários. Os líderes do Diretório Monarquista decidiram, então, pela divisão da chefia de redação, com Nabuco. Era evidente que, assim como o Diretório, o jornal seria comandado pelos figurões do Império. Por isso, Nabuco recusou o convite, “puramente atencioso”.<sup>98</sup> Como explicou a Ferreira de Araújo, voltara à posição de “isolamento”, pelas mesmas “causas que concorreram para isso no Império”.<sup>99</sup> Nabuco continuava recalitrante em se dobrar a liames partidários. Também não aceitava a liderança de Andrade Figueira, seu antigo rival na Câmara e no plano pessoal, pelos ataques que este

<sup>94</sup> Cf. as seguintes matérias de E. Prado, no *Comércio de S. Paulo*, reproduzidas em *Coletâneas*, vol. II, “A Questão do Café”, 8 de abril de 1896, pp. 145-160; “A Baixa do Café”, 30 de maio de 1896, pp. 235-246; “A República e o Café”, 20 de setembro de 1896, pp. 322-328; “A Aflição da Lavoura”, 30 de setembro de 1896, pp. 329-337.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, “Américo Brasiliense”, 27 de março de 1896, pp. 136-144; “Moreira de Barros”, 11 de julho de 1896, pp. 282-288.

<sup>96</sup> Id., *ibid.*, “Amapá”, 14 de março de 1896, pp. 117-125; “A Aliança Anglo-Americana”, 10 de abril de 1896, pp. 161-174; “Economias”, 28 de maio de 1896, pp. 224-234; “Agouros e Presságios”, 10 de julho de 1896, pp. 274-281.

<sup>97</sup> Id., *ibid.*, “Respondemos”, 24 de março de março de 1896, pp. 126-130.

<sup>98</sup> Carta de Joaquim Nabuco aos “Ilmos. Exmos. Srs. Visconde de Ouro Preto e Conselheiro Domingos de Andrade Figueira”, Rio, 19 de março de 1896, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, p. 270.

<sup>99</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Ferreira de Araújo, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1896, *ibid.*, p. 271.

fizera à honestidade de seu pai. Como Nabuco explicou a Laet, ele via Figueira como uma “potência” tal qual Ouro Preto, com prestígio suficiente para influir no jornal.<sup>100</sup> Em carta a Eduardo Prado, Nabuco disse que, após a ruptura com os chefes do Rio, se conformaria em ser só um “monarquista platônico”.<sup>101</sup>

Tamanhas foram as desinteligências que a chefia de redação do *Liberdade* foi entregue a Cândido de Oliveira. Embora muito próximo de Ouro Preto, de cujo gabinete fora ministro da Justiça, Cândido se mantinha neutro às brigas. Além de Carlos Laet, o *Liberdade* contou os seguintes colunistas: general Ernesto Augusto da Cunha Matos, um dos ícones da *questão militar*, conselheiro José Basson de Miranda Góis e Luiz Bazamat, também gerente, depois substituído pelo coronel Gentil de Castro, amigo de Ouro Preto. Afonso Celso foi um dos colaboradores.<sup>102</sup> Ouro Preto se responsabilizou pela montagem das oficinas, secundado por Gentil de Castro.<sup>103</sup> O restante dos custos foi assumido, entre outros, por José Vieira, conde do Pinhal e Couto de Magalhães.<sup>104</sup> O jornal sempre pertenceu a alguma empresa, inicialmente a Barreto & Cia., criada especificamente para administrar o jornal e dirigida pelo conselheiro Francisco do Rego Barros Barreto.

O primeiro número do *Liberdade* saiu a 4 de maio de 1896. Em grande formato, tentava ser mais do que um jornal político, dispondo de seções típicas dos grandes jornais, como um alentado serviço telegráfico e um resumo crítico dos jornais da véspera. O manifesto de janeiro foi transcrito e apresentado como receituário político. Como as demais publicações do segundo momento de reação, o *Liberdade* silenciou sobre as resistências do primeiro momento. Finalmente, os “proscritos de 1889” começariam a tentar intervir na vida nacional pelo “exercício do direito de imprensa”. “As “vozes dos vencidos” vinham “colaborar na obra de regeneração desta terra, que não pertence exclusivamente a partido nenhum”. “Fora do torvelinho do poder”, os monarquistas teriam aquilatado com precisão “as profundezas do mal social”. Os “einentes homens de Estado” do Império

<sup>100</sup> J. Nabuco, *Diários*, 20 de março de 1896, p. 369.

<sup>101</sup> Apud C. Motta Filho, op. cit., p. 67.

<sup>102</sup> A. Celso, “Partido Monarquista”, *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, p. 103.

<sup>103</sup> Id., *O assassinato do coronel Gentil de Castro* (Subsídios para a história do regime republicano no Brasil). Este livreto, publicado em Paris em 1897, foi reproduzido em *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, pp. 163-258. A informação acima foi extraída das páginas 241 e 247.

<sup>104</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 117.

teriam começado enfim a reclamar coparticipação na tarefa de “engrandecimento pátrio”.<sup>105</sup>

O jornal caracterizou-se pelo tom moralista, opondo-se a projetos parlamentares polêmicos, como o divórcio e o aborto.<sup>106</sup> Não faltavam referências aos dogmas católicos e passagens bíblicas, especialmente da vida de Jesus, por vezes misturados com remissões históricas, em especial Roma e Grécia clássicas. Tais artifícios narrativos eram empregados com o sentido de convencer o leitor que a melhor e mais preparada parte da nação continuava excluída das funções públicas. O diário dava publicidade a obras de ilustres monarquistas, como *A retirada de Laguna*, do visconde de Taunay, mas também de desconhecidos, como *O Sr. D. Pedro II*, de Sílvio Túlio.<sup>107</sup> Missas, cantatas e demais ritos católicos eram anunciados, e depois narrados, na coluna “Festividade Religiosa”. Cortesãos e seus atos, como figuras e feitos enaltecidos do regime deposto, eram ocasionalmente rememorados.<sup>108</sup>

Na “Seção Militar” eram desmentidos rumores que envolviam monarquistas e militares, principalmente sobre as supostas tentativas de suborno.<sup>109</sup> Também

<sup>105</sup> No acervo consultado não constam as duas primeiras edições, de 4 e 5 de maio de 1896, do *Liberdade*. Os trechos citados acima, do artigo-programa, foram extraídos das matérias do *Jornal do Comércio*, do *Jornal do Brasil* e da *Cidade do Rio* transcritas na edição de 6 de maio do *Liberdade*; de *O Apóstolo* e de *Dom Quixote*, transcritas na edição de 7 de maio, e de *O Farol*, de Juiz de Fora, reproduzida na edição de 11 de maio. Na coluna “Perante a imprensa” eram transcritos os artigos de outras folhas a respeito do jornal e na coluna “Perante a opinião”, as cartas de correligionários de várias cidades e estados.

<sup>106</sup> “O aborto”, editorial, *Liberdade*, 20 de setembro de 1896.

<sup>107</sup> “A retirada da Laguna”, *Liberdade*, 7 de maio de 1896; “O Sr. D. Pedro II”, *ibid.*, 17 de maio de 1896. Até então obscuro, Sílvio Túlio foi louvado por sua refutação a uma biografia de Pedro II feita por Cristiano Benedito Otoni para um concurso promovido pelo IHGB. Como a obra do ex-conselheiro caluniava o biografado, seu texto foi rejeitado unanimemente. Então, Otoni a publicou pelo *Jornal do Comércio*, veículo no qual começou a sofrer as contestações de Túlio, que compilou seus artigos compondo uma biografia totalmente inversa à do antigo político do Império.

<sup>108</sup> “Viscondessa da Fonseca Costa”, *ibid.*, 10 de junho de 1896; “Barão do Jambeiro”, 20 de junho de 1896; “Riachuelo”, *ibid.*, 11 de junho de 1896; “Visconde de Lima Duarte”, 5 de dezembro de 1896.

<sup>109</sup> Com a aglutinação dos monarquistas, em inícios de 1896 começaram a circular boatos de que os seus partidários estariam agindo também por meios escusos. *O País* denunciou supostas tentativas de suborno feitas por conspiradores a militares. Na noite de 21 de março os sócios do Clube Militar se reuniram e aprovaram uma moção, por meio da qual advertiram aos “camaradas” que “grupos facciosos” pretendiam “subverter as instituições republicanas” para mudar a forma de governo. Parte da imprensa da capital ajudou a insuflar os ânimos, de militares e civis. A *Gazeta de Notícias* chegou a criar uma coluna, Pela república, para transcrever as cartas de queixa, quer da ingerência militar, quer da política frouxa de Prudente, quer da ousadia sebastianista. O ministro do Interior enviou um telegrama aos governadores, dizendo que o movimento restaurador não tinha tanta importância assim e a república estava firme até porque contava com o apoio das classes armadas. A. da S. Muzzi, *op. cit.*, pp. 101-102.

foram travados debates com publicações militaristas, como o *Brasil Militar*, e analisados os efeitos da desorganização completa nas forças armadas, dadas as ações por motivos políticos, como reformas compulsórias e promoções. Eram empregados muitos dados quantitativos – em gráficos, tabelas e equações – nas contestações às informações sobre as corporações militares estampados nos “jornais governistas”, como *O País*.

Na coluna “Noticiário” eram acompanhadas as discussões no Congresso, com descrição e alarde de fatos corriqueiros, como as faltas ao serviço de elementos do alto escalão e a suspensão de sessões por falta de quórum. As informações sobre o Judiciário eram dadas, com pinceladas críticas, nas “Notícias Forenses”.

Ganhavam destaque nos editoriais as irresoluções do chefe do Executivo: Prudente de Moraes seria túbio diante dos militaristas e potências estrangeiras, além de apático frente aos ministros. Vários redatores do *Liberdade* se julgavam no dever de dar um alerta: como a presidência civil tinha aparência distinta dos governos militares, dando a impressão de que repararia os danos causados pela grei jacobina, começava a conquistar apoio entre as classes conservadoras. Por isso, documentos oficiais, como mensagens do presidente ao Congresso, eram transcritos e sempre acompanhados de alguma nota crítica. Como Cândido de Oliveira fora ministro de Ouro Preto, vários editoriais contrastavam a política econômica dos últimos meses do Império com a republicana, que levava às constantes quedas do câmbio dado o esgotamento de reservas metálicas. Na coluna “Cortes e Recortes” eram tratados assuntos políticos gerais, de várias instâncias governamentais, com ênfase em seus personagens, como Campos Sales, governador do estado do São Paulo e Francisco Glicério, líder do PRF, os grandes estadistas da presidência civil.

O eixo comum dos textos do *Liberdade*, principalmente nos artigos de fundo e nas colunas fixas, era a crítica às administrações republicanas. No combate à prática federalista no Brasil, com excesso de intervenções do centro, embora menos incisivas e recorrentes do que nas gestões militares, o jornal aprofundou uma observação de Nabuco em seus primeiros opúsculos sob a república. Cândido de Oliveira ainda aproveitava para argumentar sobre o acerto do gabinete Ouro Preto em rejeitar a federação: o Brasil não estava preparado para reformas

substanciais, diferente dos Estados Unidos que já dispunham de uma vida local independente.<sup>110</sup>

Adotando um procedimento padrão na imprensa política, o *Liberdade* reiterava o discurso de outros jornais monarquistas e antimilitaristas, em especial o *Autoridade*.<sup>111</sup> Com entusiasmo, foi noticiada a criação e reproduzido o artigo-programa de *O Império*, jornal também monarquista, que o secundou na capital federal.<sup>112</sup> Eram transcritos artigos de Eduardo Prado no *Comércio de S. Paulo*, inclusive trechos de seu livro inédito, e nunca publicado, *Minhas confissões*.<sup>113</sup> Ainda assim, a respeito dos correligionários paulistas, era pouco disfarçada a preferência pela liderança de João Mendes de Almeida, “o venerável chefe do Partido Monarquista de São Paulo”.<sup>114</sup>

Para desacreditar as novas instituições, eram narrados casos de desilusão com o novo regime, como o do “profeta da república” que afrontara o gabinete Ouro Preto, o padre João Manuel, que teve alguns de seus artigos transcritos.<sup>115</sup> Nos editoriais, como lhe competiam, eram travados embates com outros jornalistas, republicanos claro, como Lúcio Pestana, Lobo Cordeiro, Evaristo de Moraes e, especialmente, José do Patrocínio.

Refletindo a busca de ampla adesão, os redatores do *Liberdade* falavam em nome de todos os desiludidos com a república, “que também têm sido ludibriados pelos espertalhões da situação”.<sup>116</sup> Ocasionalmente, alguns artigos eram dedicados ao “povo”, “a grande e generosa vítima dessa catástrofe que arrastou o país ao descrédito e à ruína”.<sup>117</sup> Em outros, falava-se em nome do povo, cuja consciência havia sido entorpecida pela “bestialização”.<sup>118</sup> Entre os “pobres”, o jornal destacava operário e o camponês, que viviam em situação bem diversa aos “homens do levante”, “corifeus da situação”, “novos dominadores”, enfim, os “potentados do regime”. Na seção “Saúde Pública” o problema mais abordado foi

<sup>110</sup> “O direito de intervir”, *Liberdade*, 19 de junho de 1896.

<sup>111</sup> “Autoridade”, *ibid.*, 17 de junho de 1896.

<sup>112</sup> “O Império”, *ibid.*, 21 de junho de 1896.

<sup>113</sup> E. Prado, “A ilusão americana”, *ibid.*, 11 de maio de 1896; *id.*, “O perigo amazônico”, *ibid.*, 28 de maio de 1896, publicada no *Comércio de S. Paulo*, de 27 de maio de 1896.

<sup>114</sup> “João Mendes de Almeida”, *Liberdade*, 23 de maio de 1896.

<sup>115</sup> Seção republicana, *ibid.*, 4 de junho de 1896; “1889-1896”, *ibid.*, 5 de junho de 1896.

<sup>116</sup> Ed. Marx, Cortes e Recortes, *ibid.*, 8 de junho de 1896.

<sup>117</sup> Spartacus, Um punhado de verdades, 12 de junho de 1896.

<sup>118</sup> A Esmo, 31 de dezembro de 1896.

a epidemia de febre amarela, que matava sobretudo a população do campo, tal como Prado alertava no *Comércio de S. Paulo*.<sup>119</sup>

O *Liberdade* reavivou antigas cobranças monarquistas, como o plebiscito sobre a forma de governo: a monarquia ganharia facilmente, após tantos desrespeitos à liberdade, aos bons costumes, aos santos princípios, à crença católica e à própria Constituição republicana.<sup>120</sup> Advertências do primeiro momento da reação foram reanimadas. Como Prado alertara em *Fastos* e, recentemente, no *Comércio de S. Paulo*, o Brasil sucumbiria às duas potências sul-americanas: a Argentina e o Chile.<sup>121</sup>

Ao estilo inaugurado por Nabuco na obra *A intervenção estrangeira durante a revolta*, o jornal mantinha viva a lembrança das vítimas das degolas e pelotões de fuzilamento; afinal, era preciso ecoar “lugubrememente, no coração de todos os brasileiros, os gemidos de agonia dos trucidados de Magé, Santa Cruz, Boqueirão e Paraná”.<sup>122</sup> Este quadro seria totalmente oposto ao tempo do progresso material, grandeza, respeito à liberdade individual e tranquilidade do lar que foi a monarquia – a “verdadeira república”.<sup>123</sup> De modo similar a Nabuco em *Balmaceda*, defendia-se que o governo de uma minoria capacitada e experiente era a garantia da liberdade, condição primeira da real, e não demagógica, direção responsável da coisa pública.<sup>124</sup> O governo que prezava pelo bem comum não era necessariamente feito *pelo* povo – até porque o exercício do poder por indivíduos mal preparados causava anarquia – mas sim *para* o povo.<sup>125</sup>

<sup>119</sup> E. Prado, “A Epidemia”, *Comércio de S. Paulo*, 19 de abril de 1896.

<sup>120</sup> “Clamando”, editorial, *ibid.*, 6 de maio de 1896.

<sup>121</sup> E. Prado, “O perigo argentino”, *Comércio de S. Paulo*, 12 de abril de 1896 e *Liberdade*, 6 de maio de 1896. Cortes e Recortes, *Liberdade*, 2 de julho de 1896.

<sup>122</sup> “Fraqueza e Capitulação”, editorial, *Liberdade*, 8 de junho de 1896.

<sup>123</sup> “Pró-restauração”, *ibid.*, 8 de junho de 1896. Ver também “Democracia?”, *Tristes e alegres*, *ibid.*, 22 de junho de 1896.

<sup>124</sup> A interpretação da monarquia brasileira como uma república não era novidade entre os contemporâneos. O próprio Joaquim Nabuco anotara nos diários, e transcrevera em *Minha formação*, como algumas autoridades norte-americanas, quando da visita de Pedro II aos EUA no início da década de 1870, se refeririam à monarquia brasileira como a melhor das repúblicas. J. Nabuco, *Diários*, 22 de fevereiro de 1877, p. 105 e *Minha formação*, p. 95. Com a queda do Império, latino-americanos, como Rosas Paúl, presidente da Venezuela, lamentaram o fim da única república da América. J. M. de Carvalho cita esta e outras menções no mesmo sentido em artigo de ampla divulgação, “Imperador republicano”, *Revista de História*. A novidade de Nabuco em assimilar o Império à democracia e de Prado em assimilá-lo à república está no fato de que ambos não evocavam apenas, ou principalmente, a liberdade civil e o respeito às leis, mas sua conformação aristocrática.

<sup>125</sup> A aproximação da monarquia brasileira com a república, levando em conta o sentido original de *res publica*, não era descabida. Foi o pensamento político moderno que opôs república à

Os louvores à família imperial eram constantes no *Liberdade*, tomando lugar de destaque nas edições festivas e lutuosas.<sup>126</sup> Uma nova “data imorredoura” foi comemorada: o 7 de junho, dia do início do gabinete Ouro Preto, “o estadista capaz de todos os sacrifícios a bem do progresso do Brasil e da felicidade nacional”.<sup>127</sup>

O *Liberdade* tinha uma marca particular: o profuso uso de dados quantitativos. Considerava-se “nada mais eloquente do que o confronto das cifras e algarismos”.<sup>128</sup> Todavia, a maior qualidade era também um defeito: alguns textos eram muito herméticos para fins de propaganda política. No pormenorizado combate à política econômica da república, eram desenvolvidas análises sobre assuntos específicos, como os impostos de importação, dívida externa, custo quilométrico das estradas de ferro e o empréstimo com os Rothschild.<sup>129</sup> Os dados dos relatórios ministeriais, sobretudo da Fazenda, eram as principais fontes usadas para esmiuçar e, causticar, tópicos administrativos, como o orçamento.<sup>130</sup> Também não faltaram números sobre as finanças do Império. Chegou-se a fazer o

---

monarquia. Em Cícero, que definiu pela primeira vez o significado de *res publica*, a república não se contrapunha à monarquia, mas aos governos injustos que Agostinho depois denominou de *magna latrocinia*. Bodin empregava *république* para designar monarquia e aristocracia, desde que possuidoras de um *droit gouvernement*, contrapondo-as aos regimes baseados na violência ou na anarquia. Em Kant, o que dá forma à república é a “constituição”, o direito público sistematizado em leis comuns. Só com a tipologia moderna das formas de governo, a república passou a ser contraposta à monarquia. Mesmo assim, Montesquieu previa variações na república (aristocrática e democrática). Foi com a experiência norte-americana que o significado de república mudou realmente: Hamilton e Adams definiam os Estados e a federação como repúblicas, porque não existia a instituição monárquica, mas sobretudo porque a sua democracia seria de fato representativa, em razão dos sistemas de contrapeso nas diversas instâncias governamentais. Daí deriva, em parte, a noção de que os EUA teriam inaugurado a “época da revolução democrática”. N. Matteucci, “República”, in: N. Bobbio, N. Matteucci, G. Pasquino, *Dicionário de Política*, vol. 2, pp. 1107-1109. Vimos – parte I, capítulo 3 – que a propaganda republicana no Brasil alcançou sucesso não pela oposição à monarquia em si, mas pela assimilação estabelecida entre *república*, *federação* e *democracia*, sendo os dois últimos princípios antigos itens de discursos e programas de facções liberais.

<sup>126</sup> “Salve Treze de Maio”, *Liberdade*, 13 de maio de 1896; “A Imperatriz [D. Teresa Cristina]”, *ibid.*, 29 de dezembro de 1896; “2 de dezembro de 1895 – 5 de dezembro de 1891”, 5 de dezembro de 1896; “S. M. a Imperatriz”, 30 de dezembro de 1896; “Salve”, 15 de outubro de 1896.

<sup>127</sup> Ed. Max, Cortes e Recortes, *ibid.*, 7 de junho de 1896. Ver também, na mesma edição, “Sete de junho”, *Noticiário*.

<sup>128</sup> “O futuro orçamento”, editorial, *ibid.*, 20 de junho de 1896.

<sup>129</sup> “De quem a culpa?”, *ibid.*, 3 de junho de 1896.

<sup>130</sup> “As projetadas economias”, *ibid.*, 16 de maio de 1896; “As economias da república”, *ibid.*, 29 de dezembro de 1896.

“inventário” dos bens deixados pelo regime deposto e contraposições com os custos de gestão de órgãos públicos sob a república.<sup>131</sup>

Com o tempo, os algarismos passaram ao primeiro plano, em algumas edições. O jornal passou a apresentar, na nova coluna, “Confronto”, tabelas comparativas com cifras do Império e da república em relação a vários aspectos, como taxa cambial e preço de gêneros de primeira necessidade. Com a criação da seção “Comércio”, o jornal passou a dispor dados atualizados sobre minúsculos aspectos econômicos – como taxas bancárias, variações das debêntures, cotações do café e movimentos de cargas nos portos, inclusive estrangeiros – que acentuavam o caráter econômico do jornal, em detrimento da propaganda política. Tal mudança de perfil jornalístico se deveu, em parte, à mudança de empresa proprietária e administradora.<sup>132</sup>

Nos numerosos artigos sobre política econômica, ao abordar os prejuízos acumulados pelos exportadores, o *Liberdade* reforçou, e fundamentou, as reclamações de Prado, no *Comércio de S. Paulo*, sobre a necessidade de incentivo aos agricultores. A república sugava a classe proprietária: a queda na cotação da arroba de café, de 24 a 16 mil réis, ameaçava os lucros do principal produto da pauta exportadora.<sup>133</sup> Em menos de um ano, os dois jornais monarquistas passaram por uma descaracterização de sua feição política original, passando a falar uma mesma linguagem: a econômica.

Por outro lado, as folhas divergiam em relações a aspectos políticos cruciais. Destoando da diretriz do Partido Monarquista de São Paulo, os editoriais da *Liberdade* mostravam-se totalmente céticos em relação às eleições e à política institucional sob a república: quer pela corrupção; quer pelo desinteresse dos

<sup>131</sup> Seção Militar, *ibid.*, 2 de junho; “O futuro orçamento”, editorial, *ibid.*, 2 de julho de 1896; Seção Militar, *ibid.*, 1º de agosto de 1896.

<sup>132</sup> Inicialmente o jornal pertenceu à firma Barreto & Cia; a partir de agosto a Bezamat & C., com a dissolução da empresa anterior, pois o conselheiro Barreto desistiu do jornal e, por fim, a Gentil & Cia, quando Bezamat se retirou e a folha passou a ser custeada basicamente por Gentil de Castro. Embora os redatores fossem os mesmos, assim como as sedes da redação e tipografia, a gerência, assumida pelo correligionário que dava seu nome à empresa, ditava parcialmente o conteúdo do jornal. Quando o jornal se tornou propriedade de Bezamat & C., passou-se a estampar anúncios na capa. Anúncios de casas de penhores, se bem que discretos, chegaram a ser feitos entre artigos moralistas, inclusive na edição de Natal, 25 de dezembro de 1896. Em contrapartida, com a criação da coluna “Apelo às Senhoras”, os monarquistas passaram a se dirigir ao público feminino, no estímulo à caridade. Foi também sob a administração Bezamat que se organizou a Associação Beneficente dos Empregados do *Liberdade*.

<sup>133</sup> “Maus sintomas”, editorial, *Liberdade*, 7 de junho de 1896.



representados, como se via com a abstenção eleitoral; quer pelo descaso dos representantes, preocupados com a politicagem.<sup>134</sup> A regeneração social não viria das urnas: a população se desapegara da política institucional devido ao desinteresse dos dirigentes políticos pela coisa pública.

Com a proximidade do pleito, de fins de 1896, o *Liberdade* se distanciou politicamente do *Comércio de S. Paulo* que, sob a batuta de Prado, recomendava o exercício do voto e o lançamento de candidaturas. Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão de Ouro Preto, chegou a lançar manifesto de esclarecimento: “nunca tive, nem tenho intenção de servir à república, nem sequer como jurado ou simples votante”.<sup>135</sup>

Além dessa desconexão, em São Paulo, após a defecção de João Mendes, como abordaremos no próximo capítulo, o racha foi tão profundo que originou subgrupos inimigos: “mendistas” e “pradistas”. O Partido Monarquista simplesmente deixou de existir, sem uma nota explicativa aos correligionários e ao público em geral.

Essas divergências e rivalidades, que desprestigiavam a própria causa restauradora, evidenciam como, no fundo, eram tênues os acordos e alianças que levaram as atuações monarquistas ao momento de auge. As realizações do segundo momento de reação – formas de atuação inéditas, consolidação dos *topoi* retóricos elencados em *Fastos* e limiar de uma narrativa edificante da tradição aristocrática imperial – encobriram e amorteceram a fragilidade monarquista.

Desunidos, os monarquistas foram facilmente reprimidos, por forças políticas na capital paulista e pelos jacobinos na capital federal, como abordaremos adiante. Descrentes do restabelecimento monárquico, seu reacionarismo caiu em declínio. Na nova fase de isolamento, eles se dedicaram ao memorialismo. Derrotados na intenção restauradora, obtiveram a vitória da sua retórica.

<sup>134</sup> “A nação ausente”, editorial, *ibid.*, 21 de junho de 1896; *A Esmo*, *ibid.*, 31 de dezembro de 1896.

<sup>135</sup> “À Nação Brasileira”, *Jornal do Comércio*, 14 de novembro de 1896, apud M. de L. M. Janotti, *op. cit.*, p. 107.

### 3 – Reação monarquista em terceiro momento: declínio

#### Questão Italiana e repressão aos monarquistas em São Paulo

A reação monarquista experimentou seu momento de auge de fins de 1895 até fins de 1896 em São Paulo, quando os monarquistas foram reprimidos por forças policiais, e inícios de 1897 no Rio de Janeiro, com os empastelamentos de seus jornais e ataques dos jacobinos. Em ambos os casos, o ambiente social de inflamação dos sentimentos republicano e nacionalista facilitou a repressão aos defensores da monarquia.

Em São Paulo, a efervescência foi motivada pela *questão italiana*, ou *protocolo italiano*, transformada em caso de honra nacional por populares, jornalistas e parlamentares. No início de 1896, chegou ao Brasil o conde Roberto Magliano, ministro plenipotenciário da Itália, com o objetivo de cobrar indenizações por prejuízos sofridos por italianos em razão de incidentes em Santos e São Paulo, durante a Revolução Federalista, além da espoliação de vários colonos por não cumprimento das promessas de suas contratações. O ministro das Relações Exteriores e o cônsul italiano chegaram a um acordo e, a 12 de fevereiro, assinaram o protocolo Magliano-Carvalho, que instituía o arbitramento do caso pelo presidente dos Estados Unidos.<sup>1</sup>

Enquanto se esperava a aprovação do Congresso, para que o arbitramento tivesse validade legal, a questão foi incensada nas ruas e ambientes públicos. Como Magliano viera num navio de guerra, o Piemonte, ameaças imaginárias tomaram foros de verdade: uma poderosa esquadra italiana invadiria o Brasil e uma guerra começaria entre os dois países. Um telegrama de Prudente a Campos Sales, sobre os navios de guerra estacionados nas costas brasileiras, foi reproduzido por jornais, de várias tendências, como sinal de possível ataque à soberania nacional. A expressão “ultraje à honra nacional” passou a fazer parte do vocabulário comum. Pessoas de várias camadas sociais sentiam-se ofendidas nos seus brios nacionalistas. Deputados do PRF, na Câmara e na imprensa, cobravam

---

<sup>1</sup> Sobre esta questão diplomática e seus desdobramentos, cf. M. P. Junqueira, “Questões Italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX”, *Outros tempos*, pp. 33-52 e M. de L. M. Janotti, *Os subversivos da República*, pp. 120-122.

energia do governo. Alguns apelaram às forças armadas e à força popular para a defesa do Brasil. Várias manifestações, como passeatas e meetings, foram convocadas. Em São Paulo, estado com o maior contingente de imigrantes italianos, criou-se um ambiente de extrema ebulição. Funcionários públicos, estudantes e empregados do comércio entravam em choque com membros da colônia italiana. Estes, por sua vez, aproveitavam qualquer aglomeração para discursar e chamar brasileiros à briga. De 22 a 25 de agosto, as ruas da capital paulista e cidades do interior foram palco de conflitos armados. Como o governador, Campos Sales, se recusou a atender as reclamações de Magliano, vários comícios foram realizados em seu apoio.

Ao longo do século XIX, a Itália foi o país que mais reclamou e pediu indenizações ao Brasil, geralmente por abuso de poder, por parte de policiais ou do patrão. A relação diplomática entre os dois países, durante toda a década de 1890, foi pontilhada por conflitos. No caso específico das reclamações sobre os prejuízos decorrentes da Revolução Federalista – pois as tropas governistas requisitaram animais, alimentos e outros objetos para suas operações – comissões mistas já haviam sido instalada em Florianópolis e Porto Alegre em 1895. A novidade de 1896 foi o furor geral, insuflado pela imprensa, por causa da postura, supostamente acintosa, do cônsul italiano. Tantos foram os conflitos entre brasileiros e imigrantes italianos, que o governo italiano proibiu a emigração para o Brasil e nomeou outro diplomata, Ronato De Martino, para tratar da questão. Proprietários de São Paulo, principalmente cafeicultores, pressionavam o governo brasileiro. Para fechar o caso, o protocolo Magliano-Carvalho foi rejeitado pelo congresso e substituído por outro.<sup>2</sup>

Os monarquistas culpavam a república pelo acinte ao país. Repetindo a retórica clássica de *Fastos da ditadura Militar*, para os jovens redatores do jornal *Autoridade*: “Logo que o Império for restaurado, o Brasil terá no interior a tranquilidade, e no exterior o respeito. O regime republicano é a desordem interna e a irrisão externa. A República nos humilha: só o Império nos reerguerá”.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> O protocolo Martino-Cerqueira foi assinado a 19 de novembro de 1896, quando Manuel Vitorino assumia a presidência interina da república. Tornou-se oficial por lei de 5 de dezembro e decreto do dia 7. Decidiu-se que o arbítrio das reclamações seria feito pelas próprias comissões do Brasil e da Itália. Em compensação, houve aumento, para 4 mil contos de réis, do valor total a ser pago pelo Brasil como indenização. M. P. Junqueira, op. cit., pp. 36-37.

<sup>3</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 121.

No geral, os monarquistas tinham pouco interesse na *questão italiana*, mas usaram o incidente como ardil de combate às irresoluções republicanas. Todavia, num instante de extremo apelo nacionalista, vários republicanos, sobretudo florianistas e jacobinos, deram um toque de alarme: os monarquistas aproveitariam a ocasião de suscetibilidade pátria para derrubar a república.

No Rio, onde havia mais jacobinos, publicavam-se artigos e avisos para instilar os radicais de São Paulo. Alfredo Chaves, comandante do Batalhão Tiradentes, a 27 de agosto de 1896, publicou uma “ordem do dia”, alertando seus comandantes que “elementos monárquicos e reacionários” se congregavam “para tentar traiçoeiramente um golpe contra as instituições republicanas”. O trecho do “Testamento Político” de Floriano Peixoto sobre o perigo restaurador foi repetido à exaustão. Causavam sensação até mesmo analogias simplórias, como a de que os monarquistas brasileiros se afinavam aos interesses da Itália porque este país era monárquico. Alguns jacobinos redigiam apelos à cúpula governamental, como ao vice-presidente Manuel Vitorino.

Por seu turno, os líderes do Diretório Monarquista do Rio de Janeiro voltaram a estimular a princesa Isabel a se manifestar a favor da restauração. Em carta à princesa, explicaram que, em momento de desprestígio do país perante o estrangeiro, permanecer apenas na propaganda era “um erro político, talvez irreparável, senão crime de leso-patriotismo”.<sup>4</sup> Como nas ocasiões anteriores, ela não publicou manifesto algum, até porque continuava, em vão, esperando um chamamento da nação.

Os distúrbios de agosto de 1896 contribuíram sobremaneira para o desenlace fatal à imprensa e associações políticas monarquistas, pois seus artífices foram responsabilizados de estimular o ultraje à honra nacional. Contudo, os monarquistas paulistas foram facilmente reprimidos também porque estavam fracionados. Tamanha se tornara a ascendência de Prado sobre o *Comércio de S. Paulo* que João Mendes de Almeida rompeu com ele. Em revide, sem anuência de João Mendes, Prado convocou uma reunião do diretório e do conselho consultivo do Partido Monarquista de S. Paulo para 12 de setembro de 1896. Como na reunião se consignou em ata um voto de louvor à direção política do jornal, consolidou-se não só a divisão, mas uma rivalidade.

Prado ainda sacramentou publicamente o antagonismo no artigo “Uma Questão de Método”. Disse preferir a “política da calma patriótica” e não a “política do doesto”, injustamente relegando João Mendes ao segundo caminho. Os monarquistas que desejavam detonar os homens da administração Prudente de Moraes deveriam fazê-lo por sua conta e não em nome dos correligionários. A adoção do método da injúria só satisfazia aos republicanos, pois a plataforma restauradora era desvalorizada. A si Prado reservou posição de monarquista de análise.<sup>5</sup>

Sentindo-se desprestigiado, João Mendes renunciou ao seu cargo no Partido Monarquista. Rafael Correa da Silva, secretário, denunciou a ilegalidade da reunião do dia 12, até mesmo por falta de quórum, e se colocou ao lado da “autoridade moral e política” de João Mendes. Os “mendistas”, católicos radicais, formaram um Centro Monarquista e convocaram uma reunião para o dia 20 de setembro. As 143 pessoas presentes, por unanimidade, aprovaram uma moção pedindo que João Mendes continuasse como chefe do Partido Monarquista de S. Paulo. Como ele aceitou, sua liderança se fortaleceu e foi posta em xeque a autoridade de Prado.

O Centro de Estudantes Monarquistas se juntou aos “mendistas”, que logo abriu um salão aos sócios, ao passo que os “pradistas” passaram a se concentrar no *Comércio de S. Paulo*. Sem nenhum esclarecimento público, o Partido Monarquista de São Paulo deixou de existir. Em demonstração de força, a 15 de outubro, os “mendistas” fizeram um banquete em homenagem ao 21º aniversário de D. Pedro de Alcântara.

Com a proximidade das eleições, os dois grupos travaram uma polêmica através do *Autoridade* e do *Comércio de S. Paulo*: João Mendes e seu séquito recomendavam a abstenção, Prado e seus acólitos defendiam o exercício dos direitos políticos.<sup>6</sup> Segundo Prado, era impossível “um partido cujo programa fosse a abstenção, a indiferença, o quietismo”.<sup>7</sup> Como no primeiro momento de reação, os monarquistas pareciam não perceber que este tipo de controvérsia

<sup>4</sup> Apud M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 122.

<sup>5</sup> E. Prado, “Uma questão de método”, *Comércio de S. Paulo*, 15 de setembro de 1889, in: *Coletâneas*, vol. II, pp. 306-314.

<sup>6</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 123-126.

<sup>7</sup> E. Prado, “Eleições”, *Comércio de S. Paulo*, 31 de outubro de 1896, in: *Coletâneas*, vol. II, pp. 346-351.

discursiva, através da imprensa, desprestigiava seu ativismo e deslegitimava sua plataforma, se é que ainda possuíam alguma.

Divididos e se digladiando, os monarquistas de São Paulo se enfraqueceram. Prado assim percebeu, em seu último artigo de 1896. Num balanço, ele lamentou que os correligionários sofressem pelos “métodos barbarescos e africanos” da política republicana, mas também pela “falta de organização séria do partido monarquista”. Entre as três opções que cabiam aos monarquistas – “revolução, eleição ou pasmaceira” – até então eles teriam ficado com a última opção. As pretensões pessoais dos líderes “amesquinha[va]m e esteriliza[va]m tudo”, “atraindo o ridículo para o partido”.<sup>8</sup>

Como se não bastasse a fraqueza em que se colocaram os monarquistas paulistas, pioneiros na arregimentação de novos quadros, a exacerbação de ânimos em razão da *questão italiana* lhes foi fatal. As reuniões tanto de “pradistas” como de “mendistas”, que versavam sobre os rumos de ambos os grupos após a cisão, foram interpretadas como sessões conspiratórias. Jornais republicanos, como *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano*, denunciavam supostos “ataques antipatrióticos dos monarquistas”.<sup>9</sup>

No dia 30 de outubro, uma escolta policial invadiu o sobrado onde funcionavam o Centro Monarquista, recém criado pelos “mendistas”, e o Centro de Estudantes Monarquistas. As associações, que tiveram seus livros e papéis confiscados, foram impedidas de funcionar, assim como a oficina do *Autoridade*, situada no mesmo local.<sup>10</sup>

No dia seguinte, na casa de Augusto de Queiroz, foi dissolvida uma reunião dos “pradistas”, cujo objetivo era discutir sobre a participação monarquista no próximo pleito. Esta foi a oportunidade para Eduardo Prado voltar à carga contra o regresso civilizacional imposto ao país pela política republicana, assim descrita: “Não um campo aberto a todos os talentos e a todos os patriotismos, mas uma profissão fechada, reservada aos interessados, para a qual não se exige título nenhum de capacidade”. Prado reafirmou a velha antítese, entre barbárie e

<sup>8</sup> E. Prado, “Violências do governo”, 30 de dezembro de 1896, in: *Coletâneas*, vol. II, pp. 435-439.

<sup>9</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 126-127.

<sup>10</sup> “Centro Monarquista de S. Paulo”, *Gazeta de Notícias*, 1º de novembro de 1896, p. 2; A. Celso, *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, p. 108.

civilização, em razão da substituição de “uma Constituição e política libérrimas” pela vulgaridade sul-americana. Como o grau civilizacional era medido pelo respeito ao direito, o Brasil estava completamente fora da civilização: a república trouxera a “falência das consciências e a bancarrota do pudor”. Aprofundando a noção do desapego do povo brasileiro à política, apregoada no segundo momento de reação, os monarquistas iriam imitar este “instinto superior”: o *Comércio de S. Paulo* só trataria, a partir de então, de assuntos literários.<sup>11</sup> Não passou de um mero artifício de elocução. Pouco depois, Prado voltou a combater a política republicana: o surgimento do *República*, órgão do PRF, supostamente criado com dinheiro do Banco da República, a concentração de poder nas mãos de Francisco Glicério e a presidência interina de Manoel Vitorino.<sup>12</sup> Voltou, inclusive, a advertir para os perigos da “ilusão americana”, após um arranjo dos Estados Unidos com a Inglaterra, que resultou em prejuízo territorial para a “pobre República da Venezuela”.<sup>13</sup> O jornal continuou reivindicando os interesses dos cafeicultores.<sup>14</sup>

Enquanto isso, apesar da interdição policial, os “mendistas” tentaram a reabrir o Centro Monarquista. O esforço foi completamente inútil, pois o chefe de polícia, José Toledo Xavier, coagiu João Mendes.<sup>15</sup> Com a nova intimidação, ele entrou com pedido de *habeas corpus*, em favor do Centro Monarquista e do Centro de Estudantes Monarquistas de São Paulo, acusando o governo estadual de atentar contra o direito constitucional de liberdade de expressão e reunião.<sup>16</sup> Como o requerimento foi indeferido, João Mendes apelou para o Supremo Tribunal Federal, instância que aceitou o pedido, levado a julgamento. O *habeas corpus* acabou sendo negado, pois seu princípio aplicava-se apenas a indivíduos e não a

<sup>11</sup> E. Prado, “Fora da civilização”, *Comércio de S. Paulo*, 1º de novembro de 1896, in: *Coletâneas*, vol. II, pp. 352-359.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, “A República”, 18 de novembro de 1896, pp. 360-370; “Digno de gratidão”, 22 de novembro de 1896, pp. 387-391; “Dois Sóis”, 22 de novembro de 1896, pp. 392-400; “Três fatos”, 27 de dezembro de 1896, pp. 419-427.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, “Mais uma ilusão desfeita”, 16 de dezembro de 1896, pp. 401-404.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, “A nova baixa do café”, 19 de novembro de 1896, pp. 371-381; “Dois acontecimentos”, 19 de novembro de 1896, pp. 382-386; “O Governo e o Café”, 29 de dezembro de 1896, pp. 428-434.

<sup>15</sup> “Novas façanhas de um déspota”, editorial, *Liberdade*, 31 de dezembro de 1896.

<sup>16</sup> “Habeas corpus dos monarquistas de S. Paulo”, *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1896; M. de L. M. Janotti, *op. cit.*, pp. 128-136.

associações, além de que as mesmas não eram regularmente organizadas, não tendo, portanto, registro de estatutos.<sup>17</sup>

Apesar do insucesso, tal pedido de *habeas corpus*, inédito no país, selou a aliança entre os “pradistas” e o grupo do jornal *Liberdade*, do Rio. Vários monarquistas depuseram no processo. Segundo Afonso Celso, a frase “quanto pior, melhor”, proferida pelo visconde de Ouro Preto – representante, junto com Andrade Figueira, de João Mendes de Almeida –, o tornou ainda mais odiado, servindo como pretexto para as maiores calúnias contra os monarquistas, como o apoio e financiamento a Canudos.<sup>18</sup>

Como a imprensa fazia ampla cobertura do julgamento, dando repercussão aos monarquistas, Eduardo Prado e Augusto Queiroz também entraram com pedido de *habeas corpus*, que a 16 de janeiro, foi igualmente indeferido pelo acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo.<sup>19</sup> Prado bradou contra a influência do governo no Tribunal, cujos juízes eram seus “adversários políticos”. Tanto não eram ilegais ou criminosas as reuniões monarquistas que tais militantes jamais foram processados ao longo de mais de um ano de atividades públicas. A violação de um domicílio teria sido um atentado preventivo à influência dos monarquistas nas eleições estaduais.<sup>20</sup> Os juízes do Tribunal teriam votado segundo a vontade de Francisco Glicério, líder radical do PRF.<sup>21</sup>

A imprensa exultou com a repressão. Campos Sales foi cumprimentado por líderes de clubes políticos, deputados e senadores. Embora as ações fossem ilegais<sup>22</sup>, o governador de São Paulo as referendou por meio de uma mensagem enviada ao Congresso Legislativo: a promoção da restauração do antigo regime era intuito criminoso e revolucionário segundo a legislação vigente, pois a Constituição não permitia alteração da forma de governo. Em apoio, até mesmo a

<sup>17</sup> A. Celso, op. cit., p. 106.

<sup>18</sup> Id., ibid., p. 108.

<sup>19</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., p. 130.

<sup>20</sup> E. Prado, “A Justiça da República”, 17 de janeiro de 1897, *Comércio de S. Paulo*, in: *Coletâneas*, vol. III, pp. 36-62.

<sup>21</sup> Id., “Tribunal de Justiça”, 22 de janeiro de 1897, ibid., pp. 63-71.

<sup>22</sup> Em nenhum dos locais havia um concerto de 20 pessoas ou mais, visando alterar a forma de governo, conforme estipulava o § 2º do art. 115 do Código Penal. *Decreto n. 847 – de 11 de outubro de 1890. “Promulga o Código Penal”*.



minoria oposicionista aprovou uma moção de solidariedade “na defesa da República federativa”.<sup>23</sup>

Com o indeferimento aos pedidos de *habeas corpus*, o Judiciário deixou os monarquistas à mercê da polícia estadual, a qual caberia decidir quais reuniões e de que associações seriam permitidas. O critério sobre a permissão para funcionamento dos centros monarquistas foi colocado nas mãos de uma força repressora. Como observa Janotti, os monarquistas foram jogados à margem da lei, “no terreno movediço da semiclandestinidad”.<sup>24</sup> Além de marginalizados, ainda permaneceram desunidos: nem a luta contra a repressão reaproximou “pradistas” e “mendistas”. Com o cerceamento de sua liberdade reunião, o pouco que ainda sobrava de ativismo entre as duas facções se desfez com as retaliações decorrentes da derrota da terceira expedição a Canudos.

### **Canudos e a repressão aos monarquistas no Rio de Janeiro**

Após o enfraquecimento dos monarquistas de São Paulo, cujas atividades foram drasticamente reduzidas por coerção policial, os do Rio foram ainda mais penalizados pelo clima de exaltação social, ao serem acusados de apoiar e financiar o movimento de Canudos, supostamente parte integrante de um conluio restaurador internacional.

A Bahia já tinha fama de ser forte reduto monarquista. O impacto do Partido Republicano havia se restringido a efêmero entusiasmo de alunos da Escola de Medicina, sem reflexos no interior da província. Praticamente só os novos jornais aderiram à propaganda republicana.<sup>25</sup> Com a instauração da república, a Bahia demorou a consentir com a nova forma de governo. Vários interventores foram nomeados em substituição a José Luís de Almeida Couto, o único presidente de província que se opôs tenazmente ao Governo Provisório. Dado o apego à monarquia e à constituição de 1824 por parte de políticos e populares, insuflados por jornalistas, por meses criou-se um clima hostil aos encarregados do novo regime.

<sup>23</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 127-128.

<sup>24</sup> Id., ibid., p. 134.

<sup>25</sup> R. Lemos, “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, in: K. Grinberg, R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889, pp. 401-444.

O líder místico Antônio Vicente Mendes Maciel, acompanhado de seus seguidores, vagava pelo sertão nordestino desde 1859.<sup>26</sup> Apesar de não ter sido ordenado padre, como era beato, geralmente contava com a tolerância dos vigários locais.<sup>27</sup> O movimento messiânico e milenar de Antônio Conselheiro era bastante conhecido no sertão, até porque não era o único. Quando seus seguidores foram massacrados, em fins de 1897, o recenseamento oficial do Exército computou mais de 20.000 pessoas, moradoras de 5.200 casas. O próprio fato do movimento ter alcançado significativa monta é o maior indício de que, apesar de incomodar mandões locais e a elite eclesiástica, pouco preocupava as autoridades estaduais.

Foi em 1893 que os peregrinos ocuparam uma fazenda abandonada em parte recôndita do sertão da Bahia, próxima à margem do Vaza-Barris, na comarca de Monte Santo. Sobre as ruínas da antiga propriedade fundiária, edificaram seus barracos de pau-a-pique, reconstruíram o templo antigo e depois construíram um maior, fundando o arraial de Canudos, nome pelo qual já era conhecida a antiga fazenda. No momento da construção da Igreja Nova ocorreu o primeiro incidente, pois autoridades locais, descontentes com os invasores, convocaram tropas estaduais em outubro de 1896. O combate de Uauá terminou em derrota das forças do tenente Pires Ferreira, comandante do ataque que ficou conhecido como primeira expedição a Canudos. Só a partir de então o arraial começou a aparecer na imprensa da capital federal, sendo assunto de crônica em colunas específicas quando da segunda expedição, em janeiro de 1897, também com tropas baianas, comandadas pelo major Febrônio Brito, igualmente derrotada.

Após duas derrotas das praças de linha para sertanejos maltrapilhos, Canudos passou a ser visto como perigo. Iniciaram-se as trocas de telegramas entre Luis Viana, governador da Bahia, Manuel Vitorino, vice-presidente em exercício, e o general Dionísio, ministro interino da Guerra.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Exceto quando houver outra indicação, sobre o movimento de Canudos, nos baseamos no trabalho de Walnice Nogueira Galvão, *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*, 4ª edição, passim.

<sup>27</sup> Em 1876, Antônio Conselheiro, então chamado também de “Santo Antonio”, foi preso por desrespeitar um vigário e um delegado da vila de Itapicuru e solto meses depois, por ordem do chefe de polícia do Ceará. A. A. Milton, “A Campanha de Canudos: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do IHGB*, 1900, pp. 3-147. Entre as páginas 11 e 17, Milton traça uma biografia do conselheiro, descrevendo-o como louco, criminoso e “fanatizador”.

<sup>28</sup> Devido a uma demorada convalescência cirúrgica de Prudente de Moraes, desde 11 de novembro de 1896, o vice-presidente Manuel Vitorino ocupou a presidência. Embora adeso e um dos entusiastas da pacificação, Vitoriano trabalhou para a sua estabilidade na chefia do Executivo. No

Por seu turno, a imprensa transformou Canudos numa novela: pela resistência, a população andrajosa recebia apoio de vilões poderosos.

Como os ânimos nacionalistas já estavam inflamados pela *questão italiana*, grandes jornais, e também folhas menores, como *O Jacobino*, passaram a falar das supostas artimanhas do “complô monarquista”. Exagerava-se o potencial destruidor de Canudos: não se tratava apenas de uma “horda de fanáticos”, mas de sediciosos que queriam destruir a república. Para esta obra sinistra, estariam recebendo apoio moral e bélico de homens ligados ao regime deposto.<sup>29</sup> Monarquistas, como Andrade Figueira, e monárquicos, como o conde d’Eu, seriam os fornecedores de auxílio financeiro e material bélico ao arraial de Canudo, foco receptor de uma conspiração internacional.

Por outro lado, era evidente às autoridades que os monarquistas poderiam tirar vantagem, ao menos discursivas, das derrotas das expedições contra Canudos, que implicavam em desmoralização das instituições republicanas.

A terceira expedição contra Canudos, de março de 1897, foi a primeira efetuada por forças federais e gerou enorme expectativa. O arsenal de guerra foi montado com armas Mannlicher e canhões Krupp. Os ânimos nacionalistas e republicanos estavam ainda mais exultantes com o comando do coronel Antonio Moreira César, florianista famoso na repressão à Revolução Federalista como “Corta-cabeças” ou “Corta-pescoços”. Todavia, não passou de um fiasco a campanha tão bem preparada e propagandeada: as colunas oficiais sofreram pesadas perdas, inclusive a do comandante, tendo que bater em retirada.

Quando a notícia da morte de Moreira César propagou-se pela Capital, em 7 de março, os ânimos de seus habitantes já estavam exasperados. Era muito recente a descortesia de Prudente por ter reassumido a presidência sem prévio anúncio, ato interpretado como uma manobra contra Manuel Vitorino. Era de conhecimento

---

início de sua gestão interina, fez várias concessões, sobretudo ministeriais, aos chefes do PRF: Quintino Bocaiúva, então o mais cotado para a sucessão presidencial, e Francisco Glicério, líder da maioria na Câmara. Depois, nomeou republicanos históricos para postos de destaque, no que agradou os republicanos radicais. A. da S. Muzzi, *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897)*, Dissertação de Mestrado/PUC-Rio, pp. 28-29.

<sup>29</sup> Os jornalistas republicanos às vezes assumiam que tinham inventado o intuito monarquista de Canudos: “O movimento insurrecional do sertão da Bahia é monarquista. Não é preciso indagar se sempre foi, porque, se não era, nós republicanos, nós mesmos, que o tomamos como inimigo, lhe demos esse caráter [...] para a repressão, que temos que fazer dessa agitação”. *O Estado de S. Paulo*, [?] março de 1897, apud M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 144-145.

público o processo de calúnia contra o periódico *República*, órgão do PRF, movido por Gentil José de Castro, proprietário da *Gazeta da Tarde* e gerente do *Liberdade*.<sup>30</sup> O redator-chefe do *República*, Alcindo Guanabara, então respondia em juízo pelas matérias publicadas. No tribunal, reafirmara as acusações feitas a Gentil, entre as quais a de, em conluio com outros chefes monarquistas, ter enviado “armas e munições aos facciosos que perturba[va]m a paz pública do país”.<sup>31</sup> Para completar, na noite anterior, vários integrantes do Clube Militar haviam se reunido em sessão especial para tratar da derrota da terceira expedição. No evento, destacaram-se fluentes oradores florianistas e jacobinos, como Thomaz Cavalcanti, Costa Ferraz e Carlos Costa.<sup>32</sup> Manuel Vitorino solidarizou-se com os militares numa carta pública na qual reafirmou que o movimento monarquista era restaurador. O objetivo do vice-presidente era afastar de si qualquer responsabilidade pelo fracasso da terceira expedição, organizada em sua interinidade.<sup>33</sup>

Neste clima de ebulição político-social, não houve qualquer contenção de furor por parte de republicanos e jacobinos que no próprio dia 7 aglomeraram-se na rua do Ouvidor, conclamando no início da tarde um *meeting* no largo São Francisco. Entre os manifestantes encontravam-se: Deocleciano Martyr e João Clapp, respectivamente presidente e vice-presidente do Clube dos Jacobinos, e os parlamentares Timóteo da Costa, João Cordeiro e Nilo Peçanha, havendo o último preparado uma moção para ser lida no largo e assinada pelos participantes.<sup>34</sup> Tão intenso era o grau de agitação que o ajudante-general do Exército impediu a ocorrência do *meeting*.

<sup>30</sup> Gentil de Castro comprara recentemente a *Gazeta da Tarde* para poder sustentar o *Liberdade* com os lucros advindos de uma folha mais antiga. Agradecido, Ouro Preto assumiu a responsabilidade da metade do custo da compra da *Gazeta*. A. Celso, *O assassinato do coronel Gentil de Castro* (Subsídios para a história do regime republicano no Brasil). Este livreto e seu apêndice foram reproduzidos em *O visconde de Ouro Preto: excertos biográficos*, pp. 163-258. Esta informação consta nas páginas 242 e 247.

<sup>31</sup> Trecho da segunda audiência, apud A. Celso, *O assassinato...*, p. 170.

<sup>32</sup> “No Clube Militar”, *Gazeta de Notícias*, 7 de março de 1897; M. de L. M. Janotti, op. cit., pp. 134-138.

<sup>33</sup> M. D. de Almeida, “Canudos e a derrota dos jacobinos”, *Perspectivas latino-americanas*, pp. 145-160.

<sup>34</sup> Era este o teor da moção: “O povo do Rio de Janeiro reunido em *meeting* e ciente do doloroso revés das armas legais nos sertões da Bahia, tomadas pela caudilhagem monárquica, e congregado em torno do governo, aplaudindo todos os atos de energia cívica que praticar pela desafronta do Exército e da pátria, aguarda ansioso, a sufocação da revolta.” Apud E. da Cunha, *Os Sertões*, p. 377; A. Celso, *O assassinato...*, pp. 175-176.

O grupo contestador não se dissipou e ainda foi acrescido por outros indignados. Com os gritos de “Viva a República” e “Viva a memória de Floriano”, num ímpeto de desagrado, os questionadores foram às tipografias e redações dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *O Apóstolo*, destruindo os estabelecimentos e retirando os materiais encontrados nestes edifícios com os quais fizeram uma fogueira no largo São Francisco. Em seguida, dirigiram-se às redações de vários jornais, de cujas sacadas falaram os seus redatores principais e congressistas florianistas: da *República*, discursaram Alcindo Guanabara, Belisário de Souza e Frederico Borges; da *Cidade do Rio*, falaram Paula Ney e até o antiflorianista José do Patrocínio, e de *O País* se manifestou Nilo Peçanha. Estimulados pela ardência dos discursos, os manifestantes se dirigiram à residência de Gentil de Castro, que estava em Petrópolis, que foi invadida, apedrejada e saqueada.<sup>35</sup>

No mesmo dia 7, a cidade de São Paulo também foi palco de manifestações. Mais de 3 mil pessoas se dirigiram ao palácio de governo, tendo Campos Sales recebido uma comissão de populares. Apesar da multidão ter sido acalmada, um grupo empastelou o *Comércio de S. Paulo*, pouco antes guardado por um piquete de cavalaria. Com esta destruição, houve preventiva proteção policial à casa de João Mendes de Almeida.<sup>36</sup>

No Rio, as agitações prosseguiram no dia seguinte. Houve uma reunião popular no Clube Militar pela manhã, um *meeting* no largo São Francisco à tarde, seguido das orações inflamadas efetuadas por redatores e políticos das sacadas dos jornais. Gentil de Castro e Afonso Celso retornaram de Petrópolis a fim de aferirem as ocorrências. Numa parada do trem, ao comprarem jornais, souberam das manifestações na capital, do assalto aos jornais e do saque à casa de Gentil. Ao chegarem à estação São Francisco Xavier, tomaram conhecimento dos gritos de “mata os monarquistas” ecoados pela cidade. Várias pessoas, como o fazendeiro José Guilherme de Souza, recomendaram que retornassem a Petrópolis imediatamente. De bonde, Gentil e Afonso Celso se dirigiram à chácara de Ouro

<sup>35</sup> A. da S. Muzzi, op. cit., pp. 108-110. Os fundos da casa de Gentil de Castro ficavam em frente ao quartel da Brigada Policial. Segundo A. Celso, o apedrejamento, a invasão e o saque foram efetuados sem a menor reação policial. O mesmo aconteceu com o empastelamento e depredação da tipografia conjunta da *Gazeta da Tarde* e do *Liberdade*, situada na antiga rua do Sacramento, quase em frente ao prédio do Tesouro, cuja guarda assistiu a tudo com impassibilidade. A. Celso, *O visconde de Ouro Preto...*, p. 107 e *O assassinato...*, p. 249.

<sup>36</sup> *Gazeta de Noticias*, 8 de março de 1897; A. Celso, *O assassinato...*, pp. 175-177.

Preto, perto da estação Mangueira. O visconde acabara de ser avisado por um amigo, um oficial reformado do Exército, de que várias deliberações haviam sido adotadas contra ele e outros monarquistas. Gentil mandou chamar alguns empregados dos jornais, com os quais conversou sobre seus prejuízos materiais. Redigiu um manifesto explicando a suspensão da *Gazeta da Tarde* e do *Liberdade*, o qual José Carlos Rodrigues, temeroso, acabou não publicando na seção “A pedidos” do *Jornal do Comércio* do dia seguinte. Gentil, Afonso Celso e Ouro Preto resolveram regressar a Petrópolis, mesmo após a leitura de um artigo jornal vespertino *Notícia* sobre invasões de republicanos a bondes para agredir monarquistas. Pouco depois que entraram no trem, na estação São Francisco Xavier, Gentil foi açoitado por um grupo de aproximadamente trinta homens. Enquanto Afonso Celso fugia da locomotiva com Ouro Preto, Gentil, após sacar o revólver, foi atingido por dezenas de tiros.<sup>37</sup> Entre os dez indivíduos indiciados como autores do crime, mais tarde absolvidos, sobressaíram-se os membros do Exército, como Benjamin Constant Filho.<sup>38</sup>

Com o preço de tanta agressividade, foi desbaratada a atividade dos monarquistas no Rio e em São Paulo, onde já havia sido efetuada a repressão policial. Os homens ligados ao Império ficaram apavorados diante da situação que Nabuco assim descreveu:

Estamos outra vez neste desgraçado país sob o terror jacobino. Os monarquistas desapareceram da cidade para não se encontrarem com a masorca Tiradentes, com *les bandes de massacreurs* que lincharam o pobre Gentil de Castro no trem de Petrópolis. A morte do Moreira César tem alguma coisa que parece a mão de Deus. Ele que fez matar tanta gente em Santa Catarina, fazendo desaparecer os corpos, foi morrer no sertão da Bahia da bala de um jagunço, tendo a cabeça, segundo se diz, levada para Canudos. A derrota foi um pânico, uma fuga, que muito desmoraliza o nosso exército. É um golpe no prestígio do exército como a revolta o foi no prestígio da armada, e a diminuição da ascendente militar no espírito dos republicanos é um impulso para a anarquia no país. Os monarquistas que nada tiveram com o Antônio Conselheiro, que não são culpados do pânico da tropa nem da sua incapacidade para tomar um lugarejo defendido por fanáticos quase sem armamento, foram logo responsabilizados por tudo! Destruíram tudo quanto havia nas tipografias monarquistas e mataram a tiro o Gentil de Castro, que era o grande amigo, como você sabe, do Ouro Preto. A nossa condição aqui é esta: ao menor

<sup>37</sup> Segundo A. Celso, o escritório da *Gazeta da Tarde* já havia sido atacado a 9 de fevereiro e a casa de Gentil, em Petrópolis, poucos dias antes de seu assassinato. A. Celso, *O assassinato...*, pp. 166-167.

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, pp. 191-199; M. de L. M. Janotti, *op. cit.*, pp. 134-143; S. R. R. de Queiroz, *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*, pp. 47-50.

contratempo da República, a cada inépcia que ela comete, asneira que faz e lhe sai mal sucedida, soltam o grito de mata monarquista! E a rua do Ouvidor (hoje rua Moreira César!) enche-se de *sans culottes* prontos para qualquer “serviço”. Eis ao que reduziram o nosso país. De um povo honesto e sério que éramos tiraram essa escória sanguinária e epilética que hoje nos governa, dominando as ruas e impondo-se ao governo.<sup>39</sup>

Em razão dos boatos de que outras folhas seriam atacadas, forças policiais postaram-se nos escritórios de *D. Quixote*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e até da republicana *Gazeta de Notícias*.<sup>40</sup> O ministro do Interior, Amaro Cavalcanti, ofereceu proteção aos monarquistas mais conhecidos, Ouro Preto, Afonso Celso, João Alfredo e Joaquim Nabuco. João Scaligero Maravalho, redator-chefe de *O Apostolo*, e Angelo Agostini, diretor e desenhista de *D. Quixote*, pediram proteção policial.<sup>41</sup>

O ministro do Chile, Joaquim Walker Martinez, mandou seu secretário oferecer asilo na legação ao visconde de Ouro Preto e Afonso Celso, que recusaram tais oferecimentos. O senador José Tomaz da Porciúncula avisou Afonso Celso que sua vida e a de seu pai corriam perigo. Seguindo um plano traçado por Porciúncula, Ouro Preto e sua família se abrigaram numa fazenda do coronel Augusto Cezar de Miranda Jordão, em Bemposta, a poucas horas de Petrópolis. Como o coronel Jordão passou a ser perseguido por republicanos, a 8 de abril, a família de Ouro Preto embarcou com destino à Europa.<sup>42</sup> Em Paris, Afonso Celso redigiu um folheto em que narrou detalhadamente a morte de Gentil, refutando matérias de jornais do Rio de Janeiro. Resolvera escrever meses depois do atentado não apenas por se achar seguro no exterior, mas porque queria “evitar o influxo da paixão”, já que pretendia “restabelecer a verdade” e “fornecer ao historiador futuro alguns elementos para que ajuíze da maneira como o sistema republicano garantiu entre nós a propriedade, a liberdade e a vida dos cidadãos”.<sup>43</sup>

<sup>39</sup> Carta de Joaquim Nabuco a André Rebouças, 26 de março de 1897, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 274-275.

<sup>40</sup> *Gazeta de Notícias*, edição de 9 de março de 1897 e seguintes.

<sup>41</sup> A. da S. Muzzi, op. cit., p. 111.

<sup>42</sup> A. Celso, *O visconde de Ouro Preto...*, pp. 109-111 e *O assassinato...*, pp. 199-204.

<sup>43</sup> A. Celso, *O assassinato...*, pp. 165-166. Sobre os clamores de vingança em honra a Moreira César, Afonso Celso reproduziu várias matérias de jornais de distintas tendências políticas, como *Gazeta de Notícias*, *O País* e *República*. Também foram reproduzidos artigos de jornais de São Paulo, como o *Correio Paulistano*, e de Minas, como *A Folha*. Até um civilista como Ferreira de Araújo, na *Revista Brasileira*, publicação literária, teria feito apelos à vindita nacional. *Ibid.*, pp. 175-188, pp. 204-210, pp. 212-215, pp. 221-225, pp. 229-230 e apêndice, pp. 252-256. Celso

Afonso Celso dedicou-se à atividade que os monarquistas se destinariam a partir de então: as construções memorialistas com forte apelo historiográfico, até mesmo pela exímia transcrição documental.

Eduardo Prado, perseguido pelas ruas de São Paulo, resolveu deixar o país rumo à Europa. Nem pode acompanhar o término das conferências sobre Anchieta, evento que idealizara e organizara.<sup>44</sup> Antes, porém, em Santos divulgou *Um Protesto*. Além de reclamar da calúnia de que os monarquistas eram vítimas, Prado reativou algumas críticas e admoestações feitas em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*:

Os monarquistas não têm a mínima responsabilidade direta, ou indireta, na revolta de Antonio Conselheiro e nenhum auxílio moral ou material lhe têm prestado. O governo sabe, com a certeza mais completa, que é verdadeira esta minha afirmação. E, apesar disso, o governo apadrinha a atrocíssima calúnia de que os monarquistas são culpados dos revezes militares das armas da República. O único culpado é o governo republicano, que, revelando na administração da Guerra a mesma incompetência demonstrada em outros serviços públicos, desorganizou o exército e a defesa nacional, ao ponto de expor a bravura do soldado brasileiro a desastres daquela ordem. Com tal governo, se o estrangeiro mover uma guerra contra nós, a pátria sofrerá a mais completa derrota, assinalada no mais inteiro desbarato e na mais profunda das humilhações.<sup>45</sup>

Este foi praticamente o último escrito político de Prado. Da Europa, se limitou a enviar poucos artigos em que a combatividade cedeu lugar à ironia, como ao comentar a posse presidencial de Campos Sales: “A etiqueta outrora quase banida da nossa antiga corte patriarcal e democratizada revive com

---

também transcreveu documentos das mais diversas autorias e esferas – como correspondências de oficiais que então lutavam em Canudos, manifestos de estudantes da Bahia e mensagens da presidência ao Congresso – que assinalavam o propósito messiânico de Canudos, e não político de destruir a república e tampouco de restaurar a monarquia. *Ibid.*, pp. 230- 236. Seu objetivo era evidenciar que a imprensa republicana “açulava contra esta [a imprensa monarquista] os maus instintos da população”, p. 186. Com Canudos, teria ocorrido a culminância do uso dos monarquistas como bodes expiatórios: “Cotidianamente, eram apontados os restauradores como inimigos da ordem, conspiradores perigosos, fatores de todos os males e infortúnios subseqüentes ao 15 de Novembro. Excelente pretexto o desastre de Canudos para amordaçar ou suprimir os incômodos censores”, p. 186. O resultado foi: “Pior do que durante o *terror* da Revolução Francesa, nenhum simulacro de processo precedera a secreta sentença e múltiplos carrascos anônimos se incumbiram da execução [de Gentil de Castro]”, p. 220. Ele resolvera narrar minuciosamente a repressão aos monarquistas “para fornecer ao leitor dados de apreciação seguros e precisos”, elencados com “absoluta veracidade”, p. 211.

<sup>44</sup> C. Motta Filho, *A vida de Eduardo Prado*, p. 76.

<sup>45</sup> E. Prado, Santos, “Um Protesto”, apud *Coletâneas*, vol. III, pp. 111-113.



esplendor na República”.<sup>46</sup> A república oligárquica seria o extremo oposto do aristocratismo do Império, garantidor da verdadeira democracia. Prado mesclava sua antiga crítica à república rastaquera, que estaria seguindo o padrão da caudilhagem latino-americana, ao elogio à polida e culta aristocracia imperial. Este último item já se tornara típico dos escritos de Nabuco.

Todavia, o furor pelo fracasso da terceira expedição enviada a Canudos e a morte de Moreira César não ocasionou apenas o assassinato de Gentil e o eclipse do ativismo monarquista. Os opositoristas a Prudente, que haviam iniciado um racha no PRF, apontaram supostos intuitos escusos do governo civil. O movimento de Canudos foi utilizado para enfraquecer o grupo de Prudente no próximo pleito presidencial. Os sectários de Glicério começaram a definir Canudos como uma jogada de Prudente com o governador da Bahia, Luís Viana. Nos bastidores, Viana acabara de assegurar apoio a Campos Sales na futura convenção do PRF para a escolha do candidato do partido à sucessão presidencial.<sup>47</sup> Os opositoristas fomentaram um cenário político que transformou o massacre de Canudos uma questão nacional para o governo Prudente. Por isso, segundo Hermann, independente das questões locais, foram as disputas políticas na capital federal que selaram o julgamento do destino dos canudenses.<sup>48</sup> Em acréscimo, proliferaram-se os murmúrios sobre um golpe de Estado, justamente quando Prudente estava inseguro, recém reconduzido à presidência, a 4 de março. A presidência civil não teve outra saída senão transformar o aniquilamento de Canudos em razão de Estado.

Novamente, parcela significativa da imprensa da capital teve papel-chave em exigir vingança pela derrota da terceira expedição. Tamanho foi o simbolismo que os jacobinos alçaram Moreira César, o herói morto no campo de batalha por defender uma “causa justa”, em complemento moral de Floriano Peixoto.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> [E. Prado], Ras Taquera, “Mundo Elegante”, s/d., *Comércio*, apud *Coletâneas*, vol. III, pp. 102-108.

<sup>47</sup> M. D. de Almeida, op. cit., p. 152.

<sup>48</sup> J. Hermann, “Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897”, *Tempo*, pp. 81-105.

<sup>49</sup> Na edição de *O Jacobino*, de 13 de março de 1897, publicada em polianteia, em homenagem ao florianista, foi estampada uma biografia militar e política de Moreira César. *O Jacobino* retratava Prudente de Moraes como o grande protetor do plano restaurador urdido pelos “conselheiros restauradores” levado a efeito pelo “Conselheiro fanático” do sertão baiano.

Por isso, a quarta expedição a Canudos, sob o comando do florianista General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, começou a ser planejada ainda em março de 1897: teria que ser mais organizada, estratégica, bem equipada e paramentada. No dia 10, Francisco da Cunha Borges Fortes, major assistente do ajudante-general, emitiu edital de abertura de alistamento para o preenchimento dos claros nos corpos do Exército. Ainda em março, pela primeira e única vez durante o governo de Prudente de Moraes, ocorreu o revigoramento dos batalhões patrióticos.<sup>50</sup> A reorganização de antigas e formação de novas milícias cívicas inviabilizava qualquer tipo de manifestação monarquista, quem dirá de reação.<sup>51</sup> Mesmo líderes políticos famosos pela defesa do civilismo falavam em reforço aos militares para conter a “horda de mentecaptos e galés”, no dizer de Rui Barbosa. Deputados e senadores pediam a eliminação dos canudenses. Estudantes assinaram uma petição em que exigiam a liquidação dos sequazes do “degenerado”.<sup>52</sup> O extermínio dos canudenses vingaria a honra nacional. Os jornais insuflavam o clima de guerra ao publicar trechos de cartas forjadas e notícias falsas de focos conspiratórios internacionais.<sup>53</sup>

Após meses de combate, iniciados em julho, os últimos defensores do arraial de Canudos morreram em 5 de outubro de 1897. Com o sucesso das tropas governistas, o governo Prudente ganhou notoriedade e o PRP se fortaleceu,

<sup>50</sup> Os batalhões recém criados homenageavam com a sua intitulação fatos e homens ilustres da República: Batalhão Deodoro da Fonseca, Batalhão Quinze de Novembro, Batalhão Francisco Glicério, que se uniu ao Treze de Março, Batalhão Arnaldo Roque, Batalhão Lauro Sodré, Batalhão Nilo Peçanha e, claro, Batalhão Moreira César. “Expedição”, *Gazeta de Notícias*, de 9 de março de 1897 em diante.

<sup>51</sup> Os primeiros batalhões patrióticos, Batalhão Tiradentes e Batalhão Acadêmico, foram criados durante o Governo Provisório para conter os focos de reação à implantação do regime republicano. Essas forças paramilitares se proliferaram durante o governo do marechal Floriano Peixoto para defender sua *legalidade* face a movimentos como o levante de janeiro de 1892, na fortaleza de Santa Cruz, e a manifestação de rua de alegado cunho deodorista, a 10 de abril. Com a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, foram criados cada vez mais batalhões na capital federal, que contavam com voluntários vindos de todos os cantos do país. A presidência Prudente, paulatinamente obliterou a ordenação armamentista e beligerante recebida como legado, o que implicou no licenciamento e dissolução dos batalhões, cujos armamentos e arquivos foram recolhidos ao arsenal de Guerra. A. M. Gomes, “Os batalhões patrióticos e a atuação política dos jacobinos”, *Anais eletrônicos da IV Semana de História Política / I Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*, UERJ.

<sup>52</sup> Apud W. N. Galvão, “Euclides da Cunha. Os sertões”, in: L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, vol. 1, p. 166.

<sup>53</sup> Foi nesse clima de exageros que se resolveu enviar jornalistas, como correspondentes de guerra, ao teatro das operações, para cobrir tudo que se referisse à quarta expedição. O mais famoso desses repórteres foi Euclides da Cunha, convidado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, após publicar em suas colunas dois artigos sob o título “A nossa Vendéia”, nos quais, no compasso quase geral da imprensa, atacava os canudenses.

garantindo a eleição de Campos Sales. Prudente ainda foi alvo de um atentado, idealizado por Deocleciano Martyr, em conluio com congressistas da facção mais radical do PRF, o próprio vice-presidente e oficiais do Exército. A 5 de novembro, na cerimônia de desembarque do general Silva Barbosa e dois batalhões vindos da Bahia, no pátio do Arsenal de Guerra, Prudente de Moraes foi alvejado por Marcelino Bispo. Na agitação subsequente ao disparo sem munição, o anseçada deu quatro facadas no ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, que faleceu dez minutos depois, e ainda feriu no abdômen o coronel Luiz Mendes de Moraes.<sup>54</sup> Com as agitações de rua e empastelamento de jornais, foi decretado o estado de sítio para o distrito federal e Niterói, a 12 de novembro, o que trouxe como consequência o silêncio da imprensa oposicionista, o fim das reuniões de republicanos radicais e o fechamento do Clube Militar. Os monarquistas que permaneceram no país, desde março, nem ousavam se manifestar.

No geral, porém, o saldo do massacre foi extremamente negativo, primeiramente para os canudenses, que foram dizimados. O próprio Exército sofreu máculas, sobretudo quando a imprensa, que antes tanto acusara os seguidores do Conselheiro, começou a lançar os holofotes sobre as atrocidades dos militares, como as vendas de crianças sobreviventes e práticas de degola dos prisioneiros, como a “gravata vermelha”.<sup>55</sup>

O golpe foi duro os monarquistas, que não ajudaram o movimento, orquestrado por indivíduos que viam como social e intelectualmente inferiores. Nunca mais os monarquistas retomaram o ímpeto reacionário contra a república, que já nem era mais um regime tão novo. Os exilados, quando retornaram ao país, jamais atuaram com o mesmo vigor. Para este esmorecimento, muito contribui a própria institucionalização da ordem republicana, mais fácil de aceitar com a solidificação da ordem civil.

A reação monarquista, no momento de declínio, voltou-se praticamente à produção intelectual, único meio de ação constante em toda a década de 1890. Como avaliou Afonso Celso, após a repressão, ou “a excitação por todos os meios dos maus instintos da massa” em São Paulo e a exploração das “animosidades

---

<sup>54</sup> Outros atentados foram planejados paralelamente a este que teve Martyr como principal mentor. Sobre o planejamento, a execução e as punições aos indiciados no atentado a Prudente, ver A. da S. Muzzi, *Os jacobinos...*, pp. 117-124.

<sup>55</sup> W. N. Galvão, “Euclides da Cunha. Os sertões”, p. 168; A. A. Milton, op. cit., pp. 142-144.

estúpidas da plebe” no Rio, os monarquistas não caíram em “abstenção absoluta”. Mas julgaram ser possível e útil apenas brandir as “armas da inteligência”.<sup>56</sup> Finalmente, foram vitoriosos.

## Memorialismo e escrita da história

Cerceados em seu ativismo político, os monarquistas passaram a se dedicar, principalmente, a obras de cunho memorialístico. Destacaram-se neste tipo de atuação Afonso Celso e Joaquim Nabuco. Como “homens-memória”, ambos pretendiam preservar do *esquecimento a lembrança* de um passado de essência distinta do presente e, cada vez mais, visto como impossível de se tornar futuro.<sup>57</sup> Para ambos, com passado pródigo de ataque ao regime deposto, embora filhos de prestigiosos políticos do Império, o exercício memorialístico era também um ajuste de contas.<sup>58</sup> Por outro lado, a proximidade de políticos poderosos facultava-lhes rico acervo documental, que também deveria ser imortalizado em suas obras. Como a sedimentação republicana tornaria cada vez mais evanescente a recordação dos feitos imperiais, Afonso Celso e Nabuco julgaram caber-lhes o dever de fixar o Império, em especial o Segundo Reinado do qual tinham uma visão intestina, como o grande período da história pátria.<sup>59</sup>

Por outro lado, a produção memorialística não era novidade para os monarquistas, até porque tinham que responder às produções republicanas, assim

<sup>56</sup> Os trechos destacados são de A. Celso, em *O assassinato...*, pp. 243-244 e p. 247.

<sup>57</sup> A expressão “homem-memória” é usada por Jacques Le Goff em referência a homens, geralmente idosos, das sociedades sem escrita ou que valorizavam a oralidade, como no medievo ocidental, pois estes indivíduos eram receptáculos de experiência. Com a criação da imprensa e das memórias artificiais eles já não seriam socialmente necessários. J. Le Goff. “Memória”, in: *Enciclopédia Einaudi, Memória-História*, volume 1, pp. 10-47. Segundo Pierre Nora, que também usa a expressão, quanto menos uma memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si homens-memória. P. Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, *Projeto História*, pp. 17-20. A expressão “homem-memória” é usada nesta tese de acordo com a perspectiva de Nora.

<sup>58</sup> Particularmente da parte de Afonso Celso, que tivera longa fase republicana, iniciada nos tempos de estudante na Academia de Direito de São Paulo, na mesma turma de Eduardo Prado e Valentim Magalhães. Na sua tese de doutorado, apresentada em 1881, sustentou que a democracia, assimilada à república, era a única forma compatível com o espírito do século e incluía, entre seus dogmas, o direito de revolução. C. Motta Filho, *A vida de Eduardo Prado*, p. 31. Seu livro *Guerrilhas*, de 1895, já havia sido uma justificativa de seu republicanismo mesmo quando parlamentar do Império, do qual se arrependera.

<sup>59</sup> Segundo Nora, os homens que assumem este desígnio, a elaboração memorial, entendem a memória como um dever, pois, quanto mais a relação com o passado é de descontinuidade, maior a necessidade de acumulação de vestígios.

como também eram contestados pelos interessados em legitimar as novas instituições. Em 1892, pouco depois que retornou do exílio, Afonso Celso publicou *Vultos e Fatos*, obra que em 1896 já estava na 4ª edição.<sup>60</sup> O capítulo sobre D. Pedro II foi um sucesso à parte, originando *Um Imperador no exílio*, livreto publicado em 1893.<sup>61</sup> Esta produção memorialística situou Pedro II em esfera sublime, ícone de um regime aos quais brasileiros eternamente estariam ligados emocionalmente. O opúsculo suscitou alentada réplica: o republicano histórico e radical Felício Buarque publicou, em 1894, *Origens Republicanas – Estudos de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio*. Felício Buarque argumentou que, contrário das supostas raízes monárquicas, a república sempre fora aspiração nacional no Brasil.<sup>62</sup>

Nos embates de memória e história, os republicanos históricos, interessados no processo de institucionalização do novo regime, contaram com o auxílio de homens também prestigiados do Império que logo aderiram à república, os neorepublicanos. Dentre estes intérpretes, os mais famosos foram: Cristiano Ottoni, ex-senador, cuja obra, *Advento da República no Brasil*, de 1890, foi imediatamente rebatida pelo visconde de Ouro Preto, como vimos, e Ferreira Viana, ex-parlamentar e ministro famoso por seu combate ao Poder Moderador, que publicou, sob o pseudônimo de Suetônio, *O Antigo Regime. Homens e coisas*

<sup>60</sup> Na primeira parte – Vultos – Afonso Celso reproduziu as anotações que fez após os contatos com 13 chefes de Estado e líderes religiosos, europeus e americanos, entre os quais o único brasileiro era D. Pedro II. Nos capítulos da segunda parte – Fatos – ele narrou episódios e aprendizados de suas viagens pela Europa, Estados Unidos e apenas uma ida ao sertão nordestino. A obra suscitou a construção de nova plêiade de vultos e fatos, em perspectiva mais brasileira, pelo padre João Manuel, *Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República*, publicada pela Tipografia do *Correio Amparense* em 1894.

<sup>61</sup> Como o próprio Afonso Celso admitiu, foi por causa do capítulo sobre Pedro II que ele foi aclamado sócio-efetivo do IHGB. No discurso de posse, a 17 de março de 1893, apresentou como principal objetivo da instituição a prestação de culto à saudade e à memória de Pedro II, pois: “neste recinto vibra imortal a saudade do extraordinário espírito que tanto o amou”. Reificando seu próprio texto, descreveu Pedro II como homem de letras e da política, um modelo de virtude privada e pública, que havia transformado “o único cetro da América no seu maior símbolo de paz e de liberdade”. Seu discurso de posse no IHGB foi um dos numerosos documentos que Afonso Celso reproduziu em edição s/d. [século XX] bastante aumentada de *O Imperador no Exílio*, pp. 68-72.

<sup>62</sup> Além de retomar idéias do Manifesto Republicano, como a de que a monarquia era uma anomalia na América, Felício Buarque fez uma narrativa histórica da aspiração republicana no Brasil desde a colônia, buscando mostrar suas remotas origens. Sobrevalorizou a atuação do Partido Republicano, particularmente Silva Jardim, que na verdade só militou nos últimos anos do Império, e apontou como o fator desencadeador do 15 de Novembro a má política do ministério Ouro Preto, principalmente a perseguição aos republicanos e militares. Como seu livro foi, acima de tudo, uma refutação ao de Afonso Celso, Felício Buarque se empenhou em mostrar como o governo de seu pai desde o início sofrera forte reação no próprio parlamento.

*da capital federal*, em 1896, uma coletânea de artigos publicados em *O País*, prefaciada por Quintino Bocaiúva.

Monarquistas e republicanos avaliaram, com sinal invertido, basicamente os mesmos temas: o Poder Moderador; a liberdade, civil e religiosa; a democracia; o sistema federativo e a representação. Refletiam sobre os fatos do presente e do passado recente, além de partilharem das mesmas “estruturas temporais” que eram, não obstante, encaminhadas diferentemente por suas mobilizações lingüísticas. Como debatedores de idéias e defensores de propostas políticas eram e se faziam “atores históricos”, que agiam também, e por vezes principalmente, por seus “atos de fala”.<sup>63</sup>

Nas disputas pela narração e inteligibilidade do passado, os monarquistas levaram vantagem. Ao longo da primeira metade do século XX, com novas roupagens e metodologias analíticas e narrativas, os relatos históricos, salvo exceções, basicamente se apropriaram da versão dos monarquistas para o 15 de Novembro e assuntos relacionados, como a própria crise do Império.<sup>64</sup>

Como abordamos nos dois capítulos precedentes, os monarquistas eram os mestres da palavra. A produção intelectual, salvo no auge associativo e partidário, sempre foi seu principal meio de atuação. O memorialismo não surgiu no terceiro momento de reação, no qual foi substancialmente recrudescido. A diferença é que após a repressão de 1896 e 1897, os monarquistas voltaram a se restringir à escrita, até pela descrença na restauração. Além disso, independente das condições objetivas para o regresso monárquico, a retórica monarquista passou a mostrar o Império como impossível de ser repetido por suas peculiaridades históricas, por sua elevação.

Em seus livros autobiográficos os homens-memória trataram do passado imperial, terreno no qual eles tiveram formação intelectual, política e espiritual.

---

<sup>63</sup> Segundo John Pocock, “os participantes do debate político, [podem ser] vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate”. J. Pocock, “O Estado da arte”, in: *Linguagens do ideário político*, p. 25.

<sup>64</sup> Esta interpretação encontra-se em L. L. de Oliveira, “As festas que a república manda guardar”, *Estudos Históricos*, pp. 172-189 e M. de L. M. Janotti, “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”, pp. 119-143, in: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, pp. 119-143. Para uma comparação entre as versões de monarquistas e republicanos, bem como suas apropriações pela historiografia até a década de 1960, ver E. V. da Costa, em “Sobre as origens da república”, in: *Da monarquia à república: momentos decisivos*, pp. 385-445.

Após um decênio de governos republicanos, Nabuco publicou *Minha formação*, em 1900, e Afonso Celso, *Oito anos de Parlamento*, em 1901. De um ponto de vista de quem vivia a consolidação republicana e descrevia da restauração, eles solidificaram uma tradição imperial para o Brasil, no sentido de “memória exteriorizada como modelo”.<sup>65</sup> Mas se tratava de um modelo não para ser seguido, porque inadaptável às novas instituições, mas lembrado e venerado porque respeitável e inigualável.

Passada a primeira década republicana, Afonso Celso definiu o Império como uma “organização essencialmente democrática”, em *Oito Anos de Parlamento*.<sup>66</sup> Admitiu que a posição do pai, senador do Império, facilitou-lhe a candidatura, aos 21 anos. Eleito em 1881, no primeiro pleito da eleição direta, decretada pela lei Saraiva, ele representou o 20º distrito de Minas também nas três legislaturas seguintes.<sup>67</sup> Num diálogo implícito com Nabuco, que acabara de publicar *Um Estadista do Império*, Afonso Celso afirmou sua autoridade, pois “tratou com os homens mais notáveis dos partidos então existentes”, foi 1º secretário da Câmara e membro de comissões importantes, como a encarregada de examinar o projeto de abolição imediata e incondicional. Afonso Celso enalteceu os 8 presidentes de conselho, 54 ministros e 12 presidentes da Câmara com os quais lidou em sua carreira parlamentar.

Como Joaquim Nabuco o fez de maneira muito mais documentada em *Um Estadista do Império*, Afonso Celso argumentou que havia concorrência na vida política do Império, tanto que “somente por meio de luta e esforço se triunfava”. O visconde de Ouro Preto mesmo, “um perfeito *self made man*”, crescera por seu “prestígio individual”, “à custa de longos labores e sacrifícios”.<sup>68</sup> O aristocratismo da sociedade imperial era aberto aos homens valorosos e operosos. Mesmo indivíduos sem estirpe recebiam títulos nobiliárquicos e eram nomeados para ordens dignitárias.<sup>69</sup> Na Câmara imperial destacava-se a elevação moral e intelectual dos parlamentares, tanto que “a Câmara apresentava-se então um

---

<sup>65</sup> A noção de tradição como “memória exteriorizada como modelo” é de U. B. de Menezes, “A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”, *Rev. Inst. Est. Bras.*, pp. 9-24.

<sup>66</sup> A. Celso, *Oito Anos de Parlamento*, ed. de 1981, pp. 9-10.

<sup>67</sup> Como já tinha feito em opúsculo, Afonso Celso prestou homenagem a Gentil de Castro, seu cabo eleitoral. A. Celso, *Oito Anos de Parlamento*, pp. 10-11.

<sup>68</sup> Id., *ibid.*, p. 10.

conjunto digno de um povo culto”. Como Nabuco, Afonso Celso também defendeu que aristocracia do talento garantia a verdadeira representação. Apesar dos “vícios das eleições”, “os deputados eram a expressão genuína, senão da vontade declarada, ao menos da inteligência e da moralidade nacionais contemporâneas”.<sup>70</sup> No Brasil “iam-se seguindo, quanto possível, as normas do parlamentarismo inglês”. Genuinamente, o parlamentarismo brasileiro foi “uma lenta conquista do espírito público”, pois “estribava-se no direito costumeiro”.<sup>71</sup> Por isso, ele listou as práticas que iam consolidando o parlamentarismo no país:

Pode-se datar daí [20 de julho de 1847, com o decreto de criação do cargo de primeiro-ministro] a fixação do parlamentarismo no Brasil. O imperador adota a prática de consultar o presidente do conselho demissionário sobre a escolha do seu sucessor. Outorga ao presidente do conselho ampla liberdade para nomear seus colegas. Com raras e profligadas exceções, só entram para o ministério, salvo o caso de mudança de situação, membros influentes da maioria da Câmara e do Senado. As Câmaras intervêm em todos os atos administrativos. Os ministros prestam-lhes contas minuciosas. [...] No meu tempo, nada menos de 6 ministros [...] deixam as pastas, em virtude de insucesso eleitoral. [...] Por fim, nos últimos anos da Monarquia, em caso de crise ministerial, o Imperador ouvia os presidentes das duas Câmaras, e os chefes políticos mais eminentes.<sup>72</sup>

Afonso Celso acabou produzindo um “lugar de memória” para o parlamento imperial. Segundo a sua narrativa, o imperador pouco usava o Poder Moderador; quando o fazia, agia legitimamente, de acordo com a prerrogativa que lhe garantia a Constituição, e para benefício do país, dada sua magnificência. O presidencialismo, ao contrário, dava margem à política personalista e, mesmo, à ditadura. No combate à república presidencialista, Afonso Celso recorreu à autoridade de um republicano como Sívio Romero, em *Parlamentarismo e Presidencialismo*, obra publicada em 1893, quando o autor estava impactado pelo governo militar de Floriano Peixoto.

Afonso Celso descreveu também “os bastidores e os quartos baixos” da política, “os mil manejos do politiquismo em ação”, como o jogo político local, a falta de gravidade e seriedade de muitos deputados, além das intrigas contra ministros. Todavia, ele destacou principalmente as virtudes da política imperial,

<sup>69</sup> Id., *ibid.*, p. 14.

<sup>70</sup> Id., *ibid.*, p. 69 e p. 82.

<sup>71</sup> Id., *ibid.*, p. 115.

<sup>72</sup> Id., *ibid.*, p. 119.



como a lisura nas lutas eleitorais do 20º distrito e a baixa corrupção, tanto que “a política até então não enriquecera ninguém no Brasil”, cujos ministros, incluindo o presidente do conselho, recebiam apenas 12 contos por ano. Ao tratar dos “personagens principais” da cena política, os presidentes de conselho, Afonso Celso supervalorizou as qualidades do sistema político imperial, aparelhado para evitar o mal.<sup>73</sup> Acima destes homens velhos, ilustres e experientes, estava o imperador, “repositório vivo dos negócios do Estado, funcionário exemplar, modelo inexcedível do escrúpulo no desempenho das suas obrigações”.<sup>74</sup>

*Oito Anos de Parlamento* não deixou de ser obra de *mea culpa* de ex-parlamentar, filho de um estadista do Império, que se declarara adepto do Manifesto Republicano desde seu discurso de estreia, a 28 de fevereiro de 1882. Em vários discursos repetira doestos contra o monarca, como a expressão “príncipe conspirador” de Ferreira Vianna, alegando que a monarquia só se mantinha por tolerância. Da tribuna, defendeu que os liberais deveriam preparar a república. Por isso, nos próprios Anais da Câmara era possível ver como a ideia republicana avançava, inclusive entre os parlamentares.<sup>75</sup> De maneira distinta do pai, um dos construtores da versão do 15 de novembro como mero levante militar, Afonso Celso usou a intensificação da campanha republicana para defender o gabinete Ouro Preto das acusações de que seus erros levaram à queda do Império. Ao falar da ascendência de Saraiva sobre Pedro II e seu extraordinário prestígio entre os colegas, Afonso Celso argumentou que: “se o Império, no derradeiro período, seguiu rumo errado e cometeu faltas, a maior responsabilidade cabe a Saraiva, que podia ter orientado de modo diverso esse rumo e evitado tais faltas”.<sup>76</sup> Culpar Saraiva pelos erros da monarquia em seus momentos finais foi uma maneira de eximir o pai das responsabilidades como último chefe de governo do Império. Não deixou de ser também um esforço de “redenção futura”, no sentido de que fala Heymann, isto é, uma tentativa de reconhecimento da história em relação a um fator negado pelos contemporâneos.<sup>77</sup> O balanço de suas ações e

<sup>73</sup> Id., *ibid.*, pp. 15-23, p. 54 e p. 69.

<sup>74</sup> Id., *ibid.*, p. 53.

<sup>75</sup> Id., *ibid.*, pp. 100-110.

<sup>76</sup> Id., *ibid.*, pp. 36-37.

<sup>77</sup> L. Q. Heymann, “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller”, *Estudos Históricos*, p. 41.

o juízo agudo dos atos dos outros se devia ao excessivo cuidado com a autoimagem, característica típica dos monarquistas.

\*\*\*

Também filho de notório político do Império, Nabuco encarnou a “memória-dever”, levando anos para escrever uma biografia do pai que se tornou o mais bem documentado painel do Segundo Reinado. Com a autoreclusão, em outubro de 1893, Nabuco começou a arrumar e classificar os arquivos de Nabuco de Araújo, faina em que gastava 4 horas diárias.<sup>78</sup> A vasta documentação constituía os “pecúlios” deixados pelo pai, numa vida “toda de gabinete, de pensamento, de trabalho intelectual incessante”.<sup>79</sup>

Embora em inícios de 1894 já tivesse o suficiente para levantar um verdadeiro “monumento” à “memória” do pai, Nabuco pediu ao cunhado que solicitasse relatórios e documentos dos homens do Império que viviam na Europa.<sup>80</sup> Em setembro do ano seguinte, com o acréscimo de notas e matérias fornecidas por amigos do pai, Nabuco já havia concluído o esboço da obra, “um imenso manuscrito que dá para três grossos tomos”. Ainda assim se ressentia de não ter acesso ao arquivo do imperador, que permitiria estudar o Segundo Reinado “do ponto de vista central, do ponto de convergência e irradiação de todas as correntes e forças que o constituíram”.<sup>81</sup> O primeiro volume ficou pronto para ser editado em dezembro de 1896.<sup>82</sup>

No quadro traçado, Nabuco situou o fundo tão apuradamente quanto a figura. Daí que, mais do que biógrafo, ele assumiu a função de historiador. Todos os grandes acontecimentos, feitos e estadistas – até mesmo para sinalizar a posição do pai entre estes – deveriam ser objeto de atenção. Daí o subtítulo de *Um Estadista do Império: José Thomaz Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época*.

<sup>78</sup> J. Nabuco, *Diários*, 26 de outubro e 6 de novembro de 1896, p. 335 e p. 340.

<sup>79</sup> J. Nabuco, “Prefácio”, *Um estadista do Império*, 5ª ed., p. 31.

<sup>80</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, Petrópolis, 10 de março de 1894, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 226-230.

<sup>81</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, Rio, 23 de setembro de 1894, *ibid.*, p. 243.

<sup>82</sup> O caráter monumental da obra só se intensificou ao longo do século XX. Basta observarmos a extensa perigrafia da edição mais recente, de 1997, pela editora Topbooks: anexos e apêndices, com quadros, transcrições de documentos e artigos de comentaristas praticamente compõem uma obra à parte – um acervo sobre a construção, recepção da obra e sua metacrítica.

Valendo-se de fontes diversas – cartas, anotações de diário, artigos da imprensa e principalmente discursos e relatórios oficiais –, Nabuco defendeu que a verdadeira e legítima política era aquela realizada em seus lugares específicos: gabinetes e parlamento. Diversamente da república, onde reinavam o personalismo e o particularismo, no Império, e não apenas no Segundo Reinado, teriam prevalecido as grandes questões e interesses gerais. Esta chave de leitura encontra-se também nas outras obras políticas de Nabuco produzidas ao longo dos anos em que redigia *Um Estadista*. Esta era a grandeza imperial: os particularismos não prevaleciam sobre a política parlamentar, levada a efeito pelo escol da sociedade brasileira. Era esta elevação de nível que ele queria fixar como padrão do passado recente.

Como qualquer obra, *Um Estadista do Império* guarda relação com seu contexto específico de produção, com conteúdo, características estéticas e protocolos narrativos de sua época. Segundo Thompson, a vivência de uma crise pode ser fundamental para a obra de um autor, daí a importância de se atentar para a experiência histórica vivida. Na tensão entre aspiração ilimitada e realidade agressiva pode surgir o impulso criativo.<sup>83</sup> As questões colocados em contextos históricos de transição, como de um regime político a outro, podem servir como matéria-prima ou motivação para a produção textual. A lógica de *Um Estadista do Império* foi traçada pela aversão de Nabuco ao “terror jacobino”. No “Prefácio”, fica explícito o móvel da construção da visão antitética de Nabuco entre república e Império: “nossas antigas lutas pacíficas” em tudo se contrapunham ao “duelo da artilharia do mar e da terra nesta baía”. A mensagem era: hoje vivemos num contexto de guerra civil, bem distinto da “*Grande Era Brasileira*”.<sup>84</sup>

Para além das características contingenciais, a obra trabalhou com valores e noções gerais e universais, como civilização, o que lhe garantiu transcendência. Mais do que isso, Nabuco reiterou e sofisticou algo já conhecido: a retórica monarquista, cujas bases foram estabelecidas no primeiro momento de reação, por Eduardo Prado, em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. O próprio eixo em torno do qual a obra foi erigida era comum na produção intelectual do século XIX: a

<sup>83</sup> E. P. Thompson, “Desencanto e apostasia”, in: *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária*, p. 55 et seq. Observemos que as considerações de Thompson foram feitas com base na análise de romances do romantismo inglês.

<sup>84</sup> J. Nabuco, “Prefácio”, *Um estadista do Império*, p. 32, grifo no original.

contraposição entre civilização e decadência/barbárie. A caracterização do Segundo Reinado foi quase a mesma de Prado e dos demais monarquistas: como os cinquenta anos de paz, de salvaguarda da democracia e manutenção da unidade do país.<sup>85</sup> Por outro lado, Nabuco não efetuou o deslizamento narrativo relativamente comum nos outros monarquistas: a descrição do Império a partir desta caracterização do reinado de Pedro II. Ao contrário, as regências e parte dos anos 1840 teriam sido marcados pela luta contra anarquia e a desordem.

A inovação de Nabuco, em relação à retórica monarquista, foi a valorização do Segundo Reinado como unidade portadora de sentido próprio – a fiel manutenção da liberdade civil, do progresso material, da paz interna e da integridade territorial – dignificando ainda mais o Império.

Outro diferencial de Nabuco é o caráter monumental de *Um Estadista*, redigido em estilo literário com prosa sofisticada e estruturada de maneira grandiloquente. Embora fosse uma construção memorialista, *Um Estadista* se exteriorizou como produção histórica: no duplo sentido, como escrita da história e como obra célebre. Autor, obra, atores e período deveriam ser consagrados. A apoteose da história brasileira, o reinado de Pedro II, deveria ser apresentada de maneira esplendorosa. Daí o caráter impactante da obra, que se transformou em referência obrigatória para a coleta de informações e entendimento do Segundo Reinado.

Atentemos que o gênero biográfico não era novidade alguma no Brasil dos anos 1890, quer entre monarquistas, quer entre republicanos. No embate de memórias, foi biografado até um parlamentar vivo, no *Perfil biográfico do Dr. Bernardino de Campos*, por Garcia Redondo, em 1895. A estratégia de se valer da biografia para tratar de temas políticos já era praticada desde 1867, com *O Conselheiro Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*, na qual Tito Franco de Almeida tivera por objetivo principal o ataque ao imperialismo, isto é, ao Poder Moderador. Em 1892, Teixeira Mendes publicara uma biografia em que o subtítulo deixa claro seu investimento legitimador do novo regime: *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da república brasileira*.

---

<sup>85</sup> J. Nabuco, *Um estadista do Império*, p. 58.

*Um Estadista do Império* foi publicado em três tomos. Os dois primeiros saíram em 1898 e o terceiro, em 1899, publicados na França, pela conceituada editora Garnier, que também tinha sede no Rio de Janeiro.<sup>86</sup> Para a edição e publicação, Nabuco mobilizou vários amigos. A revisão das provas foi feita pelo barão do Rio Branco, já que a “apologia” ao seu pai, o visconde do Rio Branco, só não foi maior que a de Nabuco de Araújo. Por meio de missivas, Nabuco propagandeou sua obra e brindou instituições e autoridades com os volumes, assim que saíram a lume.<sup>87</sup> Como os primeiros capítulos haviam sido publicados na *Revista Brasileira*, a “isenção de espírito de Nabuco” em obra “não à maneira seca das biografias de almanaque, mas pelo estilo dos ensaios ingleses”, já passara pelo enaltecimento de uma pena como a de Machado de Assis.<sup>88</sup>

*Um Estadista do Império* foi também uma autobiografia, ou seja, uma narrativa memorialística da própria trajetória político-intelectual de Nabuco.<sup>89</sup> Em várias notas, Nabuco reproduziu trechos de seus trabalhos, da década de 1880 e inícios da de 1890, e anotações feitas aos mesmos por ninguém menos que o imperador, ao qual ele teria inspirado a escrever sua *Fé de Ofício*. Nabuco seria uma prova do ambiente propiciado pelo Império para quem desejasse sólida formação intelectual e moral.

O Império tanto constituía a era de ouro do Brasil, que teve realizações genuínas, como o Conselho de Estado, “essa admirável criação do espírito brasileiro”, “uma grande concepção política, que mesmo a Inglaterra nos podia invejar”.<sup>90</sup> Como Nabuco explicou ao crítico Eunápio Deiró, o “assunto” do livro era a história política brasileira e os homens que figuram nela, a sua “especialidade literária”. Por isso, Nabuco disse ter pintado “um quadro sem

<sup>86</sup> Carta de Joaquim Nabuco ao visconde de Taunay, s/d., in: *Cartas a amigos*, vol. 1, pp. 282-283; a Arthur de Sousa Correa, Rio, 26 de julho de 1898, *ibid.*, pp. 284-285; a Domingos Alves Ribeiro, 1º de agosto de 1891, *ibid.*, pp. 286-287; a Rodolfo Dantas, 6 de outubro de 1898, *ibid.*, pp. 291; a Hilário de Gouvêa, Rio, 4 de novembro de 1898, *ibid.*, pp. 293-294; a Domingos Alves Ribeiro, Londres, legação do Brasil, 16 de junho de 1899, in: *Cartas a amigos*, vol. 2, pp. 30-31; a Tobias Monteiro, St. Germain-em-Laye, 29 de junho de 1899, *ibid.*, pp. 33-35; a José Carlos Rodrigues, Pougues, 21 de julho de 1899, *ibid.*, pp. 35-36; a Soares Brandão, Bex, 14 de setembro de 1899, *ibid.*, pp. 42-44.

<sup>87</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Hilário de Gouvêa, Rio, 4 de novembro de 1898, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, p. 293-294; carta a Hilário de Gouvêa, 14 (?) de novembro de 1898, *ibid.*, pp. 294-296; carta a Domingos Alves Ribeiro, Rua de Olinda, 12 de dezembro de 1898, *ibid.*, pp. 298-299.

<sup>88</sup> Machado de Assis, *A Semana*, 11 e 22 de agosto de 1895, comentários reproduzidos na 5ª ed. de *Um Estadista do Império*, pp. 1285-1287.

<sup>89</sup> R. Salles, *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*, p. 16 e p. 28.

<sup>90</sup> J. Nabuco, *Um Estadista do Império*, p. 1093.

sombras”, sem falar desses políticos “o mal que outros poderiam dizer”.<sup>91</sup> Exitoso em vida, diante da boa recepção da obra e de uma fortuna crítica que crescia a seus olhos, Nabuco intensificou o aconselhamento aos jovens literatos, como já fazia em artigos da *Revista Brasileira*.<sup>92</sup> A escrita eficaz era aquela que se fazia “*além das nuvens*”, isto é, a que se colocava acima dos nevoeiros das paixões do dia, sempre passageiras. Por isso, em *Um Estadista*, ele narrou as idéias e atitudes dos políticos pelo nível mais elevado.<sup>93</sup>

Os estadistas do Império, a começar pelo imperador, foram erigidos de maneira modelar. A prosa fundamentada sobre os feitos dos destes políticos não deveria, contudo, conduzir a uma amplificação de virtudes conforme o modelo ciceroniano da *historia magistra vitae*. Os fatos e feitos narrados em *Um Estadista* jamais poderiam ser emulados. Seus atores eram exemplares na medida em que estavam congelados num passado que, por sua magnitude, não poderia ser copiado e superado.

O monumental trabalho teve um efeito muito proveitoso: colou a trajetória político-intelectual de Nabuco à de seu pai, “essencialmente um *leader*, um guia, um condutor político”.<sup>94</sup> Por meio da biografia do pai e da descrição da política do Segundo Reinado, Nabuco pretendeu legitimar seu próprio liberalismo conservador sob a república: a trajetória do pai, reformador porque conservador, servia como elemento de ataque ao radicalismo republicano. Por outro lado, quando a república tomasse caráter moderado, os liberais poderiam se compatibilizar com ela. Mais adiante, *Um Estadista do Império* serviu para Nabuco justificar sua adesão à república, afirmando que, com seu monumento à monarquia, ter feito mais por ela do que todos os restauradores.<sup>95</sup>

<sup>91</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Eunápio Deiró, Rio, 3 de janeiro de 1900, in: *Cartas a amigos*, vol. 2, pp. 60-61. Eunápio Deiró havia feito simpático texto sobre Nabuco de Araújo, em *Estadistas e parlamentares*, uma das fontes usadas em *Um Estadista do Império*.

<sup>92</sup> Este é, inclusive, um dos prismas sob o qual pode ser lido *Minha Formação*, cujas variantes e acréscimos começaram a ser feitos logo após a publicação de *Um Estadista*. M. V. Freitas, “Literatura e estilo em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco”, *O eixo e a roda*, pp. 57-72.

<sup>93</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Tobias Monteiro, St. German en Laye, 20 de maio de 1900, in: *Cartas a amigos*, vol. 2, pp. 71-75.

<sup>94</sup> J. Nabuco, *Um Estadista do Império*, p. 1079.

<sup>95</sup> No discurso lido no banquete, de 1906, em sua homenagem no Cassino Fluminense, por ter conseguido que a terceira conferência pan-americana se realizasse no Rio, Nabuco afirmou que: “Desde a morte de Saldanha da Gama, sentindo que as guerras civis não se devem repetir, que não se deve duas vezes sujeitar a causa do país a esse terrível julgamento, recolhi-me ao isolamento dos meus livros e nenhuma aliança mais tive com a direção do partido monarquista. Nesses cinco anos, entretanto, eu fiz pela história da Monarquia mais do que possam ter feito todos os outros que a

Com a autobiografia *Minha Formação*, Nabuco completou sua elevação a intelectual do Império. Além de ter se formado no ambiente aristocrático do Segundo Reinado, aprimorou seu intelecto nas viagens à Europa, particularmente com a estadia na Inglaterra, não deixando a desejar a nenhum outro pensador de seu tempo.<sup>96</sup>

Nabuco começou a redigir, em 1893, quando mal completara 44 anos, os textos compilados em *Minha Formação*.<sup>97</sup> Os primeiros ensaios foram publicados em 1896, em sua colaboração para o *Comércio de S. Paulo*.<sup>98</sup> Nabuco tratou de temas leves, em crônicas de sua juventude e viagens. Chamou a série, de 19 artigos, de “Formação Monárquica”. Para o roteiro, inspirou-se em *Souvenirs d'enfance et de jeunesse*, de Renan, seu referencial em vários escritos.<sup>99</sup> Tratou da elevação espiritual e moral que o Império forneceu às suas gerações. Alguns capítulos de *Minha Formação* também foram inicialmente publicados no *Jornal do Comércio* e na *Revista Brasileira*.<sup>100</sup> Concluído em 1899, o livro foi publicado, também pela casa Garnier, em 1900.<sup>101</sup>

No “Prefácio”, Nabuco advertiu ao leitor que não trataria de política: “A política, entretanto, não foi a minha impressão dominante ao traçar estas reminiscências... Eu já me achava então fora dela”.<sup>102</sup> No entanto, a política esteve pulverizada ao longo de todo o livro. O próprio autor explicou a estrutura da obra: “A primeira ideia fora contar minha formação monárquica; depois, alargando o

---

servem, levantando os homens de Estado do antigo regime no pedestal que hão de ficar, e elevando ao imperador, ao mesmo tempo que por piedade filial cumpria um dever para com a memória de meu pai, um monumento que o máximo esforço da minha inteligência e da minha dedicação me permitiam levantar-lhe.” J. Nabuco, *A república é incontestável*, pp. 96-97.

<sup>96</sup> J. Nabuco, *Minha Formação*, pp. 35-52.

<sup>97</sup> Nessa época Nabuco terminou *Foi Voule. Myterium Fidei*, escrito entre 1892 e 1893. O capítulo “Massangana” originalmente pertencia a este conjunto de textos, mas Nabuco o traduziu e o incluiu em *Minha Formação*. Em *Foi Voule*, ele explicou sua reconversão religiosa ao catolicismo nos últimos anos. Carta de Joaquim Nabuco a André Rebouças, Petrópolis, 28 de janeiro de 1893, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, p. 221. Nabuco não publicou *Foi Voule* porque, aparentemente, pretendia fazer uma revisão textual. J. Nabuco, *Minha Formação*, p. 19. A obra foi publicada pela primeira vez em 1971, pela Université de Provence, em edição de Claude-Henri e Nicole Frèches. Em português, sob o título *Minha Fé*, a primeira edição, pela Fundaj/Massangana, saiu em 1985. Ver “Nota da Editora Massangana” a esta edição.

<sup>98</sup> J. Nabuco, “Prefácio”, *Minha Formação*, p. 13.

<sup>99</sup> A. Alonso, op. cit., p. 274 e p. 279.

<sup>100</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Domingos Alves Ribeiro, 7 de setembro de 1898 e ao barão de Penedo, Rio, 26 de dezembro de 1898, in: *Cartas a amigos*, vol. 1, respectivamente, pp. 289-291 e pp. 297-298.

<sup>101</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Carlos Magalhães de Azeredo, Biarritz, 4 de abril de 1900, in: *Cartas a amigos*, vol. 2, pp. 64-65.

<sup>102</sup> J. Nabuco, “Prefácio”, *Minha Formação*, p. 14.

assunto, minha formação político-literária ou literário-política; por último, minha formação humana”.<sup>103</sup> Por isso, na primeira parte de *Minha Formação*, Nabuco fez “confissão” de sua “formação política”, demarcando 1873, início de sua primeira estadia em Londres, como ano de sua “fixação monárquica”.<sup>104</sup> Sua “estética política” se solidificara na estadia nos Estados Unidos, 1876-1877, país onde, em sua ótica, só entravam para a política institucional os homens da classe mais inferior da sociedade, transformando o governo em “pura gestão de negócios”.<sup>105</sup> Nabuco se esforçou em minimizar a influência da política na redação de *Minha Formação* porque quando redigiu o “Prefácio” tinha nova preocupação: posar bem entre os republicanos, pois se tornara o mais novo diplomata da república.<sup>106</sup>

Já no primeiro capítulo, ao falar do “fundo hereditário” de seu liberalismo, Nabuco abordou a passagem do pai do campo conservador para o liberal, levando “as regras hieráticas do governo para as aspirações ainda informes da democracia”, tornando-se o “oráculo” do Senado.<sup>107</sup> O liberalismo de Nabuco, de matriz conservadora conservadora, foi acrescido pelo “contágio do espírito inglês”: primeiramente pela leitura de Bagehot, iniciada aos 19 anos, e depois pela experiência *in loco*.<sup>108</sup> Sobre a superioridade da monarquia constitucional e parlamentar à república presidencialista, Nabuco repetiu a metáfora do relógio usada em *Balmaceda*: o governo norte-americano marcava as horas da opinião

<sup>103</sup> J. Nabuco, *Minha Formação*, p. 134.

<sup>104</sup> Id., *ibid.*, p. 41, p. 37, p. 34 e pp. 64-65.

<sup>105</sup> Id., *ibid.*, pp. 104-110 e p. 113.

<sup>106</sup> Em 9 de abril de 1899, Nabuco aceitou o encargo, que lhe propôs o presidente Campos Sales, de defender o interesse brasileiro na disputa de fronteira com a Guiana Inglesa. Num esforço de justificação diante de amigos – e da posteridade – enviou várias cartas justificando seu ato. Em março de 1900, com a morte do chefe da legação brasileira em Londres, Souza Correia, Nabuco foi convidado para substituí-lo. Tratava-se então do posto mais importante do serviço diplomático brasileiro, dadas as relações financeiras do país com a praça de Londres. Nabuco pediu para ser designado Plenipotenciário em missão especial, evitando ser funcionário da república, o que aceitou em agosto. Apesar da derrota na causa da Guiana Inglesa, em 1904 – pois o laudo do árbitro, o rei da Itália, deu à Inglaterra 3/5 do território em litígio – Nabuco foi convidado, pelo barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, para ser o responsável pela primeira embaixada brasileira nos Estados Unidos. A partir de então, ele abraçou a causa do pan-americanismo, um substituto à altura do abolicionismo, posto que interesse suprapartidário.

<sup>107</sup> J. Nabuco, *Minha Formação*, pp. 17-20. A definição do pai como “oráculo” foi adensada no capítulo “Meu pai”, pp. 119-128.

<sup>108</sup> Id., *ibid.*, p. 20, p. 27 e p. 83.



enquanto o inglês, os segundos; a república era um relógio cuja mola tinha que ser trocada, já a monarquia tinha maquinário perpétuo.<sup>109</sup>

O cosmopolitismo e o aristocratismo teriam sido sentimentos que o fizeram afluir a questões da civilização, pois: “acima de quaisquer partidos está a boa sociedade”.<sup>110</sup> A sensibilidade à “impressão aristocrática da vida”, intensificada com a viagem à Europa, o afastou do republicanismo e de qualquer “tendência sistêmica”.<sup>111</sup> Daí seu retraimento da “política propriamente dita, que é a local, a do país, a dos partidos” e o interesse pela “Política, com P grande, isto é, da política que é história”, relativa a questões civilizacionais, ligadas à humanidade.<sup>112</sup>

Liberalismo, cosmopolitismo e aristocratismo foram usados como elementos autoidentitários por Nabuco.<sup>113</sup> Por isso, ele teria se tornado monarquista acima do conflito das facções políticas. Essa autoimagem se casava muito bem com a de um penitente monarquista que gradualmente aderiu à república: assim como não havia sido dogmático e partidário sob a monarquia não teria a obrigação de ser ortodoxo sob a república. Nabuco explicou que: “eu não podia repelir a República no Brasil somente por admirar a Monarquia inglesa de preferência à Constituição America”.<sup>114</sup> Seu histórico como deputado teria sido marcado por uma causa nacional, suprapartidária e de alcance universal: o fim da escravidão.<sup>115</sup> O intelectual cosmopolita se alçou a estadista do Império: “Pelo sentimento, pela atitude, pelo emprego da vida, acredito ter sido, em meu plano inferior, uma das mais consistências figuras de nossa política”.<sup>116</sup>

Só o abolicionismo poderia conferir coerência – ou segundo Nabuco, consistência – a uma trajetória política pouco retilínea. A sensibilidade em relação ao escravo o teria dominado desde a infância.<sup>117</sup> Em *Minha Formação*, Nabuco completou e sofisticou, pois já a construía em outros escritos autobiográficos – como nas cartas e anotações de diário – parte de uma legenda fortíssima que

<sup>109</sup> Id., *ibid.*, pp. 21-29 e pp. 30-34.

<sup>110</sup> Id., *ibid.*, p. 43.

<sup>111</sup> Id., *ibid.*, p. 81.

<sup>112</sup> Id., *ibid.*, pp. 35-36.

<sup>113</sup> Id., *ibid.*, p. 80.

<sup>114</sup> Id., *ibid.*, p. 84.

<sup>115</sup> Id., *ibid.*, p. 43 e p. 188.

<sup>116</sup> Id., *ibid.*, p. 39.

<sup>117</sup> Id., *ibid.*, pp. 30-31. Esta é a ideia central do capítulo “Massangana”, pp. 134-141.

construiu para sua memória: a de líder abolicionista. Este rótulo tinha a vantagem de não bater de frente com a atuação recém iniciada: a de diplomata sob a república que um dia teria que se dizer favorável à nova forma de governo. Afinal: “Desistir da ideia monárquica não é tão fácil como parece”.<sup>118</sup> Por isso, Thiers foi evocado como exemplo de prestação de serviços a grandes causas, ao destruir “o antigo monopólio jacobino sobre a idéia republicana”.<sup>119</sup> Na trajetória do político francês, Nabuco explicou a sua adesão à república: “o grande efeito sobre mim daquela atitude de Thiers e dos parlamentares da monarquia de Julho era dar-me uma grande prova experimental de que a forma de governo não é uma questão teórica, porém prática, relativa, de tempo e de situação”.<sup>120</sup>

Ao mesmo editor de *Um Estadista do Império e Minha Formação*, Garnier, Nabuco encomendou a publicação, em 2 volumes, de *Escritos e Discursos Literários*, coletânea que incluía também textos políticos.<sup>121</sup> A obra completou o empreendimento autobiográfico de Nabuco com *Um Estadista e Minha Formação*. No “Prefácio”, ele apresentou um balanço de suas idéias nas duas últimas décadas:

Nesses vinte anos que medeiam entre os primeiros e os últimos trechos foram, grandes as transformações das minhas ideias em religião, política, arte, literatura. Basta a mudança religiosa para afetar, pode-se dizer, todas as outras ideias e sentimentos. Por isso rogo ao leitor que ao percorrer estes escritos se refira à data de cada um. Quanto à religião, antes de 1893 ele quase não encontrará vestígio da refluorescência católica que então começa; quanto à política, é visível até 1888 a preocupação abolicionista; de 1888 a 1894 a preocupação monárquica, principalmente como fidelidade ao 13 de Maio, e de 1894 a 1899 (período da Vida de meu pai) como preservação da verdade histórica e das tradições liberais que são a herança política dos brasileiros sob qualquer regime. Da fase atual, em que me desprendi de todo da política, quase nenhum traço haverá ainda neste livro.<sup>122</sup>

<sup>118</sup> Id., *ibid.*, p. 85.

<sup>119</sup> Desde o Império, Nabuco já admirava Thiers, como se expressou nos diários de 1876-77, no período em que era adido da legação brasileira em Washington, e no seu primeiro opúsculo, *O povo e o trono*, escrito em 1868 e publicado no ano seguinte, tal como vimos no primeiro capítulo da Parte I. Apesar de ter sido monarquista durante toda a vida, em razão da queda do Terceiro Império, em 1871, Thiers assumiu o posto de chefe do poder executivo, tornando-se republicano conservador.

<sup>120</sup> J. Nabuco, *Minha formação*, p. 51.

<sup>121</sup> Em *Escritos e Discursos Literários*, Nabuco republicou artigos da imprensa, como os relativos aos funerais do imperador; reproduziu o opúsculo *Reposta às mensagens do Recife e de Nazaré*; transcreveu discursos proferidos em variadas ocasiões: em banquetes, na inauguração do novo prédio do Gabinete Português de Leitura, na quermesse de 1893 pelos feridos na Revolução Federalista e sua posse no IHGB.

<sup>122</sup> J. Nabuco, “Prefácio”, *Escritos e Discursos Literários*, pp. VII-VIII.

Como já vinha esboçando nas correspondências, um dos principais elementos constitutivos de seu caráter político era o liberalismo, princípio que cabia bem quer ao feitiço monarquista quer ao republicano. Seu presente e futuro político ainda não teriam contornos definidos, o que é um reflexo da pressão que sofria, inclusive da parte do presidente Campos Sales para que o diplomata se manifestasse publicamente pela república, o que Nabuco só fez em 1906, no discurso *A república é incontestável*.

### **Acomodação à república**

A 15 de novembro de 1898, Prudente de Moraes transmitiu o cargo de presidente da república a Campos Sales, consolidando a ordem civil no país. O recém empossado recebia como legado, apesar dos problemas na esfera financeira, relações amistosas com o Legislativo e acordos com líderes políticos regionais que conferiam estabilidade administrativa ao Executivo.

A normalização dos mecanismos republicanos ajudou a esfriar o ímpeto monarquista. O regresso monárquico e o apoio para esta empreitada pareciam cada vez mais distantes e, mesmo, desejáveis.

Abrandado o clima de tensão com a vitória da quarta expedição a Canudos, em outubro de 1897, Ouro Preto retornou do autoexílio na Europa. Desiludido da propaganda restauradora, o visconde abandonou a vida política, dedicando-se à advocacia. Ainda assim, até a morte em 1912, manteve relações personalizadas com os membros da família imperial. Nas missivas ainda falava como chefe do Diretório Monarquista, associação então apenas simbólica.

Apenas em 1899, Ouro Preto teve um rápido retorno à cena pública: ao idealizar e organizar a coletânea *Década Republicana*. O objetivo, como ele mesmo explicou em cartas, era fazer contraponto entre as condições do Brasil em 1889 e a situação em que o país ficou após o “levante militar” e dez anos de administrações republicanas, ou seja, “uma resenha completa dos fatos mais notáveis sucedidos neste decênio funesto”.<sup>123</sup> A iniciativa foi feita em nome do

<sup>123</sup> Carta do visconde de Ouro Preto a José da Costa Silva, Paris, 10 de junho de 1890; carta do Visconde de Ouro Preto, Domingos de Andrade Figueira e Lafayette Rodrigues Pereira a José da Silva Costa, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1899. Acervo Histórico do Museu Imperial. Nesta

Diretório Monarquista, apenas abstratamente reorganizado, tanto que seus outros dois chefes, João Alfredo e Lafaiete, e elementos de segunda grandeza, como Andrade Figueira, não redigiram nenhum dos volumes da obra coletiva. Ouro Preto, que se encarregou do trabalho de coordenação e edição, pela casa Laemmert, mantinha a princesa Isabel atualizada acerca do andamento dos trabalhos, tendo-lhe, evidentemente, enviado o primeiro volume assim que publicado.<sup>124</sup>

Dos 16 trabalhos – agrupados em 8 volumes, publicados 2 em 1899, 4 em 1900 e os 2 últimos em 1901 – Ouro Preto escreveu *Finanças e Armada Nacional*, além dos prefácios.<sup>125</sup> Assim que saiu o primeiro volume, o estilo narrativo e documental da obra chamou atenção. Nos comentários críticos, mesmo jornais republicanos, como o *Diário Popular*, saudaram os “historiadores” monarquistas.<sup>126</sup>

*Década Republicana* foi um esforço de memória e de crítica: parte do passado monárquico era lembrada como instrumental de crítica à república. Esse era um caso de tentativa de exercício de poder em período republicano: o poder de lembrar um passado recente em contraposição ao presente, agindo os monarquistas como “senhores da lembrança e do esquecimento”.<sup>127</sup>

Os autores de *Década Republicana* usaram e transcreveram farta documentação, oriunda de várias esferas, sobretudo da política institucional. Eles visavam o reconhecimento de sua objetividade e imparcialidade enquanto autores, ainda mais tendo por objeto um passado imediato. A densa reprodução de fontes ainda permitia que se apresentassem como fornecedores de matéria-prima para os historiadores do futuro.

Os monarquistas produziam, sobretudo, memória: burilaram molduras dentro das quais a ordem e a liberdade do Segundo Reinado deveriam ser

---

última carta, Silva Costa, procurador da família imperial no Brasil, foi convidado a escrever acerca da “legislação sob o ponto de vista do direito privado”, o que aceitou.

<sup>124</sup> Cartas do visconde de Ouro Preto à princesa Isabel, Alto da Serra, 17 de novembro de 1899, Rio de Janeiro, 24 de outubro e 5 de dezembro de 1899. Acervo Histórico do Museu Imperial.

<sup>125</sup> Maria de Lourdes Janotti apresenta uma síntese dos trabalhos da *Década Republicana*, na obra *Os subversivos da república*, pp.192-214.

<sup>126</sup> *Diário Popular*, 2 de dezembro de 1899, apud A. Celso, *O visconde de Ouro Preto*, pp. 112-113.

<sup>127</sup> J. Le Goff, “Memória”, in: *Enciclopédia Einaudi, Memória-História*, vol. 1, p. 13.

contrapostas ao caos e a anarquia do primeiro decênio republicano.<sup>128</sup> Entretanto, seus constructos foram empreendidos de maneira tão sistemática que, perdedores no plano político, eles foram os historiadores *par excellence* dos primeiros anos republicanos.

A organização da *Década Republicana* foi a última atuação propriamente monarquista de Ouro Preto. Mesmo assim, foi intimado no rol dos implicados no motim da Escola Militar, em 14 de novembro de 1904, sob a presidência Rodrigues Alves. Acabou solto após se defender com base em artigos da Constituição e do Código Penal. Foi nomeado professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Também redigiu pareceres e discursos para o IHGB, do qual foi eleito sócio efetivo em 1900. Morreu em 21 de fevereiro de 1912, dia em que completaria 76 anos. No testamento, redigido em 1906, aconselhou os filhos, Afonso e Vicente, que aderissem à república, da qual haviam recusado cargos.<sup>129</sup>

A acomodação dos monarquistas ao novo regime foi influenciada pelos contatos com republicanos em duas instituições: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já um reduto de saudosistas, e a Academia Brasileira de Letras, para cuja fundação contribuíram Afonso Celso, Eduardo Prado e Joaquim Nabuco. No IHGB e na ABL, os monarquistas se abrigaram e, ao mesmo tempo, eram resplandecidos pelos holofotes. Em nome do saber e das letras, antigos ressentimentos foram amainados.<sup>130</sup>

Desde 1890, com o início da institucionalização republicana, sócios do IHGB, como Manuel Francisco Correa e Teixeira de Mello, descreviam a instituição como um “campo neutro”, acima das tergiversações políticas. Obviamente, visavam a própria manutenção do Instituto, após o exílio e banimento de seu tradicional protetor, D. Pedro II. Foi em 1897, no entanto, com a consolidação republicana e o fenecer da esperança restauradora, que os sócios passaram a descrever o IHGB como “meramente literário”; ainda súdito, mas não

<sup>128</sup> O exímio elogio à monarquia efetuada por Ouro Preto foi louvado por Nabuco, mas não a crítica à república. Após ler o primeiro volume da *Década Republicana*, Nabuco ironizou: a década republicana seguinte continuaria a obra da primeira. J. Nabuco, carta a Hilário de Gouvêa, Biarritz, 20 de abril de 1900, in: *Cartas a amigos*, vol. 2, pp. 68-69.

<sup>129</sup> “Testamento do Visconde de Ouro Preto”, apud A. Celso, *O visconde de Ouro Preto...*, pp. 434-436.

do Império, que não seria restabelecido, e sim da nação, entidade acima dos partidos e das formas de governo.<sup>131</sup> O elogio ao Império constituiria a lembrança de um tempo glorioso. Os homens com histórico no regime deposto não podiam se furtar a ajudar neste empreendimento, muito próximo ao que eles mesmos passavam a se dedicar com o memorialismo.<sup>132</sup> Percebendo a solidificação republicana, os monarquistas foram cada vez mais levados a uma tarefa que consideravam da mais alta dignidade e na qual alcançaram reconhecimento: a escrita da história.

A Academia Brasileira de Letras foi uma iniciativa do grupo misto da *Revista Brasileira*, criada por José Veríssimo em 1895, para a qual confluíram grandes nomes das letras. A própria redação da *Revista* tornou-se lugar de encontro entre republicanos, como Rui Barbosa, Lúcio e Salvador de Mendonça, e monarquistas, como Afonso Celso, Taunay, Prado, Laet e Nabuco.<sup>133</sup> Afeitos ao convencionalismo e hierarquias, eles tiveram a idéia de formar uma organização segundo o modelo de associação de letras francesa. Com seu cerimonial, regras de deferência e etiqueta aristocrática, a ABL funcionou como ancoradouro para os monarquistas saudosos da vida de corte do Império. A instituição distinguia a aristocracia do talento dos demais mortais, o que engrandecia sujeitos que tanto prezavam a reverência à autoridade.

Um fator, e inelutável, deve ser mencionado acerca da guinada monarquista – cada vez menos marcada pela militância e mais centrada no memorialismo. A morte ceifou símbolos da reação monarquista. Em São Paulo, os líderes morreram quase em sequência. João Mendes de Almeida faleceu em 16 de outubro de 1898.

<sup>130</sup> Como o extremo rancor de Afonso Celso em relação ao republicano Lauro Müller, um dos maiores entusiastas da derrubada do gabinete Ouro Preto. C. Motta Filho, op. cit., p. 34.

<sup>131</sup> As expressões citadas foram extraídas de F. G. de Sousa, “O ruído dos interesses: história e política entre os sócios do Instituto Histórico”, I Seminário Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições/Unirio.

<sup>132</sup> Nabuco ingressou no IHGB em 1896. No discurso de posse, em 25 de outubro, reclamou que os republicanos contavam uma história do Brasil em que o elemento português não aparecia: da independência partia-se para a república, intencionalmente criando “um deserto de quase 70 anos”, o “deserto do esquecimento”. Era preciso lembrar que: “Tanto o primeiro como o segundo reinado assinalam o constante progresso material, intelectual e moral do nosso país”. Os positivistas silenciavam sobre grandes nomes da história nacional, que estaria sendo reduzida a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Num momento em que a república criava seus ícones, o “passado nacional” corria “o risco de ser mutilado no que teve de mais glorioso”, pois “escrever a história do Brasil esquecendo o reinado de Pedro II é como escrever a história de França eliminando o reinado de Luiz XI e o de Luiz XIV”. J. Nabuco, “Instituto Histórico - Discurso de recepção (1896)”, in: *Escritos e discursos literários*, pp. 115-121.

Eduardo Prado morreu aos 41 anos, em 30 de agosto de 1901, após contrair febre amarela na viagem ao Rio para proferir uma conferência no IHGB. Todavia, nos últimos anos, Prado não tinha mais rígidas posições, tanto que apoiou Nabuco na aceitação do cargo diplomático oferecido por Campos Sales. Desde 1897, voltara a se dividir entre o apartamento em Paris e a fazenda do Brejão, de onde cuidava dos negócios da família.

Como observa Janotti, em São Paulo e Rio de Janeiro, pólos do auge da reação, praticamente nada restou de militância monarquista após as repressões de 1896 e 1897. O *Comércio de S. Paulo*, embora tenha permanecido sob a direção de Afonso Arinos, já não era mais propriamente um jornal monarquista. Pouco se criou: em São Paulo o jornal *A Justiça*, em 1898, e o efêmero Centro da Mocidade Imperialista, em 1899; no Rio, os jornais *A Restauração*, em maio de 1900, e o *Correio da Manhã*, em 1901, que aceitou artigos monarquistas de Carlos de Laet e Afonso Celso. A única folha que, em tom saudosista, congregou monarquistas de grupos distintos foi *O Império*, criado no Rio em 1899. Neste jornal passaram a colaborar antigos redatores do *Liberdade*, como Afonso Celso e José Basson, e “mendistas”, como João Mendes Jr. e Rafael Corrêa da Silva. Todavia, os novos ativistas, homens sem histórico no antigo regime, como Artur Campos, redator de *A Justiça*, não mediam o alcance de suas palavras, faziam acusações sem a menor fundamentação, distantes da erudição e do refinamento, muito enfáticos sobre a necessidade de uma revolução.<sup>134</sup> Eram o extremo oposto dos monarquistas originais, dos quais não buscaram apoio, até porque os antigos líderes se acomodavam às novas instituições, quando não assumiam cargos públicos.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> A. Alonso, op. cit., p. 281.

<sup>134</sup> M. de L. M. Janotti, op. cit., pp.161-257.

<sup>135</sup> Joaquim Nabuco é o maior exemplo de inserção nas novas instituições. Ele ainda foi transformado em herói pela república. O embaixador morreu em Washington, a 17 de janeiro de 1910, onde seu corpo foi velado com honras de Estado, em solenidade na embaixada brasileira à qual não faltaram as mais eminentes autoridades, como o então presidente Theodore Roosevelt. Quase dois meses depois, o seu corpo embalsamado foi trazido ao Brasil no vaso de guerra North Caroline. Na capital federal, recebeu quatro dias de cerimônias fúnebres, no Palácio Monroe, onde se realizara a Terceira Conferência Panamericana, e em Recife, no Teatro Santa Isabel, onde proferira a maioria dos discursos de sua campanha de 1884. No cemitério de Santo Amaro, onde foi enterrado, ex-escravos sustentaram seu esquife. Evidentemente, o reconhecimento dos feitos de Nabuco, ou seja, o trabalho memorialístico em relação a sua figura, só se intensificou ao longo do século XX. Ver, a este respeito, L. Bonafé, Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República, Tese de Doutorado em História/UFF.

O maior sinal da guinada dos monarquistas em relação à república foi *Porque me ufano de mau país*, de Afonso Celso, concluído em setembro de 1900 e publicado em 1901.<sup>136</sup> Embora descrito pelo autor como “ligeiro trabalho de vulgarização”, o livro possuía dupla intencionalidade: de efetuar trabalho de enterro da crença na restauração, na qual cada vez menos monarquistas acreditavam, e efetuar um divisor de águas, separando os quatro séculos anteriores do nascente. Com imagens idealizadas do Brasil, nas quais conflitos e contradições seriam inexistentes, Colônia e Império teriam formado um passado glorioso capaz de instilar a fé no futuro.<sup>137</sup>

Após o primeiro decênio republicano, fechadas as fendas abertas pelos governos militares, ficava mais fácil aceitar – e compactuar com – a nova ordem política. Como a maioria das obras monarquistas do terceiro momento de reação enfatizava, o Império teria garantido tanto esplendor pátrio que pertencia a um passado inigualável, mas do qual poderia derivar a crença no futuro. O otimismo tomava o lugar das antigas decepções. Cabia restaurar... a confiança no destino do Brasil.

\*\*\*

Sob o Império, praticamente não houve preocupação em legitimar, sobretudo doutrinariamente, a única monarquia em continente americano. Foi inclusive nos primeiros anos republicanos que os monarquistas iniciaram a construção de sua identidade, quando, relutantes em aderir ao novo regime, se viram apeados do poder. Assim, eles também participaram do experimento e da aprendizagem republicanas, tanto que em seus constructos intelectuais sempre

---

<sup>136</sup> Em homenagem ao quarto centenário do descobrimento da “nossa Pátria”, o livro foi dedicado e redigido para os filhos, Afonso Celso de Ouro Preto e Carlos Celso de Ouro Preto, conforme Afonso Celso relatou no capítulo I. Com o seu reconhecimento intelectual na época, como sócio efetivo do IHGB e membro fundador da ABL, Afonso Celso sabia que o livro teria grande publicidade, ainda mais por estimular sentimentos – nacionalismo, patriotismo e civismo – acima de partidos e regimes políticos. Em *Oito Anos de Parlamento*, pp. 65-67, ele observou como Nabuco havia sido sagaz ao abraçar, dentro e fora do parlamento, a extinção da escravidão, uma “sublime bandeira” de alcance universal e cada vez mais aceita pela “opinião brasileira”.

<sup>137</sup> A. Celso, *Porque me ufano de meu país*, p. 211, p. 229 e pp. 236-237. Além de aspectos políticos, outros elementos, como a geografia e as riquezas naturais, foram superestimados. O livro destacou-se entre os demais do gênero: manual de patriotismo ou cartilha de nacionalismo e civismo. *Porque me ufano de meu país* se tornou o primeiro best-seller brasileiro, teve dezenas de edições até a morte do autor – em 1938 –, foi traduzido para vários idiomas e se tornou leitura obrigatória em quase todas as escolas brasileiras nas primeiras décadas do século XX.



havia a interlocução, implícita ou explícita, com a república e seus artífices.<sup>138</sup> Quando os monarquistas tomaram a fundo a tarefa de legitimação da monarquia, a república e suas realizações foram seus referentes obrigatórios.

Como praticamente todos os discursos políticos, os dos monarquistas, nos três momentos de sua reação, eram generalizantes. O obscurecimento de diferenças e o silêncio sobre as contradições são recursos típicos das estratégias de convencimento e captação de apoio. No caso dos monarquistas, porém, este enquadramento fazia parte da própria moldura que construía para o Império. Particularmente o Segundo Reinado teria sido ordeiro e pacífico. Formados neste campo sereno, eles também assim deveriam se mostrar. Por isso, a partir do segundo momento de reação, os monarquistas começaram a obliterar seu próprio ativismo. Eles passaram a se retratar como os indivíduos que, inspirados na magnificência de D. Pedro II e assustados com a ditadura militar, teriam permanecido resignados diante do novo regime, desejando, tão somente, a felicidade do Brasil. Nada mencionaram sobre o apoio aos revoltosos da Armada após a junção com os sublevados federalistas. Eles calaram até mesmo sobre ações que poderiam exaltar o 13 de Maio, como as revoltas de populares e soldados, quase todos de cor, em vários estados do país logo após o 15 de Novembro.

Os monarquistas acabaram corroborando a noção de inércia monarquista construída pelos republicanos, por sua vez interessados em minimizar o respaldo do regime deposto e superestimar a aceitação da república, inclusive entre os homens do Império. Mas o silêncio dos monarquistas sobre suas resistências e ativismo realçava seu papel de vítimas. Eles acabaram sendo parcialmente responsáveis pela obliteração da reação monarquista na escrita da história brasileira, da qual foram autores. Sua imagem como resignados e meros saudosistas casava-se melhor com a tradição do Império que solidificaram, e à qual se ligaram, caracterizada por seu caráter pacífico e ordeiro. Revoltas e golpes tinham que ficar restritos aos republicanos, em especial os militaristas, afeitos a procedimentos de força e violência. Ao contrário, os homens do regime deposto só

---

<sup>138</sup> Sobre a noção de aprendizado e experimento republicanos, ver A. de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, pp. 19-22; “O 15 de Novembro”, in: A. de C. Gomes, D. C. Pandolfi, V. Alberti (coords.), *A República no Brasil*, pp. 12-30. Ver também M. de S. Magalhães, “Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?”, in: R. Soihet, M. F. Bicalho, M. de F. Gouvêa, *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino da história*, pp. 285-286.

teriam lutado com o vigor das palavras, empregando estratégias de persuasão. Foram exitosos: camuflaram também o próprio papel disruptivo dos políticos imperiais na crise do Império, seus impasses e dificuldades de acordos, o lento desgaste do sistema-político imperial, ou seja, a fragilidade monarquista.

## Conclusão

Nas três últimas décadas do Império, as crises partidárias causaram fraturas que progressivamente levaram a uma situação de fragilidade monarquista. Mostramos como certos fatores internos aos partidos institucionais, Conservador e Liberal, contribuíram para o processo de desmoronamento do Império.

Os partidos do Império nunca foram monolíticos, passando por circunstanciais subdivisões e reagrupamentos, que faziam parte das regras do jogo político até a década de 1860. No entanto, a Liga Progressista significou uma importante inflexão nessas práticas políticas: foi a primeira revolta, encetada por dissidentes conservadores, contra os resquícios da *Conciliação*. Esta insubordinação nas fileiras da ordem, visando isolar os ultraconservadores, gerou uma nova composição partidária, o Partido Progressista.

A Guerra do Paraguai colocou a extinção da escravidão na ordem do dia – até porque os recém-libertos compuseram o grosso de “voluntários da pátria”. A Coroa resolveu conduzir a eliminação gradual da propriedade escrava – um dos sustentáculos da ordem imperial – visando minimizar os abalos e prejuízos aos proprietários e evitar nova ingerência inglesa, como a que houvera quando do fim do tráfico.

A virada da década de 1860 para a de 70 constituiu uma conjuntura delicada para a ordem imperial, levando as redefinições político-partidárias ao paroxismo. Em 1868, a ascensão dos ultra conservadores, levando ao fim do domínio progressista e do seu partido, foi interpretada pelos liberais e progressistas como um “golpe”. Dos novos realinhamentos liberais formou-se o Partido Republicano. Surgida de uma dissidência, a nova organização partidária, no seu manifesto de 1870, tomou para si algumas das antigas bandeiras liberais, destacadamente a da federação.

A radicalização do final dos anos 1860 foi insuflada nos decênios seguintes, especialmente a partir da contradição liberal dos anos 1878-1881, quando, no retorno ao poder após um decênio conservador, os liberais deslegitimaram seu programa político. A intensificação do radicalismo na defesa das reformas foi uma compensação ao desprestígio à plataforma partidária, diante das reticências

reformistas do governo Sinimbu e da redução do eleitorado com a lei Saraiva. A questão da extinção da escravidão tomou a dianteira nos debates parlamentares e fez-se responsável pela maioria das dissensões políticas e queda de gabinetes até o fim do Império. Como se não bastasse, foi também na década de 1880 que se acirraram os conflitos entre oficiais do Exército e autoridades civis do Império.

A fragilidade se intensificou no quadro de crise do regime imperial, paralelamente ao republicanismo pujante. Num contexto em que o sistema político imperial mais necessitava de defensores, seus membros gastaram energia em se digladiar. O último gabinete da monarquia, por não aceitar a federalização das províncias, foi bombardeado sobretudo pelos próprios correligionários. A transmutação das críticas a um gabinete em um combate mortal ao próprio regime, como fez Rui Barbosa em sua demolidora campanha no *Diário de Notícias*, é a maior evidência das incompatibilidades reinantes.

Portanto, no 15 de Novembro, para além da perplexidade, havia desarticulação entre os políticos da monarquia, exacerbada pelas cisões e defecções dos anos 1880, de radicalização reformista. Daí as variações na escala de avaliação do golpe e as poucas e tênues alianças para um contragolpe. Tal fragilidade, que lenta e gradualmente ceifou as possibilidades de acordos no final do Segundo Reinado, foi um dos obstáculos para uma eficaz organização em defesa do regime deposto. A análise das atuações de Joaquim Nabuco e Ouro Preto ajudaram na compreensão das conjunturas de declínio da monarquia, permitindo-nos precisar melhor as inflexões, bem como os diferentes momentos da reação, na qual Eduardo Prado desempenhou papel decisivo.

A reação monarquista da década de 1890 foi bastante fragmentada, e não abdicou de reativar divergências internas anteriores. As atribuições de culpa pela queda do Império, além da coerção e repressão perpetradas pelos governos militares, restringiram e contiveram o reacionarismo em seu primeiro momento, de 1889 a 1895. As polêmicas na imprensa, por meio de manifestos e artigos, expuseram a falta de união e deslegitimaram a própria causa restauradora. Embora limitada durante as presidências militares, a reação monarquista estabeleceu as bases para uma retórica que situava o Segundo Reinado como ápice civilizacional brasileiro. Até fins de 1890, seu mote discursivo foi aperfeiçoado, em sofisticação e embasamento documental.

O segundo momento de reação, de 1895 a 1896/1897, foi caracterizado por três formas de atuação: arregimentação política, associativismo e atuação propagandista por meio da imprensa monarquista. Apesar do excessivo moralismo, os monarquistas, visando ampliar quadros, aproximaram-se dos republicanos desiludidos e atraíram jovens acadêmicos. Nas suas obras políticas, iniciaram a argumentação sobre a eficiência democrática do sistema aristocrático. Tão ordeira e pacífica teria sido a experiência imperial que assim foram embebidos os elementos de seu seio. Desde então, os monarquistas passaram a endossar a noção republicana sobre sua inércia: os adeptos do regime deposto jamais teriam conspirado e se envolvido em qualquer tipo de revolta. Desde o 15 de Novembro, seguindo o exemplo de Pedro II, eles teriam permanecido resignados. Intencionalmente, os monarquistas silenciaram sobre o apoio aos sublevados federalistas após a junção com os revoltosos da armada. A desordem e a violência só teriam sido empregadas pelos republicanos. Como herdeiros de uma gloriosa tradição, eles só teriam usado as artimanhas da razão.

Foi muita curta, porém, a fase de auge da reação. Além da cisão dos monarquistas de São Paulo em dois grupos rivais, condições objetivas eliminaram seu ativismo: a repressão policial em São Paulo e a repressão jacobina no Rio de Janeiro. Desde então, em momento de declínio, de 1896/1897 a 1900, os monarquistas se destinaram basicamente ao memorialismo. Acomodaram-se ao novo regime até mesmo porque intensificaram os contatos com republicanos, em suas socializações nos redutos do saber e das letras, o IHGB e a ABL. A solidificação da ordem civil também contribuiu para o esmorecimento da esperança restauradora.

Ao longo da primeira década republicana, a reação monarquista foi marcada pela orientação intelectual, único meio ininterrupto de atuação. Mesmo quando não podiam publicar, como no último ano do governo Floriano Peixoto, os monarquistas jamais deixaram de produzir textos políticos. Além da sua habilidade retórica, como antigos políticos do Império, eles ainda contaram com hábeis literatos, também afeitos à persuasão. A mesma destreza no mundo das letras ocorria com os republicanos desiludidos aos quais se aproximaram. Também não captaram o apoio de uma juventude qualquer, mas de acadêmicos. Salvo pelas rebeliões de populares e militares de baixa patente imediatas ao 15 de

Novembro, a reação foi um oposicionismo político conservador efetuado por elementos de elite. Pertencentes à fina-flor do Império, os monarquistas demandavam o *status quo ante* e reclamavam não só da perda de posições políticas, pois poderiam ter se juntado à enxurrada de adesistas, mas também da inversão de valores aristocráticos e regras hierárquicas. Sempre foram exclusivistas e sectários, só ecoando demandas populares no segundo momento e, mesmo assim, pelo efeito de impacto que pretendiam para seus manifestos e artigos de imprensa. Não obstante seu conservadorismo, foi no embate de história e memória que travaram com os legitimadores das novas instituições que os monarquistas saíram vitoriosos.

Embora o memorialismo tenha se intensificado no terceiro momento de reação, os monarquistas já produziam memória, com o objetivo de exteriorizar e fixar o passado imperial no que ele teve de mais de belo: a elevação da primeira potência sul-americana. Numa inversão de termos republicanos, associaram a monarquia ao progresso: a estabilidade política interna teria propiciado o desenvolvimento material, o refinamento cultural e a edificação civilizacional. Totalmente diverso seria o panorama republicano, marcado pela anarquia e violência. Já o Império, em especial o Segundo Reinado, teria garantido ao país ordem, paz, progresso e liberdade. Com a decadência da reação monarquista, os monarquistas se imbuíram do papel de historiadores: fizeram-se iluminadores da contemporaneidade e da posteridade a respeito do passado, para o qual apareciam como testemunhas privilegiadas, pela intimidade com o poder, e autoridades competentes para bem descrever, pela destreza intelectual. Militavam em nome do registro de um quadro unitário que se constituía em passado venerável. Erigiram-se, ainda, como referências fundamentais: seus estudos eram apresentados como fontes imprescindíveis para os futuros historiadores.

Este tipo de narrativa não se coadunava com a descrição das distorções do sistema político-parlamentar. Em poucas obras, os monarquistas mencionaram erros táticos dos chefes partidários e ineficiências de parlamentares, como o fizeram Afonso Celso em *Oito Anos de Parlamento* e Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*. Ainda assim, o problema era de alguns homens e não da engrenagem político-parlamentar. Alguns de seus manipuladores não reconheciam a lógica do sofisticado maquinismo que tinham diante de si. Tais indivíduos logo

eram corrigidos por um aparelho cuja excelência estava em atrair e permitir a ascensão dos mais competentes e preparados. Por isso, a maioria dos homens do Executivo e Legislativo, uma nata culta que não ficava a desejar para nenhum país europeu, coadjuvou Pedro II num reinado pleno de realizações.

Numa retórica laudatória, ao regime monárquico em geral e ao Segundo Reinado em particular, seria contraproducente admitir os políticos do Império como uma das forças disruptivas da monarquia. Menos ainda poderia ser dito sobre a máquina administrativa, encimada por uma cabeça laureada, de frente insuspeita que nem mesmo sua maior riqueza, a biblioteca pessoal, levaria para o exílio.

Por muitas décadas a historiografia reiterou a versão dos monarquistas sobre a queda da monarquia e suas causas, bem como sobre a instauração e início do regime republicano no Brasil e seu caráter oligárquico. As suas publicações e escritos foram tomados como registros conspícuos dos personagens e cenários políticos da época, esquecendo-se os analistas de que os monarquistas também eram atores imbuídos de interesses. Os monarquistas tanto foram aceitos como testemunhas fidedignas, e seus escritos como relatos *par excellence* dos acontecimentos anteriores e posteriores ao 15 de Novembro, que eles pouco foram considerados como objeto de estudo. Conseguiram se alçar a um âmbito supremo, praticamente livre de questionamentos.

Nesta tese argumentamos que as cisões, realinhamentos e recomposições partidárias de fins do Império levaram a um esgotamento de alianças e acordos, indispensáveis à própria manutenção da dinâmica política-parlamentar. Cada vez mais conservadores abandonavam, oficialmente ou não, as fileiras da ordem, chegando a se unir a republicanos para efetuar propostas liberais, como a eliminação da escravidão. Os liberais, por sua vez, em suas brigas de lideranças e posições, atrapalhavam o encaminhamento de itens do seu próprio programa, como a lei de eleição direta, que teve efeito inverso ao esperado. Após a tomada da proposta da federalização das províncias pelos republicanos, item de peso do Manifesto de 1870, a liderança da ala moderada dos liberais efetuou completa rejeição desta proposta, originando a mais grave cisão entre os liberais enquanto o Império ruía.

Para além das questões externas, cuja importância reconhecemos para a queda da monarquia, valorizamos neste trabalho, sobretudo, as questões internas, ou seja, a fragilidade monarquista como importante elemento que contribuiu para a crise do Império. Os partidos imperiais careciam de suportes sólidos: eram destituídos de uma plataforma política consistente legitimada por princípios, além de contarem com poucos diretórios e núcleos nas províncias e cidades do interior. Como as lideranças liberais tinham dificuldades em estabelecer acordos para a aprovação das reformas, a efetivação de suas propostas por gabinetes conservadores esvaziava o seu programa político. Ambos os partidos funcionavam mais como legendas para identificar tendências do que como organismos ideológicos de arregimentação, doutrinação e controle efetivo de facções. Tal falta de organicidade ficou clara com a idéia de formação da Liga Progressista, em 1860, por dissidentes do partido da ordem.

Havia também a instabilidade do próprio sistema político imperial. O Poder Moderador permitia ao chefe de Estado dispor da chefia de governo, o que implicava em reorganização ministerial e, em caso de alternância partidária, em dissolução da Câmara, além de numerosas alterações nas províncias e municípios, com vistas a novas distribuições de cargos administrativos e jurídicos. Além disso, a partir da década de 1860, a própria Câmara, com o artifício das moções, conseguia depor presidentes de Conselho e, *ipso facto*, a situação por eles inaugurada. Como alguns ministérios e legislaturas não chegavam a completar um ano, ações e medidas que despendiam maior coordenação e tempo de debate e aprovação eram simplesmente interrompidas. Tais falhas do sistema administrativo e representativo foram expostas nas crises de 1862 e 1868, tornando-se esta mais emblemática pelo sorites de Nabuco de Araújo.

Além da crise de seu arcabouço institucional, com seus defeitos e vícios escancarados no parlamento, o Império ainda viu abalados seus alicerces: a propriedade escrava e a centralização. O início dos anos 1870 foi marcado pelo primeiro baque no apoio dos proprietários ao trono, com a primeira lei emancipacionista, e pela retomada republicana de um item significativo da antiga plataforma liberal radical, a federação.

Ainda devemos ressaltar que na década de 1880 houve a conjugação da crise do Império com a do Segundo Reinado. No ambiente de radicalização reformista



dos anos 1880, as desinteligências partidárias eram tão significativas que homens de confiança do imperador recusavam o poder. Os conservadores, esmerando-se nos ataques a Pedro II, foram tão omissos na defesa da conservação das instituições políticas que poucos deles participaram da reação monarquista sob a república. Os homens da macropolítica nada fizeram pela manutenção dinástica. Políticos de ambos os partidos pouco respaldaram quer às estruturas políticas imperiais quer ao reinado de Pedro II. Nem a intensificação do movimento republicano os motivou à formação de uma doutrina que amparasse as instituições político-administrativas e a Casa dos Bragança no Brasil. Pouco se fez para captar empatia e adesão ao Terceiro Reinado, antipatizado pela propaganda republicana. O problema era que cada vez mais elementos da política institucional – inclusive ligados ao imperador e à corte – também rejeitavam um Terceiro Reinado, quando não aceitavam a instalação republicana, chegando alguns a defender a iniciativa da Coroa ou de seu partido neste sentido. Muitas das “ideias avançadas”, propaladas pelos republicanos, nada mais eram do que uma releitura das propostas liberais, às quais pragmaticamente aderiram inclusive conservadores, interessados na modernização econômica e na quebra da centralização exercida pela Corte.

Enfim, nos últimos anos do Império, para além dos efeitos da extinção da escravidão, da intensificação da campanha republicana e da insubordinação militar, o panorama político estava marcado pelo desgaste das relações entre a monarquia e seus mais destacados súditos, para os quais estariam emperradas as engrenagens do maquinário político. Tratava-se da fragilidade monarquista.

## Fontes e Referências Bibliográficas

### 1 – Fontes

#### 1.1 – Legislação

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm)> Acesso em: 12 out. 2012.

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brazil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em: 21 nov. 2012.

DECRETOS do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil. Primeiro fascículo. 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

DECRETOS do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil. Sétimo fascículo. 1º de julho a 31 de julho de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/república/leisjulho1890/leis1890julho.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2012.

LEI nº 16, de 12 de agosto de 1834 [Ato Adicional]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 15 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>> Acesso em: 16 jul. 2012.

LEI nº 40, de 3 de outubro de 1834 [Regimento aos presidentes de província]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 53 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-40-3-outubro-1834-563176-publicacaooriginal-87310-pl.html>> Acesso em: 16 jul. 2012.

LEI nº 105, de 12 de maio de 1840 [Lei Interpretativa do Ato Adicional]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1840, Página 5 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-105-12-maio-1840-532610-publicacaooriginal-14882-pl.html>> Acesso em: 16 jul. 2012.

LEI nº 3.310, de 15 de outubro de 1886 [Extinção da pensa de açoites]. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1886, Vol., 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/Leis1886/L1886\\_06.pdf#page=8](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/Leis1886/L1886_06.pdf#page=8)> Acesso em: 23 ago. 2012.

## 1.2 – Discursos parlamentares e projetos de lei

INSTITUTO DO CEARÁ. *Os projetos de Pedro Pereira*. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/asp/imagens/revporano/1984TE/1984TE-OsProjetosdePedroPereira.pdf>> Acesso em: 1 set. 2012.

NABUCO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, Joaquim. *Discursos parlamentares*. Intr. de Gilberto de Mello Freyre. Brasília, Câmara dos Deputados, 1983. Série Perfis Parlamentares, vol. 26.

OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo – visconde de. *Discursos parlamentares*. Sel., intr. e comentários de Costa Porto. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. Série Perfis Parlamentares, vol. 5.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Discursos parlamentares*. Brasília, Senado Federal, 1977.

## 1.3 – Opúsculos, panfletos, manifestos, discursos de campanha eleitoral

NABUCO, Joaquim. *O Povo e o Trono – Profissão de fé política de Juvenal, Romano da decadência*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia Franceza, 1869. In: SILVA, Leonardo Dantas. *Joaquim Nabuco e a República*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 6. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000026.pdf>> Acesso em 10 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *Campanha abolicionista no Recife*. Eleições 1884. Discursos de Joaquim Nabuco. Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa. Prefácio de Aníbal Falcão. 2ª ed. fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988. Série Abolição, vol. 8. [1ª ed. Typ. de G. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1885].

\_\_\_\_\_. *Campanha abolicionista no Recife*. Eleições 1884. Joaquim Nabuco. Prefácio de Aníbal Falcão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Edições do Senado Federal, vol. 59. [1ª ed. Typ. de G. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1885]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000028.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *O erro do Imperador*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1886. *Propaganda Liberal*: série para o povo. Primeiro opúsculo. Disponível em:

<<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=166>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *O eclipse do Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Typ. d'Evolução, 1886. *Propaganda Liberal*: série para o povo. Segundo opúsculo. Disponível em:

<<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=67>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *Eleições liberares e eleições conservadoras*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1886. *Propaganda Liberal*: série para o povo. Terceiro opúsculo. Disponível em:

<<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=69>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resposta às mensagens do Recife e de Nazareth*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890. Disponível em:

<[http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01207300/012073\\_COMPLETO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01207300/012073_COMPLETO.pdf)> Acesso em: 19 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Porque continuo a ser monarchista: carta ao Diário do Commercio*. Londres: Abraham Kingdon & Newham Impressores, 1890. Disponível em:

<<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=106>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *Agradecimento aos pernambucanos*. 2ª ed. Londres: Abraham Kingdon & Newham Impressores, 1891. Disponível em:

<<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=71>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado na quermesse organizada pela comissão central da Cruz Vermelha a favor dos feridos na Guerra Civil do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1893. Disponível em:

<<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=109>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *O dever dos monarchistas*. Carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895. Disponível em:

<<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=104>> Acesso em 13 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. *A República é incontestável*. “Joaquim Nabuco: o banquete no Cassino”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 20.7.1906. Disponível em: <[http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult\\_frame.php?cod=1495](http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=1495)>. Acesso em: 13 mai. 2010.

## 1.4 – Correspondências e notas manuscritas

Arquivo Histórico do Museu Imperial

- Coleção Princesa Isabel
- Coleção João Alfredo
- Coleção Silva Costa
- Arquivo da Casa Imperial do Brasil

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Coleção Ouro Preto

## 1.5 – Imprensa

*A Bomba / O Nacional* – 1894-1896 – Acervo de Jornais Microfilmados da Biblioteca Nacional

*A Estrella / O Apóstolo* – 1893-1896 – Acervo de Jornais Microfilmados da Biblioteca Nacional

*A Liberdade* – 1895 – Acervo de Jornais Digitalizados da Biblioteca Nacional. Edições disponíveis em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=382760&pasta=ano%20189&pesq=>> Acessos em: nov. dez. 2012, jan. 2013.

*Correio do Povo* – novembro de 1889 – Acervo de Jornais Microfilmados da Biblioteca Nacional

*Diário de Notícias* – novembro de 1889 – Acervo de Jornais Digitalizados da Biblioteca Nacional. Edições disponíveis em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>> Acessos em out. 2012.

*Gazeta de Notícias* – 1893-1897 – Acervo de Jornais Microfilmados da Biblioteca Nacional

*O Jacobino* – 1894-1897 – Acervo de Jornais Microfilmados da Biblioteca Nacional

## 1.6 – Autobiografias

CELSONO, Afonso. *Oito Anos de Parlamento. Poder pessoal de Pedro II: reminiscências e notas*. Nova edição aumentada. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 19-?. [1901]

\_\_\_\_\_. *Oito Anos de Parlamento. Poder pessoal de Pedro II*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. Coleção Temas Brasileiros, vol. 8. [1901]

FRANCO, Tito. *Monarquia e Monarquistas*. Prefácio de Manuel Correia de Andrade. 2ª ed. rev. e atual. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República/Fundação Joaquim Nabuco, vol. 14. [1895]

JACEGUAY; Arthur Silveira da Motta, Barão de. *De aspirante a almirante, 1858-1902: minha fé de ofício documentada*. 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1984-1985. [5 vols., 1906, 1909, 1910, 1913 e 1917].

MORAES, Evaristo de. *Da monarquia para a república (1870-1889)*. 2ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. [1936]

NABUCO, Joaquim. *Escriptos e discursos litterarios*. Rio de Janeiro: Garnier Livreiro Editor, 1901. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.subject:%22Nabuco,+Joaquim,+1849-1910+--+Discursos%22>> Acesso em: 6 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. *Minha Formação*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984. Coleção Obras imortais da nossa literatura. [1900]

## 1.7 – Outras obras de monarquistas e contemporâneos

ABRANCHES, Dunschee de. *Actas e actos do governo provisório*. Introdução de Octaciano Nogueira. Ed. fac-símile de Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Brasília: Senado Federal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Governos e Congressos da República*. Rio de Janeiro: Editor M. Abranches, 1918. Primeiro volume: 1889-1917.

BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

BUARQUE, Felício. *Origens Republicanas. Estudo de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio*. São Paulo: Editora Edaglit, 1962. Coleção Temas Brasileiros. [1894]

CAMPOS PORTO, Manuel Ernesto. *Apontamentos para a história da República: um registro centenário*. Prefácio de Oliveira Lima. Seleção de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, 1990. Coleção Biblioteca da República. [1890]

CELSONO, Affonso. *Vultos e Factos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor/Oficinas da Livraria Moderna, 1896. [1892].

\_\_\_\_\_. *O Imperador no exílio*. Nova edição aumentada. 2º milheiro. Livraria Francisco Alves, Paulo de Azevedo & Cia., s/d. [1893]

\_\_\_\_\_. *Contradictas Monarchicas*. Respostas a proposições de Ferreira de Araújo. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Livreiro Editor, 1896.

\_\_\_\_\_. *Porque me ufano de meu país*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001. Coleção Páginas Amarelas, vol. 8. [1900]

\_\_\_\_\_. *O visconde de Ouro Preto: excerptos biographicos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. Coleção de História Brasileira.

[JAVARI, Jorge João Dodsworth – Barão de] INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no Império*. 3ª ed. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1979. [1889]

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009. Coleção Afrânio Peixoto, 86. [1856]  
Disponível em:  
<<http://www.academia.org.br/antigo/media/Tres%20Panfletarios%20-%20R%20Magalh%C3%A3es%20J%20C3%BAnior%20-%20PARA%20INTERNET.pdf>> Acesso em: 11 fev. 2012.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Coleção Reconquista do Brasil, nova série, 60. [1913]

MILTON, Aristides A. “A campanha de Canudos: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do IHGB*, Tomo LXIII, Parte II, 1900.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. [1883]

\_\_\_\_\_. *Balmaceda*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. Obras completas de Joaquim Nabuco. Vol. II. [1895]

\_\_\_\_\_. *A intervenção estrangeira durante a revolta*. Nova edição [2ª ed.]. Rio de Janeiro, Livraria Editora Freitas Bastos, 1932. [1896]

\_\_\_\_\_. *Um estadista do Império*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975. [1897-1899]

\_\_\_\_\_. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v. [1898-1899]

OURO PRETO, Affonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. *Advento da Dictadura Militar no Brazil*. In: CELSO, Afonso. *O visconde de Ouro Preto: excerptos biographicos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. Coleção de História Brasileira. Originalmente: OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. *Advento da dictadura militar no Brazil*. Paris, Imp. F. Pichon, 1891.

[PRADO, Eduardo] FREDERICO DE S. *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*. 4ª ed. augmentada. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1891. [1890]

PRADO, Eduardo. *A bandeira Nacional*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903.

\_\_\_\_\_. *A ilusão americana*. 5ª ed. São Paulo: IBRASA, 1980. Série Biblioteca Estudos Brasileiros, vol. 2. [1893]

\_\_\_\_\_. *Collectaneas*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1905. Vol. II. Artigos.

\_\_\_\_\_. *Collectaneas*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1906. Vol. III. Artigos – II Parte.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, INL, 1975. Coleção Brasiliana, v. 105. [1870]

VISCONDE DE TAUNAY. *Pedro II*. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Bibliotheca Pedagógica Brasileira, vol. 15. [1933] Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/pedro-ii>> Acesso em: 27 nov. 2012

## 1.8 – Coletâneas de cartas, anotações de diários

ARAGÃO, Pedro Moniz de. Cartas do Conselheiro João Alfredo à Princesa Isabel. Documentos. *Revista do IHGB*, vol. 260, jul-set 1963.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos (Correspondência 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos. Vol. 1*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. Obras completas de Joaquim Nabuco, vol. XIII. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.



\_\_\_\_\_. *Cartas a amigos. Vol. 2.* Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. Obras completas de Joaquim Nabuco, vol. XIV. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. *Diários: 1873-1910.* Edição de texto, prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2006.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Correspondência e Catálogo de documentos da coleção Biblioteca Nacional.* Brasília, Senado Federal, 1977.

## 1.9 – Literatura

CUNHA, Euclides da. *Os sertões.* São Paulo: Editora Martin Claret, 2008. [1902]

LIMA BARRETO. *Triste fim de Policarpo Quaresma.* São Paulo: Klick Editora, 1997. [1916]

FRANÇA JÚNIOR, Joaquim da. *Como se fazia um deputado / Caiu o Ministério / As Doutoradas.* S/l.: Editora Tecnoprint, 1985. Coleção Prestígio. [1881, 1882 e 1889]

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó.* São Paulo: Editora Escala, s/d. Coleção Grandes Mestres da Literatura Brasileira, vol. 19. [1912].

\_\_\_\_\_. *Memorial de Aires.* São Paulo: Klick Editora, s/d. [1908].

MONTELLO, Josué. *O Baile da Despedida: o adeus da monarquia na grande noite da Ilha Fiscal.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

## 2 - Referências Bibliográficas

### 2.1 – Biografias

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Perfis brasileiros.

BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX.* Tradução de Luiz Antonio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Série Perfis brasileiros.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 4<sup>a</sup> ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958. Coleção Documentos Brasileiros, vol. 92.

MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. Coleção Documentos Brasileiros, vol. 129.

PAGANO, Sebastião. *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo: Editora O Cetro, s/d.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Instituto Nacional do Livro/MEC, 1973.

## 2.2 – Artigos, resenhas e comunicações transcritas

ALMEIDA, Moisés Diniz. “Canudos e a derrota dos jacobinos”. *Perspectivas Latinoamericanas*, v. 1, n. 3, pp. 145-160, 2006. Disponível em: <<http://www.ic.nanzan-u.ac.jp/LATIN/kanko/documents/09DinizAlmeida.pdf>> Acesso em: 11 set. 2008.

ALONSO, Angela. “Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana”. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 85, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002009000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. “A década monarquista de Joaquim Nabuco”. *Rev. USP* [online]. 2009, n.83, pp. 53-63. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n83/07.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2013.

ARMANI, Carlos Henrique. “Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Vol. XXXI, n. 1, junho 2005, pp. 167-180. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1331/1036>>. Acesso em: 24 nov. 2012

\_\_\_\_\_. “O tempo transitivo da nação: apontamentos sobre o Brasil Republicano no pensamento de Eduardo Prado”. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, pp. 164-177.

BASTOS, Maria Helena Câmara. “Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Porque me ufano de meu país*, de Affonso Celso (1900)”. *Educar*, Curitiba, n. 20, pp. 245-260, 2002, Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19622/000355622.pdf?sequence=1>> Acesso em: 11 jan. 2013.

- CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 123-152, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Imperador republicano”, *Revista de História*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/imperador-republicano>> Acesso em: 6 out. 2012.
- FELGUEIRAS, “Os arquitetos do futuro. Os Estados Unidos segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. n. 27, pp. 141-165, ago. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2134>>. Acesso em: 26 set. 2012.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. Tavares Bastos por Evaristo de Moraes Filho. *Lua Nova* [online], n. 55-56, pp. 279-283, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452002000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul. 2012.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. “Literatura e estilo em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco”. *O eixo e a roda*, Revista do Centro de Estudos Portugueses, Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, pp. 57-72, 2010.
- GOMES, Amanda Muzzi. “Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 42, pp. 284-302, jul-dez 2008.
- \_\_\_\_\_. GOMES, Amanda Muzzi. “Usos políticos de “Jacobinos”: análise contextual de um conceito”. *Anais Eletrônicos do Seminário de Pesquisa de Pós-graduação em História da UERJ – III Semana de História Política*. Rio de Janeiro: PPGH/UERJ, 2008.
- \_\_\_\_\_. GOMES, Amanda Muzzi. “Os batalhões patrióticos e a atuação política dos jacobinos”. *Anais eletrônicos da IV Semana de História Política / I Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*. Organização: Paulo Henrique Silva Pacheco – Rui de Janeiro: UERJ, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n. 4.
- GRAHAM, Sandra. “The Vintem Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880”, *Hispanic American Historical Review*, 60 (3), pp. 431-449, 1990.
- HEYMANN, Luciana Quillet. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997.

- HERMANN, Jacqueline. “Canudos Destruído em Nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 81-105, 1996. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg3-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf)> Acesso em 9 nov. 2012.
- JUNQUEIRA, Marili Peres. “Questões Italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX. *Outros Tempos*. Volume 6, número 7, pp. 33-52, julho de 2009 - Dossiê História e Memória. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/vol.6.7.pdf/Marili%20Peres.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. Tradução, transcrição e edição de Manoel Luís Salgado Guimarães. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 134-146, 1992.
- LEJEUNE, Philippe. “O guarda-memória”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. “Benjamin Constant: biografia e explicação histórica”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997.
- LOWENTHAL, David. “How we know the past”. In: \_\_\_\_\_. *The past is a foreign country*. Cambridge: New York, Cambridge University Press, 1988. Tradução em *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP/ Programa de pós-graduação em História, n. 17, pp. 63-201, nov. de 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Reler ‘O Abolicionismo’”. *Folha On Line – Brasil 500*. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc\\_4\\_1.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_4_1.htm)> Acesso em: 11 out. 2011.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A Modernidade Republicana”. *Tempo*, Niterói: UFF, vol. XIII, nº 26, pp. 25-41, jan. 2009.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. “A História, cativa da memória?”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 34:9-24, 1992. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/revista/revista034%5Crev034ulpianomenezes.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2011
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Nabuco, um diálogo em aberto”. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.88, pp. 39-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a03.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2013.

- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP/Programa de Pós-Graduação em História, n. 10, pp. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2008
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, pp. 172-189, 1989.
- PAMPLONA, Marco Antonio. “Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1789-1886) – ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos”. *Hib. Revista de História Iberoamericana*, año 2010, vol. 3, núm. 1, pp. 50-68.
- PEREIRA, Gabriel Terra. “Salvador de Mendonça e a política externa brasileira: os primeiros anos do regime republicano (1889-1898)”. *Recrie: Revista de Ensaios dos Cursos de Relações Internacionais e Economia*, Centro Universitário Fundação Santo André, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://www3.fsa.br/proppex/recrie/numero1/recrietexto62009.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2012.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, jun. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> . Acesso em: 3 ago. 2011.
- PORTELA, Maria da Cruz Lôbo. “Walnice, *Os Sertões* e Euclides da Cunha”. *Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília*. Vol. 1, N. 6, pp. 96-114, 2010. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/comunicologia/article/view/1719/1151>> Acesso em: 9 fev. 2012.
- REBELO, Aldo. “Prefácio”. PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 6ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. Disponível em: <<http://www.alfaomega.com.br/ilusao-americana.php>> Acesso em: 4 nov. 2011
- SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997.
- SIQUEIRA, Carla. “A imprensa comemora a república: memórias em luta no 15 de novembro de 1890”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, pp. 161-181, 1994.
- SOUSA, Francisco Gouvea de. “O ruído dos interesses: história e política entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *I Seminário*

*Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições*. Rio de Janeiro, Unirio, 2008.

VENANCIO FILHO, Alberto. “Arthur Jaceguai”. Palestra proferida na Sessão das Efemérides da Academia Brasileira de Letras, 30 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/Revista%20Brasileira%2069%20-%20PROSA.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2013.

### 2.3 - Dissertações e Teses

BONAFÉ, Luigi. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Niterói, março de 2008.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História. Rio de Janeiro, outubro de 2004.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s). Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, abril de 2012.

MORAES, Renata de Figueiredo. As festas da Abolição na corte em maio de 1888. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História. Rio de Janeiro, agosto de 2012.

MUZZI, Amanda da Silva. Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História. Rio de Janeiro, dezembro de 2006.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. Entre a pena e a espada: Literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2001.

### 2.4 - Obras gerais consideradas no todo ou em parte

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- \_\_\_\_\_. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Joaquim Nabuco. Um estadista do império”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- ARON, Raymond. “Vilfredo Pareto”. In: \_\_\_\_\_. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. Revisão da tradução de Áureo Pereira de Araújo. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Coleção Ensino Superior.
- BESOUCHET, Lúcia. *Exílio e morte do Imperador*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império brasileiro: panorama político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- \_\_\_\_\_. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- BESOUCHET, Lúcia. *Exílio e morte do Imperador*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CARONE, Edgard. *A República Velha. Instituições e classes sociais*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1972.
- CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Volume 2. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Joaquim Nabuco. Minha formação”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. Coleção Descobrimo o Brasil.
- \_\_\_\_\_. “Revoltas de soldados contra a República”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. “A Guarda Nacional”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *Declínio e queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 6. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes (org.). *D. Isabel a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*. Prefácio de Beatriz Kushnir. Rio de Janeiro: Instituto Cultural D. Izabel a Redentora, 2006.
- CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de. *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*. Pref. de Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wrigh. Brasília, Senado Federal, 1978. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos, vol. 2.
- COSTA, Emília Vioti da. *Da monarquia para a república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CONSTANT, Benjamin. *Princípios de Política Aplicáveis a todos os Governos*. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Liberty Classics - Topbooks Editora, 2007. [1815]
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteolina. “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- DUBY, Georges. “Construção”. In: \_\_\_\_\_. *A História continua*. Trad. Clóvis Marques. Rev. téc. Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Ed. IFRJ, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma história dos costumes*. Vol. I. Tradução Ruy Jungman. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de Corte*. Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FLORES, Élio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e



progresso”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. O Brasil Republicano*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Euclides da Cunha. Os sertões”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Editora Vértice; Rio de Janeiro, Iuperj, 1988.

\_\_\_\_\_. “O 15 de novembro”. In: PANFOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC/FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. In: \_\_\_\_\_; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a monarquia e a república*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989. Série República, vol. 9.

\_\_\_\_\_. “Estudo introdutório” à *Campanha abolicionista no Recife*. Eleições 1884. Discursos de Joaquim Nabuco. 2ª ed. fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988. Série Abolição, vol. 8. [1ª ed. Typ. de G. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1885].

GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in 19th century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A fronda pretoriana” e “O Fim do Regime”. In: \_\_\_\_\_. *Do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 7. São Paulo: Difel, 1972.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de história do Império*. Organização: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. “A Guerra do Paraguai”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. “A República: oposições e consolidações”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990. Coleção Tempo e Memória, v. II.
- \_\_\_\_\_. “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas. Revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento” e “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 1. *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- LE MOS, Renato. “A alternativa republicana e o fim da monarquia”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. “‘O Federalista’: remédios republicanos para males republicanos”. In: WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da Política*. 1º vol. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- LYRA, Heitor. *História da queda do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Tomo II. Coleção Brasileira, volume 320 – A.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão.” In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?”. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino da história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- \_\_\_\_\_; GONTIJO, Rebeca. “O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição da uma ‘ética da atualidade’”. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.
- MATTOS, Augusto Oliveira. *Guarda Negra: a redemptora e o ocaso do Império*. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Access, 1999.
- \_\_\_\_\_. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado Imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991. Coleção História em Documentos.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. [1915]
- MOTA, Carlos Guilherme. “José Bonifácio. Projetos para o Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Coleção Descobrindo o Brasil.
- NEVES, Margarida de Souza. “Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Joaquim Nabuco. O Abolicionismo”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- NORA, Pierre. “O acontecimento e o historiador do presente”. In: LE GOFF, Jacques; LE ROY LADURIE, Emmanuel; DUBY, George et al. *A Nova História*. 5ª ed. Lisboa: Edições 70, 1991.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. “Eduardo Prado. A ilusão americana”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- PAMPLONA, Marco Antonio. “Nação e modernidade nos escritos de Sarmiento e Nabuco”. *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.
- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo Oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. O Brasil Republicano*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- RIOS, Ana Lugão. “A preparação ética e política para a liberdade: a última geração de escravos e senhores do Vale do Paraíba”. In: RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de história*. Tradução de Barbara Sette. Revisão técnica de Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Coleção Antropologia Social.
- SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.
- \_\_\_\_\_. “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- \_\_\_\_\_. “O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. Fórum da revista Almanack, 2011.
- SANTOS, Sydney M. G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- SCHULZ, John. “O Exército e o Império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *Declínio e queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira*.

Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 6. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SECRETO, María Verónica. “Soltando-se das mãos: liberdade de escravos na América Espanhola”. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SILVA, Eduardo. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”. In: PAMPLONA, Marco Antonio (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

\_\_\_\_\_. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Hélio. *1889: A República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Nabuco e a República*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.

\_\_\_\_\_. “A atualidade de Joaquim Nabuco”. In: *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo: Livraria Martins, 1944.

THOMPSON, Edward P. “Desencanto e apostasia”. In: *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. In: \_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Prefácio de Walter Costa Porto. 4ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990. Série República, 13. [1925]